JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 4
Camara Municipal de Cláudia 5
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo 5
Camara Municipal de Porto Estrela 9
Câmara Municipal de São José do Rio Claro 9
Camara Municipal de Tangará da Serra 9
Camara Municipal de Várzea Grande 10
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 10
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 10
Prefeitura Municipal de Água Boa 11
Prefeitura Municipal de Alto Garças 14
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 16
Prefeitura Municipal de Apiacás 24
Prefeitura Municipal de Araguaiana 24
Prefeitura Municipal de Araguainha 26
Prefeitura Municipal de Araputanga 26
Prefeitura Municipal de Arenápolis 26
Prefeitura Municipal de Aripuanã 27
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 34
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 42
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 42
Prefeitura Municipal de Brasnorte 42
Prefeitura Municipal de Cáceres 43
Prefeitura Municipal de Campinápolis 48
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 48
Prefeitura Municipal de Campo Verde 97
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 100
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 104
Prefeitura Municipal de Canarana 105
Prefeitura Municipal de Carlinda 109
Prefeitura Municipal de Castanheira 112
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 113
Prefeitura Municipal de Cláudia 120
Prefeitura Municipal de Cocalinho 121
Prefeitura Municipal de Colíder 124
Prefeitura Municipal de Colniza 129
Prefeitura Municipal de Comodoro 130
Prefeitura Municipal de Confresa 134
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 141
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 141
Prefeitura Municipal de Cuiabá 142
Prefeitura Municipal de Curvelândia 145
Prefeitura Municipal de Diamantino 146
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 147
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 157
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 159
Prefeitura Municipal de Indiavaí 160
Prefeitura Municipal de Itanhangá 161
Prefeitura Municipal de Itiquira 161
Prefeitura Municipal de Jaciara 168
Prefeitura Municipal de Jangada 175

Prefeitura Municipal de Jauru 176
Prefeitura Municipal de Juara 178
Prefeitura Municipal de Juína 184
Prefeitura Municipal de Juruena 184
Prefeitura Municipal de Juscimeira 185
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 185
Prefeitura Municipal de Luciara 185
Prefeitura Municipal de Matupá 186
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 192
Prefeitura Municipal de Nobres 195
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 302
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 319
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 352
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 352
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 355
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 356
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 357
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 361
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 361
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 362
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 364
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 365
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 369
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 369
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 370
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 371
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 371
Prefeitura Municipal de Paranatinga 372
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 376
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 378
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 379
Prefeitura Municipal de Poconé 381
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 382
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 382
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 383
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 383
Prefeitura Municipal de Poxoréu 385
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 385
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 392
Prefeitura Municipal de Rio Branco 395
Prefeitura Municipal de Rondolândia 396
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 396
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 397
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 397
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 397
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 399
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 399
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 400
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 402
Prefeitura Municipal de São José do Povo 406
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 407
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 412
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 413
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 416
Prefeitura Municipal de Tabaporã 416
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 417
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 419
Prefeitura Municipal de Tesouro 421
Prefeitura Municipal de Torixoréu 421
Prefeitura Municipal de União do Sul 422
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 422
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 423
Prefeitura Municipal de Vila Rica 428

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 196/2021

"*Dispõe sobre a nomeação de vereadores para integrarem a **Comissão Mista** da Câmara Municipal de Cáceres e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 3475, de 08 de setembro de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Com fundamento no artigo 137, da Lei Orgânica do Município de Cáceres c/c artigo 259, artigo 257, e artigo 24, inciso III, alíneas "a" e "b", ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres, NOMEIA os seguintes vereadores para fazerem parte da **COMISSÃO MISTA**, que analisará os Projetos de Leis relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais, sendo eles:

VEREADOR	PARTIDO	FUNÇÃO
ISAÍAS BEZERRA	CIDADANIA	Presidente
LUIZ LAUDO PAZ **LANDIM**	PV	Relator Geral
PROFESSOR LEANDRO DOS **SANTOS**	DEM	1º Relator Parcial
CEZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA	SOLIDARIEDADE	2º Relator Parcial
MANGA ROSA	PSB	1º Membro
CLODOMIRO DA SILVEIRA PEREIRA JÚNIOR "**PASTOR JÚNIOR**"	CIDADANIA	2º Membro
FRANCO VALÉRIO CEBALHO DA CUNHA	PROS	1º Suplente
VALDENÍRIA DUTRA FERREIRA	PSC	2º Suplente

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de setembro de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVO – 2021

CONTRATO Nº: 012/2021

ADITIVO Nº: 001/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: TRIANGULO COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA ME

CNPJ 09.136.878/0001-23

OBJETO: ADITIVO PARA REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO – CONTRATO 012/2021 PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL – GASOLINA COMUM, ORIUNDO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2021, PROCESSO LICITARÓRIO Nº 013/2021, PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2021 .

VALOR UNITÁRIO: R$ 5,33 (CINCO REAIS E TRINTA E TRES REAIS)

VALOR UNITÁRIO COM ADITIVO: 5,89 (CINCO REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS)

QUANTIDADE LICITADA: 3584 LITROS

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: CÁCERES-MT., 27 DE AGOSTO DE 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 197/2021

"*Dispõe sobre a prorrogação de prazo da Portaria n° 165/2021 e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 21, inciso I, alíneas "a" e "b", inciso II, alíneas "a" e "m", c/c artigo 23 e artigo 24, inciso I, alíneas "a" e "b, considerando suas atribuições legais previstas no artigo 23 incisos II e III da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 3527, de 10 de setembro de 2021, desta Casa Legislativa Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar a prorrogação do prazo previsto no *caput* dos Artigos 1º, 2º e 9º, da Portaria nº 165/2021, alterado pela Portaria nº 188/2021, ambas deste Poder Legislativo Municipal de Cáceres-MT., para o dia **21 de setembro do corrente ano**, mantendo-se inalteradas as demais disposições previstas na portaria supracitada.

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Cáceres/MT, 10 de setembro de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 195/2021

"*Dispõe sobre a nomeação de servidor(a) para prestar apoio temporário nas sessões legislativas e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, nos termos da Lei nº 2.524 de 03 de março de 2016, e suas respectivas alterações.

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 3524, de 10 de setembro de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor, abaixo relacionado, para prestar apoio técnicos imprescindíveis ao funcionamento das sessões legislativas ordinárias e extraordinárias ou prestar auxílio técnico as comissões parlamentares, a partir do dia 10 de setembro de 2021:

MATRÍCULA	SERVIDOR
0626	MATEUS VERNUCCI

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de setembro de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

PAUTA DA ORDEM DO DIA

Consta da Pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 13 de setembro de 2021, as 15h:

ORDEM DO DIA:

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei Complementar nº 05/2021.

Ø De 12 de agosto de 2021.

Ø DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE RODOVIA MUNICIPAL E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER SUAS MANUTENÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ø Autoria: Executivo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Simples.

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Economia e Finanças, Obras Públicas, Transporte, Comunicações e Serviços Urbanos.

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 054/2021.

Ø De 02 de agosto de 2021.

Ø DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO INDÍGENA Ø XAVANTE RIPÁ DE PRODUTIVIDADE E ETNO-DESENVOLVIMENTO" SITUADA NO MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ø Autoria: Legislativo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Simples.

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 055/2021.

Ø De 11 de agosto de 2021.

ü ISTITUI NO ÂMBITO MUNICIPAL A HONRARIA POLICIAL DESTAQUE DO ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ø Autoria: Legislativo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Simples.

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 056/2021.

Ø De 13 de agosto de 2021.

Ø DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO PELOS DANOS GERADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E AO MEIO AMBIENTE, POR CONDUTOR CAUSADOR DE ACIDENTE DE TRÂNSITO NO ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ø Autoria: Legislativo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Simples.

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 057/2021.

Ø De 13 de agosto de 2021.

Ø DISPOE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO PODER PÚBLICO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM APAE DE CANARANA-MT.

Ø Autoria: Executivo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Simples

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 59/2021.

Ø De 12 de agosto de 2021.

Ø DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES, COM BASE NOA ARTIGOS 42 E 43 DA LEI 4.320/64 E ART.167, INCISO V E VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ø Autoria: Executivo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Economia e Finanças.

Sala de Sessões, 10 de setembro de 2021.

Paulo José Gonçalves

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PRORROGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Cláudia – MT torna público para o conhecimento de todos que, por motivos de não haver nenhuma empresa interessada no certame, decide PRORROGAR a data do referido processo, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO VISANDO SUPRIR A NECESSIDADE NA CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT, ao qual se realizará às 08h00min (Horário Oficial de Cláudia – MT), do dia 24 de Setembro de 2021. O Edital poderá ser obtido junto à Secretaria Administrativa do Poder Legislativo de Cláudia - MT, durante o horário normal de expediente e também estará disponível no site http://www.camaradeclaudia.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Administrativa do Poder Legislativo de Cláudia - MT, em horário de expediente, através do telefone (66) 3546-1337. Cláudia - MT, 10 de Setembro de 2021. LEONIR RIZZI **Presidente SHIRLEY YOTZCHETZ** Pregoeira.

CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
DECRETO LEGISLATIVO 001/2021

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2021.

De 09 de Setembro de 2021

Sumula: Dispõe sobre o julgamento de contas anuais da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são legalmente conferidas em Lei, tendo em vista o disposto no Regimento Interno desta casa de Leis e em especial o conteúdo da Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 23 inciso VIII, letras a,b,e,c, o artigo 44, parágrafo 1º ,2º, 3º,e 4º , Faz saber que o Soberano Plenário APROVA o parecer do Tribunal de contas da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, exercício de 2019, administração Mauricio Ferreira de Souza, e ele PROMULGA o referido Decreto.

Artigo 1º - Ficam Aprovada as Contas da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Administração Mauricio Ferreira de Souza Exercício 2019.

Artigo 2º - Fica determinada a remessa da cópia do referido Decreto e da Ata, á Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo /MT, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e ao Ministério Publico desta Comarca.

Artigo 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua Publicação revogando – se automaticamente as disposições em contrarias.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Plenário Itamar Dias em 09 de Setembro de 2021

Evandro Kommers

Presidente da Câmara Municipal

Izolina Vacaro

1º Secretária

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
CONTRATO N.º 001/2021

CONTRATO N.º 001/2021

Contrato de Prestação de serviços que fazem entre si, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PEIXOTO DE AZEVEDO** e de outro lado a empresa**R G N CONSTRUTORA EIRELI.**

Por este instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como CONTRATANTE: **CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT** pessoa jurídica de direito público, sito Av. Lions Internacional Oeste, nº 2021, Centro, Peixoto de Azevedo, CEP: 78.530-000, CNPJ: nº 37.499.373/0001-69, representando pelo seu Presidente Sr. **EVANDRO KOMMERS**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade RG nº 1.446.499-3 SSP/MT, e CPF nº 724.128.871-87, residente e domiciliado na Rua Pedreiras, nº 05, Bairro Bela Vista, na cidade de Peixoto de Azevedo, e de outro lado, como **CONTRATADA**, a empresa **R G N CONSTRUTORA EIRELI** portadora do **CNPJ/MF nº 07.233.375/0001-40**, com sede na Rua Quartzo, esquina com Rua Paraná nº 141, centro, na cidade de Terra Nova do Norte, Estado do Mato Grosso, neste ato representado por seu proprietário o Sr. **Genivaldo Gomes**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 786.837-5 SEJUSP/ MT e CPF nº 627.024.081-68, residente na Rua Paraná nº 141, na cidade de Terra Nova do Norte, Estado do Mato Grosso, têm entre si justo e contrato o que se segue mutuamente concordam:

As partes têm em comum o presente contrato pela finalidade de estabelecer os direitos e obrigações, tudo de acordo com a Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, aplicando nos casos omissos, o disposto na legislação civil vigente e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – **Objeto** – Prestação de serviços na área de Engenharia Civil, com responsabilidade técnica, cujo técnico responsável designado pela empresa é o Engenheiro Civil **Genivaldo Gomes**, possuidor do CREA-MT nº 022431, para elaboração dos projetos, acompanhamento e fiscalização das obras, como segue:

1.1. Atualização de planilhas existentes num antigo projeto de substituição de telhado do Plenário da Câmara, para estrutura metálica, telhas em aço galvanizado; troca de forro (gesso), e instalações elétricas numa área aproximadamente de 220 m². **1.2. Piso inferior:** Elaboração de layout com divisórias em cartonados de gesso para acomodação de 02 (duas) salas médias, mais 05 (cinco) pequenas salas de reuniões dos vereadores, aproveitando a estrutura existente e, alteração de acesso via plenário a atual sala da presidência para transformação em sala de imprensa e melhorias na recepção área aproximada de 240 m². **1.3. Parte externa (fundos da câmara)** Elaboração dos Projetos: Arquitetônico; Estrutural; Elétrico e hidráulico da construção de um anexo: cozinha; banheiros comuns e acessibilidade e lavanderias e calçadas, área aproximada de 50 m². **1.4. 2º piso:** Elaboração do Projeto Elétrico na estrutura existente; Inserção de ar condicionado central; Sugadores de ar quente; Reparação do telhado com substituição parcial de telhas; Construção de forro com placas de isopor ou similar leve, sugestão de layout com divisória em cartonados de gesso para arquivamento de documentos, área aproximada de 240 m². **1.5.** Reparação de rebocos, acabamento e lixamento e pintura geral do prédio (avaliar a m²). **1.6.** Responsabilidade Técnica na fiscalização da obra e Responsabilidade Técnica para o GEOOBRAS perante o Tribunal de Contas, durante a execução da obra: previsão máxima 4 (quatro) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDICIONANTES DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto deste contrato será executado diretamente, sob o regime de empreitada.

2.2. Este Instrumento de Contrato guarda inteira conformidade, com os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, ainda a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais documentos que compõem a Dispensa de Licitação nº 001/2021, parte integrante do processo de contratação e complementares deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor global do objeto deste contrato é de **R$ 17.560,00** (dezessete mil, quinhentos e sessenta reais), pagos em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega dos seguintes itens, divididos da seguinte forma:

3.1.1. O montante de **R$ 2.640,00** (dois mil seiscentos e quarenta reais), na entrega do item 1.1. da Cláusula Primeira;

3.1.2. O montante de **R$ 4.760,00** (quatro mil, setecentos e sessenta reais), na entrega do item 1.2. da Cláusula Primeira;

3.1.3. O montante de **R$ 4.760,00** (quatro mil, setecentos e sessenta reais), na entrega do item 1.3. da Cláusula Primeira;

3.1.4. O montante de **R$ 1.000,00** (um mil reais), na entrega do item 1.4. da Cláusula Primeira;

3.1.5. O montante de **R$ 4.400,00** (quatro mil e quatrocentos reais), na entrega do item 1.6. da Cláusula Primeira, com previsão em até 4 (quatro) meses, em parcelas mensais de medição e fiscalização da execução da obra.

3.2. O pagamento será realizado após a emissão da Nota Fiscal, cuja nota se apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação.

3.3. O pagamento deverá ser efetuado pela contratante á contratada mediante depósito na ***Caixa Econômica Federal Ag. 4478, Operação: nº 003, Conta Corrente nº 0784-1*** indicados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da classificação e dotações orçamentárias abaixo especificadas, e consignadas no Orçamento Programa previsto para o corrente exercício, na seguinte rubrica:

ORGÃO: 01 – Câmara Municipal

FUNÇÃO DE GOVERNO: 01 – Legislativa

PROGRAMA: 0001 – Processo Legislativo

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.01.031.0001.2.003-3.3.90.39.00

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 01 (um) ano, a partir da data de assinatura do presente instrumento até 31/08/2022, desde que, sejam cumpridos todos os ditames convencionados, podendo ter seu término antecipado por interesse da administração pública conforme determina a Lei nº 8.666/93.

5.1.1. O prazo de atualização das planilhas, dispostas no item 1.1., bem como, a execução e entrega dos projetos, conforme estabelecido nos itens 1.2 a 1.5 serão de até 30 (trinta) dias, a contar da data de celebração deste contrato.

5.1.1.1. Os prazos que tratam esse subitem, poderão ser prorrogados, em comum acordo, desde que justificado essa necessidade.

5.1.2. A execução e o recebimento do item 1.6, demandará da data inicial da execução das obras, cabendo sua conclusão num prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

5.1.2.1. Havendo necessidade de prorrogação de prazo de execução, por demanda alheia à fiscalização da obra, poderá ser implementado o respectivo valor à sua proporcionalidade.

5.2. O referido contrato poderá ser prorrogado em conformidade ao artigo 57, Inciso II da Lei 8666/93.

CLÁUSULA SEXTA – dos Direitos e Obrigações

6.1. A **CONTRATADA compromete-se** com a **CONTRATANTE** a dar a devida e total assistência, no que se refere ao acompanhamento das obras de reforma e reestruturação dos layouts do prédio da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo;

6.2. A **CONTRATADA compromete-se** com a **CONTRATANTE** a disponibilizar o profissional Engenheiro Civil que responderá como responsável fiscal da área de engenharia junto a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, o Profissional **Genivaldo Gomes**, possuidor do CREA-MT nº 022431;

6.3. O profissional deverá prestar os serviços na sede da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, durante o período em que as obras estiverem em andamento e constatar a execução exatamente igual ao pleito previsto no projeto e no Processo Licitatório da(s) empresa(s) executora(s) da(s) obra(s).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto contratado dentro das especificações.

7.2. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei n. 8.666/93;

7.3. Designa o servidor ***José Carlos dos Santos Alves Gomes***para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste instrumento.

7.4. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução podendo impugnar os serviços que considerar insatisfatório, solicitando nova execução os quais deverão ser feitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da contratada;

7.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

7.6. Notificar, por escrito, a contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção.

7.7. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei n. 8.666/93;

7.8. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

7.9. Enviar à Contratada o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços;

7.10. Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei n. 8.666/93;

7.11. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei n. 8.666/93;

7.12. Permitir a subcontratação de partes dos serviços, desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

8.1. Executar os serviços contratados dentro das normas legais, sob as penas da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.2. Executar todos os serviços objeto deste contrato dentro do prazo estipulado ou solicitado pela contratante, sob as penas da Lei n. 8.666/93;

8.3. Receber todo o apoio logístico, tais como recursos humanos para recebimento de orientação e materiais e equipamentos condizentes com a execução dos serviços, objetivando um desenvolvimento mais racional e mais eficiente das atividades objeto deste contrato;

8.4. Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista ou previdenciária e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a execução dos serviços do objeto do presente contrato;

8.5. Atender a todas as exigências deste contrato e executar todas as solicitações de serviços assumindo os ônus da prestação inadequada dos trabalhos;

8.6. Tratar com confidencialidade todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos nos documentos da Contratante, guardando sigilo perante terceiros;

8.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços objeto do presente instrumento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato observado às disposições do art. 65 da Lei n. 8.666/93;

8.8. Emitir a Nota Fiscal da prestação dos serviços fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos quando exigido pela Contratante.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1. O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei n. 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

9.1.1. Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por lei;

9.2. Por acordo das partes:

a) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços;

b) Quando necessário se promover a manutenção do reequilíbrio econômico e financeiro do contrato;

c) Outros casos previstos na Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS CONTRATUAIS

10.1. Fica atribuída a **CONTRATADA** em caso do não cumprimento com as suas obrigações assumidas ou preceitos legais através do presente instrumento as seguintes penalidades:

Parágrafo Primeiro - Multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor do contrato realizado, quando deixar de cumprir os prazos estabelecidos e as obrigações assumidas.

Parágrafo Segundo - Suspensão do direito de celebrar contrato com o Governo deste Município e seus órgãos centralizados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer administrativamente por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos previstos anteriormente; judicialmente nos termos da legislação processual, hipótese em que a parte culpada responderá pelo pagamento de perdas e danos; ou amigavelmente, por ato das partes, reduzindo a termo no processo de contratação.Acatando o que preceitua os Artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** assume integral responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão por sua culpa possa acarretar à Câmara de Vereadores, além do pagamento da multa contratual estabelecida na cláusula anterior.

Parágrafo Segundo -Em caso de rescisão contratual administrativa ou amigável, a rescisão será precedida de comunicado escrito e fundamentado com antecedência de 30 (trinta) dias por parte daquele que solicitar a rescisão, fica atribuída uma multa rescisória de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato para a parte que não cumprir o prazo de aviso estabelecido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PROCESSO

12.1. O presente contrato é oriundo da Dispensa de Licitação nº 001/2021, em conformidade à Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O foro do presente instrumento é o da Comarca de Peixoto de Azevedo, renunciando as partes a qualquer outro pôr mais privilegiado que seja ou pareça, ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação, seja a que título for, será considerada pela Câmara de Vereadores fora de sua jurisdição

E pôr estarem justos e contratados, as partes passam a assinar o presente instrumento por si, e/ou seus sucessores, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos, para todos os fins de direito na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas, a tudo presentes, que nele também assinam.

Peixoto de Azevedo - MT 01 de setembro de 2021

_____

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Evandro Kommers

Presidente da Câmara

CONTRATANTE

_____

R G N CONSTRITORA EIRELI

CNPJ/MF nº 07.233.375/0001-40

Genivaldo Gomes

CONTRATADA

Testemunhas:	
KEILLA OLIVEIRA GONZAGA DE ALMEIDA CPF Nº 017.466.921.62	EVANIR PEREIRA SILVA MATOS CPF Nº 032.857.611.56

Dra. Fabricia Alves Nogueira Dembogurski

Procuradoria Jurídica OAB/MT nº 12379/O

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2021 APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA-MT, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2021

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA-MT, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Estrela - MT, considerando que o soberano Plenário na Sessão Ordinária de 03 de Setembro de 2021, **APROVA** as Contas Anuais de Governo do Exercício 2019 da Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, sob a responsabilidade do Gestor Municipal Sr. **Eugênio Pelachim,** e, no uso das atribuições uso das atribuições que confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, promulga o seguinte **Decreto Legislativo**:

Art. 1º) Fica Aprovada a prestação de Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, relativa ao ***exercício financeiro de 2019***, gestão do Prefeito Municipal Sr. Eugênio Pelachim, o resultado acompanhado o **Parecer Prévio nº 32/2021-TP do TCE/MT** e **do Ministério Público de Contas 660/2021, oriundo dos autos PROCESSO nº 8.884-6/2019,** do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 03 Setembro de 2021.

Daniel Santi da Silva Mario Aparecido dos Santos

Presidente Vice- Presidente

Eliane da Silva Ferreira Darci Costa da Silva

1ª. Secretária 2°. Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 033/2021

PORTARIA Nº 033/2021

DISPÕE SOBRE AFASTAMENTO DE SERVIDOR POR ATESTADO MÉDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, **INEZ CAETANO LOPES,** no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E :

Art. 1º - CONCEDER o afastamento da servidora Hevelyng May Sanches, que ocupa o Cargo de Contadora da Câmara Municipal, por 90 (noventa) dias, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

R E G I S T R E-S E P U B L I Q U E –S E

Gabinete do Presidente, em 10 de setembro de 2021.

INEZ CAETANO LOPES

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

PORTARIA Nº 121 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO ASSESSOR PARLAMENTAR II WILLIAM VINICIUS ZILKI.

.

O Senhor **FABIO BRITO**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE

Art. 1º - **EXONERAR WILLIAM VINICIUS ZILKI,** nomeado através da Portaria nº 47 de 05 de abril de 2021, o qual exercia o Cargo de Assessora Parlamentar II, de provimento comissionado, símbolo DA-IV constante do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos 10 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e um.

FABIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

PORTARIA Nº 122 DE 03 DE SETEMBRO DE 2021.

Concede Férias Regulamentares.

O Senhor **FABIO BRITO**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias regulamentares a servidora **LUCIANA DUARTE FELISBERTO**, cargo Controlador Interno, referente ao período aquisitivo de 18/05/2020 a 17/05/2021, compreendendo o período de gozo entre os dias 08/09/2021 à 27/09/2021.

Art. 2º - Converter 1/3, (um terço) de férias do Servidor em abono pecuniário, nos termos do disposto no artigo 74 da Lei Complementar Municipal nº 06/1994.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente Portaria que entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

FABIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 291/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR o servidor RODRIGO OLIVEIRA GUELERE- CPF: 995. 626.001-06, para o cargo de Assessor de Gabinete do Ver. Fabio José Tardin .

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir 01/09/2021

Gabinete da Presidência,10 de Setembro de 2021.

Ver. FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1ª Secretário

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇAO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, **FÁBIO JOSE TARDIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 10.520/02 e n.º 8.666/93 e alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo exarado pela Procuraria Jurídica, resolve:

01- Adjudicar e Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Modalidade: Pregão Presencial nº 001/2021

b) Data Adjudicação: 10/09/2021

c) Data Homologação: 10/09/2021

d) Objeto da Licitação: Contratação de Instituição Financeira para centralizar e processar os créditos da folha de pagamento dos membros e servidores ativos da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, sem ônus para a contratante, conforme edital e seus anexos.

f) Empresa: **COOPERATIVA DE CRÉDITOS, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO SUDOESTE MT/PA SICREDI SUDOESTE MT/PA**, **CNPJ nº. 32.995.755/0001-60.**

Várzea Grande – MT, 10 de setembro de 2021.

FÁBIO JOSÉ TARDIN

Presidente da Câmara Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EDITAL DIVULGAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 05/2021

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal, nos termos de §3º do artigo 75 da Lei 14.133/2021, torna público que fará aquisição de UM (1) CONTAINER Roll On/Roll Off 39 m³ para o transporte de resíduos ao aterro sanitário. As empresas fabricantes interessadas poderão requerer o Termo de Referencia pelo e-mail: nascentesdopantanal@gmail.com com a finalidade de apresentar Proposta de Preços até o dia 17 de setembro de 2021. Informações pelo Fone 65 3251-1115.

RICARDO SANTOS DELA CRUZ – Presidente da CPL

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 004/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 009/2021

CONCURSO DE PROJETOS N.º 001/2021

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

O Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT, Sr. NELSON ANTÔNIO PAIN, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, principalmente àqueles participantes do Chamamento Público do Concurso de Projetos Nº 001/2021, cujo objeto é a ***"seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, para a formação de vínculo de cooperação, por meio de TERMO DE PARCERIA, visando o fomento e a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, bem como para a realização de Serviços Médicos e pagamentos por hora trabalhada, através do desenvolvimento, acompanhamento e execução, nos limites legais, com ações que possibilitem a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população rondonopolitana",*** através de ampla publicidade da presente DECISÃO ADMINISTRATIVA que:

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 009/2021, Concurso de Projetos Nº 001/2021;

CONSIDERANDOa impugnação manejada pelo Sr. Igor Moreno de Oliveira, , a qual questiona **a ausência de previsão orçamentária para a realização de Auditoria Externa do Termo de Parceria.;**

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico datado de 31 de agosto de 2021, emitido pela Assessora Jurídica do CORESS/MT, Dra. Wiviane Karla Freitas Borges - OAB/MT 13.052;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico Nº 004/2021, da Comissão Julgadora do Concurso de Projetos do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso - CORESS/MT;

DECIDE:

DECLARAR IMPROCEDENTE a Impugnação apresentada pelo Sr. Igor Moreno de Oliveira, mantendo inalterado o Edital de Chamamento Público do Concurso de Projetos Nº 001/2021;

1. RATIFICAR integralmente o Parecer Técnico Nº 003/2021 da Comissão Julgadora do Concurso de Projetos do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso - CORESS/MT, datado de 09 de setembro de 2021;

2. MANTER inalterado o Edital de Chamamento Público do Concurso de Projetos Nº 001/2021;

3. DETERMINAR a publicação da presente Decisão Administrativa em caráter de urgência;

4. COMUNICAR aos interessados esta decisão.

Registre-se;

Publique-se.

Rondonópolis/MT, 03 de setembro de 2021.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIN

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 009/2021

CONCURSO DE PROJETO Nº 001/2021

O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Diretor, através da Presidente da Comissão Julgadora do Concurso de Projetos, designada pela Resolução n.º 011/2021, de 14/05/2021, e nos termos da Lei Federal nº. 9.790, de 23 de março de 1.999, Decreto Federal nº. 3.100, de 30 de junho de 1.999, Lei nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014 e subsidiariamente no que couber, em especial, os artigos 3º, 6º, 9º, 11º, 12º da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, a Lei Estadual n° 11.082 de 14 de janeiro de 2. 020 e suas alterações posteriores, desde que não conflitantes com a Lei 9.790 de 23 de março de 1999, bem como as condições estabelecidas no Edital, que realizará às **14 horas do dia 11 de agosto de 2021**, na sede do CORESS/MT, situada na Rua João Pessoa, N.º 1357, Centro A, no Município de Rondonópolis/MT, CHAMAMENTO para o Processo de seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, para a formação de vínculo de cooperação, por meio de TERMO DE PARCERIA,** visando o fomento e a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, no desenvolvimento de programas do CONSÓRCIO através do desenvolvimento, acompanhamento e execução, nos limites legais, com ações que possibilitem a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população rondonopolitana, conforme requisitos e condições constantes no Edital e seus anexo**s.**

O texto integral do Edital estará disponível no site www.coresmt.com.br, ou poderá ser solicitado gratuitamente pelo e-mail coressmt@terra.com.br, bem como na sede do CORESS/MT, situada na Rua João Pessoa, N.º 1357, Centro A, neste Município de Rondonópolis/MT, de segunda à sexta-feira, obedecendo ao horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3423-1086.

Rondonópolis, 23 de junho de 2021.

_____

EULICE IDALINA DE ALMEIDA

Presidente da Comissão Julgadora do Concurso de Projetos

CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 005/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 009/2021

CONCURSO DE PROJETOS N.º 001/2021

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

O Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT, Sr. NELSON ANTÔNIO PAIN, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, principalmente àqueles participantes do Chamamento Público do Concurso de Projetos Nº 001/2021, cujo objeto é a ***"*seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, para a formação de vínculo de cooperação, por meio de TERMO DE PARCERIA, visando o fomento e a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, bem como para a realização de Serviços Médicos e pagamentos por hora trabalhada, através do desenvolvimento, acompanhamento e execução, nos limites legais, com ações que possibilitem a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população rondonopolitana*",** através de ampla publicidade da presente DECISÃO ADMINISTRATIVA que:

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 009/2021, Concurso de Projetos Nº 001/2021;

CONSIDERANDOa impugnação manejada pelo Instituto SAGEP – Saúde, Gestão e Projetos, na qual questiona os seguintes quesitos: **a) item 6. 1.2, que colocou imposição restritiva vez que vedou a participação daqueles que estejam respondendo denúncia em qualquer órgão da administração pública; b) 8.17, vez que trouxe disposição baseada em artigo de Lei revogado pela nova lei de licitações; c) 9.2, III, d) e e), tendo em vista a exigência de documentos sem previsão legal; d) Anexo VII, já que há fórmula de cálculo para a cobrança de taxa administrativa.**

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico datado de 02 de setembro de 2021, emitido pela Assessora Jurídica do CORESS/MT, Dra. Wiviane Karla Freitas Borges - OAB/MT 13.052;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico Nº 005/2021, de 08 de setembro de 2021 da Comissão Julgadora do Concurso de Projetos do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso - CORESS/MT;

DECIDE:

DECLARAR PROVIMENTO PARCIAL a Impugnação apresentada pelo Instituto SAGEP – Saúde, Gestão e Projetos, realizando as alterações necessárias ao Edital de Chamamento Público do Concurso de Projetos Nº 001/2021;

1. RATIFICAR integralmente o Parecer Técnico Nº 005/2021 da Comissão Julgadora do Concurso de Projetos do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso - CORESS/MT, datado de 08 de setembro de 2021;

2. DETERMINAR a publicação de novo edital, devidamente retificado, respeitando os prazos legais para publicação do mesmo;

3. DETERMINAR a publicação da presente Decisão Administrativa em caráter de urgência;

4. COMUNICAR aos interessados esta decisão.

Registre-se;

Publique-se.

Rondonópolis/MT, 09 de setembro de 2021.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIN

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

GEOOBRAS
EXTRATO CONTRATO 186/2021

PROCESSO: 112/2021

LICITAÇÃO: TP 007/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: LIMA ENGENHARIA LTDA

OBJETO: Elaboração de projetos executivos, para a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, conforme anexos do Edital e Planilhas de Engenharia,

bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	LOTE (EDITAL)
1	PROJETO EXECUTIVO DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E IRRIGAÇÃO DA VILA OLIMPÍCA	R$ 52.876,75	05

TOTAL: R$ 52.876,75 (cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 09/12/2021

DATA: 10/09/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

GEOOBRAS
EXTRATO CONTRATO 185/2021

PROCESSO: 112/2021

LICITAÇÃO: TP 007/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: LIMA ENGENHARIA LTDA

OBJETO: Elaboração de projetos executivos, para a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, conforme anexos do Edital e Planilhas de Engenharia, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	LOTE (EDITAL)
1	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA AV. PERIMETRAL DO P.A SANTA MARIA E PROJETO DO PAVILHÃO COMUNITÁRIO	R$ 46.139,50	01
2	PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO AV. JULIO CAMPOS	R$ 68.640,00	03

TOTAL: R$ 114.779,50 (cento e quatorze mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 09/12/2021

DATA: 10/09/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
INTIMAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 069/2021

PREGÃO: 024/2021

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: CLÍNICA INTENSE VITTA LTDA

INTIMAÇÃO: SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PRAZO: 5 (CINCO) DIAS PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO.

Água Boa - MT. 10 de setembro de 2021

DAIANE C. SILVA

Gestora de Contratos

LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECISÃO DE NÃO DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO:158/2020

PREGÃO ELETRÔNICO: 027/2020

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: TELEFÔNICA BRASIL

DECISÃO: APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE VALOR GLOBAL DO CONTRATO.

PRAZO: 5 (CINCO) DIAS PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO.

Água Boa - MT. 10 de setembro de 2021

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE CONSELHOS
RESOLUÇÃO Nº 0010 2021 , DE 10 DE SETEMBRO

RESOLUÇÃO Nº 0010/2021, 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a reclassificação e posse da 3ª Titular - Mariluce Luz Borges para assumir a vaga de Conselheira Tutelar no Município de Água Boa, no prazo de 30 dias. Conforme a liminar judicial do Processo nº 1001.746-73.2029.8.11.0021. Cinge-se a nulidade dos atos administrativos referentes as avaliações psicológicas aplicadas a candidata à Conselheira, a qual ficou impedida de empossar – se no dia 10 de janeiro de 2020, uma vez que participou do processo da etapa de votação ocorrida no dia 06/10/2019 na sede da Câmara Municipal e obteve 116 votos, divulgado no resultado de votação nesta urbe para assumir período de 2020 /2024 e dá outras providencias. Conforme deliberação do CMDCA e da ATA n°007 de 01 de setembro de 2021.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/no uso de suas atribuições legais e de acordo com suas competências.

Considerando a Lei Municipal nº 1.270/2015 no Art. 56 – Encerrando o processo eleitoral, divulgada a lista dos escolhidos (Titulares e Suplentes), através dos meios de comunicação e divulgação utilizados pelo Executivo Municipal o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no dia 10 do mês de janeiro do ano seguinte a eleição, em ato público e solene, dará posse aos eleitos.

Considerando a Lei Municipal 1270/2015 no Art. 56 do Parágrafo 1º. Durante o mês seguinte a data da posse, todos os membros e suplentes eleitos, executarão trabalhos junto a Conselho Tutelar, acompanhando e inteirando se de todos serviços desenvolvidos e em andamento.

Considerando a ordem de classificação da titular, 3º Titular: Mariluce Luz Borges, por decisão judicial deferida fixadas nos parâmetros do STF, em especial concluiu pela aptidão para exercer a função de Conselheira Tutelar.

RESOLVE

Art. 1º. Convocar a 3ª Titular do Conselho Tutelar, a Sra. Mariluce Luz Borges, inscrita no CPF sob nº 037.430.191.32, residente e domiciliada na cidade de Água Boa – MT, para assumir a posse de Conselheira Tutelar, a partir do período de 10 de setembro 2021 a 09 de janeiro de 2024.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições contrárias.

Água Boa – MT, 10 de setembro de 2021.

Danielly Selke da Luz

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 201/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 033/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: UNIMARCAS DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO EIRELI-EPP

OBJETO: Aquisições de materiais ambulatorial para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e do Laboratório de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, da Prefeitura de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND DE FORN	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
20835	ALICATE DE ORDENHA - (ORDENHA OS TUBOS DE PVC DAS BOLSAS DE SANGUE)	UND	GOLDRAN	3	799,21	2.397,63
25020	BOLSA PARA COLETA, PROCESSAMENTO E TRANSFUSÃO DE SANGUE DUPLA - COM SISTEMA DE COLETA DE AMOSTRAS - COMPATÍVEL COM FRESENIUS KABI	UND	JP	2000	35,49	70.980,00
28602	TUBO DE SOROLOGIA ADULTO 16X100 C/GEL - TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO, EM PET, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, INCOLOR, COM ATIVADOR DE COAGULO E GEL SEPARADOR, VOLUME 8 A 10ML, COM TAMPA DE BORRACHA SILICONIZADA E CAPA PROTETORA (TAMPA AMARELA/LARANJA)	UND	CRAL	3000	0,89	2.670,00
29547	COMPRESSA GAZE 100% ALGODÃO 7,5X7,5 QUANDO FECHADO SENDO 15X30CM QUANDO ABERTO NÃO ESTÉRIL 8 CAMADAS 11 FIOS 5 DOBRAS C/500	UND	BIOTEXTIL	40	20,98	839,20

Valor Total R$ 76.886,83 (Setenta e seis mil e oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos).

DATA: 09 de setembro de 2021

VIGÊNCIA: 12 MESES

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 200/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 033/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

OBJETO: Aquisições de materiais ambulatorial para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e do Laboratório de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, da Prefeitura de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND DE FORN	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
25056	UMIDIFICADOR - NÃO AQUECIDO, COMPOSTO DE FRASCO DE 250ML, COM NÍVEIS DE CONEXÃO DE ENTRADA DE OXIGÊNIO COM ROSCA PADRÃO, EM CORPO EM NYLON COM ROSCA EM METAL, ADAPTA A TODO TIPO DE VÁLVULA REGULADORA.	UND	RWR	2	19,99	39,98

Valor Total R$ 39,98 (Trinta e nove reais e noventa e oito centavos).

DATA: 09 de setembro de 2021

VIGÊNCIA: 12 MESES

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 199/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 033/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS E PESQUISA LTDA-ME

OBJETO: Aquisições de materiais ambulatorial para a UCT - Unidade de Transfusão de Sangue e do Laboratório de Análises Clinicas da Secretaria de Saúde, da Prefeitura de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND DE FORN	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
6215	SACO PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE 20 LT - PCT C/20 UND.	PCT 20 UND	CRAL	50	17,74	887,00
6216	SACO PARA AUTOCLAVACAO 40 LTRS PCTE COM 10 UNIDS.	UND	CRAL	20	25,00	500,00
32847	REVERCEL A1 E B - FRASCO COM 10ML - REAGENTE DE IMUNOHEMATOLIGIAPRECISA SER DA MESMA MARCA QUE O TRIACEL E CONTROCEL.	FRASCO 10 ML	FRESENIUS	6	197,88	1. 187,28
32848	TRIACEL I E II - FRASCO COM 10ML - REAGENTE DE IMUNOHEMATOLOGIAPRECISA SER DA MESMA MARCA QUE O REVERCEL E CONTROCEL.	FRASCO 10 ML	FRESENIUS	6	225,25	1. 351,50
32849	CONTROCEL - FRASCO COM 10ML - REAGENTE DE IMUNOHEMATOLOGIAPRECISA SER DA MESMA MARCA QUE O REVERSEL E TRIACEL.	FRASCO 10 ML	FRESENIUS	9	198,83	1. 789,47
35668	SOLUÇÃO DE LIMPEZA - COMPATÍVEL COM O APARELHO MHLAB ISE - FRASCO COM 100ML.	FRASCO 100 ML	MHLAB	12	265,05	3. 180,60
35669	SOLUÇÃO CONDICIONADORA - COMPATÍVEL COM O APARELHO MHLAB ISE - FRASCO COM 100ML.	FRASCO	MHLAB	12	298,58	3. 582,96
35670	SOLUÇÃO DESPROTEINIZANTE - COMPATÍVEL COM O APARELHO MHLAB ISE - FRASCO COM 100ML.	UND	MHLAB	12	265,05	3. 180,60
35671	PAPEL TÉRMICO (BOBINA) - COMPATÍVEL COM APARELHO MHLAB ISE.	ROLO	REVISA	12	6,70	80,40

Valor Total R$ 15.739,81 (Quinze mil e setecentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos).

DATA: 09 de setembro de 2021

VIGÊNCIA: 12 MESES

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.271, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Autoria: Delaynne Cristina Leite Andrade Costa - Republicanos.

Dispõe sobre a disponibilização de brinquedos adaptados para crianças com deficiência em locais públicos de lazer.

O prefeito do Município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, no inciso IV, do artigo 71, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o presente Projeto de Lei, eu o sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os playgrounds infantis instalados em praças, parques, áreas de lazer públicos, creches e escolas municipais no Município de Alto Garças, deverão disponibilizar brinquedos adequados ao uso de crianças com deficiência.

§ 1° - Os brinquedos de que trata o caput deste artigo deverão ser instalados em, pelo menos, 5 (cinco) pontos distintos da cidade, sendo, obrigatoriamente, um na região central e os demais nos bairros diversos do município.

§ 2° - Os brinquedos de que trata o caput deste artigo deverão ser adequados às necessidades de crianças com deficiência e instalados por pessoal devidamente capacitado, que deverá seguir as normas de segurança da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

§ 3° - Para fins de cumprimento desta Lei, os playgrounds deverão seguir a seguinte proporção: I – playgrounds com até 5 (cinco) brinquedos: devem disponibilizar ao menos 1 (um) brinquedo adaptado para crianças com deficiência; II - playgrounds com 6 (seis) a 10 (dez) brinquedos: devem disponibilizar ao menos 2 (dois) brinquedos adaptados para crianças com deficiência; III - playgrounds com mais de 10 (dez) brinquedos: devem disponibilizar ao menos 20% (vinte por cento) de brinquedos adaptados para crianças com deficiência.

§ 4° - A disponibilização de brinquedos adaptados nas áreas públicas de lazer será feita de forma gradativa, na medida da disponibilidade financeira do Poder Executivo.

§ 5° - O prazo de adequação às disposições aqui previstas será de 3 (três) anos, contados da publicação desta Lei.

Art. 2º - Nos locais a que se refere o Art. 1° desta Lei deverão ser afixadas placas com a seguinte informação: "Entretenimento inclusivo".

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, ficam estabelecidos os seguintes conceitos básicos: I – deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; II – deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3. 000Hz; III – deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; IV – deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde, segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho; V – deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, em 10 de Setembro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.275, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT -, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de forma complementar aos serviços de saúde, com o Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT -.

Art. 2º - Para execução do Convênio o Município destinará o montante de R$ R$511.256,31 (quinhentos e onze mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e um centavos) ao Proponente.

Parágrafo Único – A despesa prevista no artigo anterior ficará condicionada à apresentação, pelo conveniado, do competente Plano de Trabalho (Documento Descritivo), que deverá ser aprovado pelo Poder Executivo antes da celebração do convênio, cuja minuta passa a ser parte integrante desta Lei, em conformidade com o que apregoa o art. 116, da Lei 8.666/1993.

Art. 3º - O Convênio vigorará de 01 de setembro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, podendo ser renovado sucessivamente, por igual ou superior período, enquanto perdurar o enfrentamento da pandemia de Covid-19, no interesse de ambas as partes conveniadas.

Art. 4º - A Administração, mediante Portaria, deverá instituir a Comissão de Acompanhamento dos Recursos.

Parágrafo único - A Comissão tem por finalidade acompanhar a aplicação dos recursos repassados por intermédio do convênio referendado, bem como acompanhar a prestação de contas do Proponente junto ao Município.

Art. 5º - O Contrato de Convênio poderá ser aditado, alterado, parcialmente ou totalmente, quantas vezes se fizer necessário, mediante prévia justificativa, e por ato escrito que conterá anuência de ambas as partes, observado o interesse público.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias de cada exercício financeiro, apropriadas para tal fim.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei por ato próprio.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFICIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, em 10 de Setembro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.272, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Autoria: João Batista de Araújo e Silva – PL.

DENOMINA-SE O ANTIGO PRÉDIO E FUTURA SEDE DO PAÇO MUNICIPAL E GABINETE DO PREFEITO, DE SUELLY MARIA ARAÚJO BARBOSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DA CIDADE DE ALTO GARÇAS, CLAUDINEI SINGOLANO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, **Faz saber** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada o antigo prédio e futura sede do Paço Municipal da prefeitura Municipal de Alto Garças-MT, em reforma e modificações, que abrigará a futura Sede e Gabinete do Prefeito, localizada na Avenida 7 de setembro: de **Dra. SUELY MARIA ARAÚJO BARBOSA.**

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, em 10 de Setembro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.274, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FORNECER ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE TRABALHAM EM REGIME DE PLANTÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, NOTADAMENTE NO PRONTO ATENDIMENTO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DA CIDADE DE ALTO GARÇAS, CLAUDINEI SINGOLANO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, **Faz saber** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer alimentação aos servidores públicos municipais que trabalham em regime de plantão nas unidades de saúde do Município.

Art. 2º O Município poderá contratar empresa especializada para o fornecimento de alimentação em marmitex, compreendendo as refeições de almoço e jantar aos servidores descritos no artigo primeiro desta Lei.

Parágrafo Único. As dotações financeiras necessárias para a consecução desta Lei estão previstas no orçamento público vigente e também constarão nos orçamentos dos exercícios futuros.

Art. 3º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, em 10 de Setembro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.273, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Autoria: Delaynne Cristina Leite Andrade Costa - Republicanos.

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA MENSTRUAL NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS-MT.

O PREFEITO DA CIDADE DE ALTO GARÇAS, CLAUDINEI SINGOLANO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, **Faz saber** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Instituído o Programa Municipal de Enfrentamento à Pobreza Menstrual e Universalização do acesso a Absorventes Higiênicos no Município de Alto-Garças – MT.

Art. 2º Constitui estratégia para promoção da saúde e atenção à higiene, e tem como objetivo:

I – Combater a precariedade menstrual, como a falta de acesso ou a falta de recursos que possibilitem a aquisição de produtos de higiene no período da menstruação.

II – Combater a evasão escolar.

III – Promover a atenção integral à saúde da mulher e aos cuidados básicos decorrentes da menstruação.

IV - Combater a desigualdade de gênero nas políticas públicas e no acesso à saúde, educação e assistência social.

V – Garantir a dignidade menstrual.

Art. 3º As ações de Enfrentamento e Erradicação da Pobreza Menstrual de que trata esta Lei consistem nas seguintes diretrizes básicas:

I – Inclusão de absorventes menstruais nas cestas básicas distribuídas às pessoas em condições de vulnerabilidade.

II – Disponibilização e distribuição gratuita de absorventes nas escolas da rede municipal de ensino e unidades básica de saúde deste município.

III – Incentivo à promoção de palestras nos quais menstruação seja abordada como um processo natural do corpo feminino, com vistas à proteção à saúde da mulher.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias, suplementadas de necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, em 10 de Setembro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

LEI Nº 1221/2021

"Cria o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Alto Taquari/MT e dá outras providências."

Art. 1º - Fica criado Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Alto Taquari/MT, órgão deliberativo, consultivo, **normativo, propositivo** e fiscalizador, integrado, paritariamente, por representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil organizada.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial tem por finalidade deliberar sobre as políticas públicas que promovam a igualdade racial para combater a discriminação étnico-racial, reduzir as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, atuando no monitoramento e fiscalização dessas políticas públicas setoriais, em atenção às previsões do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10).

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial:

I– formular a Política de Promoção da Igualdade Racial, bem como estabelecer seus princípios e diretrizes;

II – participar da elaboração da proposta orçamentária verificando a destinação de recursos para a população negra e comunidades negras tradicionais;

III – pesquisar, estudar e estabelecer soluções para os problemas referentes ao cumprimento dos tratados e convenções internacionais de combate ao racismo, preconceito e outras formas de discriminação e as violações de direitos humanos;

IV – formular critérios e parâmetros para a implementação das políticas públicas setoriais à população negra e comunidades negras tradicionais, em consonância com a Convenção 169, da OIT e com o Decreto Federal nº 6.040/07;

V – instituir instâncias compostas por membros integrantes do Conselho e convidados, com a finalidade de promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação dos princípios e diretrizes da Política de Igualdade Racial;

VI – identificar necessidades, propor medidas ou instrumentos necessários à implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas setoriais relevantes para o exercício efetivo dos direitos sociais, ambientais, econômicos, culturais e religiosos relativos à Igualdade Racial;

VII – zelar pela diversidade cultural da população do Município, especialmente pela preservação da memória e das tradições africanas e afro-brasileiras, constitutivos da formação histórica e social;

VIII – acompanhar e propor medidas de proteção a direitos violados ou ameaçados de violação por discriminação étnico-racial em todas as suas formas e manifestações;

IX – identificar sistemas de indicadores, com o objetivo de estabelecer metas e procedimentos para monitorar as atividades relacionadas com a promoção da Igualdade Racial no Município;

X – receber e encaminhar aos órgãos competentes denúncias, reclamações, representações de quaisquer pessoas ou entidades, em razão das violações de direitos de indivíduos e grupos étnico-raciais;

XI – elaborar, apresentar e dar publicidade a relatório anual de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, encaminhando-o ao Prefeito Municipal, aos representantes dos demais Poderes e à sociedade civil;

XII – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular de políticas públicas de promoção da Igualdade Racial, por meio da elaboração de planos, programas, projetos e ações, bem como os recursos públicos necessários para tais fins;

XIII – propor aos Poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados às políticas públicas da população negra do Município, visando à promoção da Igualdade Racial;

XIV – subsidiar a elaboração de leis atinentes aos interesses da população negra e comunidades negras tradicionais do Município;

XV – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da Igualdade Racial no Município;

XVI – promover o intercâmbio com entidades públicas, particulares, organismos nacionais e internacionais, visando atender a seus objetivos;

XVII – pronunciar-se, emitir manifestações e prestar informações sobre assuntos que digam respeito aos direitos da população negra e das comunidades negras tradicionais do Município;

XVIII – pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo órgão ao qual o Conselho está vinculado;

XIX – elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e aprovar o Plano Municipal de Políticas Públicas de Igualdade Racial, em consonância com as conclusões das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional, e com os Planos e Programas contemplados nas Leis Orçamentárias.

XX – aprovar, de acordo com critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de atendimento à população negra e comunidades negras tradicionais do Município, que pretendam integrar o Conselho;

§ 1º - As deliberações, tomadas dentro das atribuições acima referidas, terão caráter normativo e serão vinculantes em relação aos demais órgãos estatais, podendo o Conselho realizar contato direto com os órgãos do Município pertencentes à administração direta ou indireta.

§ 2º - Fica facultado ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial propor a realização de seminários ou encontros regionais sobre temas constitutivos de sua agenda, bem como estudos sobre a definição de convênios na área da promoção da igualdade racial a serem firmados pela Secretaria de Assistência Social com organismos nacionais e internacionais públicos e privados.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial será autônomo em suas deliberações, de forma a preservar, o caráter constitutivo e o regular exercício de suas atribuições.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial será composto por 08 (oito) Conselheiros Titulares e igual número de suplentes sendo:

I - Representantes da administração pública municipal, sendo:

a) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

b) Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer;

c) Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

d) Um representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

II- Representantes da sociedade civil organizada, sendo:

a) Um representante das associações de bairros;

b) Um representante dos grupos de capoeiristas;

c) Um representante dos sindicatos;

d) Um representante de religiões de matrizes africanas e/ou afro-brasileiras;

§ 1º - Os membros de que trata o inciso I, e seus respectivos suplentes, serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º - Os membros de que trata o inciso II, e seus respectivos suplentes, serão eleitos em assembleia convocada para este fim.

§ 3º - A eleição das entidades representativas da sociedade civil no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial dar-se-á em assembleia própria, realizada a cada 2 (dois) anos, conforme disposto em Regimento Interno.

§ 4º - Os membros das entidades da sociedade civil organizada e seus respectivos suplentes serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução e não poderão ser destituídos salvo por razões que motivem a deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, assegurada a ampla defesa.

§ 5º - Os membros da Diretoria Executiva para a primeira gestão serão eleitos em assembleia própria convocada para este fim. As eleições futuras seguirão critérios estabelecidos em Regimento Próprio. A composição da Diretoria Executiva se dará mediante eleição, tendo direito ao voto os membros titulares do Conselho, com autonomia da escolha e total transparência, sendo vedado, que qualquer cargo seja ocupado por indicação política ou partidária.

§ 6º - A função de conselheiro será considerada de caráter público relevante e exercida gratuitamente.

Art. 6º - A estrutura, organização e funcionamento do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial serão disciplinados em Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado por ato próprio, no prazo de 90 (noventa) dias após a posse de seus membros eleitos e indicados para a primeira gestão.

Art. 7º - O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria absoluta de seus membros.

Art. 8º - As deliberações do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial serão tomadas por maioria simples, estando presente a maioria absoluta dos seus membros.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz e sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos, públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 10 - As sessões do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial serão públicas, abertas a qualquer interessado, que poderá participar com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 11 - A Secretaria Municipal de Assistência Social e demais secretárias, prestarão todo o apoio técnico e administrativo, bem como local e infraestrutura necessários ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Assistência Social custeará o deslocamento, a alimentação e hospedagem dos Conselheiros, Delegados representantes do Poder Público e dos Delegados representantes da sociedade civil organizada, eleitos na Conferência Municipal de Igualdade Racial, para viabilizar a presença dos mesmos na Conferência Estadual de Igualdade Racial.

Art. 12 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento do Poder Executivo.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as publicações em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari-MT, 09 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2021 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA OU COMUNIDADE TERAPÊUTICA ESPECIALIZADA EM TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS E SAÚDE MENTAL, QUE ATENDA ADOLESCENTES E ADULTOS DE AMBOS OS SEXOS PARA ATENDIMENTO DE MANDADO JUDICIAL DE INTERNAÇÃO A USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, de acordo com o projeto básico e o anexo I. Abertura às **08:30h (Horário de Brasília)** do dia **28/09/2021.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448.

Alto Taquari – MT, 10 de Setembro de 2021.

Rosana Cardoso dos Santos Costa

Pregoeira

LEI Nº. 1219/2021

"Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, e dá outras providências."

A PREFEITA DE ALTO TAQUARI, Marilda Garofolo Sperandio, no uso de suas atribuições legais, faz saber que, a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos desta Lei, a contratar operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal, até o valor de R$ 8.500.000.00 (oito milhões e quinhentos mil reais) no âmbito do programa/linha de crédito do FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Modalidade Apoio Financeiro destinada à aplicação em Despesa de Capital, nos termos desta Resolução CMN nº.4589/2017 e posteriores alterações, destinados a aquisição de veículos para atendar as Secretarias de Educação, Saúde e Infraestrutura Urbana, Viação, Obras e Planejamento, Pavimentação asfáltica Avenida Nascente, observadas a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 10, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal, autorizada a vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", e § 3º da Constituição Federal, nos termos do § 4º do art. 167, da Constituição Federal ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anu-

ais, relativos aos contratos de financiamento a que se se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari-MT, em 09 de setembro de 2021.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

LEI Nº 1220/2021

"Institui o Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola – PMDDE e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Marilda Garofolo Sperandio, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o "Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola" (PMDDE), com o objetivo de conceder contribuição financeira em caráter suplementar às escolas públicas municipais de educação básica do Município de Alto Taquari, de modo a garantir-lhes progressivamente autonomia na gestão financeira, didática e administrativa, na forma da lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º A contribuição financeira consistirá em repasse mensal por Unidade Escolar Executora (UEx), ou entidade assemelhada, representativa da unidade escolar, desde que possuam no mínimo 200 alunos matriculados na respectiva instituição, de acordo com dados do censo escolar emitidos pelo Ministério da Educação, no ano anterior ao repasse.

§ 1º A contribuição financeira será no valor de até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) anual por unidade na forma do caput.

§2º Os repasses regulares de que trata a presente LEI serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil do mês em repasses mensais ou a critério da gestão ser divido em 02 (duas) parcelas iguais, tendo como base a primeira parcela no 10º (décimo) dia útil de janeiro e a segunda no 10º(décimo) dia útil de agosto do ano em curso.

§ 3º Os recursos financeiros serão repassados pelo Poder Público Municipal diretamente à Unidade Executora Própria (UEx), ou à entidade assemelhada, representativa da unidade escolar, desde que o ente representativo comprove:

I - A constituição da Unidade Executora Própria, ou da entidade assemelhada;

II - Sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

III - A constituição de conta bancária destinada exclusivamente a receber e movimentar os recursos objeto deste programa;

IV - Ter firmado Termo de Adesão ao "Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola" (PMDDE).

Art. 3º Os recursos do programa destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, devendo ser empregados:

I - na aquisição de material permanente, destinada a complementar os materiais já existentes ou repor aqueles que se tornarem inservíveis;

II - na realização de pequenos reparos e reformas, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física, hidráulica e elétrica da unidade escolar;

III - na aquisição de material de consumo;

IV - na implementação de projeto pedagógico;

V - no desenvolvimento de atividades educacionais; e

VI - no pagamento de despesas contábeis e de Registros oficiais necessárias à manutenção da regularidade das Unidades Executoras Próprias (UEx), ou entidades assemelhadas, perante órgãos públicos.

§ 1º Para as hipóteses elencadas nos incisos do caput, as despesas apenas serão realizadas se os serviços ou bens pretendidos não forem disponibilizados, ou estiver em falta, na Prefeitura Municipal.

§ 2º A aquisição de bens duráveis se sujeitará à legislação vigente acerca do registro e administração patrimonial dos bens públicos municipais.

§ 3º Todas as reformas de que tratam no inciso II deste artigo devem ser autorizadas e acompanhadas pelo engenheiro e ou arquiteto da Secretaria Municipal de Planejamento,

§ 4º Compreende pequenas reformas toda aquela em que não altere a estrutura do prédio, e que não necessite projeto arquitetônico.

§ 5º É vedada a aplicação dos recursos do PMDDE em:

I - gastos com pessoal;

II - pagamento, a qualquer título, a:

a) Agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

b) Empresas privadas que tenha em seu quadro societário agente público municipal da ativa, por serviços prestados, inclusive de consultoria, assistência técnica e assemelhados.

III - gastos com merenda escolar.

Art. 4º A execução dos recursos oriundos do PMDDE ocorrerá até 31 de dezembro do ano em que tenha sido efetivado o respectivo crédito nas contas correntes específicas das UEx, ou da entidade assemelhada.

Parágrafo único. Os saldos de recursos financeiros, como tais entendidas as disponibilidades existentes em 31 de dezembro nas contas específicas, caso não haja restos a pagar, serão deduzidos dos valores de repasse empenhados para o exercício seguinte.

Art. 5º As despesas realizadas com recursos transferidos no âmbito do PMDDE serão comprovadas mediante documentos fiscais originais ou equivalentes, devendo os recibos, faturas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome da UEx, ou da entidade assemelhada, e arquivados juntamente com os comprovantes de pagamentos efetuados.

Art. 6º Ficará suspenso o repasse dos recursos do PMDDE nas seguintes hipóteses:

I - omissão na prestação de contas;

II - reprovação da prestação de contas; e

III - grave irregularidade na execução do PMDDE, conforme constatado por análise documental ou de auditoria, posteriormente à prestação de contas;

IV - não atendimento tempestivo de requisições de informações e documentos expedidos pela autoridade administrativa competente.

§ 1º O repasse será restabelecido se as medidas de responsabilização dos faltosos forem adotadas e a situação concreta recomendar a continuidade da execução do programa, a juízo da autoridade administrativa competente.

§ 2º Para fins de restabelecimento do repasse, a autoridade administrativa proporá à UEx, ou à entidade assemelhada, medidas para obstar e prevenir irregularidades na execução do programa.

Art. 7º Poderá ser exigida a devolução de recursos, acrescidos, quando for o caso, de juros e correção monetária, mediante notificação direta à

UEx, ou à entidade assemelhada, nas seguintes hipóteses, dentre outras que forem compatíveis com o interesse público, a juízo da autoridade administrativa competente:

I - ocorrência de depósitos indevidos na conta específica do programa;

II - paralisação das atividades ou extinção de escola vinculada à UEx, ou à entidade assemelhada;

III - determinação do Poder Judiciário ou requisição do Ministério Público;

IV - verificação de irregularidades na execução do programa;

V - configuração de situações que inviabilizem a execução dos recursos do programa pela UEx, ou entidade assemelhada.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, a Prefeitura Municipal poderá estornar ou bloquear diretamente os valores creditados na conta específica da UEx, ou da entidade assemelhada, mediante solicitação direta ao agente financeiro depositário dos recursos.

§ 2º Inexistindo saldo suficiente na conta específica na qual os recursos foram depositados para efetivação do estorno referido no parágrafo anterior, será permitido, conforme o caso:

I - exigir da UEx, ou da entidade assemelhada, a restituição dos recursos, em prazo estabelecido na notificação referida no caput deste artigo; ou

II - proceder à compensação dos valores, deduzindo-os de futuros repasses, a juízo da autoridade administrava.

§ 3º Para efeito de cálculo da correção monetária de que trata o caput deste artigo, será adotado o índice indicado em ato regulamentar do Poder Executivo, considerando-se, para esse fim, o período compreendido entre a data do fato gerador e a do recolhimento.

Art. 8º Os bens permanentes adquiridos ou produzidos com os recursos transferidos a expensas do PMDDE deverão ser imediatamente doados ao Município de Alto Taquari e destinados ao uso dos respectivos estabelecimentos de ensino beneficiados, cabendo a esses últimos a responsabilidade pela guarda e conservação dos bens.

Art. 9º As aquisições de materiais e bens e/ou contratações de serviços com os repasses efetuados à custa do PMDDE deverão observar os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a fim de garantir a aquisição de produtos e serviços de boa qualidade, sem qualquer espécie de favorecimento e mediante a escolha da proposta mais vantajosa para o erário, adotando, para esse fim, sistema de pesquisa de preços que deverá abranger o maior número possível de fornecedores e prestadores de serviços que atuem nos ramos correspondentes ao objeto a ser adquirido e/ou contratado.

§ 1º O sistema de pesquisa de preços deverá observar o seguinte procedimento a ser realizado no bojo da UEx, ou da entidade assemelhada:

I - realização de pesquisas de preços dos produtos e/ou serviços indicados, junto ao maior número possível de fornecedores e/ou prestadores que atuem nos ramos relacionados com a natureza do produto e do serviço a ser adquirido e/ou contratado, sendo obrigatória a avaliação de, no mínimo, 03 (três) orçamentos a fim de evitar quaisquer favorecimentos e a garantir a escolha da proposta mais vantajosa para o erário;

§ 2º Os orçamentos que vierem a ser apresentados, na forma do inciso I deste artigo, deverão especificar, com clareza, os produtos e/ou serviços cotados, seus respectivos valores e, se for o caso, os descontos oferecidos, bem como conter a razão social, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), o endereço e o telefone dos proponentes, o período de validade da proposta, as formas de pagamento e o prazo e as condições para entrega dos produtos e/ou prestação dos serviços que porventura venham a ser adquiridos e/ou contratados e as respectivas datas e assinaturas.

§ 3º Constituirão critérios para seleção da proposta mais vantajosa ao erário, a oferta, pelos proponentes de materiais e bens e/ou serviços de qualidade, em preços compatíveis com os praticados no mercado e com prazos e condições de entrega ou execução que atendam, tempestivamente, às necessidades prioritárias das unidades escolares.

§ 4º Salvo decisão favorável de dois terços dos membros da UEx, ou da entidade assemelhada, as aquisições de materiais e bens e/ou contratações de serviços serão realizadas com base no menor preço por item ou lote, admitida a escolha com base no menor preço global da proposta nos casos em que tal opção, justificadamente, resultar no melhor aproveitamento dos recursos públicos.

§ 5º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, considera-se item o produto ou serviço a ser adquirido ou contratado; lote o agrupamento de produtos ou serviços similares a serem adquiridos ou contratados; e preço global da proposta o montante correspondente ao somatório dos valores dos itens e/ou dos lotes, conforme o caso.

§ 6º As pesquisas de preços, quando não realizadas com o número mínimo de 03 (três) fornecedores e/ou prestadores de serviços, só serão aceitas se acompanhadas de justificativa circunstanciada que comprove a inviabilidade de atendimento dessa exigência.

§ 7º No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual serão convocados todos os proponentes, devendo ser realizado com a presença de, pelo menos, 03 (três) membros da UEx, ou da entidade assemelhada.

§ 8º Salvo disposição legal em contrário, as deliberações da UEx, ou da entidade assemelhada, serão realizadas pela aprovação da maioria absoluta dos membros.

Art. 10 É vedada a realização de pagamentos antes da efetiva entrega de materiais e bens e/ou prestação de serviços.

Art. 11 Constituirão documentos probatórios das aquisições de materiais e bens e/ou contrações de serviços, previstas nesta Lei, os abaixo indicados:

I - as atas de reuniões deliberativas;

II – cópia do processo de cotação que originou na proposta mais vantajosa;

III - cópia dos comprovantes dos pagamentos efetuados e dos originais dos documentos comprobatórios das despesas efetivadas.

Parágrafo único. Os documentos comprobatórios das despesas deverão ser emitidos em nome da UEx, ou da entidade assemelhada, e conter o atestado de regularidade no recebimento do bem ou material fornecido e/ou do serviço prestado à escola, com a data, a identificação e a assinatura do membro da UEx, ou da entidade assemelhada.

Art. 12 Os documentos probatórios das aquisições de materiais e bens e/ou contratação de serviços deverão ser mantidos em arquivo, juntamente com os das prestações de contas da UEx, ou da entidade assemelhada, em boa ordem e organização, à disposição dos órgãos de acompanhamento e controle interno e externo.

Art. 13 As prestações de contas dos recursos do PMDDE transferidos às UEx, ou às entidades assemelhadas, deverão ser encaminhadas à secretaria municipal respectiva até o último dia útil de janeiro do ano subsequente à efetivação do crédito nas correspondentes contas correntes específicas, devendo ser constituídas:

I - do Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa e de Pagamentos Efetuados;

II- dos extratos bancários da conta bancária específica em que os recursos foram depositados;

III - de outros documentos que concorram para a inequívoca comprovação da destinação dada aos recursos, fornecidos espontaneamente ou por provocação da autoridade administrativa.

§ 1º A UEx, ou entidade assemelhada, deverá:

I - preencher os formulários de prestação de contas em 02 (duas) vias, manter 01 (uma) via arquivada na sede da escola, juntamente com os originais da documentação probatória das despesas realizadas e dos pagamentos efetuados, dispostos em boa ordem e organização; e

II - encaminhar a outra via à secretaria municipal respectiva, acompanhada de cópia legível da documentação probatória referida no inciso anterior, essa última com a fidedignidade atestada mediante a aposição, no verso de cada peça reproduzida, da expressão "Confere com o original", a ser subscrita por um dos dirigentes da UEx, ou da entidade assemelhada, que, em caso de ilegalidades, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação aplicável à espécie.

§ 2º A prestação de contas será considerada:

I - "aprovada": nas hipóteses de todas as despesas realizadas terem sido aprovadas pela secretaria municipal respectiva, por guardarem compatibilidade com os ditames desta Lei, e pela soma desses dispêndios ser equivalente à receita total objeto da prestação de contas;

II - "aprovada com ressalva": na hipótese de mera irregularidade formal que não prejudique as finalidades do programa, nem gere prejuízo aos valores que norteiam a atividade administrativa;

III - "reprovada": quando houver registro de despesa não aprovada;

IV - "não apresentada": quando injustificadamente não houver registro de despesas, ou quando, após notificação da autoridade administrativa, for injustificadamente desrespeitado o prazo para prestação de contas, a juízo da autoridade administrativa.

Art. 14 Em caso de reprovação de contas ou sua não apresentação, a UEx, ou entidade assemelhada, será notificada para que apresente informações e eventuais documentos que justifiquem a situação irregular.

§ 1º Mantidas as razões da reprovação, ou do julgamento como "não apresentadas", haverá responsabilidade solidária entre os membros da UEx, ou da entidade assemelhada, pelos danos gerados ao erário.

§ 2º Na falta de apresentação ou em caso de reprovação, no todo ou em parte, da prestação de contas, o repasse será restabelecido se as medidas de responsabilização dos faltosos forem adotadas e a situação concreta demonstrar ser recomendável a continuidade do programa, a juízo da autoridade administrativa.

Art. 15 A autoridade competente poderá a qualquer tempo requisitar informações e documentos necessários à fiscalização deste programa, que devem ser fornecidos no prazo fixado na requisição, levando-se em conta o objeto da medida.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal, independentemente de autorização do titular da conta aberta para o programa, obterá junto aos bancos, sempre que necessário, os saldos e extratos das contas específicas, bem como, no caso de incorreções na abertura das aludidas contas, poderá solicitar ao banco o seu encerramento e, quando necessário, os bloqueios, estornos e/ou transferências bancárias indispensáveis à regularização.

Art. 16 A execução deste programa será realizada conforme a disponibilidade financeira do Município.

Art. 17 A despesa decorrente da presente lei acorrerá no Orçamento vigente e nos seguintes, nas seguintes dotações orçamentárias:

02. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

060.00 Departamento de Educação

12 Educação

361 Ensino Fundamental

8010 Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental

2032 – Manter o Ensino Fundamental

33.50.43.00.00 0101000000 – Subvenções Sociais...R$ 10.000,00.

02. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

060.00- Departamento de Educação

12 Educação

365 Educação Infantil

8020 Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil

2043 – Manter o Ensino Infantil -MEI

33.50.43.00.00 0101000000 – Subvenções Sociais...R$ 10.000,00.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento de 2021 no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), utilizando-se como fonte de recursos a anulação parcial de dotação da Secretaria na dotação abaixo relacionada:

02. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

060.00 Departamento de Educação

12 Educação

364 Ensino Superior

8030 – Apoio Educacional

2112 – Apoiar o Ensino Superior

33.50.43.00.00 0101000000 – Subvenções Sociais ...R$ 20.000,00.

§ 2º Em decorrência, deverá a ação do Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola (PMDDE) ser inserida no Plano Plurianual, bem como, nas Leis das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentaria Anual.

Art. 18 Ato normativo do chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação desta Lei.

Art. 19 Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 895/2017.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari-MT, em 09 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

LEI Nº 1222/2021

"Dispõe sobre a inclusão dos artigos 57-A, 57-B e 57-C, a Lei 184/1997, Código de Postura do Munícipio de Alto Taquari (MT), e dá outras providencias".

A Prefeita Municipal de Alto Taquari - MT, na pessoa da Senhora Marilda Garofolo Sperandio, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica acrescido à lei 184/1997, os artigos 57-A, 57-B e 57-C, com as seguintes redações:

Art. 57-A. Fica expressamente proibida a instalação de dispositivos de monitoramento eletrônico em vídeo e áudio, em lavabos e banheiros de uso comum ou privativo, nos estabelecimentos comerciais, sob pena de violação ao disposto no artigo 5º inciso X da Constituição Federal, sem prejuízo das demais sanções de natureza cível.

Art. 57-B. Os estabelecimentos que optarem pela instalação de dispositivos de monitoramento eletrônico em vídeo e áudio deverão assegurar as condições de segurança necessárias à inacessibilidade do material gravado a terceiros, devendo manter pessoa apta a manuseá-lo durante o horário de funcionamento do estabelecimento, ficando esta obrigada ao dever de sigilo, sob pena de responder criminalmente pela eventual violação de conteúdo restrito, na forma da lei afeta.

Parágrafo único. Na hipótese do registro de imagem e áudio que ensejem a prova de fatos tipificados na lei penal brasileira como crime, a pessoa responsável pela manutenção do sistema, disposta no caput deste artigo, deverá comunicar imediatamente o fato ao Ministério Público da jurisdição

onde estiver instalado o equipamento, até o máximo de setenta e duas horas do registro, sob pena de incorrer nas mesmas penas impostas àquele ilícito.

Art. 57-C – Fica expressamente proibida a instalação dos equipamentos de imagem e áudio em locais residenciais ou comerciais, que possam violar intimidade e a privacidade das pessoas produzindo imagem interna das residências ou comercio de terceiros, a violação de qualquer dos dispositivos contidos nesta lei sujeitara o infrator à sanção pecuniária no montante de mil vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal Municipal (UPFM) ou índice equivalente que venha a substituí-lo, podendo ser dobrado o valor da multa, no caso de reincidência.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari-MT, 09 de setembro de 2021.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

COVID-19: LEI N.º 1223/2021

"Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de Crédito Suplementar nas dotações do orçamento vigente, por provável excesso de arrecadação".

A **Prefeita Municipal de Alto Taquari - MT, na pessoa da Senhora Marilda Garofolo Sperandio,** usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º-Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de crédito Suplementar até o valor de **R$ 3.053.000,00 (Tres milhões e cinqunta e três mil reais)** orçamento vigente, LOA 2021, **Lei 1176/2020**, nos termos do artigo 42 Lei n.º 4.320/64**,** para atender as dotações orçamentárias das secretarias em razão da insuficiência de saldo orçamentário no exercício de 2021, por provável excesso de arrecadação, conforme abaixo apresentado:

02.050000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE IND. COMÉRCIO E TURISMO

Fr 0182007000 - Emendas Individual

1009 - Realizar Obras no Lago Parque Taquari

449000000 - APLICAÇÃO DIRETA 1.000.000,00

05.130000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fr 0126007000 - Emendas Individuais - Saúde

1045 - Adquirir equipamentos e material permanente

449000000 - APLICAÇÃO DIRETA 500.000,00

05.130000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fr 0146008000 - Atenção Básica

2091 - Manter a Rede de Atenção Básica de Saúde

319000000 - APLICAÇÃO DIRETA 1.300.000,00

339000000 - APLICAÇÃO DIRETA

05.130000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fr 0146074000 - COVID 19

2226 - Manter Ações do COVID-19

319000000 - APLICAÇÃO DIRETA 253.000,00

339000000 - APLICAÇÃO DIRETA

TOTAL GERAL R$ 3. 053.000,00

Art. 2º - Para suplementar as dotações no artigo anterior, será utilizada nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº. 4.320/64; por provável excesso de arrecadação conforme repasses de emendas individuais e transferência fundo a fundo, oriundos do FUNDO NACIONAL DE SAUDE, **PORTARIA Nº 1.285, DE 18 DE JUNHO DE 2021**.

TOTAL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$. 3.053.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari-MT, 09 de setembro de 2021.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 345/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 078/2021 oriundo Tomada de Preços 010/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr. Marcos Antônio Aparecido Moraes, servidor público de provimentos no cargo de coordenador de esporte e lazer, matrícula funcional nº 002814 lotado na secretaria municipal educação e cultura, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 078/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sr. Eliana Worst, servidora pública de provimentos no cargo de chefe da seção de eventos culturais, matrícula funcional nº 004759 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 078/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução do Contrato nº 078/2021;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 078/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 078/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 09 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 350/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 079/2021 oriundo da Tomada de Preço nº 013/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr. HENRIQUE MESQUITA GONÇALVES, servidor público de provimentos comissionado no cargo de Coordenador de Planejamento, matrícula funcional nº 4478 lotado na Secretaria Municipal Infraestrutura Urbana, Viação, Obras e Planejamento, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 079/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sra. JULIANA FERNANDES CALZOLARI, servidora em cargo comissionado como Coordenadora de Contratos e Convênios da Secretaria de Municipal de Compras e Licitação, matrícula funcional nº 4781 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 079/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução da Obra;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 079/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 079/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Obra.

Art. 3º - Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta "habite-se", emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 09 de Setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA FUNSAT – 16 DE AGOSTO DE 2021

Na reunião extraordinária realizada no administrativo da Funsat, no átrio do Hospital Municipal, sito a Av. Antônio Inácio, nº 999, ocorrida aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso, na data de vinte e três de agosto de dois mil e vinte e um, página 18, constou um erro material no item no qual se refere aos presentes. **ONDE SE LÊ:** "(...) presentes os senhores Carlos César Ivo Bernardes, Valdecir Aparecido Bissoli Triano, Glaucia Vanusa Coelho de Oliveira, João Paulo Masson, Carlos Magno Moreira Fraga, Marco Antônio Fontes Vano, e a representante da OAB Dra. Nayane Negrão Denardios, como ouvinte Thassio Arthur Grisólia Vaz e Silva", **LEIA-SE:** "(...) presentes os senhores Carlos César Ivo Bernardes, Valdecir Aparecido Bissoli Triano, Glaucia Vanusa Coelho de Oliveira, João Paulo Masson, Carlos Magno Moreira Fraga, Marco Antônio Fontes Vano, como ouvinte Thassio Arthur Grisólia Vaz e Silva". Permanece assim inalterados os demais dados.

Alto Taquari – MT, 24 de agosto de 2021.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 220/2021

DECRETO Nº 220/2021

"Dispõe sobre Exoneração de **Diretor do Departamento de Administração** e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofalo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

A**rtigo 1º** - Fica exonerada **a pedido**, do Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Administração**, código CC – 4.100, a Senhora **Bianca Gaspar Tieppo**, CPF/MF – 055.885.731-02, nomeada através do Decreto nº 052/2021, de 13 de janeiro de 2021.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT, em 10 de setembro de 2021.

Marilda Garofalo Sperandio

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 221/2021

DECRETO Nº 221/2021

"Dispõe sobre a exoneração de **Chefe da Seção de Doenças Epidemiológicas e Ambiental** e nomeação de **Diretor do Departamento de Administração** e dá outras providências."

A Prefeita Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofalo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, do Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Doenças Epidemiológicas e Ambiental**, aSenhora **Milca Vieira Marques**, CPF/MF – 988.651.701-82, nomeada através do Decreto n.° 044/2021 de 12 de janeiro de 2021.

Artigo 2º - Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Administração**, código CC- 4.100, aSenhora **Milca Vieira Marques**, CPF/MF – 988.651.701-82, nos termos da Lei n.° 390/2004.

Artigo 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT, em 10 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFALO SPERANDIO

PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO N.º 151/2021

Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão de Transporte Escolar, do município de Alto Taquari – MT".

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Sra. Marilda Garofolo Sperandio, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam designados os membros para comporem a Comissão de Transporte Escolar do município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, conforme Art. 11, Parágrafos 1.º e 2.º da Instrução Normativa n.º 007/2013/ GS/SEDUC/MT, da forma abaixo especificada, a saber:

SEGMENTO ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	CPF
Efetivo: **ANGÉLICA SILVA QUEIRÃO**	**066.819.841-93**
Suplente: VITOR APARECIDO DA SILVA ANDRE	**061.225.851-30**
SEGMENTO PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Efetivo**: MARGARETE FERREIRA SPECHT DA SILVA**	**010.350.351-03**
Suplente: ANDREIA ROSA DE OLIVEIRA	000.272.591-61
SEGMENTO ASSESSOR PEDAGÓGICO (ORIENTADOR EDUCACIONAL)	
Efetivo: **SILVIA DE MORAIS FERREIRA CARVALHO**	**111.661.798-69**
Suplente: ANA PRISCILA NETZLAFF	535.389.781-15
SEGMENTO PROFESSORES DA REDE ESTADUAL	
Efetivo**: ADRIANA CRISTINA GOMES**	**964.271.081-15**
Suplente: MARCOFLEX ALVES DE FREITAS	017.739.691-10
SEGMENTO PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL	
Efetivo: **ELAINE CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA PRADO**	**432.486.241-91**
Suplente: ERINA CARVALHO BONOMO	025.647.791-40
SEGMENTO PODER EXECUTIVO Efetivo: **MATHEUS BRANN** SUPLENTE: SALMOM FELIPE DE FREITAS PEREIRA	044.790.231-86 056.579.601-14
SEGMENTO DOS CONSELHOS / FUNDEB	
Efetivo: **ANA LUCIA DA CRUZ SANTOS**	**617.831.371-34**
Suplente: SARA REGINA CRUZ NETZLAFF	531.937.681-20

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 03 de maio de 2021.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 214/2021

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social

do município de Alto Taquari – MT."

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Mato Grosso, **Marilda Garofalo Sperandio**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art.1º Ficam designados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, para o mandato de 2021/2023, da forma abaixo especificada, a saber:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Titular: **Dhayane Negrão Ferreira Cremonizi de Souza**

Suplente: Célia Cristina Ferreira

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: **Rosangela Carvalho Oliveira Santos**

Suplente: Sandra Maria Corrente Bellodi

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: **Ivone Tavares de Meneses dos Santos**

Suplente: Elise Ester Schmidt

Representante da Secretaria Municipal de Finanças

Titular: **Egnaldo Pedro dos Santos**

Suplente: Bruno Vaz de Souza Correia

Representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

Titular: **Ana Cecilia Vargas**

Suplente: Veronildes Capocci Alkmin

Representante das Entidades Socioassistenciais

Titular: **Cintia Milena Perfeito de Paulo**

Suplente: Ana Claudia Alves

Representante dos Trabalhadores da Área de Assistência Social

Titular: **Diany Pereira Naves**

Suplente: Rozinei de Lourdes Martins Ramos

Titular: **Virgínia Dourado Reis**

Suplente: Lesley Any Batista Ferreira

Representante dos Usuários da Política de Assistência Social

Titular**: Maria da Paixão da Conceição da Silva**

Suplente: Joana Darc Alves da Silva

Titular: **Maria Helena da Costa Rodrigues**

Suplente: Alda José de Souza

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita, 25 de agosto 2021.

Marilda Garofalo Sperandio

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 236/2021.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AFASTAMENTO À SERVIDORA GESTANTE DAS ATIVIDADES DE TRABALHO PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

Considerando a Lei nº 14151 de 12/05/2021 que dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder afastamento à Servidora Sra. **WHILDICY GLERCIA DA SILVA PEREIRA,** portadora da cédula de identidade nº 1850662-3 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 017.860.391-09, cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional, nomeada pela Portaria n°. 042/2012, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 10 de Setembro de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **SELMO FERREIRA**

CARGO: **MOTORISTA II**

N° CTR: 49/2021

DATA EMISSÃO: 02/08/2021

DATA VENCIMENTO: 18/12/2021

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ **1.496,78**

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 175/2021 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 175/2021

De 01 de Setembro de 2021

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora **JUSSIMARY ANTUNES DA SILVA** portadora da CI RG **nº 1308010-2 SSP-MT** e inscrita no CPF sob o nº **568.459.361-53**, no cargo de **CHEFE DE SEÇÃO** enquadrando-o no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 797/2019 de 21/02/2019.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

07– Fundo Municipal de Saúde

07.01 – Fundo Municipal de Saúde

2056 – Manutenção e encargos com Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 01 de Setembro de 2021.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 177/2021 03 DE SETEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 177/2021

03 DE SETEMBRO DE 2021

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO**, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados para mês de setembro/2021, aos servidores abaixo nominados, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PER.AQUISITIVO	LOTAÇÃO
ALESSANDRA RODRIGUES CORREA	2019/2020	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
MARIA APARECIDA DUARTE DOS REIS	2020/2021	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
LUCIANO MARTINS PEREIRA	2020/2021	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS
REGINA FERREIRA DE SOUSA	2020/2021	SEC. MUN.DE ASSIS.SOCIAL
ROGERIO RAMALHO LIMA	2019/2020	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS
REINALDO ALVES DOS SANTOS	2020/2021	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS
ZELITA SIMON BARBOSA	2018/2019	SEC. MUN.DE ASSIS.SOCIAL
DEUVANIR MOREIRA ALVES	2018/2019	SECRETARIA DE FINANÇAS

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 03 de setembro de 2021.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 16/2021

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 16/2021

COD. EMPREGADOR: 1644

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-MT

EMPREGADO: REGINA ROSA DA SILVA RODRIGUES

DATA EMISSÃO: 01/02/2021

DATA AFASTAMENTO: 09/09/2021

TIPO DE CONTRATO: Trabalhador temporário, regido pela lei n°6.019

CAUSA DO AFASTAMNETO: Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregador.

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **WELINGTON COSTA DA SILVA**

CARGO: **MOTORISTA II**

N° CTR: 48/2021

DATA EMISSÃO: 09/08/2021

DATA VENCIMENTO: 18/12/2021

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ **1.496,78**

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2021

EXTRATO 1º Aditivo ao Contrato Nº 22/2021

CONTRATANTE: Município de Araguaiana - MT.

CONTRATADO: GNATUS PRODUTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo na Contratação de empresa para aquisição de GABINETE ODONTOLÓGICO PARA ESTRUTURAÇÃO DO CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT.

VALOR: R$ 22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais)

PRAZO: Até 30/11/2021

DATA: 10/09/2021

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 176/2021 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 176/2021

De 01 de Setembro de 2021

CONCEDE LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR

O Senhor GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder, licença para interesse particular pelo prazo de 01 (um) ano ao servidor municipal**: LEANDRO RODRIGUES DE SOUSA** matricula 1249, lotado no Secretaria Municipal de Educação computados a partir do dia 01 de setembro de 2021.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 01 de setembro de 2021.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 174/2021 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 174/2021

De 01 de Setembro de 2021

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora, **CLEUSA DUARTE MORAES** portadora da CI RG **nº 1598524-5 SSP-MT** e inscrita no CPF sob o nº **012.543.731-52**, no cargo de **CHEFE DE SEÇÃO** enquadrando-o no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 797/19 de 21/02/2019.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

06.03 – Educação Infantil - Creche

2033 – Manut. E Encargos com a Creche Municipal

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana-MT, em 01 de Setembro de 2021.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 178/2021 DE 03 DE SETEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 178/2021

De 03 de Setembro de 2021

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder licença prêmio regulamentares de 90 (noventa) dias, computados a partir do mês de setembro de 2021, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
RIVANIA MARIA DE SOUZA	2015/2020	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO
URSULINA RODRIGUES CORREA	2011/2016	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO
ZENILDO SIMON BARBOSA	2015/2020	SEC. MUN. DE OBRAS

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 03 de setembro de 2021.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 169/2021 DE 18 DE AGOSTO DE 2021

PORTARIA Nº 169/2021

De 18 de Agosto de 2021

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora, **LUCIMAR ARAUJO ALVES** portadora da CI RG **nº 3699558 SSP-MT** e inscrita no CPF sob o nº **023.481.811-50**, no cargo de **CHEFE DE SEÇÃO** enquadrando-o no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 797/19 de 21/02/2019.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

06.02 – Ensino Fundamental

2035 – Manut. E Encargos com Ensino Fundamental

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana-MT, em 18 de Agosto de 2021.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **ERICA DENICE RAMALHO DE OLIVEIRA**

CARGO:**LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

N° CTR: 50/2021

DATA EMISSÃO: 02/08/2021

DATA VENCIMENTO: 18/12/2021

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ **2.164,68**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 83/2021

NUMERO DO CONTRATO: N.º 83/2021.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATADA: LUCINEIA MENDES NAVES

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MONITORA, SOB FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA – MT.

PRAZO: 04 MESES

VALOR DO CONTRATO: R$ 4.400,00 (QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 01/09/2021.

VIGENCIA: 01/09/2021 a 21/12/2021.

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 84/2021

NUMERO DO CONTRATO: N.º 84/2021.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATADA: PATRICIA PEREIRA DE OLIVEIRA

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MONITORA, SOB FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA – MT.

PRAZO: 04 MESES

VALOR DO CONTRATO: R$ 4.400,00 (QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 01/09/2021.

VIGENCIA: 01/09/2021 a 21/12/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 369/2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS TERMOS DO ARTIGO 102º DA LEI 135/92 (RJU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio nos termos do art. 102º da Lei Municipal nº 135/92 (RJU- Regime Jurídico Único) a servidora, **MARIA JOSÉ JUSTOS DA SILVA,** matrícula nº 1738, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de **12/08/2013 à 11/08/2018**, por um período de **30 (trinta) dias**.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01/09/2021.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
P O R T A R I A Nº. 186/2021

P O R T A R I A Nº. 186/2021

O Sr. **ÉDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, resolve:

E X O N E R A R

A pedido a Senhora ***Jessica Cristina de Santana***, brasileira, casada, portadora do **Rg. Nº. 1955747-7 SSP**/MT e **CPF**. **Nº. 027.360.611-52**, residente e domiciliado nesta cidade, como **Chefe de Seção**, junto a Secretaria de Municipal de Transporte, deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 23 dia do mês de Agosto de 2021.

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO MUNICIPAL N° 054/2021

DECRETO MUNICIPAL N° 054/2021

"DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS (URBANA E RURAL) DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS - MT, AFETADAS PELA SECA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Arenápolis, Estado do Mato Grosso, Sr. EDERSON FIGUEIREDO, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e, demais legislações vigentes.

CONSIDERANDO a irregularidade de precipitação pluviométrica que atinge o município desde o segundo semestre de 2020;

CONSIDERANDO que a seca prolongada provoca desequilíbrio hidrológico, causando problemas no abastecimento de água aos munícipes na zona rural e urbana.

CONSIDERANDO que o desabastecimento de água representa um gravame para a saúde pública;

CONSIDERANDO a necessidade de medidas extraordinárias por parte do município de Arenápolis - MT para socorrer às regiões mais afetadas pela seca;

CONSIDERANDO o parecer técnico elaborado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada Situação de Emergência no território do Município de Arenápolis – MT, em virtude do desastre classificado e codificado como SECA – 1.4.1.2.0., da Codificação e Classificação Brasileira de Desastres (COBRADE).

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem nas ações de resposta necessárias a minimizar os efeitos causados pela seca de água.

Art. 3º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5° da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 autorizam-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 4º - Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta à falta de abastecimento de água, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários causados pela seca, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos.

Art. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado enquanto perdurar a situação de emergência, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Arenápolis – MT, aos 09 dias de setembro de 2.021.

_____

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

AVISO DE ABERTURA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, CONFORME O TERMO DE CONVÊNIO Nº 0203/2021/SINFRA, COM ESPECIFICAÇÕES DETALHADA NO PROJETO BASICO, PLANILHAS E MEMORIAL NO ANEXO I DO EDITAL, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará as **09:00 HORAS NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2021**. Em sua sede na Rua Presidente Costa e Silva, nº 105E – Bairro Vila Nova – Arenápolis - MT, LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Sendo que o Edital está à disposição dos interessados no site www.arenapolis.mt.gov.br, valor das cópias de reprodução do edital e seus anexos são mediante o pagamento da quantia não reembolsável de **R$ 100,00 (cem reais).**

Arenápolis - MT, em 10 de Setembro de 2021.

MAYKON DIEGO CASTRO DE OLIVEIRA

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.427/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerimento de Aposentadoria por Idade sob protocolo n° 709/2021 de 02/08/2021;

RESOLVE:

EXONERAR, o **Sr. CELESTINO BATISTA PANHO,** casado, portador da cédula de identidade nº. 384.625 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº. 388.434.989-91, servidor efetivo, no cargo de Motorista Transporte Escolar-Não Profis-XIV-B, Classe "B", Nível "03", 40 horas semanais, *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer*; matricula nº 2002, em virtude da concessão do benefício de Aposentadoria por Aposentadoria por Idade, conforme processo administrativo do **2021.02.00059P,** a partir de 10/09/2021, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.426/2021

Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor do ***Sr. Celestino Batista Panho,****servidor efetivo desta municipalidade, para fins de aposentadoria junto ao município de Aripuanã-MT."*

A Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o requerimento sob protocolo n° 708/2021, de 02/08/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pelo servidor efetivo, **Sr. CELESTINO BATISTA PANHO,** casado, portador da cédula de identidade nº. 384.625 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº. 388. 434.989-91, servidor efetivo, no cargo de Motorista Transporte Escolar-Não Profis-XIV-B, Classe "B", Nível "03", *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer*; matricula nº 2002, conforme Certidão de tempo de Contribuição do **Instituto Nacional do Seguro Social-INSS** Protocolo nº 19021040.1.00695/20-1 emitida em 06/08/2021, o equivalente a:

A) 07 anos, 01 mês e 09 dias, correspondente a 2594 (Dois mil, quinhentos e noventa e quatro) dias de tempo de contribuição.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dia de setembro de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.425/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 0638/2021/SEMEC;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do Secretário, o Sr. **CELESTINO BATISTA PANHO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 384.625 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº. 388.434.989-91, ocupante do Cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Divisão de Almoxarifado e Patrimônio – DIVALP,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer***,** a partir do dia 09/09/2021, tornando sem efeito a Portaria nº 12.646/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.431/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 341/2021/SINFRA;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do Secretario, a Sra. **ISABELLA CRISTINA MACEDO AGUILAR,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2889764-1 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 062.761.851-08, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Divisão de Almoxarifado – DIVAL,** *lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura***,** a partir do dia 08/09/2021, tornando sem efeito a Portaria nº 13.378/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.442/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 060/2021/SEMUFI;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretária, a Sra. **PATRICIA CESARIO SABINO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2109551-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 031.338.861-00, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, para exercer oCargo em Comissão deDireção e Assessoramento Superior de**Coordenadoria de Contratos e Aditivos – COORCAD,** nível **DAS-4,** *lotada na Secretaria Municipal de Finanças,* a partir do dia 10/09/2021**.**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrente da Portaria nº **13.442/2021** de nomeação referente ao mês 09/2021, ocorrerá por conta de dotações

orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2021.

Aripuanã-MT, aos 10 dias do mês de setembro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.441/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 060/2021/SEMUFI;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretária, o Sr. **SIDNEI PEREIRA DE SOUZA JUNIOR**,portador da Cédula de Identidade RG nº. 26837161 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 056.866.251-23, para exercer oCargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Licitação - SULIC, Nível DAS–03,** *lotado na Secretaria Municipal de Finanças,* a partir do dia 10/09/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrente da Portaria nº **13.441/2021** de nomeação referente ao mês 09/2021, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2021.

Aripuanã-MT, aos 10 dias do mês de setembro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.440/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 060/2021/SEMUFI;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretária, a Sra. **INGRID PAMELA DOURADO DOS SANTOS**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 244.9154-3 2º via SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 062.583.181-00, para exercer oCargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Compras - SUCOMP,** Nível **DAS–03,** *lotada na Secretaria Municipal de Finanças,* a partir do dia 08/09/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrente da Portaria nº **13.440/2021** de nomeação referente ao mês 09/2021, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2021.

Aripuanã-MT, aos 10 dias do mês de setembro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.439/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 342/2021/SINFRA;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido do Secretário, a Sra. **ISABELLA CRISTINA MACEDO AGUILAR,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2889764-1 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 062.761.851-08, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Diretor do Departamento de Frotas e Almoxarifado - DEFROA, DAÍ 01,** *lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura,* a partir do dia 09/09/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrente da Portaria nº 13.439/**2021** de nomeação referente ao mês 09/2021, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2021.

Aripuanã-MT, aos 10 dias do mês de setembro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.438/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 060/2021/SEMUFI;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Secretaria, a Sra. **PATRICIA CESARIO SABINO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2109551-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 031.338.861-00, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, doCargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Compras - SUCOMP,** Nível **DAS–03,** *lotada na Secretaria Municipal de Finanças,* a partir do dia 10/09/2021, tornando sem efeito a Portaria nº 13.368/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.437/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido Protocolo nº 849/2021;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Sra. **LAUDICEIA DOMINGOS DA SILVA RIBEIRO QUEIROZ,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2319534-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 055.724.681-42, do Cargo de Carreira de **TECNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL TDE - CONSELVAN,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,* a partir do dia 08/09/2021, tornando sem efeito a Portaria nº 12.041/2020.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.436/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 060/2021/SEMUFI;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Secretaria, o Sr. **SIDNEI PEREIRA DE SOUZA JUNIOR**,portador da Cédula de Identidade RG nº. 26837161 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 056.866.251-23, doCargo em Comissão deDireção e Assessoramento Superior de**Coordenadoria de Contratos e Aditivos – COORCAD,** nível **DAS-4,** *lotado na Secretaria Municipal de Finanças***,** a partir do dia 10/09/2021, tornando sem efeito a Portaria nº 13.372/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.435/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 0639/2021/SEMEC;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do Secretário, o Sr. **LUCIO DENILSON SIQUEIRA DE AMORIM**, portador da Cédula de Identidade RG n°. 2246974-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 039.451.101-81, ocupante do Cargo de Carreira de **TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO,** do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Chefe de Divisão de Informática - DIVINF,** Nível **DAI-02,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer***,** a partir do dia 09/09/2021, tornando sem efeito a Portaria nº 12.648/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.448/2021

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando n° 850/2021/SALIC o qual solicita a nomeação de Comissão Especial:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar, a Comissão Especial a fim de auxiliar a Comissão Permanente de Licitação e acompanhar a realização do Certame referente a Concorrência Publica nº 01/2021, que visa a "Contratação de empresa para execução de obra referente à implantação de pavimentação asfáltica em TSD e drenagem de águas pluviais em diversas ruas no perímetro urbano do Distrito de Conselvan, incluindo materiais e mão-de-obra necessária, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã/M.", para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município.

Titulares:

? Ellen Juhas Jorge – Procurador do Município;

? Flavia Maria Costa – Engenheira Civil;

? Eziquiel Leandro de Sousa – Agente Administrativo/Supervisor de Pontes

Suplente:

? Crystian Amado Alencar da Rosa – Agente Administrativo/Coordenador de Prestação de Contas.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

I - PROCESSO: Inexigibilidade nº 006/2021 – Inexigibilidade de Chamamento Público para subsidiar o evento 03° desafio Aripuanã MTB.

II - OBJETO: Formalização de termo de Fomento com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para subsidiar o evento 03° desafio Aripuanã MTB, deste município de Aripuanã/MT, em regime de mutua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco voltadas para o atendimento das despesas correntes da entidade.

III - PROPONENTE: Associação Ciclista de Aripuanã/MT - CNPJ Nº. 33. 701.050/0001-55.

IV - RAZÃO DA ESCOLHA DA ENTIDADE: As metas estabelecidas no plano de trabalho vão ao encontro dos interesses do município, e a referida instituição é a única que atua nesta área no Município.

V - VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil).

VI - PERÍODO: 09 (nove) meses.

VII - FUNDAMENTO LEGAL: art. 31, caput, da Lei nº 13.019/2014 e art. 10, inciso I, do Decreto n. 3.202/2017.

OBS: Na forma do § 2º do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da publicação, para eventual impugnação, que deverá ser endereçada ao Prefeito Municipal de Aripuanã e entregue na Prefeitura Municipal de Aripuanã (Praça São Francisco de Assis, n. 128, Centro, Aripuanã), no horário de 07h às 13h.

Aripuanã/MT, 10 de setembro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeito Municipal

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.434/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Protocolo nº 840/2021;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Sr. **CAIO HENRIQUE FERREIRA**, brasileiro**,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2065843-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°.023.816.231-16, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Secretário Adjunto de Saneamento Básico - SEASB, DAS–02,** *lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura/DAE***,** a partir do dia 09/09/2021, tornando sem efeito a Portaria nº 12.676/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.433/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 576/2021/SEMUSA;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do Secretario, a Sra. **SELMA SOBREIRA REGIS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 441111 SEJSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 610.452.332-34,do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Gestão Administrativa - SUGEAD, Nível DAS–03,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde***,** a partir do dia 01/09/2021, tornando sem efeito a Portaria nº 13.375/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.432/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 340/2021/SINFRA;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do Secretario, a Sra. **INGRID PAMELA DOURADO DOS SANTOS**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 244.9154-3 2º via SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 062.583.181-00, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Diretor do Departamento de Frotas e Almoxarifado - DEFROA, DAÍ 01,** *lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura***,** a partir do dia 08/09/2021, tornando sem efeito a Portaria nº 13.257/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.443/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 611/2021/SEMEC;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido do Secretário, o Sr. **MARCOS ANTONIO DE ARAUJO BEZERRA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 759. 865 SSP/MT e do CPF nº. 503.848.131-00, ocupante do Cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR - DITRES, Nível DAI-02**,*lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,* a partir do dia 02/09/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrente da Portaria nº **13.443/2021** de nomeação referente ao mês 09/2021, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2021.

Aripuanã-MT, aos 10 dias do mês de setembro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.430/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho à servidora Srª. Marcionilia Eggert de Jesus."

A Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 40º, § 1º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, c/c 12, inciso I e art. 13 da Lei Municipal nº. 637 de 13 de outubro de 2006, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/MT; Lei municipal n.º 096/2014 de 21 de novembro de 2014, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos dos servidores públicos do poder executivo do Município de Aripuanã-MT; e ainda a Lei nº 153/2020, que concedeu recomposição geral anual aos servidores da municipalidade.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho, à servidora, **Sra. MARCIONILIA EGGERT DE JESUS**, casada, portadora da cédula de identidade nº. 2198936-2 SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 588.296.602-72, servidora Efetiva, no cargo de Zeladora (A) I, Classe "B", Nível "02", 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, matricula sob nº 2964, contando com **09 anos, 04 meses e 27 dias** de tempo de contribuição, com proventos integrais**,** calculados com base na média aritmética simples das 80% (oitenta por cento) maiores remunerações de contribuição, conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2021.03.00070P,** a partir de **02/09/2021**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.429/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o Laudo Médico Pericial emitido pela Junta Medica Municipal em 30/08/2021 e requerimento de *Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho* sob protocolo n° 829/2021 de 03/09/2021;

RESOLVE:

EXONERAR, a **Sra. MARCIONILIA EGGERT DE JESUS**, casada, portadora da cédula de identidade nº. 2198936-2 SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 588.296.602-72, servidora Efetiva, no cargo de Zeladora (A) I, Classe "B", Nível "02", lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, matricula sob nº 2964, em virtude da concessão do benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho, conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2021.03.00070P,** a partir de 02/09/2021, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.428/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Idade ao servidor Sr. Celestino Batista Panho".

A Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal nº. 637 de 13 de outubro de 2006, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/MT; Lei Municipal n.º 095/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração para os Profissionais da Educação Básica do Município de Aripuanã-MT; e ainda a Lei 154/2020, que concedeu recomposição salarial aos servidores da municipalidade.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o benefício de Aposentadoria por Idade, ao servidor, **Sr. CELESTINO BATISTA PANHO, casado**, portador da cédula de identidade nº. 384.625 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº. 388.434.989-91, servidor efetivo, no cargo de Motorista Transporte Escolar-Não Profis-XIV-B, Classe "B", Nível "03", 40 horas semanais, *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer*; matricula nº 2002, contando com **22 anos, 07 meses e 23 dias** de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais,** calculados com base na média aritmética simples das 80% (oitenta por cento) maiores remunerações de contribuição, conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2021.02.00059P,** a partir de 10/09/2021, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N.º 050/2021

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital n.º 50/2021, levado a efeito às **08h00min** do dia **10/09/2021** teve como resultado: ***LICITAÇÃO DESERTA.*** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã–MT, 10 de Setembro de 2021.

Sidnei Pereira de Souza Junior

Pregoeiro

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.447/2021

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a concessão de 03 (três) meses de Licença Premio da Presidente do Procedimento Administrativo;

RESOLVE:

Artigo 1° - SUBSTITUIR, a Presidente doProcedimento Administrativo n° 001/2021, **Sra. Nubia Maria Sombra Oliveira – Mat. 277,** nomeada pela Portaria nº 13.294/2021, pela Servidora **Sra. Rosimeire Neves da Silva – Mat. 6188** – Presidente**.**

Artigo 2° - Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na Portaria.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.446/2021

"DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a instauração de **Processo Administrativo Disciplinar n° 012/2021**, com a finalidade de averiguar a conduta do servidor **Fernando Ramos de Oliveira,** ocupante do Cargo de Carreira de **Fiscal Sanitário**,de acordo com o Memorando n.º 535/SEMUSA/2021.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do primeiro.**

1. Líria Cristiane Domingues Alves– Mat. 160– Presidente **2. Silvalane Marques Martins** – Mat. 1094 **-** Secretária **3. Silvia Pereira de Matos** – Mat. 2733 – Membro

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13.445/2021

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 0621/2021/SEMEC;

RESOLVE:

Artigo 1° - SUBSTITUIR, o Membro daTomada de Contas Especial n° 003/2021, **Sr. Adilton Teles de Oliveira – Mat. 2807,** nomeado pela Portaria nº 13.228/2021, pela Servidora **Sra. Ana Carolina Steinke – Mat. 3728** – Tomador de Contas.

Artigo 2° - Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na Portaria.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 13444/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Protocolo nº 837/2021 e Deferido da Gestora;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria nº **6.839/2013**, a qual designaa funcionária Sra. **ANDREIA PEREIRA DA SILVA**, portadorada Cédula de Identidade RG nº 1616242-0 SSP/MT e inscrita no CIC sob o nº. 008.938. 711-25, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, como responsável pelo envio das informações do APLIC referente aos processos Licitatórios-Tempestivo, a partir do dia 03/09/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de setembro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração

Designada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO FINISA Nº 0531053-84

AGENTE FINANCEIRO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei no. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei no. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto no. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo(a) Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo, Sr. Ubiratan Alves de Freitas.

TOMADOR: MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES – MT, inscrito no CNPJ/MF sob o no. 03.507.522/0001-72, representado pelo Prefeito Divino Henrique Rodrigues Dos Santos, CPF nº 002.472.251-00, RG nº 1105370-4 SJ/MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objetivo alterar o Anexo II do contrato de Financiamento no 0531053-84/2020, de 05/03/2020, registrado em títulos e documentos sob no 7477, folhas no 209 do Livro B, no cartório do 1o Ofício de Barra do Bugres/MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificadas os demais termos, cláusulas e condições do contrato ora aditado, ficando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Barra do Bugres-MT, 13 de Julho de 2021.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

AGENTE FINANCEIRO

Nome: Ubiratan Alves de Freitas

MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES –MT

TOMADOR

Nome: Divino Henrique Rodrigues Dos Santos

CAIXA Termo Aditivo de Contrato de Financiamento - FINISA

Grau de sigilo
#PÚBLICO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0531053-84, QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O(A) MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES - MT, NA FORMA ABAIXO.

I – AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo(a) Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo, Sr. Ubiratan Alves de Freitas, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 4692D CREA/MT de 01/02/1982, CPF nº 168.562.361-15, residente e domiciliado à rua Sacramento 171 - Jardim Califórnia – Cuiabá – Mato Grosso CEP 78070-440, doravante designada simplesmente **CAIXA**.

II – TOMADOR – MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES - MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.522/0001-72, representado pelo Prefeito Divino Henrique Rodrigues Dos Santos, CPF nº 002.472.251-00, RG nº 1105370-4 SJ/MT, brasileiro, solteiro, médico, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante designado **TOMADOR**.

CAIXA e **TOMADOR**, isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento tem por objetivo alterar o Anexo II do contrato de Financiamento nº 0531053-84/2020, de 05/03/2020, registrado em títulos e documentos sob nº 7477, folhas nº 209 do Livro B, no cartório do 1º Ofício de Barra do Bugres/MT, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CAIXA Termo Aditivo de Contrato de Financiamento - FINISA

ANEXO II – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CAIXA **Cronograma de Desembolso**
Operações de Financiamento

Grau de Sigilo: #PÚBLICO

[ ] Cronograma inicial [X] Reprogramação

Nº Contrato CAIXA/ SIAPF	Proponente/Tomador/Ag. Promotor
0531053-84	MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES - MT

Município/UF	Empreendimento (nome/apelido)
BARRA DO BUGRES - MT	FINISA BARRA DO BUGRES - MT

Programa	Ação/Modalidade	Fonte de Recursos
FINISA	DESPESAS DE CAPITAL	CAIXA

Término da carência	Valor liberado até 30/06/2021	A liberar
01/02/22	R$ 9.254.525,05	R$ 745.474,95

Valor do Investimento	Financiamento	Contrapartida
R$ 10.000.000,00	R$ 10.000.000,00	R$ 0,00

Desembolsos

Referência Mês/parcela	Ano	Financiamento Valor em R$	%	Contrapartida Valor em R$	%
6	2020	2.202.835,10	100,00%		0,00%
9	2020	3.077.465,21	100,00%		0,00%
11	2020	2.811.735,92	100,00%		0,00%
12	2020	1.162.488,82	100,00%		0,00%
7	2021	745.474,95	100,00%		0,00%

Total por exercício

Ano	Valor Financiamento	%	Valor contrapartida	%
2020	R$ 9.254.525,05	100,00%	R$ 0,00	0,00%
2021	R$ 745.474,95	100,00%	R$ 0,00	0,00%
	R$ 0,00		R$ 0,00	
	R$ 0,00		R$ 0,00	

BARRA DO BUGRES (Local) 09/07/2021 (Data) _____ Representante Tomador/Agente Promotor

Observações:
Os campos Referência e Desembolso indicam a origem dos recursos a serem alocados ao(s) projeto(s), os percentuais de participação de cada entidade no financiamento e os valores a serem desembolsados mensalmente.

27.489 v004 micro 1

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

3

28.117 v002 micro

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificadas os demais termos, cláusulas e condições do contrato ora aditado, ficando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA - Obriga-se o **TOMADOR** a comprovar à **CAIXA**, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do presente instrumento de alteração contratual, a averbação deste ADITIVO à margem dos registros do contrato especificado na CLÁUSULA PRIMEIRA, sob pena de se tornar sem efeito o presente ADITIVO.

CAIXA Termo Aditivo de Contrato de Financiamento - FINISA

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente em 4 vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

Cuiabá , 13 de Julho de 2021

Local/Data

UBIRATAN ALVES DE FREITAS:16856236115 Assinado de forma digital por UBIRATAN ALVES DE FREITAS:16856236115 Dados: 2021.07.13 10:45:08 -04'00'

Assinado de forma digital por DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS:00247225100 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=31420669000166, ou=Certificado PF A1, cn=DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS:00247225100 Dados: 2021.07.14 13:44:08 -04'00'

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES - MT
AGENTE FINANCEIRO	TOMADOR
Nome: Ubiratan Alves de Freitas	Nome: Divino Henrique Rodrigues Dos Santos
CPF: 168.562.361-15	CPF: 002.472.251-00

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

5

28.117 v002 micro

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVES E TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BARRA DO BUGRES-MT
Av. Castelo Branco, 144 - Centro - Barra do Bugres-MT
Fone/Fax (65) 3361-1836
Niuara Ribeiro Roberto Borges - Registradora Interina

Certifico e dou fé, que o presente documento eletrônico: ADITAMENTO foi registrado sob o Registro 7.764 fls 196 no Livro B neste Cartório de Títulos e Documentos na data de 30 de agosto de 2021.

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVES E TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BARRA DO BUGRES-MT
Barra do Bugres-MT, - MT
Niuara Ribeiro Roberto Borges
Registradora Interina

PROTOCOLADA sob nº 13320 em 30/08/2021, e
REGISTRADA sob nº 7764, Livro B, em 30/08/2021.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código do Cartório: 000

SELO DE CONTROLE DIGITAL
Cod. Ato(s):103
BOW 70149 R$ 4.711,90
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVES E TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BARRA DO BUGRES-MT
Av. Castelo Branco, 144 - Centro - Barra do Bugres-MT
Fone/Fax (65) 3361-1836
Niuara Ribeiro Roberto Borges - Registradora Interina

Certifico e dou fé, que o presente documento eletrônico: ADITAMENTO foi registrado sob o Registro 7.764 fls 196 no Livro B neste Cartório de Títulos e Documentos na data de 30 de agosto de 2021.

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVES E TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BARRA DO BUGRES-MT
Barra do Bugres-MT, - MT
Niuara Ribeiro Roberto Borges
Registradora Interina

PROTOCOLADA sob nº 13320 em 30/08/2021, e
REGISTRADA sob nº 7764, Livro B, em 30/08/2021.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código do Cartório: 000

SELO DE CONTROLE DIGITAL
Cod. Ato(s):103
BOW 70149 R$ 4.711,90
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
GABRIEL FERNANDES DE NOVAES:02863728199
CPF:02863728199
Hash:65F499E0B234C284D0487F9890E843403D1CCE3E
Data e Hora da Assinatura:02/09/2021 16:28
PARA CONFIRMAR A AUTENTICIDADE ACESSE:
https://assinaturadigital.iti.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CONTRATO N° 324/2021 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 141/2021

O Município de Barra do Garças - MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratado**: P. C. ALMEIDA ROSA CLINICA MEDICA LTDA –** Cnpj: **29.415.286/0001-5** Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos especializados de urgência e emergência em regime de plantão presencial, sobre aviso, consultas, clínica médica em PSFs e demandas médicas especializadas para acompanhamento clínico de pacientes, de forma complementar aos serviços oferecidos no Município de Barra do Garças-MT. Valor Total R$ **55.200,00** (cinquenta e cinco mil e duzentos reais), ficando estipulado o valor mensal de R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais). A vigência do presente contrato será do dia 10/09/2021 e com término em 31/12/2021.

Barra do Garças - MT, 10 de Setembro de 2021.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2021

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 40601/2021, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, Lei Complementar nº. 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 035/2021.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGA DE EXTINTORES, LUMINÁRIAS E PLACAS SINALIZADORAS DE EMERGÊNCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS ADSTRITAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS/MT.

REALIZAÇÃO: **27/09/2021**.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: **08h00min**

INICIO DO CERTAME: **08h30min**

Horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no site da prefeitura https://www.barradogarcas.mt.gov.br/ e no e-mail: licitacao@barradogarcas.mt.gov.br.

BARRA DO GARÇAS - MT, 10 de setembro de 2021.

Willer Alves Sirqueira - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 27-2021

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 27-2021

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADA: TRATOMAQ - TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS LTDA, 63.885.925/0001-87

OBJETO: **PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR DE PNEU**

VALOR TOTAL: R$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais).

DATA: 10/09/2021

VIGÊNCIA: 10/09/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA
HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 33/2021, PREGÃO ELETRÔNICO 12/2021

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 33/2021, Pregão Eletrônico 12/2021. O Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Decreto 10.024/19, 8.666/93 e suas alterações posterior, resolve **HOMOLOGAR** a presente licitação, cujo objeto é nestes termos: **PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR DE PNEU.** Sendo a vencedora do item a empresa TRATOMAQ - TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 63.885.925/0001-87. Item: TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS YANMAR, OLDFACE SOLIS 90, no valor de **R$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais). Bom Jesus do Araguaia-MT, 10 de Setembro de 2021. MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA - PREFEITO MUNICIPAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2021

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº. 049/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, MATO GROSSO, através da comissão de licitação nomeada pela portaria nº 564 torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 24/09/2021 as 15:00h, Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 049/2021, no Tipo "***MENOR PREÇO POR ITEM",*** com o objetivo de **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinfecção de ambientes com monitoramento e controle microbiológico, sob demanda,de acordo com o Estudo Técnico Preliminar – Relatório Técnico n°. 022/CEANC/UFMT/2020, para enfrentamento da pandemia do COVID-19, com o fornecimento de mão de obra, insumos e equipamentos necessários, a serem executados nas áreas internas e externas dos prédios vinculados a prefeitura municipal de Brasnorte, inclusive seus anexos, bem como dos veículos utilizados pela prefeitura, conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos.** Maiores informações poderão ser obtidas junto à comissão permanente de licitação, no Paço Municipal, sito a Rua Curitiba nº 1080, pelo telefone: 066 3592-3200, site: http://200.199.196.35:8007/portaltransparencia/lic... e e-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br.

Brasnorte – MT. 10 de setembro de 2021.

DAVID EDUARDO CAERON MAGRINI.

Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 047-2021

AVISO DE LICITAÇÃO-PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MATO GROSSO

A Prefeitura Municipal de Brasnorte por meio do seu Pregoeiro torna publico que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial n. 47/

2021, processo administrativo n. 54/2021, Objeto: *Registro de Preços* para futura e eventual Aquisiçao de Equipamentos de Informática e Outros Materiais Permanentes, destinados a Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT,, conforme termo de referência, anexo I do edital do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, o Edital esta disponivel no site http://200.199.196.35:8007/portaltransparencia/lic... **abertura das propostas: 30/09/2021, às 08:00 horas**. Informações gerais: Setor de Licitações (66) 3592-3200; ou, e-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br, e todos os atos inerentes à fase externa do certame também poderão ser acompanhados através do portal da transparência do município de Brasnorte, Arieli Caldeira da Cunha – Pregoeira

Brasnorte/MT 10 de setembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 738 DE 1º DE SETEMBRO DE 2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a necessidade de alterar a carga horária dos professores objetivando o cumprimento do calendário ano letivo 2021;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 158 de 11 de março de 2021, “Altera o art. 28, da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003, que dispõe sobre o plano de carreira dos profissionais da educação municipal de Cáceres, seus respectivos cargos, salários e dá outras providências”.

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 27.247, de 1º de setembro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir a jornada de trabalho dos professores da Rede Municipal de Ensino de Cáceres-MT, conforme relacionados no Anexo Único, sendo parte integrante deste Decreto, para atender, única e exclusivamente, a situação excepcional, temporária e de interesse público.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de setembro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

ANEXO ÚNICO

NOME	HABILITAÇÃO	LOCAL DE TRABALHO	HORAS SEMANAIS	PERIODO	JUSTIFICATIVA
Marlon Vinicius Rodrigues da Silva	Professora Lic. Matemática	EM Buriti	09H Reduzir	A partir de 08/09/2021	Considerando a reorganização de aulas, devido retorno das aulas presenciais prevista.
Marcel Gualberto de Arruda	Professora Lic. Biologia	EM Buriti	12H Reduzir	A partir de 08/09/2021	Considerando a reorganização de aulas, devido retorno das aulas presenciais prevista.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 628 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o § 3º do Artigo 101 da Lei Complementar nº 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40, Inciso I da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 27.990, de 08 de setembro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor**ELIZEU PEREIRA DA SILVA**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2015/2020, no período de 08 de setembro de 2021 a 08 de dezembro de 2021.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de setembro de 2021.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 630 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA , no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40, I da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 27.999, de 08 de setembro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora **ELIANE BATISTA**, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2015/2020, no período de 02 de setembro de 2021 a 02 de dezembro de 2021.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de setembro de 2021.

ALESSANDRA CASTILHO PAIVA PAULINO

Secretária Municipal de Turismo e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 631 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o § 3º Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40, Inciso I, da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 27.982 de 08 de setembro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, **Licença-Prêmio**, conforme cronograma.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo	Dias de Gozo
José Aparecido dos Santos	2007/2012	01/09/2021-30/11/2021	90
Jorge Leandro Pereira	2007/2012	08/09/2021-07/12/2021	91
Zita de Assis Cuiabano	2008/2013	08/09/2021-07/12/202	91
Neuza da Conceição de Arruda	2011/2016	08/09/2021-07/12/2021	90
Ana Lucia Pereira Ortiz Lopes	2009/2014	08/09/2021-08/12/2021	92
Luis Aurélio Alves	2006/2011	24/09/2021-24/12/2021	92

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de setembro de 2021.

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº29/2020-SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL.

CONTRATADA: WP CONSTRUTORA EIRELI - EPP

Objeto: Pelo presente instrumento de distrato unilateral, por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, esposadas nas considerações de seu preâmbulo, e com base na motivação exposta no processo administrativo PROTOCOLO nº 15.443/2021-1DOC, de 30 de julho de 2021.

Cáceres - MT, 02 de agosto de 2021.

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS SANTOS SILVA

DIRETORA EXECUTIVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 637 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 28.064 de 08 de setembro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º *Designar as servidoras ora indicadas, ambas lotadas na Secretaria* Municipal de Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Titular: Elianne Arruda Pires

Suplente: Amanda Lorrayne Vieira de Aguiar

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
110/21	W. F. DE JESUS VIEGAS EIRELI.	Aquisição de gênero alimentícia estocável e perecível para compor o cardápio da Alimentação Escolar para o ano letivo, para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Educação.	06/09/21	06 meses

§ 1º As servidoras acima designadas devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de setembro de 2021.

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 759 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 26542, de 24 de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Nomear a servidora **JEISY ANNE CHRISTIE PAIZANO NEVES**, para responder pelo cargo em Comissão de Gerência de Acompanhamento de Compras e Contratos da **Secretaria de Assistência Social do Município de Cáceres**, Estado de Mato Grosso, pelo período de 01 de setembro 2021 á 30 de setembro de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de setembro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

FABÍOLA CAMPOS LUCAS

Secretária Municipal Interina de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 06/2021

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a homologação da licitação na modalidade **TOMADA DE PEÇO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** objetivando a Contratação de empresa especializada em engenharia para construção da Escola Municipal Laranjeiras, localizada no Assentamento Santo Antônio Conselheiro "Assentamento Laranjeiras 1" , na zona rural de Cáceres, com área total a ser construída de 397,13 m² de acordo com Projeto arquitetônico e complementares, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, Composição de Preços pelas condições estabelecidas neste Termo de Referência, adotando o regime de execução de empreitada por preço global, e seguindo os dispositivos da Lei 8666/1993.

Estimativa do Valor: **R$ 868.110,99 (oitocentos e sessenta e oito mil, cento e dez reais e noventa e nove centavos).**

Realização: 20 de agosto de 2021 às 08:00 horas, Horário de Cuiabá-MT

Empresa: K. ALISSON CARDOSO ME, CNPJ: 28.032.542/0001-65

Valor: R$ 798.285,85 (setecentos e noventa e oito mil duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos)

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/. As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 10 de setembro de 2021.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria 484/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISCUSSÃO SOBRE A ELABORAÇÃO DA LOA 2022

C O N V I T E

A PREFEITURA DE CÁCERES convida Vossa Excelência a participar, remotamente, da audiência pública, para discussão e sugestões durante o processo de elaboração da seguinte peça de planejamento municipal:

LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL para o exercício de 2022

Data: 21 de setembro de 2021

Horário: 9h

Youtube: https://www.youtube.com/channel/ UCTfzYuOBEgyQ-mL7jDUhFYQ

Como ainda estamos atravessando o período de pandemia da Covid-19, a audiência da LOA 2022 será apresentada da sede deste Paço Municipal e transmitida em formato de LIVE, no supracitado canal oficial de imprensa da Prefeitura de Cáceres, pela plataforma de mídia *Youtube*, a fim de se evitar aglomeração, em razão das medidas de prevenção contra a propagação do novo Coronavírus.

Trata-se do cumprimento dos preceitos da transparência, controle e fiscalização, em conformidade com o art. 48, § 1º, I, da LRF (Lei Complementar nº 101/2000. Portanto, a participação dos nobres vereadores do Legislativo cacerense é imprescindível na construção coletiva desse norteador das ações públicas segundo os princípios democráticos.

Atenciosamente.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00004, DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00004, de 08 de Setembro de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
OTTO MEINBERG	618.366. 308-59	9047 /00006/2021
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 08/09/2021

Data de desafixação: 23/09/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 760 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 27.971 de 08 de setembro de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o servidor HELBER RENATO DE FIGUEIREDO FIALHO, para responder pelo cargo em Comissão de Gerência de Unidades Esportivas e Lazer da Secretária Municipal de Esporte e Lazer em substituição a titular Cleidilene Garcia de Almeida, que encontra em gozo de férias no período de 09 de setembro de 2021 á 08 de outubro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de setembro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 27-2021 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de computador específico de

uso em engenharia, visando atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e

Logística e a Assessoria Técnica I.

Realização: 27 de Setembro de 2021 às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http:// https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/ e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 10 de Setembro de 2021.

Wilton Bento Pimenta

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 484/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 761 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 27.720, de 03 de setembro de 2021;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder à senhora **RUBERLEIA CICERA DO COUTO COSTA**-cargo deProfessora Licenciada em Pedagogia**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime Previdenciário/INSS, pelo período de 02 de setembro de 2021 a 28 de fevereiro de 2022.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de setembro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº763, DE 09/09/2021.

TRANSFERE *recursos do orçamento vigente de 2021*

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.934/2021.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **transferidas** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº2934, de 23 de março de 2021 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 09 DE SETEMBRO DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:02 PODER EXECUTIVO

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ficha: 753 08.243.1007.2098.0000 GESTAO DE EXCELENCIA 500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 500,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ficha: 755 08.243.1007.2098.0000 GESTAO DE EXCELENCIA -500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERM

TOTAL DAS ANULAÇÕES -500,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 762 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 28.226 de 09 de setembro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam inutilizadas as numerações de Decretos nº 660 a 669, por motivo de um lapso ao redigir os Atos, os números citados não foram usados para nenhum fim ou pessoa, não havendo assim nenhum prejuízo para esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de setembro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS.

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 752 DE 03 DE SETEMBRO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 27640, de 03 de setembro de 2021:

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido a servidora **MARLENE COSTA PAIXÃO- Assistente Administrativo, lotada na** Secretaria Municipal de Educação, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de setembro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

Secretária Municipal Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: DECRETO Nº.765 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"Prorroga os efeitos do Decreto Municipal nº 723, de 27 de setembro de 2021, na forma que especifica. "

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 28.298 de 09 de setembro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam prorrogados até o dia 20 de setembro de 2021 os efeitos do Decreto Municipal nº 723, de 27 de setembro de 2021, que "*"Estabelece medidas de prevenção ao contágio da COVID-19, em consonância com o Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021 e dá outras providências"*.

Parágrafo único. Os efeitos do Decreto mencionado no *caput* deste artigo poderão ser novamente prorrogados em caso de necessidade devidamente justificada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de setembro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 489 DE 14 DE JULHO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 12.082, de 07 de junho de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, designada pela Portaria nº 331, de 04.05.21, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de julho de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 766 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais, que lhe confere o art. 74, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Memorando sob nº 27.983 de 08 de setembro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º Nomear o servidor **AVELINO SENA SANTIAGO** – Contador, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador de Tesouraria, da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em substituição a titular **Maria Dayane Silva Lins**, a partir de 13 de setembro de 2021, pelo período de 15 dias, em virtude do titular estar em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de setembro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

ARNALDO DONIZETE TRALDI

Secretário Municipal de Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº767, DE 10/09/2021.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.916/2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$195,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1315 08.243.1007.2094.0000 MANUT E ENCARGOS COM CONSELHO TUTELAR 195,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

744 08.243.1007.2094.0000MANUT E ENCARGOS COM CONSELHO TUTELAR -195,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 10 DE SETEMBRO DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nª 021/2021

A Comissão nomeada através da Portaria nº 120/2020 da Chamada Pública define através da avaliação realizada por análise curricular e documentos comprobatórios para pleito do seguinte cargo:

Cargo: PSICÓLOGO	
Nome do candidato	**Resultado**
Nádia Silva Rosa	Aprovado
Maria Cristina Ribeiro Lara	Classificado

Bruna Rodrigues Consoli

Membro

Mônica Aparecida Rodrigues

Membro

Suélen Cequinel Rosa

Membro

Data: 09/09/2021

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA NO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 021/2021,

Errata

No **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 021/2021,** da Prefeitura Municipal de Campinápolis, publicada em 02 de setembro de 2021 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição ANO XVI | N° 3.806, às páginas nº 79/80,

ONDE SE LÊ :

"7.1. A análise curricular será realizada por Comissão nomeada através da Portaria n° 120/2020."“

DEVE-SE LER:

"7.1. A análise curricular será realizada por Comissão nomeada através da Portaria n° 397/2021".

Campinápolis, 10 de setembro de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito de Campinápolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **MARIANE MARTINS HERNANDES DE ABREU**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo para análise.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo. "* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titula-

ção etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por MARIANE MARTINS HERNANDES DE ABREU, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021

Rafael Machado

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2020 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2021

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1. 544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020.

CONSIDERANDO: O Memorando nº 976/2021 proveniente da Secretaria Municipal de Educação; O Memorando nº 978/2021 proveniente da Secretaria Municipal de Educação;

C O N V O C A

Os abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado 005/2020, que deverão comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação deste edital na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 005/2020.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGIA – 30 HORAS – ÀREA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
122º	FABIANA DA SILVA MENDES TEZORI
123º	JOÃO ERNESTO PELISSARI CANDIDO

Cargo: PROFESSOR – LETRAS/LINGUA PORTUGUESA – 30 HORAS – ÀREA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
14º	LUANA FRANAVIA DE SOUZA PINTO

Cargo: PROFESSOR – GEOGRAFIA – 30 HORAS – ÀREA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
8º	DAMARES SOARES DA SILVA

Cargo: AGENTE EDUCACIONAL INFANTIL – 40 HORAS – ÀREA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO

55º	MICAÉLLE CAETANO DE ALENCAR
56º	ANA LUCIA OGNIBENE MINOZZO
57º	PAMELLA SJYDLOVSKI
58º	THIAGO ERICK BARBOSA LOPES
59º	ALINE DA SILVA BEZERRA

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 09 dias do mês de setembro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO Nº 263, DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

QUALIFICA O INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE SÃO LUCAS – ISSSL COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e, em especial;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 852, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Requerimento de Qualificação do Instituto Social de Saúde São Lucas, subscrito por sua presidente Sra. Litana Grasiela dos Santos Alves no dia 09 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO o disposto no Memorando nº 97/2021, da Assessoria Jurídica do Município, subscrito pelo Assessor Jurídico Dr. Kleiton da Costa Merlo;

CONSIDERANDO o disposto no Memorando nº 951/2021, da Secretaria Municipal de Saúde, subscrito pelo Prefeito Municipal Rafael Machado e pelo Sr. Dalmo Henrique Thomazzi, Secretário Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o interesse público

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica qualificado como Organização Social o Instituto Social de Saúde São Lucas – ISSSL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com inscrição no CNPJ sob o nº 96.295.654/0001-69, com sede na Rua José Felix de Oliveira, nº 359, sala nº 103, na cidade de Cotia, estado de São Paulo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis – MT, 08 de setembro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração

DECISAO DE RECURSO DE PROGRESSÃO HORIZONTAL

Servidor Público: JASON ALVES BATISTA

Matrícula: 1067

Cargo: Agente de Fiscalização Sanitária

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

I – RELATÓRIO

Trata-se de **RECURSO DE DECISÃO DE PROGRESSAO HORIZONTAL** interposto pelo servidor público, **JASON ALVES BATISTA**, devidamente qualificado nos autos do recurso em epígrafe, em desfavor da Progressão Horizontal dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis, publicado mediante Decreto nº 236, de 10.08.2020, conforme disposições contidas na contidas na Lei Municipal nº 1.822, de 5 de abril de 2016.

Aduz o requerente, que seja julgado totalmente procedente o Recurso por ele protocolado, para revisão da Progressão Horizontal preliminar realizada pela Comissão Paritária para Análise e Enquadramento Definitivo dos servidores regidos pela Lei nº 1135/2006.

Por fim, do pedido, o servidor requer;

I- Que seja considerado o Diploma de Título Profissional de Técnico em Vigilância Sanitária como requisito para progressão horizontal na Classe "C".

II – FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, informa-se que;

Considerando o requerimento encaminhado pelo servidor para reconsideração de decisão, recebido na data de 2 de setembro de 2021;

Considerando a Lei nº 1135/2006;

Considerando a Lei nº 2076/2019.

Esta Comissão julga improcedentes as reconsiderações apontadas e os requisitos do Servidor para a Progressão à Classe "C", conforme decisão anterior desta comissão, considerando que o disposto na Lei nº 1135/2006, alterada pela Lei nº 2076/2019, no art. 10, especifica que para ingresso na referida classe, o servidor deverá ter:

"c) Classe C: habilitação em grau de ensino superior, correlacionada com a área de atuação";

Assim sendo, o requisito para satisfazer a exigência para progressão à Classe "C" é a apresentação do título de ensino superior, no entanto, o servidor apresentou título de curso TÉCNICO em Vigilância Sanitária, título este que o qualifica apenas para Progressão à Classe "B", pois não se trata de título de nível superior. Ainda, ressalta-se que a diplomação de curso técnico é correlata ao nível médio, impossibilitando pleitear qualquer vaga de emprego ou de concurso público que exijam formação em nível superior, bem como da Progressão Horizontal em questão.

Insta consignar, que esta Comissão se coloca à disposição, para esclarecer eventuais dúvidas.

III – DECISÃO

Diante dos fatos e fundamentos supracitados, entendemos que o servidor não faz jus a progressão para a Classe "C", a partir da data de 01/10/2020, uma vez que o título apresentado pelo servidor não atende ao requisito da Classe "C", conforme preceitua a legislação.

Campo Novo do Parecis – MT, 10 de setembro de 2021.

Assinam os membros da comissão

_____

Sara Castelli

Membro Executivo

_____

Thiago Augusto da Silva

Membro Executivo

_____

João Cardoso Lucas

Membro SSPM

_____

Julio Cesar Ferreira

Membro SSPM

_____

Airton Sebastião Moreira

Membro Executivo

_____

Edna Mara Saibert Malmann

Membro SSPM

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2021 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2021

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.437, de 25 de agosto de 2011, que dispõe sobre contratação de pessoal para prestação de serviços em programas com transferência de recursos da União ou do Estado e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021.

CONSIDERANDO: O Memorando nº 961/2021 proveniente da Secretaria Municipal de Saúde;

C O N V O C A

O abaixo relacionado aprovado no Processo Seletivo Simplificado 002/2021, que deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação deste edital na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 002/2021.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
03°	BARBARA MARGARETE FULGENCIO

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 09 dias do mês de setembro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 024/2021 CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n°. 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 002/2019 a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina os arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENUNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo*:* PEDREIRO - ÁREA URBANA

CLASS.	NOME
2º	ADRIANO RAMOS DA CRUZ

O candidato aprovado acima relacionado deverá comparecer a Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munida dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 002/2019, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 03 dias do mês de setembro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO INTERPOSTO POR AINÃ TAINA MARTINS OLIVEIRA

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **AINÃ TAINA MARTINS OLIVEIRA** em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega a recorrente que o seu enquadramento foi na Classe D. Todavia, a requerente estava enquadrada na Classe "C", e conforme depreende-se pelas planilhas de variação de vencimentos verticais e horizontais, o valor publicado não condiz com esse aumento salarial pelo anuênio.

Salienta ainda que, "*a recorrente já completou mais um ano de efetivo exercício, de forma que o atual nível não está atualizado*", e que apesar da Lei Complementar Federal nº. 173/2020, proibir o aumento salarial pelo anuênio "*ela não proíbe a contagem do tempo de efetivo exercício, de forma que o nível pode evoluir, mesmo que sem o respectivo aumento salarial dessa evolução".*

Assim, requer seja julgado Totalmente procedente o presente recurso, efetuado o reenquadramento da servidora para a Classe "D" , com respectivo aumento nos vencimentos, bem como, requer seja corrigido o nível no Plano de carreira, em virtude da Lei Complementar 173/2020, não proibir a contagem do tempo de efetivo exercício.

Este é o breve relatório do recurso.

Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo a análise.

Temos que ressaltar os princípios dodireito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Em igual sentido o doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello(Curso de Direito Administrativo, 2009), a firma que "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo."* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei, haja vista que houve a aplicação *"ipsis litteris"* da lei, **em conformidade com o respectivo nível de habilitação e perfil profissional e ocupacional da servidora.**

Menciona-se que, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

(...) (Acordão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecú-

nia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia.

Ademais, a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentário-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto pelo Servidor, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 08 de setembro de 2021

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO INTERPOSTO POR APARECIDA GORETIMA VIEIRA

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **APARECIDA GORETIMA VIEIRA** em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega a recorrente que o seu enquadramento foi na Classe B. Todavia, a requerente estava enquadrada na Classe "C", em razão do enquadramento feito pelo meu salário em 2006, e considerando o protocolo da sua pós-graduação em EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA, a requerente requer seja corrigido o reenquadramento para a Classe "C".

Salienta ainda que, "*a recorrente já completou mais um ano de efetivo exercício, de forma que o atual nível não está atualizado*", e que apesar da Lei Complementar Federal nº. 173/2020, proibir o aumento salarial pelo anuênio "*ela não proíbe a contagem do tempo de efetivo exercício, de forma que o nível pode evoluir, mesmo que sem o respectivo aumento salarial dessa evolução".*

Assim, requer seja julgado Totalmente procedente o presente recurso, efetuado o reenquadramento da servidora para a Classe "C" , com respectivo aumento nos vencimentos, bem como, requer seja corrigido o nível no Plano de carreira, em virtude da Lei Complementar 173/2020, não proibir a contagem do tempo de efetivo exercício.

Este é o breve relatório do recurso.

Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo a análise.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, à título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, e este ocorreu em conformidade do dispositivo legal, portanto, o ato administrativo foi valido.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 15, inciso II alínea "c" que:

Art. 15. A série de classes dos cargos que compõem as carreiras dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis, estrutura-se em linha horizontal de acesso, em conformidade com o res-

pectivo nível de habilitação e perfil profissional e ocupacional, identificada por letras maiúsculas assim descritas:

(...).

II - Agente Educacional Infantil:

a) Classe A - habilitação em nível médio;

b) Classe B - habilitação de grau superior em nível de graduação, correspondente à licenciatura plena;

c) Classe C - habilitação de grau superior em nível de pós-graduação, de, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas, com curso de especialização na área da Educação Infantil;

Conforme bem consignado no inciso II alínea "c" do artigo 15, o reenquadramento do Agente Educacional Infantil será considerado o nível de escolaridade atual do servidor para sua correta evolução. No entanto, o reenquadramento pretendido pela servidora, não é possível, visto a necessidade de preencher os requisitos disposto na lei "**curso de especialização na área da Educação Infantil**".

Verifica-se que a lei garante o desenvolvimento funcional do servidor desde que possua formação exigida para a classe pretendida, visto que a sua formação deve estar relacionada com a natureza e a complexidade da respectiva carreira. Portanto, o legislador ao estabelecer a lei, possibilitou a evolução da carreira do servidor, mediante o cumprimento de requisitos para cada função.

Assim, verificando o certificado do curso de Pós-Graduação da servidora, EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA, podemos afirmar que é um curso de Especialização é da área de Educação, porém, não da área Educação Infantil, especialização exigida para ocupação da Classe "D" e não na Classe "C", e a Lei Municipal nº. 2084/2019, estabeleceu que:

Art. 48. **O servidor fará jus ao salário correspondente ao seu enquadramento na tabela salarial**, **obedecendo rigorosamente à classe e o nível correspondente à sua formação**.

Art. 49. **A cada progressão horizontal**, **representada pela mudança de classe na carreira, o servidor fará jus à aplicação do coeficiente dos níveis subsequentes ao que anteriormente ocupava**, conforme tabela salarial, excluindo-se para fins de cálculo, qualquer adicional ou função gratificada percebida pelo servidor, **sendo que sua evolução horizontal será de acordo com sua formação**.

Assim, conforme estabelecido nos artigos acima, a progressão horizontal do servidor é representada pela mudança de classe na carreira, no entanto, o servidor só fará jus à aplicação do coeficiente do nível subsequente ao que anteriormente ocupava.

Em resumo, **a lei estabeleceu que sua progressão somente acontecerá para o nível subsequente, impossibilitando a avanço para os demais níveis sem que tenha ocupado o nível anterior**.

O que acontece no presente caso, explica-se:

A servidora ocupava o nível da Classe "C" conforme o reenquadramento de 2006, posteriormente, houve a alteração da lei passando a vigorar a Lei Municipal nº 2084/2019, e conforme novo reenquadramento a servidora passou a ocupar a **Classe "B",** por **possuir habilitação de grau superior em nível de graduação** (licenciatura plena), desta forma, a progressão para no nível subsequente seria à **Classe "C", cuja a exigência é habilitação de grau superior em nível de pós-graduação**, em "**curso de especialização na área da Educação Infantil**". E como mencionado a servidora apresentou certificado de **Pós-Graduação EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**, que corresponde a **curso de Especialização é da área de Educação**, especialização está, exigida para ocupação da **Classe "D".** Assim Justa a decisão da Comissão de Reenquadramento em manter a servidora na **Classe "B"**.

Ademais, temos que ressaltar os princípios dodireito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Em igual sentido o doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello(Curso de Direito Administrativo, 2009), a firma que "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo."* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei, haja vista que houve a aplicação *"ipsis litteris"* da lei, **em conformidade com o respectivo nível de habilitação e perfil profissional e ocupacional da servidora.**

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito

com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

(...) (Acordão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia.

Ademais, a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentário-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto pelo Servidor, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 08 de setembro de 2021

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO INTERPOSTO POR CATIANA PAULI

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **CATIANA PAULI** em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega a recorrente que o seu enquadramento foi na Classe D. Todavia, a requerente estava enquadrada na Classe "C", e conforme depreende-se pelas planilhas de variação de vencimentos verticais e horizontais, o valor publicado não condiz com esse aumento salarial pelo anuênio.

Salienta ainda que, "*a recorrente já completou mais um ano de efetivo exercício, de forma que o atual nível não está atualizado*", e que apesar

da Lei Complementar Federal nº. 173/2020, proibir o aumento salarial pelo anuênio "*ela não proíbe a contagem do tempo de efetivo exercício, de forma que o nível pode evoluir, mesmo que sem o respectivo aumento salarial dessa evolução".*

Assim, requer seja julgado Totalmente procedente o presente recurso, efetuado o reenquadramento da servidora para a Classe "D" , com respectivo aumento nos vencimentos, bem como, requer seja corrigido o nível no Plano de carreira, em virtude da Lei Complementar 173/2020, não proibir a contagem do tempo de efetivo exercício.

Este é o breve relatório do recurso.

Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo a análise.

Temos que ressaltar os princípios dodireito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Em igual sentido o doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello(Curso de Direito Administrativo, 2009), a firma que "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo."* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei, haja vista que houve a aplicação *"ipsis litteris"* da lei, **em conformidade com o respectivo nível de habilitação e perfil profissional e ocupacional da servidora.**

Menciona-se que, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

(...) (Acordão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes

de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia.

Ademais, a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentário-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto pelo Servidor, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 08 de setembro de 2021

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO INTERPOSTO POR MARLY MILANI LIVINIETZ

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **MARLY MILANI LIVINIETZ** em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega a recorrente que foi reenquadrada no nível 06 (seis), que não foi contabilizado tempo de efetivo exercício anterior, como agente educacional, quase 06 (seis) anos de serviço, relata que a Lei Municipal nº 2084/2019, possibilita contabilizar o tempo de efetivo do cargo anterior ocupado.

Relata que perdeu o vínculo público em 2011, que assumiu concurso público em outra localidade, e que posteriormente passou em concurso e foi convocada ao cargo de professora no município de Campo Novo do Parecis.

Alega que os outros entes públicos aceitam inclusive o tempo como interino/contratado, para fins de contagem de tempo de serviço na progressão por antiguidade.

Diante do exposto requer seja Julgado Procedente o pedido de reconsideração do resultado do reenquadramento.

Este é o breve relatório do recurso.

Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo a análise.

Conforme, verifica-se na decisão proferida pela Comissão de Reenquadramento, a mesma conclui que a "*servidora não faz jus a solicitação , sendo que houve uma ruptura de vinculo na data de 11/02/2011 e uma nova posse em novo cargo/concurso na data de 14/05/2014*", sobre o entendimento da lei Municipal nº 2084/2019, artigos 53 "*caput*" e artigo 104 § 3º, vejamos:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

Art. 104. O servidor público municipal de Campo Novo do Parecis que prestar novo concurso público no Município de Campo Novo do Parecis e for devidamente empossado terá direito à somatória do seu tempo de serviço no antigo cargo de provimento efetivo ao novo cargo de provimento efetivo.

§ 1º No caso previsto no caput, o servidor será alocado na classe inicial da tabela salarial do novo cargo, sendo que a posição vertical será aquela correspondente à já ocupada pelo servidor no cargo de provimento efetivo anterior.

§ 2º Após a localização do servidor, no cargo, na tabela salarial, o mesmo deverá cumprir os mesmos critérios estabelecidos na presente Lei.

§ 3º Para que o servidor faça jus ao disposto no caput, o mesmo deverá pleitear o seu direito no prazo não superior a 24h, contado da desvinculação do cargo anterior.

Conforme estabelecido em lei, o servidor de Campo Novo do Parecis, que assumir novo cargo público mediante aprovação em concurso público, "***terá direito à somatória do seu tempo de serviço no antigo cargo de provimento efetivo ao novo cargo de provimento efetivo***".

Diante do texto legal, verifica-se que o requerente não era mais servidor público do município de Campo Novo do Parecis/MT, visto que perdeu seu vinculo em 2011, quando assumiu concurso em outro município.

Ocorre que houve o interrompimento do vinculo com a administração de Campo Novo do Parecis/MT, portando o pedido de exoneração **descarac-**

teriza o vínculo jurídico do servidor com a Administração, e a posse em novo concurso publico anos depois cria novo vínculo jurídico entre a requerente e o Município.

De qualquer forma, a lei estabelece no §3º do artigo 104 da lei Municipal 2084/2019, que o servidor "***deverá pleitear o seu direito no prazo não superior a 24h, contado da desvinculação do cargo anterior***", o que de fato não ocorreu, visto que, a requerente assumiu concurso em outra localidade, retornando ao quadro de servidores do município de Campo Novo do Parecis/MT, em *14/05/2014.*

Ademais, temos que ressaltar os princípios dodireito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Em igual sentido o doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello(Curso de Direito Administrativo, 2009), a firma que "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo."* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei, pois trata-se de ato vinculado, assim, só há um único comportamento possível, e ele é o que a lei determina. O administrador não tem liberdade de atuação, apenas deve seguir o que a lei prescreve.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto pelo Servidor, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 08 de setembro de 2021

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **ADEMIR SCHWAN**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2. 084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo para análise.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo. "* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titula-

ção etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por ADEMIR SCHWAN, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **CLÁUDIA CARLA MARTINS**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo para análise.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tem-

po de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo. "* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19, conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19, conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por CLÁUDIA CARLA MARTINS, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **DANIELA REGINA BONIATTI DESORDI**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo para análise.

Passamos a análise jurídica e de fatos que darão amparo para a decisão.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo. "* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art.**

8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4) O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por DANIELA REGINA BONIATTI DESORDI, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **EDNA PAZ OLIVEIRA MENDES**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo para a análise.

Passamos a análise jurídica e de fatos que darão amparo para a decisão.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo. "* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CON-

CESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por EDNA PAZ OLIVEIRA MENDES, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021.

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **IVONETE MARIA COCCO PIANO**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo para análise.

Passamos a análise jurídica e de fatos que darão amparo para a decisão.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo

correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo."* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por IVONETE MARIA COCCO PIANO, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **JERUSA PINTO PINHEIRO**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presente os pressupostos legais para a interposição, recebo o recurso e passo à análise.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo. "* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por JERUSA PINTO PINHEIRO, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **JOSENAN LEMONIE GILIOLI**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo recurso e passo a análise.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse

valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo. "* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por JOSENAN LEMONIE GILIOLI, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **LEIZINA SARAIVA DA SILVA**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo para análise.

Passamos a análise jurídica e de fatos que darão amparo para a decisão.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo. "* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por LEIZINA SARAIVA DA SILVA, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **MARCIA ALEXANDRA SAVARIZ**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo para análise.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo. "* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por MARCIA ALEXANDRA SAVARIZ, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **ROSEMÉRI APARECIDA FUNGHETTO SCHWAN**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo para análise.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo.* " Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima.*"

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de

licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por ROSEMÉRI APARECIDA FUNGHETTO SCHWAN, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **SILVÂNIA PEREIRA DE AZEVEDO FRANÇA**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo para a análise.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo. "* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a

31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por SILVÂNIA PEREIRA DE AZEVEDO FRANÇA, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021.

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **ZÉLIA SILVA ALVES PEDROTTI**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo para análise.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto

no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo. "* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em gran-

de escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o período vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4)** O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por ZÉLIA ALVES PEDROTTI, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DECISÃO AO RECURSO DE REENQUADRAMENTO

I – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto por **TÂNIA ZORZI**, em face do Decreto Executivo nº 210, de 22 de julho de 2021, que dispõe sobre o Reenquadramento Preliminar dos Servidores Abrangidos pela Lei Municipal nº 2.084/2019 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Em síntese, alega que seu enquadramento foi mantido na classe D, considerando o protocolo de sua segunda pós graduação. Que já se encontrava enquadrada na classe D, em razão do enquadramento feito por seu salário em 2006. Que antes da aplicação de sua segunda pós graduação no enquadramento, deveria ter sido corrigido o enquadramento anterior, com aplicação da VPNI, sendo posteriormente aplicado o aumento pela segunda pós graduação.

Requer o retorno para classe C, com aplicação VPNI e depois seja feita sua elevação para a classe D, mantendo – se a VPNI em separado.

Este é o breve relatório do recurso. Presentes os pressupostos legais para interposição, recebo o recurso e passo para análise.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender como ocorreu o reenquadramento no ano de 2006, e o motivo de alegar que ocorreram erros no referido reenquadramento.

À época do reenquadramento, estava em vigor a Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2006, que Reestrutura o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Referida Lei, traz em seu artigo 44 a forma de reenquadramento que fora utilizada à época dos fatos:

Art. 44. Para fins de enquadramento definitivo, o servidor deverá optar por uma das seguintes formas:

I - opção pelo enquadramento de concurso: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor permanecerá nesta classe definitivamente sem a necessária correspondência à titularidade, percebendo, além do vencimento de enquadramento o valor de 2% (dois por cento) ao ano, a título de progressão vertical;

II - opção pela classe de referência: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe cujo valor pecuniário que seja igual ou imediatamente superior mais próximo na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; o servidor poderá avançar na carreira desde que haja classe por titularidade nas condições deste Estatuto;

III - opção pelo complemento constitucional: define-se o valor pecuniário pela soma do salário mensal mais o adicional de tempo de serviço; determina o tempo de serviço para definir o nível correspondente ao enquadramento do servidor; verifica a classe inicial correspondente ao tempo de serviço na tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei; a diferença entre o valor pecuniário e o valor inicial da tabela do cargo correspondente, previsto no anexo III, desta Lei correspondente ao tempo de serviço deverá compor como complemento constitucional incorporado à remuneração do servidor.

§ 1º. Os servidores optantes pelo enquadramento de concurso poderão ser enquadrado nas classes constituídas pelas letras "E" e "F", quando for o caso, classes estas criadas tão somente para este tipo de enquadramento, sem a necessária correspondência à titularidade. **§ 2º**. Os servidores deverão optar por uma das formas de enquadramento até o final do exercício de 2007. **§ 3º**. O complemento constitucional incorporado de que trata o inciso III deste artigo, pago em parcela destacada do padrão de vencimento, é irredutível e compõem o vencimento do servidor para todos os efeitos, inclusive para fins de cálculo de horas extraordinárias, 13º salários e férias e será reajustado nos mesmos índices e percentuais quando:

a) dos reajustes gerais dos servidores municipais; **b)** da progressão por tempo de serviço.

(...)

Conforme se verifica nos incisos acima transcritos, o reenquadramento realmente ocorreu de acordo com os salários, no entanto, não há que se falar em erro de reenquadramento, haja vista que este ocorreu de forma totalmente legal, prescrita em lei, há 15 (quinze) anos, e, portanto, não compete ao município hoje discutir a forma com que ocorreu o reenquadramento àquela época.

Já em relação ao reenquadramento que está em trâmite, o mesmo está regulamentado pela Lei Municipal nº 2.084/2019, que prevê em seu artigo 53:

Art. 53. No reenquadramento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo será considerado o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e o nível de escolaridade atual do servidor.

§ 1º. Os servidores que possuírem vencimentos superiores aos constantes da tabela salarial desta Lei, terão estes valores consignados em apartado na folha, após o reenquadramento, os quais serão designados como Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

§ 2º. Os valores constantes da VPNI serão atualizados nos mesmos percentuais e moldes aplicados às tabelas de vencimentos.

§ 3º. A incorporação constante do § 1º deste artigo a ser paga em parcela destacada do padrão de vencimento é irredutível e compõe o vencimento do servidor para todos os efeitos.

§ 4º. Serão aplicados aos valores constantes da VPNI, obedecido o disposto no artigo 43 da desta Lei, os mesmos coeficientes constantes da tabela salarial.

§ 5º. Os valores constantes da VPNI serão integrados aos valores pagos a título de 13º terceiro salário e férias, bem como serão considerados quando da aposentadoria do servidor.

§ 6º. As aulas excedentes também serão calculadas sobre a Verba Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI.

Art. 54. Não haverá redução de vencimentos em decorrência do reenquadramento efetuado por esta Lei.

Conforme bem consignado no *caput* do art. 53, acima transcrito, no reenquadramento será considerado o nível de escolaridade atual do servidor. Sendo considerado ainda a possibilidade de, havendo o servidor vencimento superior ao constante da tabela salarial desta Lei, a diferença desse valor deverá ser devidamente lançada na folha do servidor, sendo devidamente integrado aos valores pagos a título de 13º salário e férias.

Nesta seara, temos que ressaltar os princípios do direito público, em especial o da legalidade, que significa, conforme bem leciona Marçal Justen Filho (Curso de Direito Administrativo, 2009) "*a supremacia da lei (expressão que abrange a Constituição), de modo que a atividade administrativa encontra na lei seu fundamento e seu limite de validade".*

Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 2009), "*o princípio da Legalidade é específico do Estado de Direito, é justamente aquele que o qualifica e que lhe dá identidade própria, por isso considerado é basilar para o Regime Jurídico-administrativo. "* Isso significa dizer, de acordo com Matheus Carvalho (Manual de Direito Administrativo, 2019) "*que no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima."*

Flávia Bahia Martins (Direito Constitucional, 2011) ao discorrer sobre o princípio da legalidade disserta:

O princípio da legalidade, portanto, expressa a sujeição ou subordinação das pessoas, órgãos ou entidades às prescrições emanadas do legislativo, Executivo e Judiciário. (...)

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia de vontade. Já

quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.

Desta forma, não pode a Administração Pública decidir diferente do que determina a lei e assim retroagir classe de servidor para depois enquadrá-lo ou deixar de considerar os títulos já apresentados para depois considerá-los, haja vista a determinação expressa da lei "**no reenquadramento** do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo **será considerado** o seu tempo de efetivo exercício no Município de Campo Novo do Parecis e **o nível de escolaridade atual do servidor.**"

Já no que tange a progressão vertical, com a pandemia da COVID-19, foi promulgada a Lei Complementar Federal nº 173/2020, a qual trouxe diversas vedações à Administração Pública no que tange a aumento de despesas com pessoal, tanto, que popularmente chega a ser conhecida como "Lei do Congelamento".

A matéria do recurso está relacionada ao texto do inciso IX, do art. 8º de referida Lei Complementar, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

IX - **contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios**, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e **demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço**, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

Conforme se depreende a interpretação de referido inciso, fica vedada a contagem do tempo previsto no *caput* do artigo para concessões de anuênios, triênios, qüinqüênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço.

Ao contrário da maioria das demandas relacionadas à Lei supramencionada, quanto às dúvidas apresentadas encontramos, embora não em grande escala, entendimentos de Tribunais de Contas que possam amparar a análise por esse momento, conforme se verifica abaixo:

A Lei Complementar Federal nº 173/2020 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, o servidor logre preenchê-los adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme inteligência do art. 8º, I, da referida Lei Complementar Federal (...)

Para efeito de concessão de promoção e/ou progressão funcional, cujos critérios estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia decorrente da COVID-19,

conforme interpretação dada ao art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, tem-se que:

a) o interstício poderá ser completado no período estipulado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de

dezembro de 2021, se juntamente com o transcurso temporal, a legislação municipal trouxer outros critérios, tais como: o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc., e o servidor lograr preenchê-los adequadamente;

b) se a legislação municipal de regência elencar como critério para a concessão de progressão funcional/promoção unicamente o transcurso do tempo, referido direito não poderá ser concedido durante o estado de calamidade estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021;

c) nos casos em que o direito do servidor tenha sido adquirido anteriormente ao dia 28/05/2020, independentemente dos critérios exigidos na legislação municipal (unicamente o transcurso do tempo ou outros critérios, como o alcance de determinada meta de desempenho, obtenção de titulação etc.), impõe-se a concessão de promoção e/ou progressão funcional dentro do período de pandemia do Coronavírus regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, qual seja: de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, por força do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

(...) (Acórdão consulta nº 00018/2020, Processo nº 09064/2020 – Tribunal de Contas do Estado de Goiás)

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1/2021 – TP

Ementa: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE E NOVA MUTUM. CÂMARAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO E SINOP. CONSULTA. **LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (LC) 173, DE 28/05/2020. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19). ARTIGO 8º, INCISOS I E IX. PROIBIÇÃO PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E/OU PROMOÇÃO FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.**

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS.

1) O artigo 8º, incisos I e IX, da Lei Complementar n.º 173/2020, não veda a concessão de progressão e/ou promoção funcional prevista em lei anterior ao estado de calamidade pública aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em carreira, desde que não sejam alcançadas pelas proibições dos demais incisos do mesmo dispositivo, em cumprimento ao princípio da legalidade. 2) Nos termos do artigo 8º, inciso III, da Lei Complementar n.º 173/2020, nos entes federados afetados pela calamidade pública, não serão admitidas alterações na estrutura de carreira e, assim, no sistema de progressões e promoções funcionais que importem em aumento de despesa, no período preestabelecido.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Processos nºs **16.560-3/2020, 21.217-2/2020, 21.027-7/2020 e 18.143-9/2020**

O Tribunal de Contas do Mato Grosso tem um entendimento peculiar acerca do caso, conforme se depreende da Resolução de Consulta 5/2020:

Pessoal. Despesa. Controle. Lei Complementar 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19. Art. 8º, incisos IV e IX. Montante das despesas primárias correntes autorizado na LOA. Anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. Contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio. Nomeação para cargo em comissão. Despesa com pessoal. Contribuição previdenciária patronal para o RPPS.

1) O referencial a ser observado para controlar o aumento de despesas, tal como exigido pelos inciso IV e IX do artigo 8º da LC 173/2020, é o montante da despesa primária corrente, previsto na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), estando vedada a abertura de crédito adicional, suplementar e/ou especial, que o amplie (art. 51, § § 1º e 3º, do ADCT da Constituição Estadual, c/c artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal). **2)** O inciso IX do artigo 8º, da LC 173/2020, não veda a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, e sua respectiva conversão em pecúnia, e demais mecanismos equivalentes em favor de servidor público que tenha preenchido todos os requisitos legais para sua concessão (princípio da legalidade) antes do início da vigência da calamidade pública (artigo 8º, caput, da LC 173/2020 c/c artigo 65, caput, da LRF). **3) O inciso IX do art. 8º não suspende a contagem de tempo para cumprimento de período aquisitivo necessário à concessão de licença-prêmio, mas impede a concessão, bem como a sua conversão em pecúnia durante o pe-**

ríodo vedado, as quais poderão ser concedidas após 31/12/2021, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira de cada ente. 4) O inciso IV do art. 8º da LC nº 173/2020 permite a nomeação para cargo em comissão, desde que não acarrete aumento de despesa, observado o referencial disposto no item 1. **5)** A contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência Social dos entes federados, inclusive a sua majoração, constitui despesa total com pessoal e deve estar incluída na Lei Orçamentária Anual. (**RESOLUÇÃO DE CONSULTA 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA. REVISOR: GUILHERME ANTONIO MALUF. CONSULTAS.)**

Conforme se verifica, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entende que a contagem do tempo não está suspensa para a concessão de licença-prêmio, no entanto impede a concessão bem como a sua conversão em pecúnia. Haja vista a vedação a concessão à licença prêmio e ao anuênio estarem contemplados no mesmo inciso, podemos concluir que, por ora, de acordo com o TCE/MT, a contagem do prazo não está suspensa, no entanto, sua concessão ou conversão em pecúnia estão proibidas até o dia 31/12/2021, quando então o ente federado deverá analisar a disponibilidade orçamentária-financeira para as concessões.

Ante o exposto, recebo o recurso interposto por TÂNIA ZORZI, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** diante dos argumentos e legislações acima expostas.

Campo Novo do Parecis – MT, 03 de setembro de 2021

Rafael Machado

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 011/2021 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 04/2020

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 004/2020, conforme disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 004/2020, homologado pelo Decreto Executivo nº 107/2020 a fim de assumirem sua respectiva função, nos termos que determina Lei Municipal nº 1.437, de 25 de agosto de 2011, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre contratação de pessoal para prestação de serviços em programas com transferência de recursos da União ou do Estado e dá outras providências, no município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.

CONSIDERANDO:

Memorando nº 519/2021 proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo – COZINHEIRA

COLOCAÇÃO	***CANDIDATO(A)***
4º	RAQUEL ALVES DE SOUZA

O candidato aprovado acima relacionado deverá comparecer na Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, munidos dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 004/2020, no prazo legalmente previsto.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 08 dias do mês de setembro de 2021.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 61/2021

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X**WR CALÇADOS EIRELI**, CNPJ nº 25.369.684/0001-24.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de acessório escolar, para atender a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações.

Valor: R$ 797.808,00

Prazo: 12 meses

Dotações Orçamentárias

Órgão: 09– Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 002 – Departamento de Educação

Programática: 09.002.12.361.0007.20065.3.3.90.32.00.00

Programática: 09.002.12.365.0007.20066.3.3.90.32.00.00

Programática: 09.002.12.365.0007.20067.3.3.90.32.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinário Exercício

Data: 09/09/2021

Procedimento Licitatório: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021 DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Secretaria: Secretaria Municipal de Educação

ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL DE PREÇOS Nº 009/2021

ÒRGÃO/UNIDADE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAI – AMESP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR

COD.	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
47273	MOCHILA ESCOLAR INFANTIL	Unidade	ONLINE	69,66	613.008,00
47274	ESTOJO	Unidade	ONLINE	21,00	184.800,00
TOTAL					797.808,00

Totalizando R$ 797.808,00(setecentos e noventa e sete mil e oitocentos e oito reais).

Solicitação de adesão por esta Prefeitura de Campo Novo do Parecis - MT,da Ata de Registro de Preços **nº 009/2021** do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021,** empresa **WR CALÇADOS EIRELI,** a fins de aderir futura e eventual aquisição de materiais escolares destinados aos alunos das escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil (creches e pré-escola) da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Campo Novo do Parecis- MT.

DOCUMENTOS **ANALISADOS NA INFORMAÇÃO**

MEMORANDO N° 633/2021– Secretaria de Educação

Termo de Referência

Oficio n° 89/2021 /EDUCAÇÃO– ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAI - AMESP

Ofício nº 005/2021 – ACEITE CONSÓRCIO AMESP – POUSO ALEGRE/MG

Ofício nº88/2021– Empresa WR CALÇADOS EIRELI

Autorização da empresa WR CALÇADOS EIRELI

Cópia do Edital de Licitação do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021**

Cópia do Diário Oficial dos Municípios Mineiros, nº 3040 no dia 30 de junho de 2021

Cópia do Jornal Diário de Pouso Alegre e Região ,30 de junho de 2021.

Parecer Jurídico

Cópia da Ata de Sessão

Proposta de Preços da empresaWR CALÇADOS EIRELI

Termo de adjudicação

Termo de homologação

Cópia da Ata de Registro de Preços **nº 009/2020**

Cópia da Diário Oficial dos Municípios Mineiros, nº 3066 , no dia 05 de agosto de 2021,

Cópia do Portal Transparência publicação

Cotações de preços em anexo

Solicitação N° 1923/2021

Unidade : 09002- Secretaria Municipal de Educação

Orçamentária: 09.002.12.361.0007.20065.3390320000.0100000000- Material, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Reduzido: 1892

Solicitação N° 1924/2021

Unidade : 09002- Secretaria Municipal de Educação

Orçamentária: 09.002.12.365.0007.20066.3390320000.0100000000- Material, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Reduzido: 1894

Solicitação N° 1925/2021

Unidade : 09002- Secretaria Municipal de Educação

Orçamentária: 09.002.12.365.0007.20067.3390320000.0100000000- Material, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Reduzido: 1896

Atestado de Capacidade Técnica

Alvará /2021

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

Certidão Negativa da Secretaria de Estado de Fazenda

Certidão Negativa do FGTS

Certidão Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

Certidão Negativa de Débitos Gerais e Tributos Municipais

Cópia do Balanço Patrimonial

Contrato Social

Documento dos Sócios

Sendo o que nos apresentava para o momento, externamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Campo Novo do Parecis- MT, 31 de agosto de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 02 ao Contrato 60/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ n° 90.180.605/001-02.

Objeto: Altera-se o contrato, para prorrogar a vigência por 12 (doze) meses, de 28 de setembro de 2021 a 27 de setembro de 2022.

Valor:O contratante pagará o valor total de R$ 22.180,00 (vinte e dois mil e sento e oitenta reais)

Dotação Orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 002 – Departamento de Educação

Programática: 09.002.12.361.0007.20072.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação – Exercício

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 002 – Departamento de Desenvolvimento Urbano

Programática: 07.002.04.122.0005.20040.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários Exercício

Data: 08/09/2021

Secretaria: Secretaria de Infraestura

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 04 ao Contrato 72/2017

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ n° 90.180.605/001-02.

Objeto: Prorroga-se o prazo do contrato por um período de 12 (doze) meses, de 13 de agosto de 2021 a 12 de agosto de 2022.

Valor:O contratante pagará o valor total de R$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 002 – Departamento de Desenvolvimento Urbano

Programática: 07.002.04.122.0005.20040.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.302.0010.20091.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício

Data: 08/09/2021

Secretaria: Secretaria de Infraestura

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 830 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2021, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1. Art. 1º. Instituir Comissão de Processo Administrativo Nº 008/2021, em desfavor da empresa Comercial Arena Sutil Eireli - ME, inscrita no CNPJ nº 21.207.506/0001-46 devido o descumprimento do compromisso de fornecimento no prazo de entrega, firmado com o Município de Campo Novo do Parecis por meio da Ata de Registro de Preços nº 36/2021.

Art. 2º. Designar membros da Comissão, a saber: Presidente: Vânia de Araújo Pompermayer, matrícula funcional n° 3008 Membros: Membros: Geraldo Bastos Ribeiro, matrícula funcional nº 836. Membros: Roberta Cristina Freitas Silva, matrícula funcional n° 1882

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 264, DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando:

o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; o disposto na Lei Municipal nº 1.544/2012; a publicação do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, que abriu as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado;

o relatório apresentado pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, nomeada através da Portaria nº 62/2021, encaminhando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021,

a necessidade administrativa e o interesse público;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, conforme relação de Resultado Final em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, 09 dias de setembro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

Nível Médio - Auxiliar de Saúde Bucal - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000111	CLAUDINEIA VELOSO	08/10/1977	0.00	0.00	0.00	0.00	10.00	3.00	13.00	1	CLASSIFICADO
220000040	ADELANE RODRIGUES GUALBERTO	04/06/1988	0.00	0.00	0.00	0.00	10.00	1.00	11.00	2	CLASSIFICADO
220000074	CLAUDINEIA DO CARMO RIBEIRO	05/11/1988	0.00	0.00	0.00	0.00	10.00	0.00	10.00	3	CLASSIFICADO
220000231	CRISLAINE SABINO	08/01/1995	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Médio - Auxiliar de Saúde Bucal - USB - Marechal Rondon

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000048	MILENA PEREIRA DE OLIVEIRA	30/07/2001	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Médio Técnico - Técnico em Enfermagem - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000030	WIGNA RAYANE PAIVA DE OLIVEIRA	17/07/1997	0.00	0.00	0.00	0.00	10.00	8.00	18.00	1	CLASSIFICADO
220000034	LUCIANA DIAS BARRETO SOUZA	16/02/1978	0.00	0.00	0.00	0.00	10.00	2.00	12.00	2	CLASSIFICADO
220000138	MARINALVA FERREIRA	21/02/1982	0.00	0.00	0.00	0.00	9.00	3.00	12.00	3	CLASSIFICADO
220000179	EDILENE RODRIGUES DA SILVA BERTAZZO	07/09/1968	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	10.00	10.00	4	CLASSIFICADO
220000212	CÉLIA DE JESUS GOMES	18/08/1974	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	10.00	10.00	5	CLASSIFICADO
220000017	GESSI MORAIS NUNES	08/07/1978	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	10.00	10.00	6	CLASSIFICADO
220000213	MARIA ISABEL DA SILVA MOREIRA	03/11/1978	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	10.00	10.00	7	CLASSIFICADO
220000036	MIDIÃ SILVA TOMÁZ	09/11/1982	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	10.00	10.00	8	CLASSIFICADO
220000197	MICHELLY GALDINO DA SILVA	25/08/1990	0.00	0.00	0.00	0.00	8.00	1.00	9.00	9	CLASSIFICADO
220000070	LORAINE WILLE	09/12/1982	0.00	0.00	0.00	0.00	6.00	2.00	8.00	10	CLASSIFICADO
220000181	KELLY DAYANNE SANTOS DE ALMEIDA SILVA	22/09/1986	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	8.00	8.00	11	CLASSIFICADO
220000183	TEREZA ANDRADE CORREA	11/09/1978	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	7.00	7.00	12	CLASSIFICADO
220000193	CRISTIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA	04/10/1984	0.00	0.00	0.00	0.00	5.00	1.00	6.00	13	CLASSIFICADO
220000109	LEONILDO JOSE GUILHERME	10/03/1990	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00	5.00	6.00	14	CLASSIFICADO
220000243	STELA BIET LAJES	07/08/1991	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00	5.00	6.00	15	CLASSIFICADO
220000163	GILVANETE ROSÁRIO DE OLIVEIRA	29/06/1985	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	6.00	6.00	16	CLASSIFICADO
220000061	EDINEIA ANTUNES ALVES FERREIRA	26/08/1981	0.00	0.00	0.00	0.00	3.00	0.00	3.00	-	ELIMINADO
220000062	MARILSA SANTANA DE ARRUDA	09/08/1980	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000090	PATRICIA NASCIMENTO BASTOS	06/02/1990	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000137	LUCILENE BRAGA DE CASTRO	22/03/1962	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

220000148	JULIANA DA SILVA JOHANN	23/02/1982	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000155	MARINA JOANA ALVES	12/05/1967	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000158	ELIZANGELA PANTALEÃO CARVALHO	09/09/1984	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000185	MARIA DIANA ALVES DE LIMA	14/03/1977	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000230	GEONILSON CAMARGO DOS SANTOS	27/03/1994	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000236	LEILA KÁTIA VIAN	17/09/1984	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Médio Técnico - Técnico em Enfermagem - USB - Marechal Rondon

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000037	SIRLENE CARMEM OZEZOKENAIZOKERO DOS SANTOS	21/03/1984	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4.00	4.00	-	ELIMINADO
220000027	ARIELY DE MACEDO ANTUNES	05/02/1997	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000059	ELZI MARTINS DOS SANTOS	15/03/1981	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000263	PRICILLA LOPES SOUZA	14/10/1992	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Médio Técnico - Técnico em Enfermagem - USF - Itanorte

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000162	ROSENI MARQUES VIANA	22/08/1972	0.00	0.00	0.00	0.00	2.00	4.00	6.00	1	CLASSIFICADO
220000165	FRANCIKELLE SABINO DE ALMEIDA	14/08/1990	0.00	0.00	0.00	0.00	3.00	2.00	5.00	-	ELIMINADO
220000175	ROSILENE PEREIRA GAMA	09/04/1974	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Assistente Social - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000170	MARIANE COSTA MOREIRA MARQUES	23/05/1991	0.00	20.00	0.00	20.00	2.00	4.00	26.00	1	CLASSIFICADO
220000152	ZILDA DE SOUZA RIZZOTTO	20/02/1965	10.00	0.00	0.00	10.00	10.00	5.00	25.00	2	CLASSIFICADO
220000221	VERACY SANTOS RAMOS	04/07/1964	10.00	0.00	0.00	10.00	7.00	2.00	19.00	3	CLASSIFICADO
220000147	JOSEFA MARIA DA SILVA	05/04/1962	0.00	0.00	0.00	0.00	10.00	0.00	10.00	-	ELIMINADO
220000075	ROXANDRA TEIXEIRA VICENTE DOS SANTOS RONDON	22/05/1983	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000134	MARGARETE FERREIRA BESSA	09/11/1978	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000234	GEANNE CARVALHO NASCIMENTO VIANA DE SOUZA	09/11/1980	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000259	GONÇALINA MARIA LISZMAN	14/05/1964	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Bioquímico - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000247	JOSIANE PRATIS MUNIZ	09/08/1990	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	3.00	13.00	-	ELIMINADO
220000240	VANIA HACK	04/11/1979	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	5.00	5.00	-	ELIMINADO
220000174	AMANDA GONCALVES DA SILVA	28/10/1997	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Cirurgião Dentista - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000100	RAYLLA MICHELLI DE MELO SCHMIDT	31/12/1997	10.00	0.00	0.00	10.00	10.00	2.00	22.00	1	CLASSIFICADO
220000258	ANDREIA DA SILVA GUEDES FURLAN	12/05/1976	10.00	0.00	0.00	10.00	2.00	10.00	22.00	2	CLASSIFICADO
220000248	HUMBERTO JÁCOME SANTOS	11/11/1988	0.00	20.00	0.00	20.00	0.00	0.00	20.00	3	CLASSIFICADO
220000035	AMANDA MELO DA SILVA	11/09/1994	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	0.00	10.00	-	ELIMINADO
220000096	CARLOS ERINALDO BATISTA CAMACHO	16/06/1989	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000097	ALINY KETELIN CASTRO MENDONÇA	09/07/1996	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

220000244	GEISIANE GOMES SILVA	09/09/1995	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Cirurgião Dentista - USF - Itanorte

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000176	SYLVIA RENATA OLIVEIRA DE ARAÚJO	14/11/1963	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	10.00	20.00	1	CLASSIFICADO
220000038	ANA PAULA DA SILVA TRETTEL	28/09/1981	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	3.00	13.00	-	ELIMINADO
220000232	KEILA MICHELE GROSS	07/04/1993	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	0.00	10.00	-	ELIMINADO
220000058	BEATRIZ APARECIDA PALAMIN	03/03/1998	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Enfermeiro - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000260	SEBASTIÃO FERNANDO SANTOS OLIVEIRA	31/05/1983	10.00	0.00	0.00	10.00	10.00	4.00	24.00	1	CLASSIFICADO
220000166	MARIA SEBASTIANA DA SILVA MOREIRA	20/01/1963	10.00	0.00	0.00	10.00	10.00	0.00	20.00	2	CLASSIFICADO
220000056	EDILAENE DE OLIVEIRA SILVA	21/01/1997	10.00	0.00	0.00	10.00	9.00	1.00	20.00	3	CLASSIFICADO
220000104	ELAINE PINHEIRO NUNES DA SILVA	06/12/1983	10.00	0.00	0.00	10.00	8.00	1.00	19.00	4	CLASSIFICADO
220000099	HIGOR ADRIAN DOS SANTOS FRANCISCO	09/12/1996	10.00	0.00	0.00	10.00	7.00	1.00	18.00	5	CLASSIFICADO
220000121	ADRIANA SANTOS DE LIMA SILVA	19/08/1986	10.00	0.00	0.00	10.00	5.00	3.00	18.00	6	CLASSIFICADO
220000113	LUCIANE LUZIA MENDES	11/11/1978	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	8.00	18.00	7	CLASSIFICADO
220000029	FRANCIELI MATTEI DOS SANTOS	24/03/1991	10.00	0.00	0.00	10.00	2.00	5.00	17.00	8	CLASSIFICADO
220000239	JANDERSON VIEIRA DOS SANTOS	14/01/1994	10.00	0.00	0.00	10.00	5.00	0.00	15.00	9	CLASSIFICADO
220000209	ANA CLAUDIA FURTUNATO DE SOUZA	11/09/1991	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	4.00	14.00	-	ELIMINADO
220000041	EUZAINE DALETH PEREIRA SILVA	17/06/1992	10.00	0.00	0.00	10.00	3.00	0.00	13.00	-	ELIMINADO
220000080	DEYZE PINHEIRO AMADOR	03/12/1995	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	3.00	13.00	-	ELIMINADO
220000150	RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA	21/01/1985	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	2.00	12.00	-	ELIMINADO
220000132	CLARINE BRAZ DE AQUINO DA SILVA	27/01/1986	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	0.00	10.00	-	ELIMINADO
220000216	JAQUELINE SZURLAN	10/02/1993	0.00	0.00	0.00	0.00	2.00	7.00	9.00	-	ELIMINADO
220000044	LETICIA DA ROCHA BECKHAUSER	05/04/1988	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00	6.00	7.00	-	ELIMINADO
220000120	DANGELA SALBEGO	28/03/1993	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	3.00	3.00	-	ELIMINADO
220000002	PAULA SOUZA SANTOS	14/07/1992	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000051	MONICA PEREIRA DE SANTANA RODRIGUES	31/05/1986	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000098	ANA CARLA FERREIRA PICALHO	08/07/1996	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000159	RENATA DOS SANTOS SILVA	11/04/1981	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000201	EDIENE SANTOS DA SILVA	23/04/1994	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000229	JUSCILENE GONÇALVES SILVA CAVALCANTI	16/09/1976	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Enfermeiro - USF - Itanorte

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000224	KEINA DE OLIVEIRA ALMEIDA	25/12/1983	10.00	0.00	0.00	10.00	3.00	7.00	20.00	1	CLASSIFICADO
220000142	FERNANDA PEREIRA AGUIAR	28/05/1994	10.00	0.00	0.00	10.00	2.00	3.00	15.00	2	CLASSIFICADO
220000026	JAQUELINE COUTO BEZERRA	18/12/1993	10.00	0.00	0.00	10.00	4.00	0.00	14.00	-	ELIMINADO
220000092	MARIA LUANA DOS SANTOS FERREIRA	15/04/1994	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	1.00	11.00	-	ELIMINADO
220000127	JOSÉ CARLOS DE SOUZA	12/03/1966	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Farmacêutico - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação

220000189	ANA CLAUDIA APARECIDA MARIANO FERNANDEZ	14/10/1991	0.00	20.00	0.00	20.00	0.00	0.00	20.00	1	CLASSIFICADO
220000262	ALINE LIMA CASTRO	16/03/1995	10.00	0.00	0.00	10.00	8.00	0.00	18.00	2	CLASSIFICADO
220000143	ANDRESSA FERNANDES CARVALHO	25/11/1992	10.00	0.00	0.00	10.00	4.00	1.00	15.00	3	CLASSIFICADO
220000023	RENAN DO NASCIMENTO GONÇALVES	24/11/1995	10.00	0.00	0.00	10.00	3.00	2.00	15.00	4	CLASSIFICADO
220000022	KAUANY FARIAS PAINS	15/05/1997	10.00	0.00	0.00	10.00	2.00	2.00	14.00	-	ELIMINADO
220000172	NATHALIA BITENCOURT RODRIGUES TRES	29/12/1989	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00	10.00	11.00	-	ELIMINADO
220000016	CLAUDIO ROBERTO QUIRINO MARQUES	17/11/1979	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	5.00	5.00	-	ELIMINADO
220000052	EUJEANE JARDIM E SILVA	08/12/1996	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000087	KAROLAINE OLIVEIRA LUZ	24/06/1997	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000135	JULIANA KROKOCH MENDES	28/01/1984	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000219	THIELI CRISTINA SALES SOUZA	19/06/1998	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Fisioterapeuta - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000116	ROSELI PEREIRA DA SILVA AMARAL	01/08/1983	10.00	0.00	0.00	10.00	10.00	0.00	20.00	1	CLASSIFICADO
220000069	TATIANE ALENCAR VIANA	10/04/1991	10.00	0.00	0.00	10.00	3.00	2.00	15.00	2	CLASSIFICADO
220000245	FLORIZA CASSIA CAMPOS LIMA RIBEIRO	12/01/1991	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	0.00	10.00	-	ELIMINADO
220000009	FERNANDA DIAS SANCORÉ DO NASCIMENTO	20/07/1988	0.00	0.00	0.00	0.00	5.00	0.00	5.00	-	ELIMINADO
220000117	AMANDA MAIARA DOS SANTOS FERREIRA	05/03/1997	0.00	0.00	0.00	0.00	3.00	0.00	3.00	-	ELIMINADO
220000255	LUCIANA PULCHERIO AZEVEDO	18/08/1984	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00	1.00	-	ELIMINADO
220000057	ALVANI SOUZA CAMARGO	22/11/1986	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000078	CINTYA CRISÉLEM BELARMINA DE FREITAS	03/02/1996	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000084	JESSICA FERREIRA DE LIMA	07/04/1987	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000122	LARISSA ALVES MENDONÇA	27/12/1996	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000123	INDIANA RODRIGUES DIAS	12/12/1992	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000130	LEIA JORDANA RODRIGUES ARAUJO	21/03/1996	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000199	ALINE DA COSTA LEITE PIMENTA FREMIOT	31/03/1992	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Ginecologista/Obstetra - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000019	FERNANDA PAULA DE FREITAS ROSA DE MELLO	05/02/1989	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	2.00	2.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Médico - Clínico Geral - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000252	ALANA APARECIDA FABRI	20/07/1984	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	3.00	13.00	-	ELIMINADO
220000200	HENRIQUE MAGALHÃES PEREIRA DE RESENDE	17/04/1987	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	6.00	6.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Médico - Clínico Geral - USB - Marechal Rondon

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000081	TONY HIROSHI KATSURAGAWA	05/08/1963	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Médico – Pediatra - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000167	JOANA MULLER AFFI	01/05/1983	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Médico USF - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000237	GILSON DA SILVA MIRANDA	10/02/1988	10.00	0.00	0.00	10.00	3.00	2.00	15.00	-	CLASSIFICADO
220000154	JOELMA DO NASCIMENTO MELO	22/10/1978	10.00	0.00	0.00	10.00	2.00	1.00	13.00	-	ELIMINADO
220000149	CAMILA BIANCA ANDRIOLI	11/03/1994	0.00	0.00	0.00	0.00	3.00	0.00	3.00	-	ELIMINADO
220000024	MARIA JIULIA MARIANO SANQUITE HOFFMANN	22/11/1997	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000079	LARA SANTINI ANTONIO BARRIO-NUEVO	09/05/1997	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000156	JAILSON BARROS SILVEIRA	21/10/1996	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000182	MICHELLE THAIS WIRTTI JORGE	04/03/1985	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000208	ALDILENE COSTA VIEIRA	25/06/1992	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000217	FERNANDA SALES FERNANDES	08/07/1990	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000225	PRISCILA CEZAR VIVAN	17/04/1988	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000238	SAMARA CRISTINA DE OLIVEIRA COELHO	03/06/1989	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Médico USF - USF - Itanorte

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000153	CAROLINA MAZICHINI BELAI	03/12/1995	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00	0.00	1.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Nutricionista - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000253	TATIANA HIROTA TANAKA	10/11/1977	10.00	0.00	0.00	10.00	4.00	6.00	20.00	1	CLASSIFICADO
220000207	ELIZANDRA PAIM KNORST	10/08/1978	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	10.00	20.00	2	CLASSIFICADO
220000028	ANA RUTH BATISTA DE SOUZA FERREIRA	15/10/1976	10.00	0.00	0.00	10.00	7.00	0.00	17.00	3	CLASSIFICADO
220000091	CIBELLE FLAVIA SILVA NASCIMENTO	01/12/1988	10.00	0.00	0.00	10.00	2.00	3.00	15.00	4	CLASSIFICADO
220000214	FERNANDA CRISTINA FERREIRA CASTELO BRANCO	09/03/1988	10.00	0.00	0.00	10.00	2.00	0.00	12.00	-	ELIMINADO
220000203	THAÍS DE SOUZA OLIVEIRA	19/09/1994	10.00	0.00	0.00	10.00	2.00	0.00	12.00	-	ELIMINADO
220000010	MARINA NUNES	29/06/1984	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000055	LUCIANA APARECIDA CARLOS	10/06/1985	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000139	LETÍCIA FRATA FIORILLIO	24/03/1995	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000164	MATIELLE DE OLIVEIRA QUERENDO LOPES	03/07/1990	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

Nível Superior - Psicólogo - Campo Novo do Parecis

Inscrição	Nome	Nasc.	Espec.	Mestrado	Doutorado	Nota Acadêmica	Formação Continuada	Exper.	Total	Classif.	Situação
220000071	DANIEL GALANTE ROMANINI	20/06/1991	10.00	0.00	0.00	10.00	10.00	3.00	23.00	1	CLASSIFICADO
220000233	FABIANE FERREIRA PIRES	16/09/1991	10.00	0.00	0.00	10.00	7.00	2.00	19.00	2	CLASSIFICADO
220000085	LUCIMARA DE CARVALHO GOMES	16/01/1965	10.00	0.00	0.00	10.00	6.00	0.00	16.00	3	CLASSIFICADO
220000105	DIEGO SILVA DE RESENDE	04/11/1994	10.00	0.00	0.00	10.00	3.00	0.00	13.00	-	ELIMINADO
220000077	BEATRIZ MELLO MACIMAM MORAES	27/07/1993	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	2.00	12.00	-	ELIMINADO
220000124	CLEIDILENY MENDES TEIXEIRA	21/07/1992	10.00	0.00	0.00	10.00	0.00	0.00	10.00	-	ELIMINADO
220000005	MARCIENE APARECIDA DOS SANTOS	19/06/1997	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000045	VANESSA CAROLINE HENDGES	31/03/1998	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000063	ELOISA ROMIG	12/03/1996	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO
220000222	VERA LÚCIA DE PAULA MONTOANELI	24/01/1978	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-	ELIMINADO

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 827 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

DESIGNA AS SERVIDORAS CASSIA SILVA MATIOLEVITCZ E MARIA EDILENE MATEUS DO NASCIMENTO, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 61/2021.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 817 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

DESIGNA OS SERVIDORES CLEONICE DE SOUZA BATISTA E PATRICK WILLIAN TONIASSO CARNEIRO , PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 60/2021.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 812, DE 03 DE SETEMBRO DE 2021.

DESIGNA AS SERVIDORAS CLEIDE SOARES DE MEDEIROS E BRUNA NAYARA FARIA DE MENEZES, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 56/2021.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 813, DE 03 DE SETEMBRO DE 2021.

DESIGNA OS SERVIDORES GILVALDO ACIOLI MACEDO E GIZELLE PERIN , PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 59/2021.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 814, DE 03 DE SETEMBRO DE 2021.

DESIGNA O SERVIDOR THIAGO JOSÉ DO PRADO VIEIRA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 079/2020 E Nº 051/2019.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 829, DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.

NOMEAR os representantes para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**,** na forma que segue:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Márcia Teresinha Binsfeld Furlan, CPF: 563.455.269-91;

Titular: Cássia Silva Matiolevitcz, CPF: 018.914.391-62;

Titular: Janes Salete Braz da Silva, CPF: 735.640.529-68;

Suplente: Kelly Cristina Rodrigues Pedrosa, CPF: 005.244.512-48.

II – Representantes dos Profissionais de Educação Pública Municipal (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SSPM):

Titular: Deniclei Lopes Barreto, CPF: 000.733.411-77;

Titular: Lorena Salete Horn, CPF: 798.294.301-20;

Titular: Eduardo Tadeu Rodrigues Castro, CPF: 366.890.858-30;

Suplente: Adilson Pereira Esteves, CPF: 788.681.491-68.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1043, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 1043, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

EXONERA A SENHORA NATALIA DE FATIMA VASCONCELOS LOPES DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 31 de Agosto do corrente ano, a senhora **NATALIA DE FATIMA VASCONCELOS LOPES**, matrícula 6777, portadora da cédula de identidade nº 2004002213455 SSP/CE, do cargo de **Auxiliar Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de Agosto de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 10 dias do mês de Setembro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE TP 008/2021

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS N. 008/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PARAISO** na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2021**, que se realizaria **no dia 28/09/2021, ÀS 8H (oito horas),** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br ou solicitação para o e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ; gerencia.compras@campoverde.mt.gov.br Contato: telefone (66) 3419-4202. Assim que readequarem, informaremos nova data . Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 10 de setembro de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 127/2021

AVISO DE PREGÃO N° 127/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público **O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO** na modalidade Pregão (presencial) **n° 127/2021** a se realizar no dia **23/09/2021 às 08h30-min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-2067Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 10 de setembro de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 126/2021

AVISO DE PREGÃO N° 126/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público **O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICO, UTENSÍLIOS E UTILIDADES.**na modalidade Pregão (presencial) **n° 126/2021** a se realizar no dia **28/09/2021 às 08h30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-2067Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 10 de setembro de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Pregoeira

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 025/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90 e na Lei Municipal Nº 2076/2015, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Reunião Ordinária do dia 09 de setembro de 2021, dispõe sobre os assuntos:

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90; Resolução do Conanda nº 137 de 21 de Janeiro de 2010; Lei Municipal Nº 2.076 de 23 de Abril de 2015 – que dispõe sobre as deliberações dos recursos do FMDCA; Deliberação e aprovação de projetos de Instituições via captação de recursos pelas mesmas através do IR 2020; Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 09 de setembro de 2021 na Ata nº 014/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - **APROVAR** os seguintes projetos:

A) Projeto Hip Hop no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais);

B) Projeto Gênesis no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais);

C) Projeto Construção da Brinquedoteca, Biblioteca e Videoteca Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Verde-APAE no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e fica designada como gestora da parceria a servidora **ÉLIDA DORVALINA RODRIGUES BARBOSA**.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 10 de Setembro de 2021.

ANDRÉ RÉGIS TAVARES NOVAIS

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: JS MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA – ME, CNPJ Nº 41.431.621/0001-07

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO PARA AUXILIAR PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NA DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO MELHORANDO A PRODUTIVIDADE DE SUAS PROPRIEDADES – PREGÃO Nº 110/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 10/09/2021 À 10/09/2022

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO OBJETO	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E FERTILIZANTE, MODELO DCFC 6000, COM TRANSMISSÃO POR CORREIAS, 2,80M³, RODADO TANDEM, 04 RODAS C/ PNEUS 750X16.	01 UND	IAC – DAS 6000	R$ 54. 200,00	R$ 54. 200,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 54.200,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS).					

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 54.200,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTPS://NOVO.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 110/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO Nº 110/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO PARA AUXILIAR PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NA DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO MELHORANDO A PRODUTIVIDADE DE SUAS PROPRIEDADES, que teve como vencedora a empresa JS MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA – ME, CNPJ nº 41.431.621/0001-07, com o valor de R$ 54.200,00 (Cinquenta e quatro mil e duzentos reais). Campo Verde, 10 de setembro de 2021. Hélida Hübner – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2718, DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº. 1.566, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do inciso II do artigo 13 da Lei nº. 1.566, de 24 de fevereiro de 2010, que passará a vigorar com a seguinte disposição:

"II – administrar e gerir, através da sua mesa diretiva, financeira e economicamente os recursos depositados no Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, bem como deliberar sobre a aplicação dos re-

cursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei e nas Leis nº's. 7. 347, de 24 de julho de 1985 e 8.078, de 11 de setembro de 1990, priorizando os programas e projetos de educação para o consumo e de proteção e defesa do consumidor;"

Art. 2. Fica acrescido os incisos VIII, IX e X ao artigo 14 da Lei nº. 1.566, de 24 de fevereiro de 2010, que passarão a vigorar com as seguintes disposições:

"Art. 14. (...)

VIII – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Regularização Fundiária, Habitação e Meio Ambiente;

IX – 01 (um) representante da Secretaria Integrada de Apoio à Segurança Pública;

X – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação."

Art. 3. Fica alterada a redação do §5º do artigo 14 da Lei nº. 1.566, de 24 de fevereiro de 2010, que passará a vigorar com a seguinte disposição:

"§5º - Perderá a condição de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON, o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 02 (duas) reuniões consecutivas ou a 03 (três) alternadas, no período de 01 (um) ano."

Art. 4. Fica alterada a redação do artigo 16 da Lei nº. 1.566, de 24 de fevereiro de 2010, que passará a vigorar com a seguinte disposição:

"Art. 16. Visando cumprir suas atribuições legais e regimentais, o CONDECON reunir-se-á, ordinariamente, 06 (seis) vezes ao ano, bimestralmente, conforme calendário estabelecido, em regra, na última reunião do ano, e extraordinariamente, sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros no PROCON."

Art. 5. Fica acrescido os parágrafos 1º, 2º e 3º ao artigo 16 da Lei nº. 1. 566, de 24 de fevereiro de 2010, que passarão a vigorar com as seguintes disposições:

"§1º - A pauta de reunião ordinária, deverá ser lançada em edital, com publicidade aos interessados, com antecedência de 02 (dois) dias.

§2º - O edital de convocação de reunião ordinária, deverá constar local, data e horário, para a realização da primeira chamada, com tolerância mínima de 15 (quinze) minutos para eventual segunda chamada, até que seja alcançado o quórum mínimo.

§3º - Para abertura e realização da reunião dever-se-á observância de quórum mínimo de 1/3 (um terço) dos membros, salvo para as reuniões que tenham deliberações, as quais serão necessárias a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros."

Art. 6. Fica alterada a redação do §1º do artigo 22 da Lei nº. 1.566, de 24 de fevereiro de 2010, que passará a vigorar com a seguinte disposição:

"§1º - O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON, será gerido pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, através de sua mesa diretiva, nos termos do inciso II do artigo 13 desta norma."

Art. 7. Fica alterada a redação do §4º do artigo 25 da Lei nº. 1.566, de 24 de fevereiro de 2010, que passará a vigorar com a seguinte disposição:

"§4º - O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, deverá publicar e apresentar na última reunião ordinária do semestre, os demonstrativos de receitas, despesas e o balanço anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON."

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Verde, 08 de setembro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2719, DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

***DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE* CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA A INCLUSÕES DE ELEMENTOS DE DESPESAS E FONTES DE RECURSOS NO PPA, LDO E LOA VIGENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto na Lei Orçamentária Anual (LOA) do corrente Exercício (Lei nº. 2.628/2020) Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1. 109.354,38 (um milhão cento e nove mil trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos), nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 002 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0032 – Atenção Especializada à Saúde

Ação: 20106 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	0.3.46.008000	739.354,38
TOTAL DA AÇÃO			739.354,38

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 002 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0033 – Atenção Especializada à Saúde

Ação: 20117 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MOVEL - SAMU

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0.3.47.020000	370.000.,00
TOTAL DA AÇÃO			370.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, dispostos no inciso I do §1º do artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, amparados pela Lei Complementar n°. 172, de 15 de abril de 2020, que autoriza a transposição de saldos financeiros do exercício anterior e Lei Complementar n°. 181, de 06 de maio de 2021, que prorroga a vigência da Lei Complementar n°. 172 até 31 de dezembro de 2021.

Art. 3º - Fica incluído na Lei nº. 2.312, de 17 de outubro de 2017, alterada pela Lei nº. 2.631, de 09 de dezembro de 2020 (Plano Plurianual – PPA), os elementos de despesas e fontes de recursos nas ações especificadas no artigo 1º desta norma.

Art. 4º - Fica incluído na Lei nº. 2.607, de 04 de agosto de 2020, alterada pela Lei nº. 2.630, de 09 de dezembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), os elementos de despesas e fontes de recursos nas ações especificadas no artigo 1º desta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 08 de setembro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2720 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº. 2712, DE 19 DE AGOSTO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do *caput* do artigo 1º da Lei nº. 2.712, de 19 de agosto de 2021, que passará a vigorar com a seguinte disposição:

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Sindicato Rural de Campo Verde-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 37. 500.105/0001-10, sediado na Rua Belo Horizonte, nº. 820, Centro, nesta cidade, com objetivo de auxiliar na realização do Circuito Municipal de Laço Comprido que ocorrerá entre os dias **25 e 26 de setembro**, **23 e 24 de outubro** e **19 a 21** de novembro do exercício de 2021, especialmente mediante o fornecimento dos seguintes itens e serviços nos dias do evento:"

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 08 de setembro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2721, DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Município de Primavera do Leste - MT, visando o atendimento às comunidades localizadas em áreas limítrofes aos dois Municípios.

§ 1° - Com a celebração do convênio de que trata o *caput*, o Município de Campo Verde fica autorizado pelo fornecimento do material necessário, à saber: combustível e lubrificantes, para manutenção das vias e estradas vicinais localizadas na região disposta no mapa anexo à presente norma.

§ 2° - Caberá ao Município de Primavera do Leste - MT, a utilização de maquinários e pessoal necessário à manutenção de que trata o parágrafo anterior.

Art. 2°. O convênio terá vigência de 1 (um) ano, após sua assinatura, podendo ser prorrogado, por Termo Aditivo, mediante concordância de ambas as partes, sempre por igual período.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 08 de setembro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, com emenda.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

PORTARIA Nº. 274, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS-CPD.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 75, inciso I da Lei Complementar nº. 1, de 15 de julho de 2008,*

***CONSIDERANDO** a solicitação contida na Comunicação Interna-CI 61/ 2021, subscrita pelo Secretário Municipal de Administração;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **KELLI CRISTINA RUIZ,** inscrita noCPF sob nº. 626.286.152-15, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Centro de Processamento de Dados-CPD, com direito a percepção da remuneração equivalente ao Padrão CC-12, constante do anexo I da Lei nº 625, de 15 de abril de 2014.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir do dia 13 de setembro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 180, de 5 de maio de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio,10 de setembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 74/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 74/2021

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Portaria nº 73/2021, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Referente a aquisição, para a festividade denominada Domingão na praça em homenagem ao Dia Municipal da Família, será realizado na praça Dorildo Neves de Moura, onde terá muitas brincadeiras, práticas de esporte, apresentações musicais, ente outras.

Contratado: **IVONTE FURMAN 01417697180, CNPJ/MF nº 30.312.612/0001-80.**

Valor global: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 1º, II, do Decreto Federal 9.412/18.

Dispensa de Licitação: 74/2021, Processo Administrativo nº 138/2021 e Processo de Compra nº 134/2021.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 08 de setembro de 2021.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão de Licitação

PORTARIA Nº.275, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008 e,

***CONSIDERANDO** a solicitação contida na Comunicação Interna –C.I nº. 61/2021 subscrita pelo Secretário Municipal de Administração;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **LUANA TAVARES CHAVES,** inscrita noCPF sob nº.020.665.541-03, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Atendimento ao Público, com direito a percepção da remuneração equivalente ao Padrão CC-13, constante do anexo I da Lei nº 625, de 15 de abril de 2014.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir do dia 13 de setembro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de setembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 75/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 75/2021

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Portaria nº 73/2021, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Referente ao pagamento para transporte das 400 cestas básicas doadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

Contratado: **Transportadora R DA SILVA ALECASTRE, CNPJ/MF nº 18. 347.479/0001-00.**

Valor global: R$ 2.499,94 (dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 1º, II, do Decreto Federal 9.412/18.

Dispensa de Licitação: 75/2021, Processo Administrativo nº 139/2021 e Processo de Compra nº 135/2021.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 09 de setembro de 2021.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão de Licitação

PORTARIA Nº.276, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE CONTROLE DE COMBUSTÍVEL.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008 e,

***CONSIDERANDO** a solicitação contida na Comunicação Interna –C.I nº. 61/2021 subscrita pelo Secretário Municipal de Administração;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **ELISANGELA FLORCZAK,** inscrita noCPF sob nº.850.699.141-20, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Controle de Combustível, com direito a percepção da remuneração equivalente ao Padrão CC-9, constante do anexo I da Lei nº 625, de 15 de abril de 2014.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir do dia 13 de setembro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de setembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 277, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ACS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 3º do edital de convocação nº. 49, de 8 de setembro de 2021e do Processo Seletivo Público regido pelo edital nº 1/2021;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **GLAUCIA DE OLIVEIRA MATTOS** ao cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde-ACS, regido pelo edital nº 1/2021, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, com lotação na USF 1- Governador Dante de Oliveira/Equipe 1.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 1, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 8 de setembro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de setembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 278, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ACS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 3º do edital de convocação nº. 49, de 8 de setembro de 2021 e do Processo Seletivo Público regido pelo edital nº 1/2021;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **KELLY ALVES DE CARVALHO** ao cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde-ACS, regido pelo edital nº 1/2021, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, com lotação na USF 1- Governador Dante de Oliveira/Equipe 1.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 1, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 8 de setembro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de setembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 279, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ACS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 3º do edital de convocação nº. 49, de 8 de setembro de 2021 e do Processo Seletivo Público regido pelo edital nº 1/2021;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor **HIAGO VINICIUS DE MORAES CRUZ** para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias no cargo de Agente Comunitário de Sáude-ACS, com lotação na USF 2- Senador Jonas Pinheiro.

Art. 2º O servidor deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 1, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do candidato ora convocado.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 8 de setembro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de setembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 280, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ACS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 3º do edital de convocação nº. 49, de 8 de setembro de 2021 e do Processo Seletivo Público regido pelo edital nº 1/2021;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **MARIA ONEIDE ALVES DOS REIS** para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias no cargo de Agente Comunitário de Sáude-ACS, para atuar na Linha rural denominada Pontal.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 1, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 8 de setembro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de setembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 281, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ACS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 3º do edital de convocação nº. 49, de 8 de setembro de 2021 e do Processo Seletivo Público regido pelo edital nº 1/2021;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **JANETE APARECIDA BEZERRA** para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias no cargo de Agente Comunitário de Sáude-ACS,, para atuar na Linha rural denominada Cabaçu.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 1, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 8 de setembro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de setembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 282, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ACS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 3º do edital de convocação nº. 49, de 8 de setembro de 2021 e do Processo Seletivo Público regido pelo edital nº 1/2021;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **FRANCIELI GUSMÃO DOS ANJOS** para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias no cargo de Agente Comunitário de Sáude-ACS,, para atuar na Linha rural denominada Alto Juruena.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 1, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 8 de setembro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de setembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 283, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ACS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 3º do edital de convocação nº. 49, de 8 de setembro de 2021 e do Processo Seletivo Público regido pelo edital nº 1/2021;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **THAIRES MILENA LOCATELLI** para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias no cargo de Agente Comunitário de Sáude-ACS, para atuar na Linha rural denominada Alto Juruena.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 1, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 8 de setembro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de setembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 284, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ACS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 3º do edital de convocação nº. 49, de 8 de setembro de 2021 e do Processo Seletivo Público regido pelo edital nº 1/2021;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **ALINE DA SILVA FERREIRA VIANA** para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias no cargo de Agente Comunitário de Sáude-ACS, para atuar na Linha rural denominada Alto Juruena.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 1, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 8 de setembro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de setembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 73/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 73/2021

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Portaria nº 73/2021, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Referente aquisição de serviços gráficos (cartão de vacina) para a campanha de vacinação da covid-19.

Contratado: **SOZO E FORLIN LTDA.**

Valor Global: R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Saúde;

Unidade: 1 – Fundo Municipal de Saúde;

Centro de Custo: 6.1102 – Material Gráfico – Vacinação;

Despesa: 807/2021 – 06.0.1.1.210.3.390.39.63.00.00.00 – COVID - Ações de Prevenção e Combate.

Fundamento Legal: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, combinado como § 1º, incisos I e II, e art.191, todos da mencionada Lei.

Dispensa de Licitação: 73/2021, Processo Administrativo nº 137/2021 e Processo de Compra nº 133/2021.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 75. § 3º da Lei Federal n° 14.133/2021.

Campos de Júlio - MT, 03 de setembro de 2021.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão de Licitação

PORTARIA Nº. 273, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

EXONERA OCUPANTE QUE MENCIONA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 75, inciso I da Lei Complementar nº. 1, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação contida na Comunicação Interna-CI 61/2021, subscrita pelo Secretário Municipal de Administração;*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, de ofício, a servidora **LEILIANE SILVÉRIO,** inscrita noCPF sob nº. 042.392.431-14, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento de Indústria e Comércio, nomeada através da Portaria nº.125, de 02 de março de 2021.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir do dia 13 de setembro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 125, de 02 de março de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio,10 de setembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00004575/2021

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE, Estado Mato Grosso, torna público que a licitação realizada no dia 10/09/2021, às 08:30h (oito horas e trinta minutos), na modalidade Pregão Eletrônico nº 034/2021, que objetiva o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de uma Patrulha Mecanizada composta por Trator Agrícola e Pulverizador Agrícola, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Conforme Convênio nº 901396/2020 firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi considerada **FRACASSADA**, em razão da de que nenhuma licitante conseguiu chegar ao valor orçado.

Canabrava do Norte/MT, em 10 de Setembro de 2021.

IRANIZO MATOS RODRIGUES

PREGOEIRO OFICIAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2021

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 067/2021 de 07 de Janeiro de 2021, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico 033/2021, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de gêneros alimentícios para Merenda Escolar, sendo: Gêneros de Padaria (Pães, Roscas, Bolos, etc.) para ser utilizados por todas as Secretarias Municipais, Carnes e Frios para Merenda Escolar, Demais gêneros alimentícios em geral, utilizados na preparação da merenda escolar para os alunos matriculados na rede pública de municipal de ensino de junto ao município de Canabrava do Norte - MT, pelo período de 12 meses, onde a Pessoa Jurídica : **GUILHERME BENTO DA GLÓRIA 04883968162,** inscrita no CNPJ sob o nº 41.080.494/0001-49, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 529.010,00 (quinhentos e vinte e nove mil e dez reais);

Canabrava do Norte-MT, 10 de Setembro de 2021.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 067/2020

RH/GABINETE
PORTARIA N. 456/2021, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA N. 456/2021, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Licença Maternidade** pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, ininterruptos a Servidora Pública Municipal, a **Sr.ª JOSIMEIRE DE SOUSA RAMOS RESENDE,** matrícula n. 471, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte Lazer, Turismo e Cultura.

PERÍODO DO GOZO DE LICENÇA
08/08/2021 À 04/02/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 08 de agosto de 2021, e revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá-MT para Canabrava do Norte - MT, em 10 de setembro de 2021.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
ATO DE DESIGNAÇÃO 050/2021/SMS

ATO DE DESIGNAÇÃO 050/2021/SMS

CANABRAVA DO NORTE, 09 DE SETEMBRO 2021.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GABRIELA PEREIRA LIMA, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal **DEYLIANY ALMEIDA GOULART**, matrícula funcional nº 2156 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 992.905.881-87, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como Titular, as notas fiscais emitidas da Empresa KAIROS SHOW E EVENTOS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ sob o nº 31.152.469/0001-70, que tem por objeto prestação de serviços como técnica de enfermagem para plantões extras para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2°. Designar o Servidor Público Municipal **FABIANA ANEZI ALMEIDA**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda-CPF/MF sob o nº 621.056.391.00, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa KAIROS SHOW E EVENTOS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ sob o nº 31.152.469/0001-70, que tem por objeto prestação de serviços como técnica de enfermagem para plantões extras para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

GABRIELA PEREIRA LIMA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 032/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

OITAVO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 102/2019

OITAVO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 102/2019**, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O **MUNICÍPIO DE CANARANA – MT** E A EMPRESA **J.P. BARBOSA - ME** PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, neste ato devidamente representado, na forma de sua lei Orgânica, por seu prefeito **FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 888.448. 461-87, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **J.P. BARBOSA - ME**, inscrita no CNPJ nº. 28.257.664/0001-50, localizada à Rua Planalto nº 923, Bairro Nova Canarana-MT, na cidade de Canarana-MT, por intermédio de seu representante legal, o **Sr JEFFERSON PEREIRA BARBOSA**, brasileiro, solteiro, mestre de Obras, portador da Cédula de Identidade RG nº 1308395-3 SESP/MT e do CPF nº. 905.323.921-91, denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o **8º termo aditivo do contrato nº 102/2019**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditivo tem fundamento no art. 57, § 1º incisos II e III da Lei nº 8.666/93 e conforme disposto no inciso 4. 1 do contrato originário.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 001/2019**, devidamente homologada pelo Prefeito Municipal, nos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores e o contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação de execução da obra** de **reforma do Posto de Saúde da Família Mutirão, conforme Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Ministério da Saúde.**

2.2 – Ficam acrescidos **120 (cento e vinte) dias ao prazo de execução estendendo-se até o dia14/01/2022**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

3.1 – Conforme justificativa do fiscal do contrato, diante da falta de repasse financeiro pelo Governo Federal através do Ministério da Saúde, a ordem de inicio para a reforma atrasou, e ainda em consequência da pandemia do covid-19, existindo assim a necessidade de prorrogar o prazo de execução, não causando nenhum prejuízo aos cofres públicos.

CLÁSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 - Em conformidade com o previsto no artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, este instrumento será publicado no Mural de Publicações da Prefeitura, Portal da Transparência, Diário Oficial de Contas do TCE/MT e Diário Oficial dos Municípios - AMM.

CLAÚSULA QUINTA – CONDIÇÕES GERAIS

5.1 - Com a alteração constante deste Termo Aditivo, ficam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do **contrato nº 102/2019 e seus termos aditivos**.

CLAÚSULA SETIMA – FORO

7.1 - As partes elegem o foro da comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno e comum acordo com todas as cláusulas e condições contratuais acima consubstanciadas, assinam o presente instrumen-

to, lavrado em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas instrumentárias, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Canarana-MT, 10 de Setembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

J.P. BARBOSA - ME.

JEFFERSON PEREIRA BARBOSA

CONTRATADO

GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES

FISCAL DO CONTRATO

PORTARIA Nº 190/2021

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

22º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 028/2017

22º TERMO ADITIVOao Contrato Nº 028/2017, firmado com a empresa **C. R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI** para a **Implantação de Rede de Drenagem de Aguas Pluviais em Ruas e Avenidas do Bairro Morada do Sol, Município de Canarana-MT**.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 14.936.115/0001-05 e Inscrição Estadual sob n.º 13.443.987-2, registrada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, sob NIRE nº 51600016619, com sede na Rua Paraiso, 599, quadra 04 Área A3, Praeirinho, Cuiabá, MT, CEP 78.070-650, representada neste ato por seu **INVENTARIANTE**, Sr. **ADELAR GONÇALVES**, brasileiro, nascido em 31/05/1962, viúvo, empresário, portador do CPF nº 459.012.601-04 e RG nº 919.335 SSP - MT, residente e domiciliado na Rua Paraiso, S/N, Quadra 4, Área A3, Praeirinho, Cuiabá, MT, CEP 78.070-650, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 028/2017**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **concorrência nº 001/2016**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de execução da obra** que tem por objeto **Implantação de Rede de Drenagem de Aguas Pluviais em Ruas e Avenidas do Bairro Morada do Sol** no Município de Canarana-MT**,** acrescentando à Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra e Vigência do Contrato.

1.2 – Fica acrescido o total de **180 (cento e oitenta) dias** ao prazo de execução da obra, prorrogando até o dia **17/03/2022**.

CLAUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de prorrogar o prazo de execução da obra por interesse da Administração e por acordo com a **CONTRATADA**, onde diante da pandemia do covid-19 houve dificuldade em adquirir materiais de consumo também em decorrência da pandemia, o ritmo da obra diminuiu, e sendo assim, existe a necessidade de prorrogar o prazo de execução, não causando nenhum prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original e dos demais termos aditivos, permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUARTA - DOMICÍLIO E FORO

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 10 de Setembro de 2021.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

CRG CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP.

ADELAR GONÇALVES

Inventariante

CONTRATADA

MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA

FISCAL DO CONTRATO

Portaria nº 202/2021

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 157/2018

***SEGUNDO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO Nº 157/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT E A EMPRESA ALCIR R. D. COSTA – ME.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí nº 228, centro, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **ALCIR R. D. COSTA – ME**, inscrita no CNPJ Nº 07.106.516/0001-64, Inscrição Estadual: 13347808-4, com sede à Avenida Paraná, Nº 1588, Quadra 05P, Lote 11, Jardim Panorama, Cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **ALCIR ROBERTO DELA COSTA**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 977169 SSP/MT e CPF nº 568.070.741-15, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Li-

citação na modalidade de **Pregão Presencial nº 029/2018**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8. 666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.24, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 029/2018.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 11/09/2022,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/3, Cláusula Terceira, inciso 3.24 do contrato e ainda conforme Decreto Municipal nº 2.919/2018, art. 2º, inciso XXI.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2018, e ainda por vários fatores administrativos, onde justificamos que desta forma o município não ficará sem os referidos serviços e fornecimento de peças, que visam ao restabelecimento das condições de funcionamento dos veículos, caminhões, ônibus, micro-ônibus, máquinas, dentre outros, mediante substituição de peças gastas, quebradas ou defeituosas, bem como execução de regulagens mecânicas e/ou elétricas e demais ajustes necessários ao perfeito estado de uso dos veículos e máquinas, e de manter a frota em circulação, em condições de segurança, limpeza e aparência, para a execução normal dos serviços de transporte de interesse público municipal. Pretende-se com esta prorrogação garantir a população em geral o apoio institucional, com prioridade de atendimento as demandas existentes tanto na saúde como nas ações desenvolvidas pelas demais secretarias, até a formalização do novo processo licitatório, não causando nenhum prejuízo aos cofres públicos, justificando assim a prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

5.1.1 - De 12 de setembro a 31 de dezembro/2021 no Orçamento Anual de 2021 e;

5.1.2 - De 01 de janeiro a 11 de setembro/2022 no Orçamento Anual de 2022.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 157/2018 e 1º termo aditivo,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 03 de Setembro de 2021.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

ALCIR R. D. COSTA – ME.

ALCIR ROBERTO DELA COSTA

CONTRATADA

_____

FISCAL DO CONTRATO

FRANCIELY REJANE STORCH

Portaria nº 144/2021

_____

FISCAL DO CONTRATO

EDILSON GOMES DE SOUSA

Portaria nº 144/2021

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PORTARIA Nº814/2021

Portaria Nº814/2021

De 08 de setembro de 2021.

Conceder férias regulamentares aoServidor Público Municipal **Cleyton Dias de Souza** dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **Cleyton Dias de Souza,** ocupante do cargo de **Secretário de Agricultura,** por um período de 20 dias que serão usufruídas nos períodos abaixo discriminados, e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Primeiros 10 dias, 13 de setembro de 2021 a 22 de setembro de 2021 de 2021.

Últimos 10 dias, 14 de dezembro de 2021 a 23 de dezembro de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 19/10/2017 a 18/10/2018.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 08 de setembro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº813/2021

Portaria Nº813/2021

De 08 de setembro de 2021.

Nomeia Servidora para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Cassia Rejane Borges Barbosa** para exercer o cargo de **Gestor Educacional** cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n°156/2017 de 22 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 08 de setembro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

NONO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 048/2020

NONO TERMO ADITIVO ao **Contrato Nº 048/2020**, firmado com a empresa **J. P. BARBOSA** para a construção de **quadras esportivas** no Município de Canarana-MT.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66)-3478-1200, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa **J. P. BARBOSA**, inscrita no CNPJ nº. 28.257.664/0001-50, localizada à Rua Planalto nº 923, Bairro Nova Canarana-MT, na cidade de Canarana-MT, por intermédio de seu representante legal, o **Sr. JEFFERSON PEREIRA BARBOSA**, brasileiro, solteiro, mestre de Obras, portador da Cédula de Identidade RG nº 1308395-3 SESP/MT e do CPF nº 905.323.921-91, denominado **CONTRATADO** firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 048/2020**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de Preços nº 001/2020**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 001/2020,** o contrato originário e todos os termos aditivos.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E ALTERAÇÃO

2.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do prazo de execução da obra**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta, inciso 4.1 para a **construção de quadras esportivas de vôlei de areia e basquete 3x3 no Ginásio de Esportes Edemar Parzianelo.**

2.2 – Fica acrescenta à **execução da obra** o total**de 90 (noventa) dias estendendo-se até o dia 16/12/2021.**

CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II c/c Art. 65, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 – A Administração Municipal se viu obrigada a prorrogar o prazo de execução da obra por razões de interesse publico e por acordo com a CONTRATADA, onde, diante da pandemia do **covid-19** houve um retardamento na execução da obra diante das dificuldades encontradas, e justificando assim a prorrogação do prazo de, não causando assim nenhum prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº 048/2020 e seus respectivos termos aditivos**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 10 de Setembro de 2021.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

J. P. BARBOSA

JEFFERSON PEREIRA BARBOSA

CONTRATADO

DIEGO FERREIRA DA SILVA

FISCAL DO CONTRATO

Portaria nº 208/2021

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 164/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 164/2018, firmado com a empresa **HEINEN & CIA LTDA-ME,** para prestação de serviços de Comunicação Multimídia (SCM) para prover acesso á Internet por Fibra Optica.

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr. Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **HEINEN & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 10.341.150/0001-12, estabelecida na cidade de Canarana-MT, à Rua Guarita nº 176 D, Centro, CEP 78.640-000, neste ato representada por **ALDEMIR ZATTI**, Carteira

de Identidade nº 822.676 SSP/MT e do CPF nº 569.391.321-04, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo aditivo, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e ainda de conformidade com a documentação constante no processo na modalidade **pregão presencial nº 034/2018**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DAS ALTERAÇÕES E VALOR:

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto **Prorrogação de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 164/2018 pelo prazo de 12 (doze) meses,** ficando sua vigência prorrogada até o **dia 16/09/2022,** podendo ocorrer a extinção do ajuste antes do decurso desse prazo, caso a administração efetue contratação resultante de novo procedimento licitatório.

Parágrafo Único: Na hipótese da extinção do contrato pela conclusão de novo procedimento licitatório, a **CONTRATADA** deverá ser comunicada com o prazo mínimo de **30 (trinta) dias de antecedência** da data da cessação da prestação dos serviços, por ofício da autoridade competente.

1.2 – O valor total bruto mensal continuará a ser de **R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais)** pelo prazo de 12 (doze) meses, perfazendo o valor total de **R$ 202.800,00 (duzentos e dois mil e duzentos reais).**

CLAUSULA SEGUNDA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A Administração se sentiu na obrigação de promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pelo **CONTRATADO** são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da **CONTRATANTE**, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados de satisfatoriamente, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência.

2.3 – O presente aditivo encontra embasamento legal no Art. 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 2.919/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma:

3.1.1 - 17 de Setembro a 31 de dezembro de 2021 no Orçamento Anual de 2021 e;

3.1.2 - De 01 de janeiro a 16 de setembro de 2022 no Orçamento Anual de 2022.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 164/2018, 1º e 2º termos aditivos** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana-MT, 10 de Setembro de 2021.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

_____

HEINEN & CIA LTDA-ME

ALDEMIR ZATTI

sócio gerente

_____

EDILAINE LOPES DA COSTA

Testemunhas:

01:_____

02:_____

Nome:..... Nome:.....

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

Extrato Termo de Convênio nº 05/2021 - Município de Carlinda / Município de Alta Floresta/MT

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º Lei Municipal 1.288 /2021.

OBJETO: O presente **TERMO DE CONVÊNIO** tem por objeto o repasse mensal de valores para manutenção das crianças/adolescentes de Carlinda acolhidos temporariamente na Casa Lar de Alta Floresta (art. 3° da Lei 1.288/2021 – Carlinda), bem como disponibilizar equipe técnica de profissionais de Carlinda para atender suas crianças/adolescentes acolhidos.

VALOR TOTAL: R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: 13/09/2021 a 31/12/2021.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 544 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **CARLOS ROBERTO ALMEIDA GALVÃO**, ocupante do cargo de Vigia matricula 3249, lotado na Secretaria Municipal de Saúde devendo ser usufruído de **10/09/2021 a 09/10/2021**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2020/2021.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A V I S O D E F É R I A S

Funcionário: CARLOS ROBERTO ALMEIDA GALVÃO- 3249

Cargo: VIGIA

Período Aquisitivo: 2020/2021

Em face de que dispõe a determinação Administrativa e disposições legais vigentes, comunicamos a Vossa Senhoria que suas férias serão concedidas a partir de **10/09/2021 a 09/10/2021** devendo seu retorno ao serviço ocorrer no dia **10/10/2021.**

Atenciosamente,

Carlinda/MT, 10 de Setembro de 2021.

..... Assinatura do Secretario da Pasta

Ciente em : ...../.... .../..... .....

Assinatura do Servidor

Declaro para os devidos fins, que gozei das minhas férias e recebi meu terço de férias, no período aquisitivo acima citado.

Ciente em : ...../.... .../..... .....

Assinatura do Servidor

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 545 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

SÚMULA: "Dispõe sobre a prorrogação de concessão de Benefício Estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *APOLIENE APARECIDA PEREIRA SILVA*.".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 a 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 11 de Junho de 2021.

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 081, 378, 379 e 496/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação do Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora **APOLIENE APARECIDA PEREIRA SILVA,** efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Municipal de Educação, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **09/09/2021 a 09/10/2021**, conforme Processo do DRH nº 019/2021.

Art. 2º - Servidora iniciará Processo de Aposentadoria por Invalidez averbada por Perícia Médica Oficial Municipal, prorroga-se benefício estatutário – Auxílio Doença, até a finalização dos procedimentos para publicação do ato concessório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e se extinguindo no ato da aposentadoria.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que a **LICITAÇÃO** realizada no dia 06 de Setembro de 2021 às 08h30min (Horário Oficial de Brasília-DF), na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 053/2021, que teve por OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPACTADOR DE SOLO, CONTAINER E MANTA TECNIL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS** foi considerada ***FRACASSADA***, tendo em vista que as empresas licitantes apresentaram valores acima do preço de referencia, e não se dispuseram a ofertar lances.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78.587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 10 de Setembro de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 276/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CNPJ: 01617905000178
Avenida Tancredo de Almeida Neves, 0000083 - Centro
Telefone 06635252000
rhprefeituracarlinda@hotmail.com

DECRETO Nº 00276/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Prefeita Municipal de CARLINDA, CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01257/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2021, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 96.000,00 (Noventa e Seis Mil Reais) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

01.001-CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
01.001.01.031.0009.1002.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0100000000-Recursos Ordinários	96.000,00
Sub-Total:	**96.000,00**
Total Parcial Suplementado:	**96.000,00**

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito Adicional aberto no Artigo 1, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, proveniente de anulacao da seguinte Dotacao Orcamentaria.

03.001-GABINETE DA PREFEITA

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
03.001.04.122.0007.2003.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0100000000-Recursos Ordinários	48.000,00
Sub-Total:	**48.000,00**

04.001-GABINETE DA SEMAD

04.001.04.122.0008.2009.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0100000000-Recursos Ordinários	48.000,00
Sub-Total:	**48.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**96.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

CARLINDA, 09, Setembro de 2021

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO
Prefeita

Emissão: 09/09/2021 10:35:32

Page 1 de 1
Homologado

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPACTADOR DE SOLO, CONTAINER E MANTA TECNIL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 23/09/2021.

HORÁRIO: 08H30MIN **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).**

ENDEREÇO ELETRÔNICO:bllcompras.com

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no sítio www.carlinda.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/ ou na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78.587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 10 de Setembro de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2021

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, BICOS E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.**

EMPRESAS VENCEDORAS:

D. P. DE SOUZA COMÉRCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPP inscrita no CNPJ sob o n.º **CNPJ 21.711.134/0001-90**

JS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **17.537.488/0001-93**

PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º **03.532.991/0001-41**

PNEUS BARBOSA LTDA - ME inscrita no CNPJ sob o n.º **14.481.695/0001-85**

Carlinda – MT, 10 de Setembro de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2.º QUADRIMESTRE 2021.

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2.º QUADRIMESTRE 2021.

A Prefeitura Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, **CONVIDA** a todos os Cidadãos e Entidades para participarem da Audiência Pública, que fará realizar-se no dia **27 de Setembro de 2021**, a partir das **15:00 horas**, nas dependências da **CÂMARA MUNICIPAL**, localizado no Município de Castanheira, destinado a **PRESTAÇÃO DE CONTAS 2.º QUADRIMESTRE 2021.**

Castanheira-MT, 10 de Setembro de 2021.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 51/2021

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 51/2021

A Pregoeira torna público que fará licitação do **PREGÃO PRESENCIAL N°51/2021,** do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, objetivando: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E URBANISMO, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA ESTADO DE MATO GROSSO,** com sessão marcada para o dia 23/09/2021 às 08:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 10 de setembro de 2021.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°189/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

A Prefeitura Municipal de Castanheira, inscrito no CNPJ/MF nº 24.772.154/0001-60, torna-se público que requereu junto a Secretaria do Estado de Meio Ambiente - SEMA-MT, as Licenças Ambientais Por Adesão e Compromisso - LAC , para substituição das seguintes pontes de madeira por bueiros celulares em concreto.

Ponte 01 - Linha 01

Ponte 02- Linha 05

Ponte 03 - Linha São Roque

Ponte 04 - Linha 03

Ponte 05 - Linha São Roque

Ponte 06 - Linha 02

Ponte 07 - Linha Santa Emília

Ponte 08 - Linha Linha São Roque

Ponte 09 - Linha Santa Luzia

Ponte 10 - Linha Santa Terezinha

Ponte 11 - Linha Santa Terezinha

Ponte 12 - Linha 01

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PROCURADORIA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÕES

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____017_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social: NAGIB KRUGER			
Endereço: Rua TANCREDO NEVES SN			
Bairro JARDIM TROPICAL	CEP: 78065-060	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ:293.388.671-53		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: Rua 08 QUADRA 027 LOTE 002			
Bairro: LOT.OFICIALChapada dos Guimarães MT		Atividade:TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			

Informamos ao Notificado:
Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.

O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__

NOTIFICACÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____018_____/___2021___**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social: NAGIB KRUGER			
Endereço: Rua TANCREDO NEVES SN			
Bairro JARDIM TROPICAL	CEP: 78065-060	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ:293.388.671-53		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: Rua 08 QUADRA 027 LOTE 001			
Bairro: LOT.OFICIALChapada dos Guimarães MT		Atividade:TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			

Informamos ao Notificado:
Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.

O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:

Nome: Jorge Kaupatez

Assinatura/Carimbo:
Jorge Kaupatez
___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__

NOTIFICACÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____019_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:
Nome/Razão Social:

JARBAS MARTINS DE SIQUEIRA			
Endereço: Rua EMERSON SILVA TERRES			
Bairro LOTEAMENTO OFICIAL	CEP: 78195-000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ:293.388.671-53		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: RuaEMERSON SILVA TERRES SNQUADRA 019 LOTE 012			
Bairro: LOT.OFICIALChapada dos Guimarães MT		Atividade:TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__			
NOTIFICACÃO VIA EDITAL			

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____020_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social: JARBAS MARTINS DE SIQUEIRA			
Endereço: Rua EMERSON SILVA TERRES			
Bairro LOTEAMENTO OFICIAL	CEP: 78195-000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ:0016-40		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: RuaEMERSON SILVA TERRES SNQUADRA 019 LOTE 011			
Bairro: LOT.OFICIALChapada dos Guimarães MT		Atividade:TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10___/___09__/___2021__			
NOTIFICACÃO VIA EDITAL			

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____021_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social: JARBAS MARTINS DE SIQUEIRA			
Endereço: Rua EMERSON SILVA TERRES			
Bairro LOTEAMENTO OFICIAL	CEP: 78195-000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ:0016-40		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: RuaEMERSON SILVA TERRES SNQUADRA 019 LOTE 010			
Bairro: LOT.OFICIALChapada dos Guimarães MT		Atividade:TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			

Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:
Nome: Jorge Kaupatez
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__
NOTIFICACÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____022_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social: DANIEL PEREIRA DA SILVA			
Endereço: Rua 08 SN			
Bairro COHAB VEU DE NOIVA	CEP: 78195-000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ:111.221.121-21		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: Rua08 QUADRA 021 LOTE 011			
Bairro: LOT.OFICIALChapada dos Guimarães MT		Atividade:TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__			
NOTIFICACÃO VIA EDITAL			

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____023_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social: ANA GABRIELA DE SOUZA GORGIONI			
Endereço: Rua 09 QUADRA 021 LOTE 012			
Bairro LOTEAMENTO OFICIAL	CEP: 78195-000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ 688.827.421-72		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: Rua09 QUADRA 021 LOTE 012			
Bairro: LOT.OFICIALChapada dos Guimarães MT		Atividade:TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo:			

Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__
NOTIFICACÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____024_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social: ESPOLIO APOLONIO BOURET DE MELLO			
Endereço: CAPÃO DO BOI			
Bairro ZONA RURAL	CEP: 78195-000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ 001.952.001-87		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: Rua DR. ADALBERTO JOESTING SIEDLER QUADRA 069 LOTE 007			
Bairro: BOM CLIMAChapada dos Guimarães MT		Atividade:TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__			
NOTIFICACÃO VIA EDITAL			

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____025_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social: ESPOLIO APOLONIO BOURET DE MELLO			
Endereço: CAPÃO DO BOI			
Bairro ZONA RURAL	CEP: 78195-000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ 001.952.001-87		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: Rua DR. ADALBERTO JOESTING SIEDLER QUADRA 069 LOTE 007 SEGUNDA UNIDADE			
Bairro: BOM CLIMAChapada dos Guimarães MT		Atividade:TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__			
NOTIFICACÃO VIA EDITAL			

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____026_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:
Nome/Razão Social: RAISA STECHOW

Endereço: RUA 09 QUADRA 069 LOTE 005			
Bairro BOM CLIMA	CEP: 78195-000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ016.434.731-31		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: RuaO9 QUADRA 069 LOTE 005			
Bairro: BOM CLIMAChapada dos Guimarães MT		Atividade:TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__			
NOTIFICACÃO VIA EDITAL			

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____027_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social: RAISA STECHOW			
Endereço: RUA 09 QUADRA 069 LOTE 005			
Bairro BOM CLIMA	CEP: 78195-000	Cidade: CHAPADA DOS GUIMARÃES	UF: MT
CPF/CNPJ016.434.731-31		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: RuaO9 QUADRA 069 LOTE 004			
Bairro: BOM CLIMAChapada dos Guimarães MT		Atividade:TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__			
NOTIFICACÃO VIA EDITAL			

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____028_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social Marcelo Augusto Portocarrero			
Endereço: Av. Filinto Muller n 516 apto.1301			
Bairro: Popular	CEP: 78000-000	Cidade: Cuiaba'	UF: MT
CPF/CNPJ: 086.121.761-00		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: RUA Dr. Generoso Azevedo Neto QUADRA 022A LOTE 008			
Bairro: LOTEAMENTO OFICIAL – Chapada dos Guimaraes - MT		Atividade: TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			

Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:
Nome: Jorge Kaupatez
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__
NOTIFICACÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____029_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social Marcelo Augusto Portocarrero			
Endereço: Av. Filinto Muller n 516 apto.1301			
Bairro: Popular	CEP: 78000-000	Cidade: Cuiaba'	UF: MT
CPF/CNPJ: 086.121.761-00		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: RUA Dr. Generoso Azevedo Neto QUADRA 022A LOTE 009			
Bairro: LOTEAMENTO OFICIAL – Chapada dos Guimarâes - MT		Atividade: TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__			
NOTIFICACÃO VIA EDITAL			

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____030_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social Imil Farah Junior			
Endereço: Travessa Lange n.325 EdificioNatori Apto.1401			
Bairro: Agua Verde	CEP: 802401-72	Cidade: Curitiba	UF: PR
CPF/CNPJ: 171.519.029-72		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: RUA Dr. Generoso Azevedo Neto QUADRA 023 LOTE 002			
Bairro: LOTEAMENTO OFICIAL – Chapada dos Guimarães - MT		Atividade: TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			

Nome: Jorge Kaupatez
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__
NOTIFICACÃO VIA EDITAL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____031_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social Antonio dos Santos Beraldo			
Endereço: Rua 04 n. 4211			
Bairro: Loteamento Oficial	CEP: 86000-000	Cidade: CIA NORTE	UF: PR
CPF/CNPJ: 420.818.582-15		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: RUA 4 QUADRA 023 LOTE 003			
Bairro: LOTEAMENTO OFICIAL – Chapada dos Guimarães - MT		Atividade: TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__			
NOTIFICACÃO VIA EDITAL			

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO	**Nº. ____032_____/___2021____**

DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social Gui de Mesquita			
Endereço: Rua Dr. Generoso Azevedo Neto			
Bairro: Loteamento Oficial	CEP: 78195-000	Cidade: Chapada dos Guimarães	UF: MT
CPF/CNPJ: 00.000.000/0016-59		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço: RUA 4 QUADRA 023 LOTE 004			
Bairro: LOTEAMENTO OFICIAL – Chapada dos Guimarães - MT		Atividade: TERRENO BALDIO	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Nos termos da Lei Municipal nº 1.397/2010, 1.432/2011 e Decreto Municipal 021/2018 e Decreto Municipal 022;2018 fica Vossa Senhoria NOTIFICADO.			
TERRENO BALDIO TOMADO PELO MATO			
Informamos ao Notificado: **Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de _30_ (_____TRINTA____) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.**			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 30__ (____TRINTA____) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			
Nome: Jorge Kaupatez			
Assinatura/Carimbo: Jorge Kaupatez ___Chapada dos Guimarães_____, _10____/___09__/___2021__			
NOTIFICACÃO VIA EDITAL			

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 405/GP/2021 A PORTARIA Nº 420/GP/2021

Portaria nº 405/GP/2021

Em, 27 de agosto de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

DISTRATAR – A prestadora de Serviços, na situação de contratada **Sr.ª MARCIANA RODRIGUES DOS SANTOS LIMA,** portadora do RG nº 20910541 e CPF nº 027.401.451-36, na função de PROFESSOR II 20 HORAS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, conforme **OFICIO Nº 536/2021/SME.**

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 09/08/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 27 de agosto de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 418/GP/2021

Em, 02 de setembro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

DISTRATAR – A Servidora Municipal eletiva suplente **Sr.ª TAMIRIS DE JESUS BAEZ,** portadora do RG nº 18279880 e CPF nº 027.697.051-99, na função de CONSELHEIRO TUTELAR, lotada na SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, conforme C.I. nº 500/2021/SMAS.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 01/09/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 02 de setembro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 419/GP/2021

Em, 08 de setembro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

DISTRATAR – A pedido da prestadora de Serviços, na situação de contratada **Sr.ª CINDY BEATRIZ BRITO DOS SANTOS,** portadora do RG nº 2066069-3 e CPF nº 078.340.021-71, na função de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, lotada na SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, conforme **protocolo 5541/2021**.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 01/09/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 08 de setembro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 420/GP/2021

Em, 09 de setembro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER- Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º NELSON SOUZA PINTO FILHO,** portador do RG nº 1343835-2 e CPF nº 004.800.181-38, na função de TECNICO EM AGROPECUARIA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ASS. FUNDIARIOS,03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 11/09/2014 a 11/09/2019, conforme autorização no **processo 5568/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 08/09/2021 e término em 06/12/2021, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 07/12/2021.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 08/09/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de setembro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTABILIDADE
ATA RELATIVO À AUDIÊNCIA PÚBICA REFERENTE A LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Aos 09 dias do mês de setembro de 2021 às 10h00min, reuniram-se no Município de Cláudia, tendo por local a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Cláudia/MT, para a realização da audiência pública relativo à apresentação e discussão das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2022, na abertura iniciou a fala agradecendo aos presentes, o palestrante Sr. Eduardo Dier que também fez a devidas apresentações e na sequência iniciou as apresentações dos slides. Explicando que a principal função da LDO é selecionar as ações, previstas no plano plurianual - PPA, que terão prioridade na execução do orçamento, preparando assim a base onde o orçamento irá se assentar, ligando o PPA ao orçamento. A LDO traz o equilíbrio entre receita e despesas, normas relativas ao controle de custos e à avaliação de resultados. Na sequência apresentou as previsões de receita até o ano de 2024, sendo que em 2022 há uma previsão mais cautelosa de R$ 64.650.000,00, devido às incertezas com relação ao covid-19, estimando uma receita 2,12% maior que o ano anterior, seguindo com as estimativas por tipo de receita e distribuição por entidade onde a prefeitura será responsável por 90% das receitas, previdência 7% e câmara 3%. Passando pela distribuição por secretaria, a de Educação ficará com 23,79%, Obras 20,35 e Saúde 19%, sendo as de maior orçamento, na series de slide seguintes mostrou a distribuição por programa, destacando que o programa enfrentamento ao covid-19 continua, mesmo que com menos recurso, por exigência do Tribunas de Contas. Após, detalhamento da distribuição por ação de cada órgão para o exercício de 2022, citando que Saúde e Educação são mais detalhadas devido a uma prestação de contas aparte, SIOPS e SIOPE respectivamente. Nos slides seguintes mostrou as metas fiscais, tendo nos próximos três anos resultado nominal negativo, mas lembrou que nas receitas não estão acrescidas dos superavit realizados no ano anterior, uma vez que nem tudo será executado, o que sobra do orçamento passado vira superavit para o próximo. Ao final abriu-se para questionamentos e não havendo manifestações por parte dos presentes, agradeceu a presença de todos. E não havendo nada

mais a relatar, eu Thiago Bianchin Silva secretariei a presente Ata na qual assina na presença dos demais.

PREVI-CLAUDIA
PORTARIA Nº. 012/2021.

"DISPÕE SOBRE ARETIFICAÇÃO DOS TERMOS DA PORTARIA Nº 11 DE 31 DE AGOSTO DE 2021, QUE TRATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE EM FAVOR DA SERVIDORA SRA. NAIR LOURDES BECKER".

A Diretora Executiva do PREVI-CLAUDIA- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de CLAUDIA, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Art.40, §*1º, inciso "III", alínea "b", § 8º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de dezembro de 2003,*combinado com o artigo 10, §7º da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, *Art. 12º, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal n.º 473 de 24 de abril de 2013, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de CLAUDIA-MT* e ***Lei Municipal nº 10/2008, de 27 de junho de 2008, que dispõe sobre Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município de CLAUDIA – MT, alterada pela Lei Complementar nº 074 de 23 de março de 2020****.*

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade,** em favor da **Sra. NAIR LOURDES BECKER**, Servidora efetiva desta Municipalidade, portadora do RG. nº. 867718 SSP/MT e CPF nº. 001.051.231-45, devidamente matriculada no RE sob n.º 1137, e matrícula Previdenciária nº 193, efetiva no cargo de **Manutenção da Infraestrutura Escolar, Classe D, Nível 04**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a referida Servidora conta com **5.441 Dias Trabalhados**, ou seja, **14 Anos, 10 Meses e 24 Dias**, com Proventos Proporcionais, conforme o processo do PREVI-CLAUDIA n.º 2021.08.00000001, a partir de 01 de setembro de 2021.

Parágrafo Único. É garantido o reajustamento do benefício em caráter permanente para assegurar-lhe o valor real, conforme critérios de reajuste fixados para o RGPS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Claudia - MT, 10 de setembro de 2021.

ANDREIA TEOLIDE SCHNEIDER SIELSKI

Diretora Executiva

Homologado:

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2048/2021, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2048/2021, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a Homologação do Resultado Final do PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 001/2021, da Prefeitura Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica Homologado o Resultado Final Definitivo do Processo Seletivo Publico concernente ao Edital nº 001/2021, à vista do Relatório da Comissão de Comissão, constante do anexo I, deste Decreto, nomeados pela Portaria n° 024/2021, de 26 julho de 2021, do Processo Seletivo Público 001/2021;

§ 1º O prazo de validade do Processo Seletivo Publico Nº 001/2021 é de 01 (um) ano, contado da data de publicação do presente Decreto de Homologação.

§ 2º Os Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Público Nº 001/2021 deverão atender à convocação para anuência de maneira expressa, para confirmar ou não o seu interesse na nomeação, posse e exercício do cargo público.

§ 3º O não comparecimento do candidato convocado para a anuência no prazo de 15 (quinze) dias úteis, implicará reconhecimento de sua desistência pela vaga oferecida, revertendo o direito de nomeação em favor do aprovado que o suceder, na ordem de classificação, se for o caso.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Márcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

ANEXO I

PROFESSOR DE PEDAGOGIA - SERIES INICIAIS (ESCOLA MUNICIPAL CAMPO COOPERAL) | NIVEL SUPERIOR - EDUCACAO					
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO
905	LÍDIA DE CAMARGO RODRIGUES	965.531.201-10	21,00	1	APROVADO
742	MARIANA POGGIAN ENGELHARDT	005.452.342-71	15,50	2	APROVADO
704	SOLANGE PEREIRA DE ALMEIDA	935.980.091-00	10,00	3	CLASSIFICADO
938	GABRIELA DOS SANTOS GOMES	065.903.671-16	5,50	4	CLASSIFICADO
887	DANIELA CRISTINA TAVARES DIAS	047.944.241-08	4,00	5	CLASSIFICADO
PROFESSOR DE PEDAGOGIA - SERIES INICIAIS (ESCOLA MUNICIPAL CAMPO GRUTA AZUL) | NIVEL SUPERIOR - EDUCACAO					
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO
711	ANA PAULA RODRIGUES LEITE	039.539.051-63	19,50	1	APROVADO
931	ADRIANA PEREIRA DE BRITO	872.519.901-30	4,00	2	CLASSIFICADO
PROFESSOR DE PEDAGOGIA - SERIES INICIAIS (SEDE URBANA) | NIVEL SUPERIOR - EDUCACAO					
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO
890	MARIA ZÉLIA DA ANUNCIAÇÃO	866.412.391-87	28,00	1	APROVADO

761	LILIAN MARIA RODRIGUES DA SILVA MARTINS	959.986.751-34	28,00	2	APROVADO
701	MARIA ELIENE LOPES DE SOUSA	494.560.083-04	26,00	3	APROVADO
615	GABRIELA PFOST	292.070.918-60	25,00	4	CLASSIFICADO
691	SALDANHA PEREIRA DE SOUZA	475.587.683-49	22,00	5	CLASSIFICADO
868	IRACILENE COSMO DA SILVA	571.252.603-49	22,00	6	CLASSIFICADO
860	DORALICE FERRAZ DE LIMA CARVALHO	641.688.911-00	22,00	7	CLASSIFICADO
874	ROSIMEIRE APARECIDA TEIXEIRA	010.719.871-19	20,50	8	CLASSIFICADO
759	ADRIANA DE SOUZA MARQUES SANTOS	618.162.641-72	18,00	9	CLASSIFICADO
851	MARILSA FERREIRA DOS SANTOS PEREIRA	003.187.051-17	17,00	10	CLASSIFICADO
653	KLEBER ARAUJO DA CRUZ	019.108.151-52	17,00	11	CLASSIFICADO
614	THAISLANE EXPEDITO DE FREITAS	048.615.541-28	17,00	12	CLASSIFICADO
796	DEUZUITA CARDOSO DE BRITO	474.509.401-91	17,00	13	CLASSIFICADO
850	GERLANDERSON PONTES DA SILVA	016.918.701-29	15,50	14	CLASSIFICADO
776	DOMINGAS LIMA DOS SANTOS	652.141.611-15	15,00	15	CLASSIFICADO
838	LIDIANE DE JESUS ALMEIDA	008.908.681-31	15,00	16	CLASSIFICADO
846	REGIANE ALBINA GOMES	022.428.661-76	15,00	17	CLASSIFICADO
667	JOSIANE MARIA FERNANDES	818.017.691-68	15,00	18	CLASSIFICADO
916	ALESSANDRA ALVES DE LIMA	854.158.121-72	13,00	19	CLASSIFICADO
780	CLAUDIA CARINE DA SILVA	715.807.352-15	11,00	20	CLASSIFICADO
818	YARA MARQUES COSTA PRADOS	876.268.531-72	10,00	21	CLASSIFICADO
659	DIVINA ETERNA DOS S FAUSTINO	967.506.691-15	10,00	22	CLASSIFICADO
619	MAYANNI BARROS RAMOS	035.325.491-66	10,00	23	CLASSIFICADO
613	GRASIELLE DIAS DE LIMA	034.546.511-31	8,75	24	CLASSIFICADO
607	WANELLA MARIA T. DOS SANTOS NASCIMENTO	046.604.821-11	7,50	25	CLASSIFICADO
767	JULIENE DO.COUTO	731.150.611-53	7,00	26	CLASSIFICADO
854	CLAUDIA DA SILVA ARAUJO	907.677.131-68	6,50	27	CLASSIFICADO
892	EDIZANGELA DA SILVA ARAÚJO	021.497.311-50	6,00	28	CLASSIFICADO
698	DANIELA NUNES DE MORAIS	048.410.751-86	4,50	29	CLASSIFICADO

ASSISTENTE SOCIAL | NIVEL SUPERIOR - DEMAIS CARGOS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO
900	ROSANGELA SILENE ARAUJO DE SOUZA LEITE	206.770.731-00	21,00	1	APROVADO
748	ILANA DE SOUZA PARLANDRINO MARTINS	017.048.531-50	17,00	2	CLASSIFICADO
649	YARA LUIZA DE SOUZA	839.247.441-49	13,00	3	CLASSIFICADO
762	MIRIAN SANTANA CORREIA DE ARRUDA	627.572.101-49	12,00	4	CLASSIFICADO
793	PATRICIA FRANCO TELES	935.960.301-53	12,00	5	CLASSIFICADO
632	DIVINA GONÇLVES LAERDA MENDES	530.471.921-20	11,00	6	CLASSIFICADO
910	KEILA CRISTINA DE SOUSA	758.382.221-15	11,00	7	CLASSIFICADO
693	ANA CRISTINA GALDINO PINTO	959.143.587-87	10,00	8	CLASSIFICADO
925	RITA DE KASSIA GONCALVES	011.698.501-11	7,00	9	CLASSIFICADO
795	DENISE FERREIRA DOS REIS ABREU	011.645.041-00	5,00	10	CLASSIFICADO
768	MARIA HELENA VENÂNCIO XAVIER	887.838.041-53	4,00	11	CLASSIFICADO
781	JOSIANE SOBRALINO TORRES	926.575.832-53	4,00	12	CLASSIFICADO

BIOMEDICO | NIVEL SUPERIOR - DEMAIS CARGOS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO
765	CAROLINE BRANDÃO MONTEIRO	032.533.041-75	22,00	1	APROVADO
804	HALANA LIRENA NAOMA LIMA DE OLIVEIRA	013.003.734-66	10,00	2	CLASSIFICADO
831	KÁTIA CHAGAS FERNANDES	890.655.222-04	9,00	3	CLASSIFICADO
877	THIAGO GONCALVES DE SOUSA	016.283.621-03	6,00	4	CLASSIFICADO
899	MARLON ALONSO MARTINS MELLO	007.257.111-08	5,00	5	CLASSIFICADO
725	SULAMITA SILVA LEÃO	954.003.545-72	4,00	6	CLASSIFICADO
779	DANIELA GREICE BARBOSA PINTO	011.777.782-03	4,00	7	CLASSIFICADO
820	YASMIN SANTOS COLUCCI	344.865.848-05	4,00	8	CLASSIFICADO

ENFERMEIRO | NIVEL SUPERIOR - DEMAIS CARGOS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO
626	NÁDIA CRISTINA BARROS SILVA	014.947.941-79	20,00	1	APROVADO
638	TAIZE VIVIANE RAMOS DE SOUZA	022.425.761-78	15,00	2	APROVADO
829	HAYALLA THAYANNE DIAS GONÇALVES	025.117.331-37	15,00	3	APROVADO
751	MARIA HELENA DE JESUS BALBINO	024.744.285-26	13,00	4	APROVADO
660	CAROLINE SOUZA RAULIM	022.648.711-30	13,00	5	CLASSIFICADO
773	MAYANA NÉO MATIAS SILVA	055.512.543-21	12,00	6	CLASSIFICADO
620	ANDRESSA CRISTIANE CASCIMIRO DE OLIVEIRA	024.975.662-59	11,00	7	CLASSIFICADO
915	MARIA AUXILIADORA TAVEIRA LOPES	701.083.311-72	10,00	8	CLASSIFICADO
815	CAMILLA GABRIELY DOS SANTOS PIMENTA	062.839.291-50	6,00	9	CLASSIFICADO
808	CLEIDIMAR APARECIDA ROCHA	587.821.502-06	5,00	10	CLASSIFICADO
741	MARLENE DA CONCEIÇAO SILVA MEIRA	905.471.281-34	4,00	11	CLASSIFICADO
790	JOCILENE MAGALHAES DE OLIVEIRA	913.467.972-34	4,00	12	CLASSIFICADO

FISIOTERAPEUTA | NIVEL SUPERIOR - DEMAIS CARGOS

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO
843	MARCUS VINICIUS DOMINGOS GARCIA	880.041.201-72	21,00	1	APROVADO
848	BRENO TORQUATO LOPES ALVES	042.972.151-01	13,00	2	CLASSIFICADO
583	MAYARA MARJORI DA SILVA NOGUEIRA	043.393.161-21	11,00	3	CLASSIFICADO
917	DENIVALDA LOPES LORENA	872.180.031-68	10,00	4	CLASSIFICADO
684	JANAINA SCOPEL DE MORAES	035.824.971-60	10,00	5	CLASSIFICADO
700	SARAH SILVEIRA MAGALHAES	071.059.515-83	10,00	6	CLASSIFICADO
611	MARIA ELIANE DOS SANTOS	059.812.143-92	5,00	7	CLASSIFICADO
928	WILLIAN RODRIGUES DA SILVA	013.924.181-78	4,00	8	CLASSIFICADO

747	JOÃO PEDRO SILVA COSTA	057.508.674-20	4,00	9	CLASSIFICADO
750	GABRIELLA GOULART GUIMARÃES	111.392.284-20	4,00	10	CLASSIFICADO
ODONTOLOGO | NIVEL SUPERIOR - DEMAIS CARGOS					
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO
716	CAIO GONÇALVES HELRIGER	037.091.661-10	7,00	1	APROVADO
702	RAYNARA MARIA DE MOURA SARAIVA	034.817.225-75	6,00	2	CLASSIFICADO
639	MATHEUS PEREIRA LEANDRO HAGE	025.683.875-56	4,00	3	CLASSIFICADO
821	FRANCIELLI LÚCIA DA SILVA	051.149.971-06	4,00	4	CLASSIFICADO
849	HELEN THAIS BARBOSA JUIZ	056.343.581-08	4,00	5	CLASSIFICADO
853	MARIA EDUARDA TIBURTINO SILVA	062.929.941-20	4,00	6	CLASSIFICADO
PSICOLOGO | NIVEL SUPERIOR - DEMAIS CARGOS					
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO
909	KELLY MIDIA VIEIRA MONTEIRO	906.572.172-04	13,00	1	APROVADO
631	JESSICA SENA DA SILVA	044.922.713-84	10,00	2	APROVADO
862	EVA CLEYDES DE SOUZA	971.296.661-53	6,00	3	CLASSIFICADO
727	MARINA MARIA BARBIERI DE SOUZA	048.080.111-82	4,00	4	CLASSIFICADO
651	YURI MARCOS OLIVEIRA BORGES	061.358.711-10	4,00	5	CLASSIFICADO
AGENTE ADMINISTRATIVO | NIVEL MEDIO					
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO
661	JULIA SOUZA RAULIM	735.361.721-72	13,00	1	APROVADO
641	GLEONICE PEREIRA DOS SANTOS	425.307.501-06	7,00	2	APROVADO
816	GELIEZA VERGINIA DE OLIVEIRA	834.531.991-20	7,00	3	APROVADO
668	ELAINE APARECIDA AGUIAR GALDINO	931.794.051-04	6,00	4	APROVADO
785	RAIANE SCALATE NOGUEIRA MATIAS	046.030.401-13	4,00	5	APROVADO
898	DOUGLAS CARDOSO SILVESTRE	038.361.221-70	4,00	6	APROVADO
738	RAQUEL DA SILVA SANTOS	018.315.631-50	3,00	7	APROVADO
897	SINVAL ROSA SOARES	018.134.231-64	3,00	8	CLASSIFICADO
665	ANNA LAURA OLIVEIRA REZENDE	024.068.521-05	3,00	9	CLASSIFICADO
589	ISA EDUARDA REIS DE SOUZA SILVA	062.979.141-41	3,00	10	CLASSIFICADO
858	EDRIANE FARLEY DE OLIVEIRA FERREIRA	024.146.551-60	2,00	11	CLASSIFICADO
826	MICHELLY DE SOUZA MOTA	040.865.011-71	2,00	12	CLASSIFICADO
824	MONALIZA FREITAS SENA	025.666.765-93	2,00	13	CLASSIFICADO
745	LEIDIENE MACHADO MENDES	989.587.201-15	2,00	14	CLASSIFICADO
591	JACQUELINE CARLOS DA SILVA	024.949.941-01	2,00	15	CLASSIFICADO
756	PATRICIA DE SOUZA PEREIRA NASCIMENTO	032.474.171-50	2,00	16	CLASSIFICADO
629	KETTULYN SANTOS DE OLIVEIRA	028.188.981-37	2,00	17	CLASSIFICADO
886	VITOR SEBASTIÃO DE LIMA PERES	038.580.391-52	2,00	18	CLASSIFICADO
757	JULIENE RIBEIRO DE SOUZA MARTINS	754.537.111-91	2,00	19	CLASSIFICADO
610	LUCAS PEREIRA DO NASCIMENTO	048.367.031-66	2,00	20	CLASSIFICADO
599	ANDRE LUIZ SOUSA DE CARVALHO	058.924.741-78	2,00	21	CLASSIFICADO
885	RENE DE OLIVEIRA JUNIOR	052.889.531-12	2,00	22	CLASSIFICADO
602	PEDRO HENRIQUE NOVAIS SOUZA	709.245.131-01	2,00	23	CLASSIFICADO
799	CARLLOS EDUARDO SILVA AVLES	066.574.591-57	2,00	24	CLASSIFICADO
806	DELCY JULIO DA SILVA MONTENEGRO	990.681.252-49	2,00	25	CLASSIFICADO
592	GLAUCILENE DA FOSECA TEIXEIRA	935.898.081-87	1,00	26	CLASSIFICADO
882	BRUNA MEDRADO DOS SANTOS	035.000.421-80	1,00	27	CLASSIFICADO
891	MÔNICA SOARES DIAS	467.346.781-72	0,00	28	CLASSIFICADO
736	MARIA APARECIDA DA SILVA	969.318.414-91	0,00	29	CLASSIFICADO
847	KLEINER DE BESSA JÚNIOR	860.082.931-34	0,00	30	CLASSIFICADO
913	LUCIANO FERNANDES DE OLIVEIRA	916.662.361-87	0,00	31	CLASSIFICADO
792	MARCOS VIEIRA WEBBER	923.348.811-04	0,00	32	CLASSIFICADO
647	MARIA DAS DORES OLIVEIRA DE AGUIAR	042.229.921-94	0,00	33	CLASSIFICADO
888	SIRLENE SOUZA DE BARROS	753.540.981-49	0,00	34	CLASSIFICADO
720	ISIS SANTANA BORGES	050.315.031-22	0,00	35	CLASSIFICADO
715	GABRIEL BATISTUTA GALDINO	061.551.451-05	0,00	36	CLASSIFICADO
914	ELEN FERNANDA PEREIRA PARENTE	062.195.581-70	0,00	37	CLASSIFICADO
841	DANIEL NEVES RODRIGUES DE LARA	057.372.871-22	0,00	38	CLASSIFICADO
880	SANTHYANE CAMELO CARVALHO DE OLIVEIRA	062.269.681-50	0,00	39	CLASSIFICADO
878	ELIANE OLIVEIRA RODRIGUES	061.293.981-23	0,00	40	CLASSIFICADO
879	POEMA DIASTA ALENCAR DE FREITAS	085.780.261-52	0,00	41	CLASSIFICADO
605	CELIA NAYARA FÉLIX DA SILVA	061.991.921-33	0,00	42	CLASSIFICADO
AGENTE SANITARIO | NIVEL MEDIO					
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO
869	CAMILA MARTINS MIRANDA	391.164.578-38	2,00	1	APROVADO
908	PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA RODRIGUES	062.086.711-67	2,00	2	APROVADO
648	MARCOS VINICIUS GOMES BARBO	015.555.971-06	2,00	3	APROVADO
758	SUFARLEN RIBEIRO DO NASCIMENTO	038.774.511-44	1,00	4	CLASSIFICADO
650	JOSIMEIRE MARTINS GONÇALVES	001.656.041-82	0,00	5	CLASSIFICADO
939	ARGEU COELHO NASCIMENTO JUNIOR	711.977.961-34	0,00	6	CLASSIFICADO
696	KATIA MARA MOURA SARDINHA	046.961.271-17	0,00	7	CLASSIFICADO
710	JOSE WEMERSON SOARES DA SILVA	055.268.751-05	0,00	8	CLASSIFICADO
924	WALEF KIZAR BEZERRA OLIVEIRA	060.646.151-50	0,00	9	CLASSIFICADO
TECNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL/AJUDANTE DE SALA (SEDE URBANA) | NIVEL MEDIO					
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO
634	LETICIA FLAVIA PIRES DA SILVA SOUSA	057.795.891-78	4,00	1	APROVADO
670	MAYSA FONTINELE	024.755.731-55	2,00	2	APROVADO

690	LÍLIA GRAZIELA RIBEIRO DA SILVA	015.456.071-50	2,00	3	APROVADO	
803	TATIELLI ALVES MONTEIRO	556.892.561-53	0,00	4	APROVADO	
919	THAIS DIAS LEITE	062.111.141-41	0,00	5	APROVADO	
930	EVELLIN LAVINIA DIAS COSTA	061.751.211-63	0,00	6	CLASSIFICADO	
672	KARLA JORDANY PAZ GUIMARÃES	712.551.781-16	0,00	7	CLASSIFICADO	
TECNICO EM ENFERMAGEM | NIVEL MEDIO						
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO	
845	DÁLETE ALVES SOARES SILVA	044.500.621-83	7,00	1	APROVADO	
872	EULLENIZIA PEREIRA MATOS	967.280.941-72	6,00	2	APROVADO	
822	ADRIANA RIBEIRA FELIX DOS SANTOS	014.114.641-92	5,00	3	APROVADO	
603	ANGELICA SILVA DOS SANTOS NASCIMENTO	862.768.445-60	3,00	4	CLASSIFICADO	
673	ROSELY ALVES DE SOUZA OLIVEIRA	025.961.291-08	2,00	5	CLASSIFICADO	
923	MARIA LUCIA ARAUJO GALDINO	857.186.101-34	1,00	6	CLASSIFICADO	
875	ELIENE FONSECA LIMA	028.218.951-35	1,00	7	CLASSIFICADO	
695	LUCIANA DIAS VIEIRA	901.175.491-34	1,00	8	CLASSIFICADO	
TECNICO EM RADIOLOGIA | NIVEL MEDIO						
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO	
788	CARLOS ALBERTO RAMOS MOTA	034.817.477-21	13,00	1	APROVADO	
749	ANTONIO CARLOS FERREIRA	143.985.858-69	11,00	2	APROVADO	
840	JAQUELINE SCOPEL DE MORAES	054.507.651-00	2,00	3	CLASSIFICADO	
662	AMANDA FERREIRA DE CARVALHO	062.712.581-66	2,00	4	CLASSIFICADO	
687	MARCELA MARQUES DA SILVA PONTES	323.397.458-29	0,00	5	CLASSIFICADO	
754	ALINE REGINA COLLA	025.729.851-79	0,00	6	CLASSIFICADO	
740	ESTEFANI CRIS DA SILVA TAVARES	150.200.247-75	0,00	7	CLASSIFICADO	
TECNICO/AUXILIAR EM SAUDE BUCAL | NIVEL MEDIO						
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO	
692	MARILZA APARECIDA BARROS	773.640.581-68	11,00	1	APROVADO	
586	SIMARA EVARISTO SOARES	023.465.741-39	11,00	2	APROVADO	
870	EISIANE SOUZA DOS SANTOS	040.698.241-46	3,00	3	APROVADO	
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LIMPEZA (SEDE URBANA) | ENSINO FUNDAMENTAL						
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO	
807	JULIETE PEREIRA DE OLIVEIRA DIAS	029.702.821-94	4,00	1	APROVADO	
717	VANESSA FERREIRA DE URZEDA	027.040.811-82	1,00	2	APROVADO	
937	THALITA FERNANDA ROSA SOARES	063.596.251-99	1,00	3	CLASSIFICADO	
940	JOSIVANI MARTINS AFONSO	021.382.411-65	0,00	4	CLASSIFICADO	
644	ADRIANA LUCAS DE CASTRO	053.489.031-83	0,00	5	CLASSIFICADO	
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MOTORISTA | ENSINO FUNDAMENTAL						
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO	
871	EMILSON GOMES PEREIRA	556.201.401-72	1,00	1	APROVADO	
645	ROMUALDO SOARES DA FONSECA	896.407.131-04	1,00	2	APROVADO	
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRICAO (ESCOLA MUNICIPAL NO CAMPO COOPERCAL) | EF						
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO	
580	JOCIELE DA SILVA BARROS	040.861.641-59	3,00	1	APROVADO	
856	EDUARDA ALEX FRE	055.312.311-48	1,00	2	CLASSIFICADO	
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRICAO (ESCOLA MUNICIPAL NO CAMPO EUROPA) | EF						
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO	
654	SUELAINE GONÇALVES DA SILVA	058.266.491-86	2,00	1	APROVADO	
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRICAO (ESCOLA MUNICIPAL NO CAMPO GRUTA AZUL) | EF						
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO	
774	ANGELICA FAGUNDES DOS SANTOS	055.401.931-05	0,00	1	APROVADO	
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRICAO (SEDE URBANA) | ENSINO FUNDAMENTAL						
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO	
794	CLAUDINA ALVES DA SILVA	925.431.541-91	3,00	1	APROVADO	
MOTORISTA | ENSINO FUNDAMENTAL						
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO	
663	MARCOS VIEIRA	652.135.481-72	6,00	1	APROVADO	
895	MARCOS TENORIO LEITE	920.589.141-04	3,00	2	APROVADO	
783	INÁCIO DA SILVA LEITE	914.515.661-15	1,00	3	APROVADO	
CARGOS COM VAGA PCD **AGENTE ADMINISTRATIVO | NIVEL MEDIO**						
Nº INSC	CANDIDATO	CPF	NOTA	POSIÇÃO	SITUAÇÃO	
886	VITOR SEBASTIÃO DE LIMA PERES	038.580.391-52	2,00	1	APROVADO	
888	SIRLENE SOUZA DE BARROS	753.540.981-49	0,00	2	CLASSIFICADO	

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LEI Nº 3171/2021

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº 3171/2021

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar DOAÇÃO DE ÁREA URBANA para o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO – CREA-MT, e dá outras providências.

*O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a doação ao CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO – CREA-MT, Autarquia Federal de Fiscalização do Exercício Profissional, instituída pela Lei nº 5.194/66, inscrito no CNPJ/MF sob o nº

03.471.158/0001-38, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 491, Bairro Araés, CEP: 78.005-725, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, de 01 (uma) Área Urbana denominada Lote nº 22, da Quadra nº 01, do Loteamento Jardim Caiapó, situado na Rua Luiz Rodrigues Joaquim, medindo 2.226,40 m² (dois mil duzentos e vinte e seis metros quadrados e quarenta centímetros quadrados), localizada no perímetro urbano do Município de Colíder/MT, conforme mapa e memorial descritivo que integram esta lei para todos os efeitos.

Art. 2º. A área descrita no artigo anterior, será utilizada pela entidade autárquica donatária, exclusivamente para a implantação da "Inspetoria do CREA-MT em Colider", com a edificação de prédio próprio destinado a abrigar sua sede, visando o desenvolvimento das atividades inerentes à fiscalização, controle, orientação e aprimoramento no exercício das atividades profissionais de engenharia, agronomia, geologia, geografia e metrologia, de modo a atender a demanda da sociedade e dos profissionais engenheiros e agrônomos, conforme o disposto no art. 2º e seguintes, do Regimento do CREA-MT.

Art. 3º. A doação da área autorizada por esta lei, efetivar-se-á através da formalização de processo administrativo próprio que tramitará pela Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, e ultimar-se-á com a celebração do respectivo instrumento de doação, mediante o atendimento integral das exigências contidas nesta lei, e nos demais diplomas normativos correlatos, notadamente no que tange a apresentação do rol de documentos imprescindíveis à tramitação do pedido, e ao cumprimento de todas as condicionantes à serem estabelecidas no instrumento que materializará a doação.

Parágrafo único. O instrumento de doação de que trata este artigo, será formalizado no prazo de 30 (trinta) dias contados da sanção e promulgação desta lei, e estabelecerá todas as condições para o aperfeiçoamento do ato ora autorizado, inclusive os prazos mínimo e máximo para o cumprimento da destinação estabelecida no art. 2º, com a edificação da "Inspetoria do CREA-MT em Colíder", e para o efetivo funcionamento das atividades, entre outras exigências impostas à critério do Ente Público doador.

Art. 4°. O imóvel objeto da presente doação, reverterá ao patrimônio público do Município, independente de qualquer indenização ou exercício de direito de retenção pela entidade autárquica donatária, se ocorrer, ainda que isoladamente, quaisquer das hipóteses seguintes:

I – a autarquia donatária, subsidiária ou sucessora a qualquer título, desviarem de sua finalidade e atividade regimental;

II - o imóvel não for utilizado para os objetivos e finalidades previstos no artigo 2° desta lei, ou se a qualquer tempo, deixar de sê-lo;

III - forem descumpridas as disposições desta lei, ou aquelas à serem previstas no instrumento de doação no interesse do Poder Executivo Municipal;

IV - houver a paralisação ou suspensão imotivada das atividades da entidade autárquica donatária, por período superior a 6 (seis) meses;

V - caso seja decretada, por qualquer forma, a dissolução ou extinção da entidade autárquica donatária, bem como, pelo encerramento irregular de suas atividades.

Art. 5º. O imóvel objeto da doação não poderá ser alienado, transferido, cedido, locado ou por qualquer forma entregue ou repassado pela entidade autárquica donatária à terceiros, sob pena de rescisão automática do instrumento de doação firmado em decorrência desta lei.

Art. 6º. Toda e qualquer construção a ser erigida na área doada, deve ser submetida à prévia apreciação e aprovação do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. Todas as despesas cartorárias decorrentes da execução desta lei, serão custeadas pela entidade autárquica donatária.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER-ESTADO DE MATO GROSSO 10 DE SETEMBRO DE 2021.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER - MT

RECURSOS HUMANOS/PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER-MT
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2020

Ficam Convocados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2020 que deverão APRESENTAR-SE ATÉ O DIA 17/09/2021 na Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, munidos dos seguintes documentos originais e três cópias legíveis, que serão retidas:

-Certificado/Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada

pelo Ministério da Educação, para o cargo que se candidatou;

-Registro no Conselho Regional de Educação Física - CREF;

-Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

-Título de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

-Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

-Carteira de Identidade; -Cadastro de Pessoa Física - CPF;

-Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

-Carteira de Trabalho;

-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

-CNIS (retirado no INSS);

-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

-CPF filhos (0 anos até idade dependente)

-CPF pai e mãe (se for caso, certidão óbito, declaração falecido);

-Comprovante de residência em nome do candidato, dos genitores ou declaração;

firmada pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida;

-Conta corrente (Banco Bradesco);

-Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

- Originais:

-02 fotos 3x4 atual e colorida;

-Carteira de Trabalho;

-Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

-Atestado Médico de capacidade Física emitidos por profissionais do SUS;

-Atestado de Sanidade Mental emitidos por profissionais do SUS;

-Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

-Declaração de Bens;

–Os requisitos deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado para a contratação;

-Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima.

Os candidatos convocados são:

023 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA – ZELADOR (A) - COLÍDER

INSCRIÇÃO	NOME	GER	ESP	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO MODALIDADE
0000603	CLEONICE PEREIRA DOS SANTOS	0,90	3,60	-	4,50	41º	Classificado	
0000120	MARIA APARECIDA DOS SANTOS ARAÚJO SOUZA	1,20	3,20	-	4,40	42º	Classificado	

024 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR – COZINHEIRO (A) - COLÍDER

INSCRIÇÃO	NOME	GER	ESP	TIT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO MODALIDADE
0001126	CLARICE FERNANDA NEVES	0,90	3,60	-	4,50	30º	Classificado	

O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

Este presente Edital de convocação entra em vigor na data de 10 de setembro de 2021.

O presente Processo Seletivo Simplificado terá **validade de 03 de fevereiro de 2021 a 22 de dezembro de 2021.**

Colíder/MT, 10 de setembro de 2021.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

LEI Nº 3169/2021

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº 3169/2021

Súmula: *Dispõe sobre a alteração da lei que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Colíder/MT e, dá outras providências.*

*O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

Art. 1º O texto do art. 44, incisos I, II e III da Lei Municipal n. 2.361/2010, de 08 de julho de 2010, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 44 - A receita do PREVI-LÍDER será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

I - de uma contribuição mensal dos segurados ativos, definida pelo art. 11 da Emenda Constitucional n. 103/2019, igual a 14% (quatorze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição;

II - de uma contribuição mensal dos segurados inativos e dos pensionistas igual a 14% (quatorze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos e das pensões que superarem o teto máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

III - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida pelo Art. 2º da Lei Federal n.º 9.717, alterado pelo Art. 10 da Lei Federal n.º 10.887, igual a 15,38% (quinze inteiro e trinta e oito centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos.

Art. 2º. A alíquota patronal suplementar será de 12,94% (doze inteiros e noventa e quatro centésimos por cento, escalonada nos termos do anexo I desta Lei.

Art. 3º. Fica homologado o resultado do cálculo atuarial realizado em julho de 2021.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, 02 DE SETEMBRO DE 2.021.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

PLANO DE AMORTIZAÇÃO – CENÁRIO INDICADO

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial

Anexo I

n	Ano	Percentual FS	Folha Salarial	Saldo Inicial	% a.a.	Pagamento	Saldo Final
1	2021	12,94%	22.495.326,09	112.513.420,03	6.098.227,37	2.910.895,20	115.700.752,19
2	2022	12,94%	22.720.279,35	115.700.752,19	6.270.980,77	2.940.004,15	119.031.728,82
3	2023	18,50%	22.947.482,15	119.031.728,82	6.451.519,70	4.245.284,20	121.237.964,32
4	2024	19,46%	23.176.956,97	121.237.964,32	6.571.097,67	4.511.152,42	123.297.909,57
5	2025	20,43%	23.408.726,54	123.297.909,57	6.682.746,70	4.781.913,47	125.198.742,80
6	2026	21,39%	23.642.813,80	125.198.742,80	6.785.771,86	5.057.638,63	126.926.876,02
7	2027	22,36%	23.879.241,94	126.926.876,02	6.879.436,68	5.338.400,11	128.467.912,60
8	2028	23,32%	24.118.034,36	128.467.912,60	6.962.960,86	5.624.271,05	129.806.602,42
9	2029	24,28%	24.359.214,70	129.806.602,42	7.035.517,85	5.915.325,56	130.926.794,70
10	2030	25,25%	24.602.806,85	130.926.794,70	7.096.232,27	6.211.638,74	131.811.388,23
11	2031	26,21%	24.848.834,92	131.811.388,23	7.144.177,24	6.513.286,66	132.442.278,82
12	2032	27,18%	25.097.323,27	132.442.278,82	7.178.371,51	6.820.346,36	132.800.303,97
13	2033	28,14%	25.348.296,50	132.800.303,97	7.197.776,48	7.132.895,93	132.865.184,51
14	2034	29,10%	25.601.779,47	132.865.184,51	7.201.293,00	7.451.014,46	132.615.463,05
15	2035	30,07%	25.857.797,26	132.615.463,05	7.187.758,10	7.774.782,07	132.028.439,08
16	2036	31,03%	26.116.375,23	132.028.439,08	7.155.941,40	8.104.279,93	131.080.100,55
17	2037	32,00%	26.377.538,98	131.080.100,55	7.104.541,45	8.439.590,27	129.745.051,72
18	2038	32,96%	26.641.314,37	129.745.051,72	7.032.181,80	8.780.796,39	127.996.437,14
19	2039	33,92%	26.907.727,52	127.996.437,14	6.937.406,89	9.127.982,67	125.805.861,36
20	2040	34,89%	27.176.804,79	125.805.861,36	6.818.677,69	9.481.234,60	123.143.304,45
21	2041	35,85%	27.448.572,84	123.143.304,45	6.674.367,10	9.840.638,76	119.977.032,79
22	2042	36,82%	27.723.058,57	119.977.032,79	6.502.755,18	10.206.282,89	116.273.505,07
23	2043	37,78%	28.000.289,16	116.273.505,07	6.302.023,98	10.578.255,84	111.997.273,21
24	2044	38,74%	28.280.292,05	111.997.273,21	6.070.252,21	10.956.647,61	107.110.877,80
25	2045	39,71%	28.563.094,97	107.110.877,80	5.805.409,58	11.341.549,40	101.574.737,98
26	2046	40,67%	28.848.725,92	101.574.737,98	5.505.350,80	11.733.053,56	95.347.035,22
27	2047	41,63%	29.137.213,18	95.347.035,22	5.167.809,31	12.131.253,65	88.383.590,88
28	2048	42,60%	29.428.585,31	88.383.590,88	4.790.390,63	12.536.244,43	80.637.737,08
29	2049	43,56%	29.722.871,16	80.637.737,08	4.370.565,35	12.948.121,90	72.060.180,53
30	2050	44,53%	30.020.099,87	72.060.180,53	3.905.661,78	13.366.983,30	62.598.859,02
31	2051	45,49%	30.320.300,87	62.598.859,02	3.392.858,16	13.792.927,11	52.198.790,07
32	2052	46,45%	30.623.503,88	52.198.790,07	2.829.174,42	14.226.053,10	40.801.911,39
33	2053	47,42%	30.929.738,92	40.801.911,39	2.211.463,60	14.666.462,32	28.346.912,66
34	2054	48,38%	31.239.036,31	28.346.912,66	1.536.402,67	15.114.257,12	14.769.058,21
35	2055	49,35%	31.551.426,67	14.769.058,21	800.482,95	15.569.541,17	0,00

PROJETOS
RELATÓRIO DE OBRAS E PROJETOS EM ANDAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2021

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
CNPJ 15.023.930/0001-38

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER-MT
RELATÓRIO DE OBRAS E PROJETOS EM ANDAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2021 **LDO 2022**
Previsão Legal: art. 45, parágrafo único, L.C 101/00

Secretaria	Situação	Detalhamento da Obra	Valor Total	Valor Executado	Valor a Executar	% Executado	Prev. de Conclusão
INFRAESTRUTURA	EM EXEC	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA COM DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS E SINALIZAÇÃO VIARIA DO BAIRRO BOM JESUS	R$ 1.152.291,75	R$ 1.004.097,30	R$ 148.194,45	87,13%	2021
INFRAESTRUTURA	EM EXEC	DRENAGEM PLUVIAL SUBTERRÂNEA NAS RUAS AURÉLIO FERNEDA E JAIARA LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT	R$ 406.348,87	R$ 362.542,56	R$ 43.806,31	89,22%	2021
INFRAESTRUTURA	EM EXEC	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NOS BAIRROS, JARDIM ALVORADA, JARDIM ALEGRE, JARDIM ESTRELA, JARDIM SANTA CLARA LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT	R$ 2.774.231,77	R$ 2.263.516,78	R$ 510.714,99	81,59%	2021
INFRAESTRUTURA	EM EXEC	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSAS RUAS DO BAIRRO JARDIM EUROPA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT	R$ 1.480.730,55	1.168.296,31	R$ 312.434,24	78,90%	2021
INFRAESTRUTURA	EM EXEC	EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM DRENAGEM, CALÇADA E SINALIZAÇÃO NA RUA TIRADENTES LOCALIZADA NO BAIRRO BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT	R$ 309.556,15	R$ 234.517,48	R$ 75.038,67	75,75%	2021
INFRAESTRUTURA	EM EXEC	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM DRENAGEM, CALÇADA E SINALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO BAIRRO TELES PIRES LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT	R$ 1.021.718,88	R$ 456.749,70	R$ 564.969,18	44,70%	2021
INFRAESTRUTURA	EM EXEC	EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM DRENAGEM, CALÇADA E SINALIZAÇÃO NA AV. ALTA TENSÃO E AV. CLAUDIO BIRTCHE LOCALIZADAS NO BAIRRO CIDADE ALTA NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT	R$ 365.635,34	R$ 283.932,25	R$ 81.703,09	77,65%	2021
INFRAESTRUTURA	EM EXEC	EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE COLIDER/MT	R$ 253.815,24	R$ 213.906,53	R$ 39.908,71	84,28%	2021
SAUDE	INICIADA	REFORMA E ADEQUAÇÃO DE SALA PARA IMPLANTAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT,	R$ 111.620,75		R$ 111.620,75		2021
PLANEJAMENTO	INICIADA	EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DO PREDIO DO ANTIGO FORUM DO MUNICIPIO DE COLIDER/MT	R$ 512.104,26		R$ 512.104,26		2021
INFRAESTRUTURA	EM LICITAÇÃO	EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA URBANA, COM DRENAGEM E CALÇADAS, NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT,	R$ 687.773,00		R$ 687.773,00		2021
INDUSTRIA E COMERCIO	EM LICITAÇÃO	URBANIZAÇÃO NA ORLA DO LAGO 03 NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT	R$ 1.356.294,67		R$ 1.356.294,67		2022
INDUSTRIA E COMERCIO	LICITADA	EXECUÇÃO DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO E REFORMA DE PRAÇA NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT	R$ 825.075,88		R$ 825.075,88		2021
INFRAESTRUTURA	LICITADA	CONSERVAÇÃO DE RODOVIA NÃO PAVIMENTADA MT-410, COORDENADA INÍCIO 10°35'28.686"S 55°31'21.522"W COORD. FINAL 10°21'33.764"S 55°27'10.581"W, NUMA EXTENSÃO TOTAL DE 44,00 KM NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT	R$ 2.227.461,14		R$ 2.227.461,14		2022
INFRAESTRUTURA	EM LICITAÇÃO	ADEQUAÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO PARA RECEBIMENTO DE CALÇADA EM CONCRETO EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT	R$ 246.174,74		R$ 246.174,74		2021
INFRAESTRUTURA	LICITADA	ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RODOVIA MT 410 LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE COLIDER/MT	R$ 453.342,50		R$ 453.342,50		2021
INFRAESTRUTURA	LICITADA	MELHORIA E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA TRAVESSIA DA RODOVIA MT-320 E DE DIVERSAS VIAS URBANAS DA CIDADE DE COLIDER/MT,	R$ 2.323.492,64		R$ 2.323.492,64		2022
INFRAESTRUTURA	EM ANALISE	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA URBANA, COM DRENAGEM E CALÇADAS	R$ 1.497.789,00		R$ 1.497.789,00		2022
INFRAESTRUTURA	EM LICITAÇÃO	EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL	R$ 675.835,73		R$ 675.835,73		2022
ESPORTE	EM EXEC	REFORMA DA QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL IVANIRA MOREIRA JUNGLOS NO MUNICIPIO DE COLÍDER-MT	R$ 249.166,76		R$ 249.166,76		2022
EDUCAÇÃO	REPROGRAMADA	IMPLANTAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA E BAIXA TENSÃO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE COLIDER-MT, ESCOLA MUNICIPAL IVANIRA MOREIRA JUNGLOS, ESCOLA MUNICIPAL FABIO RIBEIRO DA CRUZ, ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARIA DO TREVO OURO VERDE, CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA E CRECHE MUNICIPAL SANTA BERNADETE.	R$ 350.139,26		R$ 350.139,26		2022
INFRAESTRUTURA	EM ANALISE	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM DRENAGEM E CALÇADA NO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT	R$ 2.174.242,11		R$ 2.174.242,11		2022
AÇÃO SOCIAL	EM ANALISE	CONSTRUÇÃO DO CENTRO PARA TRATAMENTO AGUÁTICO	R$ 239.289,25		R$ 239.289,25		2022
INFRAESTRUTURA	EM ANALISE	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTES CORRENTES EM SUSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICIPIO DE COLÍDER-MT	R$ 1.297.517,41		R$ 1.297.517,41		2022
INFRAESTRUTURA	EM ANALISE	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MICRORREVESTIMENTO	R$ 243.479,06		R$ 243.479,06		2022
ESPORTE	EM ANALISE	REFORMA E ILUMINAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA MARLON ADAM DAS CHAGAS, NO BAIRRO CELIDIO MARQUES, NO MUNICIPIO DE COLÍDER-MT	R$ 256.968,75		R$ 256.968,75		2022
INFRAESTRUTURA	EM ANALISE	2° ETAPA DE PACIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS COM SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA AVENIDA APARECIDO DARCI GAVIOLI E DIVERSAS RUAS NO MUNICIPIO DE COLÍDER-MT	R$ 4.593.978,76		R$ 4.593.978,76		2022
EDUCAÇÃO	EM ANALISE	MODERNIZAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES NO MUNICIPIO DE COLÍDER-MT	R$ 337.670,64		R$ 337.670,64		2022
INFRAESTRUTURA	EM ANALISE	REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA IVO CARNELOS	R$ 1.155.950,41		R$ 1.155.950,41		2022
EDUCAÇÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL PALMITAL	R$ 1.500.000,00		R$ 1.500.000,00		2022
EDUCAÇÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL PROF. ALZIRA MARIA DA SILVA	R$ 1.500.000,00		R$ 1.500.000,00		2022
EDUCAÇÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL CORONEL ANTÔNIO PAES DE BARROS	R$ 1.500.000,00		R$ 1.500.000,00		2022
EDUCAÇÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA	R$ 750.000,00		R$ 750.000,00		2022
EDUCAÇÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO GUARANI	R$ 750.000,00		R$ 750.000,00		2022
EDUCAÇÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL ALISSON MATOS ROOS	R$ 750.000,00		R$ 750.000,00		2022
EDUCAÇÃO	ELABORAÇÃO DE PROJETO	REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DE FREITAS	R$ 750.000,00		R$ 750.000,00		2022

Fonte: Setor Engenharia

10/09/2021
Colíder-MT

NOME ENGENHEIRO ALEX OSCAR DE SOUSA
CREA: PR 141259/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
EXTRATOS - DEMAIS ATOS DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE PORTARIA

PORTARIA SMPFA Nº 378/2021 – FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **DENISE PONTES DUARTE** (Titular)e **CLAUDIOMIRO PEREIRA DOS SANTOS** (Suplente), fiscais do Contrato Administrativo nº 086/2021, ao qual representarão a Administração Municipal perante a Contratada e zelarão pela boa execu-

ção do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria.Contratada: **GENÉZIO FERREIRA DE SOUZA ME.** Modalidade de Licitação: **Tomada de Preços nº 005/2021.** Vigência: 10/09/2021 até 31/03/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Ivaine Molina

Secretário Municipal de Planej. Faz. e Administração

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2021.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT. Contratada: **GENÉZIO FERREIRA DE SOUZA ME**. Modalidade de Licitação: **Tomada de Preços nº 005/2021**. **Objeto:** Execução da obra de urbanização na Orla do Lago 03 no município de Colíder/MT. **Valor Global**: R$ 1.152.472,19 (hum milhão cento e cinquenta e dois mil quatrocentos e setenta e dois reais e dezenove centavos). Vigência: 10/09/2021 a 31/03/2022.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 016/2017 Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Contratada: **TRANSPORTE LEANE LTDA - ME. Instrumento vinculante: Pregão Presencial nº 009/2017. Objeto:** Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos de sua propriedade ou sob sua exclusiva responsabilidade, efetuando o transporte de estudantes, em trajetos de ida e volta, percorrendo nos dias letivos de aulas no município de Colíder/MT. **TRANSFERÊNCIA DE SALDO:** R$ 93.124,08 do Código Reduzido nº 184 para o Código Reduzido nº 1059. Data de assinatura: 09/09/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
LEI Nº 929, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

Autoria: Vereador Marcos Antonio Ceccon

"*DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO HASTEAMENTO DOS SÍMBOLOS (BANDEIRAS) NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, BEM COMO, EM FRENTE À PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Sr. MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional e das Bandeiras do Estado e do Município de Colniza/MT em frente ao prédio das Escolas Municipais e Praças Públicas, bem como no prédio da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal.

Art. 2º - O momento cívico realizado nas escolas municipais deverá ser feito sempre de fronte às bandeiras com hasteamento e a execução dos Hinos Nacional, do Estado e do Município pelo menos uma vez por semana.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Colniza/MT, 10 de setembro de 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 128/GP/2021

DECRETO Nº 128/GP/2021, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"Autoriza a abertura de Processo Seletivo Simplificado e Institui Comissão de Planejamento, Coordenação, Acompanhamento, Elaboração de Edital e Avaliação de Títulos do Processo Seletivo Simplificado, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Colniza, e dá outras providências. "

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT,

considerando ***os termos do art.37, IX da Constituição Federal, bem como o disposto nas Leis Municipais nº 608/2014 e 844/2019, e Artigo 25, parágrafo primeiro, da Lei Municipal nº 782/2018; que prevê a possibilidade de contratação temporária por excepcional interesse público;***

considerando ***a necessidade de Processo Seletivo Simplificado*** para suprir as vagas de motorista de veículo pesado pois é de suma urgência a organização das escalas de serviços da Ambulancia do Hospital Municipal, SAMU e serviços do Ônibus da Saúde que transporta paciente de Colniza a Cuiabá- MT.

considerando o atendimento de necessidade temporária de interesse público, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, e ainda em cumprimento às leis municipais 608/2014 e 844/2019, e demais legislações aplicáveis à espécie;

CONSIDERANDO imprescindível formação de **CADASTRO RESERVA**, conforme a necessidade de futura contratação, para vagas temporárias de servidores efetivos em decorrência da licença para o tratamento de saúde; da licença por motivo de doença em pessoa da família; da Licença a gestante e adotante; da Licença Paternidade; da Licença para o Serviço Militar obrigatório; da Licença para acompanha o cônjuge ou companheiro; da Licença para atividade política; da Licença para tratar de interesse particular; da Licença Para o Desempenho de Mandato Classista e do Afastamento para Servir em Outro Órgão ou Entidade – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais do Município de Colniza/MT;

DECRETA

Art. 1º - Fica Autorizada a abertura de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de motorista de veículo pesado e I**nstituída Comissão de Planejamento, Coordenação, Acompanhamento, Elaboração de Edital e Avaliação de Títulos, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.**

Art. 2º - A Comissão será responsável pela adoção das providências necessárias afim de verificar a demanda de servidores visando à realização de Processo Seletivo Simplificado.

Art. 3º - Será competência da Comissão o planejamento, coordenação e acompanhamento das atividades pertinentes ao levantamento de vagas para substituição, considerando a necessidade de suprir as vagas oriundas de servidores em readaptação; de servidores ocupantes de cargos de Direção Assessoramento e Coordenação; para vagas temporárias de servidores efetivos em decorrência da licença para o tratamento de saúde; da licença por motivo de doença em pessoa da família; da Licença a gestante e adotante; da licença Paternidade; da licença para o Serviço Militar obrigatório; da licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro; da licença para atividade política; da licença para tratar de interesse particular; da Licença Para o Desempenho de Mandato Classista e do Afastamento para Servir em Outro Órgão ou Entidade - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais do Município de Colniza/MT.

§ 1º - A Contratação Temporária dos motoristas de veículos pesados, dar-se-á de acordo com as necessidades do Município, a partir da homologação do resultado final.

§ 2º - Serão contratados os aprovados na medida da necessidade e de acordo com a disponibilidade orçamentária da Administração Pública Municipal, salientando que se trata de vínculo precário, podendo ser rescindido a qualquer tempo, conforme interesse do Município.

Art. 4º - A Comissão do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de motorista de veículo pesado será composta pelos seguintes membros:

Ceres Regina Bahls Kava; Edneia Morais Fernandes da Costa; **Wesley de Oliveira Pego**; **Ruth de Souza Almeida Alexandre de Oliveira Sobrinho; Elias Bento de Oliveira; Alessandro Polastrini Faustino Art. 5º** - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 10 de setembro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 10 de setembro de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 355/ADM/2021

PORTARIA Nº 355/ADM/2021, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Sandra Gugel,** lotada no Gabinete do Prefeito, matricula nº 3140, partir do dia **01 a 30 de setembro do ano de 2021**, sendo que os primeiros 10 (dez) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de setembro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de setembro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 10 de setembro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO – TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 007/2020 REFERENTE A CESSÃO DE USO DE SOFTWARWE, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - MT, DE UM LADO E DE OUTRO, A EMPRESA LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Pelo presente instrumento que fazem entre si, de um lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT, situada na Rua Bahia, 600-N, Bairro São Francisco de Assis – Comodoro/MT, devidamente cadastrada no C. N.P.J. sob n.º 03.109.581/0001-92, representada neste ato por sua Presidente Vereadora GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES, brasileira, portador do CPF/MF sob o n.º 968.346.411-49 e Cédula de Identidade RG nº. 1271369-4 SJSSP/MT, residente e domiciliada na Rua Espírito Santo s/n, sala 02 - Centro, nesta cidade de Comodoro/MT, na qualidade de CONTRATANTE, e de outro lado, LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede estabelecida na Rua das 240, nº 400, Sala 02, Itapema/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.LeisMunicipais.com.br, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC sob nº 181.488.089-53 e Cédula de Identidade RG nº 220.562, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem as partes ADITAR o presente TERMO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 007/2020, CUJO OBJETO CONSITE NA CESSÃO DE USO DE SOFTWARE DA CONTRATADA à CONTRATANTE conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1- As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Sexta do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência por 12 (doze) meses, de 10/09/2021 a 09/09/2022, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1- A Administração optou em promover a prorrogação do Contrato em epígrafe tanto por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública, como também pelo vital préstimo que a contratada tem desempenhado. A adequada compilação e indexação legislativa vem acarretando a perfectibilização das legislações municipais, as quais demonstravam-se inconsistentes e por muitas vezes, incompreensíveis; sem os devidos apontamentos de posteriores alterações e revogações, exempli gratia. Assim, ante a função precípua deste Poder, e ante o atendimento a contento das necessidades da Contratante, tem-se que, eventual interrupção dos serviços aqui aportados, por serem essenciais, ocasionariam prejuízos de todas as ordens, tanto para a Administração como para a sociedade.

2.2- A prestabilidade da empresa vem se descortinando como imprescindível o que torna imperioso o aditivo contratual, para o profícuo e eficaz andamento dos trabalhos da Casa de Leis como um todo.

2.3- Ampara a edição deste instrumento o artigo 57, Inciso IV da Lei 8.666/93, que permite a prorrogação de vigência de contratos desta estirpe, pelo prazo de até 48 meses após o início da sua vigência, vez que plenamente assentado na conveniência administrativa e na obtenção de vantagens ao poder público.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1- Considera se como valor para a execução deste Termo a quantia anual de R$ 9.000,00 (nove mil reais), sendo pago em 04 (quatro) parcelas trimestrais de R$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).

3.2- A primeira parcela do pagamento trimestral fica acordada para o dia 10/12/2021.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES

4.1- As demais clausulas e condições contratuais permanecem inalteradas.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93; e assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Comodoro/MT, 09 de setembro de 2021.

_____

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT

Gleyscler Belussi Ribeiro Gonçalves - Presidente

CONTRATANTE

_____

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

Carlito Mello de Liz

CONTRATADA

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 039/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO ELETRONICO Nº 039/2021

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PARA A AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº. 890774/2019/MAPA**,cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas (HORARIO DE BRASÍLIA) do dia 29/09/2021, via plataforma Eletrônica LICITANET. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 10 de Setembro de 2021.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

PORTARIA Nº. 675/2021 DE: 08.09.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº. 579, de 03 de agosto de 2021, que concedeu Licença para Tratamento de Saúde a servidora efetiva **SILSA BARCELOS TEODORO – Gari, Matrícula nº 1552, retornando-o para suas funções a partir de 04 de setembro de 2021**, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 579, de 03 de agosto de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de setembro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PRORROGAÇAO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 035/2021

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que PRORROGARÁ O EDITAL PREGÃO ELETRONICO, EDITAL n° 035/2021, tendo como objeto**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, LAR DA CRIANÇA RECANTO FELIZ E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR A CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS PARA ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CORONAVIRUS PARA ATENDER AS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE COMODORO MT,**com abertura prevista para o dia **21/09/2021 às 08:00 horas** (Horário de Brasília), fica prorrogada para o dia **28/09/2021 às 08:00 horas.** (Horário de Brasília) Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. **O EDITAL RETIFICADO** encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Comissão Permanente de licitação das 08:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 10 de Setembro de 2021.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

PORTARIA Nº. 674/2021DE: 08.09.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, o servidor efetivo **RICARDO ALBANES NUNES – Assessor de Gabinete, Matrícula nº. 4059, nesta municipalidade.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 370, de 05 de junho de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de setembro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 667/2021DE: 02.09.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Licença Saúde, a partir de **26.08.2021,** ao servidor efetivo **RENATO ARAÚJO BELUSSI – Assistente Social, Matrícula nº. 3608,** referente ao **Processo Virtual n. 0002242/2021,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, em conformi-

dade com as Leis Municipais nº 1.519/2014 e nº 1.865/2020, com os ônus relativos aos vencimentos e demais incidências ao encargo da Prefeitura Municipal, inclusive a perícia médica, até o final do afastamento, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de agosto de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 02 dias do mês de setembro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 666/2021 DE: 01.09.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS proporcionais de 20 (vinte) dias, ao servidor municipal abaixo relacionado, nesta municipalidade.

MAT.	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1536	**Célio Inácio Beluco**	Assistente Administrativo/ Diretor Departamento	01/08/2018 a 31/07/2019	01/09/2021 a 20/09/2021

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de setembro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 676/2021 DE: 08.09.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº. 408, de 24 de maio de 2021, que concedeu Licença para Tratamento de Saúde ao servidor efetivo **KLEBER SANTOS SILVA – Mecânico de Máquinas Pesadas, Matrícula nº 2335, retornando-o para suas funções a partir de 08 de setembro de 2021**, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 408, de 24 de maio de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de setembro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

EDITAL N.º 25/2021 DE: 09.09.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA,Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º. Convoca os candidatos abaixo relacionados classificados no **Processo Seletivo Simplificado n° 001/2021** da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, para comparecerem junto a Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentarem os documentos exigidos para a contratação na função **abaixo relacionada,** em conformidade com o Edital de Abertura n.º 001, de 08 de abril de 2021 e Decreto de Homologação n.º 029, de 05 de maio de 2021, para os cargos de:

CARGO: Professor PII – A/PIII – A

EMI NAMBIKWARA - EXTENSÃO BARRACÃO QUEIMADO

Ordem	Inscrição	NOME	Pontuação	Resultado
1.	79	Maysa de Souza Martins	13,00	Classificada
2.	48	Andreia Bezerra da Silva Elias	13,00	Classificada
3.	212	Laudiceia de Menezes Borges	13,00	Classificada
4.	129	Dhyeisson Lopes dos Santos	13,00	Classificado
5.	285	Ioni Dias Nogueira	12,9	Classificada

CARGO: Professor PII – A/PIII – A

EMI VALE DO GUAPORÉ – ALDEIA NEGAROTÊ

Ordem	Inscrição	NOME	Pontuação	Resultado
1.	282	Marina Galeano	8,00	Classificada

CARGO: Professor PII – A/PIII – A

EMI VALE DO GUAPORÉ – ALDEIA MANAIRISU

Ordem	Inscrição	NOME	Pontuação	Resultado
1.	56	Maria de Fátima Ornelas Meneguci	13,00	Classificada
2.	139	Deleusa da Silva Souza	13,00	Classificada

CARGO: Professor PII – A/PIII – A

EMI VALE DO GUAPORÉ – ALDEIA ALANTESU

Ordem	Inscrição	NOME	Pontuação	Resultado
1.	252	Reginaldo de Assis Almeida	13,00	Classificado
2.	250	Denilza Nunes Siqueira Almeida	13,00	Classificada

PROFESSOR INDÍGENA

EMI S.A BARRACÃO QUEIMADO – ALDEIA BARRACÃO QUEIMADO

Ordem	Inscrição	NOME	Pontuação	Resultado
1.	19	Clerio Nambikwara	6,25	Classificado

MERENDEIRA

EMI S.A BARRACÃO QUEIMADO – ALDEIA BARRACÃO QUEIMADO

Ordem	Inscrição	NOME	Pontuação	Resultado
1.	134	Maria Rodrigues de Sousa	10,00	Classificada

Art. 2º. Os documentos para a Contratação de cada candidato deverão ser apresentados conforme normas e instruções do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º. O não comparecimento no período de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação deste Edital, implicará na desistência da vaga.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 09 dias do mês de setembro de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 673/2021DE: 08.09.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Licença Saúde, a partir de **26.08.2021,** ao servidor efetivo **LUIZ FERNANDES DA SILVA – Vigia, Matrícula nº. 642,** referente ao **Processo Virtual n. 0002271/2021,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as Leis Municipais nº 1.519/2014 e nº 1. 865/2020, com os ônus relativos aos vencimentos e demais incidências ao encargo da Prefeitura Municipal, inclusive a perícia médica, até o final do afastamento, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de agosto de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de setembro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 672/2021DE: 08.09.2021

"Nomeia o Candidato aprovado/classificado no Concurso Público de Provas e Títulos do Poder Executivo/Prefeitura, em conformidade com o Edital de Convocação nº 18, de 03 de agosto de 2021, Decretos de Homologações n.º 033, de 10 de agosto de 2018 e nº. 034, de 30 de agosto de 2018, e dá outras providências."

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 58, inciso XI, e art. 148, inciso II, alínea "a" combinado com os art. 99 da Lei Orgânica do Município; e com o disposto no Regime Jurídico Único/RJU (**Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos Servidores da Prefeitura Municipal de Comodoro (MT) Lei Municipal n.º 1.329, de 29 de julho de 2011 e Estatuto dos Servidores Públicos de Comodoro (MT) Lei Municipal n.º 1.330, de 29 de julho de 2011**), no que couber e,

CONSIDERANDO os termos do Edital de abertura do Concurso Público n. º 001 de 28 de maio de 2018, **e da Relação com os Resultados Finais/RF – Média Final/MF,** com os Candidatos aprovados/classificados no Concurso Público de Provas e Títulos do Poder Executivo/Prefeitura, e em cumprimento às exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria, tendo sido constatada a existência efetiva de disponibilidade orçamentária e financeira específica para cada órgão/unidade administrativa interessado competente, e das respectivas vagas abertas, bem como da conveniência administrativa,

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear o Candidato abaixo relacionado, observando a rigorosa ordem de aprovação/classificação, inclusive o critério de desempate, segundo as vagas disponíveis para nomeação imediata, de acordo com a ordem alfabética e numérica dos respectivos cargos exaradas na Relação com os Resultados Finais/RF – Média Final/MF, com os Candidatos aprovados/classificados no Concurso Público de Provas e Títulos do Poder Executivo nos termos do **Edital de abertura do Concurso Público n. º 001, de 28 de maio de 2018**, como segue:

Nome	Cargo	Colocação
CRISTIANA DE OLIVEIRA COSTA	Professor PII – Lic. Pedagógica – Es. Creches Área Urbana	24º

Art. 2º. A Candidata nomeada, empossada e lotada, tendo sido cumpridas todas as exigências e formalidades legais em vigor, que regem a matéria, submeter-se-á ao regime jurídico único/RJU (**Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos Servidores da Prefeitura Municipal de Comodoro (MT) Lei Municipal n.º 1.329, de 29 de julho de 2011 e Estatuto dos Servidores Públicos Lei Municipal n.º 1.330, de 29 de julho de 2011**), no que couber, inclusive quanto ao período de 03 (três) anos para fim de estabilidade condicional.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, a contar de 08 de novembro de 2021, conforme Processo Virtual n. 1024.001.013. 0000326.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de setembro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2021

Aviso de Resultado de Dispensa Licitação

Dispensa de Licitação nº 016/2021

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Comodoro-MT, torna público aos interessados que a Dispensa de Licitação nº. 016/2021 realizada no dia 10/09/2021, consagrou-se vencedora as licitantes: **CLAIDES LARAZETTI MASUTTI.**

Comodoro - MT, 10 de Setembro de 2021.

Jose Oliveira Falcão

Presidente da CPL

PORTARIA Nº. 670/2021DE: 08.09.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO a partir de **30.08.2021** à servidora efetiva **MARINÊS GONÇALVES DA SILVA – Agente Comunitário de Saúde**, conforme Processo Virtual n. 0001710/2021, pelo **período de 02 (dois) anos**, para tratar de assuntos particulares, de acordo com o art. 47, da Lei Municipal n.º 1.328, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de agosto de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 658, de 30 de agosto de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de setembro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 671/2021DE: 08.09.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, a servidora efetiva **FERNANDA DOS SANTOS BATISTA – Auxiliar de Serviços de Gerais, Matrícula nº. 4347, nesta municipalidade.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 149, de 14 de março de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de setembro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 669/2021DE: 08.09.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR no cargo comissionado o senhor **RAND WENDY CORDEIRO DA SILVA, para exercer as funções de Diretor do Departamento de Esportes**, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 1º de setembro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de setembro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 668/2021 DE: 03.09.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº. 294, de 08 de abril de 2021, que concedeu Licença sem remuneração a servidora efetiva **CLAIR DE SOUZA – Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº 3625**, retornando as suas funções a contar de **03 de setembro de 2021**, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 294, de 08 de abril de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 03 dias do mês de setembro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2021

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão de Licitação **JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO**, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO – **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO/INSUMOS DO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE COMODORO-MT,** cuja abertura ocorrerá às **10:00** horas (HORÁRIO LOCAL) do **dia 14/09/2021**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Ru a Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 10 de Setembro de 2021.

JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

GABINETE DO PREFEITO
O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES DE CONFRESA – MT.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes de Confresa – MT.

Revoga:

Art. 1 ª. Fica revogada a Convocação do dia 6 de setembro de 2021, que dispõe sobre a convocação da 4ª suplente eleita ao cargo de conselheira Tutelar, Lucélia Marta Marques de Souza Oliveira, do Município de Confresa – MT.

Art.: 2ª Esta Revogação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

_____

Ilario Tavares de Souza

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 240/2021 ADM DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATAS FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais, abaixo qualificados como **FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ANA LAURA MARCHI	NICEIA GONÇALVES MELO	MARIA CÉLIA RIBEIRO ABREU

Art. 2º - Os servidores designados ficarão responsáveis pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATAS DE REGISTRO	223/2021	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI	29.858.443/0001-08	R$ 640.065,00
OBJETO	AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SENDO CARNE E FRIOS EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) MERENDA ESCOLAR, DESCRITOS NA PLANILHA ABAIXO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.		
VIGÊNCIA	12 MESES – 10/09/2021 A 10/09/2022.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações Disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 10 de Setembro de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO DE SESSÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 193/2021 PREGÃO ELETRÔNICO SRP N°052/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 193/2021

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N°052/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DIRETA NA CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO ON-GRID DE PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE ATRAVÉS DA CONVERSÃO FOTOVOLTAICA, COM UMA POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR DE PICO A 1.200 KWP, GERAÇÃO ESTIMADA EM NO MÍNIMO 172.800 KWH/MÊS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA - MT.

AVISO DE CANCELAMENTO DE SESSÃO PREGÃO ELETRONICO

A COMISSÃO PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, instituída pela portaria nº126/2021, torna público para o conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO DA SESSÃO OCORRIDO NA DATA DE HOJE DIA 10.09.2021, PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS, DISPUTA DE LANCES E ANALISE DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO.

pela seguinte motivação:

1º - **CONSIDERANDO** que houve o lançamento erroneamente dos itens do presente certame pelo Pregoeiro, na Plataforma BNC- (onde é realizado os pregões eletrônicos do Munícipio de Confresa-MT).

2º - **CONSIDERANDO** que a forma de Julgamento do Presente Certame deveria ser por menor Preço Global por lote, e sendo que foi lançado na Plataforma BNC, o tipo de julgamento por item.

3º - **CONSIDERANDO** que a forma correta de tipo julgamento objeto do certame deverá ser por menor preço Global por lote, devido a necessidade dos itens serem compatíveis entre si, pois a execução será realizada pelo setor de engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento do município de Confresa – MT, sendo essa redação contida no Termo de Referência elaboração pela Secretaria Municipal de Planejamento.

4º - **CONSIDERANDO** o parecer Jurídico inicial emito pela Procuradoria Geral do Município-PGM- em 20.08.2021 onde dispõe do tipo menor preço por lote, haja visto tratar-se de aquisição de bens, ou seja “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

5º **CONSIDERANDO** ainda que todos os avisos de abertura do presente certame , publicados no Diário Oficial da União-DOU, no Diário Oficial dos Munícipios,-AMM e no Diário Oficial de Contas-DOC-TCE/MT, mencionaram a forma de julgamento menor preço por lote.

E que no Edital do presente certame onde está o Termo “ menor preço por item “ foi um erro de digitação, quando da elaboração do Edital.

FICA CANCELADO A SESSÃO DO **PROCESSO LICITATÓRIO Nº193/2021 – PREGÃO ELETRONICO SRP Nº052/2021.**

Confresa - MT, 10 de SETEMBRO de 2021.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

PORTARIA Nº126/2021

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL PARCIAL

Pregão Eletrônico **nº 035/2021**

Processo Licitatório **nº 142/2021**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 144/2021**

Pelo presente Instrumento, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 - Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53, resolve **RESCINDIR** a **ARP 144/2021**, supracitada com a empresa **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o número 20.357.366/0001-20** com sede na Avenida Isaac Povoas, nº 475, Subsolo, SL 1, Bairro Centro, na cidade Cuiabá **- CEP:** 78.005-340, conforme as cláusulas que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa para **OBJETO**: Aquisição de Material de Copa e Cozinha (Utensílios de cozinha), atendendo a demanda das Secre-

tarias do Poder Executivo Municipal, juntamente a Prefeitura Municipal de Confresa - MT.

1.2. A rescisão terá efeito a partir do dia **10 de Setembro de 2021**;

1.3. Justificativa da Rescisão: erro (material) na elaboração do Edital quanto a descrição do item 301/produto que ultrapassou o valor real de mercado. A empresa não concordou com a adequação do valor referente ao item mencionado.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DA RESCISÃO

2.1. O município dá por rescindido parcialmente a ARP (Ata de Registro de Preço) nº 144/2021, item 301, baseado no erro material que ultrapassou o valor de mercado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

3.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2. Fica assegurada à **CONTRATADA** o prazo recursal de **5 (cinco) dias úteis** à presente rescisão, previstos na alínea "e" do inciso I do art. 109 da Lei n. 8.666/93, a contar da sua publicação no Diário Oficial.

E, assim sendo, a **CONTRATANTE** dá-se ciência do presente ato.

Confresa-MT, 10 de Setembro de 2021.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

CONTRATANTE

LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 205/2021 PREGÃO ELETRÔNICO SRP – N° 057/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS -SRP

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura de Confresa-MT, através da Pregoeira e equipe de apoio, torna público para todos os interessados que se encontra instaurada a licitação na modalidade **PREGÃO na forma ELETRÔNICO SRP - N° 057/2021 - do tipo Menor Preço por Item,** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos, no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, no **www.bnc.org.br,**no e-mail: licitaconfresa@hotmail.com e de segunda à sexta-feira.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE AUTO-GESTÃO INTEGRADA DO FROTAS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E PEÇAS INTEGRADO AO CONTROLE DE QUILOMETRAGEM DOS VEÍCULOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

DAS PROPOSTAS:

***DO RECEBIMENTO**: Inicia dia **17/09/2021 AS 08hs30min.**

***DO ENCERRAMENTO DE RECEBIMENTO**: Dia **24/09/2021 AS 14hs30-min.**

***ABERTURA DAS PROPOSTAS**: Dia **24/09/2021 AS 15hs00min.**

***INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: DIA **24/09/2021 AS 15hs30min**

Endereço eletrônico: **www.bnc.org.br**,

OBS: HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA.

Confresa-MT, 10 de setembro 2021.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

PORTARIA N° 126/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 308/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Portaria 308/2021 de 10 de Setembro de 2021.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: O oficio 2961/SMS/2021 de 03/09/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal LUCIMAR RODRIGUES CABRAL, matricula 013764, comissionada no cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/09/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 10 de Setembro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 223/2021

Aos 10 dias do mês de setembro do ano de dois Mil e Vinte e Um , o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade**, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 009/2021** na modalidade **Pregão Presencial n° 003/2021** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 09/03/2021**, cujo objetivo é a**AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SENDO CARNE E FRIOS EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) MERENDA ESCOLAR, DESCRITOS NA PLANILHA ABAIXO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SENDO CARNE E FRIOS EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) MERENDA ESCOLAR, DESCRITOS NA PLANILHA ABAIXO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) **O objeto licitatório deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante, no prazo máximo de 10 (Dez) dias corridos após solicitação - (entrega da A.F.), junto ao Município de CONFRESA/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.**

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 10 de setembro de **2022.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI**

CNPJ: 29.858.443/0001-08

END: **AV AYRTON SENNA S/N CENTRO**

CIDADE: CONFRESA-MT CEP: 78.652-000

E-MAIL: rodrigo_ferrari10@hotmail.com TELEFONE: (66) 8412-8448 / 8444-2543

REPRESENTANTE: RODRIGO ANTONIO FERRARI

CPF: 007.523.381-96

ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 E 10.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD TCE	COD SIST	UND	QT	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	148686-1	212	KG	1000	FRANGO INTEIRO RESFRIADO. EMBALAGEM INTACTA, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUPERFÍCIE ÚMIDA, PEGAJOSA, EXSUDADO LÍQUIDO, PARTES FLÁCIDAS OU CONSISTÊNCIA ANORMAL. SÓ SERÃO ACEITOS PRODUTOS COM A COMPROVAÇÃO DA INSPEÇÃO SIF/DIPOA E 6% DE ÁGUA.	R$ 8,95	R$ 8. 950,00
2	163652-9	223	KG	3. 000	CARNE 1ª COLCHÃO MOLE	R$ 31,65	R$ 94. 950,00
3	172508-4	226	KG	2000	CARNE BOVINA COSTELA	R$ 19,05	R$ 38. 100,00
4	3879-2	228	KG	2000	CARNE SUÍNA PERNIL: MAGRA E SEM GORDURA APARENTE, SEM OSSO, SADIO, CONGELADO, APRESENTANDO COR E ODOR CARACTERÍSTICO. ISENTO DE: VESTÍGIO DE DESCONGELAMENTO, COR ESVERDEADA, ODOR FORTE E DESAGRADÁVEL, PARASITAS, SUJIDADES, LARVAS E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICA, RESISTENTE, PESO LÍQUIDO DE 1 KG, CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM.	R$ 20,65	R$ 41. 300,00
5	169002-7	115506	KG	2500	CARNE 2ª MAGRA MUSCULO	R$ 21,30	R$ 53. 250,00
6	3825-3	115507	KG	2500	CARNE 2ª MAGRA PALETA	R$ 24,05	R$ 60. 125,00
7	3815-6	115508	KG	4000	CARNE 2ª MAGRA ACEM	R$ 24,75	R$ 99. 000,00
8	125855-9	77	KG	3800	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE, PESO LIQUIDO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E/OU AGRICULTURA. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARROS FECHADOS REFRIGERADOS, EM EMBALAGENS E TEMPERATURAS CORRETAS (10ºC OU DE ACORDO COM O FABRICANTE) E ADEQUADAS, RESPEITANDO A CARACTERISTICAS DO PRODUTO. DE MODO QUE AS EMBALAGENS NÃO SE APRESENTE ALTERADAS.	R$ 35,05	R$133. 190,00
9	151544-6	217	KG	6000	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM PELE E SEM OSSO CORTES CONGELADOS DE COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM PELE E SEM OSSO, CONGELADOS PREFERENCIALMENTE PELO SISTEMA IQF. SEM ADIÇÃO DE SAL E TEMPEROS. DEVERÃO SER PROVENIENTES DE ESTABELECIMENTO INSPECIONADO PELO ORGÃO COMPETENTE (SIF/SISP/SIM).ASPECTO: CARACTERÍSTICO NÃO PEGAJOSO,TEXTURA: CARACTERÍSTICA, COR:ROSEA, ODOR: CARACTERÍSTICO DE CARNE DE FRANGO FRESCA CONGELADA E SABOR CARACTERÍSTICO NÃO SALGADO.EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACO PLÁSTICO ATÓXICO TERMOSOLDADO CONTENDO ATÉ 1KG.	R$ 10,00	R$ 60. 000,00
10	388593-3	218	KG	4000	PEITO DE FRANGO SEM PELE E SEM OSSO TIPO SASSAMI FILEZINHO DE PEITO DE FRANGO SEM PELE E SEM OSSO, TIPO SASSAMI CONGELADO PREFERENCIALMENTE NO SISTEMA IQF. SEM ADIÇÃO DE SAL E TEMPEROS. DEVERÃO SER PROVENIENTES DE ESTABELECIMENTO INSPECIONADO PELO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL(SIF).ASPECTO: CARACTERÍSTICO NÃO PEGAJOSO,TEXTURA: CARACTERÍSTICA, COR:ROSEA, ODOR: CARACTERÍSTICO DE CARNE DE FRANGO FRESCA CONGELADA E SABOR:CARACTERÍSTICO NÃO SALGADO.EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACO PLÁSTICO ATÓXICO TERMOSOLDADO COM SISTEMA ABRE E FECHA CONTENDO 1KG.	R$ 12,80	R$ 51. 200,00
TOTAL GERAL							**R$ 640.065,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (TRINTA)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

UNID.: 08- MERENDA ESCOLAR

PROJ. ATIV.: 2.048- MANUTENÇÃO COM PROGRAMA MERENDA ESCOLAR

CÓD. RED: 328

FONTE: 0000- RECURSOS ORDINÁRIOS

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

UNID: 08- MERENDA ESCOLAR

PROJ. ATIV.: 2.048- MANUTENÇÃO COM PROGRAMA MERENDA ESCOLAR

CÓD RED: 329

FONTE: 0015- TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

UNID: 08- MERENDA ESCOLAR

PROJ. ATIV.: 2.127- MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL

CÓD RED: 334

FONTE: 0000- RECURSOS ORDINÁRIOS

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

UNID: 08- MERENDA ESCOLAR

PROJ. ATIV.: 2.127- MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL

CÓD RED: 335

FONTE: 0015- TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, os fornecedores e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal Nº 240/2021**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ANA LAURA MARCHI	NICEIA GONÇALVES MELO	MARIA CÉLIA RIBEIRO ABREU

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial** nº **003/2021** e anexos;

b) Proposta Comercial das FORNECEDORAS.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Confresa – MT, 10 de Setembro de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI

CNPJ: 29.858.443/0001-08

Representante Legal: Rodrigo Antônio Ferrari

CPF: 007.523.381-96

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS
21º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 043/2014

21º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE E A EMPRESA CONSTRUTORA EMA LTDA. – EPP, TENDO POR OBJETO CONSTRUÇÃO DE 1 (UMA) QUADRA ESPORTIVA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIO.

CONTRATANTE:**MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representado pela Prefeita Municipal, Senhora **MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752. 031-49, de acordo com a competência contida na Lei Orgânica do Município.

CONTRATADA: **CONSTRUTORA EMA LTDA. – EPP**, empresa com sede na Avenida Florispina Azambuja, nº 766, Centro, na cidade de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 09.321.093/ 0001-20 representada pelo seu sócio **ADALBERTO DE FREITAS ARANTES**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Pontes e Lacerda, na Avenida Florispina Azambuja, nº 766, portador da cédula de identidade nº 800.7696 expedida pela SSP – MT e do CPF 063. 888.171-49.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato n.º **043/2014**, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA estabelecido na Cláusula 1.1 do 20º Termo Aditivo firmado entre as partes, em 03/06/2020, o vencimento do Termo passa a ser 03/06/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente termo aditivo decorre de concordância expressa da Contratada e de autorização da Prefeita Municipal, e encontra amparo legal no artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste, em 18 de dezembro de 2020.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO Prefeita CONTRATANTE	**ADALBERTO DE FREITAS ARANTES** Representante legal CONTRATADA

PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 066/2021-PMCO/MT

Proc. adm. n° 715/2021.

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRONICO N° 02/2021.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS – GRADE HIDRAULICA TIPO NIVELADORA – CONTRATO DE REPASSE N° 890776/2019.

BASE LEGAL: O presente contrato administrativo tem como fundamento legal a Lei nº 8.666/1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT.

CONTRATADA: AGRIMAQ COMERCIAL EIRELI.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0590-08.002.20.606.0036.1021.449052000000.

VALOR CONTRATADO: O valor total contratado é de **R$ 22.990,00 (vinte e dois mil e novecentos e noventa reais).**

DA FISCALIZAÇÃO: Como fiscal o servidor DANSLEY ALVES BRÁS.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato será até 31 de dezembro de 2021.

E ASSINATURA: 10 de setembro de 2021.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE e AGUINALDO JOSÉ PIRES pela CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

EXTRATO DO CONTRATO 067/2021

De um lado a Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-Mt, inscrita no cnpj/ mf sob o nº 37.465.309/0001-67, situada à av. 20 de dezembro, nº 725 – bairro centro em Cotriguaçu-MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Srº: **Olirio Oliveira Dos Santos**, que doravante passa a ser identificado e chamado de **"contratante"**, e a empresa , **LUGAR VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ 03.071.588/0001-62, endereçada em, AV TENENTE-CORONEL DUARTE, nº 2100 SALA B, CENTRO SUL CUIABA MT, CEP 78020-450** denominado **"contratado"**. Objeto:**"REGISTROS DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS COM TRAJETOS INTERMUNICIPAIS DESCRITOS NOS ITENS, PARA O DESLOCAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E PACIENTES DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU-MT".**

Valor: O presente contrato tem o valor global de **R$ 38.755,52 (TRINTA E OITO MIL SETESSENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS)** que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

Vigência: O presente contrato tem vigência de **10 de setembro de 2021 até 10 de novembro de 2021** podendo ser prorrogado.

Cotriguaçu-MT, 09 de setembro de 2021

Olirio Oliveira dos Santos

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2021 PROCESSO Nº 097/2021

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a SEGUNDA REABERTURA de LICITAÇÃO DESERTA NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 041/2021, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA DE LEI SERRADA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU - DISTRITO DE NOVA UNIÃO"**. Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorreu no dia **09 de agosto 2021 as 08:30 (oito horas e trinta minutos),** onde não compareceu os interessados a participar do certame.

A reabertura desta licitação ocorreu no dia **24 de agosto 2021 as 08:30 (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação, onde não compareceu os interessados a participar do certame.

A segunda reabertura desta licitação ocorreu no dia **10 de setembro 2021 as 08:30 (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação, onde compareceu a empresa interessada em participar do certame, porém declarada fracassada.

Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou pelo telefone (66) 3555-1247. Cotriguaçu-MT, 10 de setembro de 2021.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PERÍCIA MÉDICA Nº 14/2021

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA** os Servidores abaixo relacionados para realização de **PERÍCIA MÉDICA** conforme encaminhamento descrito:

Servidores:

1 – ***JOSEFA QUEIROZ VALENTIM GOMES;***

2 – ***MARINO LUIZ SULZBACH.***

Data: *Perícia Médica em 17/09/2021*

Horário: A partir das 11:00 horas

Local: Centro de Ultrassonografia Juruena, consultório médico Dr. Cesar, Av. 24 de Setembro, nº 59, Bairro Centro, Juruena – MT.

Médico Perito: Dr. Cesar Francisco Aranibar Zavaleta

Sob pena de suspensão dos vencimentos, o periciando deverá comparecer no local, na data e hora informadas para avaliação médica, munido de todos os exames, laudos e demais documentos médicos que comprovem o histórico das moléstias adquiridas.

Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser solicitadas ao Departamento de Recursos Humanos, dentro do horário de expediente, 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 pelo telefone (66) 3555-1224 ou (66) 98421-0536.

Cotriguaçu–MT, em 10 de Setembro de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito de Cotriguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

II AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PARCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 028/2021/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36.203/2020

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMGE, neste ato representado pela PREGOEIRA, vem a público divulgar o **II RESULTADO e a ADJUDICAÇÃO PARCIAL** dos itens abaixo referentes **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 028/2021/PMC**, tendo como objeto o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE CUIABÁ, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS".**

Neste ato, também, o SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO - SMGE, no uso de suas atribuições **HOMOLOGA PARCIALMENTE** a adjudicação dos itens abaixo, nos termos do artigo 4º, XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002.

ITEM	CÓD. TCE	EMPRESA	MATERIAL / ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	384409-9	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	ADESIVOS INSTANTANEO - A BASE DE CIANOACRILATO,TRANSPARENTE, COM BICO APLICADOR,APLICADO EM SUPERFICIES POROSAS,ACONDICONADO EM TUBO COM 100G	UNID	4.500	TEKBOND	R$ 21,97	R$ 98.865,00
5	217045-0	NVF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI – CNPJ: 41.401.446/0001-05	ALMOFADA PARA CARIMBO - EM FELTRO, N3, ACONDICIONADA EM ESTOJO DE PLASTICO OU METAL, COM ENTINTAMENTO, NA COR VERMELHA, NO TAMANHO MEDINDO (12 X 9)CM	UNID.	300	JAPAN	R$ 4,00	R$ 1200,00
6	25755-9	NVF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI – CNPJ: 41.401.446/0001-05	APAGADOR - PARA QUADRO BRANCO, DE PLASTICO, MEDINDO 60X150X45 MM, COM BASE DE FELTRO	UNID.	153	JAPAN	R$ 3,90	R$ 596,70
28	20144-8	MOTTIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 20.847.096/0001-35	COLA - BASTAO ATOXICA, FRASCO COM 10 GRAMAS	UNID.	1.000	MASTERPRINT	R$ 0,85	R$ 850,00
29	179760-3	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	COLA - LIQUIDA, BRANCA, ESCOLAR, ACONDICIONADA EM TUBO DE 500G COM TAMPA ROSQUEADA	UNID.	1.000	PIRATININGA	R$ 4,50	R$ 4.500,00
30	112436-6	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	COLA - LIQUIDA,BRANCA,ESCOLAR,ATOXICA, NORMAL,FRASCO C/40 GRAMAS	UNID.	2.500	KOALA	R$ 0,68	R$ 1.690,00

31	16994-3	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	COLCHETE - LATONADO, TAMANHO N. 10 CAIXA COM 72 COLCHETES	UNID.	1.000	CHAPARRAU	R$ 4,89	R$ 4.890,00
36	73093-9	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	COLCHETE - LATONADO, TAMANHO N. 6 CAIXA COM 72 COLCHETES	UNID.	1.000	CHAPARRAU	R$ 3,65	R$ 3.650,00
37	73094-7	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	COLCHETE - LATONADO, TAMANHO N. 7 CAIXA COM 72 COLCHETES	UNID.	1.000	CHAPARRAU	R$ 3,59	R$ 3590,00
38	14053-8	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	COLCHETE - LATONADO, TAMANHO N. 8 CAIXA COM 72 COLCHETES	UNID.	1.000	CHAPARRAU	R$ 3,99	R$ 3.990,00
39	14121-6	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	COLCHETE - LATONADO, TAMANHO N.11 CAIXA COM 72 COLCHETES	UNID.	1.000	CHAPARRAU	R$ 4,79	R$ 4.790,00
40	17140-9	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	COLCHETE - LATONADO, TAMANHO N.13 CAIXA COM 72 COLCHETES	UNID.	1.000	CHAPARRAU	R$ 5,90	R$ 5.900,00
42	168418-3	ORIGINAL COMERCIO E SERVICOS LTDA – CNPJ: 05.774.463/0001-24	ELASTICO - DE BORRACHA, NR 18, SUPER AMARELO C/ 1,0KG.	PACOTE	25.000	MAMUTH	R$ 18,00	R$ 450.000,00
43	375939-3	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	ENVELOPE - TIPO SACO,EM PAPEL KRAFT,75G/M2,MEDINDO 260,00X360,00MM,COM ABA,NA COR BRANCA	UNID.	50.000	FORONI	R$ 0,21	R$ 10.500,00
45	225601-0	MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI – CNPJ: 20.847.096/0001-35	ENVELOPE DE PAPELARIA - TIPO CARTA, SEM IMPRESSAO, MEDINDO (240 X 340) MM, COM ABA, NA COR AMARELA, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA	UNID.	50.000	FORONI	R$ 0,31	R$ 15.500,00
51	274543-7	RC RAMOS COMERCIO LTDA – CNPJ: 07.048.323/0001-02	FITA ISOLANTE - PVC NA COR PRETA,MEDINDO 19MM X 20MM	UNID.	2.000	NASTRO	R$ 5,25	R$ 10.500,00
54	276525-0	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	GRAMPEADOR - DE MESA,COM ESTRUTURA METALICA DE ALTA RESISTENCIA,PARA GRAMPOS- 23/6 E 23/8 E 23/10 E 23/13,NA COR PRETA,CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATE 100 FOLHAS	UNID.	15.000	LYKE	R$ 31,00	R$ 465.000,00
55	322614-0	MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI – CNPJ: 20.847.096/0001-35	GRAMPEADOR - DE MESA,EM METAL,GRAMPO 26/6,CAPACIDADE PARA 20 FOLHAS,BASE COM 14,00CM,NA COR PRATA	UNID.	1.000	FRAMA	R$ 10,42	R$ 10.420,00
64	387155-0	MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI – CNPJ: 20.847.096/0001-35	MARCADOR DE PAGINAS - EM FILME DE POLIESTER AUTOADESIVO ACRILICO,MEDINDO 12,00X45,00MM,COLORIDO , COM 200 FOLHAS	UNID.	1.500	LYKE	R$ 5,13	R$ 7.695,00
65	169482-0	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	MIDIA CD-RW - GRAVACAO DE AUDIO E VIDEOS OU DADOS, TIPO OPTICA REGRAVAVEL, COMPATIVEL COM CD-ROM 1X-32X OU SUPERIOR, 700MB / 80 MINUTOS, ACONDICIONADO EM ESTOJO DE ACRILICO TRANSPARENTE.	UNID.	1.500	ELGIN	R$ 4,60	R$ 6.900,00
66	247951-6	MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI – CNPJ: 20.847.096/0001-35	MIDIA DVD - DVD R PARA GRAVACAO DE AUDIO E VIDEOS, TIPO OPTICA - EMBALADO EM ESTOJO INDIVIDUAL EM ACRILICO TIPO SLIM, COM CAPACIDADE- 4.7 GB	UNID.	1.500	MULTILASER	R$ 3,73	R$ 5.595,00
67	325852-1	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	PASTA - CATALOGO,EM CARTAO PLASTIFICADO,FORMATO OFICIO,COM 100 ENVELOPES NA ESPESSURA DE 0,10 MICRAS E 2 EXTENSORES,NA COR PRETA	UNID.	5.000	DAC	R$ 14,78	R$ 73.900,00
69	415217-4	MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI – CNPJ: 20.847.096/0001-35	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFICIO,LOMBADA DE 35,00 A 40,00MM,NA COR AMARELA	UNID.	5.000	ALAPLAST	R$ 4,36	R$ 21.800,00
70	390134-3	MOTTIVA COMERCIO E SER-	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFICIO,LOMBADA DE 35,00 A 40,00MM,NA COR AZUL	UNID.	5.000	ALAPLAST	R$ 4,36	R$ 21.800,00

		VIÇOS EIRELI – CNPJ: 20.847. 096/0001-35						
71	390135-1	MOTTIVA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 20.847. 096/0001-35	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFICIO,LOMBADA DE 35,00 A 40,00MM,NA COR VERDE	UNID.	5. 000	ALAPLAST	R$ 4,36	R$ 21. 800,00
72	390136-0	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357. 366/0001-20	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,FORMATO OFICIO,LOMBADA DE 35,00 A 40,00MM,NA COR VERMELHA	UNID.	5. 000	POLYCART	R$ 3,38	R$ 16. 900,00
73	322524-0	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357. 366/0001-20	PASTA - REGISTRADOR AZ,EM PAPELAO,FORMATO OFICIO,LOMBO ESTREITO,COM FERRAGEM DE ALAVANCA CROMADA, VISOR E INDICE ALFABETICO,NA COR PRETA	UNID.	5. 000	POLYCART	R$ 8,84	R$ 44. 200,00
74	369000-8	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357. 366/0001-20	PASTA - SANFONADA,EM POLIETILENO,FORMATO OFICIO,LOMBADA DE 25,00MM,COM 12 DIVISORIAS E FECHAMENTO EM ELASTICO,NA COR AZUL	UNID.	5. 000	ACP	R$ 13,78	R$ 68. 900,00
75	188522-7	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357. 366/0001-20	PASTA CORRUGADA - DE PLASTICO (POLIONDA), COM ABA E ELASTICO, MEDINDO (250X330)MM, LOMBADA DE 20MM, NA COR (DIVERSAS)	UNID.	5. 000	POLYCART	R$ 2,76	R$ 13. 800,00
77	223208-1	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357. 366/0001-20	PASTA SUSPENSA - EM PAPELAO RESISTENTE, MARMORIZADA, COM PONTEIRA DE PLASTICO, VISORES E ETIQUETAS BRANCOS COM SEIS ESPACOS PARA ENCAIXE, VINCO MARCADOR DE PAGINA, ENCAIXE PARA FERRAGEM COM 06 OPCOES DE ESPACO, VISUALIZADOR DE CONTEUDO E VINCO PARA AJUSTE	UNID.	10. 000	DAC	R$ 1,62	R$ 16. 200,00
78	321574-1	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357. 366/0001-20	PEN DRIVE - 16GB,COMPATIBILIDADE COM WINDOWS E LINUX, SITEMA PLUG AND PLAY, BOOT UP,CONECTOR COM TAMPA OU RETRATIL, ALTA DURABILIDADE,INTERFACE USB 2.0 COMPATIVEL COM USB 1.1, TAXA DE TRANSFERENCIA DE LEITURA MINIMA DE 10MB/S,TAXA DE TRANSFERENCIA DE GRA	UNID.	1. 000	MULTILASER	R$ 19,80	R$ 19. 800,00
79	40368-7	MOTTIVA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 20.847. 096/0001-35	PERCEVEJO - EM METAL LATONADO (CABECA COLORIDA), COM CABECA DE 10MM CAIXA COM 100 PERCEVEJOS	UNID.	100	LIKE	R$ 1,85	R$ 185,00
80	182175-0	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357. 366/0001-20	PERFURADOR PARA PAPEL - EM ACO, COM CAPACIDADE DE 20 FOLHAS, NA COR PRETA	UNID.	1. 000	JOCAR	R$ 11,90	R$ 11. 900,00
81	322625-5	ATIVA MALL COMERCIO DE UTILIDADES LTDA – CNPJ: 11. 663.568/0001-09	PERFURADOR PARA PAPEL - EM ESTRUTURA METALICA,CAPACIDADE DE 70 FOLHAS COM 75G/M2,COM 2 VAZADORES,NA COR PRETA	UNID.	1. 000	DINGLI	R$ 64,00	R$ 64. 000,00
82	18677-5	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357. 366/0001-20	PILHA - TIPO ALCALINA AA, NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PEQUENA (AA), EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES	CARTELA	15. 000	ELGIN	R$ 3,47	R$ 52. 000,00
83	155642-8	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357. 366/0001-20	PILHA - TIPO ALCALINA PALITO AAA, NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PEQUENA, EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES	CARTELA	15. 000	ELGIN	R$ 3,33	R$ 50. 000,00
84	177691-6	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357. 366/0001-20	PILHA - TIPO ALCALINA,A23 OU SIMILAR,NAO RECARREGAVEL, NA VOLTAGEM DE 12V, NO TAMANHO UNICO, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA CARTELA COM 2 UNIDADES	CARTELA	15. 000	ELGIN	R$ 1,06	R$ 15. 900,00
85	236474-3	ATIVA MALL COMERCIO DE UTILIDADES LTDA – CNPJ: 11. 663.568/0001-09	PINCEL ATOMICO - CORES VARIADAS, COM PONTA DE FELTRO, DO TIPO MARCADOR PERMANENTE,RECARREGAVEL	UNID.	10. 000	KAI KAI	R$ 0,90	R$ 9. 000,00
86	338991-0	BIG BRIVIA COMERCIO DE MAQUINAS EIRELI – CNPJ: 11.618. 579/0001-77	PORTA OBJETOS DE MESA - PARA CANETA, CLIPE, BORRACHA E TESOURA,EM METAL,MEDINDO 7,00X22,00X28,50CM,BASE LISA,PRETO	UNID.	500	WALEU	R$ 10,27	R$ 5. 137,00
87	325461-5	ATIVA MALL COMERCIO DE UTILIDADES LTDA – CNPJ: 11. 663.568/0001-09	PORTA OBJETOS DE MESA - PARA PAPEL,EM ACRILICO,FORMATO A4,TRANSPARENTE	UNID.	1. 500	NOVA CRIL	R$ 15,00	R$ 22. 500,00
89	305745-3	ATIVA MALL COMERCIO DE UTILIDADES LT-	REGUA - EM POLIPROPILENO RECICLADO,MEDINDO 30 CM DE COMPRIMENTO, COM DIVISÕES DE MM E CM,NA COR NATURAL	UNID.	1. 500	BE ART	R$ 0,56	R$ 840,00

		DA – CNPJ: 11.663.568/0001-09						
90	242565-3	ATIVA MALL COMERCIO DE UTILIDADES LTDA – CNPJ: 11.663.568/0001-09	TESOURA - DE EM ACO INOXIDAVEL, MEDINDO 21CM, CABO DE PLASTICO, NA COR PRETA, LAMINA DE ACO, SEM PONTA	UNID.	2.000	SCISSORS	R$ 3,75	R$ 7.500,00
91	325195-0	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	TINTA - PARA CARIMBO,A BASE DE AGUA, SEM OLEO,AZUL	UNID.	500	RADEX	R$ 1,98	R$ 990,00
92	325199-3	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	TINTA - PARA CARIMBO,A BASE DE AGUA, SEM OLEO,PRETA	UNID.	500	RADEX	R$ 1,98	R$ 990,00
93	20767-5	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	TINTA - PARA CARIMBO,A BASE DE AGUA, SEM OLEO,VERMELHA	UNID.	500	RADEX	R$ 1,80	R$ 900,00
94	328331-3	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – CNPJ: 20.357.366/0001-20	UMEDECEDOR DE DEDOS - SUPORTE DE PLASTICO,TIPO CREME,A BASE DE GEL,CONTENDO 12G	UNID.	1.500	RADEX	R$ 1.63	R$ 2.450,00

Cuiabá, 10 de setembro de 2021.

Priscila R. N. Moraes

Pregoeira

Ellaine Cristina Ferreira Mendes

Secretária Municipal de Gestão (Interina)

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2021/ PMC

O MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP, mediante a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria SMGE n° 230/2021, divulgada no Diário Oficial de Contas no dia 29 de março de 2021, torna público para conhecimento de todos os interessados que a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2021/PMC**, do processo administrativo nº 039.651/2021, que tem por objeto a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DO SALDO DO CONTRATO DE REPASSE DE Nº 862366/2017 REFERENTE A OBRA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO BAIRRO RESIDENCIAL COXIPÓ – 1ª ETAPA, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ", com data de abertura em 08/09/2021 às 09:00 horas foi declarada DESERTA face a ausência de licitantes na sessão pública.**

Cuiabá, 10 de setembro de 2021.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO

ASECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria SMGE nº 230/2021 de 29 de março de 2021, torna público para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** referente à **TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2021/ PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO**, processo administrativo nº **066.665**/2020, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CASAS NAS RUAS SÃO JOAQUIM E RUI BARBOSA, CUMPRINDO O TERMO DE CONCILIAÇÃO, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE CUIABÁ SENDO: LOTE 1 - CASA 01 - ORMISTA C. VENÂNCIO, LOTE 2 – CASA 02 – ROZÁLIA A. SILVA FERREIRA E LOTE 3 – CASA 03 – WILSON E. S. SILVA, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.**

LICITANTES	RESULTADO	LOTES
EXCELÊNCIA CONSTRUTORA LTDA	HABILITADA	1, 2, 3
RC CONSTRUÇÕES LTDA	HABILITADA	1, 2, 3
RHIGOR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	HABILITADA	3

Desde já, fica assegurado a todos os interessados, a aplicabilidade dos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "a" e 110, ambos da Lei de Licitações.

Cuiabá, 10 de setembro de 2021.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 29/09/2021 às 08h00min, a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 001/2021, do tipo "Menor Preço" empreitada global, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução de Obras de Recuperação e Construção de 2.839 metros lineares de meios fios e sarjetas em diversas vias urbanas do Município de Curvelândia/MT. O edital completo está à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia/MT, ou pelo e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia-MT 10 de setembro de 2021.

José Bernardo dos Santos Filho

Presidente da CPL

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 095 DE 03 DE SETEMBRO DE 2021

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar"

JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 74, da Lei Orgânica do Município e, em especial a Lei n° 535, de 25 de agosto de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$330.000,00 (Trezentos e trinta Mil Reais) para atender a seguinte dotação orçamentária:

0010– PREVIDÊNCIA

0002 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE CURVELÂNDIA

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0082– PREVIDÊNCIA

0150–RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2015– MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS.....R$ 300.000,00

0010 – PREVIDÊNCIA

0002 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE CURVELÂNDIA

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0082 – PREVIDÊNCIA

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2015 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.03.00.00 – PENSÕES.....R$ 30.000,00

TOTAL .....R$330.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0010 – PREVIDÊNCIA

0002 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE CURVELÂNDIA

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

0999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0082 – PREVIDÊNCIA

0150 –RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2017 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 330.000,00

TOTAL.....R$ 330.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo a data de 20 de agosto de 2021**, revogando-se as disposições em contrário**.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia, 03 de setembro de 2021.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2021.

OBJETO: **SOLICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES PARA ARMAZENAMENTOS PNEUS INUTILIZADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 36 (TRINTA E SEIS) MESES.

VALOR: R$ 144.000,00 (Cento e Quarenta e Quatro Mil Reais)

CONTRATADO: **ANTONIO MARTINS TEIXEIRA**, portador do CIRG n.º 32904-8 SSP/MT inscrito sob o CPF: 244.447.741-3

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO– PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 07 DE SETEMBRO DE 2021.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2021

A Prefeitura Municipal de Diamantino-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a Dispensa de Licitação Nº 046/2021 tendo por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DENOMINADO 'AUXÍLIO EMERGENCIAL MÃO SOLIDÁRIA', ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO, DESTINADO À POPULAÇÃO DIAMANTINENSE, DENTRO DOS CRITÉRIOS PRÉ-ESTABELECIDOS E APROVADOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.421/2021, **em consonância ao disposto com base na L**ei nº 8.666/93**, tendo como vencedora a empresa** ALELO S/A, sob CNPJ nº 04.740.876/0001-25. Diamantino-MT, 09 de setembro de 2021.

JOÃO PAULO LIMA

Presidente da CPL

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 044/2021 - CONTRATADO(a): ALEXANDRE BATISTA FERREIRA: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **MÉDICO VETERINÁRIO - CONTRATO**, lotado na **SECRETARIA MUN. DE AGRIC. DESENVOL. ECONC. E MEIO AMBIENTE**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 4.446,97 (Quatro Mil Quatrocentos e Quarenta e Seis Reais e Noventa e Sete Centavos**), equivalente a carga horário de 40 (vinte) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUN. DE AGRIC. DESENVOL. ECONC. E MEIO AMBIENTE; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado; IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino/MT, **04 de Setembro de 2021.**

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 045/2021 - CONTRATADO(a): THASSIA CAROLINE DE ALMEIDA GODÓES: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **MÉDICO VETERINÁRIO - CONTRATO**, lotado na **SECRETARIA MUN.**

DE AGRIC. DESENVOL. ECONC. E MEIO AMBIENTE. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 4.446,97 (Quatro Mil Quatrocentos e Quarenta e Seis Reais e Noventa e Sete Centavos**), equivalente a carga horário de 40 (vinte) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUN. DE AGRIC. DESENVOL. ECONC. E MEIO AMBIENTE; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado; IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino/MT, **08 de Setembro de 2021.**

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 051/2021 - CONTRATADO(a): JESSICA ADRIANE DE SOUZA: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA - CONTRATO**, lotado na **SECRETARIA MUN. DE AGRIC. DESENVOL. ECONC. E MEIO AMBIENTE**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 1.760,00 (Um Mil Setecentos e Sessenta Reais**), equivalente a carga horário de 40 (vinte) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUN. DE AGRIC. DESENVOL. ECONC. E MEIO AMBIENTE; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado; IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino/MT, **03 de Setembro de 2021.**

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 052/2021 - CONTRATADO(a): LUCAS PEREIRA DA CRUZ: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA - CONTRATO**, lotado na **SECRETARIA MUN. DE AGRIC. DESENVOL. ECONC. E MEIO AMBIENTE**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 1.760,00 (Um Mil Setecentos e Sessenta Reais**), equivalente a carga horário de 40 (vinte) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUN. DE AGRIC. DESENVOL. ECONC. E MEIO AMBIENTE; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado; IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino/MT, **10 de Setembro de 2021.**

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 053/2021 - CONTRATADO(a): MAIZA BARBARA OLIVEIRA DA SILVA: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA - CONTRATO**, lotado na **SECRETARIA MUN. DE AGRIC. DESENVOL. ECONC. E MEIO AMBIENTE**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 1.760,00 (Um Mil Setecentos e Sessenta Reais**), equivalente a carga horário de 40 (vinte) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUN. DE AGRIC. DESENVOL. ECONC. E MEIO AMBIENTE; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado; IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino/MT, **04 de Setembro de 2021.**

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 054/2021 - CONTRATADO(a): DIEGO PHELLIPE DA SILVA SANTANA: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA - CONTRATO**, lotado na **SECRETARIA MUN. DE AGRIC. DESENVOL. ECONC. E MEIO AMBIENTE**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 1.760,00 (Um Mil Setecentos e Sessenta Reais**), equivalente a carga horário de 40 (vinte) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUN. DE AGRIC. DESENVOL. ECONC. E MEIO AMBIENTE; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado; IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino/MT, **10 de Setembro de 2021.**

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2021.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ANALISADOR – IMUNOFLUORESCENTE, METODOLOGIA: IMUNOENSAIO FLUORESCENTE, PARA ATENDER O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 (TRES) MESES.

VALOR: R$ 15.395,00 (Quinze Mil e Trezentos e Noventa e Cinco Reais).

CONTRATADO: **LEITE E RIBEIRO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **18. 849.143/0001-38**

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO– PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 10 DE SETEMBRO DE 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

SETOR PESSOAL
DECRETO Nº 076/2021 DE 03 DE SETEMBRO DE 2021

DECRETO Nº 076/2021 DE 03 DE SETEMBRO DE 2021

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS PELO PERÍODO DE SECA, CODIFICADO PELO COBRADE – 1.4.1.3.2– INCÊNDIO FLORESTAIS - INCÊNDIOS EM ÁREAS NÃO PROTEGIDAS, COM REFLEXOS NA QUALIDADE DO AR – COBRADE, E SEGUNDO AS ORIENTAÇÕES, CONFORME IN/MI N° 036/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOM AQUINO- MATO GROSSO, **VALDÉCIO LUIZ DA COSTA,**no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo inciso VI do artigo 8° da Lei Federal n° 12.608, de 10 de abril de 2020.

Considerando que nos últimos anos, o volume de precipitações caracterizados pelo baixo volume de chuvas, e agravando nos últimos três meses do corrente ano;

Considerando que a mais de 115 dias não é registrado chuvas de volume consideráveis, em nosso Município, efeito decorrente em toda região Centro Sul do Estado de Mato Grosso, constatado pelo programa governamental, Monitor de Secas, em especialmente em toda região do município de Dom Aquino - MT;

Considerando a contribuição da seca para o **surgimento deinúmeros focos de incêndios** por toda região de nosso Município, trazendo prejuízos incalculáveis para o meio ambiente, contribuindo para o agravamento de doenças respiratórias, bem como prejuízos econômicos público e privado;sendo que no dia 19.08.2021 há 29.08.2021 ocorreu o maior incêndio na região, atingindo fazendas, na área de 30.000 hectares aproximadamente atingida pelo fogo.

Considerando a dificuldade de combate a estes focos de incêndios, por variados motivos, ocasionando a necessidade de maior esforço em busca de êxito na extinção destes inúmeros focos de incêndio, na região de nosso Município, destacando a dificuldade imposta pela seca para o combate;

Considerando o agravamento dos cuidados da pandemia de corona vírus, decorrente do aumento de contaminação do ar por fumaça e fuligens resultante dos focos de incêndios.

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este, em virtude do desastre classificado e codificado pelo **COBRADE – 1.4.1.3.2– INCÊNDIO FLORESTAIS,** conforme **IN/MI n° 036/2016.**

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06. 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedadas as prorrogações dos contratos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 180 dias.

Art. 7º. Ficam os órgãos competentes, autorizados a transferir bens apreendidos em operações de combate e repreensão a crimes, para ações de Proteção e Defesa Civil, nos termos do Art. 17 da Lei Federal 12.608 de 10 de abril de 2012.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 275/2021 DE 30 DE AGOSTO DE 2021.

PORTARIA Nº 275/2021 DE 30 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A MOACIR RODRIGUES MIRANDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Obras, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **01/02/2018 a 01/02/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **MOACIR RODRIGUES MIRANDA**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **31/08/2021 a 29/09/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 30 de agosto de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
DECRETO Nº 079/2021 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

DECRETO Nº 079/2021 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA O SENHOR MÁRCIO ANTUNES MACIEL PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.603/2019 de 22 de maio de 2019:

D E C R E T A:

artigo 1º - Nomear para exercer o Cargo de **Diretor de Esportes** o Senhor **MÁRCIO ANTUNES MACIEL**.

artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

artigo 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de setembro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
DECRETO Nº 078/2021 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

DECRETO Nº 078/2021 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA O SENHOR EDILSON BATISTA DO CARMO PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE URBANISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.603/2019 de 22 de maio de 2019:

D E C R E T A:

artigo 1º - Nomear para exercer o Cargo de **Diretor de Urbanismo** o Senhor **EDILSON BATISTA DO CARMO**.

artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

artigo 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de setembro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
DECRETO Nº. 077/2021 DE 03 DE SETEMBRO DE 2021

DECRETO Nº. 077/2021 DE 03 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO COMITE GESTOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.

VÁLDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial nº 01 de 04 de abril de 2018, estabelece diretrizes, objetivos e competências para a promoção da intersetorialidade no âmbito do Programa Criança Feliz e, por consequência, da Primeira Infância.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica decretado o Comitê Gestor do programa Criança Feliz;

SECRETARIA	TITULAR	SUPLENTE
Assistência Social	Marcio Almeida Rodrigues	Carmen Cristinne Alves Valuz
Saúde	Claudio Adriano do Amarante	Carmem Lucia da Cruz
Educação	Daniella Aparecida Santos Ferreira	Kátia Maria dos Anjos Batista Oliveira
Administrativo	Francisco Guedes Neto	Leonardo Ferreira
Turismo, Cultura e Meio Ambiente	Flavio Ferreira Guimarães	Aynnd Luara Gomes Ventura

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam – se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal em 03 de setembro de 2021.

Váldecio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diario Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/ Administração

SETOR PESSOAL
DECRETO Nº 076/2021 DE 03 DE SETEMBRO DE 2021

DECRETO Nº 076/2021 DE 03 DE SETEMBRO DE 2021

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS PELO PERÍODO DE SECA, CODIFICADO PELO COBRADE – 1.4.1.3.2– INCÊNDIO FLORESTAIS - INCÊNDIOS EM ÁREAS NÃO PROTEGIDAS, COM REFLEXOS NA QUALIDADE DO AR – COBRADE, E SEGUNDO AS ORIENTAÇÕES, CONFORME IN/MI N° 036/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOM AQUINO- MATO GROSSO, **VALDÉCIO LUIZ DA COSTA,**no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo inciso VI do artigo 8° da Lei Federal n° 12.608, de 10 de abril de 2020.

Considerando que nos últimos anos, o volume de precipitações caracterizados pelo baixo volume de chuvas, e agravando nos últimos três meses do corrente ano;

Considerando que a mais de 115 dias não é registrado chuvas de volume consideráveis, em nosso Município, efeito decorrente em toda região Centro Sul do Estado de Mato Grosso, constatado pelo programa governamental, Monitor de Secas, em especialmente em toda região do município de Dom Aquino - MT;

Considerando a contribuição da seca para o **surgimento deinúmeros focos de incêndios** por toda região de nosso Município, trazendo prejuízos incalculáveis para o meio ambiente, contribuindo para o agravamento de doenças respiratórias, bem como prejuízos econômicos público e privado;sendo que no dia 19.08.2021 há 29.08.2021 ocorreu o maior incêndio na região, atingindo fazendas, na área de 30.000 hectares aproximadamente atingida pelo fogo.

Considerando a dificuldade de combate a estes focos de incêndios, por variados motivos, ocasionando a necessidade de maior esforço em busca de êxito na extinção destes inúmeros focos de incêndio, na região de nosso Município, destacando a dificuldade imposta pela seca para o combate;

Considerando o agravamento dos cuidados da pandemia de corona vírus, decorrente do aumento de contaminação do ar por fumaça e fuligens resultante dos focos de incêndios.

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este, em virtude do desastre classificado e codificado pelo **COBRADE – 1.4.1.3.2– INCÊNDIO FLORESTAIS,** conforme **IN/MI n° 036/2016.**

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06. 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedadas as prorrogações dos contratos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 180 dias.

Art. 7º. Ficam os órgãos competentes, autorizados a transferir bens apreendidos em operações de combate e repreensão a crimes, para ações de Proteção e Defesa Civil, nos termos do Art. 17 da Lei Federal 12.608 de 10 de abril de 2012.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

SETOR PESSOAL
DECRETO N.º 075/2021 DE 02 DE SETEMBRO DE 2021.

DECRETO N.º 075/2021 DE 02 DE SETEMBRO DE 2021.

"**DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PLANO DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA A SER DESENVOLVIDO NA REDE PÚBLICA MU-**

NICIPAL COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a responsabilidade do Município em resguardar a saúde de toda a população que acessa os inúmeros serviços e eventos disponibilizados no Município;

CONSIDERANDO o compromisso do Município em evitar e não contribuir com qualquer forma para propagação da infecção e transmissão local da doença;

CONSIDERANDO as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), definidas pelo Decreto Estadual nº 847 de 25 de março de 2021 e suas alterações;

CONSIDERANDO as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), definidas pelo Decreto Municipal nº 040 de 26 de março de 2021 e suas alterações;

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar orientação pedagógica para as atividades escolares desenvolvidas durante o período de ensino híbrido e aulas não presenciais.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - A retomada das aulas e atividades presenciais hibridas no âmbito da Rede Municipal de Ensino, Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como no âmbito das atividades desenvolvidas na Secretaria de Educação, Esportes e Lazer será de forma gradual com planejamento específico, a partir de 08 de setembro de 2021, respeitando os parâmetros estabelecidos:

I – Observância de distância mínima de 1,5 (um metro e meio) entre pessoas, em todos os ambientes escolares, inclusive naqueles de acesso comum, para desenvolvimento de quaisquer atividades;

II – Organização das salas de aulas, com base no distanciamento recomendado; adotando a forma de Ensino Híbrido (presencial e não presencial), respeitando o limite da capacidade física;

III – Planejamento das atividades em conformidade com a demanda de atendimento de cada Unidade, admitindo-se o escalonamento de horários de entrada, saída e intervalos;

IV – Monitoramento de risco de propagação da COVID-19, observadas as orientações do Ministério da Saúde, bem como as diretrizes da Secretaria do Estado e do Município de Saúde e Vigilância Sanitária do Município.

ARTIGO 2º - A retomada das aulas e atividades presenciais hibridas no âmbito da Rede Municipal de Ensino da Creche (Maternal I e II), será a partir de 08 de setembro de 2021, somente no período matutino, ou seja, das 07hs00min às 11hs00min.

ARTIGO 3º - As Unidades Escolares, departamentos e coordenadorias vinculados à Secretaria de Educação, Esporte e Lazer deverão zelar pelo cumprimento dos protocolos de saúde, visando a prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19.

ARTIGO 4º - Fica mantido o Calendário Escolar homologado para o ano letivo de 2021, com suas respectivas alterações efetuadas para o cumprimento do segundo semestre.

ARTIGO 5º - A Secretaria de Educação, Esporte e Lazer poderá expedir instruções complementares para o cumprimento do disposto neste Decreto.

ARTIGO 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Secretário de Administração

SETOR PESSOAL
DECRETO N.º 074/2021 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

DECRETO N.º 074/2021 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021.

EXONERA DO CARGO DE GERENTE DISTRITAL O SENHOR YGOR SOUZA GOMES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

D E C R E T A:

artigo 1º - Fica exonerado do cargo de **Gerente Distrital** o Senhor **YGOR SOUZA GOMES.**

artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de setembro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº. 1.698/2021 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial no disposto do inciso IV, do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal, **faz saber,** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Em cumprimento ao disposto artigo 167 da Constituição Federal e, nos termos dos artigos 40, 41 e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir mediante decreto regulamentar no corrente exercício o Crédito Adicional Especial, na dotação do Orçamento Municipal vigente até o limite de **R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais),** destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

05.000.00.000.0000.0.000.			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.			Saúde	
05.002.10.122.0000.0.000.			Administração Geral	
05.002.10.122.0151.0.000.			COVID- ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA	
05.002.10.122.0151.2.167.			Ações Emergências de Combate ao Novo Coronavírus - COVID 19	
647	-	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	220.000,00

Artigo 2º - Nos termos do inciso III, do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o can-

celamento parcial ou total das dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo:

05.000.00.000. 0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.00.000. 0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
05.002.10.000. 0000.0.000.		Saúde		
05.002.10.122. 0000.0.000.		Administração Geral		
05.002.10.122. 0075.0.000.		ATENCAO BASICA		
05.002.10.122. 0075.2.167.		Ações Emergências de Combate ao Novo Coronavírus - COVID 19		
610	- 3.3.90.30.00. 00	MATERIAL DE CONSUMO	95. 000,00	
611	- 3.3.90.32.00. 00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB. GRATUITA	80. 000,00	
614	- 4.4.90.52.00. 00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	45. 000,00	

Artigo 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei nº 1.538/2018, de 17/01/2018, Plano Plurianual - PPA-2018-2021, e na Lei nº 1.667/2020 de 18/12/2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2021, bem como apresentá-los em audiência pública nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de setembro de 2021.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 277/2021 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 277/2021 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 01 (UM) MES DE LICENÇA PREMIO A MARIA DE FATIMA FONTANELI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, no período aquisitivo de **03/10/2014 a 03/10/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 01 (um) mes de Licença Premio a **MARIA DE FATIMA FONTANELI**.

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **10/09/2021 a 09/10/2021.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 09 de setembro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 278/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 278/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 02 (DOIS) MESES DE LICENÇA PREMIO A MARIA AUXILIADORA DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou n Departamento de Água e Esgoto, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **06/10/2014 a 06/10/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 02 (dois) meses de Licença Premio a **MARIA AUXILIADORA DE SOUZA**.

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **13/09/2021 a 11/11/2021.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de setembro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 279/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 279/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A MARIA AURENIR DOS SANTOS FARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período aquisitivo de **01/03/2019 a 01/03/2020.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **MARIA AURENIR DOS SANTOS FARIAS**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **13/09/2021 a 12/10/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de setembro de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 018-2021

Pregão nº 013/2020 - Ata de Registro de Preços: N° 018/2020

CONTRATADA:AEROTRI AEROFOTOGRAMETRIA E CARTOGRAFIA LTDA, CNPJ: 08.748.599/0001-58

OBJETO: O Objeto do presente contrato é a contratação de empresa de engenharia cartográfica especializada na prestação de serviço de elaboração e disponibilização do mapeamento digital georreferencia através de aerofotogrametria, imagens de satélite e perfilhamento a laser para o município de Dom Aquino - MT, sendo a área levantada de aproximadamente 19 km², conforme previsto no Termo de Referência e nas quantidades**.**

VALOR:R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)

VIGÊNCIA:12 meses a contar da data de assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 31/08/2021

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019-2021

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019-2021

CONTRATADA: G. LANZARINI, CNPJ: 17.554.481/0001-80

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a adesão a Ata de Registro de Preços 011/2021, resultante do Pregão Presencial nº 024/2021, realizado pela Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para Prestações de Serviços Técnicos de acompanhamento e gerenciamento para formação do valor adicionado e composição do Índice de Participação do Município na distribuição da Cota-Parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Estado de Mato Grosso; acompanhamento e gerenciamento das declarações, dados do Imposto Territorial Rural (ITR), notificações, pagamento, recursos administrativos sobre o ITR junto à Receita Federal do Brasil, para a arrecadação e recuperação do imposto (ITR).

VALOR: R$ 40.200,00 (Quarenta mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA:12 meses a contar da data de assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 02/09/2021

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº. 1.699/2021 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial no disposto do inciso IV, do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal, **faz saber,** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Em cumprimento ao disposto artigo 167 da Constituição Federal e, nos termos dos artigos 40, 41 e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, ficao Executivo Municipal autorizado a abrir mediante decreto regulamentar no corrente exercício o Crédito Adicional Especial, na dotação do Orçamento Municipal vigente até o limite de **R$ 424.859,45 (quatrocentos e vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos),** destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICA E URBANISMO		
10.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA SEC. MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICA E URBANISMO		
10.001.15.000.0000.0.000.		Urbanismo		
10.001.15.451.0000.0.000.		Infraestrutura Urbana		
10.001.15.451.0064.0.000.		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA		
10.001.15.451.0064.2.068.		Pavimentação asfáltica de ruas e avenidas		
594	-	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	424.859,45

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso os Provenientes de excesso de arrecadação da fonte 01.00.082000 - Transferências da União - Lei Complementar 176/2020, dentre outras as disposta no artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na **Lei nº 1.538/2018, de 17/01/2018, Plano Plurianual - PPA-2018-2021,** e na Lei nº 1.667/2020 de 18/12/2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2021, bem como apresentá-los em audiência pública nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000.

Artigo 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de setembro de 2021.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI N.º 1.695/2021 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE CARGO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar em caráter temporário para prestar serviço neste município o cargo temporário abaixo para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, de servidores para a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, na forma e com a remuneração do quadro abaixo:

ORDEM	CARGOS/FUNÇÕES	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO
01	TÉCNICO OPERACIONAL	05	R$ 1.100,00

ARTIGO 2º- A vigência dos contratos autorizados pelo artigo 1º da presente Lei será até o encerramento do ano letivo de 2021.

ARTIGO 3º- Os contratos autorizados pela presente Lei serão regidos pelo direito administrativo, aplicando-se a eles, para todos os fins e efeitos, o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, com absoluta exclusão das normas da CLT.

ARTIGO 4º- As despesas decorrentes desta Lei serão cobertas com recursos orçamentários constante do orçamento para o exercício de 2021, suplementados se necessário.

ARTIGO 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário;

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de setembro de 2021.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº. 1.696/2021 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial no disposto do inciso IV, do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal, **faz saber,** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Em cumprimento ao disposto artigo 167 da Constituição Federal e, nos termos dos artigos 40, 41 e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, ficao Executivo Municipal autorizado a abrir mediante decreto regulamentar no corrente exercício o Crédito ESPECIAL, na dotação do Orçamento Municipal vigente até o limite de **R$ 1.763.950,88 (um milhão setecentos e sessenta e três mil novecentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos),** destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER			
06.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
06.001.12.000.0000.0.000.	Educação			
06.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral			
06.001.12.122.0003.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
06.001.12.122.0003.1.008.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes			
639	-	4.4.90.52.00.00	63	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	180.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
07.001.00.000.0000.0.000.	GAB. DA SECR. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO			
07.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social			
07.001.08.241.0000.0.000.	Assistência ao Idoso			
07.001.08.241.0092.0.000.	ASSISTÊNCIA AO IDOSO			
07.001.08.241.0092.1.015.	Reforma e Ampliação do Centro da Melhor Idade			
646	-	4.4.90.51.00.00	67	OBRAS E INSTALAÇÕES	536.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA			
09.002.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DE INDÚSTRIA E COMERCIO			
09.002.20.000.0000.0.000.	Agricultura			
09.002.20.608.0000.0.000.	Promoção da Produção Agropecuária			
09.002.20.608.0143.0.000.	APOIO AO PRODUTOR			
09.002.20.608.0143.1.029.	Aquisição de veículo para Secretaria de Agricultura			
636	-	4.4.90.52.00.00	67	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	150.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA			
09.003.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DE AGRICULTURA FAMILIAR			
09.003.20.000.0000.0.000.	Agricultura			
09.003.20.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário			
09.003.20.782.0101.0.000.	TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
09.003.20.782.0101.1.132.	Aquisição de Pa Carregadeira			
638	-	4.4.90.52.00.00	66	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	250.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN. DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO			
10.002.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA URBANISMO			
10.002.15.000.0000.0.000.	Urbanismo			
10.002.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana			
10.002.15.451.0060.0.000.	URBANISMO			
10.002.15.451.0060.1.006.	Revitalização de Praças Publicas Municipais			
630	-	4.4.90.51.00.00	67	OBRAS E INSTALAÇÕES	647.950,88
Total Suplementação:					**1.763.950,88**

Artigo 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Especial aberto no artigo anterior virão por ocasião da entrada das fontes de recursos das propostas nº 0638/2021 e Convênio 0109/2019, nº 0362/2021, nº 0418/2021, nº 0557/2021 e nº 0770//2021 bem como do Convenio 902268/2020, dentre outras as disposta no artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na **Lei nº 1.538/2018, de 17/01/2018, Plano Plurianual - PPA-2018-2021,** e na Lei nº 1.667/2020 de 18/12/2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2021, bem como apresentá-los em audiência pública nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de setembro de 2021.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº. 1.697/2021 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial no disposto do inciso IV, do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal, **faz saber,** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Em cumprimento ao disposto artigo 167 da Constituição Federal e, nos termos dos artigos 40, 41 e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir mediante decreto regulamentar no corrente exercício o Crédito Especial, na dotação do Orçamento Municipal vigente até o limite de **R$ 291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais),** destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO				
04.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA DE FINANCAS E PLANEJAMENTO				
04.001.28.000.0000.0.000.	Encargos Especiais				
04.001.28.846.0000.0.000.	Outros Encargos Especiais				
04.001.28.846.0007.0.000.	FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO				
04.001.28.846.0007.2.018.	Contribuição para formação do PASEP				
644 - 3.3.90.47.00.00	27	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	261,23		
643 - 3.3.90.47.00.00	103	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.160,55		
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
06.001.12.000.0000.0.000.	Educação				
06.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral				
06.001.12.122.0003.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
06.001.12.122.0003.1.008.	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes				
640 - 4.4.90.52.00.00	42	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27.016,95		
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.002.00.000.0000.0.000.	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL. DA EDUC. BÁSICA				
06.002.12.000.0000.0.000.	Educação				
06.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental				
06.002.12.361.0144.0.000.	EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA				
06.002.12.361.0144.2.089.	Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica - 60%				
556 - 3.1.90.13.00.00	28	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.900,00		
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.003.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DE ESPORTES				
06.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer				
06.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário				
06.003.27.812.0125.0.000.	APOIO AO DESPORTO				
06.003.27.812.0125.1.127.	Construção de Academia ao Ar Livre				
642 - 4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.591,26		
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
07.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRET. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO				
07.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social				
07.001.08.241.0000.0.000.	Assistência ao Idoso				
07.001.08.241.0092.0.000.	ASSISTÊNCIA AO IDOSO				
07.001.08.241.0092.1.015.	Reforma e Ampliação do Centro da Melhor Idade				
645 - 4.4.90.51.00.00	41	OBRAS E INSTALAÇÕES	11.839,45		
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA				
09.002.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DE INDÚSTRIA E COMERCIO				
09.002.20.000.0000.0.000.	Agricultura				
09.002.20.608.0000.0.000.	Promoção da Produção Agropecuária				
09.002.20.608.0143.0.000.	APOIO AO PRODUTOR				
09.002.20.608.0143.1.029.	Aquisição de veículo para Secretaria de Agricultura				
637 - 4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	71.244,00		
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA				
09.003.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DE AGRICULTURA FAMILIAR				
09.003.20.000.0000.0.000.	Agricultura				
09.003.20.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário				
09.003.20.782.0101.0.000.	TRANSPORTE RODOVIÁRIO				
09.003.20.782.0101.1.132.	Aquisição de Maquinários				
635 - 4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	116.628,00		
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO				
10.002.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA URBANISMO				
10.002.15.000.0000.0.000.	Urbanismo				
10.002.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana				
10.002.15.451.0060.0.000.	URBANISMO				
10.002.15.451.0060.1.006.	Revitalização de Praças Publicas Municipais				
631 - 4.4.90.51.00.00	41	OBRAS E INSTALAÇÕES	41.358,56		
Total Suplementação:			**291.000,00**		

Artigo 2º - Nos termos do inciso III, do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o cancelamento parcial dou total das dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo:

Redução	
02.000.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PREFEITO
02.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.000.0000.0.000.	Administração

02.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral				
02.001.04.122.0003.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
02.001.04.122.0003.2.002.	Manutenção e encargos com o Gabinete do Prefeito				
3	-	3.3.90.14.00.00	41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
5	-	3.3.90.35.00.00	41	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	22.650,00
02.000.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PREFEITO				
02.004.00.000.0000.0.000.	ASSESSORIA JURIDICA				
02.004.04.000.0000.0.000.	Administração				
02.004.04.122.0000.0.000.	Administração Geral				
02.004.04.122.0003.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
02.004.04.122.0003.2.005.	Manutenção e encargos com a Assessoria Jurídica				
31	-	3.1.90.11.00.00	41	VENC. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
32	-	3.1.90.13.00.00	41	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO				
04.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA DE FINANCAS E PLANEJAMENTO				
04.001.28.000.0000.0.000.	Encargos Especiais				
04.001.28.846.0000.0.000.	Outros Encargos Especiais				
04.001.28.846.0007.0.000.	FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO				
04.001.28.846.0007.2.018.	Contribuição para formação do PASEP				
76	-	3.3.90.47.00.00	41	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.421,78
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
05.002.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
05.002.10.000.0000.0.000.	Saúde				
05.002.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica				
05.002.10.301.0075.0.000.	ATENCAO BASICA				
05.002.10.301.0075.2.050.	Manutenção do Programa Saúde Bucal				
127	-	3.1.90.11.00.00	83	VENC E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	35.636,35
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
05.002.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
05.002.10.000.0000.0.000.	Saúde				
05.002.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica				
05.002.10.301.0075.0.000.	ATENCAO BASICA				
05.002.10.301.0075.2.063.	Manutenção de Despesas com Pessoal e Encargos/Fundo Municipal de Saúde				
138	-	3.1.90.13.00.00	41	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	27.500,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
06.001.12.000.0000.0.000.	Educação				
06.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral				
06.001.12.122.0003.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
06.001.12.122.0003.2.041.	Outras despesas com a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.				
185	-	3.3.90.14.00.00	42	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.500,00
194	-	4.4.90.52.00.00	42	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.910,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
06.001.12.000.0000.0.000.	Educação				
06.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental				
06.001.12.361.0035.0.000.	TRANSPORTE ESCOLAR				
06.001.12.361.0035.2.102.	Aquisição de combustíveis e lubrificantes/Sec Educação				
214	-	3.3.90.30.00.00	42	MATERIAL DE CONSUMO	18.590,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.002.00.000.0000.0.000.	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL. DA EDUC. BÁSICA				
06.002.12.000.0000.0.000.	Educação				
06.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental				
06.002.12.361.0144.0.000.	EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA				
06.002.12.361.0144.2.089.	Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica - 60%				
270	-	3.1.90.11.00.00	28	VENC E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.900,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.002.00.000.0000.0.000.	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL. DA EDUC. BÁSICA				
06.002.12.000.0000.0.000.	Educação				
06.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental				
06.002.12.361.0144.0.000.	EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA				
06.002.12.361.0144.2.090.	Manutenção e Encargos do FUNDEB - 40% - Ensino Fundamental				
275	-	3.1.90.11.00.00	29	VENC E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.290,92
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.002.00.000.0000.0.000.	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL. DA EDUC. BÁSICA				
06.002.12.000.0000.0.000.	Educação				
06.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil				
06.002.12.365.0144.0.000.	EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA				
06.002.12.365.0144.2.139.	Manutenção e Encargos do FUNDEB - 40% - Ensino Infantil				
298	-	3.1.90.13.00.00	41	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.091,14
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER				
06.003.00.000.0000.0.000.	DIRETORIA DE ESPORTES				
06.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer				
06.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral				
06.003.27.122.0003.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
06.003.27.122.0003.2.021.	Manutenção e encargos com Diretoria Esporte e Lazer				

306	-	3.1.90.11.00.00	41	VENC E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.828,94
06.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER	
06.003.00.000.0000.0.000.				DIRETORIA DE ESPORTES	
06.003.27.000.0000.0.000.				Desporto e Lazer	
06.003.27.122.0000.0.000.				Administração Geral	
06.003.27.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
06.003.27.122.0003.2.021.				Manutenção e encargos com Diretoria Esporte e Lazer	
307	-	3.1.90.13.00.00	41	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.500,00
06.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER	
06.003.00.000.0000.0.000.				DIRETORIA DE ESPORTES	
06.003.27.000.0000.0.000.				Desporto e Lazer	
06.003.27.122.0000.0.000.				Administração Geral	
06.003.27.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
06.003.27.122.0003.2.021.				Manutenção e encargos com Diretoria Esporte e Lazer	
313	-	4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	
07.001.08.000.0000.0.000.				Assistência Social	
07.001.08.122.0000.0.000.				Administração Geral	
07.001.08.122.0096.0.000.				ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.122.0096.2.053.				Manutenção do Conselho Tutelar	
338	-	3.1.90.13.00.00	41	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.500,00
09.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA	
09.001.00.000.0000.0.000.				GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTUTA	
09.001.20.000.0000.0.000.				Agricultura	
09.001.20.122.0000.0.000.				Administração Geral	
09.001.20.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
09.001.20.122.0003.2.067.				Outras despesas com a Secretaria de Agricultura.	
455	-	4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.00.000.0000.0.000.				GAB. DA SECR. MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.04.000.0000.0.000.				Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
10.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
10.001.04.122.0003.2.070.				Reforma e manutenção de máquinas e equipamentos	
472	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.358,56
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.00.000.0000.0.000.				GAB. DA SECR. MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.04.000.0000.0.000.				Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
10.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
10.001.04.122.0003.2.108.				Manutenção e Encargos com a Secretaria de Obras	
475	-	3.3.90.14.00.00	41	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.900,00
480	-	4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.357,00
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.00.000.0000.0.000.				GAB. DA SECR. MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.04.000.0000.0.000.				Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.				Administração Geral	
10.001.04.122.0003.0.000.				ADMINISTRAÇÃO GERAL	
10.001.04.122.0003.2.152.				Aquisição de bens móveis	
484	-	4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.100,00
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.00.000.0000.0.000.				GAB. DA SECR. MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.001.26.000.0000.0.000.				Transporte	
10.001.26.782.0000.0.000.				Transporte Rodoviário	
10.001.26.782.0102.0.000.				ESTRADAS VICINAIS	
10.001.26.782.0102.2.071.				Recuperação e abertura de estradas vicinais	
503	-	4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.002.00.000.0000.0.000.				DIRETORIA URBANISMO	
10.002.15.000.0000.0.000.				Urbanismo	
10.002.15.451.0000.0.000.				Infra-Estrutura Urbana	
10.002.15.451.0060.0.000.				URBANISMO	
10.002.15.451.0060.2.105.				Urbanização, limpeza e manut. de ruas, avenidas e praças e outros logr. públicos	
519	-	4.4.90.51.00.00	41	OBRAS E INSTALAÇÕES	11.839,45
10.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E URBANISMO	
10.002.00.000.0000.0.000.				DIRETORIA URBANISMO	
10.002.15.000.0000.0.000.				Urbanismo	
10.002.15.451.0000.0.000.				Infra-Estrutura Urbana	
10.002.15.451.0060.0.000.				URBANISMO	
10.002.15.451.0060.2.160.				Calçadas, Arborização e Coletores de Lixo	
521	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	1.415,41
523	-	3.3.90.36.00.00	41	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.				DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	
11.001.00.000.0000.0.000.				DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	
11.001.04.000.0000.0.000.				Administração	

11.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral				
11.001.04.122.0003.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
11.001.04.122.0003.2.028.	Aquisição de combustíveis e lubrificantes				
531	-	3.3.90.30.00.00	41	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO				
11.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO				
11.001.04.000.0000.0.000.	Administração				
11.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral				
11.001.04.122.0003.0.000.	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
11.001.04.122.0003.2.066.	Outras despesas com o Departamento de Água e Esgoto				
536	-	4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO				
11.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO				
11.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento				
11.001.17.512.0000.0.000.	Saneamento Básico Urbano				
11.001.17.512.0080.0.000.	SANEAMENTO BÁSICO				
11.001.17.512.0080.2.029.	Manutenção Restauração e Ampliação da Rede de Abastec. de Água e Esgoto				
544	-	4.4.90.52.00.00	41	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.710,45
Total Redução:					**291.000,00**

Artigo 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei nº 1.538/2018, de 17/01/2018, Plano Plurianual - PPA-2018-2021, e na Lei nº 1.667/2020 de 18/12/2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2021, bem como apresentá-los em audiência pública nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de setembro de 2021.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO: Nº 023/2021 Nº. 1º. TERMO ADITIVO

CONTRATADO: ZOTESSO & ZOTESSO LTDA.

DATA ASSINATURA: 09 DE SETEMBRO DE 2021

VIGENCIA: 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, ALTERANDO A CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO Nº 023/2021.

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 055/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 055/2021

DATA ASSINATURA: 09 DE SETEMBRO DE 2021.

CREDOR: GUIMARAES AGRICOLA LTDA

VIGÊNCIA: 09 DE SETEMBRO DE 2022.

VALOR: R$ 48.796,92 (QUARENTA E OITO MIL E SETECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS COM NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE Nº 013/2021

OBJETO: A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO PREVENTIVA COM TROCA DE PEÇAS, DE 100, 500, 1.000, 1.500, 2.000, 2.500, 3.000, 3.500 e 4.000 HORAS DA MÁQUINA RETROESCAVADEIRA JCB 3CX, Chassis:S0R3CXTTPM3037631, CONFORME ORÇAMENTOS JCB, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DE FELIZ NATAL – MT.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 405/2021

DATA: 08 DE SETEMBRO DE 2021

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido da servidora, a Sr.ª **ANA HELENA DE BRITO MORAES**, de seu cargo efetivo de **FONOAUDIÓLOGO**, matrícula n° **2214**, lotada junto a Secretaria Municipal Saúde, do município de Feliz Natal, Mato Grosso.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO OITAVO DIA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 049/2021

CONCURSO PÚBLICO 001/2018

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, convoca os candidatos relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público, objeto do Edital do Concurso Público n° 001/2018 para se apresentar junto a Prefeitura Municipal, Avenida Maravilha, Praça da Bíblia, Centro, em horário comercial das 7 h às 13 h, **A PARTIR DE 13 DE SETEMBRO DE 2021 ATÉ A DATA MÁXIMA DE 13 DE OUTUBRO DE 2021**, munido dos documentos necessários, constantes no item n° 12 do Edital Completo n° 001/2018, para eventual contratação.

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO			
NOME	INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
JAMILLY LEAO ZAIATZ	1304359	61	1° CLASSIFICADA

FELIZ NATAL – MT, 13 DE SETEMBRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 406/2021

DATA: 09 DE SETEMBRO DE 2021

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido da servidora, a Sr.ª **MONICA JULIANA VIEIRA**, de seu cargo efetivo de **TECNICO DO DESENV. INFANTIL TDI**, matrícula n° **1685**, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do município de Feliz Natal, Mato Grosso.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO NONO DIA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 090/2021.

DATA: 25 DE AGOSTO DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R$ 350.000,00(TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO ALVES DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais tendo em vista o contido na lei municipal 0758/2021 e em consonância com a lei federal 4.320/64:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Especial no valor de R$ 350.000,00(trezentos e cinquenta mil reais), nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal nº 4.320/64 e Art. 1º da Lei Municipal nº 758/2021 para atender as seguintes dotações orçamentárias:

07.000.0.3.15.451.0013.1.049.4.4.90.51.00.00 0100082000 R$ 350.000,00

Total da Suplementação: R$ 350.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior será utilizado recurso proveniente do excesso de arrecadação no montante de R$ 350.000,00(trezentos e cinquenta mil reais), proporcionado por receitas oriundas de recursos recebidos nas fontes de recurso 0100082000 livre aplicação, das receitas:

Cód. Receita	Descrição	Orçado	Arrecadado	Excesso Apurado	Excesso Utilizado até este Decreto
1.7.18.99.15.00	ADO PLP 133/2020 LC 176/2020 COMPENSAÇÃO DA UNIÃO	0,00	512.234,94	512.234,94	350.000,00

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 25º DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº003/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, convoca os candidatos relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021 para se apresentar junto a Prefeitura Municipal, Avenida Maravilha, Praça da Bíblia no Centro, em horário comercial das **07:00 as 13:00 horas, a partir de 13 de Setembro de 2021 até a data máxima de 12 de Outubro de 2021,** munidos dos documentos necessários, constantes no artigo V item 1 do Edital de abertura nº 001/2021 e relação de documentos para eventual contratação.

1.1 Os candidatos convocados deverão comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos nos prazos estabelecidos neste Edital de Convocação, para manifestarem sobre a aceitação do cargo e deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade Civil – RG;

b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Carteira de Habilitação (no caso de exigência do cargo);

d) Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral**;**

e) Certificado do Serviço Militar (para o sexo masculino);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento (CPF do cônjuge);

g) Certidão de Nascimento dos filhos ou dependentes até 14 anos;

h) Cartão do PIS/PASEP;

i)Comprovante de escolaridade: apresentar Diploma, Certificado ou Atestado (conforme a exigência do cargo);

j)Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;

k) Atestado Médico de Sanidade Física e Mental;

l) Comprovante de conta salário junto à Caixa Econômica Federal;

m) Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone);

n) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa

à existência ou ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

o) Declaração de Bens atualizada;

p) Declaração Negativa sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública;

q) Cópia da Carteira de Trabalho;

r) Foto 3X4;

s) Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município ou (positiva com efeito negativa);

t) Comprovante de qualificação cadastral expedida pelo sistema e-social.

PROEFESSOR CLASSE B LICENCIATURA PLENA 20H-URBANA			
Insc. Nº	**Nome Candidato**	**Pontuação**	**Resultado**
57	RUTH CRISTINA TRINDADE DE SOUSA	65	Classificado (CR)
42	KEYLLE F DE SOUZA	60	Classificado (CR)

Feliz Natal – MT 10 de Setembro de 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PORTARIA N.º 086 DE 27 DE AGOSTO DE 2021.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR** os senhores: **Sidinei da Silva -** Presidente, **Patrícia Aparecida Mateus Gutierres Fazolo** – Secretário**, Diego Emílio Da Silva**– Membro, **Vanderlei Sabatino Bejas** – Suplente, para comporem a Comissão de Licitação do Município.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 061 de 10 de maio de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 27 DE AGOSTO DE 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA Nº 101 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D`OESTE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Excelentíssima Senhora Gheysa Maria Bonfim Borgato, Prefeita Municipal de Glória D`Oeste Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - NOMEAR, para compor o Conselho Municipal do Idoso do Município de Glória D`Oeste os seguintes membros:

REPRESENTANTE DOS IDOSOS

Titular: Antônio Fernandes Martins

CPF: 111.893.041-04

RG: 155722 SSP/MT

Endereço: Avenida dos Imigrantes – Glória D`Oeste – MT.

Suplente: Antônio Zanette Garcia

CPF: 177. 907.781-53

RG: 2688936-6 SSP/

Endereço: Avenida dos Imigrantes – Glória D`Oeste – MT.

REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO

Titular: Nilton dos Santos

CPF: 009.930.228-47

RG: 932921-2 SSP/MT

Endereço: Rua Eloy Custódio da Silva Nº 2277

Bairro Arlindo Mateus Glória D`Oeste – MT.

Suplente: Jair Rodrigues da Silva

CPF: 523.391.141-87

RG: 0821194 SSP/MT

Endereço: Rua Antônio Assoni, S/N Glória D`Oeste – MT.

REPRESENTANTE DA IGREJA CATÓLICA

Titular: Silvia Martins de Almeida

CPF: 966.748.901-97

RG: 1095105-9 SSP/MT

Endereço: Rua Luiz Emanuel da Silva Nº 1939

Bairro Arlindo Mateus Glória D`Oeste - MT

Suplente: Silvana Perez Martins

CPF: 014.112.261-78

RG: 1412588-9 SSP/MT

Endereço: Rua Juliano Mateus Nº 2027

Bairro Centro Glória D`Oeste – MT

REPRESENTANTE DA ASSEMBLÉIA DE DEUS

Titular: Adriano José dos Santos

CPF: 882.510.631-91

RG: 945934 SSP/MT

Endereço: Rua Professora Maria das Flores Nº 2155

Bairro Centro Glória D`Oeste – MT

Suplente: Tiago Tavares Câmara

CPF: 531.357.611-49

RG: 809772 SSP/MT

Endereço: Avenida dos Imigrantes S/N

Bairro Centro Glória D`Oeste – MT

REPRESENTANTE DA IGREJA CONGREGAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL

Titular: Jesus Aparecido Alves Siqueira

CPF: 040.107.138-36

RG: 2793079-3 SSP/MT

Endereço: Rua Maria Augusta de Carvalho S/N

Bairro Centro Glória D`Oeste – MT.

Suplente: Sebastião Pires

CPF: 333.718.051-04

RG: 04277758-9 SSP/MT

Endereço: Rua Juliano Mateus S/N

Bairro Centro Glória D`Oeste – MT

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Nilza Maria Moura Sanches

CPF: 522.392.251-49

RG: 0803067-7 SSP/MT

Endereço: Avenida dos Imigrantes Nº 2588

Bairro José Bejo Glória D`Oeste – MT.

Suplente: Kedman de Carvalho

CPF: 360.624.418-55

RG: 38528643-0 SSP/MT

Endereço: Rua 24 de Junho S/N

Bairro Adevidon Vieira dos Santos Glória D`Oeste – MT

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Joelma Souza Cintra Carvalho

CPF: 697.731.811-20

RG: 1025951-1 SSP/MT

Endereço: Rua 24 de junho S/N

Bairro Centro Glória D`Oeste – MT

Suplente: Rosemeire Ferreira Cordeiro

RG: 114986-7 SSP/MT

Endereço: Rua João Garnica S/N

Bairro Centro Glória D`Oeste – MT

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNIPAL DE SAÚDE

Titular: Marilene Aparecida da Costa

CPF: 015.999.461-65

RG: 1580060-1 SSP/MT

Endereço: Rua Professora Maria Flores S/N

Bairro Centro Glória D`Oeste – MT

Suplente: Lucimeire de Oliveira Giandotti

CPF: 004.814.211-57

RG: 1487484-9 SSP/MT

Endereço: Rua Luiz de Moura S/N

Bairro Centro Glória D`Oeste – MT

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Ulisse Aparecido Palermo dos Santos

CPF: 012.637.561-58

RG: 15986772 SSP/MT

Endereço: Rua Professora Maria Flores SN

Bairro Centro Glória D`Oeste – MT

Suplente: Zélia Francisco Bonfim

CPF: 168.564.058-39

RG: 275491250 SSP/SP

Endereço: Sítio Floresta Comunidade do Travessão

Glória D`Oeste – MT

Artigo 2º - Ficam eleitos para compor a Diretoria do Conselho Municipal do Idoso – CMDI os seguintes membros;

Presidente: Sr. Antônio Fernandes Martins

Vice-presidente: Sr. Antônio Zanette Garcia

1ª Secretária: Silvia Martins de Almeida

2º Secretário: Sr. Ulisse Aparecido Palermo dos Santos

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 097 de 21 de setembro de 2020.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Gabinete da Prefeita Municipal de Glória D`Oeste, Estado de Mato Grosso em 01 de setembro de 2021

GHEYSA MARIA BONFIM BRRGATO

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP 032/2021

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP por ITEM nº 032/2021, cujo Objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERAÇÃO DE AMBIENTE, em atendimento a secretarias municipais de Indiavaí. Dia: 27/09/2021. Entrega dos Envelopes: Até as 13:30 horas (Horário de Mato Grosso), do dia 27/09/2021. Edital Completo: Afixado no endereço Rua NS do Carmo, s/n, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, no site www.indiavai.mt.gov.br e no e-mail pmindiavailicitacao@gmail.com, (quando o edital for baixado pelo site as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (pmindiavailicitacao@gmail.com); Abertura do envelope Nº 01: Às 14:00 horas, do dia 27 setembro de 2021, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 10 de setembro de 2021.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE PUBLICAÇÃO - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2021

Em conformidade com o disposto no art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, justifica-se e ratifica-se a Dispensa de Licitação para a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE GERENCIADOR DE PONTO ELETRÔNICO EM PLATAFORMA 100% WEB COM MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: MARIA CRISTINA MATTEI – EPP

CNPJ: 03.727.710/0001-06

Endereço: Av. Gabriel Muller, n° 358-N, Lote 03, Bairro Expansão Comercial AR-1, na cidade de Juína – MT – CEP: 78.320-000.

VALOR GLOBAL: R$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

HOMOLOGO,

Itanhangá – MT, 10 de setembro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 249/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 249/2021.

Data da vigência: 01/09/2021 a 01/09/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): SIBELE MARTINS MELO

Objeto: Contrato Administrativo nº 249/2021 firmado entre as partes de 01/09/2021 a 01/09/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 563/2021.

RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 563/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): ANDRESSA BISPO PAZ.

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 563/2021, a partir de 09/09/2021, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 378, DE 01 DE SETEMBRO DE 2021.

Exonera o Servidor que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - - Exonerar o Servidor abaixo relacionado, para o exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração**, a partir de dia 01/09/2021,** como segue:

1- **ELIANE NEUBERT**

CPF: 029.728.061-90

Encarregado de Manutenção das Unidades Educacionais

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogase as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 01 de setembro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010/2021

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO GERAL

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7,9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 002/20121visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a avaliação das provas objetivas e prova prática, aplicadas no dia 29 de agosto de 2021;

RESOLVE:

I – Divulgar a classificação geral dos candidatos regularmente inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021.

II – Informar aos candidatos interessados em interporem recursos relativos a classificação das provas objetivas que os mesmos poderão fazer nos dias 13 e 14 de setembro de 2021 das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min. Os recursos deverão ser protocolizados no endereço: Prefeitura Municipal de ITIQUIRA, Praça Frei Liberato Keterrer, 310 - Centro, ITIQUIRA/MT . SUB Prefeitura Municipal em Ouro Branco do Sul,Avenida Zenaide Avena de Oliveira, Bairro – Ouro Branco do Sul, ITIQUIRA/MT INFORMAÇÕES:(65) 3492 – 1312,.

Itiquira-MT, 10 de setembro de 2021.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2021

	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2021									
	CARGO 01	VAGAS	2							
Nº	NOME	MÉDICO PSF/HOSPITAL	LOCAL	P	CG	CE	TIT	MF	SIT	
1	BARBARA ALENCAR RAMALHO	MÉDICO	OURO BRANCO DO SUL	8,00	6,00	8,00		7,33	APR	
2	JOSÉ PEDRO MENDES ALVES	MÉDICO	OURO BRANCO DO SUL	8,00	6,00	6,00		6,67	APR	
	CARGO 02	VAGAS	1							
Nº	NOME	FONOAUDIÓLOGO	LOCAL	P	CG	CE	TIT	MF	SIT	
1	NÃO HOUVE INSCRITOS	FONOAUDIÓLOGO	OURO BRANCO DO SUL					0,00		
	CARGO 03	VAGAS	1							
Nº	NOME	ASSISTENTE SOCIAL	LOCAL	P	CG	CE	TIT	MF	SIT	
1	KELINEIA SILVA ALVES	ASSISTENTE SOCIAL	ITIQUIRA	6,00	5,00	7,00		6,00	APR	
2	DAVINA INÁCIO DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	ITIQUIRA	2,00	4,00	6,00		4,00	REP	
3	DENISE GARCIA GUEDES	ASSISTENTE SOCIAL	ITIQUIRA	2,00	5,00	5,00		4,00	REP	
4	NATALINA BERNARDES DA COSTA	ASSISTENTE SOCIAL	ITIQUIRA	3,00	3,00	6,00		4,00	REP	
	CARGO 03	VAGAS	1							
Nº	NOME	ASSISTENTE SOCIAL	LOCAL	P	CG	CE	TIT	MF	SIT	
1	SIMONI MAYER MILANI	ASSISTENTE SOCIAL	OURO BRANCO DO SUL	7,00	4,00	8,00		6,33	APR	
2	ROSANGELA APARECIDA VIERIRA CESCON	ASSISTENTE SOCIAL	OURO BRANCO DO SUL	6,00	6,00	6,00		6,00	CLAS	
3	ILMA BORGES DE CARVALHO ROCHA	ASSISTENTE SOCIAL	OURO BRANCO DO SUL	4,00	7,00	6,00		5,67	CLAS	
4	MARIA MARTA DE ALMEIDA	ASSISTENTE SOCIAL	OURO BRANCO DO SUL	6,00	3,00	8,00	0,25	5,92	REP	
5	LEIDIANE GOMES DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	OURO BRANCO DO SUL	1,00	6,00	4,00		3,67	REP	
6	AGENILDES SOUZA SENA	ASSISTENTE SOCIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
7	JAELITA SALES DE ARRUDA	ASSISTENTE SOCIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
	CARGO 04	VAGAS	1							
Nº	NOME	QUÍMICO	LOCAL	P	CG	CE	TIT	MF	SIT	
1	DOUGLAS ALMEIDA PEREIRA	QUÍMICO	ITIQUIRA	6,00	7,00	6,00		6,33	APR	
2	ANTONIO MARTINS NETO	QUÍMICO	ITIQUIRA	4,00	7,00	7,00	0,25	6,25	CLAS	
	CARGO 05	VAGAS	1							
Nº	NOME	CUIDADOR SOCIAL	LOCAL	P	CG	CE		MF	SIT	
1	ANA MARIA GARCIA CAMPOS FERREIRA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	6,00	9,00	9,00		8,00	APR	
2	ADRIELI ALMEIDA DOS SANTOS	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	7,00	7,00	8,00		7,33	CLAS	
3	EDUARDA ALMEIDA MARI	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	7,00	6,00	7,00		6,67	CLAS	
4	ANDRESSA MEIRA DOS SANTOS	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	6,00	6,00	7,00		6,33	CLAS	
5	CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	4,00	8,00	6,00		6,00	CLAS	
6	LETICIA ALMEIDA CARVALHO	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	5,00	6,00	6,00		5,67	CLAS	
7	ELISEU JAKSON DO AMARAL CARDOSO	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	6,00	6,00	4,00		5,33	CLAS	
8	MIRIAM CORVALAN DE MIRANDA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	5,00	5,00	5,00		5,00	CLAS	
9	CAMILA DE OLIVEIRA CAMPOS	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	5,00	6,00	4,00		5,00	CLAS	
10	LÚCIA PEREIRA VALÉRIO	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	6,00	4,00	4,00		4,67	CLAS	
11	DENIS MARCOS DE ALMEIDA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	4,00	4,00	4,00		4,00	CLAS	
12	ETIENE DA SILVA LIMA SOUZA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	3,00	7,00	9,00		6,33	REP	
13	LUIZA GIARETTA DA SILVA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	3,00	6,00	6,00		5,00	REP	
14	HELLEN AMANDA CARDOZO PEREIRA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	2,00	5,00	7,00		4,67	REP	
15	TAYNARA VILA MAIOR RAMOS	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	3,00	5,00	6,00		4,67	REP	
16	NILVA JESUS BASTOS DA SILVA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	4,00	7,00	3,00		4,67	REP	
18	CLEIDEMAR CAMPOS CARVALHO	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	3,00	5,00	5,00		4,33	REP	
18	JESSICA CARVALHO DO NASCIMENTO	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	1,00	4,00	7,00		4,00	REP	
19	PATRICIA VIEIRA DA SILVA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	5,00	4,00	3,00		4,00	REP	
20	MILENA FERRAZ SEVERINO	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	3,00	4,00	4,00		3,67	REP	
21	ANA PAULA PINHEIRO DA SILVA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	2,00	3,00	5,00		3,33	REP	
22	MAGDA ÉRICA DOS SANTOS FERREIRA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	1,00	5,00	4,00		3,33	REP	
23	RAIELY CARVALHO DE ALMEIDA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	3,00	3,00	4,00		3,33	REP	
24	MARIA EDUARDA DE SOUZA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	3,00	3,00	3,00		3,00	REP	
25	KATRINE HOLANDA DA SILVA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA	1,00	2,00	2,00		1,67	REP	
26	ALEXANDRA APARECIDA NOGUEIRA MINELA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
27	TAMIRES GABRIELI FERNANDES CARDOSO	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
28	CARLOS VINICIUS FARIAS DE SOUZA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
29	JULIANA DOS SANTOS RODRIGUES	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	

30	BEATRIZ DA CONCEIÇÃO CRUZ DOS SANTOS	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
31	VIVIANE CRISTINA DAMACENA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
32	POLIANA PEREIRA MORAES	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
33	ISABELLA CAMILO SANTOS	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
34	JUSCINEI DA SILVA	CUIDADOR SOCIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
	CARGO 06	VAGAS	1							
Nº	NOME	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	LOCAL	P	CG	CE		MF	SIT	
1	VIVIAN PEREIRA DE CARVALHO	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	ITIQUIRA	4,00	7,00	6,00		5,67	APR	
2	ANDRÉ RODRIGUES DE JESUS	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	ITIQUIRA					0,00	AUS	
	CARGO 07	VAGAS	1 (CR)							
Nº	NOME	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	LOCAL	P	M	CG	CE	MF	SIT	
1	KATIUCIA LOPES LOURO RODRIGUES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	APR	
2	LEANDRO VELASCO BORTOLINI	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	10,00	6,00	4,00	10,00	7,50	CLAS	
3	KETLEEN JANE PEREIRA RODRIGUES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	10,00	6,00	6,00	8,00	7,50	CLAS	
4	FLORINDA JOSÉ DE ARAUJO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	10,00	6,00	4,00	8,00	7,00	CLAS	
5	MARIELI SOARES DOS SANTOS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	10,00	4,00	8,00	6,00	7,00	CLAS	
6	ARIANI ALTIERI	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	10,00	6,00	6,00	6,00	7,00	CLAS	
7	LARISSA DOS SANTOS MORAIS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	4,00	10,00	8,00	6,00	7,00	CLAS	
8	PATRICIA KELLY DE JESUS SANTOS BARBOSA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	6,00	8,00	6,00	6,00	6,50	CLAS	
9	NUBIA MARIA SEVERINO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	6,00	4,00	4,00	8,00	5,50	CLAS	
10	MICHELE FOSSA DE SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	4,00	4,00	6,00	8,00	5,50	CLAS	
11	EDILAINE SOUZA RIBEIRO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	4,00	6,00	4,00	8,00	5,50	CLAS	
12	DEBORAH PARREIRA CABRAL	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	6,00	4,00	4,00	4,00	4,50	CLAS	
13	ELIS REGINA CAMPOS DE MORAIS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	10,00	8,00	6,00	2,00	6,50	REP	
14	CAROLINA VIEIRA FERRAZ DOS SANTOS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	6,00	6,00	2,00	6,00	5,00	REP	
15	MIRIS EDUARDA MORAIS VIANA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	8,00	2,00	6,00	4,00	5,00	REP	
16	KELLI CRISTINA DE SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	8,00	6,00	2,00	4,00	5,00	REP	
17	ROSANE MELO DIAS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	6,00	4,00	0,00	10,00	5,00	REP	
18	DAIANE VIEIRA BATISTA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	8,00	4,00	2,00	6,00	5,00	REP	
19	CAMILA BATISTA DE MORAES INÁCIO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	6,00	2,00	4,00	6,00	4,50	REP	
20	FLAVIA MARIA DAMACENA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	8,00	4,00	0,00	6,00	4,50	REP	
21	MARIA APARECIDA MOREIRA BRITO LEITE	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	8,00	2,00	4,00	4,00	4,50	REP	
22	GLEICI KELLI ALVES ARRUDA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	6,00	2,00	4,00	4,00	4,00	REP	
23	GRAZIELI MARQUES VIANA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	6,00	2,00	4,00	4,00	4,00	REP	
24	RAYANE RODRIGUES CARVALHO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	6,00	0,00	4,00	2,00	3,00	REP	
25	ROSELI FERREIRA DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	4,00	0,00	2,00	4,00	2,50	REP	
26	DAIANE MENDONÇA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	4,00	2,00	0,00	0,00	1,50	REP	
27	LARISSA DA SILVA NUNES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
28	JOSIMAR RODRIGUES SILVA SANTOS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
29	STEFFANY SOUZA CABRAL DA COSTA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
30	DEUSA ALVES DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
31	KEILA ADRIANA RIBEIRO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
32	LINDINALVA CAMPOS MOTA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA					0,00	AUS	
	CARGO 07	VAGAS	1 (CR)							
Nº	NOME	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	LOCAL	P	M	CG	CE	MF		
1	KEREN HAPUC MESQUITA DE MORAES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	10,00	10,00	6,00	6,00	8,00	APR	

2	CRISTIELE SILVA REIS DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	8,00	6,00	8,00	8,00	7,50	CLAS	
3	PIETRO PEREIRA GRILLANDA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	10,00	4,00	6,00	8,00	7,00	CLAS	
4	RAYNARA DE SOUZA ROCHA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	10,00	4,00	6,00	6,00	6,50	CLAS	
5	LORRAUNE RUFINO NONATO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	6,00	8,00	6,00	6,00	6,50	CLAS	
6	THALYA NATHIELLY DO NASCIMENTO MARTINS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	CLAS	
7	ROZEDELMA GONÇALVES GOMES GARCIA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	4,00	4,00	6,00	8,00	5,50	CLAS	
8	NELITA MESSIAS DOS SANTOS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	6,00	4,00	4,00	6,00	5,00	CLAS	
9	ADRIELI DE ANDRADE SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	4,00	4,00	6,00	6,00	5,00	CLAS	
10	KAILLANY LORENZON	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	8,00	2,00	8,00	8,00	6,50	REP	
11	CAMILA OLIVEIRA ROMERO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	10,00	0,00	4,00	6,00	5,00	REP	
12	ANE CARLA DE LIMA FERNANDES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	8,00	2,00	4,00	4,00	4,50	REP	
13	JANAINA IARA FORNAZIERE	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	8,00	4,00	2,00	4,00	4,50	REP	
14	LÉA FABRIZYA OLIVEIRA DE ANDRADE	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	10,00	2,00	0,00	6,00	4,50	REP	
15	NATHIELI NOVAIS DE SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	8,00	4,00	2,00	4,00	4,50	REP	
16	HEBER DE OLIVEIRA SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	4,00	0,00	6,00	6,00	4,00	REP	
17	NAIARA PEDROSO PACO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	6,00	4,00	2,00	4,00	4,00	REP	
18	CLEIDE GOMES DE OLIVIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	6,00	0,00	0,00	6,00	3,00	REP	
19	AMANDA RIBAS DE SOUZA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
20	ANA CAROLINE DOS SANTOS BUENO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
21	CONSTANCIA DE PAULA NOVAIS	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
22	DANIELA LORENA DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
23	DEISIANE DO NASCIMENTO BATISTA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
24	FRANCYS YHOJANY BETANCOURT RANOEL	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
25	GABRIELY DE OLIVEIRA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
26	LUANA CARNEIRO AJALA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
27	LUCIANA NUNES RODRIGUES DE SIQUEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
28	LUCY CARLA DE LIMA FERNANDES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
29	LUINE PRISCILA PEREIRA BENITES NILO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
30	MARCIA DAHMER DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
31	MARISA BATISTA DA SILVA	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
32	RAQUEL ALVES DE SOUZA SOARES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
33	WIVIA EDUARDA BARBOSA DE MELO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
34	YURI FERNANDES BENITES	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL					0,00	AUS	
	CARGO 08	VAGAS	1							
Nº	NOME	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LOCAL	P	M	C.G	C.E	PRAT.	MF	SIT
1	LETIZIA SILVA PIRES PAIVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	8,00	4,00	10,00	10,00	10,00	8,40	APR
2	KEILA MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	10,00	6,00	8,00	8,00	9,00	8,20	CLAS
3	ADRIANA BATISTA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	10,00	4,00	8,00	4,00	9,00	7,00	CLAS
4	SEBASTIÃO GONÇALVES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	6,00	6,00	6,00	6,00	10,00	6,80	CLAS
5	UARLLA RODRIGUES PEREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	6,00	6,00	4,00	6,00	10,00	6,40	CLAS
6	ELIANE BORGES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	4,00	6,00	6,00	6,00	9,00	6,20	CLAS
7	JUCELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	4,00	6,00	6,00	6,00	8,50	6,10	CLAS
8	VERA LUCIA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	8,00	4,00	4,00	6,00	8,50	6,10	CLAS
9	ERICA PATRICIA DA SILVA RODRIGUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	6,00	6,00	4,00	6,00	8,00	6,00	CLAS
10	TAUANA RODRIGUES DE ALMEIDA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	6,00	4,00	4,00	6,00	10,00	6,00	CLAS
11	MARIA LUCICLEIA LIMA DANTAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	10,00	2,00	2,00	4,00	10,00	5,60	REP
12	CATIANE CARVALHO MORAES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	6,00	4,00	4,00	2,00	9,50	5,10	REP
13	DIANA FERRAZ FARIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	8,00	0,00	0,00	8,00	8,50	4,90	REP
14	PATRICIA HOPPEN ALMEIDA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	4,00	0,00	6,00	4,00	9,00	4,60	REP
15	LUCINETE DA SILVA MELO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	8,00	2,00	2,00	2,00	9,00	4,60	REP
16	PASCOAL DE SOUZA BENITES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	6,00	2,00	6,00	8,00		4,40	REP

17	MARTHA DE OLIVEIRA NETA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	4,00	2,00	2,00	4,00	9,50	4,30	REP
18	DANIELA DELGADO VITORIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	6,00	4,00	0,00	2,00	9,00	4,20	REP
19	CACILDA DE FATIMA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	2,00	2,00	2,00	8,00		2,80	REP
20	JOANA DARC NASCIMENTO SERRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	0,00	0,00	2,00	0,00	9,50	2,30	REP
21	JOSE ANTONIO FAGUNDES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	2,00	2,00	0,00	0,00	7,50	2,30	REP
22	OROZINA SEVERINO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	2,00	2,00	2,00	2,00		1,60	REP
23	JOSEILTON SALUSTIANO BENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
24	NAILZA DA COSTA DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
25	LUCIANA DA SILVA GOMES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
26	RAQUEL ALVES BRAGA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
27	TELMA LOMES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
28	ADRIELLE DA SILVA BIOTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
29	EULANIA RODRIGUES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
30	RONAIR NUNES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
31	ANGEL CAROLINA RAITZ LENDENGUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
32	DAIANE DOS SANTOS SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
33	DAMIÃO ANTONIO DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
34	ALICE APARECIDA DA SILVA SOUTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
35	EDNEUZA GOMES DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
36	SARTONINO BISPO DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
37	ANTONIO LUIZ DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
38	HELENA LIMA SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
39	RAFAELA CABRAL RODRIGUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
40	MARIA IBELZA RAMALHO DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
41	JACIENE SOUSA ALMEIDA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
42	JOSÉ CARLOS REGINALDO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
43	JESSICA FEITOSA BATISTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
44	CAMILLA STEFFANY MARQUES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
45	TEREZA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
46	ALLANA RAFAELLY SOUZA LIBERATO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
47	LAYLA BEATRIZ CAVALCANTE DANTAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
48	JOÃO DOMICIANO DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA						0,00	AUS
	CARGO 08	VAGAS	3							
Nº	NOME	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LOCAL	P	M	C.G	C.E	PRAT.	MF	SIT
1	PATRICIA LAURINDA ALVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	10,00	6,00	8,00	8,00	10,00	8,40	APR
2	JOVANNA GOMES FERREIRA DE MATOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	6,00	6,00	4,00	10,00	10,00	7,20	CLAS
3	CRISTIANE BORGES DA ROCHA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	6,00	6,00	8,00	6,00	9,50	7,10	CLAS
4	TAMARA BASTOS CADOSO FARIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	8,00	6,00	4,00	8,00	9,00	7,00	CLAS
5	ANDERSON DA CUNHA ALVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	6,00	6,00	6,00	6,00	10,00	6,80	CLAS
6	MARIA CRISTINA DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	6,00	4,00	6,00	6,00	9,50	6,30	CLAS
7	EVILYN ALINE ARRUDA FIGUEIREDO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	10,00	4,00	4,00	4,00	9,00	6,20	CLAS
8	JEANE CARDOSO DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	10,00	6,00	2,00	10,00	8,50	7,30	REP
9	FERNANDA SANTANA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	8,00	6,00	4,00	2,00	9,50	5,90	REP
10	JULIANA SANTANA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	8,00	4,00	0,00	8,00	9,50	5,90	REP
11	JULIANA THOME RODRIGUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	8,00	4,00	2,00	4,00	9,00	5,40	REP
12	EDSON JOSE FERREIRA JUNIOR	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	6,00	6,00	4,00	2,00	8,50	5,30	REP
13	CRISTIANE MACHADO ROSA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	6,00	2,00	2,00	6,00	9,50	5,10	REP
14	KELLY ROCHA BATISTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	2,00	4,00	0,00	6,00	9,50	4,30	REP
15	MARIA EUNICE DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	2,00	0,00	2,00	6,00	9,00	3,80	REP
16	CREMILDA ALVES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL	4,00	0,00	4,00	0,00	9,00	3,40	REP
17	ANA CLAUDIA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
18	ANGELA MARIA DA SILVA CLEMENTE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
19	BRUNA CAROLYNE DE SOUZA CAMPOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
20	ELITE PEREIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
21	EDIJANE DE SIQUEIRA GOMES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
22	EZEQUIEL MENDES DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS

23	JENIFFER CARLA DINIZ BUSSOLARO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
24	JESSICA BATISTA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
25	KASSIA ARRUDA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
26	LUCILENE CONCEIÇÃO GAMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
27	MARCOS VINICIOS COSTA XAVIER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
28	MARILDE ALVES DE LIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
29	MARINA DE SOUZA RIBEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
30	TALITA BARBOSA SALOMAO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
31	VANESSA SAVALA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
32	VITOR GABRIEL SANTANA BARROS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
33	YZAMARA SANTANA DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
	CARGO 09	VAGAS	7							
Nº	NOME	MOTORISTA	LOCAL	P	M	C.G	C.E	PRAT.	MF	SIT
1	CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	MOTORISTA	ITIQUIRA	6,00	4,00	6,00	8,00	10,00	6,80	APR
2	MIZAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	MOTORISTA	ITIQUIRA	8,00	4,00	6,00	6,00	10,00	6,80	CLAS
3	SERGIO PEREIRA MENDES	MOTORISTA	ITIQUIRA	8,00	4,00	8,00	6,00	7,00	6,60	CLAS
4	EDIVALDO RODRIGUES DE MELO	MOTORISTA	ITIQUIRA	8,00	4,00	6,00	4,00	10,00	6,40	CLAS
5	NICANOR DAVID RODRIGUES	MOTORISTA	ITIQUIRA	4,00	6,00	6,00	6,00	9,00	6,20	CLAS
6	ROBERTO CUSTÓDIO DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA	6,00	4,00	4,00	8,00	9,00	6,20	CLAS
7	ARI ANTONIO SOARES DE SOUZA	MOTORISTA	ITIQUIRA	6,00	4,00	6,00	6,00	6,00	5,60	CLAS
8	PAULO ROBERTO DOS SANTOS JÚNIOR	MOTORISTA	ITIQUIRA	8,00	6,00	6,00	6,00		5,20	REP
9	JOACY RODRIGUES DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA	8,00	2,00	6,00	6,00		4,40	REP
10	CLAUDICI RODRIGUES JUNIOR	MOTORISTA	ITIQUIRA	6,00	2,00	6,00	6,00		4,00	REP
11	PAULO LEONARDO DOS SANTOS	MOTORISTA	ITIQUIRA	0,00	4,00	0,00	2,00	10,00	3,20	REP
12	KEILA NUNES RIBEIRO	MOTORISTA	ITIQUIRA						0,00	AUS
13	EDMAURO FERREIRA DA SILVA	MOTORISTA	ITIQUIRA						0,00	AUS
14	VINICIOS DA SILVA BARBOSA	MOTORISTA	ITIQUIRA						0,00	AUS
15	ODIRLEI ALVES LIMA	MOTORISTA	ITIQUIRA						0,00	AUS
16	ADEVALDO ROSA DE SOUZA	MOTORISTA	ITIQUIRA						0,00	AUS
17	VINICIUS BARBOSA LAGARES	MOTORISTA	ITIQUIRA						0,00	AUS
18	TELSON FRANCISCO ALVINO	MOTORISTA	ITIQUIRA						0,00	AUS
	CARGO 09	VAGAS	3							
Nº	NOME	MOTORISTA	LOCAL	P	M	C.G	C.E	PRAT.	MF	SIT
1	HUGNEY DA SILVA ROSA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	10,00	4,00	6,00	8,00	9,00	7,40	APR
2	CLAUDINEI NATAL SILVA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	8,00	6,00	6,00	4,00	10,00	6,80	CLAS
3	DANIEL GARCIA RODRIGUES	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	8,00	8,00	4,00	4,00	8,00	6,40	CLAS
4	BENEDITO ALVES PINTO	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	4,00	6,00	6,00	6,00	10,00	6,40	CLAS
5	OSMAR GOMES DE SOUZA	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	4,00	4,00	4,00	8,00	8,00	5,60	CLAS
6	ORLEI NONATO QUEIROZ	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL	4,00	4,00	4,00	4,00	9,00	5,00	CLAS
7	ERICO ROBERTO LOPES	MOTORISTA	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
	CARGO 10	VAGAS	2							
Nº	NOME	PEDREIRO	LOCAL	P	M	C.G	C.E	PRAT.	MF	SIT
1	DIONE PAULO RODRIGUES ANICESIO	PEDREIRO	ITIQUIRA	8,00	6,00	8,00	6,00	9,00	7,40	APR
2	PAULO DA CONCEIÇÃO SILVA	PEDREIRO	ITIQUIRA	8,00	2,00	4,00	4,00	9,00	5,40	REP
3	MOISÉS ALENCAR SANTOS	PEDREIRO	ITIQUIRA	8,00	2,00	2,00	2,00	6,00	4,00	REP
4	JOVELINO DA SILVA	PEDREIRO	ITIQUIRA	4,00	2,00	2,00	8,00	2,00	3,60	REP
5	ADGUIMAR SODRÉ DE OLIVEIRA	PEDREIRO	ITIQUIRA						0,00	AUS
6	JOSÉ JENILSON BISPO OLIVEIRA	PEDREIRO	ITIQUIRA						0,00	AUS
7	SEBASTIÃO TEODORO DE CARVALHO	PEDREIRO	ITIQUIRA						0,00	AUS
	CARGO 10	VAGAS	1							
Nº	NOME	PEDREIRO	LOCAL	P	M	C.G	C.E	PRAT.	MF	SIT
1	ANTONIO APARECIDO ROBERTO	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL	8,00	0,00	2,00	6,00	7,00	4,60	REP
2	ALEX DOS SANTOS	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
3	AGUINALDO DOS SANTOS ALMEIDA	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
	CARGO 11	VAGAS	2							
Nº	NOME	SERVENTE	LOCAL	P	M	C.G	C.E	PRAT.	MF	SIT
1	LEONARDO MARTINS COSTA	SERVENTE	ITIQUIRA	4,00	4,00	4,00	10,00	7,00	5,80	APR
2	MAIKON FERREIRA DOS SANTOS	SERVENTE	ITIQUIRA	4,00	4,00	4,00	10,00	6,00	5,60	CLAS
3	TATIELY JOSÉ DE JESUS MEIRE	SERVENTE	ITIQUIRA	8,00	4,00	4,00	6,00	6,00	5,60	CLAS

4	WILLYAN RAMIRO SANTOS DOMINGOS	SERVENTE	ITIQUIRA	6,00	4,00	4,00	6,00	6,00	5,20	CLAS
5	WESLEY SOUZA DE OLIVEIRA	SERVENTE	ITIQUIRA	6,00	6,00	0,00	6,00	10,00	5,60	REP
6	LAUDINEIA INOCENCIA DOS SANTOS	SERVENTE	ITIQUIRA	6,00	6,00	2,00	6,00	4,00	4,80	REP
7	WILLIAM DORNELES DA SILVA REZENDE	SERVENTE	ITIQUIRA	10,00	4,00	2,00	8,00		4,80	REP
8	ELIAZARA SOARES CAMPOS	SERVENTE	ITIQUIRA	8,00	2,00	4,00	10,00		4,80	REP
9	SOLEIDE INOCÊNCIA DE ALMEIDA	SERVENTE	ITIQUIRA	4,00	2,00	2,00	4,00	4,00	3,20	REP
10	JURACI SOUZA DA CRUZ	SERVENTE	ITIQUIRA	0,00	0,00	2,00	0,00	10,00	2,40	REP
	CARGO 11	VAGAS	1							
Nº	NOME	SERVENTE	LOCAL	P	M	C.G	C.E	PRAT.	MF	SIT
1	NACIBE LOPES DA SILVA	SERVENTE	OURO BRANCO DO SUL	8,00	4,00	4,00	6,00	8,00	6,00	APR
2	SEBASTIÃO DA SILVA ARAUJO	SERVENTE	OURO BRANCO DO SUL	4,00	4,00	4,00	6,00	8,00	5,20	CLAS
3	ANDERSON MARTINS DOS SANTOS	SERVENTE	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS
4	CAIO AUGUSTO DE BRITO GUIMARAES	SERVENTE	OURO BRANCO DO SUL						0,00	AUS

*

Legenda :

P=PORTUGUÊS

M= MATEMÁTICA

C.G=CONHECIMENTOS GERAIS

C.E=CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

P.P= PROVA PRATICA

AF = APTIDÃO FÍSICA

TIT= PROVA DE TITULO

M.F= MÉDIA FINAL

APR= APROVADO

CLA=CLASSIFICADO

REP=REPROVADO

AUS=AUSENTE

SIT=SITUAÇÃO

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 247/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 247/2021.

Data da vigência: 25/08/2021 a 25/08/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): ETIENE DA SILVA DE LIMA SOUZA

Objeto: Contrato Administrativo nº 247/2021 firmado entre as partes de 25/08/2021 a 25/08/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de ARTÍFICE DE COPA COZINHA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 248/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 248/2021.

Data da vigência: 01/09/2021 a 01/09/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): AMANDA RIBAS DE SOUZA

Objeto: Contrato Administrativo nº 248/2021 firmado entre as partes de 01/09/2021 a 01/09/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL Nº 041, DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**,** atendendo o disposto no art. 37, *caput,* da Constituição da República (CRFB/1988 e alterações) c/c art. 95, *caput* da Lei Orgânica do Município (LOM) e com o art. 9, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), **TORNA PÚBLICO** que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificados, **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, por meio de "LIVE" com o objetivo de **PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA (RREO) 3º E 4º BIMESTRES E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF) – 2º QUADRIMESTRE DE 2021.**

A **AUDIÊNCIA PÚBLICA** será **REALIZADA** no dia **27 de setembro de 2021, segunda-feira, com início às 14h no Plenário da Prefeitura Municipal na Sede do Município,** a qual será realizada por meio virtual, no intuito de evitar aglomeração, em virtude das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2019-nCoV), **no link abaixo relacionado:**

1. https://www.facebook.com/prefeituraitiquira/

O presente Edital será afixado em locais de fácil acesso (Repartições Públicas e Privadas abertas ao público) e publicado no Jornal Oficial dos Municípios na Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), no Portal Espaço do Cidadão – Informações do Fiscalizado, do Tribunal de Contas

do Estado (TCE/MT), *site* do Município (www.itiquira.mt.gov.br) e divulgado por Serviço Volante de Propaganda.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 09 de setembro de 2021.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 379, DE 02 DE SETEMBRO DE 2021.

Nomeia os Servidores que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - - Nomear o Servidor abaixo relacionado, para o exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, como segue:

1- ELIANE NEUBERT

CPF: 029.728.061-90

Gerente de Liquidação

2- BRUNA CHAGAS LIMA

CPF: 015.779.681-74

Encarregado de Manutenção de vias Públicas

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 02 de setembro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 380, DE 02 DE SETEMBRO DE 2021.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. REGINA CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR NÍVEL I, empossado em 03/02/2000, pelo período de **26/08/2021 à 23/12/2021, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **24/12/2021.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 26/08/2021, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 02 de setembro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 254/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 254/2021.

Data da vigência: 02/09/2021 a 02/09/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): JUCELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Objeto: Contrato Administrativo nº 254/2021 firmado entre as partes de 02/09/2021 a 02/09/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 246/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 246/2021.

Data da vigência: 25/08/2021 a 25/08/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): ANA MARIA FREITAS DA COSTA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 246/2021 firmado entre as partes de 25/08/2021 a 25/08/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de ARTÍFICE DE COPA COZINHA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 251/2021

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 251/2021.

Data da vigência: 02/09/2021 a 02/09/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): LETICIA LIMA SANTOS.

Objeto: Contrato Administrativo nº 251/2021 firmado entre as partes de 02/09/2021 a 02/09/2022, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PORTARIA N.º 272 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021

PORTARIA N.º 272 DE 08 DE SETEMBRO DE 2021

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA COMPRA OU LOCAÇÃO DE IMÓVEIS NO ANO DE 2021 A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE JACIARA/MT.

ANDRÉIA WAGNER, Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que preconiza o art. 24, da Lei 8666/93;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Avaliação Prévia para locação pela Administração Pública de uma área rural com no mínimo 2,00 hectares

com destinação para instalação de Eco ponto (área utilizada para destinação final de resíduos de construção civil, sobras de podas de árvores e materiais recicláveis).

Art. 2º. A Comissão de que trata o artigo anterior será constituída pelos servidores abaixo relacionados:

Adevanir Marcos Rodrigues de Araújo – CPF: 944.786.191-15;

Dieferson Campos dos Santos – CPF: 030.072.691-05;

José Clovis Lima – CPF: 432.747.221-20.

Parágrafo único: O exercício da função de membro desta Comissão não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 3º - Fica nomeado como presidente da Comissão de Avaliação Prévia o servidor Adevanir Marcos Rodrigues de Araújo.

Parágrafo único: Os laudos de avaliação deverão ser encaminhados ao departamento de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento da solicitação.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Jaciara, aos 08 dias do mês de setembro de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 001/2021 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADA: NORONHA DEGASPERY FREITAS EIRELI;** OBJETO: **REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO dos itens 01 e 03.** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº. 033/2021; **ASSINATURA**: 10/08/2021.

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 110/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ELAINE COSTA LARANJEIRA**; **OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS COM SUBLIMAÇÃO, SERIGRAFIA OU BORDADO, QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SETORES PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. R$ 38.280,00 (trinta e oito mil, duzentos e oitenta reais). ASSINATURA: 08/09/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 016/2021/SMECDL – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 016/2021/SMECDL – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos constantes nos quadros em anexo, que foram classificados no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Jaciara – MT nº 001/2021, destinado ao preenchimento de vagas, deverão comparecer nos locais e datas abaixo discriminados, portando os documentos, conforme abaixo relacionado:

(uma) foto 3x4; Cópia do comprovante de quitação com a justiça Eleitoral; Cópia do Título de Eleitor; Cópia do CPF; Cópia da Carteira de Identidade; Cópia do PIS/PASEP; Cópia da Certidão de Reservista (somente para homens); Cópia do Comprovante de Residência; Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido; Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento; Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14(quatorze) anos; Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07(sete) anos; Comprovante de Frequência Escolar dos filhos de 05 à 14 anos; Cópia da folha de identificação de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social); Declaração de Bens e valores que constituem o patrimônio; Declaração se detém Cargo Estatutário ou Comissionado na esfera da Administração Pública ou se recebe proventos de inatividade (emitida na Secretaria de Administração); Laudo Médico (Fornecido pelo SUS); Cópia do Comprovante de Conta Corrente no Banco Sicredi (Se possuir);

O candidato NÃO PODERÁ ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 e, se, por qualquer motivo, não se apresentar no prazo de que trata o subitem anterior, perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato classificado, respeitando a ordem de classificação.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados na data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para contratação ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo processo seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do edital.

Jaciara, 25 de agosto de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal de Jaciara/MT

MÁRCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ANEXO I

Os Candidatos ao cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA E/OU NORMAL SUPERIOR, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro,no dia **26 de agosto de 2021às 08h00min**

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
VANESSA FERREIRA DE SOUZA	879-281	117	001/2021
KERLE VIEGAS	802-262	118	001/2021
GEOVANITA BATISTA ALMEIDA SANTOS	468-131	119	001/2021
MAIZA VIEIRA DOS ANJOS	212-51	120	001/2021
GRAZIELE DIEHL	310-82	121	001/2021
MARISA PEREIRA LIMA	173-36	122	001/2021
JEFT EZO DANILO FARIA BRANDÃO	659-213	123	001/2021
CHRYSLAINE MONTEIRO	200-46	124	001/2021
PATRICIA SILVANIA PEREIRA ABRUS	258-68	125	001/2021
MARIA GORETI SANTOS ALMEIDA	402-110	126	001/2021
MARIA APARECIDA RIBEIRO	320-87	127	001/2021

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 111/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: LEIDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI - ME**; **OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTA-**

ÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS COM SUBLIMAÇÃO, SERIGRAFIA OU BORDADO, QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SETORES PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL"; PRAZO: 12 (doze) meses**. R$ 12.750,00 (doze mil, setecentos e cinquenta reais). ASSINATURA: 08/09/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 020/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 020/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos constantes nos quadros em anexo, que foram classificados no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Jaciara – MT nº 001/2021, destinado ao preenchimento de vagas, deverão comparecer nos locais e datas abaixo discriminados, portando os documentos, conforme abaixo relacionado:

(uma) foto 3x4; Cópia do comprovante de quitação com a justiça Eleitoral; Cópia do Título de Eleitor; Cópia do CPF; Cópia da Carteira de Identidade; Cópia do PIS/PASEP; Cópia da Certidão de Reservista (somente para homens); Cópia do Comprovante de Residência; Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido; Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento; Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14(quatorze) anos; Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07(sete) anos; Comprovante de Frequência Escolar dos filhos de 05 à 14 anos; Cópia da folha de identificação de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social); Declaração de Bens e valores que constituem o patrimônio; Declaração se detém Cargo Estatutário ou Comissionado na esfera da Administração Pública ou se recebe proventos de inatividade (emitida na Secretaria de Administração); Laudo Médico (Fornecido pelo SUS); Cópia do Comprovante de Conta Corrente no Banco Sicredi (Se possuir);

O candidato NÃO PODERÁ ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 e, se, por qualquer motivo, não se apresentar no prazo de que trata o subitem anterior, perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato classificado, respeitando a ordem de classificação.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados na data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para contratação ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo processo seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do edital.

Jaciara, 31 de agosto de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal de Jaciara/MT

MÁRCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ANEXO I

Os Candidatos ao cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA E/OU NORMAL SUPERIOR, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro,no dia **01 de setembro de 2021às 07h00min**

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
ANGELA MARIA DE LIMA SILVA VIEIRA	160-30	137	001/2021
NILZA LOPES DOS SANTOS RODRIGUES	231-56	138	001/2021
RUTH DO NASCIMENTO GONÇALO FILHA	574-176	139	001/2021
ELDA FLÁVIA DA SILVA	374-98	140	001/2021
MARILZA DE QUEIROZ GALVÃO DA SILVA	820-270	141	001/2021

Os Candidatos ao cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro, no dia **01 de setembro de 2021, às 7h30 min.**

CARGO: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
KHAYLA ALVES KRAYCZY	565-152	72	001/2021
JOANA DE SENE FARIA AMORIM	901-228	73	001/2021
ROSA FERREIRA DE FRANÇA	532-143	74	001/2021
ELISAMA DE SOUSA SILVA GOMES BINELLO	71-16	75	001/2021
EDUARDA DE OLIVEIRA ANANIAS	440-117	76	001/2021
SHIRLEI DE ALMEIDA COSTA DOS SANTOS	553-150	77	001/2021

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 020/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: PARREIRA CONSTRUTORA E COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA; OBJETO: "Contratação de empresa especializada para executar obra e Reforma do Piso da Quadra anexa ao Centro de Eventos na Praça Luiz de França e execução de Obras de Readequações na Creche Alzira Souza Dutra no Município de Jaciara-MT";** PRAZO: 90 (noventa) dias;VALOR GLOBAL: **R$ 275.109,85 (duzentos e setenta cinco mil, cento e nove reais e oitenta cinco centavos). ASSINATURA: 01/09/2021.**

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 109/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA - EPP**; **OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS COM SUBLIMAÇÃO, SERIGRAFIA OU BORDADO, QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SETORES PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. R$ 20.130,00 (vinte mil, cento e trinta reais). ASSINATURA: 08/09/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 021/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 021/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos constantes nos quadros em anexo, que foram classificados no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Jaciara – MT nº 001/2021, destinado ao preenchimento de vagas, deverão comparecer nos locais e datas abaixo discriminados, portando os documentos, conforme abaixo relacionado:

(uma) foto 3x4; Cópia do comprovante de quitação com a justiça Eleitoral; Cópia do Título de Eleitor; Cópia do CPF; Cópia da Carteira de Identidade; Cópia do PIS/PASEP; Cópia da Certidão de Reservista (somente para homens); Cópia do Comprovante de Residência; Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido; Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento; Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14(quatorze) anos; Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07(sete) anos; Comprovante de Frequência Escolar dos filhos de 05 à 14 anos; Cópia da folha de identificação de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social); Declaração de Bens e valores que constituem o patrimônio; Declaração se detém Cargo Estatutário ou Comissionado na esfera da Administração Pública ou se recebe proventos de inatividade (emitida na Secretaria de Administração); Laudo Médico (Fornecido pelo SUS); Cópia do Comprovante de Conta Corrente no Banco Sicredi (Se possuir);

O candidato NÃO PODERÁ ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 e, se, por qualquer motivo, não se apresentar no prazo de que trata o subitem anterior, perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato classificado, respeitando a ordem de classificação.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados na data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para contratação ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo processo seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do edital.

Jaciara, 01 de setembro de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal de Jaciara/MT

MÁRCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ANEXO I

Os Candidatos ao cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA E/OU NORMAL SUPERIOR, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro,no dia **02 de setembro de 2021 às 07h30min**

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
LIANE DESIDÉRIO PERES	384-101	142	001/2021
MARIA APARECIDA MORAES DA SILVA	64-8	143	001/2021
CLAUDILÉIA GOMES PEREIRA	822-271	144	001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 022/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 022/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos constantes nos quadros em anexo, que foram classificados no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Jaciara – MT nº 001/2021, destinado ao preenchimento de vagas, deverão comparecer nos locais e datas abaixo discriminados, portando os documentos, conforme abaixo relacionado:

(uma) foto 3x4; Cópia do comprovante de quitação com a justiça Eleitoral; Cópia do Título de Eleitor; Cópia do CPF; Cópia da Carteira de Identidade; Cópia do PIS/PASEP; Cópia da Certidão de Reservista (somente para homens); Cópia do Comprovante de Residência; Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido; Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento; Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14(quatorze) anos; Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07(sete) anos; Comprovante de Frequência Escolar dos filhos de 05 à 14 anos; Cópia da folha de identificação de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social); Declaração de Bens e valores que constituem o patrimônio; Declaração se detém Cargo Estatutário ou Comissionado na esfera da Administração Pública ou se recebe proventos de inatividade (emitida na Secretaria de Administração); Laudo Médico (Fornecido pelo SUS); Cópia do Comprovante de Conta Corrente no Banco Sicredi (Se possuir);

O candidato NÃO PODERÁ ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 e, se, por qualquer motivo, não se apresentar no prazo de que trata o subitem anterior, perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato classificado, respeitando a ordem de classificação.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados na data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para contratação ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo processo seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do edital.

Jaciara, 03 de setembro de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal de Jaciara/MT

MÁRCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ANEXO I

Os Candidatos ao cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro,no dia **08 de setembro de 2021 às 07h00min**

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
MAYCON DOUGLAS FERREIRA	427-20	8	001/2021
GENIVAL GONÇALVES DA COSTA SANTOS	338-19	9	001/2021
PAULO MALICKA MUSIAU	315-18	10	001/2021
GRAZIELA FRAGA FERREIRA QUEIROZ MUNIZ	309-17	11	001/2021
HERCULES ALAN CARLOTTO GOUVEIA	303-16	12	001/2021
NILSON PIRES DOS SANTOS	292-15	13	001/2021
SILVANIR DE OLIVEIRA REZER	286-14	14	001/2021
LUCIANA RÉGIS BANHARA LEAL	01-01	15	001/2021
CARLOS ALEXANDRE DE SANTANA	264-13	16	001/2021
CARLOS FERNANDO ALBUQUERQUE	262-12	17	001/2021
VANESSA DA SILVA DAS FLORES MALTEZO	250-11	18	001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 018/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 018/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos constantes nos quadros em anexo, que foram classificados no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Jaciara – MT nº 001/2021, destinado ao preenchimento de vagas,

deverão comparecer nos locais e datas abaixo discriminados, portando os documentos, conforme abaixo relacionado:

(uma) foto 3x4; Cópia do comprovante de quitação com a justiça Eleitoral; Cópia do Título de Eleitor; Cópia do CPF; Cópia da Carteira de Identidade; Cópia do PIS/PASEP; Cópia da Certidão de Reservista (somente para homens); Cópia do Comprovante de Residência; Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido; Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento; Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14(quatorze) anos; Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07(sete) anos; Comprovante de Frequência Escolar dos filhos de 05 à 14 anos; Cópia da folha de identificação de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social); Declaração de Bens e valores que constituem o patrimônio; Declaração se detém Cargo Estatutário ou Comissionado na esfera da Administração Pública ou se recebe proventos de inatividade (emitida na Secretaria de Administração); Laudo Médico (Fornecido pelo SUS); Cópia do Comprovante de Conta Corrente no Banco Sicredi (Se possuir);

O candidato NÃO PODERÁ ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 e, se, por qualquer motivo, não se apresentar no prazo de que trata o subitem anterior, perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato classificado, respeitando a ordem de classificação.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados na data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para contratação ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo processo seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do edital.

Jaciara, 27 de agosto de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal de Jaciara/MT

MÁRCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ANEXO I

Os Candidatos ao cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA E/OU NORMAL SUPERIOR, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro,no dia **30 de agosto de 2021às 07h00min**

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
LUCÉLIA ALVES CORREA	642-206	135	001/2021
GIULYANE PANLANDIM SANTANA	815-269	136	001/2021

Os Candidatos ao cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro, no dia **30 de agosto de 2021, às 7h30 min.**

CARGO: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
THAYNÁ DAIANE SCHUH MORAES	242-64	35	001/2021
LUZIA XAVIER DE ARRUDA	777-194	36	001/2021
INGRID KATRINE MIRANDA FERNANDES	768-192	37	001/2021
KETILYN LAIS AQUINO DE SOUZA	895-226	38	001/2021
ROGERIA BEZERRA REINER	805-201	39	001/2021
CAMILA MARIANA CÁCERES BARBOSA DE OLIVEIRA	547-146	40	001/2021
MARIA ZÉLIA FERREIRA	782-195	41	001/2021
SILMARA ALVES RODRIGUES	841-212	42	001/2021
JENNIFER VERICIMA DOS SANTOS SCHUVARTZHAUPT	762-191	43	001/2021
LUZIANE ANDRADE COELHO PEREIRA	617-158	44	001/2021
VANIA LUCIA DA SILVA NASCIMENTO DE SOUZA	583-156	45	001/2021
JANIELLE LIMA DOS SANTOS	424-114	46	001/2021
VALDECI BATISTA DA GLÓRIA DA SILVA	710-180	47	001/2021
MIRIÂ ALECRIM DA SILVA	868-220	48	001/2021
HELENA ALVES DA SILVA	342-87	49	001/2021
ROSINÉIA BEZERRA REINER	837-209	50	001/2021
ANA MARIA DE SOUZA	448-120	51	001/2021
KATRYNE STHEFANY RODRIGUES DE SOUZA	431-115	52	001/2021
ADRIELE GOMES DA CRUZ	155-40	53	001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 019/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 019/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos constantes nos quadros em anexo, que foram classificados no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Jaciara – MT nº 001/2021, destinado ao preenchimento de vagas, deverão comparecer nos locais e datas abaixo discriminados, portando os documentos, conforme abaixo relacionado:

(uma) foto 3x4; Cópia do comprovante de quitação com a justiça Eleitoral; Cópia do Título de Eleitor; Cópia do CPF; Cópia da Carteira de Identidade; Cópia do PIS/PASEP; Cópia da Certidão de Reservista (somente para homens); Cópia do Comprovante de Residência; Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido; Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento; Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14(quatorze) anos; Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07(sete) anos; Comprovante de Frequência Escolar dos filhos de 05 à 14 anos; Cópia da folha de identificação de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social); Declaração de Bens e valores que constituem o patrimônio; Declaração se detém Cargo Estatutário ou Comissionado na esfera da Administração Pública ou se recebe proventos de inatividade (emitida na Secretaria de Administração); Laudo Médico (Fornecido pelo SUS); Cópia do Comprovante de Conta Corrente no Banco Sicredi (Se possuir);

O candidato NÃO PODERÁ ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 e, se, por qualquer motivo, não se apresentar no prazo de que trata o subitem anterior, perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato classificado, respeitando a ordem de classificação.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados na data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para contratação ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo processo seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do edital.

Jaciara, 30 de agosto de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal de Jaciara/MT

MÁRCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ANEXO I

Os Candidatos ao cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro,no dia **31 de agosto de 2021 às 07h00min**

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
GLAYSE DE JESUS GERMANO	432-21	7	001/2021

Os Candidatos ao cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro, no dia **31 de agosto de 2021, às 7h30 min.**

CARGO: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
SUELY BARBOSA DA SILVA	92-22	54	001/2021
JOSIANE SOUSA DE OLIVEIRA	158-42	55	001/2021
ALESSANDRA AMORIM OLIVEIRA DE SOUZA	311-79	56	001/2021
MARIA APARECIDA DA COSTA MACEDO	318-81	57	001/2021
EDIVANIA LONDE RIBEIRO	870-221	58	001/2021
LUCINÉIA ALVES DOS SANTOS SOUZA	359-93	59	001/2021
MARIA DENISE LINO DA SILVA	861-217	60	001/2021
SUELY CANDIDA DE SOUZA	551-149	61	001/2021
KEILA SANTOS SILVA	844-214	62	001/2021
MARCIA CRISTINA RODRIGUES DA COSTA COIMBRA	95-23	63	001/2021
KEDMA RODRIGUES DA SILVA	04-02	64	001/2021
REGIANE FERREIRA DE OLIVEIRA	306-78	65	001/2021
MARIA SILVANEIDE LOPES DA SILVA	699-177	66	001/2021
VANESSA PAULA DA COSTA	618-159	67	001/2021
FERNANDA CATIA GALDINO DA COSTA	863-218	68	001/2021
THAYNA NAYANNA BORGE DE SOUZA	658-167	69	001/2021
MILENA GONÇALVES DE JESUS SANTANA	791-198	70	001/2021
JAQUELINE RAMALHO DA COSTA	399-106	71	001/2021

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 048/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **MENOR VALOR POR LOTE**, tendo por objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DENOMINADO SOLUÇÃO DE ROBÓTICA EDUCACIONAL (KIT DE ROBÓTICA), CONTEMPLANDO O ENSINO FUNDAMENTAL DO 1º AO 5º ANO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARADIDÁTICOS, ACESSO A PLATAFORMA DIGITAL INTEGRADA PARA APLICAÇÃO DE MODELO HÍBRIDO DE AULAS (PRESENCIAL E ONLINE), ASSESSORIA TÉCNICA PERIÓDICA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CAPACITAÇÃO DE DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JACIARA/MT"** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **27 DE AGOSTO DE 2021 – 13:30 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 10 de setembro de 2021.

Adevanir Marcos Rodrigues De Araújo

Pregoeiro – Prefeitura Municipal de Jaciara-MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 017/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 017/2021/SMECDL – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos constantes nos quadros em anexo, que foram classificados no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Jaciara – MT nº 001/2021, destinado ao preenchimento de vagas, deverão comparecer nos locais e datas abaixo discriminados, portando os documentos, conforme abaixo relacionado:

(uma) foto 3x4; Cópia do comprovante de quitação com a justiça Eleitoral; Cópia do Título de Eleitor; Cópia do CPF; Cópia da Carteira de Identidade; Cópia do PIS/PASEP; Cópia da Certidão de Reservista (somente para homens); Cópia do Comprovante de Residência; Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido; Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento; Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14(quatorze) anos; Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07(sete) anos; Comprovante de Frequência Escolar dos filhos de 05 à 14 anos; Cópia da folha de identificação de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social); Declaração de Bens e valores que constituem o patrimônio; Declaração se detém Cargo Estatutário ou Comissionado na esfera da Administração Pública ou se recebe proventos de inatividade (emitida na Secretaria de Administração); Laudo Médico (Fornecido pelo SUS); Cópia do Comprovante de Conta Corrente no Banco Sicredi (Se possuir);

O candidato NÃO PODERÁ ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 e, se, por qualquer motivo, não se apresentar no prazo de que trata o subitem anterior, perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato classificado, respeitando a ordem de classificação.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados na data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para contratação ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo processo seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do edital.

Jaciara, 26 de agosto de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal de Jaciara/MT

MÁRCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ANEXO I

Os Candidatos ao cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro,no dia **27 de agosto de 2021 às 08h00min**

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
KATIA FRANCISCA BRAGA	465-25	4	001/2021
MARLI DIAS DA COSTA	450-23	5	001/2021
JOSIANE BORGES DE SOUZA	437-22	6	001/2021

Os Candidatos ao cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA E/OU NORMAL SUPERIOR, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no De-

partamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro,no dia **27 de agosto de 2021 às 08h40min**

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
MARLI RAMOS SANTOS DA SILVA	165-32	128	001/ 2021
ANA CLÁUDIA DE SOUZA CORRÊA	188-42	129	001/ 2021
NILCELENE DE OLIVEIRA SANTOS	430-117	130	001/ 2021
CRISLAINE CARVALHO DE MACEDO OLIVEIRA	313-84	131	001/ 2021
NOILI CERINO DA ROSA	828-272	132	001/ 2021
ROSELI TEIXEIRA DA SILVA FRANÇA	154-28	133	001/ 2021
LAURA APARECIDA DA SILVA ALVES FARIA	485-137	134	001/ 2021

Os Candidatos ao cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro, no dia **27 de agosto de 2021, às 9h30 min.**

CARGO: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
ANTÔNIA SANTOS DE SOUZA	660-168	20	001/ 2021
TAIANE VILELA DO CARMO SANTOS	789-3	PCD 2	001/ 2021
DEYSE LIS MOSER	134-36	21	001/ 2021
MARCELO DOS SANTOS LOPES	304-77	22	001/ 2021
ANA CLAUDIA BORGES SOUZA	622-161	23	001/ 2021
ELINEIA OLIVEIRA DA SILVA	439-116	24	001/ 2021
IRISVANIA XAVIER SANTANA DOS SANTOS	408-107	25	001/ 2021
VIVIANE BEZERRA DA SILVA OLIVEIRA	301--76	26	001/ 2021
FRANCIELE RODRIGUES LIMA	644-165	27	001/ 2021
DAIANE MACEDES DA CRUZ DA SILVA	746-189	28	001/ 2021
ROSIMEIRE NUNES DE APRINIO	194-51	29	001/ 2021
CELIA ROBERTA DE OLIVEIRA	790-197	30	001/ 2021
SIVANI SOUZA SILVA	894-225	31	001/ 2021
LUCIANA APARECIDA BARBOSA DAS CHAGAS	418-111	32	001/ 2021
VERA LUCIA CESÁRIO DE OLIVEIRA	340-86	33	001/ 2021
ANDREZA DOS SANTOS SILVA FEITOSA	524-139	34	001/ 2021

DECRETO Nº 3684 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

DECRETO Nº 3684 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

REGULAMENTA A LEI Nº 1592, DE 28 DE MAIO DE 2014 A QUAL AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AUXILIO FINANCEIRO AOS PORTADORES DE DOENÇA RENAL CRÔNICA EM TRATAMENTO POR HEMODIÁLISE FORA DO DOMICILIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA - MATO GROSSO, **ANDRÉIA WAGNER** no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 1592 de 2014;

Considerando que a ultima atualização do benefício ocorreu no ano de 2018;

Considerando que o atual valor estipulado não supre a necessidade dos beneficiados;

Considerando por fim, a autorização legal para reajuste a cada biênio;

DECRETA

Art. 1º. Fica reajustado para o valor de **R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)** o benefício previsto no artigo 2º da Lei 1592 de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Andréia Wagner

Prefeita Municipal

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 112/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: SM GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA**; **OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS COM SUBLIMAÇÃO, SERIGRAFIA OU BORDADO, QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SETORES PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. R$ 59.100,00 (cinquenta e nove mil e cem reais). ASSINATURA: 08/09/ 2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 015/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 015/2021/SMECDL–PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA-MT, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos constantes nos quadros em anexo, que foram classificados no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Jaciara – MT nº 001/2021, destinado ao preenchimento de vagas, deverão comparecer nos locais e datas abaixo discriminados, portando os documentos, conforme abaixo relacionado:

(uma) foto 3x4; Cópia do comprovante de quitação com a justiça Eleitoral; Cópia do Título de Eleitor; Cópia do CPF; Cópia da Carteira de Identidade; Cópia do PIS/PASEP; Cópia da Certidão de Reservista (somente para homens); Cópia do Comprovante de Residência; Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido; Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento; Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14(quatorze) anos; Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07(sete) anos; Comprovante de Frequência Escolar dos filhos de 05 à 14 anos; Cópia da folha de identificação de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social); Declaração de Bens e valores que constituem o patrimônio; Declaração se detém Cargo Estatutário ou Comissionado na esfera da Administração Pública ou se recebe proventos de inatividade (emitida na Secretaria de Administração); Laudo Médico (Fornecido pelo SUS); Cópia do Comprovante de Conta Corrente no Banco Sicredi (Se possuir);

O candidato NÃO PODERÁ ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 e, se, por qualquer motivo, não se apresentar no prazo de que trata o subitem anterior, perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato classificado, respeitando a ordem de classificação.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados na data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para contratação ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo processo

seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do edital.

Jaciara, 24 de agosto de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal de Jaciara/MT

MÁRCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ANEXO I

Os Candidatos ao cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA E/OU NORMAL SUPERIOR, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro,no dia **25 de agosto de 2021às 08h00min**

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
GENILDA CASTRO BARBOSA SILVA	201-47	95	001/ 2021
ELIANA ALECRIM DE SOUSA	707-232	96	001/ 2021
DARCI MARTINS	401-109	97	001/ 2021
ROZIVAN GOMES FARIAS DE SOUZA	452-124	98	001/ 2021
MARCOS ANTONIO VIEIRA	80-11	99	001/ 2021
JOANA RIBEIRO ESTEVÃO	674-219	100	001/ 2021
ROSILENE FERREIRA AMARAL	850-276	101	001/ 2021
CARINA CARDOSO BITENCOURT	748-249	102	001/ 2021
ALCIONE RODRIGUES DE OLIVEIRA	567-172	103	001/ 2021
SILVÂNIA APARECIDA SIQUEIRA BALDACIN	143-25	104	001/ 2021
ZENILDA FRANCISCO DA SILVA	79-10	105	001/ 2021
ELIZABETH MENESES	921-291	106	001/ 2021
VANESSA CRISTINA PINTO DO NASCIMENTO	59-6	107	001/ 2021
LUCIANA SOUZA PRADO RIBEIRO	786-258	108	001/ 2021
ESTER MINSON GOMES QUEIROZ	109-17	109	001/ 2021
MARIA IZABEL MIRANDA	136-23	110	001/ 2021
ELENICE MARTINS DA COSTA DOS SANTOS	361-96	111	001/ 2021
JULIANA DA SILVA MARTINS PAULINO	691-228	112	001/ 2021
VALQUÍRIA FORGIARINI MARTINS PEREIRA	776-255	113	001/ 2021
ELIETE DA SILVA SANTOS	578-179	114	001/ 2021
KARINE LUIZA BIGUELINI	581-182	115	001/ 2021
DANILAURA GAMA DOS SANTOS	897-285	116	001/ 2021

Os Candidatos ao cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, deverão comparecer nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Jaciara - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua Jurucê, nº 1.221 - Centro, no dia **25 de agosto de 2021, às 13h30 min.**

CARGO: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO	EDITAL
ELAINI SOARES DE LIMA	167-44	1	001/ 2021
MARLY PEREIRA DA MOTA	566-153	2	001/ 2021
EDILENA RAMOS	345-88	3	001/ 2021
MARIA RAQUEL SANTANA RAITZ	369-96	4	001/ 2021
KAMILA GALDINO FERNANDES	285-72	5	001/ 2021
LEDIANE RODRIGUES AFONSO DA SILVA	840-211	6	001/ 2021
ANA MAGALHÃES DE SOUZA	519-137	7	001/ 2021
ANA PAULA RODRIGUES PAULINO	166-43	8	001/ 2021
NAIR DOURADO DO NASCIMENTO COUTO	851-215	9	001/ 2021
WALKÍRIA PEREIRA DOS SANTOS CARNEIRO	670-170	10	001/ 2021
CLEONICE RODRIGUES DE SOUZA DE CARVALHO	789-3	1 (PCD)	001/ 2021
VERALÚCIA MAIA DE LIMA	368-95	11	001/ 2021
SILVANA RACIS	178-47	12	001/ 2021
ODETE MARCOS DE ARRUDA	827-207	13	001/ 2021
NILZA ROCHA SANTANA	298-75	14	001/ 2021
ADRIANA PAZ DOS SANTOS	366-94	15	001/ 2021
NATALIA DE BRITO BACA	423-113	16	001/ 2021
ANA CAROLINA FRANÇA FERREIRA	719-184	17	001/ 2021
CELIA TEIXEIRA DA SILVA	526-141	18	001/ 2021
ROSINEIDE CHAVES TELIS SANTOS	688-174	19	001/ 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RATIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/ 2021.

Edição do 10 de Setembro de 2021, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XVI, N° 3.811.

ONDE SE LÊ: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM O ARTISTA RENATO VIANA, PARA ANIMAÇÃO DA LIVE EM COMEMORAÇÃO AOS 35 ANOS DO MUNICIPIO DE JANGADA-MT.

LEIA-SE: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM O ARTISTA RENATO VIANA, PARA ANIMAÇÃO DA LIVE EM COMEMORAÇÃO AOS 33 ANOS DO MUNICIPIO DE JANGADA-MT.

Jangada/MT, 10 de Setembro de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

TERCEIRO TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO

Aditivo de Prazo

CONTRATO Nº 005/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Centro, Jangada - MT, CEP 78.490-000 inscrita no CGC 24.772.147/ 0001-68, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua João Ponce De Arruda, Bairro centro, nesta cidade de Jangada – MT, portador da Cédula de Identidade nº 22404961/SSP-MT e CPF nº 052.062.921-33, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa Agili Software Brasil LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regulamente inscrita no CNPJ sob o n. º 26.804.377/0004-30, situada na Rua primavera, nº 300, Bairro Bosque Da Saúde, CEP: 78.070-030 no município de Cuiabá-MT, neste ato representado por seu representante legal o Sr. Jose Carlos Urias, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.238. 290-6 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF sob o n. º 596.277.789-15, residente e domiciliado na Rua Felicio Marconi, Nº 171, Condomínio Re-

sidencial Vale do Arvoredo, Londrina-PR, neste ato denominado simplesmente CONTRATADA, de comum acordo resolvem aditar e ajustar o contrato original, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente aditivo de Prorrogação de prazo é referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO CONVERSÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, CUSTOMIZAÇÃO DE BANCO DE DADOS E MANUTENÇÃO, COMPREENDIDOS NA GESTÃO EM: 1) ALMOXARIFADO; 2) ARRECADAÇÃO MUNICIPAL NA WEB; 3) COMPRAS; 4) EDUCAÇÃO MUNICIPAL; 5) FROTAS; 6) GERAÇÃO PARA TRIBUNAIS; 7) HOLERITE WEB; 8) LICITAÇÃO; 9) ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E TESOURARIA; 10) PATRIMONIO; 11) PORTAL DA TRANSPARENCIA; 12) PORTAL DO CONTRIBUINTE WEB; 13) PROTOCOLO/PROCESSOS; 14) RH E FOLHA DE PAGAMENTO; 15) SAUDE MUNICIPAL/ALMOXARIFADO; 16) SAUDE MUNICIPAL/LABORATORIO; 17) SAUDE MUNICIPAL ATENDIMENTO AGENDAMENTO; 18) GESTÃO DE COMBUSTIVEL WEB; 19) GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL; 20) GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E; 20) PROVIMENTO DE DATA CENTER, DE FORMA PARCELADA.**

2.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 – Fica alterada a Cláusula Sétima do contrato administrativo nº 005/2019 que passa a vigorar com a seguinte redação:

2.2 - A vigência do contrato será de 12 (Doze) Meses, com termo inicial em 06/08/2021 e termo final em data de 06/08/2022.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – As despesas oriundas deste aditamento contratual serão empenhadas na dotação 13.001.04.122.0003.2006.339040.000000, Fonte 100, Código Reduzido 556, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

4.0 – CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Jangada – MT, 06 de Agosto de 2021.

_____

MUNICÍPIO DE JANGADA

CONTRATANTE

_____

Agili Software Brasil LTDA

CNPJ Nº 26.804.377/0004-30

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF:

Nome: _____

CPF:

RATIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

CONTRATO Nº 031/2021.

Edição do 10 de Setembro de 2021, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XVI, N° 3.811.

ONDE SE LÊ: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM O ARTISTA RENATO VIANA, PARA ANIMAÇÃO DA LIVE EM COMEMORAÇÃO AOS 35 ANOS DO MUNICIPIO DE JANGADA-MT.

LEIA-SE: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM O ARTISTA RENATO VIANA, PARA ANIMAÇÃO DA LIVE EM COMEMORAÇÃO AOS 33 ANOS DO MUNICIPIO DE JANGADA-MT.

Jangada/MT, 10 de Setembro de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2.021

EDITAL Nº. 02, COMPLEMENTAR AO EDITAL Nº. 01/2021

"HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2021".

A Comissão Organizadora do Teste Seletivo Simplificado nº. 001/2021 do Município de Jauru/MT, designada pela portaria nº. 274/2021 de 30 de agosto de 2021, nos termos do Edital nº. 001/2021, juntamente com o Prefeito Municipal, Sr. Valdeci José de Souza, visando atender o princípio da publicidade:

RESOLVE:

Informar que não houve impugnação ao Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado Nº. 001/2021; Homologar, após a verificação de regularidade, as inscrições dos candidatos inscritos conforme planilha constante no anexo I.

Jauru/MT, 10 de setembro de 2.021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I - HOMOLOGAÇÕES DE INSCRIÇÕES POR ORDEM ALFABÉTICA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – MOTORISTA II – LINHA: FAZ. GUAPÉ /

USINA / LUCIALVA.

Insc.	Nome do (a) Candidato (a) Motorista II – Inscrição para Linha Faz. Guapé / Usina / Lucialva.
01	Monte Zuma Barros Borba

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – MOTORISTA II – LINHA: TAQUARUSSU / PLACA 10 / LUCIALVA.

Insc.	Nome do (a) Candidato (a) Motorista II – Inscrição para Linha Taquarussu / Placa 10 / Lucialva.
-	Não houve inscritos

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – MOTORISTA II – LINHA: EVENTUAL NECESSIDADE EM QUALQUER DAS LINHAS.

Insc.	Nome do (a) Candidato (a) Motorista II – Inscrição para Linha Eventual necessidade em qualquer das linhas.
-	Não houve inscritos

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – E.M. Professora Aparecida da Silva – Extensão Lucialva

Insc.	Nome do(a) Candidato(a) Apoio Administrativo Educacional – Escola Municipal "Professora Rosimeire Aparecida da Silva" – Extensão Lucialva.
01	Devanir Correa de Assis Rodrigues
02	Joicelene Vieira Bárbara Candido
03	Josiane de Oliveira Martins

04	Katiusia Keles Barbosa Soares
05	Maria José Ferreira de Castro Paixão

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – E.M. Professora Aparecida da Silva – Comunidade São José

Insc.	Nome do(a) Candidato(a) Apoio Administrativo Educacional – E.M. Professora Rosimeire Aparecida da Silva – Comunidade São José
01	Fernanda de Carvalho
02	Marilene de Souza Almada Pereira
03	Silvana Verissimo Vieira

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – E.M. Lourdes Maria de Lima

Insc.	Nome do(a) Candidato(a) Apoio Administrativo Educacional – E. M. Lourdes Maria de Lima
01	Ana Clara Holander
02	Patrícia Soares Porto Ermisdorff
03	Edilaine Ribeiro da Silva
04	Christian Alan Farfan Ferrufino
05	Lusiene Gomes Pinheiro Santos
06	Regiane Paula de Oliveira

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – E.M.E.I. Elza Carrijo Pavini

Insc.	Nome do(a) Candidato(a) Apoio Administrativo Educacional – E. M.E.I Elza Carrijo Pavini
01	Ágda Aparecida da Silva
02	Dhiene Mamedes Dias
03	Ione Caroline Oliveira Silva
04	Janainys Paula da Silva
05	Rese Cristina de Oliveira
06	Thais Rodrigues de Oliveira

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – C.M.E.I. Maria Soares de Souza Lima

Insc.	Nome do(a) Candidato(a) Apoio Administrativo Educacional – C. M.E.I Maria Soares de Souza Lima
01	Celsiana Ferreira de Oliveira e Silva
02	Edinaldo José Dezordi
03	Elenilda Solidade Rodrigues de Souza
04	Ideni Paula de Oliveira
05	Iracilda Péres Madrona Gomes
06	Roseli Alves Rodrigues

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PROFESSOR PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E/OU EDUCAÇÃO INFANTIL – GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Insc.	Nome do(a) Candidato(a) Professor: PEDAGOGIA – Eventual necessidade em qualquer escola da rede municipal de Jauru-MT.
01	Andreia Maria do Carmo
02	Camila Ferreira Mota Fernandes
03	Claudimar Moreira da Silva
04	Erenice Rosiana dos Santos
05	Fabiana Prado Moreira
06	Gislaine Ermisdorff
07	Inúbia Fernanda Sanches Martins
08	Keila Pereira de Oliveira
09	Larissa Barbosa da Silva
10	Marcia Meire de Aquino Martins
11	Maria Aparecida da Silva
12	Mariana de Souza Quaresma Andrade
13	Marinalva Reginaldo Santos
14	Marta Barbosa Prates
15	Miriam Barbosa Silva
16	Neirivan Moreira Figueiredo de Carvalho
17	Nelsina Ferreira de Oliveira Gomes
18	Néri Caetana de Almeida
19	Patrícia dos Santos Ferreira Donato
20	Paulina Pedraça
21	Rosangela Revers
22	Sirlete Cardoso Rodrigues
23	Sidnéia da Silva Romero
24	Vindilina Maria de Oliveira Dias
25	Vanderléia Guilherme
26	Vanessa Dutra de Oliveira
27	Valdiney Fonseca Salvioni
28	Vislane Cristina da Silva
29	Tuany Pereira Lopes

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4177/2021

A Prefeitura Municipal de Jauru torna público o edital para o ***Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de aviamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social***, de acordo com o Termo de Referência do edital que está disponível no endereço eletrônico: https://www.jauru.mt.gov.br/sic-licitacoes. A abertura eletrônica do processo será no dia 30 (trinta) de setembro de 2021, as 09 horas (horário de Brasília) na plataforma do licitanet (https://www.licitanet.com.br/).

OBS: AS PROPOSTAS PODERAM SER ANEXADAS NA PLATAFORMA DO LICITANET ATÉ ÀS 08:59h DO DIA 30/09/2021(HORÁRIO DE BRASILIA).

Jauru MT, 10 de setembro de 2021.

WELDER OLIVEIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Oficial

Portaria 174/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4265/2021

A Prefeitura Municipal de Jauru-MT torna público o edital para **AQUISIÇÃO POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DADOS E MULTIMIDIA (INTERNET), PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE JAURU-MT**, de acordo com o Termo de Referência do edital que está disponível no endereço eletrônico: https://www.jauru.mt.gov.br/sic-licitacoes. A abertura do processo será no dia 23 (vinte e três) de setembro de 2021, as 09 horas (horário local).

Jauru MT, 10 de setembro de 2021.

WELDER OLIVEIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n.º 10/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU – MT, através da seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 010/2021, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E UTENSÍLIOS E GÁS LP;tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital. Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Jauru - MT, com data prevista para abertura no dia **28/09/2021 (vinte e oito de setembro de dois mil e vinte um),** às 08:00 (oito) horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Jauru. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal, no endereço eletrônico **www.jauru.mt.gov.br**.

Jauru – MT, em 17 de junho de 2021.

Gilmar Junior Ferreira

Pregoeiro Oficial

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - N° 005/2021.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O ANO DE 2022 PARA O MUNICÍPIO DE JAURU/MT

O Excelentíssimo Senhor: **VALDECI JOSÉ DE SOUZA,** Prefeito Municipal de Jauru/MT, em cumprimento ao artigo n.º 165, III, da Constituição; dos artigos n.º 4, III, *f,* e 44, do Estatuto das Cidades (Lei Ordinária Federal n. º 10.254/01), bem como aos artigos n.º 05º, e 48, §1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal n.º 101/2000), **CONVOCA** todos os munícipes para participarem da referida Audiência Pública, objetivando apreciar, discutir e elaborar a Lei Orçamentária do Município para o ano de 2022.

A audiência em comento será realizada no dia **22 de setembro de 2021, às 14:00 horas, no canal da Prefeitura Municipal de Jauru/MT no YouTube**, podendo ser acessado/estando disponível, no seguinte endereço: **https://www.youtube.com/channel/UCv7x0teJN6Jhhmnt3...**

Destaca-se por fim, que eventual sugestão/participação/dúvida por parte de qualquer cidadão, poderá ser feita/enviada pelo e-mail: prefeiturajauru@jauru.mt.gov.br ou por: ouvidoria@jauru.mt.gov.br.

Paço Municipal José Peres, em Jauru-MT, 10 de setembro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - N° 006/2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

N° 006/2021.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRECIAÇÃO DO RGF DO 2º QUADRIMESTRE DE 2021 DO MUNICÍPIO DE JAURU/MT

O Excelentíssimo Senhor: **VALDECI JOSÉ DE SOUZA,** Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao Art. 9º, § 4 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC n.º 101/2000, **CONVOCA** todos os munícipes para participarem da referida Audiência Pública, objetivando Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2021.

Com arrimo nos Lei Federal n.º 13.979, Portaria n.º 356 do Ministério da Saúde, do Decreto Federal n.º 10.212; dos Decretos Estaduais n.º 407/2020, 425/2020 e 432/2020, e no Decreto Municipal n.º 53/2021, **a referida Audiência ocorrerá virtualmente, no dia 28 de setembro de 2021, no canal da Prefeitura Municipal de Jauru/MT no YouTube**, podendo ser acessado/estando disponível, no seguinte endereço:**https://www.youtube.com/channel/UCv7x0teJN6Jhhmnt3...**

Destaca-se por fim, que eventual sugestão/participação/dúvida por parte de qualquer cidadão, poderá ser feita/enviada pelo e-mail: prefeiturajauru@jauru.mt.gov.br ou por: ouvidoria@jauru.mt.gov.br.

Paço Municipal José Peres, em Jauru-MT, 10 de setembro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 510/2021.

PORTARIA Nº 510/2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE COMPÕE A COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS CULTURAIS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando, o Processo SAD nº 12.390 de 09/09/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros para compor a comissão do Conselho Municipal de Políticas Culturais:

Presidente: Tatiane Mara Ussuna;

Vice-Presidente: Mauro Sérgio da Silva;

Secretária: Vanilza Oliveira de Souza;

Como representante do Poder Executivo nomeado pelo Prefeito Municipal: Titular: Vanilza Oliveira de Souza, CPF: 034.623.481-67, CI RG: 2154347-0 SSP/SP e suplente Aline Francisco da Silva, CPF nº 006.093.681-92, CI RG nº 1521069-3 SSP/MT; **Como representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:** Titular: João Batista Rissotti, CPF: 502.816.581-53, CI RG n° 23351375-9 SSP/SP e suplente Flavio do Nascimento Melo, CPF: 009.995.481-82, CI RG: 1397973-6 SSP/MT; **Como representante do Poder Legislativo:** Titular: Eduardo Zimmerman Costa, CPF: 302.800.358-96, CI RG: 34623180-2 SSP/SP e suplente José Mercedes Galvão Filho, CPF: 411.371.831-87, CI RG: 600159 SSP/MT; **Como representante das Entididades de Ensino Superior:** Titular: Saulo Augusto de Moraes, CPF: 958.444.901-00, CI RG: 1447432-8 SSP/MT e suplente Ana Maria de Lima, CPF: 825.888.721-15, CI RG: 0935267-8 SSP/M; **Como representante de Artes Plásticas e Artesanato:** Titular: Rosenilde Antônia dos Santos, CPF: 019.453.301-80, CI RG: 1386304-5 SSP/MT e suplente Maria Elizia Cardozo Magrinelli, CPF: 503.645.961-04, CI RG: 2467100-2 – SSP/MT; **Como representante de musica:** Titular: João Luiz Pascoski, CPF: 271.790.791-20, CI RG: 214554-2 SSP/PR e suplente Aline Rodrigues dos Santos Rocha, CPF: 042.994.481-03, CI RG: 3016598-9; **Como representante de teatro:** Titular: Mauro Sergio da Silva, CPF: 581.046.311-87, CI RG: 1142408-7 e suplente Vanessa Oliveira de Almeida, CPF: 059.883.671-35, CI RG: 2807602-8; **Como representante de dança:** Titular: Tatiane Mara Ussuna, CPF: 019.453.301-80, CI RG: 1161498-6 SSP/MT e suplente Crebersson Batista de Sales, CPF: 031.005.151-70, CI RG: 2015642-1 SSP/MT; **Como representante de organizações afrodescendente**s: Titular: Valdeson de Paula Portela, CPF: 862.021.031-91, CI RG: 1250365-7 e suplente Michel de Andrade, CPF: 315.840.288-23, CI RG: 28136-3; **Como representante das etnias Indígenas:** Titular: Nicolau Morimã Neto, CPF: 340.322.311-68, CI RG: 1369742-0 SSP/MT e suplente Katia Francisca Kayabi, CPF: 017.547.701-93, CI RG: 1904073-3 SSP/MT; **Como representante do Museu do Vale do Arinos:** Titular: José Guilherme de Araújo Filho, CPF: 054.110.281-83, CI RG: 2347900-0 - SSP/MT e suplente Luciana de Macedo Gomes Leite, CPF: 062.053.021-95, CI RG: 2673662-4 SSP/MT;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 09 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 506/2021.

PORTARIA Nº 506/2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE COMPÕE A COMISSÃO DO REDIMENSIONAMENTO PELA ORGANIZAÇÃO DAS MATRICULAS DAS UNIDADES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO DE 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, JUNTAMENTE COM A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA PEDAGOGICA DE JUARA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, considerando as exigências da Lei de Diretrizes e Base da Educação, procede a organização das matrículas das Unidades de Ensino Público do Município de Juara/MT, para o ano de 2022.

Considerando, o Processo SAD nº 12.354 de 08/09/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR, comissão conjunta formada pelos profissionais abaixo relacionados, para que sob a coordenação do primeiro e do segundo, procedam ao Reordenamento da Rede Pública de Ensino Público do Município de Juara - MT, com o objetivo de garantir qualidade ao atendimento em 2022.

Secretaria Municipal de Educação

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Elizabete de Jesus Furlan

Maria do Carmo Barros Hata

Assessoria Pedagógica de Juara

Maria Devanildes do Carmo Kayabi

Vanderlei Carvalho dos Santos

Gestor Estadual

Marcelo de Oliveira Miranda

Alexandre da Silva Colinsque

Anderson Aparecido Volpato

Carlos Augusto Garrido do Lago

Dirlei Perin

Noemi Rodrigues da Cruz

Sidnei Conceição Castão

Jáspio Alencar de Souza

Cindy Lauper Ferreira Silva

Gestor Municipal

Gislaine Evangelista da Silva

Geneilda de Souza Silva

Cassius Cley Ferreira

Haroldo Ferreira Coutinho

Ailton Francisco da Silva

Evania Francielli Colet Mendonça

Conselho Municipal de Educação

Ana Paula Pereira da Silva

Representante do SINTEP

Wagner Fanini Belarmino de Jesus dos Santos.

Representante da Diretoria Regional da Educação

Cervan Gomes Ferreira

Elaine Cristina da Silva Moreira

Representante de Alunos

Carlos Eduardo de Jesus Machado

Jamili Gimenez Inácio

Ângela Parecida Magalhães Castão

Cristina Queiroz da Silva

Representante dos Profissionais da Educação

Claudio Rezer

Gislaine do Nascimento

Marli Lauro

Gisele da Silva Metka

Rosimeire Ribeiro da Silva

Lucélia Tondin Coutinho

Taisa Suelen Miranda Bólbo

Representante do Transporte Escolar

Odair Pereira da Hora

Evaristo José dos Santos

Mônica da Silva Costa

Representante do Poder Legislativo

Vereadora: Marta Dalpiaz Nepomuceno

Vereador: Luciano Aparecido de Oliveira

Artigo 2º- Determina que as decisões decorrentes do processo de Organização Escolar sejam acatadas e cumpridas pelas Equipes Gestoras das Unidades de Ensino Estaduais e Municipais de Juara/MT.

Artigo 3º - A referida comissão deverá iniciar seus trabalhos após a assinatura desta Portaria, no prazo de 30 (trinta) dias apresentando quadro de atendimento da Demanda Escolar para o ano letivo de 2022.

Artigo 4º - Após a finalização dos trabalhos o relatório final deverá ser encaminhado a Coordenadoria de Microplanejamento e Estrutura Escolar – SUGT/SEDUC, a qual deliberará sobre o caso.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação. Revogando em especial a Portaria nº 398/2019 de 15/07/2019, publicada Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Ano XIV nº 3.278, dia 26/07/2019 Pag.130.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 08 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS
488,494,495,496,497,498,499,500,501,502,503,505,507,508,509-2021

PORTARIA Nº488/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE GRUPO GERADOR AUXILIAR E ALIMENTAÇÃO DOS QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUARA

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, Processo SAD nº 11.875 de 31/08/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARDI**, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de F**iscal** R**esponsável pelo** A**companhamento e** F**iscalização da** E**xecução** para implantação de grupo gerador auxiliar e alimentação dos quadros de distribuição de energia do

Hospital Municipal de Juara, conforme Contrato nº 070/2021 e Tomada de Preço n.º 009/2021

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº494/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DO BAIRRO JARDIM CRUZEIRO DO SUL, BAIRRO RESIDENCIAL PORTO SEGURO II E DUPLICAÇÃO DA AVENIDA RIO ARINOS, NO MUNICÍPIO DE JUARA - MT".

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, Processo SAD nº 12.274 de 03/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARDI**, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de **Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização** da Elaboração de Projetos de Pavimentação Asfáltica e Drenagem para a Execução das Obras de Pavimentação do Bairro Jardim Cruzeiro do Sul, bairro Residencial Porto Seguro II e duplicação da Avenida rio Arinos, no Município de Juara - MT". Conforme carta convite 001/2021 e Instrumento Contratual nº 017/2021

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 03 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº495/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DECONSTRUÇÃO DOCENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – CER II.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, Processo SAD nº 12.273 de 03/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARDI**, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da obra de Construção do Centro Especializado em Reabilitação - CER II, conforme Tomada de Preço nº 015/2020 e Instrumento Contratual nº 211/2020.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 03 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº496/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DECONSTRUÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO NO MUNICÍPIO DE JUARA/MT.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, Processo SAD nº 12.272 de 03/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARDI**, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a Função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra de Construção do Centro Esportivo no Município de Juara/MT, conforme Tomada de Preço nº 014/2020 e Instrumento Contratual nº 210/2020.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 03 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº497/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL EM DIVERSOS TRECHOS DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE JUARA/MT.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, Processo SAD nº 12.271 de 03/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARDI**, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a Função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra para Pavimentação Asfaltica e Drenagem de Agua Pluvial em Diversos Trechos de Vias Urbanas no Município de Juara/MT, conforme Contrato nº 216/2020 e Tomada de Preço n.º 017/2020.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 03 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº498/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA "PARA A COMPLEMENTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL NA RUA CAXIAS, RUA RIO E CRUZAMENTOS DA AVENIDA MATO GROSSO NO BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE JUARA MT".

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, Processo SAD nº 12.269 de 03/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARDI**, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de **Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Execução da Obra "** para a Complementação de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Superficial na rua Caxias, rua Rio e Cruzamentos da Avenida Mato Grosso no bairro Centro no Município de Juara/MT**"**, conforme Contrato nº 206/2020 e Dispensa n.º 046/2020.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 03 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº499/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTURAS DOS ESPAÇOS PUBLICOS MUNICIPAIS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, Processo SAD nº 12.267 de 03/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARDI**, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos serviços de pinturas dos espaços Públicos Municipais, conforme Tomada de Preço nº 004/2021 e Instrumento Contratual nº 062/2021.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 03 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº500/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CAPA SELANTE NAS RUAS DO BAIRRO JOÃO DE BARRO NO MUNICÍPIO DE JUARA-MT.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, Processo SAD nº 12.266 de 03/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARDI**, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra de Pavimentação Asfáltica com capa selante nas ruas do bairro João de Barro no Município de Juara-MT. Conforme Tomada de Preço nº 022/2020 e instrumento Contratual nº 231/2020.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 03 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº501/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA "EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO

ASFÁLTICA COM TSD E DRENAGEM SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSAS RUAS DO BAIRRO PARQUE ALVORADA EM JUARA/MT".

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, Processo SAD nº 12.264 de 03/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARDI**, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da obra "Execução de Pavimentação Asfáltica com TSD e Drenagem Superficial de Águas Pluviais em Diversas Ruas do Bairro Parque Alvorada em Juara/MT". Conforme modalidade Licitatória Tomada de Preço nº 016/2019 SECAD **e Instrumento Contratual nº** 211/2019**.**

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 03 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº502/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL EM RUAS DO CENTRO E DO BAIRRO PARQUE ALVORADA NO MUNICÍPIO DE JUARA/MT.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, Processo SAD nº 12.262 de 03/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARDI**, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra de Pavimentação Asfaltica e Drenagem Superficial em Ruas do Centro e do bairro Parque Alvorada no Município de Juara/MT. Conforme Tomada de Preço nº 021/2020 e instrumento Contratual nº 223/2020.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 03 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº503/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE RESTAURAÇÃO DA MALHA VIÁRIA COM EXECUÇÃO DE MICRO REVESTIMENTO E CBUQ NAS VIAS URBANAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, Processo SAD nº 12.259 de 03/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARDI**, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da de Restauração da Malha Viária com execução de Micro revestimento e CBUQ nas vias Urbanas do Município de Juara, conforme processo Licitatório concorrência Pública nº 001/2018 e contrato CPL nº 209/2018.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 03 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº505/2021.

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGIME DE MÚTUA COLABORAÇÃO, PARA SUBSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA POR BUEIROS CELULARES NO MUNICÍPIO DE JUARA/MT.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, o Processo SAD nº 12.378/2021.

RESOLVE:

Art.1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de JUARA/MT, tornar público a aprovação do projeto de regime de mútua colaboração, para substituição de pontes de madeira por bueiros celulares no Município de Juara/MT, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	O PRESENTE CONVÊNIO TEM POR OBJETO ESTABELECIMENTO DE PARCERIA ENTRE AS PARTES, EM REGIME DE MUTUA COLABORAÇÃO, PARA SUBSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA POR BUEIROS CELULARES NO MUNICÍPIO DE JUARA/MT.	NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: Agenor Evangelista da Silva Júnior CREA: MT 044990

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL (a): Joaquim Tolovi Junior

CREA: 1202740502

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 08 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

JOAQUIM TOLOVI JUNIOR

Secretário Adjunto de Cidade

PORTARIA Nº507/2021.

Designar como Fiscal Responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução de instalação da rede de gases medicinais oxigênio e gás comprimido.

Carlos Amadeu Sirena, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 12.403 de 09/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARDI**, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo A**companhamento e** F**iscalização da** E**xecução** de Instalação da Rede de Gases Medicinais Oxigênio e Gás Comprimido, conforme Contrato nº 052/2021 e Tomada de Preços n.º 003/2021

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 09 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº508/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA RIO ARINOS.

Carlos Amadeu Sirena, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 12.406 de 09/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **JOÃO MIGUEL BISPO BERNARD**I, portador do RG n° 2565878-6 SSP/MT, CPF n° 053.674.871-30 e CREA MT nº 50584, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra de Reforma e Revitalização do Canteiro Central da Avenida Rio Arinos, conforme Tomada de Preço nº 005/2021 e Instrumento Contratual nº 063/2021.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 09 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº509/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA, TRIFASICA EM 13,8KV COM UM POSTO DE TRANSFORMACAO PASSANTE DE 75 KVA , 13,8 KV 220/127/V 60HZ."

Carlos Amadeu Sirena, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD 12.408 de 09/09/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolve:

Art. 1º Designar a Arquiteta e Urbanista **SUZIANE REGINA SILVA DA ROCHA**, portador do RG n° 24981982 SSP/MT, CPF n° 047.291.441-39 e CAU n° A158548-7, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da execução do projeto de rede de distribuição urbana de energia elétrica, trifásica em 13,8kv com um posto de transformação passante de 75 kva , 13,8 kv 220/127/v 60hz**,**". Conforme Tomada de Preço nº 010/2021 e instrumento Contratual nº 097/2021.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 09 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS 504 E 511-2021

PORTARIA Nº 504/2021.

Dispõe sobre a Prorrogação da Portaria nº406/2021 que nomeou os membros para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 11.663 de 25/08/2021.

RESOLVE:

Art. 1º **-** Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir desta data, a Portaria nº 406/2021, em desfavor do servidor L.C.A, matrícula n°6586.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 08 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 511/2021.

Dispõe sobre a Prorrogação da Portaria nº445/2021 que nomeou os membros para compor a Comissão de Sindicância.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 12.335 de 08/09/2021.

RESOLVE:

Art. 1º **-** Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir desta data, a Portaria nº 445/2021, em desfavor da servidora E.H.L, matrícula n°7900.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 10 de setembro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO MUNICIPAL VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2021.

DECRETO N.º 124, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Municipal vigente do Exercício de 2021, devidamente, autorizado pela Lei Municipal n.º 1.958/2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no Orçamento Municipal do Exercício de 2021 da Câmara Municipal de Juína, Município de Juína/MT, com base na Autorização da Lei Orçamentária Anual – LOA, no valor de R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), para cobrir as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE JUÍNA	
Unidade Orçamentária:	001	Câmara Municipal de Juína
Função:	01	Legislativa
Sub Função:	031	Ação Legislativa
Projeto/Atividade:	1001	Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos
Elemento Despesa:	4490520000	Equipamentos e Material Permanente .....R$ 70.000,00
Projeto/Atividade:	2001	Material de Consumo e Expediente
Elemento Despesa:	3390300000	Material de Consumo .....R$ 150.000,00
Projeto/Atividade:	2002	Remuneração dos Vereadores e Servidores
Elemento Despesa:	3190130000	Obrigações Patronais .....R$ 15.000,00
Projeto/Atividade:	2003	Manutenção das Atividades Legislativas e Concursos
Elemento Despesa:	3390400000	Serviço de Tecnologia da Inform e Comum .....R$ 60.000,00
Projeto/Atividade:	2004	Locomoção, diária e Treinamento
Elemento Despesa:	3390390000	Outros Serv Terc P. Jurídica .....R$ 5.000,00
TOTAL GERAL.....		.....R$ 300.000,00

Art. 2.º Para dar cobertura aos Créditos abertos, no valor de R$ 300. 000,00 (trezentos mil reais), de recursos oriundos de anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE JUÍNA	
Unidade Orçamentária:	001	Câmara Municipal de Juína
Função:	01	Legislativa
Sub Função:	031	Ação Legislativa
Projeto/Atividade:	1002	Const. Ampl e reforma do prédio da Câmara Municipal
Elemento Despesa:	4490510000	Obras e Instalações .....R$ 285.000,00
Projeto/Atividade:	2002	Remuneração dos Vereadores e Servidores
Elemento Despesa:	3190110000	Vencimentos e Vantagens Fixas .....R$ 15.000,00
TOTAL GERAL.....		.....R$ 300.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína-MT, 10 de setembro de 2021.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

LEI Nº. 1.348 DE 27 DE AGOSTO DE 2021.

DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO DE RECEITAS E TRIBUTOS PELO MUNICÍPIO DE JURUENA ATRAVÉS DE CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga o seguinte Projeto de Lei de Autoria do **Vereador Diogo Orben.**

ARTIGO 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber o pagamento dos contribuintes, impostos, taxas, contribuição de melhoria e divida ativa de natureza tributária, através de cartão de crédito ou cartão de débito.

ARTIGO 2º. Nos pagamentos de tributos municipais realizados pelo cartão de crédito e débito, o Poder Executivo acrescentará a taxa de administração da operadora ao valor principal da cobrança, de modo a não causar perda de arrecadação por parte da municipalidade.

ARTIGO 3º. O recebimento pelo Município dos valores descritos no art. 1º, de forma parcelada, será em até 10 (dez) vezes no cartão de crédito, com os acréscimos que a legislação tributária municipal vigente fizer incidir no caso de pagamento parcelado e de acordo com o mínimo de parcelas possíveis.

Parágrafo Único: A parcela única do Imposto Territorial Urbano (IPTU), por já incidir desconto, não poderá ser parcelada.

ARTIGO 4º. A operacionalização do recebimento de valores relativos aos tributos municipais de cartão de crédito ou débito, deverá ser feita através de credenciamento de empresas aptas à prestação do serviço, observando-se a legislação pertinente e os princípios da Administração Pública.

ARTIGO 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 27 de Agosto de 2021.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO CONTRATO 035/2021

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e RW Fabricação e Distribuição De Maquinas e Equipamentos Eireli - EPP

OBJETO: "Aquisição De Equipamento Para Oficina Mecânica, Visando Atender Demandas Das Secretarias Municipais Deste Município, Conforme Especificações e Quantidades Estabelecidas No Termo De Referencia"

PRAZO: 09.12.2.021

VALOR: R$ 16.542,42 (Dezesseis Mil, Quinhentos Quarenta Dois Reais, Quarenta Dois Centavos).

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e RW Fabricação e Distribuição De Maquinas e Equipamentos Eireli – EPP - CNPJ: 22.203.983/0001-04

EXTRATO 3º ADITIVO CONTRATO 035/2018

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Rocha De Freitas e Amaral Ltda - ME

OBJETO: "Contratação De Empresa Especializada Em Prestação De Serviços Em Locação De Veiculos, Incluindo Pequenas Manutenção, Combustivel, Sem Motorista, Para Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde, Do Municipio De Juscimeira/MT".

PRAZO: 04.09.2022

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Rocha De Freitas e Amaral Ltda - ME – CNPJ: 30.636.970/0001-49

EXTRATO 2º ADITIVO CONTRATO 026/2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Gextec – Gestão Em Tecnologia Eireli - EPP

OBJETO: "Contratação De Serviços De Locação e Uso De Licenças Para Módulos De Sistema De Gestão De Recurso Públicos Integrados 100% Web e Serviços Relacionados Para Atender Às Necessidades Das Secretarias Municipais Da Prefeitura Municipal De Juscimeira/MT"

PRAZO: 10/09/2022

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Gextec – Gestão Em Tecnologia Eireli – EPP – CNPJ: 04.240.771/0001-07

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021

Eu, Marcelo Vieira Vitorazzi, Prefeito do Município de Lambari d'Oeste, Estado de Mato Grosso, FAÇO SABER que nesta data fica "HOMOLOGADA" a licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 03/2021, que tem por objeto a **"aquisição de Patrulha Mecanizada – máquina pesada do tipo Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, conforme Contrato de Repasse nº 892130/2019, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento - MAPA e o Município de Lambari d'Oeste - MT",** do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO**,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, do Edital, em favor da empresa: COPEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.160.566/0001-22, sediada na Avenida Julio Domingos de Campos (Lot. Estrela Dalva), nº 4439, Marajoara, CEP 78138-198, Várzea Grande - MT, com o valor de R$ 460. 000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais).

Lambari d´Oeste - MT, 10 de setembro de 2021.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 028/2021 PREGÃO ELETRÔNICO 011/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 028/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 011/2021

A Prefeitura Municipal de Luciara, através do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico 011/2021, no dia 23/09/2021, às 09:00h, para Registro de Preços para Futura e Eventual **aquisição de equipamentos para uma Farinheira no Município de Luciara - MT**, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada à Avenida Lúcio Pereira Luz, 450 – Centro – Luciara-MT. Maiores informações pelo telefone (66) 3528-1189 ou Email: licitacao@luciara.mt.gov.br

Luciara-MT, em 10 de Setembro de 2021.

_____

TALITA TEIXEIRA FEITOSA

Pregoeira

PORTARIA N.º 142/2021 "ANULA PORTARIA Nº 0140/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 142/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

"Anula portaria nº 0140/2021 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o bom andamento do serviço público;

CONBSIDERANDO a necessidade urgente da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Artigo 1º - **ANULAR** a portaria nº140/2021 a qual Concede a servidora efetiva **MALBA RIBEIRO MARTINS**, portador do RG 1156900 - SSP/MT e do CPF021.875.521 - 01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares, que serão gozadas no período de **01/09/2021 a 10/09/2021.**

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos até o dia 01 de setembro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 10 de Setembro de 2021.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10525 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª. **LEANDRA CASTIGLIONI,** a exercer o cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO,** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**, a qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de setembro do ano corrente, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10583 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE PROJETO DE SUBSTITUIÇÃO DE DOZE PONTES DE MADEIRA MEDIANTE INSTALAÇÃO DE ADUELAS DE CONCRETO EM RODOVIAS VICINAIS DO MUNICIPIO DE MATUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá -Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Matupá-MT, tornar público a **APROVAÇÃO DO PROJETO DE SUBSTITUIÇÃO DE DOZE PONTES DE MADEIRA MEDIANTE INSTALAÇÃO DE ADUELAS DE CONCRETO EM RODOVIAS VICINAIS DO MUNICIPIO DE MATUPÁ**, conforme discriminação das metas abaixo:

Meta	Descrição	Unid. Medida	Qtde	Início	Término
1	Ponte sobre o córrego Vilmar, localizado na MT-419, coordenadas latitude 10°06'33,1" S e longitude 54°11'02,1" O, BDCC 2,50 X 2,50	Metros	10	05/07/2021	16/07/2021
2	Ponte sobre o córrego Danilo, localizado na MT-419, coordenadas latitude 10°08'30,0" S e longitude 54°11'08,7" O, BDCC 2,50 X 2,50	Metros	10	12/07/2021	23/07/2021
3	Ponte sobre o córrego Alcir, localizado na Linha 02, coordenadas latitude 10°08'02,5" S e longitude 54°13'26,2" O, BSCC 2,50 X 2,50	Metros	10	12/07/2021	23/072021
4	Ponte sobre o córrego Edivandro, localizado na MT-419, coordenadas latitude 10°08'54,2" S e longitude 54°12'23,3" O, BSCC 2,00 X 2,00	Metros	10	23/07/2021	04/08/2021
5	Ponte sobre o córrego Aldo, localizado na MT-419, coordenadas latitude 10°09'00,7" S e longitude 54°12'44,4" O, BDCC 2,50X2,50	Metros	10	04/08/2021	26/08/2021
6	Ponte sobre o córrego Retiro II, localizado na MT-419, coordenadas latitude 10°09'09,3" S e longitude 54°12'55,2" O, BDCC 2,50X2,50	Metros	10	04/08/2021	26/08/2021
7	Ponte sobre o córrego Cruzeiro, localizado na Estrada E-70 - Zona Rural, coordenadas latitude 10°01'25,7 S e longitude 54°13'10,2 O, BTCC 3,00X3,00	Metros	10	04/08/2021	26/08/2021
8	Ponte sobre o córrego Valdico, localizado na Linha 03, coordenadas latitude 10°10'02,5" S e longitude 54°14'03,9" O, BDCC 2,50X2,50	Metros	10	04/08/2021	26/08/2021
9	Ponte sobre o córrego Jurandirzinho, localizado na Linha 03, coordenadas latitude 10°10'04,0" S e longitude 54°14'30,7" O, BSCC 2,00 X 2,00	Metros	10	04/08/2021	26/08/2021
10	Ponte sobre o córrego Mizinho, localizado na Linha 03, coordenadas latitude 10°10'04,9" S e longitude 54°15'14,5" O, BSCC 2,50 X 2,50	Metros	10	04/08/2021	26/08/2021
11	Ponte sobre o córrego Peão Rodado, localizado na Linha 03, coordenadas latitude 10°10'06,1" S e longitude 54°15'57,4" O, BSCC 2,50 X 2,50	Metros	10	04/08/2021	26/08/2021
12	Ponte sobre o córrego Cachoeirinha, localizado na Linha 03, coordenadas latitude 10°10'07,4" O S e longitude 54°16'56,8" O, BSCC 2,50 X 2,50	Metros	10	04/08/2021	26/08/2021

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

Engenheira Civil - Adryana Lucia Fernandes

CREA: 1213134218

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se;

Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10543 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021.

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ***FUNÇÃO GRATIFICADA (R$ 400,00)***, conforme PCCV, a servidora ***MARILENE LOPES VASCONCELOS,*** **junto a Secretaria Mu-**

nicipal de *Saúde,* a qual é responsável pelo setor do Covid e apoio administrativo do Hospital Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de setembro, revogando as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3776 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 19/02/2021;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Assistência Social, situado a Rua 05, nº 102B Qd Nec, Bairro - União, Matupá – MT, fone: (66) 3595-1210, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11- *Endereço de e-mail* ***obrigatório***

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: PSICÓLOGO - ZONA URBANA

NOME	RG	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
KAUANY DA SILVA MENESES	28099702	17	10º	CLASSIFICADO

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10541 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Revogado a Portaria n° 3115 de 04 de outubro de 2013, a qual nomeava o Sr. **DIONISIO PEREIRA JORGE**, a exercer o cargo de ***AD-***

JUNTO IMEDIATO, junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES.**

Art. 2º Esta Portaria entrara em vigor no dia 01 de setembro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3777 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 19/02/2021;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se; Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11- *Endereço de e-mail* ***obrigatório***

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: MANUTENÇÃO E LIMPEZA - ZONA URBANA

NOME	RG	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
ALINE ALVES WANDERLEY	1629660-5	22	8º	Classificado(a)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10526 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. ***LUIZ PAULO LIBERALI*** a exercer o cargo de ***CHEFE DE DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL,***

junto a ***SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER*** o qual assume total responsabilidade pelos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de setembro do ano corrente, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUINTO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 090/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BAIRRO ZH2-004 EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 06/2020, Concorrência Pública 01/2020, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.CONTRATADA: CONSTRUTORA DETERRA LTDA

OBJETIVO: **Ficam alteradas as *Cláusula Quinta – 5.1* e *Cláusula Sexta* – 6.1que passam a vigorar com a seguinte redação:**

5.1 - Cláusula Quinta – Vigência Do Contrato

O novo prazo de **Vigência** do contrato é aditado em **90 (noventa)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **30 DE NOVEMBRO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Cláusula Sexta - Prazo, Andamento, Sub – Contratação, Prorrogação dos Serviços e Recebimento da Obra.

06-1- Prazo de Execução

O novo prazo de **execução** do contrato é aditado em **90 (noventa)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **30 DE NOVEMBRO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 01/09/2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEXTO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 111/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BAIRRO ZC1-001 E ZC1-002 DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. *Contidas nos anexos do Edital 010/2020, TOMADA DE PREÇO 04/2020, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.* CONTRATADA: CONSTRUTORA DETERRA LTDA

OBJETIVO: **Ficam alteradas as *Cláusula Quinta – 5.1* e *Cláusula Sexta* – 6.1que passam a vigorar com a seguinte redação:**

5.1 - Cláusula Quinta – Vigência Do Contrato

O novo prazo de **Vigência** do contrato é aditado em **90 (noventa)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **05 DE DEZEMBRO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Cláusula Sexta - Prazo, Andamento, Sub – Contratação, Prorrogação dos Serviços e Recebimento da Obra.

06-1- Prazo de Execução

O novo prazo de **execução** do contrato é aditado em **90 (noventa)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **30 DE NOVEMBRO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 01/09/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10530 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª. **ANTONIA WERICA GALVÃO COSTA PAIXAO,** a exercer o cargo de **TECNICO EM NIVEL SUPERIOR,** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE**, a qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de setembro do ano corrente, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10531 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª. **ELANE DE SOUZA BORGES,** a exercer o cargo de **CHEFE DE DIVISAO,** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de setembro do ano corrente, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10532 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

"Conceder LICENÇA PRÊMIO em pecúnia ao Servidor, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 81/2013, Art. 121, § 1º.;

RESOLVE;

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO em pecúnia** para o seguinte servidor (a):

Matricula	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Secretaria de Lotação
2623	CLEUSI HINTZ	06/06/2012 a 05/06/2017	01/09/2021 a 30/09/2021	Sec. Municipal de Educação e Desporto

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de setembro, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10533 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **VALMIR ZANELLA,** a exercer o cargo de **ADJUNTO IMEDIATO,** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE**, a qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços prestados.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de setembro do ano corrente, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10534 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. ***DAYANE LAIS FERREIRA*** a exercer o cargo de ***ADJUNTO IMEDIATO,*** junto a ***SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE*** a qual assume total responsabilidade pelos serviços prestados.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de setembro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10535 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

"Conceder LICENÇA PRÊMIO em pecúnia ao Servidor, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 81/2013, Art. 121, § 1º.;

RESOLVE;

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO em pecúnia** para o seguinte servidor (a):

Matricula	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Secretaria de Lotação
6478	EVA VALADARIS DE SOUSA	11/07/2014 a 10/07/2019	01/09/2021 a 30/09/2021	Sec. Municipal de Educação e Desporto

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de setembro, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 110/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BAIRRO ZC1-003 DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 09/2020, TOMADA DE PREÇO 03/2020, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.

CONTRATADA: CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA

OBJETIVO: **Ficam alteradas as *Cláusula Quinta – 5.1 e Cláusula Sexta* – 6.1 que passam a vigorar com a seguinte redação:**

5.1 - Cláusula Quinta – Vigência Do Contrato

O novo prazo de **Vigência** do contrato é aditado em **60 (sessenta)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **05 DE NOVEMBRO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Cláusula Sexta - Prazo, Andamento, Sub – Contratação, Prorrogação dos Serviços e Recebimento da Obra.

06-1- Prazo de Execução

O novo prazo de **execução** do contrato é aditado em **60 (sessenta)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **05 DE NOVEMBRO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 06/09/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10556 DE 06 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a *Progressão de Nível* a servidora efetiva*ANA MARCIA SOECKI* e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o artigo 42 da Lei Complementar Nº 013 de 28 de novembro de 2003, que regulamenta a progressão de nível da carreira dos profissionais da Educação Básica do Município de Matupá – MT;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão de nível a servidora***ANA MARCIA SOECKI,*** inscrita no CPF nº 015.982.069-31, efetiva no quadro de servidores do Município de Matupá, sob a matrícula 6784, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, no cargo de ***PROFESSOR,*** para**Nível 03**, nos termos da fundamentação legal supramencionada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10552 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a *Progressão de Nível* a servidora efetiva*DANIELA APARECIDA BATISTA TITON* e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o artigo 42 da Lei Complementar Nº 013 de 28 de novembro de 2003, que regulamenta a progressão de nível da carreira dos profissionais da Educação Básica do Município de Matupá – MT;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão de nível a servidora***DANIELA APARECIDA BATISTA TITON,*** inscrita no CPF nº 032.663.781-80, efetiva no quadro de servidores do Município de Matupá, sob a matrícula 6779, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, no cargo de ***PROFESSOR,*** para**Nível 03**, nos termos da fundamentação legal supramencionada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10542 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021.

"CONCEDE ADICIONAL DE FUNÇÃP GRATIFICADA AO SERVIDOR EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ***FUNÇÃO GRATIFICADA (R$ 900,00)***, conforme PCCV, ao servidor ***DIONISIO PEREIRA JORGE,*** **junto a Secretaria Municipal de *MEIO AMBIENTE,*** *onde fica responsável pelo aterro sanitário.*

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de setembro, revogando as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10500 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

"Conceder LICENÇA PRÊMIO em pecúnia ao Servidor, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 81/2013, Art. 121, § 1º.;

RESOLVE;

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO em pecúnia** para o seguinte servidor (a):

Matricula	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Secretaria de Lotação
5732	MARIA CELOIR DA SILVA FERREIRA	03/12/2012 a 02/12/2017	01/09/2021 a 30/09/2021	Sec. Municipal de Finanças

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de setembro, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10499 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. ***DOUGLAS SANTOS DA SILVA*** a exercer o cargo de ***SUPERVISOR DO TRANSPORTE ESCOLAR,*** junto a ***SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO,***o qual assume total responsabilidade pelos serviços prestados.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de setembro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10546 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a *Progressão de Nível* a servidora efetiva *ANALEUDE LOPES MORAIS* e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o artigo 22 para progressão de nível da lei 080/2013 e artigos 23, 24, e 25 para promoção horizontal do Município de Matupá – MT;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão de nível a servidora ***ANALEUDE LOPES MORAIS,*** inscrita no CPF nº 003.738.481-37, efetiva no quadro de servidores do Município de Matupá, sob a matrícula 6546, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de ***AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE,*** para **Nível B03**, nos termos da fundamentação legal supramencionada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro retroativo em 01 de agosto de 2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10498 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Revogado a Portaria n° 10479 de 23 de agosto de 2021, a qual nomeava o Sr. **DOUGLAS SANTOS DA SILVA**, a exercer o cargo de ***CHEFE DE DEPARTAMENTO do Transporte Escolar,*** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO.**

Art. 2º Esta Portaria entrara em vigor no dia 01 de setembro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2021

EDITAL Nº 043/2021

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 3.471/2019 DE 21/03/2019

O **PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no *Processo Seletivo Simplificado Edital 001/2019*.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste/MT convocar o (s) imediatamente posterior (es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 10 de setembro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 3.471/2019 DE 21/03/2019

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR DA ÁREA DE PEDAGOGIA	
NOME	**RESULTADO**
FATIMA GUTIERREZ DA SIVA	204º COLOCADO (A)
ANGELA MARIA CASTILHO	205º COLOCADO (A)
ADEMILDO PEREIRA DE OLIVEIRA	206º COLOCADO (A)
ALAIDE RODRIGUES DE OLIVEIRA	207º COLOCADO (A)
PATRICIA DOS SANTOS COUTINHO	208º COLOCADO (A)

Mirassol D'Oeste, 10 de setembro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 42/2021

EDITAL Nº 42/2021

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.503/2019

DE 11 DE JUNHO DE 2019

O **PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no *Processo Seletivo Simplificado Edital 002/2019*.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deverão entrar em contato à Coordenadoria de Gestão de Pes-

soas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos local de trabalho.

Considerando a urgência na contratação os candidatos que informaram número de telefone na inscrição foram contatados, bem como encaminhado e-mail de convocação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 10 de setembro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.503/2019

DE 11 JUNHO DE 2019

ANEXO ÚNICO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
NOME	**RESULTADO**
LUZIA DE JESUS MADALENA	53º COLOCADO(A)
GISELE GOMES PEREIRA	54º COLOCADO(A)
ROSAINE MARIA DA SILVA	55º COLOCADO(A)

Mirassol D'Oeste, 10 de setembro de 2021

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 033 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 033 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS, brasileira, portadora do RG no 12588310 SSP/MG, inscrito no CPF sob n° 012.340.766-40, Residente e Domiciliada na Rua Senador Henrique Della Roque, n° 4.062, Bairro Jardim das Flores, Cidade Mirassol D'Oeste – MT**,** PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora LUSSANDRA CAMPOS RODRIGUES, farmacêutica, matricula n° 14, CPF n° 882.819.651-34, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 045/2021** celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE e a empresa W M SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N. 10.532.271/0001-41, que tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento, gerenciamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, com a finalidade de atender as necessidades da Fundação Municipal De Saúde Prefeito Samuel Greve.

I – Designar a servidor ADRIANA MARQUES FERNANDES, enfermeira, matricula n° 11, CPF n° 286.386.168-99, para acompanhar e fiscalizar, como suplente o referido contrato.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, n° 3.563, bairro centro, em 09 de setembro de 2021.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 034 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 034 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS, brasileira, portadora do RG no 12588310 SSP/MG, inscrito no CPF sob n° 012.340.766-40, Residente e Domiciliada na Rua Senador Henrique Della Roque, n° 4.062, Bairro Jardim das Flores, Cidade Mirassol D'Oeste – MT**,** PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 117 da Lei de Licitações (14.133/21);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora LETISIA GONÇALVES FERREIRA BAIOCCO, assistente administrativa, matricula n° 37, CPF n° 001.196.181-33 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 046/2021** celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE e a empresa EDER DA SILVA NEVES,INSCRITA NO CNPJ Nº 25.532.865/0001-20, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica em informática, com a finalidade de atender as necessidades da Fundação Municipal De Saúde Prefeito Samuel Greve.

I – Designar a servidor GEISIANE RODRIGUES RIBEIRO, recepcionista, matricula n° 43, CPF n° 018.852.671-42 para acompanhar e fiscalizar, como suplente o referido contrato.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 14.133/21 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, n° 3.563, bairro centro, em 09 de setembro de 2021.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

PREFEITURA/PROCURADORIA
COVID-19: DECRETO Nº 4.062 DE 10 DE SETEMBRO DE 202.

ALTERA O DECRETO Nº 3912/2021 EM VIRTUDE DA MUDANÇA DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO PARA BAIXO. REVOGA OS DECRETOS Nº 3925/2021 E 4057/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a mudança quanto à classificação de risco do Município de Mirassol d'Oeste de **moderado para baixo conforme PAINEL EPIDEMIOLÓGICO N º 541 CORONAVIRUS/COVID-19 MATO GROSSO de 31/08/2021**, podendo ser encontrado no link http://www.saude.mt.gov.br/painelcovidmt2/, medidas impostas no Decreto Estadual n° 874/2021, art. 5º.

CONSIDERANDO a Reunião do Comitê de Enfrentamento deliberada via aplicativo de conversas WhatsApp no dia 01/09/2021, **deliberou sobre o retorno das Escolas Particulares com regime 100% presencial**.

DECRETA:

Art. 1º - Altera redação dos incisos I e II, e inclui o parágrafo 1º, 2º e 3º, ao Art. 2º do Decreto nº 3.912, de 28 de janeiro de 2021, passando a vigorar com a seguinte redação:

"I – A partir de 06 de setembro de 2021, as atividades educacionais em todos os níveis, se darão pelo sistema híbrido, (aulas remotas, apoio remoto dos professores, apostilas e presencial) até o pleno restabelecimento das atividades presenciais, ficando facultado aos pais dos alunos, autorizar ou não o ensino presencial do aluno, devendo a instituição de ensino, tomar termo de consentimento para o ensino presencial dos pais;

II – Fica autorizado as instituições de ensino particular a realização de aulas 100% (cem por cento) presencial, desde que cumprido o determinado pela Vigilância Sanitária do Município de Mirassol d'Oeste, respeitado o distanciamento de 1 (um) metro entre os alunos dentro da sala de aula.

§1º- Fica condicionado que a rede de ensino privada deverá apresentar à Coordenadoria de Vigilância Sanitária Municipal, Plano de Ação para volta às aulas 100% (cem por cento) presencial, devendo ser apresentado com antecedência de 07 (sete) dias da data prevista do retorno das aulas 100%, **sujeito à aprovação**.

§2º- As aulas 100% presenciais poderão ser aplicadas enquanto o quadro pandêmico do município permanecer no risco baixo, já no risco moderado e alto 50% (cinquenta por cento) da capacidade, devendo ser suspensa nos casos de risco muito alto, conforme Painel Epidemiológico do Governo do Estado.

§3º- Nos casos em que os pais não autorizem o retorno dos filhos às aulas presenciais, deverá a instituição de ensino disponibilizar aulas e apoio dos professores de forma remota, nos termos do inciso I, deste artigo, enquanto permanecer a Pandemia do Novo Corona Vírus."

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 3.912, de 28 de janeiro de 2021.

Art. 4º - Fica **REVOGADO** o Decreto nº 3925/2021 e 4057/2021, e qualquer outra disposição contrária.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 10 de setembro de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. 479/2021

PORTARIA N. 479 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA QUE ESPECÍFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, de acordo com o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016, Artigo 5º da Lei Complementar nº 199/2020 e Lei Complementar nº. 201 de 13 de julho de 2020,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder, 120 (cento e vinte) dias de **LICENÇA MATERNIDADE** conforme o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016**,** para a servidora **ELIANE FLORIANO SILVA**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de **PROFESSORA,** conforme atestado médico e requerimento de protocolo n° 3368/2021, a partir de 06/09/2021.

Artigo 2° - Concede 60 (sessenta) dias de **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE** para a servidora **ELIANE FLORIANO SILVA**, conforme o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016**.**

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Secretario de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 10 de setembro de 2021.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

JKO/vl

LICITAÇÃO
RETIFICAÇAO

RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 70/2021 – Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATIVIDADES DE DESPORTO COMUNITARIO - NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. O Município de Mirassol D' Oeste informa que procedeu a RETIFICAÇÃO DO EDITAL referente a prazo de entrega conforme impugnação apresentada por potencial licitante. Fica designada a sessão de abertura para o dia 24/09/2021 às 9h (horário de Brasília), sendo mantidas as demais disposições do edital que não foram retificadas.O edital retificado estará disponível no site do Município e na Plataforma LICITANET. M. D' Oeste, 13/09/21. Hector Alvares Bezerra - Prefeito.

PREFEITURA/PROCURADORIA
COVID-19: DECRETO Nº 4.063 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

CRIA REGRAS PARA REALIZAÇÃO DE VELÓRIOS NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE ENQUANTO DURAR A PANDEMIA DO NOVO CORANA VÍRUS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a mudança quanto à classificação de risco do Município de Mirassol d'Oeste de **moderado para baixo conforme PAINEL EPIDEMIOLÓGICO N º 541 CORONAVIRUS/COVID-19 MATO GROSSO de 31/**

08/2021, podendo ser encontrado no link http://www.saude.mt.gov.br/painelcovidmt2/, medidas impostas no Decreto Estadual n° 874/2021, art. 5º.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido no território do Município de Mirassol d'Oeste critérios para realização de Velórios enquanto durar a Pandemia provocada pelo Novo Corona Vírus.

I- Sendo o óbito não provocado por COVID-19 ou qualquer outra doença infecciosa de fácil transmissão de risco epidemiológica, não haverá horário limite para a celebração de velório enquanto o Município estiver na classificação de risco baixo ou moderado, devendo ser respeitado o distanciamento entre as pessoas presente no velório e demais medidas não farmacológicas impostas no Decreto Municipal nº 3978/2021, condicionado a aprovação do Plano de Ação da Funerária pela Vigilância Sanitária Municipal.

II- Os velórios com a classificação em risco alto ou muito alto no painel epidemiológico do Estado de Mato Grosso, deverão acontecer com apenas 4 (quatro) horas de duração, desde que o óbito não tenha sido provado por COVID-19 ou qualquer outra doença infecciosa de fácil transmissão de risco epidemiológico, respeitado as demais medidas não farmacológicas disposta no Decreto Municipal nº 3978/2021.

III- Vedado a realização de velórios por óbito por COVID-19 ou qualquer outra doença infecciosa de fácil transmissão de risco epidemiológico.

IV- Deverão ser respeitadas as medidas não farmacológicas do Decreto nº 3978/2021 e suas alterações.

Art. 4º - Fica **REVOGADA** qualquer outra disposição contrária.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 10 de setembro de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 032 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 032 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS, brasileira, portadora do RG no 12588310 SSP/MG, inscrito no CPF sob n° 012.340.766-40, Residente e Domiciliada na Rua Senador Henrique Della Roque, n° 4.062, Bairro Jardim das Flores, Cidade Mirassol D'Oeste – MT**,** PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora MARINA TEREZA BEZERRA, assistente administrativo, matricula n° 26, CPF n° 979.417.511-00, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 044/2021** celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE e a empresa POSSAVATZ E CIA LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 05.810.997/0001-69, que tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de pães, bolos e salgados, com a finalidade de atender as necessidades da fundação municipal de saúde Prefeito Samuel Greve.

I – Designar a servidor ANDRE OTONIEL XAVIER MAGIO DOS ANJOS FERREIRA, recepcionista, matricula n° 27, CPF n° 061.387.011-51, para acompanhar e fiscalizar, como suplente o referido contrato.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, n° 3.563, bairro centro, em 09 de setembro de 2021.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA**, inscrita no CNPJ: 67.729.178/0004-91, localizada na Praça Emílio Marconato, nº 1000 – Galpão 22, Bairro Núcleo Residencial Doutor João Aldo Nassif, no município de Jaraguariúna, São Paulo, CEP 139.916-074, fone (19) 3522-5800, E-mail: rafaeli.silva@rioclarense.com.br neste ato representada por sua procuradora Sra. Rafaeli Daiane Araújo da Silva, portador do RG: 45.943.589-9 SSP/SP e o CPF: 391.004.374-08, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especifica-

ções contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2554	AMOXICELINA 500 MG	NEO Q/HYP/BRAIN	UNIDADE	30.000	R$ 0,20	R$ 6.000,00
36906	ANLODIPINO, BESILATO DE - 5MG COMPR	NEO Q/HYP/BRAIN	UNIDADE	50.000	R$ 0,03	R$ 1.500,00
15319	DICLOFENACO DE SODIO 25MG 3 ML (CAIXA COM 50 UN)	FARMACE	CAIXA	1.500	R$ 43,50	R$ 65.250,00
36685	METILDOPA 250MG/ COMPRIMIDO	SANVAL	UNIDADE	15.000	R$ 0,37	R$ 5.550,00
34842	PERMETRINA LOCAO 1%	NATIVITA	UNIDADE	500	R$ 1,71	R$ 855,00
						R$ 79.155,00

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 79.155,00 (Setenta e nove mil, cento e cinquenta e cinco reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverá disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ: 67.729.178/0004-91

Sra. Rafaeli Daiane Araújo da Silva

CPF: 391.004.378-08

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ: 12.889.035/0001-02, localizada na Rua Doutor João Caruso, nº 2115, Bairro Distrito Industrial, no município de Erechim – Rio Grande do Sul, CEP 99.706-250, fone (54) 2106-7930, E-mail: gabriel.p@inovamedhospitalar.com neste ato representada por seu procurador Sr. Ricardo Benedito de Magalhães, portador do RG: 0430143-9 SSP/MT e o CPF: 346.165.431-00, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
13715	CEFALEXINA 250 MG5ML 60ML SUSPENSAO	TEUTO	UNIDADE	2.000	R$ 6,00	R$ 12.000,00
25809	CEFALEXINA 500MG COMPR	TEUTO	UNIDADE	30.000	R$ 0,35	R$ 10.500,00
118596	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO 100ML	CIMED	UNIDADE	500	R$ 5,18	R$ 2.590,00
118811	DEXAMETASONA 4 MG	TEUTO	UNIDADE	15.000	R$ 0,21	R$ 3.150,00
541	DIPIRONA 500 MG/ML INJ. 2 ML	TEUTO	UNIDADE	1.500	R$ 0,64	R$ 960,00
						R$ 29.200,00

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 29.200,00 (vinte e nove mil e duzentos reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverá disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

INOVAMED HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 12.889.035/0001-02

Sr. Ricardo Benedito de Magalhães

CPF: 346.165.431-00

Testemunhas:

NNome: CC.P.F. n.º AAssinatura:_____	NNome: CC.P.F.n.º AAssinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2021.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2021.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **NORTELAB COM. ATACADISTA DE PROD. LABORATORIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ: 28.729.142/0001-03, localizada na Rua das Orquídeas, nº 1.207, Setor Residencial Sul, CEP. 78.550-035, no município de Sinop/MT, fone (66) 2102-5700 ou (65) 99996-5778, E-mail: nortelab@nortelab.net neste ato representada pela Sra. Emiliana de Campos Penha Caleiros, portador do RG: 1075668 SSDC/RO e o CPF: 004.405.262-694, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
38670	CORANTE PANOTICO HEMATOLOGICO KIT	RENYLAB	UNIDADE	10	R$ 34,90	R$ 349,00
11243	CREATININA (KIT)	VIDA	UNIDADE	24	R$ 54,90	R$ 1.317,60
34433	HCG 40 TESTES	EBRAM	UNIDADE	15	R$ 39,90	R$ 598,50
35925	KIT IMUNO RAPIDO HIV I&2	MEDLEVERSON	UNIDADE	10	R$ 100,00	R$ 1.000,00
6234	LUGOL FORTE	RENYLAB	LITRO	5	R$ 94,00	R$ 470,00
3510	OLEO DE IMERSAO (FRASCO) 100 ML	RENYLAB	UNIDADE	10	R$ 17,90	R$ 179,00
123359	PONTEIRAS 200 - 1000 MICRO LITROS	GLOBAL TRADE	UNIDADE	5.000	R$ 0,04	R$ 200,00
36251	REAGENTE ASLO WAMA	EBRAM	UNIDADE	15	R$ 34,60	R$ 519,00
34431	REAGENTE PCR WAMA	BIOTECNICA	UNIDADE	15	R$ 33,00	R$ 495,00
25965	REAGENTE SANGUINEO - 01 ANTI A	IMUNOSCAN	UNIDADE	15	R$ 18,80	R$ 282,00
25966	REAGENTE SANGUINEO - 01 ANTI B	IMUNOSCAN	UNIDADE	15	R$ 17,05	R$ 255,75
25967	REAGENTE SANGUINEO - 01 ANTI D	IMUNOSCAN	UNIDADE	15	R$ 30,50	R$ 457,50
36174	REAGENTE VDRL - WIENER	LABORCLIN	UNIDADE	15	R$ 45,90	R$ 688,50
27349	TESTE RAPIDO H.I.V - KIT	MEDLEVERSON	UNIDADE	10	R$ 96,55	R$ 965,50
37450	TIRA PARA TESTE DE GLICEMIA CX C/ 50	ONCALL PLUS	CAIXA	1.000	R$ 24,99	R$ 24.990,00
36252	TIRAS PARA URINA CX c/ 100	WAMA	CAIXA	20	R$ 29,15	R$ 583,00
17706	TRIGLICERIDEOS (KIT)	VIDA	UNIDADE	20	R$ 149,00	R$ 2.980,00
38665	TUBO A VACUO BIOQUIMICA/IMUNOLOGIA COM TAMPA VERMELHA E GEL SEPARADOR 5 ML	LABOR IMPORT	UNIDADE	20000	R$ 0,59	R$ 11.800,00
38666	TUBO VACUO HEMOGRAMA EDTA, TAMPA ROXA 4,5ML	FIRSTLAB	UNIDADE	10.000	R$ 0,36	R$ 3.600,00
36249	UREIA PP REF 427E	VIDA	UNIDADE	20	R$ 87,49	R$ 1.749,80
						R$ 53.480,15

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 53.480,15 (cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

NORTELAB COM. ATACADISTA DE PROD. LABORATORIAIS LTDA

CNPJ: 28.729.142/0001-03

Sra. Emiliana de Campos Penha Caleiros

CPF: 004.405.262-694

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 127/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 127/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 740.239 SSP/UF e CPF/MF nº 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ n° 02.520.829/0001-40, com sede na Rod. BR 480, n° 180, Centro, Barão de Cotegipe-RS, Cep: 99.740-000, fone: 54-3523-2600, e-mail: dimaster@dimaster.com.br, sendo representado pelo Sr. Aldecir Maciak, CPF n° 687.498.990-15, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
34723	ACICLOVIR COMPRIMIDO 200 MG	RANBAXY	UNIDADE	3000	R$ 0,18	R$ 540,00
27411	AMIODARONA 200MG COMPR	RANBAXY	UNIDADE	30000	R$ 0,40	R$ 12.000,00
31418	LOSARTANA POTASSICA 50MG/COMPRIMIDO	PRATI DONADUZZI	UNIDADE	300000	R$ 0,07	R$ 21.000,00
509	PARACETAMOL 500MG - COMPR.	PRATI DONADUZZI	UNIDADE	30000	R$ 0,10	R$ 3.000,00
116886	RESPIRIDONA 1MG (GOTAS)	PRATI DONADUZZI	UNIDADE	500	R$ 9,40	R$ 4.700,00
15298	SAIS P/ REIDRATACAO ORAL - ENVELOPE	NATULAB	UNIDADE	5000	R$ 0,69	R$ 3.450,00
						R$ 44.690,00

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 44.690,00 (quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverá disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da

ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA

CNPJ n° 02.520.829/0001-40

Sr. Aldecir Maciak

CPF n° 687.498.990-15

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A***

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses**,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **W.N DIAGNOSTICA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ: 09. 100.467/0001-88, localizada na Rua Antônio Correa, nº 1701, Bairro Jardim Paulista, CEP. 79.050-210, no município de Campo Grande/MS, fone (67) 3342-0677, E-mail: wndiag@wndiagnostica.com.br, neste ato representada pela Sra. Vanessa Bruno, portador do RG: 38670408-9 SSP/SP e o CPF: 037.231.751-04, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2563	AZUL DE METILENO CONCENTRADO SEG. ZIEHL (LITRO)	NEWPROV / RMS 10287910054	UNIDADE	16	R$ 29,00	R$ 464,00
14087	FATOR REUMATOIDE (KIT)	WAMA - RMS 10310030097	UNIDADE	24	R$ 30,50	R$ 732,00
27385	FUCSINA FENICANA ZIEHL NELSEEN 1000 ML	NEWPROV - RMS 10287910054	UNIDADE	10	R$ 45,00	R$ 450,00
126639	MICROSCOPIO BIOLOGICO BINOCULAR AUMENTO 40 X 2000 X (COM OCULAR DE 20 X JÁ INCLUSA)	KASVI/RMS 80884880	UNIDADE	1	R$ 3. 200,00	R$ 3. 200,00
36062	TESTE RAPIDO DENGUE IGM. IgG CX C/ 25UND	WAMA - RMS 10310030096	UNIDADE	30	R$ 115,00	R$ 3. 450,00
						R$ 8. 296,00

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 8.296,00 (oito mil, duzentos e noventa e seis reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

W.N DIAGNOSTICA EIRELI – EPP

CNPJ: 09.100.467/0001-88

Sra. Vanessa Bruno

CPF: 037.231.751-04

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA**, inscrita no CNPJ: 67.729.178/0004-91, localizada na Praça Emílio Marconato, nº 1000 – Galpão 22, Bairro Núcleo Residencial Doutor João Aldo Nassif, no município de Jaraguariúna, São Paulo, CEP 139.916-074, fone (19) 3522-5800, E-mail: rafaeli.silva@rioclarense.com.br neste ato representada por sua procuradora Sra. Rafaeli Daiane Araújo da Silva, portador do RG: 45.943.589-9 SSP/SP e o CPF: 391.004.374-08, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especifica-

ções contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2554	AMOXICELINA 500 MG	NEO Q/HYP/BRAIN	UNIDADE	30.000	R$ 0,20	R$ 6.000,00
36906	ANLODIPINO, BESILATO DE - 5MG COMPR	NEO Q/HYP/BRAIN	UNIDADE	50.000	R$ 0,03	R$ 1.500,00
15319	DICLOFENACO DE SODIO 25MG 3 ML (CAIXA COM 50 UN)	FARMACE	CAIXA	1.500	R$ 43,50	R$ 65.250,00
36685	METILDOPA 250MG/ COMPRIMIDO	SANVAL	UNIDADE	15.000	R$ 0,37	R$ 5.550,00
34842	PERMETRINA LOCAO 1%	NATIVITA	UNIDADE	500	R$ 1,71	R$ 855,00
						R$ 79.155,00

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 79.155,00 (Setenta e nove mil, cento e cinquenta e cinco reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverá disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ: 67.729.178/0004-91

Sra. Rafaeli Daiane Araújo da Silva

CPF: 391.004.378-08

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ: 06.065.614/0001-38, localizada na Rua C-159, nº 686, complemento: QD 297, Lote 18/19/20, Bairro Jardim América, CEP. 74.255-140, no município de Goiânia – Goiás, fone (62) 3928-8989, E-mail: suporte@supermedica.com.br neste ato representada por seu administrador Sr. Agnaldo do Carmo Chagas, portador do RG: 3628359 DGPC/GO e o CPF: 895.030.901-72, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30175	AGULHAS MULTIPLAS 25X7 A VACUO CX C/ 100	CRALPLAST	CAIXA	100	R$ 32,16	R$ 3.216,00
36714	CIMETIDINA 150MG/ML-SOLUCAO INJETAVEL	HYPOFARMA	UNIDADE	1.000	R$ 1,85	R$ 1.850,00
126519	CLORPROMAZINA 5 MG/ML - AMP	UNIAO QUIMICA	UNIDADE	500	R$ 1,85	R$ 925,00
35927	COLETOR CRALPLAST-TAMPA VERMELHA	CRAL	UNIDADE	8.000	R$ 0,33	R$ 2.640,00
126507	DESLANOSIDEO 0,2 MG/ML INJETAVEL CX C/ 50	UNIAO QUIMICA	CAIXA	500	R$ 100,75	R$ 50.375,00
15282	ESPARADRAPO 10 X 4,5 (ROLO)	ADPELE	UNIDADE	600	R$ 8,19	R$ 4.914,00
118745	FUROSEMIDA 10MG/ML 2ML	FARMACE	UNIDADE	1.000	R$ 0,84	R$ 840,00
16241	LIDOCAINA 2% S/ VASO (C/25 AMPOLAS)	HIPOLABOR	CAIXA	6	R$ 124,00	R$ 744,00
126506	METROPOLOL 1 MG / ML INJETAVEL	HALEXISTAR	UNIDADE	500	R$ 25,07	R$ 12.535,00
16247	ONDASETRONA 4MG	BLAU	UNIDADE	200	R$ 1,01	R$ 202,00
125333	PONTEIRA 2 ML (200 UL)	CRAL	UNIDADE	20.000	R$ 0,05	R$ 1.000,00
38668	PROVETA DE VIDRO 1000ML	PRECISION	UNIDADE	10	R$ 58,85	R$ 588,50
38669	PROVETA DE VIDRO 50ML	PRECISION	UNIDADE	20	R$ 12,67	R$ 253,40
125332	TUBO FALCON 15 ML CONICO	CRAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,66	R$ 3.300,00

27361	TUBO POLIPROPILENO 12X75 C/TAMPA	CRAL	UNIDADE	2.000	R$ 0,10	R$ 200,00
117750	VENLAFAXINA 75MG CX C/30	AUROBINDO	CAIXA	12	R$ 13,95	R$ 167,40
						R$ 83.750,30

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 83.750,30 (oitenta e três mil, setecentos e cinquenta reais e trinta centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 09 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 06.065.614/0001-38

Sr. Agnaldo do Carmo Chagas

CPF: 895.030.901-72

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2021.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA,** inscrita no CNPJ n° 81.706.251/0001-98, com na Rua João Amaral de Almeida, n° 100, Cidade Industrial, Curitiba-PR, Cep: 81.170-520, fone: (41) 3052-7900 E-mail: financeiro@promefarma.com.br sendo representado pelo Sr. Elcio Luis Bordignon, CPF n° 972.234.769-15, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11608	DIPIRONA 500 MG COMPR.	GREEPHARMA	UNIDADE	45.000	R$ 0,11	R$ 4.950,00
30129	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME 50GR	NATIVITA	UNIDADE	300	R$ 6,34	R$ 1.902,00
118727	VARFARINA SODICA 5MG	FARMOQUIMICA	UNIDADE	45.000	R$ 0,12	R$ 5.400,00
						R$ 12.252,00

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 12.252,00 (doze mil, duzentos e cinquenta e dois reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverá disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

CNPJ n° 81.706.251/0001-98

Sr. Elcio Luis Bordignon

CPF n° 972.234.769-15

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

DECRETO N.º 083/2021

"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NÍVEL de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.**

SERVIDORES	NÍVEL ATUAL	PROGRESSÃO
ADENIL MENDES DA SILVA	C/1	C/2
DELCELIA MARQUES DE A. PACHECO MACEDO	C/1	C/2

ART. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01/09/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 06 de setembro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 082/2021

"Dispõe sobre a PROMOÇÃO DE CLASSE de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a promoção de classe conforme quadro abaixo.**

SERVIDORES	CLASSE ATUAL	PROMOÇÃO
CRISTIANE DE ALMEIDA	B/1	C/1
EVA CONCEIÇÃO DE PINHO	B/1	C/1
GERONIMO ORTEGA FILHO	B/1	C/1
JOELMA FERREIRA DA SILVA	B/1	C/1
MARIA CONCEIÇÃO VENTURA	B/2	C/1
MARCILENE FERREIRA DA COSTA	C/2	D/1
VALDEVINA ANELA DE ALMEIDA	B/2	C/1
VILSON DA SILVA	B/3	C/1

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01/09/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 06 de setembro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ: 28.418.133/0001-00, localizada a Av. das Laranjeiras, S/N, Quadra 45 Lote 0006-E Galpão 03, Bairro Parque Primavera, no município de Aparecida de Goiânia – Goiás, CEP 74.913-122, fone (62) 3515-1280, E-mail: farmaceutica@medvittadist.com.br neste ato representada por seu procurador Sr. Adalberto Cavalcante da Nobrega Junior, portador do RG: 189.448 SSP/PR e o CPF: 305.680.561-91, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
27464	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSP. 100 ML	UNIÃO QUÍMICA	UNIDADE	300	R$ 9,00	R$ 2.700,00
126521	ETILEFRINA 10 MG/ML - 1 ML AMPOLA	UNIÃO QUÍMICA	UNIDADE	500	R$ 1,55	R$ 775,00
25830	FITA HOSPITALAR 16MM X 50 MT CREME	CIEX	UNIDADE	100	R$ 3,10	R$ 310,00
126480	HALOPERIDOL 5 MG/ML INJETAVEL	UNIÃO QUÍMICA	UNIDADE	500	R$ 1,85	R$ 925,00
126496	HEPARINA SODICA 5000 UI/ML - FRASCO 5ML	BLAU	UNIDADE	500	R$ 23,40	R$ 11.700,00
						R$ 16.410,00

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 16.410,00 (dezesseis mil, quatrocentos e dez reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 28.418.133/0001-00

Sr. Adalberto Cavalcante da Nobrega Junior

CPF: 305.680.561-91

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LEI MUNICIPAL Nº 1.615/2021

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP/MT, cria a gratificação pelo desempenho de atividade delegada e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o município de Nobres-MT a celebrar Termo de Cooperação com o estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, com o objetivo de conjugar esforços para a cessão e emprego de policiais militares, em seus horários de folga, fardados e munidos de equipamentos de proteção individual, para o exercício de atividade delegada no apoio à fiscalização do comércio ilegal ou irregular, no combate à depredação do patrimônio público, apoio à fiscalização ambiental, de trânsito, de obras e postura, de vigilância sanitária, de licenças em geral e outras atividades previstas em Termo de Cooperação.

Art. 2º. Fica criada a gratificação por desempenho de atividade delegada, nos termos especificados nesta Lei, a ser mensalmente paga aos integrantes da Polícia Militar do estado de Mato Grosso que, de forma voluntária e em período de folga, exercerem atividade de segurança pública delegada ao município de Nobres, nos moldes do convênio a ser celebrado com o estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

§ 1º. A gratificação por desempenho da atividade delegada de que trata o *caput* deste artigo será correspondente à quantidade de horas despendidas pelo servidor público estadual no exercício único e exclusivo da atividade delegada e será calculada sobre o valor de referência de R$ 30,00 (trinta reais) por hora trabalhada.

§ 2º. O valor estabelecido no § 1º será corrigido, anualmente, de acordo com o percentual correspondente à revisão geral anual conferida à remuneração dos servidores públicos municipais, sempre na mesma data base fixada pelo município.

Art. 3º. Para pagamento da gratificação por desempenho da atividade delegada, a Polícia Militar encaminhará à Comissão Paritária de Controle, criada nos termos da presente Lei, planilhas com número das horas despendidas por cada servidor público estadual, no exclusivo exercício da atividade delegada, bem como o montante total de acordo com o valor fixado por esta Lei.

Parágrafo único. Devidamente atestado pela Comissão Paritária de Controle, o município realizará o pagamento da gratificação diretamente na conta corrente indicada por cada servidor público estadual empenhado no exercício da atividade delegada.

Art. 4°. Para a celebração e acompanhamento da execução do convênio será constituída uma Comissão Paritária de Controle, composta por 04 (quatro) integrantes, sendo dois membros do município, indicados pelo prefeito municipal, e dois membros da Polícia Militar, indicados pelo Comandante do 7º Batalhão de Polícia Militar do estado de Mato Grosso.

§ 1º. A presidência da Comissão Paritária de Controle caberá a um dos membros indicados pelo município, devendo o seu voto prevalecer em ocorrência de empate por ocasião das deliberações da Comissão.

§ 2º. Incumbirá à Comissão Paritária de Controle:

I- elaborar o Plano de Trabalho que integrará o convênio;

II- acompanhar a execução do convênio;

III- avaliar a quantidade necessária de efetivo para o desempenho da atividade delegada e encaminhá-la ao Comandante do 7º Batalhão de Polícia Militar do estado de Mato Grosso, responsável pela indicação;

IV- conferir o emprego de pessoal disponibilizado pela Polícia Militar, atestando o número de horas despendidas por cada Policial Militar, no exclusivo exercício da atividade municipal delegada, bem como o montante total a ser transferido pelo município, de acordo com o valor fixado por esta Lei;

V- propor as adequações que se fizerem necessárias.

Art. 5º. As atividades delegadas não poderão substituir as atividades exercidas por servidores efetivos do município de Nobres.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7°. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, se necessário, no corrente exercício financeiro, crédito especial para atendimento das despesas de que trata a presente Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo Municipal, naquilo que couber, poderá regulamentar a presente Lei por meio de Decreto.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 02 de setembro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2021.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ: 06.065.614/0001-38, localizada na Rua C-159, nº 686, complemento: QD 297, Lote 18/19/20, Bairro Jardim América, CEP. 74.255-140, no município de Goiânia – Goiás, fone (62) 3928-8989, E-mail: suporte@supermedica.com.br neste ato representada por seu administrador Sr. Agnaldo do Carmo Chagas, portador do RG: 3628359 DGPC/GO e o CPF: 895.030.901-72, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30175	AGULHAS MULTIPLAS 25X7 A VACUO CX C/ 100	CRALPLAST	CAIXA	100	R$ 32,16	R$ 3.216,00
36714	CIMETIDINA 150MG/ML-SOLUCAO INJETAVEL	HYPOFARMA	UNIDADE	1.000	R$ 1,85	R$ 1.850,00
126519	CLORPROMAZINA 5 MG/ML - AMP	UNIAO QUIMICA	UNIDADE	500	R$ 1,85	R$ 925,00
35927	COLETOR CRALPLAST-TAMPA VERMELHA	CRAL	UNIDADE	8.000	R$ 0,33	R$ 2.640,00
126507	DESLANOSIDEO 0,2 MG/ML INJETAVEL CX C/ 50	UNIAO QUIMICA	CAIXA	500	R$ 100,75	R$ 50.375,00
15282	ESPARADRAPO 10 X 4,5 (ROLO)	ADPELE	UNIDADE	600	R$ 8,19	R$ 4.914,00
118745	FUROSEMIDA 10MG/ML 2ML	FARMACE	UNIDADE	1.000	R$ 0,84	R$ 840,00
16241	LIDOCAINA 2% S/ VASO (C/25 AMPOLAS)	HIPOLABOR	CAIXA	6	R$ 124,00	R$ 744,00
126506	METROPOLOL 1 MG / ML INJETAVEL	HALEXISTAR	UNIDADE	500	R$ 25,07	R$ 12.535,00
16247	ONDASETRONA 4MG	BLAU	UNIDADE	200	R$ 1,01	R$ 202,00
125333	PONTEIRA 2 ML (200 UL)	CRAL	UNIDADE	20.000	R$ 0,05	R$ 1.000,00
38668	PROVETA DE VIDRO 1000ML	PRECISION	UNIDADE	10	R$ 58,85	R$ 588,50
38669	PROVETA DE VIDRO 50ML	PRECISION	UNIDADE	20	R$ 12,67	R$ 253,40
125332	TUBO FALCON 15 ML CONICO	CRAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,66	R$ 3.300,00
27361	TUBO POLIPROPILENO 12X75 C/TAMPA	CRAL	UNIDADE	2.000	R$ 0,10	R$ 200,00
117750	VENLAFAXINA 75MG CX C/30	AUROBINDO	CAIXA	12	R$ 13,95	R$ 167,40
						R$ 83.750,30

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 83.750,30 (oitenta e três mil, setecentos e cinquenta reais e trinta centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 06.065.614/0001-38

Sr. Agnaldo do Carmo Chagas

CPF: 895.030.901-72

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **NORTELAB COM. ATACADISTA DE PROD. LABORATORIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ: 28.729.142/0001-03, localizada na Rua das Orquídeas, nº 1.207, Setor Residencial Sul, CEP. 78.550-035, no município de

Sinop/MT, fone (66) 2102-5700 ou (65) 99996-5778, E-mail: nortelab@nortelab.net neste ato representada pela Sra. Emiliana de Campos Penha Caleiros, portador do RG: 1075668 SSDC/RO e o CPF: 004.405.262-694, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,*** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
38670	CORANTE PANOTICO HEMATOLOGICO KIT	RENYLAB	UNIDADE	10	R$ 34,90	R$ 349,00
11243	CREATININA (KIT)	VIDA	UNIDADE	24	R$ 54,90	R$ 1.317,60
34433	HCG 40 TESTES	EBRAM	UNIDADE	15	R$ 39,90	R$ 598,50
35925	KIT IMUNO RAPIDO HIV I&2	MEDLEVERSON	UNIDADE	10	R$ 100,00	R$ 1.000,00
6234	LUGOL FORTE	RENYLAB	LITRO	5	R$ 94,00	R$ 470,00
3510	OLEO DE IMERSAO (FRASCO) 100 ML	RENYLAB	UNIDADE	10	R$ 17,90	R$ 179,00
123359	PONTEIRAS 200 - 1000 MICRO LITROS	GLOBAL TRADE	UNIDADE	5.000	R$ 0,04	R$ 200,00
36251	REAGENTE ASLO WAMA	EBRAM	UNIDADE	15	R$ 34,60	R$ 519,00
34431	REAGENTE PCR WAMA	BIOTECNICA	UNIDADE	15	R$ 33,00	R$ 495,00
25965	REAGENTE SANGUINEO - 01 ANTI A	IMUNOSCAN	UNIDADE	15	R$ 18,80	R$ 282,00
25966	REAGENTE SANGUINEO - 01 ANTI B	IMUNOSCAN	UNIDADE	15	R$ 17,05	R$ 255,75
25967	REAGENTE SANGUINEO - 01 ANTI D	IMUNOSCAN	UNIDADE	15	R$ 30,50	R$ 457,50
36174	REAGENTE VDRL - WIENER	LABORCLIN	UNIDADE	15	R$ 45,90	R$ 688,50
27349	TESTE RAPIDO H.I.V - KIT	MEDLEVERSON	UNIDADE	10	R$ 96,55	R$ 965,50
37450	TIRA PARA TESTE DE GLICEMIA CX C/ 50	ONCALL PLUS	CAIXA	1.000	R$ 24,99	R$ 24.990,00
36252	TIRAS PARA URINA CX c/ 100	WAMA	CAIXA	20	R$ 29,15	R$ 583,00
17706	TRIGLICERIDEOS (KIT)	VIDA	UNIDADE	20	R$ 149,00	R$ 2.980,00
38665	TUBO A VACUO BIOQUIMICA/IMUNOLOGIA COM TAMPA VERMELHA E GEL SEPARADOR 5 ML	LABOR IMPORT	UNIDADE	20000	R$ 0,59	R$ 11.800,00
38666	TUBO VACUO HEMOGRAMA EDTA, TAMPA ROXA 4,5ML	FIRSTLAB	UNIDADE	10.000	R$ 0,36	R$ 3.600,00
36249	UREIA PP REF 427E	VIDA	UNIDADE	20	R$ 87,49	R$ 1.749,80
						R$ 53.480,15

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 53.480,15 (cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e

indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da

ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

NORTELAB COM. ATACADISTA DE PROD. LABORATORIAIS LTDA

CNPJ: 28.729.142/0001-03

Sra. Emiliana de Campos Penha Caleiros

CPF: 004.405.262-694

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

PORTARIA N.º 016/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *à servidora* ***Srª Roseli Ferreira Lemes Grabowski.***

A Diretora Executiva do PREVI-NOBRES - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6°, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 86, inciso I, II, III e IV da Lei nº 1.325 de 22/07/2014 que rege a previdência municipal de Nobres**;** Lei 1197/2011 que Dispõe Sobre o Plano De Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da educação do Município de Nobres;

Resolve:

Art. 1º CONCEDER o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a **Srª. ROSELI FERREIRA LEMES GRABOWSKI**, brasileira, por-

tadora da cédula de Identidade nº 0569155-9 e do CPF n.º 427.903. 871-68, servidora Efetiva, no cargo de Agente Administrativo, Classe "D" Nível "03", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob o n.º 1090, contando com 11.925 dias, correspondendo **32 anos 08 meses e 05dias de tempo de contribuição**, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREVI-NOBRES** nº. **2021.04. 02267P**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01 de Setembro de 2021**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nobres/MT, 09 de setembro de 2021.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

Homologo:

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/ 2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ: 28.418.133/0001-00, localizada a Av. das Laranjeiras, S/N, Quadra 45 Lote 0006-E Galpão 03, Bairro Parque Primavera, no município de Aparecida de Goiânia – Goiás, CEP 74.913-122, fone (62) 3515-1280, E-mail: farmaceutica@medvittadist.com.br neste ato representada por seu procurador Sr. Adalberto Cavalcante da Nobrega Junior, portador do RG: 189.448 SSP/PR e o CPF: 305.680.561-91, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
27464	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSP. 100 ML	UNIÃO QUÍMICA	UNIDADE	300	R$ 9,00	R$ 2.700,00
126521	ETILEFRINA 10 MG/ML - 1 ML AMPOLA	UNIÃO QUÍMICA	UNIDADE	500	R$ 1,55	R$ 775,00
25830	FITA HOSPITALAR 16MM X 50 MT CREME	CIEX	UNIDADE	100	R$ 3,10	R$ 310,00
126480	HALOPERIDOL 5 MG/ML INJETAVEL	UNIÃO QUÍMICA	UNIDADE	500	R$ 1,85	R$ 925,00
126496	HEPARINA SODICA 5000 UI/ML - FRASCO 5ML	BLAU	UNIDADE	500	R$ 23,40	R$ 11.700,00
						R$ 16.410,00

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 16.410,00 (dezesseis mil, quatrocentos e dez reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 28.418.133/0001-00

Sr. Adalberto Cavalcante da Nobrega Junior

CPF: 305.680.561-91

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/**

2021, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ: 26.457.348/0001-04, localizada à Av. Barão do Rio Branco, s/n, QD 41 Lt 11, Bairro Jardim Luz, CEP 74.915-025, no município de Barão de Aparecida de Goiânia/GO, fone (62) 3983-2238/3983-2239, E-mail: licitacao01@cadistribuidora.com neste ato representada por seu procurador Sr. Marcelo Santana Costa, portador do RG: 11218274 SSP/MT e o CPF: 899.100.521-72, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
123358	DENGUE NS1 C/25 WAMA	ECO DIAGNOSTICO	UNIDADE	100	R$ 528,31	R$ 52.831,00
3675	ESPARA MICROPORE 100MM X 10M	ADPELE	UNIDADE	300	R$ 8,99	R$ 2.697,00
118333	MASCARA DE OXIGENIO ADULTO COM RESERVATORIO	GOODCOME	UNIDADE	10	R$ 20,84	R$ 208,40
123356	PONTEIRAS 0-200 MICRO LITROS	PEFECTA	UNIDADE	5.000	R$ 0,03	R$ 150,00
						R$ 55.886,40

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 55.886,40 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 26.457.348/0001-04

Sr. Marcelo Santana Costa

CPF: 899.100.521-72

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2021.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **CIENTIFÍCA MÉDICA HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ: 07.847.837/0001-10, localizada na Avenida Anápolis, s/n, QD 29-A, Lote 06, Bairro Vila Brasília, no município de Aparecida de Goiânia – Goiás, CEP 74.911-360, fone (62) 3088-9700, E-mail: contato@cientificahospitalar.com.br neste ato representada pelo Sr. Fernando Higino Araújo Caldeira, portador do RG: 3729155 SSP/GO e o CPF: 811.194.611-20, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
126508	ETONIDATO 2 MG/ML INJETAVEL - CX C/ 5 AMP	BLAU	CAIXA	500	R$ 70,28	R$ 35.140,00
14919	SINVASTATINA 20MG COMPR	SANDOZ	UNIDADE	65.000	R$ 0,08	R$ 5.200,00
						R$ 40.340,00

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 40.340,00 (quarenta mil, trezentos e quarenta reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverá disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

CIENTIFÍCA MÉDICA HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 07.847.837/0001-10

Sr. Fernando Higino Araújo Caldeira

CPF: 811.194.611-20

Testemunhas:

NNome: CC.P.F. n.º AAssinatura:_____	NNome: CC.P.F.n.º AAssinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE**, inscrita no CNPJ: 39.610.184/0001-47, localizada a Rua Paineiras, nº 171, Bairro: Centro, na cidade de Assis Chateaubriand, CEP: 85.935-000, fone (44) 3528-3499, E-mail: licitação.cirurgicaassis@outlook.com neste ato representada por administrador Sr. Wantuir Hartel Rodrigues Leite, portador do RG: 10.322.484-5 SSP/PR e o CPF: 063.527.899-51, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
36831	LORATADINA - XAROPE 1MG/ML	prati	UNIDADE	500	R$ 2,11	R$ 1.055,00
						R$ 1.055,00

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 1.055,00 (Um mil e cinquenta e cinco reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da

ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 09 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE

CNPJ: 39.610.184/0001-47

Sr. Wantuir Hartel Rodrigues Leite

CPF: 063.527.899-51

Testemunhas:

NNome: CC.P.F. n.º AAssinatura:_____	NNome: CC.P.F.n.º AAssinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2021.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A***

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses**,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **PRO REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMÉTICOS EIRELLI**, inscrita no CNPJ: 05.159.591/0001-68, localizada a Rua São Paulo, nº 39, Bairro Medeiros, no município de Rio Verde – Goiás, CEP 75.902-140, fone (64) 3612-1473, E-mail: proremediosdf@gmail.com neste ato representada pelo Sr. Cleidson Godoy de Oliveira, portador do RG: 2.042.173 SSP/GO e o CPF: 336.137.371-91, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5046	ALCOOL ACIDO 3% 1000ML	NEW	UNIDADE	40	R$ 33,79	R$ 1.351,60
126484	GLICOSE 50 % SOLUCAO INJETAVEL	ISOFARMA	UNIDADE	300	R$ 0,65	R$ 195,00
126524	LIDOCAINA 20 MG/ML (2%) COM VASOCONSTRICTOR - 20 ML	HYPOFARMA	UNIDADE	200	R$ 2,44	R$ 488,00
36829	LOPERAMIDA - COMPRIMIDO DE 2MG	PHARLAB	UNIDADE	5.000	R$ 0,11	R$ 550,00
	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA+BETAMETASONA XAROPE (KOIDE -D) 2MG+0,25MG/5ML FRASCO 120 ML		UNIDADE	1.000	R$ 2,58	R$ 2.580,00
120043	MASCARA DE OXIGENIO COM MANGUEIRA	DARU	UNIDADE	10	R$ 11,60	R$ 116,00
126497	MIDAZOLAM 5 MG / ML INJETAVEL	HIPOLABOR	UNIDADE	500	R$ 9,06	R$ 4.530,00
26372	PAPEL TOALHA EMBALAGEM COM 2 ROLOS	ECOPEL	PACOTE	300	R$ 14,50	R$ 4.350,00
						R$ 14.160,60

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 14.160,60 (Quatorze mil, cento e sessenta reais e sessenta centavos).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

PRO REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMÉTICOS EIRELLI

CNPJ: 05.159.591/0001-68

Sr. Cleidson Godoy de Oliveira

CPF: 336.137.371-91

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 138/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 138/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 740.239 SSP/UF e CPF/MF nº 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **COMERCIAL DENTÁRIA HOSPITALAR FONTANA LTDA**, inscrita no CNPJ n° 78.688.660/0001-02, com sede na Rua Santa Catarina, n° 769, sala 01, Bairro Centro, cidade Curitiba/PR, fone: (45) 3224-6985, e-mail: dentalfontana@uol.com.br, sendo representado pelo Sr. Sidney da Veiga, portador do RG nº 8252727-3 SSP/PR e do CPF 031.518.629-18, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,*** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
33956	BROMETO DE FENOTEROL GOTAS 20 ML	HIPOLABOR	UNIDADE	300	R$ 4,04	R$ 1.212,00
30124	CINARIZINA 75 MG COMPR	RAMBAXI	UNIDADE	50.000	R$ 0,30	R$ 15.000,00
126491	COMPLEXO B SOLUCAO INJETAVEL	HYPOFARMA	UNIDADE	2.000	R$ 1,19	R$ 2.380,00
34768	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA SOLUCAO ORAL 25MG + 5G/ML (FRASCO COM AUTOGOTEJADOR DE 30ML)	CIFARMA	UNIDADE	200	R$ 8,00	R$ 1.600,00
126481	ENOXAPARINA 40 MG/ML INJETAVEL	FARMA VISION	UNIDADE	100	R$ 41,85	R$ 4.185,00
126515	ESCOPOLAMINA 4 MG/500 MG/ML (COMPOSTA)	BOHERINGER	UNIDADE	1500	R$ 6,50	R$ 9.750,00
32450	LUVA VINIL (M) COM 100 UN (PROCEDIMENTO)	TALGE	UNIDADE	80	R$ 24,30	R$ 1.944,00
12849	NORIPURUM SOLUCAO NJETAVEL, AMPOLA 5ML/100MG - CAIXA COM 5 UNIDADES	TAKEDA	CAIXA	40	R$ 109,50	R$ 4.380,00
114979	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 1000uL	PEGUEPET	UNIDADE	4	R$ 74,25	R$ 297,00
114975	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 100uL	PEGUEPET	UNIDADE	4	R$ 74,25	R$ 297,00
114972	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 10uL	PEGUEPET	UNIDADE	4	R$ 74,25	R$ 297,00
114980	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 2000uL	PEGUEPET	UNIDADE	4	R$ 74,25	R$ 297,00
114976	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 200uL	PEGUEPET	UNIDADE	4	R$ 74,25	R$ 297,00
114973	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 20uL	PEGUEPET	UNIDADE	4	R$ 74,25	R$ 297,00
114977	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 250uL	PEGUEPET	CAIXA	4	R$ 74,25	R$ 297,00
114974	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 25uL	PEGUEPET	CAIXA	4	R$ 74,25	R$ 297,00
114978	PIPETA AUTOMATICA, COM BICO DE ACO INOXIDAVEL, COM ACESSORIO EJETOR, VOLUME FIXO 500uL	PEGUEPET	UNIDADE	4	R$ 74,25	R$ 297,00
34901	POLIVITAMINICO(GRAGEAS OU COMPRIMIDO) - ÁCIDO ASCÓRBICO,ÁCIDO PANTOTÊNICO,BIOTINA,ÁCIDO FÓLICO,ÁCIDO NICOTÍNICO OU DERIVADOS	GLAXO	UNIDADE	45.000	R$ 1,57	R$ 70.650,00
16210	PROMETAZINA 25MG COMPR.	TEUTO	UNIDADE	30.000	R$ 0,18	R$ 5.400,00
119298	TIRAS PARA TESTE DE GLICOSE NO SANGUE /50 UNIDADES - COMPATIVEL COM APARELHO INJEX	INJEX	CAIXA	5.000	R$ 47,25	R$ 236.250,00
						R$ 355.424,00

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 355.424,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da

ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

COMERCIAL DENTÁRIA HOSPITALAR FONTANA LTDA

CNPJ n° 78.688.660/0001-02

Sr. Sidney da Veiga

CPF 031.518.629-18

Testemunhas:

NNome: CC.P.F. n.º AAssinatura:_____	NNome: CC.P.F.n.º AAssinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2021.

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrado com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2021**, tendo por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A***

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses**,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, RESOLVE registrar os preços da Empresa **W.N DIAGNOSTICA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ: 09. 100.467/0001-88, localizada na Rua Antônio Correa, nº 1701, Bairro Jardim Paulista, CEP. 79.050-210, no município de Campo Grande/MS, fone (67) 3342-0677, E-mail: wndiag@wndiagnostica.com.br, neste ato representada pela Sra. Vanessa Bruno, portador do RG: 38670408-9 SSP/SP e o CPF: 037.231.751-04, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LABORATORIO E MEDICAMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, por Um Período De 12 (doze) Meses*****,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 51/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2563	AZUL DE METILENO CONCENTRADO SEG. ZIEHL (LITRO)	NEWPROV / RMS 10287910054	UNIDADE	16	R$ 29,00	R$ 464,00
14087	FATOR REUMATOIDE (KIT)	WAMA - RMS 10310030097	UNIDADE	24	R$ 30,50	R$ 732,00
27385	FUCSINA FENICANA ZIEHL NELSEEN 1000 ML	NEWPROV - RMS 10287910054	UNIDADE	10	R$ 45,00	R$ 450,00
126639	MICROSCOPIO BIOLOGICO BINOCULAR AUMENTO 40 X 2000 X (COM OCULAR DE 20 X JÁ INCLUSA)	KASVI/RMS 80884880	UNIDADE	1	R$ 3. 200,00	R$ 3. 200,00
36062	TESTE RAPIDO DENGUE IGM. IgG CX C/ 25UND	WAMA - RMS 10310030096	UNIDADE	30	R$ 115,00	R$ 3. 450,00
						R$ 8. 296,00

O valor global desta ata de registro de preço é de R$ 8.296,00 (oito mil, duzentos e noventa e seis reais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.

2.1.1. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.3.1 É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.

3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

4.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde e demais Unidades que utilizarem desta Ata de Registro de Preços, indicará Servidores, para fiscalizar quanto ao cumprimento de suas respectivas cláusulas, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, bem como para rejeitar os produtos em desacordo com as especificações do edital;

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.1.1. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP - Ata de Registros de Preços, que deve estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.2. Os itens deverão apresentar registro no Ministério da Saúde e ANVISA.

6.2.1. Na entrega, os produtos deverão apresentar Registro no Ministério da Saúde, que será conferido pelo responsável do Almoxarifado Central do município;

6.2.2. A nota fiscal deverá conter o item e a validade dos produtos.

6.3. A entrega dos itens será em etapas, as solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente na medida da necessidade, quando a Secretaria Municipal de Saúde através de servidores previamente autorizados solicitará o fornecimento dos produtos junto à contratada, mediante de Ordem de fornecimento, obrigatoriamente acompanhada da nota de empenho.

6.3.1. Os Produtos solicitados deverão ser entregue pela empresa vencedora no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Praça Josino Serra, Bairro Centro, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.3.2. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.3.3. A licitante deverá ter disponíveis, todos os itens adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.4. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.5. O prazo de validade dos itens quando da entrega pela contratada Unidade contratante, deverá ser de no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

6.5.1. A nota fiscal deverá conter o lote e a validade dos produtos.

6.6. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.7. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.8. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos solicitados deverão ser fornecidos em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no ANEXO I deste Edital e à proposta adjudicada, que serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

7.2. No recebimento e aceitação dos produtos será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.3.1. Após a entrega do produto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva–se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

7.3.2. Ocorrendo a rejeição em algum produto, a CONTRATADA será notificada pelo destinatário, Secretaria Municipal de Saúde, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

7.3.3. A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior, implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

7.4. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.

7.5. A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelo gestor responsável de cada unidade Requisitante.

7.6. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas às condições da presente edital.

7.7. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Contrato, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.1.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.1.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.1.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.1.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

9.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

9.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.

9.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.5. As empresas vencedoras deverão disponibilizar para os trabalhadores dos serviços de saúde, capacitação sobre a correta utilização do dispositivo de segurança (NR 32 item 32.2.4.16.1)

9.2.6. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do presente fornecimento;

9.2.7. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.2.7.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

9.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.2.10. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.2.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.2.12. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.2.13. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.14. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.2.15. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.2.16. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.3. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e as normas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.4. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

9.5. Ficam fazendo parte do presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 51/2021 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

10.3.1. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30(trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.5. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.6. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.5.1. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.1.1. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado;

12.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e

12.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, e;

12.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

13.1.1. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:

13.1.1.1. a empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2 a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;

13.1.1.3. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;

13.1.1.6. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Assessoria Jurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13.3. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município de Nobres-MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração.

14.1.1. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato e/ou pelo retardamento na sua execução, bem como sua execução fora das condições e especificações definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á, as seguintes penalidades enunciadas no Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93:

a) Advertência - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem as demais penalidades;

b) Multa de 0,3 % (zero vírgula três décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

c) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

e) No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

f) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02(dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa;

h) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

14.1.2. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

14.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

14.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município;

14.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 3.555/00, e suas atualizações.

14.6. Das sanções acima, caberá o direito do contraditório e a ampla defesa;

14.6.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

15.1.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

15.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nobres / MT, 10 de setembro de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

W.N DIAGNOSTICA EIRELI – EPP

CNPJ: 09.100.467/0001-88

Sra. Vanessa Bruno

CPF: 037.231.751-04

Testemunhas:

NNome: CC.P.F. n.º AAssinatura:_____	NNome: CC.P.F.n.º AAssinatura:_____

EDITAL Nº 003, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a Audiência Pública do RGF- Relatório de Gestão Fiscal, RREO, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e LOA - Lei Orçamentária Anual.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONVIDA** Autoridades, Entidades Civis Organizadas e a População em Geral, para participar de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, a ser realizada no dia **22/09/2021 (quarta-feira) ás 09:00 HS**, no Plenário da Prefeitura Municipal, em cumprimento as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 e da Lei 131/2009 e demais legislações, com o Objetivo de:

Apresentar o RGF- Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária 4º Bimestre Discussão da LOA – Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2022

Nobres-MT, 10 de setembro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 082/2021

"Dispõe sobre a PROMOÇÃO DE CLASSE de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a promoção de classe conforme quadro abaixo.**

SERVIDORES	CLASSE ATUAL	PROMOÇÃO
CRISTIANE DE ALMEIDA	B/1	C/1
EVA CONCEIÇÃO DE PINHO	B/1	C/1
GERONIMO ORTEGA FILHO	B/1	C/1
JOELMA FERREIRA DA SILVA	B/1	C/1
MARIA CONCEIÇÃO VENTURA	B/2	C/1
MARCILENE FERREIRA DA COSTA	C/2	D/1
VALDEVINA ANELA DE ALMEIDA	B/2	C/1
VILSON DA SILVA	B/3	C/1

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01/08/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 06 de setembro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

EXTRATO CONTRATO 069/2021

CONTRATO 069/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE ENSINO PÚBLICO (ESTADUAL E MUNICIPAL), DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: MPRESA ANNY DOWAN MARTINS SILVA EIRELIPREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021 12(DOZE) MESES.

DO OBJETO

O presente objeto Contratual é a **contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar para atender as necessidades de locomoção dos alunos matriculados nas escolas de ensino público (Estadual e Municipal), do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT, por QUILOMETRAGEM E VEÍCULO**especificado Termo de Referência, 076/2021 anexo **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021** do edital de *Pregão Eletronico* nº 007/2021 e Processo Administrativo 3225/2021

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertada na proposta da empresa são as que seguem:

Razão Social:	**ANNY DOWAN MARTINS SILVA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.831.314/001-20,**
Endereço:	Av. Coronel Botelho 08 - Bairro: Centro, CEP: 78170-000 Município de Nossa Senhora do Livramento,
Contatos:	65 992486135 e mail: lannylivramento19@gmail.com
Representante:	**ANNY DOWAN MARTINS SILVA**

Razão Social	CPF/CNPJ	Item	Descrição	Udade	Marca	Modelo	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
ANNY DOWAN MARTINS SILVA 02015310118	26831314000120	4	ROTA 07 - MATA CAVALO DE CIMA, AGUAÇU, MUTUCA, LEONOR, MATA CAVALO, MT 060, ROBSON - EE TEREZA CONCEIÇÃO ARRUDA - COMUNIDADE MATA CAVALO ? ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 ATÉ 44 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	volkswagen	neobus	11.486,28	R$ 6,49	R$ 74.545,96
ANNY DOWAN MARTINS SILVA 02015310118	26831314000120	7	ROTA 21 ?FAZENDA PORTEIRINHA, MT 060, SALDANHA, VARGINHA, LILU, ASSENTAMENTO UNIÃO E PONTE DA ESTIVA ? EE TEREZA CONCEIÇÃO DE ARRUDA ? COMUNIDADE MATA CAVALO ? MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	volkswagen	apollo	16.428	R$ 4,85	R$ 79.675,80
R$ 154.221,76 (Cento e Cinquenta e Quatro Mil Duzento e Vinte e Um Reais e Setenta e Seis Centavos									

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

13.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec.Educação	Estadual	02266 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar - CONVÊNIO	126	33.90.39.00	125	R$ 154.221,76

VIGENCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência deste Termo de Contrato de 05 (Cinco) meses a partir da assinatura

Nossa Senhora do Livramento - MT, 02 de Setembro de 2021.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

EMPRESA ANNY DOWAN MARTINS SILVA

CNPJ sob o nº 26.831.314/001-20,

Representado pela Senhora Anny Dowan Martins Silva,

RG: 19106700 SSP/MT, inscrito no CPF nº 020.153101-18

EXTRATO CONTRATO Nº 070 2021

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 070/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE ENSINO PÚBLICO (ESTADUAL E MUNICIPAL), DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: G. C. DE ALMEIDA LTDAPREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021 SRP 12 (DOZE) MESES.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado **EMPRESA G. C. DE ALMEIDA LTDA**pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº 40.905.699/0001-53 , com sede na RODOVIA MT 060, número KM 14, LOTE 01 QUADRA02, bairro / distrito CENTRO, município NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT,CEP 78.170-000.**,**representada pelo Senhor **GILSON CESAR DE ALMEIDA**, , EMPRESÁRIO, nº do CPF 616.993.301-15, documento de identidade 911791, SSP, MT, com domicílio / residência a RUA DO CRISTAO (LOT JD GLORIA), número 300, bairro GLORIA, município VARZEA GRANDE - MATO GROSSO, CEP 78.140-302, atendendo as condições previstas no edital, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1.1 O presente objeto Contratual é a **contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar para atender as necessidades de locomoção dos alunos matriculados nas escolas de ensino público (Estadual e Municipal), do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT, por QUILOMETRAGEM E VEÍCULO**especificado Termo de Referência, 076/2021 anexo **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021** do edital de *Pregão Eletronico* nº 007/2021 e Processo Administrativo 3231/2021.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertada na proposta da empresa são as que seguem:

Razão Social:	**G. C. DE ALMEIDA LTDA pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº 40.905.699/0001-53**								
Endereço:	RODOVIA MT 060, número KM 14, LOTE 01 QUADRA02, bairro / distrito CENTRO, N.S. DO LIVRAMENTO - MT,CEP 78.170-000								
Contatos:	65 99670 - 6370 e mail: gilsonalmeidalivramento@gmail.com								
Representante:	**GILSON CESAR DE ALMEIDA**								
Razão Social	**Status**	**Item**	**Descrição**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Quantidade**	**Vl. Unit.**	**Vl. Total**
G.C. DE ALMEIDA LTDA	40905699000153	14	ROTA 09 - FAZENDA MANAIM, AGUA LIMPA, FAZENDA MONTE SIÃO, ÁGUA CLÁSSICA, CAPÃO RICO, BOCAINA E LAGINHA DE CIMA - EM HENRIQUETA RAINHA DE FRANÇA - COMUNIDADE LAGINHA DE CIMA ? MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS, COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	Volkswagen/ Mercedes	Gran Micro S2/similar	11.721,60	R$ 6,40	R$ 75.018,24
G.C. DE ALMEIDA LTDA	40905699000153	16	ROTA 22 - PARATUDAL, LAGINHA DE BAIXO, RETIRO, FAZENDA BOLA E FAVAL - EE JOSÉ DE LIMA BARROS - DISTRITO FAVAL ? VANURBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	Fiat/ Mercedes	Ducato/ similar	8.807,48	R$ 5,80	R$ 51.083,38
R$ 126.101,62 (Cento e Sessenta e Seis Mil Cento e Um Reais Sessenta e Dois Centavos)									

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

13.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	
Sec.Educação	Federal	02266 – Manutenção do Transporte Escolar PNATE	124	33.90.39.00	115	R$ 51.083,38
Sec.Educação	Federal	02264 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar- SALÁRIO EDUCAÇÃO	122	33.90.39.00	115	R$ 75.018,24

13.2 No exercício seguinte, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

- VIGENCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência deste Termo de Contrato de 05 (Cinco) meses a partir da assinatura

Nossa Senhora do Livramento - MT, 02 de Setembro de 2021.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

FONRECEDOR:

EMPRESAG. C. DE ALMEIDA LTDA

CNPJ nº 40.905.699/0001-53 ,

Representada pelo Senhor GILSON CESAR DE ALMEIDA, ,

CPF 616.993.301-15 e RG: 911791, SSP, MT

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 071/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 071/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE ENSINO PÚBLICO (ESTADUAL E MUNICIPAL), DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDAPREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021 SRP 12(DOZE) MESES.

DO OBJETO

1.1 O presente objeto Contratual é a **contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar para atender as necessidades de locomoção dos alunos matriculados nas escolas de ensino público (Estadual e Municipal), do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT, por QUILOMETRAGEM E VEÍCULO**especificado Termo de Referência, 076/2021 anexo **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021** do edital de *Pregão Eletronico* nº 007/2021 e Processo Administrativo 3232/2021.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertada na proposta da empresa são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA** CNPJ nº **07.163.699/0001-50**								
Endereço:	**R DA GLORIA (LOT NUCLEO G AMP)132 COMPLEMENTO QUADRA3 LOTE 9 CEP 78.141-054 BAIRRO/DISTRITO GLORIA MUNICÍPIO VARZEA GRANDE UF MT**								
Contatos:	65 99296 - 8485 e mail: vglivra2017@gmail.com								
Representante:	Agostinho Alves de Campos								
Razão Social	**Status**	**Item**	**Descrição**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Qde**	**Vl. Unit.**	**Vl. Total**
VARZEA GRANDE TRANSPORTES RODAVIARIA LTDA ME	07163699000150	6	ROTA 05 - RESSACA, AGUADA, FAZENDA PEDRO, VIVEIRO, CHACARA BARACAT, GARIMPO - CEMEI NILCE GOMES E EE VEREADOR AMARÍLIO GOMES DA SILVA - DISTRITO RIBEIRÃO DOS COCAIS ? MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	MERCEDES BENZ OU SIMILAR	LO915 OU SIMILAR	8.638	R$ 5,91	R$ 51.050,58
R$ 51.050,58 (Cinquenta e Um Mil Cinquenta Reais e Cinquenta e Oito Centavos)									

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

13.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	VALOR
Sec.Educação	Federal	02264 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar- SALÁRIO EDUCAÇÃO	122	33.90.39.00	115	R$ 51.050,58

VIGENCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência deste Termo de Contrato de 05 (Cinco) meses a partir da assinatura

Nossa Senhora do Livramento - MT, 02 de Setembro de 2021.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO

EMPRESAVARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA

CNPJ nº **07.163.699/0001-50**

Representada pelo Senhor Agostinho Alves de Campos

RG: nº 03390446 SESP/MT e CPF-MF nº 531.295.471-34,

AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12.2021

AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12.2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**,através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada na **Portaria n 022/2021** do dia 19 de Janeiro de 2021, **TORNA** público que se encontra autorizada a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sobre o **Nº 12/2021**, do tipo de disputa **ABERTO E FECHADO** - **MENOR PREÇO POR ITEM**, **EXCLUSIVO ME/EPP** na forma de Execução direta, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de proposta mais vantajosa, conforme descrito neste Edital e seus anexos, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

OBJETO: O objeto da presente licitação tem o objetivo Registro de preço para aquisição de produtos alimentícios de forma parcelada, com retiradas de acordo com a demanda das ações de cada secretaria da Prefeitura municipal de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 14 de setembro de 2021, às 10:00 horas -

(horário de Brasília - DF).

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: dia 24 de setembro de 2021, às 09:00 horas -

(horário de Brasília - DF).

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 24 de setembro de 2021, às 09:30 horas -

(horário de Brasília - DF).

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 24 de setembro de 2021, às 10:30 horas - (horário de Brasília - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: O Pregão Eletrônico será realizado no endereço eletrônico www.bll.org.br, através da Pregoeira e Equipe de Apoio.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela Pregoeira e Equipe de Apoio na sede da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, sito à Avenida Coronel Botelho n458 – CEP 78.178.000, Nossa Senhora do Livramento - MT, em dias úteis nos horários de 07h00min as 13h00min (Horário de Cuiabá/MT), telefone: (65) 3351-1200 site: http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ ou pelo e-mail: licitacao@livramento.mt.gov.br.

Nossa Senhora do Livramento-MT., 09 de setembro de 2021.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira 22/2021

EXTRATO CONTRATO Nº 073 2021

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 073 2021

CONTRATAÇÃO *DE ENTIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CONDIÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA INTERMEDIAR O PROJETO DE ESTÁGIO PRIMEIROS PASSOS – REMUNERADOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO*QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002763/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2021 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO FUNDAMENTO:

O presente contrato decorre do Processo Administrativo **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002763/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2021,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, publicado a ratificação da Dispensa no dia 06 de setembro no Jornal AMM/MT Edição nº 3808 e Jornal Eletronico do TCE/MT e parecer juridico 464/2021

DO OBJETO:

2.1 - Constitui objeto deste contrato a **CONTRATAÇÃO *DE ENTIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CONDIÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA INTERMEDIAR O PROJETO DE ESTÁGIO PRIMEIROS PASSOS – REM***, conforme condições, especificações e quantidades, no TR 141/2021 **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002763/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2021**

2.2 . Especificação dos itens a serem adquirido					
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QUANT. ALUNOS**	***VALOR UNIT POR ALUNO***	***VALOR TOTAL ANUAL***
01	*Contratação de entidade para prestar serviço na condição de Agente de Integração para operacionalização de programa de estágio, em atendimento as Secretarias do município de Nossa Senhora do Livramento/MT, por período de 12 meses.*	UND. (cód.: 1092)	36	R$ 696,00	R$ 25. 056,00
VALOR TOTAL R$ 25.056,00					

2.3. Especificação dos itens a serem adquiridos								
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QUANT. ALUNOS**	**A.T**	***TX. ADM***	***VALOR UNIT POR ALUNO***	***VALOR UNIT POR ALUNO/ MÊS***	***VALOR TOTAL ANUAL***
01	ESTAGIÁRIOS DE ENSINO MÉDIO	12 MESES	07	10,00	58,00	R$ 500,00	R$ 3.976,00	R$ 47.712,00
02	ESTAGIÁRIOS ENSINO SUPERIOR	12 MESES	29	10,00	58,00	R$ 800,00	R$ 25.172,00	R 302.064,00
VALOR TOTAL						**52.116,00**		**R$ 349.776,00**

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 Os créditos orçamentários para execução do presente contrato serão oriundos das seguintes dotações do orçamento vigente 2021:

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
ADM	Próprio	2089 – Manutenção das Atividades de ADM e Planejamento	080	33.90.39.00	100	**R$ 55.296,00**
EDUCAÇÃO	Próprio	2045 – Manutenção e Encargos da Educação	111	33.90.39.00	101	**R$197.520,00**
A. SOCIAL	Próprio	2022 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social	206	33.90.39.00	100	**R$41.664,00**
DES. RURAL	Próprio	3036 – Manutenção e Encargos da Secretaria	379	33.90.39.00	100	**R$27.648,00**
OBRAS	Próprio	2074 – manutenção Encargos e Salários	333	33.90.39.00	100	**R$ 17.232,00**
ULTURA/ TURISMO	Próprio	2288 – Manutenção da Coordenação de Cultura e Turismo	403	33.90.39.00	100	**R$10.416,00**
TOTAL R$ 349.776,00 (Trezentos e quarenta e nove mi, setecentos e setenta e sies reais)						

DA VIGENCIA CONTRATUAL:

5.1 A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

Nossa Senhora do Livramento, 10 de Setembro de 2021

CONTRATANTE

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA CIEE,**

CNPJ sob o nº 61.600.839/0001-50,

Representada pelo Senhor Claudio Rodrigo de Oliveira,

RG: Nº 1774314/DGPC/GO e CPF: 588.675.381-87

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 068 2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 068 2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE ENSINO PÚBLICO (ESTADUAL E MUNICIPAL), DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: SAL ALUGUEL DE CARROS LTDAPREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021

- DO OBJETO

1.1 O presente objeto Contratual é a **contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar para atender as necessidades de locomoção dos alunos matriculados nas escolas de ensino público (Estadual e Municipal), do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT, por QUILOMETRAGEM E VEÍCULO**especificado Termo de Referência, 076/2021 anexo **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021** do edital de *Pregão Eletronico* nº 007/2021 e Processo Administrativo 3320/2021.

- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço, as especificações do objeto e as demais condições ofertada na proposta da empresa são as que seguem:

Razão Social:	EMPRESA SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA, pessoa jurídica de direito privado CNPJ: 19.226.325/0001-15
Endereço:	Avenida Dom Orlando Chaves, 99, Sala 02, Ponto Nova, Várzea Grande/MT,
Contatos:	Telefones: (65) 3626-1030 Wpp: (65) 3626-1030 E-mail: licitacao@aluguenasal.com.br
Representante:	**ALEXSSANDRO NEVES BOTELHO**

Item	Descrição	Un	Marca	Modelo	Qdade	Vl. Unit.	Vl. Total
1	ROTA 01 - MONJOLO, SÃO MANOEL DO PARI, CAMPINAS, MORRO CORTADO, PEDRA PRETA, ASSENTAMENTO BURITI - EE FREI EMILIANO MOONTEIRO - CAMPO ALEGRE DE CIMA ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 ATÉ 44 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR DO ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	Volare	FLY 9	16.058	R$ 6,10	R$ 97.953,80

2	ROTA 04 - CRISTAL, CAMPO ALEGRE DE BAIXO, NITÓ E RIQUINHO - EE VEREADOR AMARÍLIO GOMES DA SILVA - DISTRITO RIBEIRÃO DOS COCAIS ? ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 ATÉ 44 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	VOLARE	FLY 9	10.633,80	R$ 6,25	R$ 66.461,25
3	ROTA 20 - FIGUEIRAL I, FIGUEIRAL II, CARANDÁ, BOCAIUVAL, FAZENDA NACIONAL, ASSENTAMENTO E CAPÃO BELO - EM BETINA TAVARES DA SILVA TAQUES - COMUNIDADE FIGUEIRAL ? ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 ATÉ 44 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	VOLARE	FLY 9	8954	R$ 7,22	R$ 64.647,88
5	ROTA 03 - PASSAGEM DE CARRO, FAZENDA BOM RETIRO, MORRO CORTADO, CACHOARIA, BR 070, JOÃO DE DEUS, FAVAL - EE JOSÉ DE LIMA BARROS - DISTRITO FAVAL- MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	VOLARE	ATACK 8 4X4	13.874,26	R$ 6,50	R$ 90.182,69
8	ROTA 23 ?SERRAGEM, CUMBARU, MUTUM, FAZENDA BOQUEIRÃO, FAZENDA BETÃO, RIO DOS PEIXES ? EM BENEDITO PEREIRA LEITE ? COMUNIDADE RIO DOS PEIXES ? MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	VOLARE	ATACK 8 4X4	10.952	R$ 6,29	R$ 68.888,08
9	ROTA 24 - FAZENDA LAGE, LIMOEIRO, SANTANA, CHAPADÃO, PARATUDAL, FAZENDA SOUZA E RIO DOS PEIXES - EM BENEDITO PEREIRA LEITE - COMUNIDADE RIO DOS PEIXES ? MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	VOLARE	ATACK 8 4X4	10.952	R$ 6,12	R$ 67.026,24
10	ROTA 25 - CARRAPATINHO, FAZENDA SHOMMER, CACHOEIIRINHA, BURITI DO ATALHO, CHICO LEITE, BURITI GRANDE, RIO DOS PEIXES - EM BENEDITO PEREIRA LEITE - COMUNIDADE RIO DOS PEIXES ? MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	VOLARE	ATACK 8 4X4	7.622	R$ 6,84	R$ 52.134,48
11	ROTA 16 - CILADA, BRUMADO, SUCURI, BELA GRAMA, PARATUDAL, COXOS DE CIMA, LUA CHEIA - EM MANOEL SANTANA MONTEIRO - COMUNIDADE COXOS - MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	VOLARE	ATACK 8 4X4	11.072,62	R$ 6,22	R$ 68.871,70
12	ROTA 12 - SÃO GONÇALO, FAZENDA ERVA DOCE, REFUGIO SANTA MARIA, FAZENDA HORIZONTE, FAZENDA BOCAINA, FAZENDA RANCHO T. SUCURI - EM VENCESLAU DA SILVA BARROS - COMUNIDADE QUILOMBO - MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	VOLARE	ATACK 8 4X4	9.768	R$ 7,11	R$ 69.450,48
13	ROTA 14 - CABOCLA, SERRAGEM, ILHA DA CABOCLA - EM AGRICOLA JERÔNIMO DE SOUZA ? MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	VOLARE	ATACK 8 4X4	9.403,18	R$ 6,39	R$ 60.086,32
15	ROTA 10 - FAZENDA TALISMÃ, CÓRREGO SECO, PEDRO PAULO, NEREU SANTOS, GONÇALO, TEREZINHA E RIO DOS PEIXES - EM BENEDITO PEREIRA LEITE - COMUNIDADE RIO DOS PEIXES - MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	VOLARE	ATACK 8 4X4	9.901,94	R$ 7,11	R$ 70.402,79
R$ 776.105,71 (Setecentos e Setenta Seis Mil Cento e Cinco Reais Setenta e Um Centavos)							

PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R$ 776.105,71 (Setecentos e Setenta Seis Mil Cento e Cinco Reais e Setenta e Um Centavos)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

13.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	
Sec.Educação	Próprio	02216 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar	120	33.90.39.00	101	R$ 64.647,88
Sec.Educação	Federal	02265 – Manutenção do Transporte Escolar PNATE	124	33.90.39.00	115	R$ 204.786,02
Sec.Educação	Federal	02102 – Manutenção do Programa de transporte Escolar – FUNDEB 40%	164	33.90.39.00	119	R$ 70.402,79
Sec.Educação	Federal	02264 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar- SALÁRIO EDUCAÇÃO	122	33.90.39.00	115	R$ 129.536,80
Sec.Educação	Estadual	02266 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar - CONVÊNIO	126	33.90.39.00	125	R$ 306.732,22

13.2 No exercício seguinte, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUARTA - VIGENCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência deste Termo de Contrato de 05 (Cinco) meses a partir da assinatura

Nossa Senhora do Livramento - MT, 02 de Setembro de 2021.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

EMPRESASAL ALUGUEL DE CARROS LTDA,

CNPJ: 19.226.325/0001-15,

Representada neste pelo Administrador ALEXSSANDRO NEVES BOTELHO

RG n° 1485221-7 SSP/MT, e do CPF/MF sob n° 724.587.121-34

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 040/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 040/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL –CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PELO REGIME DE EMPREITADA PORPREÇO GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS EM ANDAMENTO OU A SEREM IMPLEMENTADAS NAS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA, GESTÃO PÚBLICA, MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTES E ESPORTES PARA O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, BEM COMO DEMAIS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NA SUPERVISÃO, FISCALIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E CORREÇÃO DE PROJETOS COMPOSTO POR UMA EQUIPE DE 03 ENGENHEIROS CIVIS, 01 ARQUITETO URBANISTA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: ACTION ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDAPREGÃO ELETRÔNICO Nº017/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 650/2020- 12 (DOZE) MESES.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletronica, publicado no dia 3 de Setembro de 2021 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.807**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2020** - **Processo Administrativo n.° 650/2020**, registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: Empresa, ACTION ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.260.105/0001-00, com sede a Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 200, Andar 1107, Bairro Bosque da Saude Cuiabá – MT, CEP: 78.050-000. Neste ato representado pela Srª Juliana Rodrigues, portadora do RG: 12318396 SJ/MT e CPF: 719.485.111-34 residente e domiciliada a Avenida das Palmeiras, S/N Bairro Jardim Imperial município de Cuiabá/MT CEP: 78.075-850

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia, pelo regime de empreitada porpreço global, para execução dos serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras em andamento ou a serem implementadas nas áreas de saúde, educação, segurança, gestão pública, mobilidade urbana e transportes e esportes para o Município de Nossa Senhora do Livramento, bem como demais atividades a serem desenvolvidas na supervisão, fiscalização, elaboração e correção de projetos composto por uma equipe de 03 engenheiros civis, 01 arquiteto urbanistaPREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2020** - **Processo Administrativo n.° 650/2020.**

CLAUSUAL SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**Empresa, ACTION ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.260.105/0001-00				
Endereço:	Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2000, Andar 1107, Bairro Bosque da Saude Cuiabá – MT, CEP: 78.050-000				
Contatos:	65 99218-4020 65 3359-0433 e mail: juliana.engcivil32@gmail.com				
Representante:	Juliana Rodrigues				
Lote	**Descrição**	**Udade**	**Quantidade do Item**	**Valor do Item**	**Valor Total do Item**
01	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia, pelo regime de empreitada por preço global, para execução dos serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras em andamento ou a serem implementadas nas áreas de saúde, educação, cultura, segurança,gestão pública, mobilidade urbana e transportes, assistência social e esportes para o Município de Nossa Senhora do Livramento, bem como demais atividades a serem desenvolvidas na supervisão, fiscalização, elaboração e correção de projetos, composto por 03 engenheiros civis e 01 arquiteto urbanista.	MÊS	12	**29. 490,00**	**R$ 353. 880,00**
R$ 353.880,00 (trezentos e cinqüenta e três mil e oitocentos reais).					

CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços a ser firmado mediante a realização do Pregão Eletrônico é a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

3.2 O presente edital deverá estar vinculado ao Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 com alterações posteriores, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado.

3.3 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - Órgão Gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão

CLÁUSULA QUARTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

4.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

4.5 Ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.6 Manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.7 Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços a ser firmado mediante a realização do Pregão Eletrônico é a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

4.8 O presente edital deverá estar vinculado ao Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 com alterações posteriores, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado.

4.9 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - Órgão Gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.5 As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item constante na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.6 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.7 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.8 A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação deste prazo, respeitado o prazo de vigência da Ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

4.9 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.10 Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.11 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.12 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou no artigo 17 do Decreto n.º7.892/2013.

CLÁUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir **meses a partir de sua publicação no diário oficial;**, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Prazo de Execução, Local, e Aceite)

6.1 Prazo para entrega do objeto:O serviço iniciará em 02 (dois) dias após a emissão da ordem de serviços;

6.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.3. Do local de entrega/execução dos materiais e/ou serviços**:Os serviços serão executados nas dependências da Secretaria Municipal de Obras, de segunda a sexta feira no horário de atendimento da Prefeitura, sendo computados semanalmente 40 horas trabalhadas.**

CLÁUSULA SETIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

7.1Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

7.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.5 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, o Servidor da Secretaria de Administração: **Sr. Fernando Monteiro.**

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO:

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cincodias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.5 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

9.9 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de regularidade fiscal.

9.14 Devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

910. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9.11. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.12 A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

9.12.1. Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

9.12.2. Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

9.13. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFE, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

9.14 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFE, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFE;

9.15. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a *prestação de serviço.*

*10.1.*2responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.4 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.5 Executar o serviço dentro dos padrões estabelecidos pela Administração, de acordo com o especificado na proposta, que fazem parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

10.1.6 A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pelo serviço a ser prestado nos termos da legislação vigente, pela execução dos serviços citados neste Termo de Referência;

10.1.7 A CONTRATADA emitirá mensalmente após prévio empenho a Nota Fiscal dos serviços executados, bem como dos quantitativos dos profissionais que efetivamente realizaram os serviços no período de acordo com valores apresentados na proposta e acompanhado de relatório de execução dos serviços;

10.1.8. As atividades dos serviços desta contratação é para a gestão dos empreendimentos e no cumprimento das metas definidas pelas secretarias, contemplam as seguintes atribuições:a) Controle Gerencial do Programa de Obras baseado em informações colhidas em campo, através de serviços de apoio técnico gerencial, a saber:- Monitoramento de Obras para cumprimento das metas e prazos estabelecidos, com controle gerencial técnico, financeiro e administrativo, incluindo as atividades;- Gestão e monitoramento da elaboração e revisão de projetos;- Apoio e assessoramento para as operações de desvios de tráfego;- Acompanhamento da Execução das Obras.b) Controle e Supervisão Ambiental das Obras baseado em Plano de Controle Ambiental;c) Apoio Técnico aos Processos Expropriatórios e Controle de Desapropriação e Remanejamento das famílias atingidas pelas obras;d) Laudos de Consultoria Especializada;e) Elaboração de Revisão de Projetos, inclusive de desvios de tráfego, quando for o caso. A Empresa Contratada deverá disponibilizar equipes tecnicamente capacitadas para atender as eventuais correções e/ou ajustes do projeto de forma a não comprometer o cronograma estabelecido para as obras;f) Acompanhamento da Execução das Obras, inclusive das atividades de Controle Tecnológico e Topográfico de acordo com os projetos de engenharia, as Normas Técnicas, Instruções e Especificações Técnicas estabelecidas pelo projeto.Este Termo de Referência estabelece as diretrizes gerais que deverão ser obedecidas pela CONTRATADA na Execução de Serviços de Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização das Obras no município de Nossa Senhora do Livramento-MT sob a responsabilidade da CONTRATADA compreendendo os trabalhos indicados pelo projeto.

As diretrizes a serem cumpridas compreendem as ações descritas a seguir.Os serviços deverão contemplar, no mínimo: Verificação da qualidade da obra abrangendo o acompanhamento e monitoramento doscontroles tecnológicos dos serviços realizados e dos materiais aplicados; Medição e avaliação técnica dos serviços realizados; Acompanhamento da implantação das medidas mitigadoras e de proteção ambiental, realizando o monitoramento ambiental; Acompanhamento das diversas etapas das obras, verificando o cumprimento integral das soluções dos projetos de engenharia; Prestação de serviços de consultoria especializada; Apoio às atividades de implantação das obras, quanto aos aspectos de desapropriação e remanejamento de interferências; Análise e revisão de projetos; Planejamento e controle físico e financeiro das obras; Acompanhamento das condições de segurança durante as obras; Acompanhamento e verificação do controle geométrico dos serviços executados; Elaboração de relatórios mensais, parciais e finais; Apresentação das propostas de medições mensais para a Prefeitura do Município de Nossa Senhora do Livramento para a apreciação e atestação de conformidade.**10.2 . Fornecimento à Fiscalização e informações sobre as obras, particularmentenos seguintes aspectos:** Qualidade dos serviços de campo, inclusive obediência ao projeto de engenharia; Obediência aos dispositivos contratuais, inclusive os da proposta de preços; Cumprimento dos prazos e metas contratuais ou aquelas estabelecidas pela Fiscalização; Avaliação do desempenho da estrutura da Construtora na execução do contrato,relacionando o pessoal e equipamentos alocados; Aspectos gerais do canteiro de obras quanto a limpeza, organização e bem-estar; Adoção das medidas mitigadoras estabelecidas em relação ao impacto ambiental geradopela realização dos trabalhos; Controle dos quantitativos dos serviços executados para fins de elaboração das medições.**10.3. Execução direta de serviços, compreendendo:** Esclarecimentos à Construtora e Fiscalização do Município de Nossa Senhora do Livramento quanto ao projeto de engenharia; Acompanhamento da execução de cada etapa da obra, supervisionando os serviçosexecutados; Liberação de cada etapa das obras; Solução de problemas construtivos imprevistos surgidos; Acompanhamento da execução dos ensaios tecnológicos, estabelecendo e verificando ospadrões para averiguação daqueles realizados pela Construtora; Acompanhamento da execução do controle geométrico e verificação dos levantamentosexecutados pela Construtora para elaboração das medições.**10.4. As tarefas pertinentes ao presente escopo são caracterizadas a seguir:** Análise dos projetos e dos outros documentos relativos às obras, com o objetivo de seinteirar das características técnicas, soluções de projeto e demais aspectos;Verificação quanto ao atendimento dos padrões de projeto da Prefeitura Municipal de-Nossa Senhora do Livramento; Avaliação do cronograma de execução das obras apresentado para a implantação doprojeto e, se for o caso, execução de readequação em conjunto com a Construtora e aFiscalização para atendimento as metas preconizadas; Análise do levantamento de interferências e exame dos projetos de remanejamentos deserviços públicos existentes; Verificação da implantação da sinalização para a execução das obras, bem como damanutenção e operação de acordo com a orientação da Fiscalização da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento; Avaliação dos projetos e das condições de manutenção dos desvios de tráfego; Acompanhamento da execução das etapas de serviços, de modo a efetuar o controlefísico-financeiro do avanço das obras; Verificação da qualidade dos materiais e dos processos construtivos adotados narealização das obras; Avaliação da efetividade do Sistema de Gestão da Qualidade adotado pela Construtora; Análise quanto ao cumprimento das obrigações contratuais pela Construtora, informandooportunamente à Fiscalização a ocorrência de eventuais desvios; Realização em modelo específico das medições mensais das obras executadas pelaConstrutora para, juntamente com os elementos e dados de campo, submeter à aprovaçãopela Fiscalização da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT; Acompanhamento e verificação dos controles tecnológicos realizados para a atestação daqualidade dos serviços executados; Liberação das etapas dos trabalhos executados, em obediência às prescrições das normase especificações em vigor; Comunicação a Fiscalização da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento quanto à paralisação da continuidade dos serviços devido a alguma irregularidade identificada, informando sobre o problema observado e a providência a ser tomada; Verificação, no caso de dúvidas, por intermédio da execução de ensaios e levantamentos complementares por amostragem da qualidade do controle tecnológico e do controlegeométrico executado pela Construtora; Emissão de parecer técnico sobre eventuais propostas da Construtora, quanto às alterações de projeto na fase de execução das obras ou modificação do prazo apresentadono cronograma de implantação; Análise dos projetos, apresentando propostas para a adequação as condições locais de construção, informando os impactos nos custos e prazos decorrentes da adoção da alternativa, e promovendo a elaboração da nova solução; Coleta, organização e manutenção à disposição da Fiscalização da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento, dos dados e informações relativas às obras; Realização de registros, elaboração de análises e emissão de conceitos relativos àevolução das obras; Acompanhamento da elaboração dos projetos de “As Built” pela Construtora em conformidade com as exigências da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento; Acompanhamento da implantação em campo, das soluções previstas em projeto; Assessoria em relação às questões técnicas ou contratuais das obras em andamento seja por rotina ou por iniciativa de qualquer das partes envolvidas; Avaliação dos dispositivos e demais medidas e ações para a redução dos acidentes e elevação em geral do nível de segurança do

trânsito, propondo aprimoramentos, ou sanando outros aspectos inadequados ou insuficientes constatados in loco; Prestação de serviços de consultoria na resolução de questões técnicas, necessidade de complementação/ execução de projetos, medidas administrativas e contratuais ou por iniciativa da Fiscalização; Orientação quanto à execução dos serviços por parte da Construtora, fornecendo-lhe os elementos necessários ao início e ao avanço da obra; Acompanhamento da execução das etapas das obras, zelando pelo cumprimento das determinações pertinentes a cada uma delas, procedendo à respectiva anotação no Livro de Ocorrências e Diário e Obras; Participação e acompanhamento na definição das soluções técnicas a adotar para equacionamento dos problemas ocorrentes nas obras sejam eles rotineiros ou específicos; Comunicação a Contratante sobre a necessidade de paralisação, mediante anotação no Livro de Ocorrências/Diário de Obras com imediato envio de cópias por expediente protocolado à Fiscalização e à Construtora, dos serviços que estejam sendo executados em desacordo com o projeto e/ ou as especificações técnicas, bem como das demaisocorrências capazes de interferir com o transcorrer normal da obra; Assessoramento à Fiscalização da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento com relação a qualquer assunto que envolva modificações de contrato, suspensão parcial ou total de serviços, execução de trabalhosnão previstos no contrato, modificações de preços unitários e composição de preços de novos serviços, tendo em vista a repercussão destes assuntos nos custos e prazos contratuais; Verificação quanto ao cumprimento das condições contratuais pela Construtora, emitindo alertas à Fiscalização da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento sobre a ocorrência de eventuais desvios; Elaboração de relatórios técnico-financeiros periódicos, contendo as informações sobre o andamento do contrato, em conformidade com as exigências da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento e/ ou dos órgãos financiadores;Elaboração de relatórios finais informando os eventos técnicos, administrativos e financeiros ocorridos.**10.4.1. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO A SUPERVISÃO E CONTROLE DAS OBRAS:10.4.1.2.** As atividades de Acompanhamento da Execução das Obras e Monitoramento das Interferênciasdeverão ser desenvolvidas pela Empresa Contratada de acordo com os projetos, normas técnicas, instruções, sistema informatizado, especificações vigentes que constem ou venham a**10.4.1.3.** Estabelecimento de ações para desobstruir ou realocar pontos de interferências relacionados com a infraestrutura urbana (dutos de concessionárias, redes de telecomunicações e energia elétrica, redes de drenagem e saneamento) e de trânsito urbano na área de influência direta do empreendimento, envolvendo empresas concessionárias e de trânsito;**13.4.1.4.** Controle de execução das obras analisando os resultados das atividades executadas, prevendo resultados a curto, médio e longo prazo para correção de rumos, utilizando sistema de gerenciamento que permita a rastreabilidade abrangente das obras;**13.4.1.5.** Expedição de comunicações à Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento e às Construtoras, devidamente protocoladas para garantir a rastreabilidade, a respeito de serviços executados em desacordo com o projeto, ou não aprovados. Ocorrendo esta hipótese os serviços serão interrompidos e todas as fases construtivas dependentes dos serviços recusados ficarão pendentes, até que se promova a correção necessária para adequá-los ao projeto;**10.4.1.6.** Verificação da execução das obras em função dos respectivos projetos executivos, devidamente documentados, cadastrados e monitorados através de internet;**13.4.1.7.** Acompanhamento da evolução dos quantitativos durante a execução da obra, utilizando sistema informatizado que permita a rastreabilidade das obras em andamento, de modo a prever a eventual necessidade de aditivos aos valores e prazos contratados, para preparação das justificativas e fornecimento de subsídios técnicos que permitam à Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento a adoção das medidas cabíveis e elaboração do eventual termo aditivo;10**.4.1.8.** Adoção de providências junto à Construtora, quanto à observância das Normas de Segurança do Trabalho, inclusive as que se referem às Normas de Trânsito, que também deverão merecer atenção especial, de modo que possibilite verificar e monitorar o atendimento as recomendações contidas no projeto e adequações;**10.4.1.9.** Supervisão da manutenção e conservação das instalações permanentes, provisórias e do canteiro de obras, observando o cumprimento pelas Construtoras das normas técnicas de construção e montagem, caderno análise de todos os procedimentos e rotinas operacionais relativos à operação, manutenção, segurança, higiene, alimentação, controle de pessoal, transporte, e outros itens necessários ao perfeito funcionamento das atividades propostas para atendimento aos padrões exigidos;**10.4.1.10.** Preparação e manutenção do Livro de Ocorrências/ Diário de Obras Informatizado para oregistro diário das atividades executadas, pessoal e equipamentos alocados, e ocorrências, assim como registros de emergências com inserção de fotos;**10.4.1.11.** Anotação dos fatos considerados relevantes, no Livro de Ocorrências ou Diário de Obra, bem como a elaboração de medições, na periodicidade requerida, dos serviços executados, com a respectiva memória de cálculo;**10.4.1.12.** Inspeção da recepção e estocagem de materiais a serem empregados na obra para preservação das características;**10.4.1.13.** Manutenção da documentação relacionada com a obra, alertando os respectivos responsáveis sobre a necessidade de atualização e remessa de cópia à Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento;**10.4.1.14.** Proposição de medidas a serem tomadas para cumprimento dos cronogramas de execução, assim como para a recuperação dos eventuais atrasos surgidos durante o andamento das obras, que será monitorado através de sistema informatizado;**10.4.1.15.** Adoção de providências para detalhamentos e estudos necessários à implantação das obras, monitorada por sistema de gerenciamento de acompanhamento dos processos de execução e fiscalização;**10.4.1.16.** Promoção de reuniões periódicas com as Construtoras, onde serão discutidas as soluções técnicas, interferências, problemas técnicos relativos aos projetos e obras, reivindicações e plano de trabalho da mesma;**10.4.1.16.** Verificação da adequabilidade dos equipamentos e da mão de obra utilizados na construção, quanto à consecução dos prazos contratados;**13.4.1.17.** Solicitação de alterações nas programações das Construtoras, adequando-as aos prazos estabelecidos e solicitando acréscimos de pessoal e equipamentos, se necessário;**10.4.1.18.** Preparação das medições dos serviços executados pelas Construtoras, no período estipulado nos contratos de construção das obras, observando a adoção de medidas de segurança e higiene no trabalho, a severa disciplina, vigilância, limpeza e iluminação dos locais de trabalho e adjacências;**10.4.1.19.** Análise dos procedimentos e rotinas relativos à operação, manutenção, segurança, higiene, alimentação, controle de pessoal, transporte, e outros itens necessários ao funcionamento das atividades propostas pelas Construtoras contratadas;10**.4.1.20.** As atividades de controle tecnológico das obras serão baseadas nas soluções técnicas indicadas no projeto executivo de engenharia, através do acompanhamento e verificação sistemática dos ensaios geotécnicos realizados “in loco”, envolvendo a realização do controle tecnológico de solos e pavimentos das obras viárias, através de auditagem dos ensaios realizados no que se refere a serviços, materiais, instalações e equipamentos. **10.4.1.21.** As atividades de controle topográfico através de verificação sistemática dos serviços executados pelas Construtoras envolverão a realização amostral de verificações dos levantamentos topográficos através de:a) Levantamento e desenho, em escalas convenientes, de elementos visando à alimentação do sistema de automação do processo de medição dos serviços;b) Verificação da locação das obras-de-arte especiais, edificações, entre outros;c) Controle e a conferência dos serviços de locação, relocação, nivelamentos, contranivelamentos, amarrações, medidas de espessuras e/ou outros executados pelas Construtoras, de acordo com as especificações adotadas em projeto;d) Controle e registro das referências de nível primitivas do projeto.e) Poderão ser acionados sempre quando a Fiscalização da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento achar necessário. A efetiva mobilização da equipe e veículos deverá estar compatível com o cronograma dos serviços no campo, em consonância com as orientações e solicitações da Fiscalização da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento.

10.4.1.22. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: Realizar o serviço dentro do prazo fixado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1.1 Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Processo e seus anexos;

11.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

111.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Processo e seus anexos;

11.1.5 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1 Prazo para entrega do objeto:O serviço iniciará em até 02 (dois) dias após a emissão da ordem de serviços;

13.4 . Prazo para execução dos serviços: **12 (doze) meses.**

13.5 . Prazo para início da execução dos serviços: **Até 02 (dois) dias após o recebimento da ordem de serviço.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA -DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

14.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	FICHA	Natureza de Despesa	Fonte
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER					
Secretaria de Educação	Próprio	2045-Manutenção e encargos da educação	94	3.3.90.39	100
SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA					
Secretaria de Obras	Próprio	2074- Manutenção de encargos e salários	377	3.3.90.39	100
SECRETARIA DE SAÚDE					
Secretaria de Saúde	próprio	2030- Manutenção de encargos da saúde	237	3.3.90.39	100

14.2 No exercício seguinte, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- REVISÃO E CANCELAMENTO

15.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

15.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

15.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

15.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

15.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

155.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

15.5.2convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

15.5.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15.6 O registro do fornecedor será cancelado quando:

15.6.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

15.6.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.6.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

15.6.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

15.7.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 15.7.1, 15.7.2, 15.7.3 e 15.7.4, serão formalizados por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.7.2 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

15.7.3 por razão de interesse público; ou

15.7.4 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO TERMO CONTRATUAL

16.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços o FORNECEDOR com preços registrados poderá ser convocado para assinar o Contrato;

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o ÓRGÃO GERENCIADOR para aassinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediantecorrespondência com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no **prazode 05 (cinco) dias corridos**, a contar da data de seu recebimento;

16.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitaçãojustificada do FORNECEDOR, desde que aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

16.4. Se o FORNECEDOR, no ato da assinatura do Contrato não comprovar que mantém as mesmascondições de habilitação do certame, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderáser convocado outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação daaceitabilidade da proposta, negociação de preço e comprovada a manutenção dos requisitos dehabilitação, celebrar o Contrato;

16.5. O FORNECEDOR que se recusar a assinar o Contrato estará sujeito às penalidades previstas no**Termo de Referência** - parte integrante desta ATA.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS PREÇOS

17.1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente **Ata de Registro de Preços** são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida à classificação no Pregão Eletrônico 017/2020 citado no preâmbulo desta, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços,

17,2. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n°017/2021 citado no preâmbulo desta, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

17.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n°17/2021citado no preâmbulo desta, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

17.4 O preço registrado, as especificações e as quantidades constam no **ANEXO I** desta ATA;

17.5 O preço é fixo e irreajustável;

17.6 No preço já estão incluídos todos os insumos que os compõem, tais como, como transporte, mão de obra, encargos sociais, seguros, impostos e taxas necessárias à perfeita conclusão do objeto contratado que por ventura venham a incidir direta ou indiretamente sobre o mesmo;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS PENALIDADES

18.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

18.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

18.3. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

18.4. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA CONDIÇÕES GERAIS

19.1. As condições gerais da execução, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO I AO EDITAL.**

19.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

19.2.1. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

19.2.2. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

19.2.3. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

19.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

19.4. A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

19.5. Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

CLÁUSULA VIGESSIMA - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

20.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993 e divulgada no portal da internet https://diariomunicipal.org/mt/amm/ e no site https://www.tce.mt.gov.br/diario.

CLÁUSULA VIGESSIMA PRIMEIRA CONDIÇÕES GERAIS

21.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

21.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

21.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

21.4 contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

21.5 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

21.**6 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.**

21.7 A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

21.8 Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

21.9 As partes elegem o foro da Comarca de Várzea Grande - MT, para dirimir qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

21.10 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 03 de Setembro 2021

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa, ACTION ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA,

CNPJ sob o nº 34.260.105/0001-00,

Representado pela Srª Juliana Rodrigues

RG: 12318396 SJ/MT e CPF: 719.485.111-34

DECRETO N° 121/2021

DECRETO N° 121/2021

*"**Homologa Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em favor de LEUCEMA FATIMA DA SILVA MARTINS**."*

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento no uso de suas atribuições legais, *e nos termos do art.40, §1º, e 2º, da Constituição Federal, combinado com os art. 13 da lei 516/2005, que dispõe sobre o regramento do calculo dos proventos, e nos termos do art. 12, inciso III alínea a, e § 3º da Lei 516/2005, que rege a previdência municipal e lei complementar nº 7/2004 que dispõe sobre a carreira dos profissionais do município e suas alterações*, resolve:

Art. 1º - Homologar o beneficio de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em favor de **LEUCEMA FATIMA DA SILVA**, portadora do RG. Nº. 335692 SSP/MT e CPF nº. 284.414.431-49, efetiva no cargo de **PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CLASSE C, REFERÊNCIA 08**, cadastrada sob matricula na folha do empregador n º 5.787-1 e matricula previdenciário nº 149, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, a referida servidora conta com **9.321(nove mil e trezentos e vinte um) dias trabalhados, ou seja, 25(vinte e cinco) anos e 06(seis) meses e 16(dezesseis) dias**, com **Proventos Integrais de Contribuição e direito ao reajuste do valor real**, conforme o processo do PREVI n.º 02/2021, a partir da data da portaria nº 020/2021 da NOSSA PREVI, 05 de agosto de 2021, até posterior deliberação.

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 03 de Setembro de 2.021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA Nº005/ 2021

RESOLUÇÃO CMDCA nº005/2021

Dispõe sobre Uso do Carro Exclusivo do Conselho Tutelar de Nossa Senhora do Livramento - MT, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de Nossa Senhora do Livramento - MT, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal 250 de 1991;

Considerando o disposto do Regimento Interno Cap. IV, Art. X §1;

CONSIDERANDO que o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão responsável pelas políticas públicas

de defesa de direitos e promoção do bem estar social da criança e do adolescente no Município;

CONSIDERANDO que o CMDCA deve acompanhar, monitorar, avaliar e priorizar as ações desenvolvidas pelas organizações governamentais e não governamentais, fazendo cumprir as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO a necessidade de uso de veículo para a execução das atividades do Conselho Tutelar por seus conselheiros, para atendimento de ocorrências e chamados envolvendo crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a complexidade dos casos de violação de direitos dos grupos de vulneráveis protegidos pelos membros do Conselho Tutelar, a qual não possui dia e horário definido para ocorrer;

CONSIDERANDO a escala de disponibilidade de conselheiros para atendimento da população em geral conforme as atribuições do cargo;

CONSIDERANDO que o transporte é o meio pelo qual alguns serviços são prestados, através do veículo oficial do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a exclusividade de uso do veículo oficial do Conselho Tutelar apenas para serviços e atividade do Conselho Tutelar, sendo necessário um rigoroso controle, seja pela sociedade, seja pelo Ministério Público ou pelo Poder Executivo, órgão que gere e fomenta todas as despesas do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a necessidade de conciliar a eficiência do serviço prestado pelo Conselho Tutelar com a necessidade de zelo para com o uso racional dos recursos públicos devendo-se em qualquer caso respeitar os princípios que regem a administração pública em geral, previstos no art. 37 da CF/88.

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar o uso do veículo oficial do Conselho Tutelar em suas atividades profissionais.

Art. 2º - O veículo oficial deverá ser utilizado exclusivamente no desempenho da função pública pelos respectivos conselheiros ou servidor público autorizado pela Administração Pública.

Art. 3º - O veículo destinado ao Conselho Tutelar só pode ser utilizado pelos Conselheiros que necessitem desenvolver diligência, levantamentos, visitas, acolhimentos e outras atividades de interesse do Órgão.

Art. 4º - É vedada a utilização do veículo destinado ao Conselho Tutelar do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT :

I – por pessoas estranhas ao serviço; II – transportar conselheiro de sua residência para o exercício de suas funções; III – em passeio, excursão ou trabalho de interesse particular, ou outra atividade de interesse particular.

Art. 5º - O condutor/veiculo deverá está na Sede do Conselho Tutelar, de segunda a sexta, as 08:00 horas, impreterivelmente, no aguardo das demandas dos Conselheiros Tutelares.

Art. 6º - Em nenhuma hipótese o Conselheiro Tutelar ou motorista designado poderá usar o veiculo oficial do Conselho Tutelar para fins diverso ao designado por Lei ou fins particulares, o que pode caracterizar ato de improbidade administrativa, justamente por ofensa ao disposto no art. 11 da Lei nº 8429/92.

Art. 7º - O abastecimento e manutenção do veículo oficial do Conselho Tutelar serão condicionados a apresentação de planilha exclusiva de frota do Conselho Tutelar, a qual deverá constar além do nome do condutor, data e horário de ocorrência, com a marcação da quilometragem, descrição da diligencia e justificativa, e tudo o mais que for necessário para comprovar que não houve “desvio de finalidade” em sua utilização.

Paragrafo único: será permitido excluir da planilha o nome e endereço de crianças e adolescentes quando a demanda do serviço determinar o anonimato.

Art. 8º - O veículo oficial deverá ser utilizado exclusivamente no desempenho da função pública pelos respectivos conselheiros ou servidor público autorizado pela Administração Pública.

Art. 9º - O uso do veículo e seu respectivo agendamento serão de responsabilidade dos conselheiros tutelares.

Art. 10º - A manutenção do veículo do Conselho Tutelar de Nossa Senhora do Livramento, abastecimento de combustível necessário para a realização dos serviços, Licenciamento Anual junto ao DETRAN, bem como a cessão/fornecimento recursos para os pedágios, correrão por conta da municipalidade conforme legislação em vigor, devendo o Conselho Tutelar informar a municipalidade, sempre que houver a necessidade.

Art. 11 - Deverá ser mantida no veículo, planilha detalhada do uso do veículo, contendo a data, hora de saída e chegada, quilometragem inicial e final, destino e nome do motorista com sua assinatura, conforme modelo fornecido pela Administração Municipal.

Art. 12 - São da responsabilidade do Motorista do Conselho Tutelar, o recolhimento e encaminhamento à Secretaria Municipal de Assistência Social, até o quinto dia útil do mês subseqüente, as planilhas detalhadas de utilização do veículo destinado ao Conselho Tutelar.

Art. 13 - Não estando em uso, o veículo do Conselho Tutelar deverá ser guardado no local designado pela administração Municipal.

Parágrafo Primeiro – Nos períodos de plantão, os conselheiros que estiverem em serviço fica autorizado a solicitar o carro quando necessário para atender as demandas, sob sua responsabilidade.

Art. 14 - O veículo destinado ao Conselho Tutelar só pode ser utilizado pelos servidores que necessitem desenvolver diligência, levantamento e outras atividades de interesse do órgão, devidamente designados para tal por ato do Poder Executivo.

Art. 15 - É de responsabilidade do Motorista do Conselho Tutelar, após o uso do veículo, deixá-lo devidamente abastecido, e relatar qualquer problema mecânico, bem como providenciar a devida manutenção, quando seja possível, realizar de imediato.

Art. 16 - O condutor de veículo oficial deve portar, quando em serviço, os seguintes documentos:

I – Carteira de Identidade Civil;

II – Carteira Nacional de Habilitação válida;

III – Documentação completa do veículo, como Certificado de Registro, licença e seguro obrigatório do veículo.

Art. 17 – O condutor do Veiculo bem como os Conselheiros responsáveis pelo atendimento da demanda responderão pelas infrações realizadas pelo uso incorreto de carro publico, sendo-lhes atribuída a responsabilidade, advertência, suspensão e exoneração, após regular processo administrativo em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, além do ressarcimento obrigatório da multa pela infração e/ou demissão

Art. 18 - As notificações de multas de trânsito aplicadas a veículo em serviço recepcionadas pelo órgão ao qual o veículo se encontra vinculado deverão ser encaminhadas ao setor de Controle Interno, onde será originado o respectivo procedimento para identificação do infrator e comunicação da infração cometida, o que deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 19 - Comprovada a responsabilidade do servidor e havendo recusa em autorizar o ressarcimento, esse se processará compulsoriamente.

Art. 20 - Além dos capitulados nas normas de trânsito, são deveres dos condutores de veículos destinados ao Conselho Tutelar:

I – manter limpo e bem conservado o veículo sob sua responsabilidade;

II – levar ao conhecimento do Secretário Municipal de Assistência Social, quaisquer defeitos ou anormalidades constatadas no veículo;

III – verificar diariamente o nível dos lubrificantes, a pressão dos pneus, o funcionamento dos sistemas elétricos e de freios;

IV – manter permanente vigilância do veículo quando estacionado;

V – em caso de acidente, registrar a ocorrência na delegacia policial competente, solicitando exame pericial e levar, imediatamente, o fato ao conhecimento do Chefe imediato;

VI – verificar o uso de cinto de segurança pelos passageiros, bem como de equipamentos de segurança, conforme a Legislação de Trânsito vigente no país.

Art. 21 - Além das proibições previstas nas normas de trânsito, aos condutores de veículos é vedado:

I – ceder à direção do veículo a terceiros quer sejam habilitados ou não;

II – deixar de apresentar documento ou prestar quaisquer informações solicitadas pela fiscalização de trânsito;

III – usar acessórios do veículo em trabalhos estranhos à sua finalidade;

IV– usar o veículo, sob qualquer pretexto, para fins diversos dos previstos;

V - usar o veículo para transporte de pessoas estranhas ao seu serviço.

Art. 22 - A Secretaria Municipal de Assistência Social e as demais unidades municipais competentes são responsáveis pelo veículo, notadamente quanto à sua utilização e guarda, além das seguintes atribuições:

I – promover a apuração da responsabilidade funcional do conselheiro tutelar incumbidos do uso e guarda do veículo e de seu controle, no caso de não cumprimento das normas desta Resolução;

II – comunicar à Secretaria Municipal de Assistência Social, no primeiro dia útil após a ocorrência, as informações de acidente com veículo oficial do Conselho Tutelar, mencionando inclusive, os danos sofridos pelo veículo, sob pena de responsabilidade.

Art. 23 - São penalidades aplicáveis ao conselheiro tutelar reincidente, por infração cometida, aquelas previstas na Lei, após regular processo administrativo em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, além do ressarcimento obrigatório da multa pela infração e/ou demissão.

Art. 24 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rodrigo Jose Santos de Andrade Presidente do CMDCA Nossa Senhora do Livramento – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO SUPLEMENTAR 273/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CNPJ: 33683822000173

RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO

Telefone 06635721950

rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00273/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de NOVA BANDEIRANTES, CESAR AUGUSTO PERIGO no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01295/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um crédido adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$176.400,69 (cento e setenta e seis mil, quatrocentos reais e sessenta e nove centavos) para a seguinte dotação orcamentária:

08.001-GABINETE DO SECRETARIO

Superávit Financeiro

08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo

0300080000-Apoio financeiro prestado pela Uniao aos entes federativos que recebem do FPM (176.400,69

Sub-Total: 176.400,69

Total Parcial Suplementado: 176.400,69

Art 2 - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercicio anterior, nos termos do artigo 43, Paragrafo 1, Inciso I, da Lei Federal 4.320/64.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

NOVA BANDEIRANTES, 25, Agosto de 2021

CESAR AUGUSTO PERIGO
Prefeito(a)

DEPTO LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 038/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2020

O Município de Nova Bandeirantes-MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no C.N.P.J/MF sob Nº 33.683.822/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO,**brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9. 001.064-6 SSP/MT, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, residente e domiciliada nesta Cidade de Nova Bandeirantes - MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **NORTE COMERCIO DE GAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **17.635.636/0001-02** e Inscrição Estadual n.º *13.510.897-7* estabelecida a Av. Jose Francisco Otenio, n.º 1.100, Centro, cidade de Nova Bandeirantes - MT, neste ato representada pelo Sr. *Ivanei Luiz Guadagnin*, portador do CIRG n.º *1510664-0* SSP/MT e CPF n.º *580.416.301-97*, residente e domiciliado na cidade de Nova Bandeirantes – MT, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, têm entre si justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, o primeiro termo de alteração da Ata de Registro de Preços nº. 038/2020, cujo objeto e o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA E VASILHAMES DE GÁS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES,** com base na lei nº 8.666/93 atualizada, sob clausulas e condições a seguir mencionadas, as quais passam a fazer parte integrante da ata original.

CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente termo aditivo visa à alteração dos valores, objeto licitatório do Pregão Presencial n º. 046/2020, para requerer a revisão (reequilíbrio de preços ou realinhamento), devidamente comprovado através de notas fiscais.

CLAUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO:

2.1. A presente ata de registro teve alteração nos seguintes itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRICAO	VALOR REGISTRADO	VALOR REAJUSTADO
01	GAS DE COZINHA GLP EM BOTIJAO DE 13KG, COM TROCA DE VASILHAME, GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO, ALTAMENTE TOXICO E INFLAMAVEL, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ. UNIDADE	R$ 120,00	R$ 140,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O presente aditivo encontra embasamento legal no decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013, artigo 65, inciso II, alínea "d" e parágrafo primeiro, do mesmo artigo, da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais Cláusulas da ata de registro de preço permanecem inalteradas.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes - MT, 09 de setembro de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

NORTE COMERCIO DE GAS LTDA

CNPJ: **17.635.636/0001-02**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-97

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO SUPLEMENTAR 263/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00263/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de NOVA BANDEIRANTES, CESAR AUGUSTO PERIGO no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01242/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um crédido adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) para as seguintes dotações orcamentárias:

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

Anul. Total ou Parcial de Dotação		
09.001.08.244.0011.2009.3.1.9.0.96.00.00.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	
0100000000-Recursos Ordinários		27.000,00
	Sub-Total:	**27.000,00**
	Total Parcial Suplementado:	**27.000,00**

Art. 2º - Para efetivação através de Realocação de Valores entre Fontes de Recursos, a que se refere o artigo anterior, serão reduzidos os créditos nas seguintes Dotações e Fontes de Recursos:

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

Anul. Total ou Parcial de Dotação		
09.001.08.241.0011.2181.3.3.5.0.41.00.00.00	Contribuicoes	
0100000000-Recursos Ordinários		12.000,00
09.001.08.244.0011.2009.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		6.500,00
09.001.08.244.0019.2113.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		2.100,00
	Sub-Total:	**20.600,00**

09.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.002.08.244.0011.2141.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0129000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		3.400,00
	Sub-Total:	**3.400,00**

09.003-FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANCA E ADOLES

09.003.08.243.0011.1028.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0100000000-Recursos Ordinários		3.000,00
	Sub-Total:	**3.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**27.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

NOVA BANDEIRANTES, 17, Agosto de 2021

CESAR AUGUSTO PERIGO
Prefeito(a)

Emissão: 10/09/2021 10:51:35

Page 1 de 1
Homologado

DEPTO LICITAÇÃO
EDITAL ITR - 09 DE SETEMBRO DE 2021

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - NOVA BANDEIRANTES - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00002, de 09 de Setembro de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
THAISA MARIA DE SOUZA MINOZZO	000.720.031-54	0117 /00092/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: VALDECIR AUGUSTO CORREIA	Matrícula: 00000168
Cargo: CHEFE DEPARTAMENTO TRIBUTAÇÃO E CADASTRO / 16	Assinatura:

Data de afixação: 09/09/2021

Data de desafixação: 24/09/2021

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - NOVA BANDEIRANTES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00006, de 09 de Setembro de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
BELCHIOR PRESTES DALLAGNOL	001.910.171-67	0117/00167/2021
BELCHIOR PRESTES DALLAGNOL	001.910.171-67	0117/00168/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: VALDECIR AUGUSTO CORREIA	Matrícula: 00000168
Cargo: CHEFE DEPARTAMENTO TRIBUTAÇÃO E CADASTRO / 16	Assinatura:

Data de afixação: 09/09/2021

Data de desafixação: 24/09/2021

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - NOVA BANDEIRANTES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00007, de 09 de Setembro de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Constatação e Intimação (ITR)
XAVIER LEONDAS DALLAGNOL	084.889.089-20	0117/00159/2021
XAVIER LEONIDAS DALLAGNOL	084.889.089-20	0117/00157/2021
XAVIER LEONIDAS DALLAGNOL	084.889.089-20	0117/00158/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: VALDECIR AUGUSTO CORREIA	Matrícula: 00000168
Cargo: CHEFE DEPARTAMENTO TRIBUTAÇÃO E CADASTRO / 16	Assinatura:

Data de afixação: 09/09/2021

Data de desafixação: 24/09/2021

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 051/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 051/2021

PREGÃO PRESENCIAL N°. 071/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 126/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF nº 037.458.769-89, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **R.S DOS SANTOS & CIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ. **13.364.507/0001-76,** situada na AV. Alcíon Neiverth, n° 237, na cidade de Nova Bandeirantes - MT, neste ato representado pelo **RONILDO SANTANA DOS SANTOS**, portador do RG n°. 1.699.346-2 SSP/MT e inscrito sob o CPF n°. 013.168.161-33, residente e domiciliada situada na Travessa Barra do Garça, n°. S/Nº, na cidade de Nova Bandeirantes - MT, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por menor preço por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório **Pregão Presencial nº. 071/2021** e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892 e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM GERAL, SOLDAS E DESLOCAMENTO (SOCORRO), PARA CONSERTOS, MONTAGENS E TROCA DE PNEUS, A SER UTILIZADO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** de acordo com Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: R.S DOS SANTOS & CIA LTDA

CNPJ: 13.364.507/0001-76

ENDEREÇO: AV. Alcíon Neiverth, n° 237, na cidade de Nova Bandeirantes - MT

TELEFONE: (66) 3572-2131

ITEM	DESCRICAO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	CONSERTO CAMARA	UNID	100	R$ 17,00	R$ 1.700,00
2	CONSERTO CAMARA MOTO BICO	UNID	20	R$ 25,00	R$ 500,00
3	CONSERTO DE PNEU 1000X20 ONIBUS	UNID	400	R$ 45,00	R$ 18.000,00
4	CONSERTO DE PNEU 22.5 CAMARA	UNID	50	R$ 45,00	R$ 2.250,00
5	CONSERTO DE PNEU 750X18	UNID	50	R$ 25,00	R$ 1.250,00
6	CONSERTO PNEU 1000X20	UNID	100	R$ 45,00	R$ 4.500,00
7	CONSERTO PNEU 1000X20X CACAMBA	UNID	100	R$ 45,00	R$ 4.500,00
8	CONSERTO PNEU DE CARRETINHA	UNID	20	R$ 15,00	R$ 300,00
9	CONSERTO PNEU DE CARRETINHA ARO 13	UNID	20	R$ 20,00	R$ 400,00
10	CONSERTO PNEU DE CARRIOLA	UNID	20	R$ 15,00	R$ 300,00
11	CONSERTO PNEU DE CARRO	UNID	150	R$ 20,00	R$ 3.000,00
12	CONSERTO PNEU 1 100X22	UNID	20	R$ 45,00	R$ 900,00
13	CONSERTO PNEU 1000X20 CAMINHAO	UNID	100	R$ 45,00	R$ 4.500,00
14	CONSERTO PNEU 1100X22 CARRETA	UNID	20	R$ 45,00	R$ 900,00
15	CONSERTO PNEU 1100X22 EM CIMA GIRAL	UNID	20	R$ 50,00	R$ 1.000,00
16	CONSERTO PNEU 1100X22 JULIETA	UNID	20	R$ 45,00	R$ 900,00
17	CONSERTO PNEU 17,5 S/ CAMARA REFIL	UNID	100	R$ 35,00	R$ 3.500,00
18	CONSERTO PNEU 17.5 SEM CAMERA	UNID	100	R$ 40,00	R$ 4.000,00
19	CONSERTO PNEU 22.5 SEM CAMERA REFIL	UNID	50	R$ 40,00	R$ 2.000,00
20	CONSERTO PNEU 22.5 SEM CAMERA	UNID	50	R$ 45,00	R$ 2.250,00
21	CONSERTO PNEU 750 X 16	UNID	150	R$ 35,00	R$ 5.250,00
22	CONSERTO PNEU AMBULANCIA	UNID	70	R$ 20,00	R$ 1.400,00
23	CONSERTO PNEU ARO 16	UNID	50	R$ 25,00	R$ 1.250,00
24	CONSERTO PNEU CAMIONETE	UNID	100	R$ 20,00	R$ 2.000,00
25	CONSERTO PNEU CAMIONETE POR DENTRO	UNID	100	R$ 35,00	R$ 3.500,00
26	CONSERTO PNEU CARRO QUENTE	UNID	100	R$ 35,00	R$ 3.500,00
27	CONSERTO PNEU CARROCA	UNID	20	R$ 20,00	R$ 400,00
28	CONSERTO PNEU F 4000	UNID	20	R$ 35,00	R$ 700,00
29	CONSERTO PNEU MICRO ONIBUS 17,5	UNID	50	R$ 40,00	R$ 2.000,00
30	CONSERTO PNEU MOTO	UNID	30	R$ 20,00	R$ 600,00
31	CONSERTO PNEU MOTO BICO	UNID	50	R$ 30,00	R$ 1.500,00

32	CONSERTO PNEU PA 17.5R25 RODA S/ ARCO	UNID	50	R$ 110,00	R$ 5.500,00
33	CONSERTO PNEU PA 17-5R25	UNID	70	R$ 90,00	R$ 6.300,00
34	CONSERTO PNEU PA 20-5R25	UNID	20	R$ 130,00	R$ 2.600,00
35	CONSERTO PNEU PA 23-5R25	UNID	20	R$ 130,00	R$ 2.600,00
36	CONSERTO PNEU PA ARO 24	UNID	20	R$ 90,00	R$ 1.800,00
37	CONSERTO PNEU PA CM AGUA	UNID	40	R$ 110,00	R$ 4.400,00
38	CONSERTO PNEU PATROL	UNID	150	R$ 90,00	R$ 13.500,00
39	CONSERTO PNEU TRATOR 23-1-30	UNID	20	R$ 130,00	R$ 2.600,00
40	CONSERTO PNEU TRATOR 23-1-30 C/ AGUA	UNID	20	R$ 140,00	R$ 2.800,00
41	CONSERTO PNEU TRATOR 24-26-28	UNID	20	R$ 75,00	R$ 1.500,00
42	CONSERTO PNEU TRATOR 24-26-28 C/ AGUA	UNID	20	R$ 85,00	R$ 1.700,00
43	CONSERTO PNEU TRATOR 24-5-32 C/AGUA	UNID	20	R$ 140,00	R$ 2.800,00
44	CONSERTO PNEU TRATOR 30-34-38	UNID	20	R$ 95,00	R$ 1.900,00
45	CONSERTO PNEU TRATOR 30-34-38 C/AGUA	UNID	20	R$ 110,00	R$ 2.200,00
46	FRETE SOCORRO	UNID	100	R$ 20,00	R$ 2.000,00
47	MONTAGEM DE PNEU MOTO	UNID	30	R$ 15,00	R$ 450,00
48	MONTAGEM DE PNEU CARRIOLA	UNID	10	R$ 10,00	R$ 100,00
49	MONTAGEM DE PNEU DE CARRO3	UNID	50	R$ 15,00	R$ 750,00
50	MONTAGEM DE PNEUS 1000X20	UNID	500	R$ 40,00	R$ 20.000,00
51	MONTAGEM DE PNEUS 17.5 SEM CAMARA	UNID	100	R$ 35,00	R$ 3.500,00
52	MONTAGEM DE PNEUS 22.5 S CAMARA	UNID	100	R$ 40,00	R$ 4.000,00
53	MONTAGEM DE PNEUS 750 X 18	UNID	50	R$ 20,00	R$ 1.000,00
54	MONTAGEM DE PNEUS ARO 15-16	UNID	50	R$ 15,00	R$ 750,00
55	MONTAGEM DE PNEUS CAMIONETE	UNID	100	R$ 15,00	R$ 1.500,00
56	MONTAGEM DE PNEUS PNEU CARRETINHA	UNID	10	R$ 10,00	R$ 100,00
57	MONTAGEM DE PNEUS PNEU CARRETINHA ARO 13	UNID	10	R$ 15,00	R$ 150,00
58	MONTAGEM PNEU TRATOR 30-34-38 C/ AGUA	UNID	20	R$ 110,00	R$ 2.200,00
59	MONTAGEM PNEU 1.100X22	UNID	100	R$ 40,00	R$ 4.000,00
60	MONTAGEM PNEU 1.100X22 ENCIMA DO GIRAL	UNID	30	R$ 45,00	R$ 1.350,00
61	MONTAGEM PNEU 1000X20 CACAMBA	UNID	100	R$ 40,00	R$ 4.000,00
62	MONTAGEM PNEU 1000X20 CAMINHAO	UNID	100	R$ 40,00	R$ 4.000,00
63	MONTAGEM PNEU 750X16	UNID	150	R$ 30,00	R$ 4.500,00
64	MONTAGEM PNEU AMBULANCIA	UNID	50	R$ 15,00	R$ 750,00
65	MONTAGEM PNEU CARROCA	UNID	10	R$ 15,00	R$ 150,00
66	MONTAGEM PNEU F4000	UNID	20	R$ 30,00	R$ 600,00
67	MONTAGEM PNEU MICRO ONIBUS 17,5	UNID	100	R$ 35,00	R$ 3.500,00
68	MONTAGEM PNEU MICRO ONIBUS 750X16	UNID	100	R$ 30,00	R$ 3.000,00
69	MONTAGEM PNEU PA 17-5X25	UNID	20	R$ 90,00	R$ 1.800,00
70	MONTAGEM PNEU PA 20-5R25	UNID	20	R$ 130,00	R$ 2.600,00
71	MONTAGEM PNEU PA 23-5R25	UNID	20	R$ 130,00	R$ 2.600,00
72	MONTAGEM PNEU PA C/AGUA	UNID	20	R$ 110,00	R$ 2.200,00
73	MONTAGEM PNEU PATROL	UNID	70	R$ 90,00	R$ 6.300,00
74	MONTAGEM PNEU TRATOR 23-1 R26	UNID	10	R$ 110,00	R$ 1.100,00
75	MONTAGEM PNEU TRATOR 23-1-30	UNID	20	R$ 110,00	R$ 2.200,00
76	MONTAGEM PNEU TRATOR 23-1-30 C/ AGUA	UNID	20	R$ 130,00	R$ 2.600,00
77	MONTAGEM PNEU TRATOR 24-24-28 C/AGUA	UNID	20	R$ 80,00	R$ 1.600,00
78	MONTAGEM PNEU TRATOR 24-26-28	UNID	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
79	MONTAGEM PNEU TRATOR 24-5R32	UNID	20	R$ 130,00	R$ 2.600,00
80	MONTAGEM PNEU TRATOR 24-5R32 C/AGUA	UNID	20	R$ 145,00	R$ 2.900,00
81	MONTAGEM PNEU TRATOR 30-34-38	UNID	20	R$ 90,00	R$ 1.800,00
82	SERVICOS DE SOLDA	UNID	100	R$ 35,00	R$ 3.500,00
83	SERVICOS GERAIS	UNID	100	R$ 35,00	R$ 3.500,00
84	TROCA DE PNEU 1.100X22	UNID	40	R$ 30,00	R$ 1.200,00
85	TROCA DE PNEU 1.100X22 EM CIMA DO GIRAL	UNID	40	R$ 35,00	R$ 1.400,00
86	TROCA DE PNEU MIRO ONIBUS	UNID	50	R$ 25,00	R$ 1.250,00
87	TROCA DE PNEU ONIBUS	UNID	100	R$ 30,00	R$ 3.000,00
88	TROCA DE PNEUS CARRETA	UNID	30	R$ 30,00	R$ 900,00
89	TROCA DE PNEUS CARRO	UNID	50	R$ 10,00	R$ 500,00
90	TROCA PNEU 1000X20	UNID	150	R$ 30,00	R$ 4.500,00
91	TROCA PNEU CAMINHAO	UNID	70	R$ 30,00	R$ 2.100,00
92	TROCA PNEU CAMIONETE	UNID	30	R$ 10,00	R$ 300,00
93	TROCA PNEU F.4000	UNID	10	R$ 25,00	R$ 250,00
94	TROCA PNEU PA	UNID	50	R$ 40,00	R$ 2.000,00
95	TROCA PNEU PA COM AGUA	UNID	20	R$ 40,00	R$ 800,00
96	TROCA PNEU PATROL	UNID	100	R$ 40,00	R$ 4.000,00
97	TROCA PNEU TRATOR	UNID	50	R$ 40,00	R$ 2.000,00
98	TROCA PNEU TRATOR C/AGUA	UNID	20	R$ 40,00	R$ 800,00
					R$ 257.000,00

Valor total do fornecedor **R$ 257.000,00 (duzentos e cinquenta e sete mil reais).**

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Prestar os serviços de acordo com o determinado no presente edital, assumindo inteira responsabilidade pelos mesmos;

5.1.1 A empresa vencedora do certame terá o prazo de até 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da Autorização da Nota de Empenho (via e-mail, correios ou fax-símile) /NAD, para realizar a prestação dos serviços; **5.1.2** Verificada a desconformidade do objeto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias ou substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste

edital **5.1.3** A prestação de serviços deverá ter garantia mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do objeto licitado; **5.1.4** Será de responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer despesa necessária para a execução dos serviços licitados;

5.2 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

5.3 Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.5 Apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços devidamente aprovadas pelo setor responsável;

5.6 Suspender o atendimento das solicitações do CONTRATANTE quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 30 (trinta) dias.

5.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11 Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. Executar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. Será de responsabilidade da licitante vencedora, os custos com transporte, combustível, equipamentos de proteção individual (EPI), alimentação e demais despesas trabalhistas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do CONTRATADO;

6.2 intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

6.3 homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

6.4 cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

6.5 fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal Saúde;

6.6 cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

6.7 efetuar os pagamentos devidos à Ata de Registro de Preços no prazo estipulado depois do recebimento das notas fiscais e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

6.8 aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas desta Ata de Registro de Preços.

6.9 efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

6.10 modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

7. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. A PREFEITURA terá o prazo de até **24 (vinte e quatro) horas** para aceitar os serviços prestados pela CONTRATADA, sendo que os mesmos serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.2 Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses: a) Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital; b) Dar recebimento provisório dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva; c) Dar recebimento definitivo pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2 O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5 – O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE**.

8.6. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº 361/2021, Servidor **GREISSON MARTINS DE ARAUJO**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; **b)** solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; **c)** elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 – GABINETE DO PREFEITO
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0034 – Gestão Para Resultados
Projeto/Atividade: 2 002 – Manutenção e Encargos Com Gabinete Prefeito
28 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 005 – Manutenção do Gabinete Secretario de Administração
65 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001- GABINETE DA SECRETARIA
Função:12 – EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 012 – Manutenção e Encargos Secretaria de Educação
93 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001- GABINETE DO SECRETARIO
Função:12 - EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014 - MANUTENÇÃO DA QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
98 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função: 12-EDUCACAO
Sub - Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 110 - TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADO
102 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 12 - EDUCACAO
Sub - Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 116 - TRANSPORTE ESCOLAR - RECURSOS PROPRIOS
104 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIA
Função: 12 - EDUCACAO
Sub - Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 117 - MANUTENÇÃO DO PNATE
106 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa: 0005- Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
164 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301- ATENÇAO BASICA
Programa:0020 - Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
188 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - SAUDE
Sub - Função: 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0021 - Atenção à saúde Pública - Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
208 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.

Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - SAUDE
Sub - Função: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa: 0022 - Atenção a Vigilância em Saúde
Projeto/Atividade: 2 124 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
231 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub - Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
Programa: 0007 - Agricultura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
250 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub - Função: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – Saneamento e Qualidade de Vida
Projeto/Atividade: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO DE SANEAMENTO
285 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade: 001 – GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0004 – Gestão de Recursos Financeiros
Projeto/Atividade: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
297 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 451 - INFRA ESTRUTURA URBANA
Programa: 0032 - Administração com Recursos do Fethab
Projeto/Atividade: 2 146 - MANUTENÇÃO DO FETHAB
311 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 008 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS
317 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 26 - TRANSPORTES
Sub - Função: 782 - TRANSPORTES RODOVIARIO
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 073 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
333 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
347 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 140 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA
369 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLECENTES
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 038 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
384 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

Órgão:12 - SECRETARIA DE DESPORTO
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
SubFunção: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009 - Esportes para Todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
447 – Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 071/2021,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 08 DE SETEMBRO DE 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

R.S DOS SANTOS & CIA LTDA

CNPJ: **13.364.507/0001-76**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-9

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 025/2021

PORTARIA Nº 025/2021

***SÚMULA*: DISPÕE SOBRE O EXAURIMENTO DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 008/2019 DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO.**

João Ribeiro Torres, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e:

Considerando o Processo Seletivo Publico 001/2019, realizado pela Câmara Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

Considerando a Portaria 018/2020, que dispõe sobre a prorrogação do prazo do Processo Seletivo Simplificado por 1 (um) ano, conforme autoriza o item 1.3, do Edital nº 001/2019.

Considerando o prazo de vigência do Contrato de Trabalho Temporário de nº 008/2021 e sua posterior prorrogação por período de igual valor.

Considerando o regular cumprimento do prazo determinado no Contrato de Trabalho Temporário nº 008/2021.

Resolve:

ARTIGO 1º – Extinguir o Contrato de Trabalho Temporário de nº 008/2021 da Sra. Adriane Leandra Cellarius, CPF: 011.319.271-17, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, pelo regular cumprimento do prazo contratual estipulado.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 04 de setembro de 2021**.**

ARTIGO 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre – se, Publique – se, Cumpra – se

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

EM 02 DE SETEMBRO DE 2021

João Ribeiro Torres

Presidente

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO SUPLEMENTAR 269/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00269/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de NOVA BANDEIRANTES, CESAR AUGUSTO PERIGO no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01242/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um crédido adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) para as seguintes dotações orcamentárias:

03.001-GABINETE DO SECRETARI0

Anul. Total ou Parcial de Dotação

03.001.04.122.0003.2005.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
0100000000-Recursos Ordinários		13.000,00
	Sub-Total:	**13.000,00**

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.302.0021.2123.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		33.000,00
	Sub-Total:	**33.000,00**
	Total Parcial Suplementado:	**46.000,00**

Art 2 - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de anulacoes parcial das seguintes dotações orcamentarias, nos termos do Paragrafo 1, Inciso III, DO ARTIGO 43 DA IEI 4.320/64:

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

Anul. Total ou Parcial de Dotação

04.001.12.361.0006.2012.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		5.000,00
	Sub-Total:	**5.000,00**

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.10.301.0005.2022.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		18.230,00
	Sub-Total:	**18.230,00**

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.301.0020.2122.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado		1.000,00
05.002.10.301.0020.2134.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado		1.000,00
05.002.10.304.0020.2126.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado		1.000,00
05.002.10.304.0020.2126.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		5.000,00
05.002.10.304.0020.2126.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado		5.000,00
	Sub-Total:	**13.000,00**

06.002-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

06.002.18.541.0008.2026.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
0100000000-Recursos Ordinários		9.770,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00269/2021

Sub-Total:	**9.770,00**
Total Parcial Reduzido:	**46.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

NOVA BANDEIRANTES, 23, Agosto de 2021

CESAR AUGUSTO PERIGO
Prefeito(a)

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO SUPLEMENTAR 271/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00271/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de NOVA BANDEIRANTES, CESAR AUGUSTO PERIGO no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01293/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um crédido adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 1.061.000,00 (hum milhão e sessenta e um mil reais) para a seguinte dotação orcamentária:

06.003-DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

Superávit Financeiro-Rec.Vinc.

06.003.17.512.0012.1133.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes

0324000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê	1.061.000,00
Sub-Total:	**1.061.000,00**
Total Parcial Suplementado:	**1.061.000,00**

Art 2 - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercicio anterior, nos termos do artigo 43, Paragrafo 1, Inciso I, da Lei Federal 4.320/64.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

NOVA BANDEIRANTES, 25, Agosto de 2021

CESAR AUGUSTO PERIGO
Prefeito(a)

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO ESPECIAL Nº 274/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00273/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de NOVA BANDEIRANTES, CESAR AUGUSTO PERIGO no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01295/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Fica autorizado o Poder Executivo abrir Crédito Especial no orçamento em curso LOA/2021, aprovado pela Lei nº 1.229/2020, bem como, ajustar na Lei nº 1.218/2020 que trata da LDO 2021, o valor de R$ 140.700,00 (cento e quarenta mil e setecentos reais), destinados à seguinte dotação orçamentaria:

09.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Superávit Financeiro

09.002.08.244.0038.2201.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	40.700,00
09.002.08.244.0038.2201.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	100.000,00
Sub-Total:	**140.700,00**
Total Parcial Suplementado:	**140.700,00**

Art 2 - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercicio anterior, nos termos do artigo 43, Paragrafo 1, Inciso I, da Lei Federal 4.320/64.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

NOVA BANDEIRANTES, 25, Agosto de 2021

CESAR AUGUSTO PERIGO
Prefeito(a)

Emissão: 10/09/2021 10:35:12

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO SUPLEMENTAR 270/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00270/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de NOVA BANDEIRANTES, CESAR AUGUSTO PERIGO no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01292/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um crédido adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 123.100,00 (cento e vinte e três mil e cem reais) para a seguinte dotação orcamentária:

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Superávit Financeiro-Rec.Vinc.

05.002.10.301.0020.1046.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
0347000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	123.100,00
Sub-Total:	**123.100,00**
Total Parcial Suplementado:	**123.100,00**

Art 2 - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercicio anterior, nos termos do artigo 43, Paragrafo 1, Inciso I, da Lei Federal 4.320/64.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

NOVA BANDEIRANTES, 25, Agosto de 2021

CESAR AUGUSTO PERIGO
Prefeito(a)

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO SUPLEMENTAR 256/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00256/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de NOVA BANDEIRANTES, CESAR AUGUSTO PERIGO no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01242/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um crédido adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 1.686.000,00 (hum milhão e seiscentos e oitenta e seis mil reais) para as seguintes dotações orcamentárias:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

Anul. Total ou Parcial de Dotação

02.001.04.122.0034.2002.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil	
0100000000-Recursos Ordinários		15.000,00
02.001.04.122.0034.2002.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		100,00
02.001.04.122.0034.2002.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	
0100000000-Recursos Ordinários		200,00
	Sub-Total:	**15.300,00**

03.001-GABINETE DO SECRETARI0

03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		23.000,00
03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		11.000,00
03.001.04.122.0033.1093.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		47.000,00
03.001.04.128.0014.2084.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		3.000,00
	Sub-Total:	**84.000,00**

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		42.330,00
04.001.12.361.0006.2014.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN		10.000,00
04.001.12.361.0033.1030.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		17.500,00
	Sub-Total:	**69.830,00**

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.10.301.0005.1053.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		13.600,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		22.500,00
05.001.10.301.0020.1033.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		92.000,00
	Sub-Total:	**128.100,00**

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.301.0020.1046.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0123000000-Transferências de Convênios - Saúde		1.800,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00256/2021

05.002.10.301.0020.1047.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		230.170,00
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		11.500,00
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		32.000,00
05.002.10.302.0021.2123.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		20.000,00
05.002.10.302.0021.2123.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		46.000,00
05.002.10.303.0020.2125.3.3.9.0.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		1.300,00
05.002.10.305.0022.2124.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		5.000,00
	Sub-Total:	**347.770,00**

06.001-GABINETE DO SECRETARIO

06.001.20.608.0007.2025.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		20.000,00
06.001.20.608.0007.2025.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		24.500,00
	Sub-Total:	**44.500,00**

06.003-DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

06.003.17.512.0012.1056.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		4.000,00
06.003.17.512.0012.2024.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		6.200,00
	Sub-Total:	**10.200,00**

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		3.000,00
07.001.04.123.0033.1069.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		4.600,00
	Sub-Total:	**7.600,00**

08.001-GABINETE DO SECRETARIO

08.001.15.451.0013.1016.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		4.900,00
08.001.15.451.0032.2146.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0130000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB		316.000,00
08.001.15.452.0013.1017.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0190000000-Operações de Crédito Internas		494.000,00
08.001.15.452.0013.2008.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		7.500,00
08.001.15.452.0013.2135.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		10.100,00
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		88.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		41.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00256/2021

	Sub-Total:	**961.500,00**

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.08.244.0011.2009.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica		
0100000000-Recursos Ordinários		7.500,00
	Sub-Total:	**7.500,00**

09.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.002.08.244.0011.2140.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
0129000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		2.300,00
09.002.08.244.0011.2141.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
0129000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		7.200,00
	Sub-Total:	**9.500,00**

10.001-GABINETE DO SECRETARIO

10.001.23.695.0028.2103.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		200,00
	Sub-Total:	**200,00**
	Total Parcial Suplementado:	**1.686.000,00**

Art 2 - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de anulacoes parcial das seguintes dotações orcamentarias, nos termos do Paragrafo 1, Inciso III, DO ARTIGO 43 DA IEI 4.320/64:

02.002-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Anul. Total ou Parcial de Dotação

02.002.04.124.0031.2107.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ		
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00
	Sub-Total:	**2.000,00**

02.004-JUNTA DO SERVICO MILITAR

02.004.04.122.0033.1006.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
	Sub-Total:	**1.000,00**

03.001-GABINETE DO SECRETARI0

03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
0100000000-Recursos Ordinários		3.150,00
03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
0100000000-Recursos Ordinários		900,00
03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.92.00.00.00 Despesas de Exercicios Anteriores		
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00
	Sub-Total:	**6.050,00**

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

04.001.12.125.0019.2112.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		1.000,00
04.001.12.361.0006.1079.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		3.000,00
04.001.12.361.0006.1079.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0122000000-Transferências de Convênios - Educação		1.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00256/2021

04.001.12.361.0006.1079.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	50.000,00
04.001.12.361.0006.1146.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0122000000-Transferências de Convênios - Educação	5.000,00
04.001.12.361.0006.1146.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	15.000,00
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	5.401,00
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	3.036,01
04.001.12.361.0006.2014.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	70.896,45
04.001.12.361.0006.2110.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0125000000-Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação	36.916,28
04.001.12.361.0006.2117.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	5.472,08
04.001.12.361.0006.2191.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	10.000,00
04.001.12.361.0006.2191.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	40.000,00
04.001.12.365.0006.1080.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	30.000,00
Sub-Total:	**276.721,82**

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.10.125.0005.2143.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.000,00
05.001.10.125.0019.2111.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.000,00
05.001.10.301.0005.1053.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
0147000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	40.000,00
05.001.10.302.0005.1088.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	171.900,00
Sub-Total:	**213.900,00**

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.301.0020.1046.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	3.912,00
05.002.10.301.0020.1046.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado	5.212,00
05.002.10.301.0020.1047.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0147000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	30.000,00
05.002.10.301.0020.1047.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado	3.407,54
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	9.293,12
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.48.00.00.00 Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado	1.000,00
05.002.10.302.0021.2123.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	98.184,92
05.002.10.302.0021.2145.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	50.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00256/2021

05.002.10.302.0021.2145.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado	1.000,00
05.002.10.304.0020.2126.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado	2.000,00
Sub-Total:	**204.009,58**

06.001-GABINETE DO SECRETARIO

06.001.20.605.0028.1061.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0124000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê	15.000,00
06.001.20.608.0007.1065.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
0124000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê	10.000,00
06.001.20.608.0007.2138.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita	
0100000000-Recursos Ordinários	3.000,00
Sub-Total:	**28.000,00**

06.002-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

06.002.18.541.0008.2026.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários	2.000,00
06.002.18.541.0008.2026.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários	2.000,00
06.002.18.541.0008.2026.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
0100000000-Recursos Ordinários	3.000,00
Sub-Total:	**7.000,00**

06.003-DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

06.003.17.512.0012.1056.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
0124000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê	5.000,00
06.003.17.512.0012.1133.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários	3.000,00
06.003.17.512.0012.1133.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários	5.000,00
06.003.17.512.0012.1133.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0124000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê	150.000,00
06.003.17.512.0012.1133.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0100000000-Recursos Ordinários	10.000,00
06.003.17.512.0012.1133.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
0124000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê	10.000,00
Sub-Total:	**183.000,00**

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.35.00.00.00 Servicos de Consultoria	
0100000000-Recursos Ordinários	5.677,60
07.001.28.843.0015.1068.3.2.9.0.21.00.00.00 Juros Sobre a Divida Por Contrato	
0100000000-Recursos Ordinários	20.000,00
Sub-Total:	**25.677,60**

08.001-GABINETE DO SECRETARIO

08.001.15.451.0013.1180.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0190000000-Operações de Crédito Internas	400.000,00
08.001.15.451.0032.2146.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0130000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	100.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00256/2021

08.001.15.451.0032.2146.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0130000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB		50.000,00
08.001.15.452.0013.2008.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0133000000-Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse do Estado (não relac		89.000,00
08.001.26.782.0013.1144.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		48.641,00
	Sub-Total:	**687.641,00**

09.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.002.08.244.0011.1022.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0143000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		10.000,00
09.002.08.244.0011.1098.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		3.000,00
	Sub-Total:	**13.000,00**

10.001-GABINETE DO SECRETARIO

10.001.22.661.0028.1085.4.4.9.0.61.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	
0100000000-Recursos Ordinários		5.000,00
10.001.23.691.0028.2104.3.3.5.0.41.00.00.00	Contribuicoes	
0100000000-Recursos Ordinários		5.000,00
10.001.23.691.0028.2104.3.3.9.0.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
10.001.23.691.0028.2104.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
10.001.23.691.0028.2104.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
10.001.23.695.0028.2103.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
10.001.23.695.0028.2103.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00
	Sub-Total:	**16.000,00**

11.001-GABINETE DO SECRETARIO

11.001.04.122.0003.2100.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00
11.001.04.122.0003.2100.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
11.001.04.122.0003.2100.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00
11.001.04.122.0003.2100.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
	Sub-Total:	**6.000,00**

12.001-GABINETE DO SECRETARIO

12.001.13.392.0010.2021.3.3.5.0.41.00.00.00	Contribuicoes	
0100000000-Recursos Ordinários		5.000,00
12.001.13.392.0010.2093.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00
12.001.13.392.0010.2093.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00
12.001.13.392.0010.2093.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		5.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00256/2021

12.001.27.812.0009.2086.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00
	Sub-Total:	**16.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**1.686.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

NOVA BANDEIRANTES, 02, Agosto de 2021

CESAR AUGUSTO PERIGO
Prefeito(a)

Emissão: 10/09/2021 10:47:30

Page 7 de 7
Homologado

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 050/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 050/2021

PREGÃO PRESENCIAL N°. 064/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 115/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade

de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF nº 037.458.769-89, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **EDUARDO AFONSO TEIXEIRA 79613853987**, devidamente inscrita no CNPJ. **12.069.042/0001-68,** situada na Rua Realeza km 01, n° S/N, na cidade de Nova Bandeirantes - MT, neste ato representado pelo Sr. **EDUARDO AFONSO TEIXEIRA**, portador do RG n°. 4993912-4 SSP/PR e inscrito sob o CPF n°. 796.138. 539-87, residente e domiciliada situada na Rua Realeza km 01, n° S/N, na cidade de Nova Bandeirantes - MT, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por menor preço por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório **Pregão Presencial nº. 064/2021** e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892 e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MARCENARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA MOBILIÁRIO SOB MEDIDA, A SER UTILIZADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** de acordo termo de referência, anexo I deste edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: EDUARDO AFONSO TEIXEIRA 79613853987

CNPJ: 12.069.042/0001-68

ENDEREÇO: Rua Realeza km 01, n° S/N, na cidade de Nova Bandeirantes - MT

TELEFONE: (66) 98425-4784

BANCO: SICREDI AGENCIA: 0821 CONTA CORRETE: 39665-6

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT REFERENCIA	VALOR TOTAL REFERENCIA
1	20	ARMÁRIO EM MADEIRA (02 PORTAS DE ABRIR), COM DOBRADIÇA E NO MINIMO 03 REPARTIÇÕES INTERNAS.	R$ 1.033,00	R$ 20. 660,00
2	50	CADEIRA DE MADEIRA (COM 04 PERNAS E ENCOSTO).	R$ 120,00	R$ 6.000,00
3	06	MESA DE COZINHA (MADEIRA MACIÇA COM 3M DE COMPRIMENTO E 04 PÉS).	R$ 2.300,00	R$ 13. 800,00
4	400	TAMPA PARA MESA DOS ALUNOS (40CMX60CM) NO MÍNIMO COM 2CM DE ESPESSURA FEIRO EM MADEIRA DURA.	R$ 30,00	R$ 12. 000,00
VALOR TOTAL				R$ 52. 460,00

Valor total do fornecedor R$ 52.460,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e sessenta reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Prestar os serviços de acordo com o determinado no presente edital, assumindo inteira responsabilidade pelos mesmos;

5.2 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

5.3 Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.5 apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços devidamente aprovadas pelo setor responsável;

5.6 suspender o atendimento das solicitações do CONTRATANTE quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 30 (trinta) dias.

5.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11 Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. Executar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. Aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessárias, até 25% dos valores.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do CONTRATADO;

6.2 intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

6.3 homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

6.4 cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

6.5 fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal Saúde;

6.6 cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

6.7 efetuar os pagamentos devidos à Ata de Registro de Preços no prazo estipulado depois do recebimento das notas fiscais e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

6.8 aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas desta Ata de Registro de Preços.

6.9 efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

6.10 modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

7.1. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.1.1. Fornecer os serviços de primeira qualidade;

7.1.2. Atender a contratante em conformidade com as requisições solicitadas.

7.1.3 Os moveis a serem fornecidos e entregues deverão observar integralmente as medidas, tonalidades e deverão ser verificadas no local.

7.1.4 Deverão ainda ser observados, ainda, os seguintes aspectos construtivos:

a) quando a madeira dura, sera de qualidade;

b) Os armários deverão ter portas de abrir com pegadores de inox, dobradiças e no mínimo 03 repartições internas;

c) Mesa de cozinha - madeira maciça;

d) Tampos para mesa – madeira dura;

e) Todos os moveis deverão seguir mesma espécie de madeira, pintados e entregues conforme solicitado.

7.2. É de responsabilidade da Fornecedora o fiel cumprimento dos serviços objeto solicitado;

7.3. Observar, as Leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública, e as melhores normas técnicas específicas de produção e comercialização;

7.4 Os moveis deverão ser entregues nos locais indicados Pela secretaria Municipal de Educação, conforme NAD – Nota de Autorização de Despesa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sem ônus algum a Administração Pública.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2 O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5 – O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE**.

8.6. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº 360/2021, Servidor **APARECIDO PORFIRIO**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos

créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 12 - EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 012 - Manutenção e Encargos Secretaria de Educação
093 - Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Órgão:04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014 - MANUTENÇÃ DA QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
098 - Natureza da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
100 – Natureza da Despesa: 4490.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente
Órgão:04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função:12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0033 – RENOVAÇÃO DA FROTA E EQUIPAMENTOS
Projeto/Atividade: 1 030 – Aquisição de equipamentos em Geral
112 – Natureza da Despesa: 4490.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78.565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 064/2021,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Bandeirantes-MT, 08 de setembro de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

EDUARDO AFONSO TEIXEIRA 79613853987

CNPJ: **12.069.042/0001-68**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____

_____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-97

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 073/2021

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº. 073/2021

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: Nº. 137/2021

MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL Nº. 073/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATÉRIAS, PARA MANUTENÇÃO PREDIAIS, VEÍCULOS E OUTROS, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS DIVERSAS SE-

CRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I).

SERÁ UTILIZADO PARA CONFECCIONAR A PROPOSTA DE ACORDO COM SOFTWARE MEDIADOR) - A SER SOLICITADO ATRAVÉS DO EMAIL: licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br: ou www.novabandeirantes.mt.gov.br

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 23 (vinte e três) de setembro de 2021 às 08:00 horas.

LOCAL: Sala de Reunião/Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes-MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações **-** das 07:00 às 11:00 – 13:00 às 17:00, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: ***licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br***

Nova Bandeirantes/MT, 10 de setembro de 2021.

Andressa Cristine F. Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 045/2021)

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO SUPLEMENTAR 272/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
rh.novabandeirantes@gmail.com

DECRETO Nº 00272/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de NOVA BANDEIRANTES, CESAR AUGUSTO PERIGO no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01294/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1- Fica aberto um crédido adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Municipio de Nova Bandeirantes - MT no corrente exercicio no valor de R$ 200.900,00 (duzentos mil e novecentos reais) para a seguinte dotação orcamentária:

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Superávit Financeiro-Rec.Vinc.	
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	100.900,00
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	100.000,00
Sub-Total:	**200.900,00**
Total Parcial Suplementado:	**200.900,00**

Art 2 - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercicio anterior, nos termos do artigo 43, Paragrafo 1, Inciso I, da Lei Federal 4.320/64.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

NOVA BANDEIRANTES, 25, Agosto de 2021

CESAR AUGUSTO PERIGO
Prefeito(a)

Emissão: 26/08/2021 15:52:43

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/INTIMAÇÃO - Nº 019/2021

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/INTIMAÇÃO - Nº 019/2021

A Prefeitura de Nova Brasilândia – MT notifica a empresa contratada **WELLOX CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIP. EIRELI ME, CNPJ: 30. 515.116/0001-24**, que se encontra em local incerto, a qual possui vínculo Contratual de nº 074/2019, empresa responsável pela execução da pavimentação, drenagem, calçadas e sinalização de vias urbanas, pela morosidade no andamento da obra, sendo que atualmente a obra está com 57,68% de evolução e resta apenas um mês para expirar o prazo de entrega (dia 30 de setembro de 2021). Sendo assim solicitamos que a empresa contratada contrate mais funcionários e equipamentos para acelerar a evolução da obra e entregar o empreendimento no prazo.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N°.003/2021

EXTRATO DO CONTRATO N°.003/2021.

CONTRATANTE: **PREVBRAS – PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE Nova Brasilândia – MT**

CNPJ:02.834.061/0001-80

CONTRATADA: **AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA**

CNPJ: 00.059.307/0001-68

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA** para locação de sistema de gestão de Regime Próprio de Previdência Social, incluindo a prestação de serviços de instalação, treinamento, manutenção, atualização e suporte técnico, a prestação de serviços de assessoria e consultoria continuada nas áreas previdenciária, econômica e prestação de serviços atuariais, para atender às demandas do Fundo Municipal de Previdência Social de **NOVA BRASILANDIA- MT - PREVBRAS,** por período de 12 meses, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**) do edital.

VALOR TOTAL: R$57.600,01 (Cinquenta e Sete Mil, Seiscentos Reais e Um Centavos).

VIGÊNCIA: **10 de setembro de 2021 a 10 de setembro de 2022.**

ASSINATURA**: 10 de setembro de 2021.**

FUNDAMENTO: **Lei Federal nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar federal 123/2006 alterada pela Lei 147, de 07/08/2014, Lei Municipal nº. 512/2013 o que couber**

DIRETORA EXECUTIVA DA PREVBRAS: Ana Lucia Nascimento Campos

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2021

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2021.

ORGÃO GERENCIADOR: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

FORNECEDORA REGISTRADA: **AJJ INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA-ME.**

CNPJ: 19.398.307/0001-10

OBJETO:O objeto desta Ata é o REGISTRO DE PREÇOS objetivando a futura e eventual aquisição parcelada de **TUBOS DE CONCRETO PARA REDE DE CANALIZAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS** ((manilhas) em atendimento a Secretaria Municipal DE Infraestrutura do Município de Nova Brasilândia/MT, Pregão Presencial/Registro de Preço nº. 023/2021.

Valor Total R$ R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais).

ASSINATURA: **09 de setembro de 2021.**

VIGENCIA: **09 de setembro de 2021 a 09 de setembro de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/INTIMAÇÃO - Nº 020/2021

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/INTIMAÇÃO - Nº 020/2021

A Prefeitura de Nova Brasilândia - MT, vêm **NOTIFICAR** a empresa **JOÃO PAULO OLIVEIRA PINTO EIRELLI - EPP, CNPJ: 28.211.328/0001-76**, por estar em local incerto, a qual possui vínculo contratual de nº 076/2019, sendo o objeto de contrato a execução do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município, pela paralização da obra desde o dia 17 de agosto de 2021, ou seja, são 22 dias que a obra está paralisada sem justificativa ou autorização da Administração Pública. A empresa contratada também está em débitos em relação ao responsável pela execução da obra, desde o início do empreendimento não há profissional executando a obra. Ressaltamos que existem valas e poços de visita mal acabados que estão gerando riscos de acidentes. Concedemos o prazo de 3 dias úteis para retornar ao empreendimento.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021.

ORGÃO GERENCIADOR: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

FORNECEDORA REGISTRADA:**PLANALTO IND. E COMERCIO DE PRE MOLDADOS LTDA.**

CNPJ: 28.488.348/0001-99

OBJETO:O objeto desta Ata é o REGISTRO DE PREÇOS objetivando a futura e eventual aquisição parcelada de **TUBOS DE CONCRETO PARA REDE DE CANALIZAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS** ((manilhas) em atendimento a Secretaria Municipal DE Infraestrutura do Município de Nova Brasilândia/MT, Pregão Presencial/Registro de Preço nº. 023/2021.

Valor Total R$ R$ 102.400,00 (cento e dois mil e quatrocentos reais).

ASSINATURA: **09 de setembro de 2021.**

VIGENCIA: **09 de setembro de 2021 a 09 de setembro de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 004/2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS REFERENTES AO 2º QUADRIMESTRE DE 2021.

Dispõe sobre a convocação de todos os munícipes de Nova Guarita – MT, para participarem de audiência pública, para fins do art. 9º, § 4º da Lei Complementar n.º 101 de 2000.

O Prefeito do Município de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais ***RESOLVE****:*

Art. 1º *- Convocar todos os munícipes de Nova Guarita para a realização de audiência pública onde se dará a exposição de atos administrativos, em especial aqueles referente ao cumprimento das metas fiscais, como determina o §4º do art. 9º da Lei Complementar n.º 101 de 2000.*

***Art. 2º** - A referida audiência pública estará disponível no site: https://www.novaguarita.mt.gov.br/Transparencia/Contabilidade/Audiencia-publica/, dia 30/09/2021.*

***Art. 3º** - Conforme Lei Federal 13.979 de 06/02/2020, e Decreto Estadual 879/2021 de 25/03/2021, E Decreto Municipal 027/2021 de 08/04/2021 e suas alterações, fica proibido a Aglomeração de pessoas em espaço publico, ação de combate ao COVID-19*

***Art. 4º** - O presente edital deverá ser exposto em todos os lugares de acesso público dentro do município, sendo obrigatória sua fixação na sede da Prefeitura e na Câmara do Município Secretaria Municipal de Saúde, até a data do evento.*

***Art. 5º** - O conteúdo deste, deverá ser propagado por todos os meios possíveis, visando atingir o maior número de munícipes, preservando então o princípio da publicidade, nos exatos termos do art. 37,* caput *da Constituição Federal de 1.988.*

***Art. 6º** - Registre-se, publique-se e afixe-se.*

Nova Guarita - MT. 13 de setembro de 2021.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

SAAE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

SAAE SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE NOVA G
MATO GROSSO
L.R.F. RECEITAS NO EXERCÍCIO
Exercício de 2021 - BIMESTRAL (Sintético)

Descrição	Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Nov/Dez	Total
Receitas Correntes	118.444,19	114.595,77	129.901,77	161.719,79			524.661,52
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	10.620,67	9.152,41	10.754,69	17.474,56			48.002,33
Taxas	10.620,67	9.152,41	10.754,69	17.474,56			48.002,33
Taxas Pela Prestacao de Servicos	10.620,67	9.152,41	10.754,69	17.474,56			48.002,33
Taxas Pela Prestacao de Servicos	10.620,67	9.152,41	10.754,69	17.474,56			48.002,33
Taxas Pela Prestacao de Servicos	10.620,67	9.152,41	10.754,69	17.474,56			48.002,33
Receita Patrimonial	42,27	69,48	106,14	150,84			368,73
Valores Mobiliarios	42,27	69,48	106,14	150,84			368,73
Juros e Correcoes Monetarias	42,27	69,48	106,14	150,84			368,73
Juros e Correcoes Monetarias	42,27	69,48	106,14	150,84			368,73
Remuneracao de Depositos Bancarios	42,27	69,48	106,14	150,84			368,73
Receita de Servicos	107.781,25	105.373,88	119.040,94	144.094,39			476.290,46
Outros Servicos	107.781,25	105.373,88	119.040,94	144.094,39			476.290,46
Outros Servicos	107.781,25	105.373,88	119.040,94	144.094,39			476.290,46
Outros Servicos	107.781,25	105.373,88	119.040,94	144.094,39			476.290,46
Outros Servicos	107.781,25	105.373,88	119.040,94	144.094,39			476.290,46
Outras Receitas Correntes							
Demais Receitas Correntes							
Demais Receitas Correntes							
Outras Receitas							
Outras Receitas - Primarias							
TOTAL GERAL	118.444,19	114.595,77	129.901,77	161.719,79			524.661,52

CEZAR DE OLIVEIRA
DIRETOR DO SAAE

MARIA FRANCIEDNA DE OLIVEIRA
CRC-MT 013793/O-8

Emitido em: 03/09/2021 às 11:22 Horas

AGILI Mato Grosso

Página: 001

SAAE SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE NOVA G
ESTADO DE MATO GROSSO
L.R.F. DESPESAS NO EXERCÍCIO POR CATEGORIA ECONÔMICA
PAGAS no Exercício de 2021 - BIMESTRAL

DESCRIÇÃO	Orçado	Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Nov/Dez	Total
30000000 - DESPESAS CORRENTES	709.300,00	82.922,76	145.144,98	117.338,74	156.989,31			502.395,79
31000000 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	341.600,00	23.427,08	58.706,94	48.533,65	72.284,68			202.952,35
31900000 - Aplicacoes Diretas	341.600,00	23.427,08	58.706,94	48.533,65	72.284,68			202.952,35
31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	280.000,00	19.438,66	50.442,56	40.653,31	59.332,29			169.866,82
31901300 - Obrigacoes Patronais	61.600,00	3.988,42	8.264,38	7.880,34	12.952,39			33.085,53
33000000 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	367.700,00	59.495,68	86.438,04	68.805,09	84.704,63			299.443,44
33900000 - Aplicacoes Diretas	367.700,00	59.495,68	86.438,04	68.805,09	84.704,63			299.443,44
33901400 - Diarias - Civil	6.000,00			510,00	220,00			730,00
33903000 - Material de Consumo	100.000,00	24.458,20	16.102,84	21.070,60	30.496,65			92.128,29
33903900 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	234.600,00	32.881,52	66.084,88	43.015,80	47.736,72			189.718,92
33904001 - LOCAÇO DE SOFTWARES	20.000,00	1.520,00	3.040,00	3.120,00	4.800,00			12.480,00
33904700 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas	7.100,00	635,96	1.210,32	1.088,69	1.451,26			4.386,23
40000000 - DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00			7.636,00	9.580,00			17.216,00
44000000 - INVESTIMENTOS	20.000,00			7.636,00	9.580,00			17.216,00
44900000 - Aplicacoes Diretas	20.000,00			7.636,00	9.580,00			17.216,00
44905200 - Equipamentos e Material Permanente	20.000,00			7.636,00	9.580,00			17.216,00
TOTAL GERAL	**729.300,00**	**82.922,76**	**145.144,98**	**124.974,74**	**166.569,31**			**519.611,79**

CEZAR DE OLIVEIRA
DIRETOR DO SAAE

MARIA FRANCIEDNA DE OLIVEIRA
CRC-MT 013793/O-8

Emissão: 03/09/2021 11:14:27 Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 086/2021

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO N°. 012/2021

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do corrente ano, na cidade de Nova Lacerda- MT, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, estava marcado para as 14:30 no horário de Brasília-DF , em

sessão pública, onde o pregoeiro e membros, instituída pela PT n.º 225 de 01 de setembro de 2020, abaixo assinados, encarregada de dirigir e julgar este certame, destinado ao ***Registro de preço para aquisição de implementos Agrícolas para atender as necessidades do Município de Nova Lacerda-MT. CONVÊNIO 890809/2019 PROPOSTA 038747/2019.*** No entanto, não houve nenhum interesse dos licitantes em participar do evento, ocasionando uma licitação deserta. Fundamentado na Lei 8.666/93, o Processo deverá ser repetido no dia 24 de setembro de 2021, ás 09:00 horário de Brasília-DF . O Presidente deu por encerrado os trabalhos, lavrando a presente Ata, que vai assinada pelo presidente, juntamente com os membros.

Nova Lacerda- MT 10 de setembro de 2021.

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 49/2021

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 49/2021

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 49/2021.

ABERTURA: 23 de setembro de 2021 ás 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:15 ás 07:30 horas;

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de equipamentos odontológicos e hospitalares com substituição de peças em todos equipamentos da UBS-Unidades Básicas de Saúde.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 10 de setembro de 2021.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LEI MUNICIPAL Nº 934/2021

LEI MUNICIPAL Nº. 934 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021.

"INSTITUI A DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA, ESTABELECE GARANTIAS DE LIVRE MERCADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT aprovou, o Prefeito Municipal, nos termos da Lei Orgânica, sancionou tacitamente, e eu, MARIA APARECIDA FERNANDES PICALHO, Presidente da Câmara, nos termos do Art. 29, inciso IV da Lei Orgânica, promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituída a Declaração Municipal de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Município como agente normativo e regulador, em consonância com o disposto na Lei Federal º 13.874, de 20 de setembro de 2019.

Art. 2º. São princípios que norteiam o disposto nesta Lei:

I - a presunção de liberdade no exercício de atividades econômicas;

II - a presunção de boa-fé do particular; e

III - a intervenção subsidiária, mínima e excepcional da Administração Pública Municipal sobre o exercício de atividades econômicas.

Art. 3º. Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se atos públicos de liberação da atividade econômica a licença, a autorização, a inscrição, o registro, o alvará e os demais atos exigidos, com qualquer denominação, inclusive no âmbito ambiental, sanitário e de edificação, por órgão ou entidade da administração pública na aplicação de legislação, como condição prévia para o exercício de atividade econômica, inclusive o início, a instalação, a operação, a produção, o funcionamento, o uso, o exercício ou a realização, no âmbito público ou privado, de atividade, serviço, estabelecimento, profissão, instalação, operação, produto, equipamento, veículo, edificação e outros.

CAPÍTULO II

DA DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA

Art. 4º. São direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômico do Município:

I - desenvolver, para sustento próprio ou de sua família, atividade econômica de baixo risco, para a qual se valha exclusivamente de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, sem a necessidade de atos públicos de liberação da atividade econômica;

II - produzir, empregar e gerar renda, assegurada a liberdade para desenvolver atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana, observadas:

a) as normas de proteção ao meio ambiente, incluídas as de combate à poluição sonora e à perturbação de sossego;

b) as restrições advindas de obrigações do direito privado, incluídas as situações de domínio de um determinado bem ou de partes de um bem por mais de uma pessoa simultaneamente;

c) as normas referentes ao direito de vizinhança; e

d) a legislação trabalhista;

III - não ter restringida, por qualquer autoridade, sua liberdade de definir o preço de produtos e de serviços como consequência de alterações da oferta e da demanda no mercado não regulado, ressalvadas as situações de emergência ou de calamidade pública, quando assim declarada pela autoridade competente;

IV - receber tratamento isonômico de órgãos e de entidades da Administração Pública Municipal quanto ao exercício de atos de liberação da atividade econômica, hipótese em que o ato de liberação estará vinculado aos mesmos critérios de interpretação adotados em decisões administrativas análogas anteriores, observado o disposto em regulamento;

V - gozar de presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica, para os quais as dúvidas de interpretação do direito civil, empresarial, econômico e urbanístico serão resolvidas de forma a preservar a autonomia de sua vontade, exceto se houver expressa disposição legal em contrário;

VI - desenvolver, executar, operar ou comercializar novas modalidades de produtos e de serviços livremente, sem a necessidade de autorização prévia para quando tais modalidades não forem abarcadas por norma já existente, ou quando as normas infra legais se tornarem desatualizadas por força de desenvolvimento tecnológico consolidado internacionalmente, nos termos estabelecidos em regulamento federal, que disciplinará os requisitos para aferição da situação concreta, os procedimentos, o momento e as condições dos efeitos;

VII - implementar, testar e oferecer, gratuitamente ou não, um novo produto ou serviço para um grupo privado e restrito de pessoas maiores e capazes, que se valerá exclusivamente de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, após livre e claro consentimento, sem requerimento ou ato público de liberação da atividade econômica, exceto em hipóteses

de segurança nacional, de segurança pública ou sanitária ou de saúde pública, respeitada a legislação vigente, inclusive no que diz respeito à propriedade intelectual;

VIII - ter a garantia de que os negócios jurídicos empresariais serão objeto de livre estipulação das partes pactuantes, de forma a aplicar todas as regras de direito empresarial apenas de maneira subsidiária ao avençado, hipótese em que nenhuma norma de ordem pública dessa matéria será usada para beneficiar a parte que pactuou contra ela, exceto se para resguardar direitos tutelados pela administração pública ou de terceiros alheios ao contrato;

IX - ter a garantia de que, nas solicitações de atos públicos de liberação da atividade econômica que se sujeitam ao disposto nesta Lei, apresentados todos os elementos necessários à instrução do processo, o particular receberá imediatamente, independente da emissão de licença provisória, um prazo expresso que estipulará o tempo máximo para a devida análise de seu pedido e que, transcorrido o prazo fixado, na hipótese de silêncio da autoridade competente, importará em aprovação tácita para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas na lei; e

X - arquivar qualquer documento por meio de microfilme ou por meio digital, conforme técnica e requisitos estabelecidos em regulamento, hipótese em que se equiparará a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato de direito público.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I caput:

I - Consideram-se como de baixo risco as atividades econômicas listadas no Anexo I desta lei.

II - Consideram-se, igualmente, como de baixo risco as atividades econômicas que não estejam expressamente definidas como de médio ou alto risco em lei ou decreto municipal, ainda que não estejam expressamente previstas no rol do Anexo I desta Lei.

§2º A fiscalização do exercício do direito de que trata o inciso I do caput apenas será realizada posteriormente, de ofício ou como consequência de denúncia encaminhada à autoridade competente, cabendo à administração pública o ônus de demonstrar, de forma expressa e excepcional, a imperiosidade da eventual restrição.

§ 3º Para fins do disposto no inciso VII do caput, entende-se como restrito o grupo de integrantes não superior aos limites específicos estabelecidos para a prática da modalidade de implementação, teste ou oferta.

§ 4º O disposto no inciso VIII do caput não se aplica à empresa pública e à sociedade de economia mista definidas no art. 3º e no art. 4º da Lei nº 13. 303, de 30 de junho de 2016.

§ 5º O disposto no inciso III do caput não se aplica:

I - às situações em que o preço de produtos e de serviços seja utilizado com a finalidade de reduzir o valor do tributo, de postergar a sua arrecadação ou de remeter lucros em forma de custos ao exterior; e

II - à legislação da defesa da concorrência, aos direitos do consumidor e às demais disposições protegidas por lei.

§ 6º O disposto no inciso IX do caput não se aplica quando:

I - versar sobre questões tributárias de qualquer espécie;

II - versar sobre situações, prévia e motivadamente, consideradas pelo órgão ou pela entidade da administração pública responsável pelo ato de liberação da atividade econômica como de justificável risco;

III - a decisão importar em compromisso financeiro da administração pública; e

IV - houver objeção expressa em lei ou em tratado em vigor no País.

§ 7º A aprovação tácita prevista no inciso IX do caput não se aplica quando a titularidade da solicitação for de agente público ou de seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, dirigida a autoridade administrativa ou política do próprio órgão ou entidade da administração pública em que desenvolva suas atividades funcionais.

§ 8º Os prazos a que se refere o inciso IX do caput serão definidos individualmente pelo órgão ou pela entidade da administração pública solicitado no momento do pedido, observados os parâmetros uniformes do próprio órgão ou da entidade, não ultrapassando os prazos de 30 dias para atos relacionados à atividade de baixo risco e de 120 dias para as demais.

§ 9º É vedado exercer o direito de que trata o inciso VII do caput quando a atividade envolver o manuseio de tecnologia e substâncias de uso restrito.

CAPÍTULO III

DAS GARANTIAS DE LIVRE INICIATIVA

Art. 5º. É dever da Administração Pública Municipal e dos demais entes que se vinculam ao disposto nesta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente:

I - criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes;

II - redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros no mercado;

III - criar privilégio exclusivo para determinado segmento econômico, que não seja acessível aos demais segmentos;

IV - exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado;

V - redigir enunciados que impeçam ou retardem a inovação e a adoção de novas tecnologias, processos ou modelos de negócios, ressalvadas as situações consideradas em regulamento como de alto risco;

VI - aumentar os custos de transação sem demonstração de benefícios;

VII - criar demanda artificial ou compulsória de produto, serviço, ou atividade profissional, inclusive de uso de cartórios, registros ou cadastros;

VIII - introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas; e

IX - restringir o uso e o exercício da publicidade e propaganda sobre um setor econômico, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas em lei.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDENTE – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA MARILÂNDIA-MT, EM 01 DE SETEMBRO DE 2021.

MARIA APARECIDA FERNANDES PICALHO

PRESIDENTE DA CÂMARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO -PREGÃO 028/2021 - ADESÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGENIO MEDICINAL COM CESSÃO DE CILINDROS EM FORMA DE COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira e Comissão de Apoio HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em conformidade com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, com o Decreto Municipal 001/2010 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas no Edital.

EMPRESA VENCEDORA: MARIALVA DE JESUS DA SILVA SARAIVA - ME, inscrito no CNPJ 27.908.983.0001.15, VALOR TOTAL R$77.274,00 (setenta e sete mil duzentos e setenta e quatro reais).

Nova Maringá-MT, 10 de setembro de 2021

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE - Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 065/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, Estado de Mato Grosso através de seu Agente de Contratação, designada pela portaria 190/2021, tornam publico o resultado da Dispensa de Licitação N°065/2021, tendo como Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACUIDADE VISUAL E OPTOMETRISTA PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** a empresa **BRILHANTE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** com **CNPJ 09.675.664/ 0001-25** apresentou a menor proposta no Valor total de **25.002,47** (Vinte e cinco mil e dois reais e quarenta e sete centavos), com os termos no inciso II do artigo 75 da Lei Federal N°14,133/2021.

O processo referente a licitação acima, encontra- se a disposição dos interessados na sala da licitação da Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, Centro, neste Município de Nova Maringá, de segunda a sexta no horário de atendimento ao público e no site http://www.novamaringa.mt.gov.br.

Nova Maringá - MT, 10 de Setembro de 2021.

EDI CARLOS RODRIGUES JULIO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO 028/2021- ADESÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGENIO MEDICINAL COM CESSÃO DE CILINDROS EM FORMA DE COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT, através da pregoeira e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº029/2021 de 04 de Janeiro de 2021, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade ADESÃO 028/2021, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGENIO MEDICINAL COM CESSÃO DE CILINDROS EM FORMA DE COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT,** a ser regido pela lei federal n°8.666/93 e suas alterações posteriores**.**

EMPRESA VENCEDORA: **MARIALVA DE JESUS DA SILVA SARAIVA** - ME, inscrito no CNPJ 27.908.983.0001.15, VALOR TOTAL R$77.274,00 (setenta e sete mil duzentos e setenta e quatro reais).

Nova Maringá-MT, 10 de setembro de 2021.

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA - Pregoeira/Port.029/2021

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2021 DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão de Pregão, instituída pela Portaria nº 029/2021/GP, torna público que com anuência do Prefeito Municipal da cidade de São José do Rio Claro - MT, e da Empresa detentora **MOTO IDEAL LTDA**, com CNPJ 14.936.231.0001.16, aderiu a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2021, oriunda do Pregão Presencial N° 009/2021, cujo Objeto é **AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA - MT**, ao valor global Aderido de R$ 46.996,00 (quarenta e seis mil novecentos e noventa e seis reais)**.** Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT, localizada na Av. Amos B. Zanchet, Centro, Fone (66) 3537-1310 das 07h00m ás 11h00m e das 13h00m às 17h00m**.**

O Pregão Adesão, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação no endereço supra citado e site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia

Nova Maringá - MT, 10 de setembro de 2021.

ROSIMEIRE SILVA SOUZA - Pregoeira/ Port. 029/2021

LICITAÇÃO
OITAVO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 019/2020.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA COM ADEQUAÇÃO, FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA O PREDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT CONFORME PROJETO.

TOMADA DE PREÇOS 004/2020.

Por este instrumento de Aditivo de Prazo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Srª **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE** brasileira, viúva, portadora do CPF: 378.869.831-49 e RG n.º 1400970 SSP-PR, natural de Amoreira/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, tendo em vista o disposto no artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **SIM ENGENHARIA EIRELI**, CNPJ nº. 26.884.260/0001/60 estabelecida na cidade de Cuiabá - MT, com sede a Rua Doutor José Alvares Maciel, n° 151, Bairro Goiabeiras, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo seu representante legal, engenheiro, Sr**. ISAAC COSTA QUEIROZ**, inscrito no CPF sob o nº. 088.694. 106-76, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente **ADITIVO** ao CONTRATO Nº 019/2020, nos termos da Tomada de Preços 004/2020, devidamente homologado em 07/12/2020, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias o contrato nº. 019/2020 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 11 de setembro de 2021 e término em 11 de outubro de 2021. **01.2.** A prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato n. º 019/2020 tem sua fundamentação legal no artigo 57, §1° VI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

02.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuado pelo fiscal **GRACILIANO NOBRE DE ALMEIDA**, designado pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

03.1. As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas**.**

Nova Maringá – MT, 10de setembro de 2021.

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT /SIM ENGENHARIA EIRELI

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE / CNPJ:26.884.260/0001-60

Contratada/ Contratante

GRACILIANO NOBRE DE ALMEIDA

CPF: 049.565.904.58

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

_____/ _____-_____

VANDA DA SILVA /PAULO DA SILVA PEREIRA

CPF: 622.550.611-04 /CPF: 701.332.801-44

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CARTA CONVITE 009/2021

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do presidente e sua comissão de apoio, instituída pela Portaria n.º 142/2021/GAPRE, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade CARTA CONVITE 009/2021 menor preço por Item, cujo Objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA COM ADEQUAÇÃO DO PREDIO UBS DAURI RIVA DO DISTRITO DE BRIANORTE MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT**, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

EMPRESA VENCEDORA: STANDARD ENGENHARIA E CONSTRUÇÃ LTDA inscrito no CNPJ: 41.868.132/0001-17. ITEM: 01. VALOR TOTAL: 241.000,00 (Duzentos e quarenta e um mil reais)

Nova Maringá – MT, 10 de Setembro de 2021.

.

EDI CARLOS RODRIGUES JULIO

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE 009/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA COM ADEQUAÇÃO DO PREDIO UBS DAURI RIVA DO DISTRITO DE BRIANORTE MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em conformidade com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, com o Decreto Municipal 001/2010 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas no Edital.

EMPRESA VENCEDORA: STANDARD ENGENHARIA E CONSTRUÇÃ LTDA inscrito no CNPJ: 41.868.132/0001-17. ITEM: 01. VALOR TOTAL: 241.000,00 (Duzentos e quarenta e um mil reais)

Nova Maringá – MT, 10 de Setembro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

RESULTADO CLASSIFICATORIO SELETIVO 001/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 - SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT, no uso de suas atribuições legais, através da Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, através da Portaria nº 206/2021, que compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Simplificado, resolve:

I. Divulgar o gabarito definitivo após a retificação apos o prazo de recursos; II. Divulgar o resultado classificatório; III. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 6.2 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, contado da data da publicação deste Edital; IV. O presente Edital, o gabarito definitivo e o resultado classificatório estão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.novamaringa.mt.gov.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT e no diário Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico: e Jornal Oficial dos Municípios (AMM), disponível no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/. Registra-se, Publique-se e Cumpra-se, Nova Maringá/MT, 10 de Setembro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE - Prefeita Municipal de Nova Maringá

PAULO DA SILVA PEREIRA - Presidente da Comissão

RESULTADO FINAL								
Cargo: COLETOR DE LIXO								
,	NOME	NASCIMENTO	PORT	MAT	CG	C.ESP	NOTA FINAL	RESULTADO
1º	Fabricio dos Santos	08/08/1996	17,5	14	9		40,5	CLASSIFICADO
	Wilson Gomes da Silva	03/12/1968	14	14	9		37	REPROVADO
	Alexsandro Honorato dos Santos	22/07/1990	7	14	15		36	REPROVADO

RESULTADO FINAL								
Cargo: TECNICO DE ENFERMAGEM								
ORDEM	NOME	NASCIMENTO	PORT	MAT	CG	C.ESP	NOTA FINAL	RESULTADO
1º	Angela Trizotti	23/09/1967	10	8		60	78	APROVADO
2º	Taiza Silva Rodrigues	06/12/1992	12	6		33	51	APROVADO
3º	Estefani Carolina da silva Ferreira Fonseca	26/10/1999	4	2		36	42	APROVADO
	Ana Paula Menezes da Silva	15/02/1995	6	4		21	31	REPROVADO
	Nagib Alves de Almeida Filho	03/08/1972					0	AUSENTE
	Valdirene Madureira de Almeida	21/01/1993					0	AUSENTE

RESULTADO FINAL								
Cargo: PROFESSOR								
ORDEM	NOME	NASCIMENTO	PORT	MAT	CG	C.ESP	NOTA FINAL	RESULTADO
1º	Simone Souza Marcilio Antunes	03/04/1996	10	8		39	57	CLASSIFICADO
2º	Eliane Barcarol	13/04/1989	10	4		39	53	CLASSIFICADO

3º	Marjane de Freitas	06/04/1987	8	8		33	49	CLASSIFICADO
4º	Catia Freitas de Andrade	11/11/1996	4	10		33	47	CLASSIFICADO
5º	Regina Maria da Silva Batista	03/09/1973	8	6		30	44	CLASSIFICADO
6º	Beatriz Santos de Souza	09/02/1996	6	4		33	43	CLASSIFICADO
7º	Ligia Cristina Klemp	20/08/1981	6	6		30	42	CLASSIFICADO
8º	Maria da Penha Santos Cherri	25/08/1974	6	8		27	41	CLASSIFICADO
9º	Karla Leticia Rondon Fernandes	03/01/1984	8	6		27	41	CLASSIFICADO
10º	Thaynara Luana Leite	12/03/1998	6	8		27	41	CLASSIFICADO
11º	Janice Ferreira Filha	27/05/1992	4	6		30	40	CLASSIFICADO
	Suellen Cristina da S.F. Mateus	06/08/1990	2	8		27	37	REPROVADO
	Eudirene Batista de Souza	10/10/1972	6	10		21	37	REPROVADO
	Paulo Cezar Gomes Mateus	20/02/1975	10	4		21	35	REPROVADO
	Elizabeth Maria Silva de Oliveira	16/07/1973	4	2		27	33	REPROVADO
	Conceição de Fatima Botter Amorim	10/11/1965						AUSENTE
	Daniela Maria Rodrigues Gouveia	13/05/1991						AUSENTE
	Ivani de Souza Couto Oliveira	11/12/1976						AUSENTE
	Joceane Lopes dos Santos	09/04/1984						AUSENTE
	Patricia Aparecida Ribeiro dos Santos	19/11/1986						AUSENTE

RESULTADO FINAL

Cargo: ZELADOR

ORDEM	NOME	NASCIMENTO	PORT	MAT	CG	C.ESP	NOTA FINAL	RESULTADO
1º	Samuel Santos Cherri	20/04/2001	35	35	27		97	APROVADO
2º	Lavinia Ferreira de Souza	11/05/1997	35	31,5	30		96,5	APROVADO
3º	Gustavo Carvalho Casari	21/06/2002	35	31,5	27		93,5	APROVADO
4º	Fabiana Santos Silva	08/06/1977	35	35	21		91	APROVADO
5º	Rosinete Gomes dos Santos Guimaraes	02/02/1980	35	35	21		91	APROVADO
6º	Rosangela Santos de Oliveira	19/07/1992	31,5	35	24		90,5	APROVADO
7º	Ana Lucia Aparecida da Silva	28/08/1985	31,5	35	21		87,5	APROVADO
8º	Kelen Kacia Jeronimo da Silva	21/08/1987	31,5	31,5	24		87	APROVADO
9º	Bianca Paula Costa	12/05/2000	35	31,5	18		84,5	APROVADO
10º	Keyla Santos Rosario	24/10/1992	35	28	21		84	APROVADO
11º	Cindia Regina Tambalo	20/12/1982	28	31,5	24		83,5	APROVADO
12º	Adailton Jose Alcantara e Silva Moreira	10/01/2000	31,5	28	24		83,5	APROVADO
13º	Silvana Gomes de Oliveira	27/02/1982	28	28	27		83	APROVADO
14º	Katiane Ribeiro Miranda	10/08/1989	35	28	18		81	APROVADO
15º	Marcela Silva Fernandes	15/05/1992	31,5	31,5	18		81	APROVADO
16º	Greiciane dos Santos Pereira Eleutério	05/08/1998	31,5	31,5	18		81	APROVADO
17º	Andre Souza do Nascimento	20/08/2002	28	28	21		77	APROVADO
18º	Celia Soares de Santana	30/01/1973	24,5	28	24		76,5	APROVADO
19º	Jefersson Cabral de Melo	27/03/1999	24,5	31,5	18		74	APROVADO
20º	Ana Paula Simão Padilha	09/08/1993	24,5	28	21		73,5	APROVADO
21º	Gustavo da Silva Andrade	21/03/1999	21	31,5	21		73,5	APROVADO
22º	Kesia Maria Do Nascimento Souza	05/08/1989	24,5	24,5	24		73	APROVADO
23º	Leila Tomaz do Nascimento da Silva	13/04/1977	24,5	24,5	21		70	APROVADO
24º	Maria Fatima Goncalves da Silva	18/05/1979	21	24,5	24		69,5	APROVADO
25º	Rayane de Souza Santos	27/03/2002	21	17,5	24		62,5	APROVADO
26°	Jose Rafael dos Santos Silva	27/05/1997	14	28	18		60	CLASSIFICADO
27º	Vera Lucia Barcelos de Carvalho	13/09/1971	28	14	15		57	CLASSIFICADO
28º	Luciana Dias Carvalho	22/12/1995	14	17,5	24		55,5	CLASSIFICADO
29º	Marcelo de Lima Gomes	09/02/1998	21	17,5	15		53,5	CLASSIFICADO
30º	Daniela Feitosa da Costa	26/07/1997	14	21	18		53	CLASSIFICADO
31º	Aparecida de Lurdes Caetano Souza	09/01/1966	7	24,5	18		49,5	CLASSIFICADO
32º	Maria Rozilene Alves Barbosa	08/02/1975	17,5	10,5	15		43	CLASSIFICADO
33º	Eleilce Pereira	24/11/1999	7	10,5	24		41,5	CLASSIFICADO
34º	Ineide da Cruz Portes	08/12/1961	17,5	14	9		40,5	CLASSIFICADO
35º	Josefa Otavia dos Santos	03/05/1963	17,5	14	9		40,5	CLASSIFICADO
36º	Nicanor dos Santos Silva	12/07/1965	17,5	14	9		40,5	CLASSIFICADO
37º	Jose Arcelino dos Santos	01/08/1968	17,5	14	9		40,5	CLASSIFICADO
38º	Antonio Osmarildo dos Santos	13/06/1970	17,5	14	9		40,5	CLASSIFICADO
39º	Jose Cicero da Silva	04/08/1986	17,5	14	9		40,5	CLASSIFICADO
40º	Rosilane da Silva Oliveira	24/03/1982	17,5	14	9		40,5	CLASSIFICADO
	Sivonaldo da Silva	23/04/1981	14	14	9		37	REPROVADO
	Gabriel Barbosa	03/02/2003	7	10,5	12		29,5	REPROVADO
	Leonardo da Silva	25/04/1986	7	14	6		27	REPROVADO
	Debora Aristides dos Santos	25/07/1990						AUSENTE
	Jaqueline dos Santos	27/01/1999						AUSENTE
	Jocimara Arantes Bezerra	15/05/1991						AUSENTE
	Luana Ferreira Rosa	18/10/2001						AUSENTE
	Lucimara Trosdolf Alves Saueressig	29/08/1986						AUSENTE
	Rosineide da Silva	18/12/1976						AUSENTE
	Tatiana Avelina de Oliveira	15/04/1982						AUSENTE
	Valeria Silva Fernandes	02/07/1995						AUSENTE
	Vilker Ferreira da Silva	01/06/2001						AUSENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITACAO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2021

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2021

PROTOCOLO DE INEXIGIBILIDADE Nº 4972/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT

CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

CNPJ: 04.096.738/0001-55

OBJETO: ***AQUISIÇÃO DE CARTILHAS EDUCATIVAS COM DIVERSOS TEMAS PARA ATENDER AO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DE SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL***

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL- R$ 7.296,00 (sete mil, duzentos e noventa e seis reais) que serão pagos em parcela única, após a entrega e emissão de Nota Fiscal.

VIGÊNCIA – 10 DE SETEMBRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Nova Monte Verde/MT, 10 de setembro de 2021.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 134/2021

PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 223, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 223, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

SÚMULA: FICA CONCEDIDO AO SERVIDOR PUBLICO EFETIVO, SENHOR **FABIANO BARROS LOPES,** LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda considerando o Art. 150 da Lei Municipal nº 830/2016, bem como requerimento do servidor datado em 10 de setembro de 2021.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica concedido ao servidor público efetivo, Fabiano Barros Lopes, no cargo de Assistente de Controle Administrativo, Lotado na Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento Básico, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 02 (dois) anos, sem remuneração, a partir do dia 13 de setembro de 2021.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 10 de setembro de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 166, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

DECRETO Nº 166, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

SÚMULA: NOMEIA O SENHOR **VINÍCIUS BATISTA FONTES FRANCISCO,** PARA O CARGO DE **CHEFE DE DIVISÃO,** DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica nomeado o senhor **Vinícius Batista Fontes Francisco,** para o cargo de Chefe de Divisão, lotado no Departamento de Esporte, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 10 de setembro de 2021

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2021

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2021

Homologo a Presente Inexigibilidade de Licitação, adjudicando o contrato ao Interessado, conforme Artigo 38, VII, da Lei 8.666/93.

Adjudique-se à empresa **EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA**, pelo valor global de R$ 7.296,00 (sete mil, duzentos e noventa e seis reais)

CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

CNPJ: 04.096.738/0001-55

VALOR GLOBAL- R$ 7.296,00 (sete mil, duzentos e noventa e seis reais) que serão pagos em parcela única, após a entrega e emissão de Nota Fiscal.

VIGÊNCIA – 10 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Monte Verde-MT, 10 setembro de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA
DECRETO Nº. 4059 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

DECRETO Nº. 4059 DE 10 DE setembro **DE 2021.**

"Dispõe sobre a Convocação de Candidatos Classificados Processo Seletivo Simplificado– Edital n° 001/2021 e da outras providências."

O Srº *JOÃO TEODORO FILHO,* Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública Municipal;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº. 3056 de 18 de FEVEREIRO de 2.021 e o Edital de n° 001/2021.

DECRETA

Art. 1º - Fica convocado o candidato a seguir relacionado com respectivo cargos.

Nº DA INSCRIÇÃO	APOIO ADM EDUCACIONAL(GUARDA)	Prova Objetiva	Classificação Final
06	WESLAINY PEREIRA DA SILVA	65,0	APROVADO

Art. 2º. O não comparecimento do candidato ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal no prazo de 30 (trinta) dias a partir

da publicação deste Decreto implicará na nulidade do ato que o convocou, abrindo vaga para o candidato subsequente na ordem de classificação.

Art. 3º - O candidato convocado deverá apresentar no prazo máximo estabelecido no artigo 2º, os seguintes documentos:

a) cópia da cédula de identidade;

b) cópia do cadastro de pessoa física - CPF/MF;

c) cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) cópia do reservista ou documento equivalente (quando sexo masculino);

e) cópia da certidão de casamento ou nascimento;

f) cópia da certidão de nascimento dos filhos;

g) cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos ou declaração de frequência escolar dos filhos acima de 07 anos até 14 anos;

h) cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

i) certificado de Comprovação para as especialidades, pós-graduação e cursos de qualificação, conforme os casos apresentados no ato da inscrição;

j) cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

k) cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

l) cópia do comprovante de residência;

m) número de conta corrente para pagamento

Art. 4º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Especialmente Administrativo, nos termos deste Edital, e no que tange a relação previdenciária aplica-se o Regime de Previdência Social (INSS).

Parágrafo Único - A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré - MT em 10 de setembro

de 2.021.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 234/2021 DE 09/09/2021

"DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE **RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO - MICRORREVESTIMENTO NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA -MT** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por meio desta Portaria, através do setor de Engenharia do Município de Nova Olímpia/MT, tornar público a **APROVAÇÃO DO PROJETO** DE **RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO - MICRORREVESTIMENTO NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA -MT**, **Trecho 01:** Rua Pará, Rua Maranhão, Avenida Brasil, Rua Amazonas; **Trecho 02:** Avenida Olacir Francisco de Moraes; **Trecho 03:** Avenida Governador Carlos Gomes Bezerra, Rua Castro Alves, Rua Marechal Rondon, Rua Duque de Caxias, Rua Juscelino Kubtschek, Rua Dom Pedro I, Ruas Santos Dumont; **Trecho 04:** Rua José Alves Leão, Rua Ernesto de Souza Ferraz, Ruas Sebastião André de Souza, Rua Presidente Costa e Silva, Rua Antonio Raimundo dos Santos; **Trecho 05:** Avenida Governador Blairo Borges Maggi, Rua 34, sendo a meta física da recuperação, com área de 60.076,53m², **Processo n° 350955/2021/SINFRA**, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	REPSONSAVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DE PROJETO	**RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO - MICRORREVESTIMENTO NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA -MT**, **Trecho 01:** Rua Pará, Rua Maranhão, Avenida Brasil, Rua Amazonas; **Trecho 02:** Avenida Olacir Francisco de Moraes; **Trecho 03:** Avenida Governador Carlos Gomes Bezerra, Rua Castro Alves, Rua Marechal Rondon, Rua Duque de Caxias, Rua Juscelino Kubtschek, Rua Dom Pedro I, Ruas Santos Dumont; **Trecho 04:** Rua José Alves Leão, Rua Ernesto de Souza Ferraz, Ruas Sebastião André de Souza, Rua Presidente Costa e Silva, Rua Antonio Raimundo dos Santos; **Trecho 05:** Avenida Governador Blairo Borges Maggi, Rua 34, sendo a meta física da recuperação, com área de 60.076,53m²	EMPRESA: SERPRA SERVIÇOS, PROJETOS E ASSESSORIA LTDA. ENGENHEIRO CIVIL: LUIS FELIPE C. B. LIMA CREA: 121.523.583-6

PROFISSIONAIS RESPONSAVEIS PELA APROVAÇÃO:

ENG° **MARCELO ALBUQUERQUE BASTOS**

Responsável Técnico – Engenheiro Civil

CREA/MT nº 11.125/D

Art. 2º - O projeto foi elaborado, analisado e aprovado dentro das Leis Federais e Estaduais, NBR's, Orientações Técnicas e Instruções de Serviços Vigentes da SINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, respeitando ainda todos os Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Olímpia/MT, 09 de setembro de 2021

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

De Acordo:

ENG° **MARCELO ALBUQUERQUE BASTOS**

Responsável Técnico – Engenheiro Civil

CREA/MT nº 11.125/D

PORTARIA MUNICIPAL N.º 232 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE O LEVANTAMENTO FÍSICO E FINANCEIRO DOS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS E NOMEIA A COMISSÃO DE INVENTÁRIO, AVALIAÇÃO E DOAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 72 Inciso IV da Lei Orgânica, expede a seguinte Portaria, resolvendo, e ainda,

CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do artigo 106, da Lei Federal N.º 4. 320 de 17 de Março de 1964;

CONSIDERANDO, a Instrução Normativa SPA N.º 001/2008 – Versão 02 do Sistema de Controle Patrimonial, de responsabilidade da Coordenadoria de Controle Interno Municipal de 03 de novembro de 2010, que dispõe sobre os procedimentos para Operacionalização do Almoxarifado Central, bem como o Controle dos Bens Patrimoniais, estabelecendo rotinas no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Olímpia-MT;

CONSIDERANDO a necessidade de implantar uma forma mais ágil e eficaz de controle patrimonial do Poder Executivo Municipal e de propiciar meios mais eficientes na realização do inventário anual;

CONSIDERANDO que o controle dos materiais permanentes pode ser feito em relação ao local onde o bem se encontra instalado e não somente em relação ao servidor;

CONSIDERANDO, a baixa de materiais permanentes e de consumo que se encontram obsoletos, antieconômicos ou inservíveis em disponibilidade necessita ser reeditada, para facilitar sua aplicabilidade;

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Inventário, Avaliação e Doação da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, para o exercício de 2021, composta pelos seguintes servidores:

SERVIDORES	CARGO	MATRÍCULA	CPF
WEBER VIEIRA MARTINS	Sec. Mun. de Administração	3491	**849.025. 901-15**
ELIZETE MARIA DA SILVA	Agente Serviços públicos	0669	974.886. 071-04
IMGRECIO BISPO CAMPOS	Agente Serviço da Administração	047	303.554. 861-72
CELSO GOMES	Mecânico	344	341.972. 221-49
ERISON BARROS CAMPOS	Agente Serviço da Administração	357	**882.082. 731-04**

Art. 2º Estabelece os seguintes conceitos nesta Portaria:

I. Bens Móveis: são os bens suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia e são agrupados como material permanente ou material de consumo;

II. Material: a designação genérica de móveis, equipamentos, componentes, sobressalentes, acessórios, utensílios, veículos em geral, matérias-primas e outros bens móveis utilizados e passíveis de utilização nas atividades do município de Nova Olímpia;

III. Material Permanente: aquele que, em razão de seu uso corrente, tem durabilidade e utilização superior a dois anos;

IV. Material de Consumo: aquele que, em razão de seu uso corrente, perde sua identidade física em dois anos e/ou tem sua utilização limitada a esse período;

V. Bens patrimoniais Permanentes: todos os bens tangíveis – móveis e imóveis – e intangíveis, pertencentes ao município e que sejam de seu domínio pleno e direto.

VI. Bens Tangíveis: aqueles cujo valor recai sobre o corpo físico ou materialidade do bem, podendo ser móveis e imóveis;

VII. Bens intangíveis: aqueles que não têm existência física;

VIII. Bens Móveis Inservíveis: aqueles que não têm mais utilidade para o município, em decorrência de ter sido considerado:

a) ocioso: quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;

b) obsoleto: quando se tornar antiquado, caindo em desuso, sendo a sua operação considerada onerosa;

c) antieconômico: quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude do uso prolongado, desgaste prematuro, obsoletismo ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação;

d) irrecuperável: quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características físicas.

IX. Carga Patrimonial: é a efetivação da responsabilidade pela guarda e/ou uso do bem patrimonial;

X. Doação: é a entrega gratuita de direito de propriedade, constituindo-se em liberalidade do doador;

XI. Dano: avaria parcial ou total causada a bens patrimoniais utilizados na Administração, decorrente de sinistro ou uso indevido;

XII. Extravio: é o desaparecimento de bens por furto, roubo ou por negligência do responsável pela guarda;

XIII. Furto: crime que consiste no ato de subtrair coisa móvel pertencente à outra pessoa, com a vontade livre e consciente de ter a coisa para si ou para outrem;

XIV. Roubo: crime que consiste em subtrair coisa móvel pertencente a outrem por meio de violência ou de grave ameaça;

XV. Remanejamento: é a operação de movimentação de bens, com a conseqüente alteração da carga patrimonial;

XVI. Sistema de Controle Patrimonial: ferramenta tecnológica que controla as incorporações, baixas, e movimentação ocorrida nos bens patrimoniais;

XVII. Comissão de Inventário, Avaliação e Doação: é o grupo dos servidores do município, com funções especiais, nomeado para realizar o inventário dos bens patrimoniais;

XVIII. Inventário: é o procedimento administrativo que consiste no levantamento físico e financeiro de todos os bens móveis, nos locais determinados, cuja finalidade é a perfeita compatibilização entre o registrado e o existente, bem como sua utilização e o seu estado de conservação.

Art. 3º Compete à Comissão de Inventário, Avaliação e Doação, **até o dia 31/12/2021.**

I. Realizar o inventário dos bens patrimoniais móveis, dando conhecimento das ocorrências verificadas aos respectivos detentores de carga patrimonial;

II. Solicitar à unidade inventariada ou detentores de carga, quando for o caso, a disponibilização de técnicos ou servidores conhecedores da localização e identificação dos bens;

III. Identificar a situação patrimonial e o estado de conservação dos bens inventariados;

IV. Elaborar o relatório do inventário, citando as ocorrências verificadas e encaminhar para a Secretaria Municipal de Administração;

V. Elaborar o termo de avaliação dos bens móveis permanentes, reconhecidamente pertencente ao município, que não dispõe de documentação específica e/ou não se encontra registrado no Sistema de Controle Patrimonial.

VI – Emitir Termos de Responsabilidades para cada Unidade;

VII – Emitir os Termos de Baixa, quando for o caso;

Art. 4º Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, 09 de setembro de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº233 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO

PORTARIA N°233 DE 09 de setembro de 2021.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO **PROJETO DE ESTUDO HIDROLÓGICO PARA SUBSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT**, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE PREFEITO MUNICIPAL, DE **NOVA OLÍMPIA - MT** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de **NOVA OLÍMPIA - MT**, tornar público a **APROVAÇÃO DO PROJETO ESTUDO HIDROLÓGICO PARA SUBSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA**, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	ESTUDO HIDROLÓGICO PARA SUBSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA	**PEDRO CASSIANO ASSUMPÇÃO DE FARIAS** ***Engenheira Sanitarista e Ambiental*** *CREA MT 43985*

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL (a): Pedro Cassiano Assumpção de Farias

CREA: MT 43985

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Nova Olímpia-MT, 09 de setembro de 2021.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito municipal, de Nova Olímpia MT.

MARCELO ALBUQUERQUE BASTOS

Responsável Técnico – Engenheiro Civil

CREA/MT nº 11.125/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 324/2021

DATA: 09 de setembro de 2021

SÚMULA: Transfere servidor de Secretaria Municipal e dá outras providencias.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Transferir o servidor **GUSTAVO HENRIQUE TODENO GONÇALVES,** inscrito sob a matricula de nº 1194 da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso

09 de setembro de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 09/09/2021 a 09/10/2022.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2021 - SRP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2021 - SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com data de abertura prevista para o dia 23 de Setembro de 2021, ás 08:30 horas/minutos (Horário de Brasília – DF), sendo às 07:30 horas/minutos no horário do Estado do Mato Grosso, tendo como objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR, para atender as demandas das Unidades Básicas de Saúde do município de Nova Santa Helena/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no site www.novasantahelena.mt.gov.br (Ícone: SIC – Sistema de Informação ao Cidadão – Licitações e Contratos - Editais).

Nova Santa Helena/MT, em 10 de setembro de 2021.

EDINALVA NUNES

Pregoeira Oficial

Publique-se

SETOR CONTABILIDADE
ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA- LDO 2022

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, na Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, teve início às dezesseis horas a audiência pública para elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2022, devido ao contesto pandêmico, realizada de forma online através da página oficial do Facebook da Câmara Municipal, transmitida as 16:00 (dezesseis) horas. Iniciando a audiência o Sr. Eduardo Pereira da Silva, da empresa Atual Consultoria e Contabilidade, que presta serviços ao município de apoio técnico, assessoria e consultoria ressaltou a importância desta Audiência Pública, onde será discutida a LDO para o ano de 2022, visto que esta seja uma das principais ferramentas administrativas dos Poderes Públicos. Fez uma breve explicação das peças de planejamento do Município, esclarecendo de modo simples o que vem a ser a LDO e que a mesmo serve para gerenciar e controlar a aplicação dos recursos públicos e monitorar os gastos realizados pelo governo. Como os recursos são limitados, a LDO é feita para o período de um ano, sendo necessário planejar quais as ações que deverão ser executadas e como isso será feito. Lembrou que a LDO e a Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma integração entre as peças de planejamento sendo o Plano Plurianual – PPA – LOA Lei Orçamentária Anual e que nenhuma despesa publica pode ser executada fora do orçamento. Passou a explanar a parte de valores das receitas previstas, sendo que estima - se para o exercício de 2022 o montante de R$ 38.680.000,00, tendo um crescimento de 59,83% em relação a 2021. Do valor previsto correspondem a Administração Direta, sendo Prefeitura Municipal R$ 36.085.000,00, Câmara Municipal R$ 1.109.000,00, e R$ 1.486.000,00 para a Administração Indireta. Apresentou através de slides o cenário da Receita entre a arrecadação de 2019, 2020 e 2021 e o valor estimado para 2022. Continuando, apresentou como estão previstos os gastos da LDO, por Secretaria, Programas de Governo e as respectivas ações dentro de cada unidade orçamentária e ainda por modalidades de aplicação dos recursos da LDO Lei de Diretrizes Orçamentária. Nada mais havendo a registrar, encerro esta ata que após ser lida e aprovada, será assinada por mim, Jose Bento Alves Fonseca que redigi a presente ata e pela senhora Marta Lucia de Oliveira Araújo que estávamos representando a Secretaria Municipal de Finanças.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 325/2021

DATA: 09 de setembro de 2021

SÚMULA: Dispõe sobre a Concessão de Férias por Assiduidade ao profissional que menciona e dá outras providencias.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção IX, *da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2.002.*

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** Férias ao Servidor abaixo mencionado, conforme períodos abaixo relacionados.

Servidor	Matricula	Período Aquisitivo de Férias	Período de gozo de Férias	Data de retorno
Giorgeo Jose Spagnol	520	De: 03/01/2020 a 03/01/2021	De: 13/09/2021 a 02/10/2021	Dia: 03/10/2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso

09 de setembro de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 09/09/2021 a 09/10/2022.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

Parte Contratada: W. H. LUMINOSOS E FACHADAS LTDA

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Fabricação, Montagem e Instalação de Pórtico de entrada do Cemitério Municipal do Município de Nova Santa Helena/MT

VALOR: R$ 68.000,00 (Sessenta e Oito Mil reais)

VIGÊNCIA: 10/09/2021 até 31/12/2021

Data de Assinatura: 10/09/2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

Parte Contratada: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DA MANUTENÇAÕ PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE REPOSIÇÃO, COM IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO PARA GESTÃO DE FROTA E ADMINSTRAÇÃO VIA SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM ACESSO POR MEIO DE CARTÃO MAGNETICO OU LOGIN COM SENHA/REDE, VIA INTERNET, ATARVÉS DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, EM TODO O ESTADO DE MATO GROSSO PARA O MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

VALOR: R$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais)

VIGÊNCIA: 10/09/2021 até 31/12/2021

Data de Assinatura: 10/09/2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO – 6º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2021

Promitente Comprador: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

Promitente Fornecedor: L. M. COMBUSTÍVEIS SANTA HELENA LTDA

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito de Nova Santa Helena/MT.

REALINHAMENTO DE PREÇOS: Fica realinhados os preços dos Itens de nº 01, 02,03,04, descrito na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 001/2021, em virtude do aumento dos preços praticados junto ao distribuidor/fabricante dos produtos, passando os novos preços a serem praticados os descritos a seguir: **ITEM 01: – NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 4,55 - ITEM 02: – NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 6,39 - ITEM 03: – NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 5,07 - ITEM 04: – NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 5,24. Data de Assinatura:** 10/09/2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO – 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2021

Promitente Comprador: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

Promitente Fornecedor: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-LTDA/EIRELI.

Objeto: Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica Pública, de acordo com o Programa de Assistência Farmacêutica Básica e a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME).

REALINHAMENTO DE PREÇOS: Fica realinhado o preço do Item de nº 01, descrito na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 027/2021, em virtude do aumento dos preços praticados junto ao distribuidor/fabricante dos produtos**,** passando os novos preços a serem praticados os descritos a seguir: **ITEM 01: – NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 0,368. Data de Assinatura:** 10/09/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 025/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) KATHERINE HELOISE DO NASCIMENTO BARBEIRO, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 3448409

4-SSP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 701.447.171-66, doravante denominado simplesmente

CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de PROFESSOR 30 H/S LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA, ESCOLA MUNICIPAL 13 DE MAIO, com carga horária de 30 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 10/09/2021 a

21/12/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 3403,86 (TRÊS MIL QUATROCENTOS E TRÊS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS), correspondentes a 30 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.361.0017.2026.319004000000.0240

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 10 DE SETEMBRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

KATHERINE HELOISE DO NASCIMENTO BARBEIRO CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA PRAZO 20 DIAS (ART. 161 § 9º DA LEI COMPLEMENTAR 061/2013) PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 001/2020

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

Prazo 20 dias

(art. 161 § 9º da Lei Complementar 061/2013)

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 001/2020

À SERVIDORA

CLAUDIA GUIA DA SILVA DOS SANTOS

MATRICULA Nº 5675

De acordo com o disposto no Art. 161 da Lei Complementar 061/2013, e tendo em vista a Instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. º 001/2020, que Vossa Senhoria responde perante a Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT, conduzido pela Comissão de Processo Administrativo disciplinar, designada pela Portaria n.º 499/2021 de 02 de agosto de 2021, fica Vossa Senhoria, nos moldes do Art. 161 §4º da Lei Complementar 061/2013, **CITADA,** para, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação deste edital, **apresentar defesa prévia, o rol de testemunhas** que deseja apresentar, com qualificação e endereço, que deporão para o esclarecimento dos fatos objeto de apuração.

Na oportunidade informamos que os autos estão a sua disposição ou de seu procurador, devendo ser solicitado na sala da Procuradoria Jurídica, da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Pará, n. º 1.850, bairro Jardim Santa Helena, Nova Ubiratã - MT, no horário de 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta feira.

Nova Ubiratã - MT, 10 de Setembro de 2021.

Veruska Aparecida Gonçalves

Presidente da Comissão

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 019/2021 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 019/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

DATA: 10 de Setembro de 2021

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. Edegar José Bernardi, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2019;

RESOLVE:

ART. 1º. CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2019 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de No-

va Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, munidos dos documentos pessoais e profissionais, dos exames médicos obrigatórios conforme Art. 15 do referido Edital, para fins de nomeação, posse e exercício (anexo I).

ART. 2º. Os candidatos aprovados e classificados que estão sendo convocados terão 07 (sete) dias úteis contados da publicação deste edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo, conforme item 15.6 do Edital.

01. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CENTRO MUNICIPAL DE EDUC. INFANTIL PEQUENO ANJO

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO E/OU AUXILIAR DESENVOLVIMENTO INFANTIL E DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – 20H/SEM.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

	CANDIDATO (A)	PONTUAÇÃO PROVA	RESULTADO
20º	Isabel Cristina de Moraes Arruda Massocco	5,0	CLASSIFICADO

Nova Ubiratã, MT – 10 de Setembro de 2021.

EDEGAR JOSE BERNARDI

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA POSSE PROCESSO SELETIVO

a) 01 foto 3x4 recente. b) Email do candidato c) Telefone de contato d) Fotocópias Legível (copias não legível serão recusadas e não terá continuidade do recebimento de Documentos)

I. CPF, RG (na mesma página),

II. Título de Eleitor, Certificado de reservista para o sexo masculino.

III. Certidão de Nascimento ou Casamento. (Cópia do CPF do Cônjuge)

IV. Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos.

V. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (certificado ou declaração de conclusão, devidamente contendo o carimbo e assinatura da instituição) e documento profissional (*Habilitação, CREA, CREF, ETC, caso seja necessário)*.

VI. Cartão de vacina de filhos menores de 06 anos.

VII. Carteira de Trabalho (pag contendo foto e verso da pag na mesma folha)

VIII. PIS/PASEP.

IX. Cartão de conta corrente no Banco Brasil;

X. Certidão de quitação eleitoral, civil e criminal.

XI. Comprovante de Residência em nome do Candidato.

XII. Carteira Nacional de Habilitação, para o cargo solicitado.

XIII. Carteira do Registro de inscrição no Conselho Regional para o cargo solicitado.

c) Originais:

I. Declaração de bens (conforme o modelo II em Anexo)

II. Declaração de não acúmulo de cargo público. (Conforme o modelo I em Anexo)

III. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

15.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, bem como o número do telefone para contato.

15.8. O não atendimento dentro do prazo estipulado na convocação ou a manifestação por escrito de desistência implicará a exclusão definitiva do candidato deste Teste Seletivo, sem qualquer alegação de direitos futuros.

15.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de caráter público.

MODELO I D E C L A R A Ç Ã O

Eu, ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **********inscrito (a) no CPF sob o n° **********, declaro para devidos fins e efeitos legais sob as penas da lei que, **NÃO** possuo acumulo de cargo público, com cargo incompatível entre as funções exercidas.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2021.

_____

****

MODELO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. ********** inscrito (a) no CPF sob o n° **********, residente e domiciliado neste município de Nova Ubiratã/MT, em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº. 8.429 de 2 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, DECLARA que:

Descrever o Bens e valores e se não tiver bens descrever “Não possuo bens em meu nome”

Por ser verdade e para que surta os efeitos legais, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2021.

_____

****

PORTARIA Nº. 0563/2021

PORTARIA Nº. 0563/2021

DATA: 10 DE SETEMBRO DE 2021

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **EXONERAR a pedido** o Sr. **RANDESON SILVA MORAIS DE MENDONÇA,** portador da Cédula de Identidade RG n**º.** MG-16.725.268 PCEMG/MT e CPF nº. 033.868.913-30, do cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE BENS MUNICIPAIS**, com lotação na Secretaria Municipal de Administração.

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 10 de setembro de 2021.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA PRAZO 20 DIAS (ART. 161 § 9º DA LEI COMPLEMENTAR 061/2013) PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 002/2020

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

Prazo 20 dias

(art. 161 § 9º da Lei Complementar 061/2013)

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 002/2020

AO SERVIDOR

FAGNER DE OLIVEIRA DA SILVA

MATRICULA Nº 3833

De acordo com o disposto no Art. 161 da Lei Complementar 061/2013, e tendo em vista a Instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. º 002/2020, que Vossa Senhoria responde perante a Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT, conduzido pela Comissão de Processo Administrativo disciplinar, designada pela Portaria n.º 500/2021 de 02 de agosto de 2021, fica Vossa Senhoria, nos moldes do Art. 161 §4º da Lei Complementar 061/2013, **CITADO** para, **no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação deste edital,** apresentar **defesa prévia,** o rol de testemunhas que deseja apresentar, com qualificação e endereço, que deporão para o esclarecimento dos fatos objeto de apuração.

Na oportunidade informamos que os autos estão a sua disposição ou de seu procurador, devendo ser solicitado na sala da Procuradoria Jurídica, da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Pará, n. º 1.850, bairro Jardim Santa Helena, Nova Ubiratã - MT, no horário de 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta feira.

Nova Ubiratã - MT, 10 de Setembro de 2021.

LUCAS ANDRÉ VIAN

Presidente da Comissão

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 020/2021 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 020/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

DATA: 10 de Setembro de 2021

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. Edegar José Bernardi, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2019;

RESOLVE:

ART. 1º. CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2019 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, munidos dos documentos pessoais e profissionais, dos exames médicos obrigatórios conforme Art. 15 do referido Edital, para fins de nomeação, posse e exercício (anexo I).

ART. 2º. Os candidatos aprovados e classificados que estão sendo convocados terão 07 (sete) dias úteis contados da publicação deste edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo, conforme item 15.6 do Edital.

02. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO – DISTRITO PARQUE ÁGUA LIMPA – 40H/SEM.

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

	CANDIDATO (A)	PONTUAÇÃO PROVA	RESULTADO
3º	Mirian de Lima Gonçalves	8,0	CLASSIFICADO

Nova Ubiratã, MT – 10 de Setembro de 2021.

EDEGAR JOSE BERNARDI

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA POSSE PROCESSO SELETIVO

a) 01 foto 3x4 recente. b) Email do candidato c) Telefone de contato d) Fotocópias Legível (copias não legível serão recusadas e não terá continuidade do recebimento de Documentos)

I. CPF, RG (na mesma página),

II. Título de Eleitor, Certificado de reservista para o sexo masculino.

III. Certidão de Nascimento ou Casamento. (Cópia do CPF do Cônjuge)

IV. Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos.

V. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (certificado ou declaração de conclusão, devidamente contendo o carimbo e assinatura da instituição) e documento profissional (*Habilitação, CREA, CREF, ETC, caso seja necessário)*.

VI. Cartão de vacina de filhos menores de 06 anos.

VII. Carteira de Trabalho (pag contendo foto e verso da pag na mesma folha)

VIII. PIS/PASEP.

IX. Cartão de conta corrente no Banco Brasil;

X. Certidão de quitação eleitoral, civil e criminal.

XI. Comprovante de Residência em nome do Candidato.

XII. Carteira Nacional de Habilitação, para o cargo solicitado.

XIII. Carteira do Registro de inscrição no Conselho Regional para o cargo solicitado.

c) Originais:

I. Declaração de bens (conforme o modelo II em Anexo)

II. Declaração de não acúmulo de cargo público. (Conforme o modelo I em Anexo)

III. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

15.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, bem como o número do telefone para contato.

15.8. O não atendimento dentro do prazo estipulado na convocação ou a manifestação por escrito de desistência implicará a exclusão definitiva do candidato deste Teste Seletivo, sem qualquer alegação de direitos futuros.

15.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de caráter público.

MODELO I D E C L A R A Ç Ã O

Eu, ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **********inscrito (a) no CPF sob o n° **********, declaro para devidos fins e efeitos legais sob as penas da lei que, **NÃO** possuo acumulo de cargo público, com cargo incompatível entre as funções exercidas.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2021.

_____

****

MODELO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. ********** inscrito (a) no CPF sob o n° **********, residente e domiciliado neste município de Nova Ubiratã/MT, em cumprimento ao que de-

termina a Lei Federal nº. 8.429 de 2 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, DECLARA que:

Descrever o Bens e valores e se não tiver bens descrever “Não possuo bens em meu nome”

Por ser verdade e para que surta os efeitos legais, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2021.

_____

****

PORTARIA Nº. 0562/2021

PORTARIA Nº. 0562/2021

DATA: 10 DE SETEMBRO DE 2021

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º. – EXONERAR a pedido o Sr. **SIDNEY SOARES,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 1366901-0 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 001.890.331-26, do cargo de provimento em comissão, de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE GERENCIA E MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL,** lotado na Secretaria Municipal de Obras**.**

ART.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 10 de setembro de 2021.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2021 – CONTRATO EXERCÍCIO 2021

Processo Seletivo Simplificado 01/2021 – Contrato exercício 2021

ORD	Nº DO CONTRATO	SERVIDOR	CARGO	SUBSTITUIÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO	REMUNERAÇÃO
01	31	Adriano Ferreira Cabral	Tec. Educ. em Desenvolvimento Infantil	Em razão da necessidade de atendimento individualizado especializado para as crianças Enzo Gutierry G. da Silva e Ayssa Kwammy Rodrigues de Sousa.	01/09/2021	21/12/2021	1.352,89
02	32	**Ketllen Francieli Da Silva Moura**	Tec. Educ. em Desenvolvimento Infantil	Para atender a Instrução Normativa n°001/SEMEC/NX/2020, em especial o Art. 4° que dispõe sobre a relação de Professor/Auxiliar/T.E.D.I. para atender quantidade de alunos por turma COVID-19.	01/09/2021	21/12/2021	1.352,89
03	33	**Edna Rosa Alves De Oliveira**	Tec. Educ. em Desenvolvimento Infantil	Para atender a Instrução Normativa n°001/SEMEC/NX/2020, em especial o Art. 4° que dispõe sobre a relação de Professor/Auxiliar/T.E.D.I. para atender quantidade de alunos por turma COVID-19.	09/09/2021	21/12/2021	1.352,89

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

DECRETO Nº 056 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar o controle de patrimônio e consequentemente regularizar o inventario físico.

CONSIDERANDO a complexidade e a responsabilidade de zelar pelo bem público.

DECRETA:

ARTIGO 1º. – Fica Decretado, que a partir do mês de SETEMBRO o servidor **IUIRI VALERIO LEITE,**brasileiro, maior, portador do RG: nº 6891449 SSP/PA e do CPF: nº 018.906.592-31, será responsável pelo controle de patrimônio e almoxarifado.

PARÁGRAFO ÚNICO: o servidor assumirá a responsabilidade de zelar e cuidar de forma continua dos bens públicos municipais.

ARTIGO 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º- Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n°019 de 18 de Fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 09 de Setembro de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº256/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Srº **Cristiano Mesnerovicz,** brasileiro, maior, portador do RG. nº5458163-0 SSP/MT e do CPF nº 058.313.839-03, do cargo em Comissão de **Chefe do Departamento de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio**, lotado na **Secretaria de Agricultura**.

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 01 de Setembro de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

ALBERTO GORGES

Secretário Municipal de Administração

e Planejamento

DECRETO 053/2021

DECRETO 053/2021

Dispõe sobre o reajuste de valores das tarifas de fornecimento de água, das taxas e tarifas de cobranças de juros e multas e outros serviços do Departamento de Água e Esgotos (DAE), do Município de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

CONSIDERANDO, que conforme Portaria 2.914 de 12 de dezembro de 2011 (MS) Ministério da Saúde, que visa o controle de qualidade de água potável a seus usuários e visando a continuidade dos Serviços essenciais da Estação de Tratamento de água do Município de Novo Horizonte do Norte – MT e sua Manutenção;

CONSIDERANDO, que conforme Lei Municipal Nº 1.251 de 19 de março de 2.019, Art. 2º que diz: "**Fica também autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar correções anuais via DECRETO de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ";**

CONSIDERANDO, que conforme pesquisas no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com fechamento em dezembro de 2.019, dezembro de 2.020 e julho de 2.021 foram os seguintes:

a) – Dezembro de 2.019 – 4,48% b) – Dezembro de 2020 – 5,44 c) – Julho de 2021 – 9,85;

CONSIDERANDO, que desde março de 2.019 não houve nem um reajuste nos valores e tarifas de fornecimento de água, no Departamento de Águas e Esgotos (DAE) de Novo Horizonte do Norte-MT;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado o reajuste dos valores das tarifas de fornecimento de água, das taxas e tarifas de cobrança de juros e multas e outros serviços do Departamento de Água e Esgoto (DAE) no município de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso:

Art. 2º O valor a ser reajustado será a somatória dos percentuais ocorrido no fechamento de cada período conforme tabela abaixo:

PERÍODO	ANO	PORCENTAGEM
Abril/Dezembro	2019	4,48%
Janeiro/Dezembro	2020	5,44%
Janeiro/Julho	2021	9,85%
TOTAL		19,77%

Art. 3º Os valores a serem reajustados seguiram conforme tabela abaixo em suas categorias e faixas por METROS CÚBICOS de consumo:

CATEGORIA	R$ ATUAL	REAJUSTE (%)	R$ REAJUSTADO	FAIXA M³
Residencial	R$ 22,50	19,77%	R$ 26,95	0 a 10
Comercial	R$ 31,67	19,77%	R$ 37,93	0 a 10
Industrial	R$ 37,05	19,77%	R$ 44,37	0 a 10
Poder Público	R$ 37,05	19,77%	R$ 44,37	0 a 10

Art. 4º Os reajustes dos valores das taxas e outros Serviços do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água tratada seguirá conforme tabela abaixo:

SERVIÇOS	R$ ATUAL	REAJUSTE (%)	R$ REAJUSTADO
Segunda via	R$ 3,00	19,77%	R$ 3,59
Rompimento lacre	R$ 150,00	19,77%	R$ 179,66
Taxa de Religação	R$ 20,00	19,77%	R$ 23,95
Taxa de Ligação	R$ 50,00	19,77%	R$ 59,89
Alteração de Cadastro	R$ 3,00	19,77%	R$ 3,59
Troca de hidrômetro	R$ 30,00	19,77%	R$ 35,93

Art. 5º A cobrança por multa em atraso no pagamento de contas provenientes do fornecimento de água será de 5% (cinco por cento);

Art. 6º A cobrança de juros de mora mensal por atraso no pagamento de contas provenientes do fornecimento de água será de 1% (um por cento);

Art.7º Ficam Revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Novo Horizonte do Norte, 02 de setembro de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 2º ADITIVO CONTRATO Nº 057/2020

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	A empresa ***NAYARA NEVES DA SILVA - ME***, inscrita no CNPJ Nº 27.165.843/0001-02 situada na Av. Sebastião Alves Junior nº 921, centro Matupá, CEP 78.525-000, neste ato representada pela proprietária Srª Nayara Neves da Silva, brasileira, solteira, médica, CPF 037.107.681-10 e RG 5055381 SSP - GO, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA.**
Objeto	**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTÕES 12 HRS NOTURNO E DIURNO, DURANTE A SEMANA, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS E SERVIÇOS MÉDICOS PARA REMOÇÕES DE PACIENTES HOSPITALIZADOS, A SEREM PRESTADOS PARA O MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO MT.**
Objetivo do Aditivo	O objetivo do presente Termo Aditivo é prorrogar o prazo de ***VIGÊNCIA CONTRATUAL*** pelo período de 23/08/2021 a 31/08/2021.
Prazo de Vigência e	O prazo de vigência do presente contrato é de 23/08/2020 até dia 31/08/2021.
Dotação Orçamentaria	0268-06.003.10.302.00017.2044.3390.34.00.00.00 ***Secretaria de Saúde***
	INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO – CHAMADA PÚBLICA 007/2020

Novo Mundo/MT, 31 de agosto 2021.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 2º ADITIVO CONTRATO Nº 056/2020

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	A empresa ***R.A.F. SANCHES EIRELI***, inscrita no CNPJ Nº 36. 064.551/0001-66 situada na Rua Cassiterita, nº 122, bairro Setor III cidade de Novo Mundo - MT, CEP 78.528-000, neste ato representada pela proprietária Srª Raquel Aparecida Ferreira Sanches, brasileira, solteira, médica, CPF 035.970.231-77 e RG 2215299-7 MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA..**
Objeto	**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTÕES 12 HRS NOTURNO E DIURNO, DURANTE A SEMANA, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS E SERVIÇOS MÉDICOS PARA REMOÇÕES DE PACIENTES HOSPITALIZADOS, A SEREM PRESTADOS PARA O MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO MT.**
Objetivo do Aditivo	O objetivo do presente Termo Aditivo é prorrogar o prazo de ***VIGÊNCIA CONTRATUAL*** pelo período de 23/08/2021 a 31/08/2021.
Prazo de Vigência e	O prazo de vigência do presente contrato é de 23/08/2020 até dia 31/08/2021.
Dotação Orçamentaria	0268-06.003.10.302.00017.2044.3390.34.00.00.00 ***Secretaria de Saúde***
	INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO – CHAMADA PÚBLICA 007/2020

Novo Mundo/MT, 31 de agosto 2021.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 3º ADITIVO CONTRATO Nº 054/2020

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	A empresa ***SANCHES & SANCHES LTDA***, inscrita no CNPJ Nº 34.920.425/0001-30 situada na Av. Pintassilgo nº 1294, Casa 10, Conjunto Residencial Ney Braga CEP: 87. 075-110, na cidade de Maringá PR, neste ato representada pelo seu proprietário Srº Ilton Luis Ferreira Sanches brasileiro, casado, CPF 010.969.521-65 e RG 157208438 PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA.**
Objeto	**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTÕES 12 HRS NOTURNO E DIURNO, DURANTE A SEMANA, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS E SERVIÇOS MÉDICOS PARA REMOÇÕES DE PACIENTES HOSPITALIZADOS, A SEREM PRESTADOS PARA O MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO MT.**

Objetivo do Aditivo	O objetivo do presente Termo Aditivo é prorrogar o prazo de ***VIGÊNCIA CONTRATUAL*** pelo período de 23/08/2021 a 31/08/2021.
Prazo de Vigência e	O prazo de vigência do presente contrato é de 23/08/2020 até dia 31/08/2021.
Dotação Orçamentaria	0268-06.003.10.302.00017.2044.3390.34.00.00.00 ***Secretaria de Saúde***
	INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO – CHAMADA PÚBLICA 007/2020

Novo Mundo/MT, 31 de agosto 2021.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
COVID-19: DECRETO Nº 53/2021 - ENFRENTAMENTO COVID-19

DECRETO Nº 53/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"TRAÇA DIRETRIZES PARA O ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DA DISSEMINAÇÃO DA COVID-19, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO".

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando as deliberações do Conselho de Enfrentamento a Pandemia da COVID 19.

DECRETA:

Art. 1º - Fica proibido à realização de atividades no âmbito do Município de Novo Santo Antônio – MT, a saber:

a) qualquer atividade de evento que cause aglomeração, tais como, shows e festas;

b) velório com aglomeração de pessoas, ficando limitado apenas ao núcleo familiar.

Art. 2º - Fica autorizada a prática de esportes ao ar livre, SEM EVENTOS DE TORNEIOS PÚBLICOS OU PARTICULARES, respeitando as medidas de assepsia para prevenção do COVID-19.

Art. 3º - Fica permitido o funcionamento das atividades abaixo, COM RESTRIÇÕES, a saber:

a) As igrejas deverão funcionar com sua capacidade reduzida em 50% (cinquenta por cento) e, adotar as medidas de distanciamento e assepsia necessárias à prevenção do COVID-19;

b) Os bares e distribuidoras deverão funcionar, com capacidade reduzida com no máximo 08 (oito) mesas por estabelecimento, com o devido distanciamento, sendo permitido o consumo no local, obedecendo ao horário do *alvará de funcionamento* e as medidas de assepsia para prevenção de disseminação do novo coronavírus.

Art. 4º - Fica autorizado o funcionamento de Pousadas e Hotéis em conformidade com o alvará de funcionamento.

Art. 5º - Fica autorizado o funcionamento do Comércio em Geral em conformidade com o alvará de funcionamento.

Art. 6º - Fica autorizado a prática de pesca profissional, desportiva e amadora para turistas em todo o município de Novo Santo Antônio.

Art. 7º - Ficam mantidas todas as medidas de assepsia para prevenção de disseminação do novo coronavírus, como o uso obrigatório de mascaras e álcool em gel e/ou álcool 70%, bem como distanciamento social.

Art. 8º - Em caso de agravamento da classificação de risco em dois boletins informativos consecutivos, deve a autoridade municipal adotar as medidas restritivas correspondentes no prazo máximo de 02 (dois) dias.

Art. 09º - A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso atuará em conjunto com a equipe de fiscalização municipal de forma ostensiva para garantir o cumprimento das medidas restritivas adotadas por decisão de autoridade municipal ou judicial.

Parágrafo único – O descumprimento das medidas restritivas sujeita as pessoas físicas ou os representantes das pessoas jurídicas infratoras à aplicação das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais.

Art. 10º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Setembro de 2021.

ADAO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2021 PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA PARA O MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 58/2021 - Pregão Eletrônico nº 13/2021

Validade: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento de Registro de Preços **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, situada à RUA CACHOEIRA DA FUMAÇA, nº 77, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM/MT, CEP: 78625-000, Fone: (66) 34479-1158, o Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, portador da Cédula de Identidade nº 10543619/SSP-MT e do CPF nº 709.438.261-87 representando neste ato a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim –MT inscrita no CNPJ 03.238.581/0001-92 situada no endereço acima citado, e a empresa **M. R. BORGES & CIA LTDA**, cadastrada no CNPJ nº 21.729.752/0001-68 e Inscrição municipal nº 8743, situada na Rua MATO GROSSO nº 192, Sala 12, Bairro Centro, CEP: 78690-000, cidade de Nova Xavantina, estado de Mato Grosso – neste ato representada por seu representante legal o Sr. **MAURICIO LETÃO BORGES**, portador do RG nº 4853012 DGPC GOIÁS e inscrito no CPF sob nº 036.222.911-25, residente e domiciliado na cidade de Nova Xavantina, estado de Mato Grosso, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme decisão alcançada e HOMOLOGADA, ambas referente ao Pregão Eletrônico nº 13/2021, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM LAUDOS (URGÊNCIA E EMER-**

GÊNCIA) PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. conforme especificações e condições constantes neste Ata de Registro de preços.

1.2. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

DA VIGÊNCIA

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93.

DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Descrição e quantitativo do item objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVICO DE EXAME - DO TIPO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA ARTICULAÇÕES ESTERNO CLAVICULAR OMBRO COTOVELO PUNHO SACRILÍACA JOELHO (COM OU SEM CONTRASTE) - COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	4,00	R$ 534,00	R$ 2.136,00
02	SERVICO DE EXAME - DO TIPO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA CERVICAL, DORSAL OU LOMBAR (COM OU SEM CONTRASTE) - COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	4,00	R$ 444,00	R$ 1.776,00
03	SERVICO DE EXAME - DO TIPO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR OU INFERIOR (COM OU SEM CONTRASTE) - COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	8,00	R$ 646,00	R$ 5.168,00
04	SERVICO DE EXAME - DO TIPO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN TOTAL (COM OU SEM CONTRASTE) - COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	4,00	R$ 784,00	R$ 3.136,00
05	SERVICO DE EXAME - DO TIPO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE OU BACIA OU QUADRIL (COM OU SEM CONTRASTE) - COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	4,00	R$ 597,00	R$ 2.388,00
06	SERVICO DE EXAME - DO TIPO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOCO (CONTRASTE OU SEM CONTRASTE) – COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	4,00	R$ 435,00	R$ 1.740,00
07	SERVICO DE EXAME - DO TIPO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORAX (CONTRASTE OU SEM CONTRASTE) COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	240,00	R$ 511,00	R$ 122.640,00
08	SERVICO DE EXAME - DO TIPO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE VIAS URINARIAS (COM OU SEM CONTRASTE) - COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	8,00	R$ 543,00	R$ 4.344,00
09	SERVICO DE EXAME - DO TIPO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO - COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	24,00	R$ 522,00	R$ 12.528,00
10	SERVICO DE EXAME - DO TIPO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA MANDIBULA OU MAXILAR COM OU SEM CONTRASTE - COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	4,00	R$ 383,00	R$ 1.532,00
11	SERVICO DE EXAME - DO TIPO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA PESCOCO (PARTES MOLES) - (COM OU SEM CONTRASTE) - COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	4,00	R$ 546,00	R$ 2.184,00
12	SERVICO DE EXAME - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COXO FEMORAL (FÊMUR) - COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	4,00	R$ 439,00	R$ 1.756,00
13	SERVICO DE EXAME - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE/ ARTICULACOES TEMPORO-MANDIBULARES - COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	4,00	R$ 449,00	R$ 1.796,00
14	SERVICO DE EXAME - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA MEMBROS SUPERIOR E INFERIOR (CONTRASTE OU SEM CONTRASTE) – COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	4,00	R$ 392,00	R$ 1.568,00
15	SERVICO DE EXAME - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SACRO E COCCIX - COM LAUDO	BIOCLINICA	UND	4,00	R$ 457,00	R$ 1.828,00
Valor total						**R$ 166.520,00**

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Novo São Joaquim/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 02 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Novo São Joaquim-MT, em 09 de setembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LEONARDO FARIAS ZAMPA - Prefeito Municipal

M.R. BORGES & CIA LTDA - CONTRATADA

MAURICIO LETÃO BORGES Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 319 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA N° 319 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o **Sr. ISRAEL FRANCISCO DOURADO**, inscrito no CPF sob o número 903.756.291-49 e portador do RG de número 1355661-4 SSP/MT, para responder pelo cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA**.

II – Esta portaria entrará em vigor na data de 03 de setembro do ano de 2021, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 10 de setembro de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 318/2021 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 318/2021 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA** no exercício de suas funções e uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal específica,

CONVOCA os candidatos especificados no Anexo I desta Portaria, aprovados e classificados no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n° 001/2020**, Termo de Homologação Decreto nº 1900 de 05 de fevereiro 2021 devidamente publicado no Jornal Oficial da AMM na data de 08 de fevereiro de 2021, para realização de perícia médica e entrega dos documentos exigidos para contratação.

1. DA PERÍCIA MÉDICA E DA CONTRATAÇÃO. 1.1. Os candidatos aprovados e convocados terão 06 (seis) dias úteis contados da publicação do edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação na Secretaria Municipal de Saúde, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, devendo entregar 02 (duas) cópias da seguinte documentação para sua contratação:

I. 02 (duas) cópias do RG;

II. 02 (duas) cópias do CPF;

III. 02 (duas) cópias do comprovante de escolaridade do cargo para o qual se habilitou;

IV. 02 (duas) fotos 3x4 (iguais), recentes, coloridas, e de frente;

V. 02 (duas) cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (cópia da página com a numeração da CTPS e verso da mesma página contendo os dados pessoais);

VI. 02 (duas) cópias do Título de Eleitor;

VII. Original e 01 (uma) cópia da Certidão de quitação eleitoral;

VIII. 02 (duas) cópias do Certificado de Reservista, se do sexo masculino;

IX. 02 (duas) cópias da Certidão de Casamento (se casado) ou da Certidão de Nascimento (se solteiro);

X. 02 (duas) cópias da Certidão de Nascimento dos filhos menores 14 anos;

XI. 02 (duas) cópias do registro no respectivo conselho profissional, juntamente com a comprovação de estar quite com as obrigações junto ao respectivo conselho (para os cargos que se fizerem necessário);

XII. 02 (duas) cópias do cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (cópias da página que contém o nome da criança/adolescente e cópias das páginas com anotações das vacinas);

XIII. 02 (duas) cópias da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida para o cargo;

XIV. 02 (duas) cópias do comprovante de endereço com data recente (conta de luz, gás, água ou telefone convencional);

XV. 02 (duas) cópias do cartão do Banco do Brasil, ou do comprovante de abertura da conta corrente no Banco do Brasil;

XVI. Original e 01 (Uma) Cópia da Certidão Negativa Civil E Criminal;

XVII. Original e 01 (Uma) Cópia da Certidão Negativa de Tributos Municipais;

XVIII. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração Contendo Endereço Residencial, Telefone; Número da Conta Corrente no Banco do Brasil E Número Do PIS/PASEP;

XIX. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração de Bens;

XX. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração de Não Acúmulo de Cargo Público;

XXI. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração de Não Demissão Por Justa Causa No Funcionalismo Público Municipal E/Ou Em Decorrência De Processo Administrativo Disciplinar;

XXII. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração de Disponibilidade De Carga Horária;

XXIII. Original e 01 (Uma) Cópia do Exame Admissional Realizado Pelo Médico Do Trabalho;

XXIV. 02 (duas) cópias dos CPFs do pai, da mãe e dos filhos ou original e 01 (uma) cópia de Declaração contendo o número dos CPFs do pai, da mãe e dos filhos;

XXV. 02 (duas) cópias acompanhadas do original dos títulos declarados no certame.

2. O candidato será considerado desistente, e será EXCLUÍDO do Processo Seletivo, quando NÃO comparecer às convocações nas datas estabelecidas ou quando manifestar sua desistência por escrito.

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

4. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga/MT, 09 de setembro de 2021.

JOSIMAR MARQUE BARBOSA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargo: MOTORISTA	
Ordem	**Candidato**
01	**Abigair Luiz Patrocínio**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO Nº 01 CPPADSF- REFERENTE AO PROCESSO Nº 010/2021

Aos dez (10) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, as 14:00 horas, reuniu-se os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Fiscal, constituída por Presidente e Membros, respectivamente designados na Portaria n.187 de 2021, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para a ABERTURA do Processo Administrativo Sanitário Fiscal, com relação ao **Termo de Notificação nº 1789, Termo de Infração nº 1790, Termo de Apreensão n°0590 e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT,** referente ao estabelecimento : Estratégia Saúde da Família IV – Rural Responsável Legal Jane Ribeiro de Souza, Responsável Técnico Cleiton Miguel Schneider CNPJ 15.023.971/0001-24 situado a Rua Apolônio Bouret de Melo S/N Bairro Centro, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000. O autuado terá quinze (15) dias, a contar da data da publicação deste, para apresentar sua defesa junto a esta Comissão, conforme artigo 22 da Lei 6.437/77. A Ata na integra, consta em anexo ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº **010/2021.**

Paranatinga/MT, 10 de setembro de 2021.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR- Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA-Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA-Membro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO Nº 01 CPPADSF- REFERENTE AO PROCESSO Nº 009/2021

Aos dez (10) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, as 13:40 horas, reuniu-se os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Fiscal, constituída por Presidente e Membros, respecti-

vamente designados na Portaria n.187 de 2021, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para a ABERTURA do Processo Administrativo Sanitário Fiscal, com relação ao **Termo de Notificação nº 1540, Termo de Infração nº 1541, Notificações e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT,** referente a residência de Rosangela de Fatima Martins, cujo CPF Nº 052.807.209.92, situado na Rua sem identificação nº 61, no Bairro Jardim Panorama, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000. O autuado terá quinze (15) dias, a contar da data da publicação deste, para apresentar sua defesa junto a esta Comissão, conforme artigo 22 da Lei 6.437/77. A Ata na integra, consta em anexo ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº **009/2021.**

Paranatinga/MT, 10 de setembro de 2021.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR- Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA-Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA-Membro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO Nº 01 CPPADSF- REFERENTE AO PROCESSO Nº 008/2021

Aos dez (10) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, as 13;00 horas, reuniu-se os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Fiscal, constituída por Presidente e Membros, respectivamente designados na Portaria n.187 de 2021, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para a ABERTURA do Processo Administrativo Sanitário Fiscal, com relação ao **Termo de Notificação nº 1525, Termo de Infração nº 1526, Termo de Apreensão n°0567 e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT,** referente ao estabelecimento e Mercado e Conveniência Horizonte do (a) responsável/proprietária EUZILENE SILVA DOS SANTOS , cujo o CNPJ nº: 32.026.987/0001-00, situado na Rua Sete de Setembro Nº 191, no bairro Novo Horizonte, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000. O autuado terá quinze (15) dias, a contar da data da publicação deste, para apresentar sua defesa junto a esta Comissão, conforme artigo 22 da Lei 6.437/77. A Ata na integra, consta em anexo ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº **008/2021.**

Paranatinga/MT, 10 de setembro de 2021.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR- Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA-Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA-Membro

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT.

Dispensa de Licitação 67/2021.

RATIFICAÇÃO:

Contratada: CDK IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS DE RAIO-X LTDA; CNPJ: 04.864.204/0001-21.

Objeto; Contratação de Empresa Especializada para **Aquisição de 01 (um) Aparelho Raio X – Fixo em Alta Frequência, Modelo DIAFIX DR 500mA 125 KV**, ANVISA 80119610007 versão digital, com gerador de Alta Frequência, Mesa de comando, coluna porta tubo, Mesa Bucky, Bucky mural, Colimador luminoso giratório, Tubos de Raios-X (Toshiba) e Detector Digital, **Incluso** Monitor 19" resolução 1280X1024 em LCD, 01 impressora DRY STAR – AGFA Modelo 5302 – de 02 gavetas, frete, Instalação e Garantia de 12 meses, devidamente testado e funcionando, em atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT.

Fundamento Legal: com fulcro Artigo 24 Inciso IV da Lei 8.666/93.

Valor da contratação: R$: 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais).

Data da contratação: 10/09/2021.

Dispensa de Licitação 67/2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, o Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, tendo concordado com os motivos e as motivações apresentados pela ilustre Secretária Municipal de Saúde, a Senhora **JANE RIBEIRO DE SOUZA** e que resultaram na contratação direta acima especificada, resolve **RATIFICAR** a justificativa para contratação direta em questão e determinar sua publicação aprazada na imprensa oficial em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da lei 8.666/93.

Paranatinga – MT., 10 de setembro de 2021.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO Nº 01 CPPADSF- REFERENTE AO PROCESSO Nº 011/2021

Aos dez (10) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, as 14:30 horas, reuniu-se os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Fiscal, constituída por Presidente e Membros, respectivamente designados na Portaria n.187 de 2021, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para a ABERTURA do Processo Administrativo Sanitário Fiscal, com relação ao **Termo de Notificação nº 1782, Termo de Infração nº 1783, Termo de Apreensão n°0587 e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT,** referente ao estabelecimento : Estratégia Saúde da Família II Responsável Legal Jane Ribeiro de Souza, Responsável Técnico Amanda Coltre Bertechini CNPJ 15.023.971/0001-24 situado a Rua Manoel Arjonas S/N Bairro Jardim Pinheirão, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000. O autuado terá quinze (15) dias, a contar da data da publicação deste, para apresentar sua defesa junto a esta Comissão, conforme artigo 22 da Lei 6.437/77. A Ata na integra, consta em anexo ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº **011/2021.**

Paranatinga/MT, 10 de setembro de 2021.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR- Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA-Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA-Membro

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 68/2021

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela **Portaria 025/2020**, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2021**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de preços para Futura e Eventual **Aquisição de Combustíveis (Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10, Gasolina, Etanol)**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de

administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT**.** Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Empresa Vencedora.

NOME DA EMPRESA			**CNPJ DA EMPRESA**		**Porcentagem de desconto (%)**
J. CAVALHEIRO COMERCIO - ME			16.990.682/0001-67		
Seq.	Código	Descrição	Unidade	Qtde	Desconto (%)
1	992146	ETANOL - COMBUSTIVEL - ETANOL, COMUM, AUTOMOTIVO,	LITRO	46.900,000	0,56
2	992147	GASOLINA - COMBUSTIVEL - GASOLINA, COMUM (C), AUTOMOTIVA,	LITRO	194.000,000	0,52
3	992157	OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, COMUM	LITRO	101.600,000	0,51
4	992158	OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S 10	LITRO	395.000,000	0,52

Em 10 de setembro de 2021. Pregoeiro Devenilson da Silva.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 320 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA N° 320 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

Considerando, que o servidor **DENI MARTINS BORGES se declarou suspeito** para fazer parte do PAD referente ao servidor **DANY MARTINS BORGES**.

RESOLVE:

I – **DESIGNAR** a servidora **IZABEL PEREIRA BARREIRA**, inscrita no CPF sob o número 550.626.951-04 e portadora do RG de número 1240820-4, SSP/MT para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - PAD desta Prefeitura Municipal e do Poder Legislativo, provisoriamente, até conclusão dos procedimentos relacionado ao servidor **DANY MARTINS BORGES.**

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em Especial a **Portaria n. 303 de 02 de setembro de 2021.**

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 10 de setembro de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO Nº 01 CPPADSF- REFERENTE AO PROCESSO Nº 013/2021

Aos dez (10) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, as 15:30 horas, reuniu-se os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Fiscal, constituída por Presidente e Membros, respectivamente designados na Portaria n.187 de 2021, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para a ABERTURA do Processo Administrativo Sanitário Fiscal, com relação ao **Termo de Notificação nº 1808, Termo de Infração nº 1809, Notificações e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT,** referente a residência de Eles Lopes Nogueira CPF Nº 843.755.233-87, situado na Rua Das Flores Nº 49, no Bairro Vila Nova II, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000. O autuado terá quinze (15) dias, a contar da data da publicação deste, para apresentar sua defesa junto a esta Comissão, conforme artigo 22 da Lei 6.437/77. A Ata na integra, consta em anexo ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº **013/2021.**

Paranatinga/MT, 10 de setembro de 2021.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR- Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA-Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA-Membro

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO N°. 2015 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

DECRETO N°. 2015 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, EM ESPECIAL A LEI Nº. 2.055 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020;

D E C R E T A

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Municipal de 2021, aprovado pela Lei n° 2.055 de 02 de dezembro de 2020, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), para atender a seguinte dotação orçamentária:

0012 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

0001 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0018 – GESTÃO DO RPPS

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2097 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PPREV

3.3.90.92.00.00 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....R$ 4.000,00

TOTAL.....R$ 4.000,00

Art. 2º A cobertura da despesa de que trata o artigo 1º deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0012 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

0001 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0997 – RESERVA LEGAL DO RPPS

0018 – GESTÃO DO RPPS

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

9001 – RESERVA LEGAL DO RPPS

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 4.000,00

TOTAL.....R$ 4.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, 10 de setembro de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO Nº 01 CPPADSF- REFERENTE AO PROCESSO Nº 012/2021

Aos dez (10) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, as 15:00 horas, reuniu-se os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Fiscal, constituída por Presidente e Membros, respectivamente designados na Portaria n.187 de 2021, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para a ABERTURA do Processo Administrativo Sanitário Fiscal, com relação ao **Termo de Notificação nº 1806, Termo de Infração nº 1807, Termo de Apreensão n°0595 e 0596 e Relatório de Inspeção Sanitária de Paranatinga-MT e Relatório de Inspeção Sanitária/Processo Administrativo,** referente ao estabelecimento Mercado Primavera do (a) responsável/proprietária LUCIVALDO DA SILVA , cujo o CNPJ nº: 30.870.958/0001-02, situado na Rua Crisântemo, S/N no Bairro Jardim Primavera I, Paranatinga/MT, CEP: 78870-000. O autuado terá quinze (15) dias, a contar da data da publicação deste, para apresentar sua defesa junto a esta Comissão, conforme artigo 22 da Lei 6.437/77. A Ata na integra, consta em anexo ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal nº **012/2021.**

Paranatinga/MT, 10 de setembro de 2021.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR- Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA-Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA-Membro

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 51/2021

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela **Portaria 025/2020**, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2021**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços Gráficos, Comunicação Visual e Plotagem,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Homologada em 09/09/2021. Empresa Vencedora.

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	Valor Total
APP LOCAÇÃO DE OUTDOORS PAINEIS LTDA - ME	13.190.929/0001-72	R$ 350.740,75
VALDECI FERNANDES 55054161104	17.588.941/0001-90	R$ 111.067,90
4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA E COMUNICACAO	13.278.238/0001-25	R$ 330.254,80
ALTAIR DA SILVA SANTOS EIRELI - EPP	00.113.059/0001-96	R$ 365.472,00

Em 10 de setembro de 2021. Pregoeiro Devenilson da Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 018/2021

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr.**Nelson Antônio Orlato**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº :	018/2021
b) Modalidade :	Pregão: PRESENCIAL
c) Data Homologação :	31/08/2021
d) Objeto Homologado :	SOLICITA AQUISIÇÃO DE ENXOVAIS DE BEBÊ PARA ATENDER AS GESTANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADES SOCIAIS.

08.244.0030.2.073. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

08.241.0030.2.136. - MANUTENÇAO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PSB

08.244.0030.2.005. - MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: GERAÇAO 2.000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA EPP

CNPJ/CPF: 03.449.844/0001-02

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
2	KIT MATENIDADE CONTENDO: 01 BANHEIRA 01 BOLSA BEBÊ DE NYLON TAMANHO G COM BOLSO LATERAL DE ZIPER 1 KIT MAMADEIRAS ENDO: 01 DE 250 ML, 01 DE 160 ML, 01 DE 70 ML E 1 ESCOVA PARA MAMADEIRA.	UND		200,00	R$ 171,9500	R$ 34.390,0000

Valor Total Homologado - R$ 34.390,00

Fornecedor: J. C. BAPTISTA FERREIRA ARCIA

CNPJ/CPF: 11.073.488/0001-01

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	KIT PARA BEBÊ de cores predominantes rosa e lilás, amarelo e branco, azul e verde, dependendo do sexo, masculino e feminino, Composto por 1 pacote de fralda de pano confeccionada com tecido duplo de f	UND		200,00	R$ 439,0000	R$ 87.800,0000

Valor Total Homologado - R$ 87.800,00

Pregoeiro:

Fernando Arantes Corrêa da Costa

PEDRA PRETA, 31 de agosto de 2021.

_____

Nelson Antônio Orlato

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 558/2021 - FÉRIAS REGULARES THAMYRES XAVIER DA SILVA

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **16/09/2020 à 16/09/2021.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **THAMYRES XAVIER DA SILVA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Contínua/Merendeira, a serem usufruídas no período de **16/09/2021 à 15/10/2021**.

Art. 2° Revogar a portaria nº 440/2021, de 15 de julho de 2021, que dispõe sobre afastamento de servidora grávida.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 29/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 29/2021

O departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: "Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de utensílios domésticos, para atender as demandas das secretarias municipais**"**

Data da Abertura: Dia 22/09/2021 às 08H: 00min.

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400 junto à Comissão Permanente de Licitação.

Pedra Preta - MT, 10 de Setembro de 2021.

KÉSIA CRISTINA NUNIS DE CASTRO

(Portaria 527/2021)

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

PORTARIA Nº 556/2021 - RETORNO DE SERVIDOR - TONY EMERSON DE DEUS SILVA

DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre retorno de servidor público à Secretaria Municipal de Educação e Revogação da Portaria nº 433/2021 de 09 de julho de 2021, **e** dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1° RETORNAR o Servidor **TONY EMERSON DE DEUS SILVA, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação.**

ART. 2° Revogar a portaria nº 433/2021, de 09 de julho de 2021, que dispõe sobre nomeação do servidor Tony Emerson de Deus Silva para ocupar função gratificada.

ART. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2021 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 005/2021

10 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 05/2021.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de **Pedra Preta**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos e o princípio da Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO o recebimento do Oficio nº 366/2021 SME

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 005/2021 realizada por meio do Decreto nº 170/2021, de autoria do Executivo Municipal, Publicado no diário oficial da AMM na data de 19/08/2021, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à

comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2021,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

MOTORISTA - SEDE

Nome	Posição
Febroni Silva Souza	4º

Justificativa: Considerando o início das aulas presenciais no formato de Ensino Híbrido no âmbito da Rede Pública Municipal desde o dia 03 de agosto de 2021, 01 vaga em substituição ao Gestor de Transporte, Agnaldo José Soares, convocado anteriormente desistiu da vaga.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2021

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 559/2021 - FÉRIAS REGULARES RITHYENE GOMES DA SILVA

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **14/09/2019 à 13/09/2020.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **RITHYENE GOMES DA SILVA**, lotada na Secretaria Geral de Coordenação Administrativa, ocupante do cargo de Monitora em função gratificada, a serem usufruídas no período de **20/09/2021 à 29/09/2021** e **22/11/2021 à 01/12/2021**, sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 557/2021 - FÉRIAS REGULARES LUCIANA MARTINS BORGES DA SILVA

DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **16/01/2018 à 16/01/2019.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **LUCIANA MARTINS BORGES DA SILVA**, lotada na Secretaria Geral de Coordenação Administrativa, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a serem usufruídas no período de **13/09/2021 à 21/09/2021** e **27/09/2021 à 07/10/2021**, sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 050/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizado alteração no Edital de Licitação do **Pregão Eletrônico - SRP 050/2021**, cujo objeto é **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, REAGENTES E INSUMOS PARA ATENDER O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Informamos que o pregão em epigrafe, consta **RETROAGIDO, conforme Sumula 473**. A pregoeira e equipe de apoio retroagem os atos até fase da publicação deste edital devido à inconsistência na seleção do item referente á HABILITAÇÃO – FGTS, dentro da plataforma eletrônica BLL. **Período de novo acolhimento das propostas eletrônicas:** até as 10h00min horas (Horário de Brasília) do dia **22/09/2021. O início da sessão pública** será às **13h00min** (Horário de Brasília) dia **22 de SETEMBRO de 2021** no endereço eletrônico e **www.bll.org.br**

Peixoto de Azevedo 10 de Setembro de 2021.

NATÁLIA FERNANDES DA SILVA

Pregoeira

AVISO DE SUSPENSÃO DA CARTA CONVITE - Nº 002/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

AVISO DE SUSPENSÃO DA CARTA CONVITE - Nº 002/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da sua Comissão Permanente de Licitação nomeado pela Portaria Municipal nº 055/2021, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de **CARTA CONVITE Nº 002/2021**, regida pela Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações e Lei Completar Municipal nº 015 de 30 de junho de 2009 e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** objetivando: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE DIAGNOSTICO TÉCNICO NO CONTRATO DE CONCESSÃO ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL E CONCESSIONARIA ÁGUAS**

DE PEIXOTO DE AZEVEDO". Devido à ausência de interessados, a administração resolve SUSPENDER temporariamente o certame.

Peixoto de Azevedo/MT, 10 de setembro de 2021.

Cheila Migliavaca

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA N°210/2021

PORTARIA N°210/2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SENHORA IRANILDES OLIVEIRA DE MAGALHÃES PARA O CARGO DE ENCARREGADA DO DEPARTAMENTO PESSOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra-**MT,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Senhora **IRANILDES OLIVEIRA DE MAGALHÃES**, para o cargo de **Encarregada do Departamento Pessoal** do Município de Planalto da Serra/MT.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 02 de setembro de 2021.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 211/2021

PORTARIA N. 211/2021

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR VICTOR AUGUSTO MELO FREITAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 36 *caput* da Lei Complementar 398/2012 – Estatuto do Servidor Público do Município de Planalto da Serra:

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido conforme solicitação em anexo, o Servidor **VICTOR AUGUSTO MELO FREITAS** efetivo no cargo de Secretário de Escola, matricula – 1516 lotado na secretaria Municipal de Educação FUNDEB 40% do quadro dos servidores efetivos desta Prefeitura.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 02 de setembro de 2021.

Natal Alves De Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2021 / PROCESSO Nº 072/2021

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO PLAQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS MÓVEIS, DESTINADAS A ORGANIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CONFORME QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DE ENTREGA ESPECIFICADAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA.**Fundamento Legal:** art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021.**Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT. Contratado: EMPLACA - LC COMUNICAÇÃO VISUAL-LTDA, CNPJ nº 36.937.201/0001-67. Valor Global**: **R$** 10.480,00 (Dez mil quatrocentos e oitenta reais).Ratifico a **Dispensa de Licitação nº 023/2021** com base no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, e na justificativa e parecer jurídico apensados ao referido processo. **Em 10 de setembro de 2021. NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO-PREFEITO MUNICIPAL**

PROCESSO DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE ORIGEM: 066/2021. PE SRP- 036/2021.

MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

MODALIDADE: AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS, DECORAÇÃO E ARTESANATO PARA CONFECÇÃO DE TRABALHOS, PROGRAMAS, EVENTOS E PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL, NAS AREAS DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO DESTE MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT, NAS QUANTIDADES, FORMA E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, na pessoa de NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, infra-assinado, usando as suas atribuições legais, em face da Convocação para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do procedimento de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o nº de ordem 036/2021, retro mencionada, realizada na data de 26 de Agosto de 2021.

CONVOCA as empresas licitantes classificadas em primeiro lugar nos ITENS relacionados na ata de julgamento de proposta, do Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 036/2021.

ALTO GIRO ATACADO E DISTRIBUIDORA DE AVIAMENTOS EIRELI EPP , CNPJ Nº 19.496.182/0001-61, CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ Nº 20.357.366/0001-20, DIEGO RAFAEL DE AMORIM01196785198, CNPJ Nº 36.773.875/0001-73, EDUARDO GUERRA DO CARMO ME, CNPJ Nº 23.647.237/0001-64, ELO TEXTIL LTDA - EPP, CNPJ Nº 28.844.636/0001-39, IGUATEMI COMERCIO ATACADISTA EIRELI, CNPJ Nº 14.420.347/0001-06, IMPÉRIO INDUSTRIA E COMERCIO DE BANDEIRAS EIRELI - ME, CNPJ Nº 21.589.394/0001-35, NONATO DA SILVA E CIA LTDA, CNPJ Nº 11.753.137/0001-33, SIMONE KACIANO DE ARAUJO ME., CNPJ Nº 11.234.029/0001-54, através de seus respectivos representantes legais, para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal deste Município de Planalto da Serra MT, sito à Praça São Carlos, 755, Centro, nesta cidade, para o prazo máximo de 02 (dois) dias contados da data de publicação desta CONVOCAÇÃO, para providenciar a documentação legalmente estabelecida, objetivando assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para execução efetiva do mesmo.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

REGISTRE-SE,PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT, EM 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 206/2021

"*Dispõe sobre designação deservidor para exercer a função de RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE OUVIDORIA - SOV DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, e dá outras providências".*

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em especial a contida na Lei Orgânica Municipal:

Considerando que o dever de prestar contas das entidades da administração pública será fiscalizado pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo (art. 70 da CF);

Considerando que a designação dos responsáveis pelos Sistemas Administrativos visa o regular funcionamento da máquina administrativa, pressupondo da existência de hierarquia que decorrem o controle, supervisão, fiscalização, aprovação, revisão e avocação das atribuições delegadas (Acórdão nº 874/2019-TP do TCE/MT);

RESOLVE

Art. 1º. Designar o servidor **MICHEL CAMPOS ALVES**, ocupante do cargo de Controlador Interno – Portaria 160/2021, para operacionalizar o **SISTEMA DE OUVIDORIA - SOV** do Poder Executivo Municipal de Planalto da Serra - MT.

Art. 2º. O servidor acima designado ficará responsável pelas atividades de execução e operacionalização do respectivo Sistema e/ou Subsistema administrativo, buscando o fiel cumprimento dos atos normativos que regulamentam a organização do Sistema de Controle (art. 21, XVII da Lei Municipal nº 704/2020).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto da Serra – MT, 01 de Setembro de 2021.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 208/2021

PORTARIA Nº 208/2021

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES AO SERVIDOR LUIZ ALVES DE LIMA NETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 3 (três) anos de licença para tratar de assuntos particulares sem ônus, ao servidor **LUIZ ALVES DE LIMA NETO**, efetivo no cargo de Agente de Consumo, lotado na Secretaria Municipal de Obras, departamento do DAE matricula 672, no período de 01/09/2021 a 31/08/2024, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 01 de setembro de 2024.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto da Serra – MT, em 01 de setembro de 2021.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 209/2021

PORTARIA N° 209/2021

"DISPÕE SOBRE O BENEFICIO DE AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA KARILA ANDRADE DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando a Emenda Constitucional 103 de 12 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias do benefício de Auxilio Doença a servidora, **KARILA ANDRADE DA SILVA**, matricula 1344, no cargo de conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social Gestão e Trabalho no período de 18/08/2021 e termino 17/09/2021, conforme pericia médica, devendo apresentar-se pronto para o trabalho no dia 18 de setembro de 2021.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, 01 de setembro de 2021.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 213/2021

PORTARIA N° 213/2021

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SERVIDOR UENDER ALVES BATISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 64, da lei 398/2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 14 (quatorze) dias de Férias ao servidor **UENDER ALVES BATISTA**, matricula 312, efetivo no cargo de Agente Comunitário de Endemias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 08/09/2021 a 21/09/2021, referente ao exercício de **2020**, devendo apresentar-se pronto para o trabalho no dia 22 de setembro de 2021.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, 08 de setembro de 2021.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 212/2021

PORTARIA N° 212/2021

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA TATIANY DE ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 112, da lei 398/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio à servidora, **TATIANY DE ALMEIDA**, matricula 314, efetiva no cargo de Técnica de Controle Interno, lotada na Secretaria Municipal de Administração, no período de 02/09/2021 a 01/12/2021, referente ao **quinquênio de 2009/2014**, devendo apresentar-se pronto para o trabalho no dia 02 de dezembro de 2021.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, 02 de setembro 2021.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 059/2021

Ata de Registro de preço n° 059/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ/MF: 17.472.278/0001-64

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL DE ORDEM JUDICIAL, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCONÉ/MT

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.122.0012.2701.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.46.000000

Valor Registrado: R$ 385.118,00 (trezentos e oitenta e cinco mil cento e dezoito reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 08 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 032/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 032/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: VICTOR VINICIUS OLIVEIRA MALUF

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 10 de setembro de 2021 a 25 de outubro de 2021.

Poconé/MT, 10 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE RETIFICAÇÃO AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 032/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 08/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: **ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA LOPES**

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 11 de setembro de 2021 a 11 de abril de 2022.

Poconé/MT, 08 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 058/2021

Ata de Registro de preço n° 058/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA**, CNPJ/MF: 06.372.763/0001-40

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL DE ORDEM JUDICIAL, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCONÉ/MT

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.122.0012.2701.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.46.000000

Valor Registrado: R$ 281.050,00 (duzentos e oitenta e um mil e cinquenta reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 08 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 33/2021

A Prefeitura Municipal de Poconé/MT, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria de n. 101/2021, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento por ITEM, o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HOTELARIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONÉ.**

Data: 23/09/2021

Credenciamento: 08h00min (horário local)

Abertura das Propostas: 08h00min (horário local)

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poconé/MT - Endereço: Praça da Matriz, s/n - Centro - Poconé/MT.

Informamos aos interessados que o Edital completo encontra-se disponível gratuitamente no site www.pocone.mt.gov.br

Poconé-MT, 09 de setembro de 2021.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 060/2021

Ata de Registro de preço n° 060/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, CNPJ/MF: 76.386.283/0001-13

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL DE ORDEM JUDICIAL, EM

ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCONÉ/MT

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.122.0012.2701.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.46.000000

Valor Registrado: R$ 33.110,00 (trinta e três mil cento e dez reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 08 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 061/2021

Ata de Registro de preço n° 061/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, CNPJ/MF: 76.386.283/0001-13

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL DE ORDEM JUDICIAL, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCONÉ/MT

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.122.0012.2701.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.46.000000

Valor Registrado: R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 08 de setembro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2021

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇOPOR ITEM,** visando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS HOPITALARES, ELETRONICOS E OUTROS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE VIAÇÃO E OBRAS DO MUNICIPIO DE PONTE BRANCA- MT. **As propostas** e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no **dia 24/09/2021, às 14h00min (horário de Brasília)**, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 - 1311, via e-mail: licitacaopbmt@hotmail.com ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/.

Ponte Branca - MT, 10 de Setembro de 2021.

Glimara Nogueira Gonçalves

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2021

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇOPOR ITEM,** visando REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO DE POSTE DE CONCRETO DE ENERGIA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS DO MUNICIPIO DE PONTE BRANCA- MT. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no **dia 24/09/2021, às 08h30min (horário de Brasília)**, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 - 1311, via e-mail: licitacaopbmt@hotmail.com ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/.

Ponte Branca - MT, 10 de Setembro de 2021.

Glimara Nogueira Gonçalves

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56 2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128 2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº56/2021 - Processo Administrativo Nº 128/2021

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no inciso I - Art. 75. É dispensável a licitação: I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e no Parecer Jurídico, AUTORIZO a contratação direta, através da dispensa de licitação, visando a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONTRUÇÃO DE MEIO FIO E SAJETA NO ASFALTO DO DISTRITO DE NOVA FLORESTA COM MÃO DE OBRAS E MATERIAL POR CONTA DA CONTRATADA ATENDENDO UMA SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO PUBLICACOM MÃO DE OBRAS E MATERIAL POR CONTA DA CONTRATADA conforme projeto em anexo. EMPRESA KELLY CRISTINA DA SILVA 03614335143 CNPJ: 23.903.779/0001-50 no Valor R$81.000,00 (Oitenta e Um Mil Reais)

Em cumprimento ao disposto no artigo 176 da Lei nº 14.133/2021 I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato

Porto Alegre do Norte – MT, 10 de Setembro de 2021.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54 2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123 2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 54/2021 - Processo Administrativo Nº 123/2021

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no inciso I - Art. 75. É dispensável a licitação: I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e no Parecer Jurídico, AUTORIZO a contratação direta, através da dispensa de licitação, visando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONTRUÇÃO E COBERTURAS PARA COBRIR A SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL COM MÃO DE OBRAS E MATERIAL POR CONTA DA CONTRATADA conforme projeto em anexo CONTRATO 533408 FINISA, (FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO. CONSTRUTORA IMPERIO EIRELI CNPJ: 18.363.482/0001-00 no Valor R$97.092,00 (Noventa e Sete Mil e Noventa e Dois Reais)

Em cumprimento ao disposto no artigo 176 da Lei nº 14.133/2021 I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato

Porto Alegre do Norte – MT, 10 de Setembro de 2021.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

GABINETE
DECRETO N.º 049/2021, DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 4.º da Lei Municipal n.º 308/2001;

DECRETA:

Artigo 1° - Ficam as pessoas abaixo, nomeadas para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA,** a partir desta data, conforme relacionados abaixo:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

Titular: Maria Regina de Castro Martins

Suplente: Emerson da Silva Teixeira

Titular: Saulo Alves Barbosa

Suplente: Fernanda Ferraz Neto

Titular: Rosa da Silva Cebalho

Suplente: Cledinei Rocha do Nascimento

Titular: Paulo Henrique Sales

Suplente: Gisele Fátima dos Santos

II – REPRESENTANTES DE PRODUTORES CULTURAIS:

Titular: Alvisio Jesus da Silva

Suplente: Manoela Lopes Rocha Almeida

Titular: Eurico Pereira Leite

Suplente: Angelina Chue Poquiviqui

Titular: Eder Marques de Oliveira

Suplente: Luiz Conceição Pereira Leite

III – REEPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

Titular: Marineli Salvaterra de Carvalho Martins

Suplente: Antonio da Guia Pereira Leite

Titular: Jamir Paraba Baca

Suplente: Eliel Sebastiao Ortiz Hurtado

Titular: Elaine Alves Cebalho

Suplente: Joelma de Oliveira

Artigo 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião/MT, em 09 de setembro de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
II TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE Nº 005/2021

II TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE Nº 005/2021, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA – MT E A EMPRESA FERRARI & FERRARI LTDA - EPP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, Estado de Mato Grosso, cadastrada no CNPJ nº - 24.740.268/0001-28, com sede na Avenida Jose Antonio de Faria nº 2.035, centro, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal Sr. **Eugênio Pelachim,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº1323121 SSP/PR e CPF nº.: 424.930.999-15, residente e domiciliado à Av. Hitler Sansão, Centro, nesta cidade de Porto Estrela (MT), neste ato denominado o **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **FERRARI & FERRARI LTDA**, CNPJ: 05.976.143/0001-57, com sede na Av. José Antônio de Faria, s/nº, Centro, Cep 78.398-000, Porto Estrela – MT, através do seu proprietário o Srº **Hemerson Vegas Ferrari**, portador da cédula de identidade RG nº07368739 SESP/MT e CPF nº 616.512.491-72, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO,** as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO DE APOSTILAMENTO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a concessão da REVISÃO sobre o valor do item nº 01,02,03 e 04 do Contrato de nº 005/2021, conforme Planilha de Custo e Formação de Preços constantes nos autos do processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – O valor dos itens deste Termo de Apostilamento, passarão a ser oferecidos da seguinte forma:

Item	Unid.	Descrição	Valor Vigente (R$)	Porcentagem de Reajuste (%)	Valor Reajustado (R$)
1	LT	Etanol	R$ 4,48	6,19 %	**R$ 4,75**
2	LT	Gasolina Comu.	R$ 6,03	5,84 %	**R$ 6,38**

3	LT	Diesel S10	R$ 5,38	2,94 %	**R$ 5,53**
4	LT	Diesel Comum	R$ 5,31	3,46 %	**R$ 5,49**

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO – Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 005/2021, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

E, por estarem assim justas e acertadas as partes, assina a CONTRATANTE o presente Termo Apostilamento que doravante passa a fazer parte integrante do Contrato, para todos os fins legais e de direito, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Porto Estrela – MT, 10 de setembro de 2021.

Eugênio Pelachim	**Ferrari & Ferrari LTDA - EPP**
Prefeito Municipal	CNPJ. 05.976.143/0001-57

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO/SAD
DECRETO Nº 080 DE 01 DE SETEMBRO DE 2.021.

DECLARA BEM IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA A COMUNIDADE CAMPO NOVO.

Eugenio Pelachim Prefeito Municipal de Porto Estrela – MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de declarar de utilidade pública imóvel rural, para instituir servidão administrativa para implantação de sistema de abastecimento de água;

CONSIDERANDO que a referida implantação vem sanar antigo problema de falta de agua no período da seca;

CONSIDERANDO AINDA, que se optou pela instituição de servidão administrativa, tendo em vista que a desapropriação resultaria num custo bem maior à Prefeitura Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de instituição de servidão administrativa pela Prefeitura Municipal de Porto Estrela, uma área de 100,00 m², localizada dentro do imóvel de maior área, localizado na Comunidade Campo Novo, de propriedade do Sr. **Silas Pereira**, com as seguintes descrições:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **1**, de coordenadas (Longitude: 57°13'01,2000"W,Latitude: 15°17'49,2000"S; **LADO DIREITO;** deste, segue confrontando com **SILAS PEREIRA**, com os seguintes azimutes e distâncias: 124°35'22" e 10,00 m até o vértice **2**, (Longitude: 57°12'57,6000"W, Latitude: 15°17'49,2000"S); FUNDO; deste, segue confrontando com **SILAS PEREIRA**, com os seguintes azimutes e distâncias: 212°54'55" e 10,00 m até o vértice **3**, (Longitude: 57°12'57,6000"W, Latitude: 15°17'49,2000"S); **LADO ESQUERDO;** deste, segue confrontando com **SILAS PEREIRA**, com os seguintes azimutes e distâncias: 304°35'22" e 10,0043 m até o vértice **4**, (Longitude: 57°13'01,2000"W, Latitude: 15°17'49,2000"S); **FRENTE** deste, segue confrontando com **ESTRADA MUNICIPAL**, na distancia de 10,00 metros lineares, até o vértice **1**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo como datum o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais, referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas.

Art. 2º. A faixa de terra referida neste Decreto é destinada a instituição de servidão administrativa para implantação de sistema de abastecimento de água na Comunidade Campo Novo.

Art. 3º. Fica o Município autorizado a promover todos os atos judiciais e extrajudiciais necessários à efetivação da instituição da servidão administrativa na área descrita no memorial e planta que desta fazem parte integrante.

Art. 4º. Fica reconhecida a conveniência da instituição de servidão administrativa em favor do Município de Porto Estrela, para o fim indicado.

Art. 5º. O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão administrativa limitará o uso e consequentemente, da prática dentro de referida área, de quaisquer atos que causem danos à mesma.

Art. 6º. O Município de Porto Estrela poderá invocar em juízo, quando necessário, o caráter de urgência que se refere Art. 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365/41, e suas alterações.

Art. 7º. A declarada de Utilidade Pública, para fins de instituição de servidão administrativa através do presente Decreto não acarretara ônus para os cofres público.

Art. 8º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Estrela – MT, 01 de setembro de 2021.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO/SAD
DECRETO Nº 079 DE 01 DE SETEMBRO DE 2.021.

DECLARA BEM IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA A COMUNIDADE LUZIA.

Eugenio Pelachim Prefeito Municipal de Porto Estrela – MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de declarar de utilidade pública imóvel rural, para instituir servidão administrativa para implantação de sistema de abastecimento de água;

CONSIDERANDO que a referida implantação vem sanar antigo problema de falta de agua no período da seca;

CONSIDERANDO AINDA, que se optou pela instituição de servidão administrativa, tendo em vista que a desapropriação resultaria num custo bem maior à Prefeitura Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de instituição de servidão administrativa pela Prefeitura Municipal de Porto Estrela, uma área de 100,00 m², localizada dentro do imóvel de maior área, localizado na Comunidade Luzia, de propriedade do Sr. **Martins Dias dos Santos**, com as seguintes descrições:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **1**, de coordenadas (Longitude: 45°18'24,408000"W,Latitude: 15°34'05,268000"S); **LADO DIREITO**; deste, segue confrontando com **MARTINS DIAS DOS SANTOS**, com os

seguintes azimutes e distâncias: 122°56'30" e 10,00 m até o vértice **2**, (Longitude: 45°18'24,120000"W, Latitude: 15°34'05,448000"S); **LADO ESQUERDO;** deste, segue confrontando com **MARTINS DIAS DOS SANTOS**, com os seguintes azimutes e distâncias: 193°59'59" e 10,00 m até o vértice **3**, (Longitude: 45°18'24,192000"W, Latitude: 15°34'05,772000"S); **FUNDO**; deste, segue confrontando com **MARTINS DIAS DOS SANTOS**, com os seguintes azimutes e distâncias: 302°22'50" e 10,00 m até o vértice **4**, (Longitude: 45°18'24,480000"W, Latitude: 15°34'05,592000"S); Estrada municipal deste, segue confrontando com **ESTRADA MUNICIPAL**, na distancia 10,00 m até o vértice **1**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo como datum o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais, referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas.

Art. 2º. A faixa de terra referida neste Decreto é destinada a instituição de servidão administrativa para implantação de sistema de abastecimento de água na Comunidade Luzia.

Art. 3º. Fica o Município autorizado a promover todos os atos judiciais e extrajudiciais necessários à efetivação da instituição da servidão administrativa na área descrita no memorial e planta que desta fazem parte integrante.

Art. 4º. Fica reconhecida a conveniência da instituição de servidão administrativa em favor do Município de Porto Estrela, para o fim indicado.

Art. 5º. O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão administrativa limitará o uso e consequentemente, da prática dentro de referida área, de quaisquer atos que causem danos à mesma.

Art. 6º. O Município de Porto Estrela poderá invocar em juízo, quando necessário, o caráter de urgência que se refere Art. 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365/41, e suas alterações.

Art. 7º. A declarada de Utilidade Pública, para fins de instituição de servidão administrativa através do presente Decreto não acarretara ônus para os cofres público.

Art. 8º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Estrela – MT, 01 de setembro de 2021.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2021

REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2021

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 018/2018, de 24 de maio de 2018 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço que tem por objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ATENDER A DEMANDA DE TAPA BURACOS DE VIAS URBANAS CONSTRUÇÃO DE ASFALTO NOVO E MANUTENÇÃO DE ASFALTO JÁ EXISTENTE PARA ATENDER ESSA SECRETARIA DE OBRAS, NESSE MUNICIPIO,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 23/09/2021, A PARTIR DAS 8h00min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível** nomesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 10 de setembro 2021.

ÂNGELA CRISTINA GOMES RABELO

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
COVID-19: DECRETO COMPLEMENTAR Nº 053 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

COVID-19: DECRETO COMPLEMENTAR Nº 053 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

ATUALIZA AS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL /MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o que dispõe os Decretos do Governo do Estado de Mato Grosso, especialmente o Decreto Estadual n° 874 /**2021, e Decreto Nº 897 DE 16/04/2021 e seguintes,** que instituem a classificação de risco e atualiza as diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências;

CONSIDERANDO, também, o aumento da média móvel de casos confirmados de COVID-19, de hospitalizações e de óbitos no âmbito do Estado de Mato Grosso, com reflexos também em Reserva do Cabaçal, bem como a possibilidade da terceira onda de pico de COVID em Mato grosso, já mencionada pelo secretário Estadual de saúde;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

CONSIDERANDO a confirmação do aumento de casos de Coronavírus (COVID-19) no território do estado de Mato Grosso a necessidade de atualização das medidas de enfrentamento à pandemia em curso;

CONSIDERANDO, por fim, as deliberações pelo Comitê de **Monitoramento do COVID 19 de Reserva do Cabaçal;**

DECRETA:

DAS MEDIDAS RELACIONADAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Artigo 1º- Para atender a atual emergência, no âmbito da Administração Pública, direta e indireta, serão adotadas as seguintes medidas:

I- Determinar ao Departamento de Fiscalização/tributos e da Vigilância em Saúde do município a efetiva fiscalização do cumprimento deste Decreto e de normas expedidas;

II- Requisitar o apoio efetivo das forças policiais e da justiça deste Município para as ações de fiscalização e repressão adotando todas as medidas preventivas e amplamente divulgadas no sentido de evitar aglomerações, contatos diretos e colaborar na manutenção do isolamento social de pessoas nesse período estabelecido.

III- Autorizar a requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, especialmente dos fornecedores da Administração Pública através de Contratos Administrativos ou Atas de Registro de Preços, hipótese e que será garantido o pagamento posterior de indenização justa;

IV- Determinar se necessário a realização de home Office para servidores e aos profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde, após avaliação médica desde que não haja prejuízos às atividades desenvolvidas pela área, resguardando o quantitativo mínimo de servidores para garantir o funcionamento dos serviços considerados essenciais e prioritários, tudo em conformidade com Normativa Interna elaborada pelo órgão de Controle Interno;

V- Lotar em outra secretaria ou Departamento servidores que não se enquadrem no grupo de risco e que porventura tenham suas atribuições afetadas pelas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio do Coronavirus;

VI- Alterar as atividades escolares presenciais na rede pública, em todas as etapas, no município de Reserva do Cabaçal/MT para presencial hibrido por tempo indeterminado, acompanhando o modelo implantado na Rede Estadual de ensino;

VII- Vetar os procedimentos tendentes a suspensão do abastecimento de água aqueles que se encontre com débitos junto ao município, pelo período de vigência deste decreto;

VIII- Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para aquisição de bens/serviços/insumos de saúde, bem como a contratualização de serviços de saúde, destinados ao enfrentamento emergência de saúde pública de que trata este Decreto, mediante prévia justificativa da área competente, com fundamento no artigoº 4º da Lei Federal nº 13979/2020

IX - Fica autorizada a adoção de todas as medidas administrativas necessárias para assegurar a imediata resposta por parte do Poder Púbico Municipal a situação ora vigente e assegurar o retorno à normalidade, tais como:

a) A alocação de recursos orçamentários para custeio das ações emergenciais;

b) A contratação emergencial de fornecimento de bens e de pessoal para prestação de serviços necessários ao restabelecimento da normalidade, adotando-se procedimentos compatíveis com a situação apresentada;

c) A solicitação de auxílio Federal e/ou Estadual para mitigação dos danos causados pela proliferação do Coronavirus, para o apoio e garantia da livre circulação dos meios de transporte necessário à distribuição de gêneros de primeira necessidade e para a prestação de serviços essenciais e destinados a prover o atendimento à população;

PARAGRAFO ÚNICO: Os serviços públicos essenciais, tais como tratamento e distribuição de água, coleta de lixo e resíduos sólidos, fiscalização de obras e posturas, serviços de obras e infraestruturas, não poderão ser interrompidos.

DAS MEDIDAS RELACIONADAS AOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Artigo 2º- Obedecida as disposições a seguir, os estabelecimentos comerciais essenciais ficam autorizados a funcionar de **segunda-feira a sábado** das 7:00 às 18:00 horas, domingos e feriados das 7:00 horas às 12:00 horas;

I- Para o atendimento da clientela, os supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e congêneres deverão respeitar obrigatoriamente a seguinte restrição: entrada e permanência no recinto interno do número máximo de **04 (quatro**) pessoas para cada caixa existente no estabelecimento e em efetiva operação. Respeitando as medidas sanitárias e de assepsia determinada pelas entidades responsáveis, dentre elas a vigilância em saúde do município independentemente de constar nos Decretos Municipais e Estaduais, deverão ser seguidas pelos estabelecimentos comerciais e pelos munícipes, de modo que o descumprimento destas ensejarão a imediata aplicação das penalidades cabíveis.

II- Tais estabelecimentos deverão ainda:

a) zelar pela organização de filas, quando houver, mantendo uma distância mínima entre os clientes de no mínimo 2,00 (dois metros), o que poderá ser feito por meio de marcações e fazer o controle de entrada de 1(um) único membro por família;

b) seguir rigorosamente as normas e determinações impostas de prevenção, combate e proliferação ao Novo Coronavirus;

c) adotar, se necessário, sistema de agendamento de atendimento ou distribuição de senhas.

III- Também deverá ser observado o rigoroso cumprimento das normas de segurança sanitária em relação aos funcionários, especialmente por meio da utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como da limpeza e desinfecção constante do local.

IV- Os estabelecimentos não essenciais **(bares, lanchonetes e restaurantes)** ficam autorizados a funcionar no **período de 10/09/2021 a 25/09/2021** de **segunda-feira a sábado** das 7:00 às 22:00 horas, aos domingos e feriados das 7:00 às 13:30 horas, com exposição de mesas no máximo 50% da capacidade, respeitando o espaçamento de 2 metros entre as mesas, podendo atender no sistema delivery durante toda a semana até o horário das 23:00 horas.

V- Os estabelecimentos comerciais de produtos não elencados **(lojas em geral, bazares)**, deverão funcionar de **segunda-feira a sexta-feira** respeitando os horários das **7:30** às **18:00** horas e no **sábado das 7:30 às 18:00 horas, domingos e feriados devem permanecerem fechados.**

VI - O descumprimento das regras deste artigo ensejará aplicação de penalidades administrativas cabíveis, inclusive interdição compulsória, pelos Órgãos sanitários, de fiscalização e PROCON.

VII- Os órgãos sanitários, de fiscalização e PROCON, poderão solicitar apoio das Polícias Civil e Militar para o cumprimento do disposto neste artigo, podendo aplicar, diretamente as penalidades administrativas cabíveis.

VIII - Para o sistema delivery, o ato de entrega deve ser precedido de todas as recomendações preconizadas pelos órgãos de saúde quanto à necessidade de higienização do produto.

IX - O atendimento nos salões de beleza deverá ser de forma individual.

X- O atendimento nas academias deverá ser de no máximo três pessoas, seguindo as recomendações de higienização a cada troca de aparelho**.**

XI- Fica liberado às igrejas as programações respeitando o limite de no máximo 30(trinta) pessoas no ambiente e/ou 50% da capacidade máxima do local e obedecendo o horário de término até as 20:00 horas de segunda-feira à domingo.

XII- Fica liberado a comercialização por vendedores ambulantes, em ponto fixo na cidade, com autorização e alvará da vigilância sanitária. Fica proibida os transportes de passageiros por ônibus particulares para atividades de compras em mercados das cidades vizinhas.

XIII- Pousadas ou hotéis deverão atender somente hospedagem, respeitando o limite máximo de 70% da capacidade do local.

XIV- A feira municipal deverá atender se necessário o consumo no local, com exposição de mesas no máximo 50% da capacidade, respeitando o espaçamento de 2 metros entre as mesas.

§ 1º - O fechamento previsto neste artigo, não se aplica aos seguintes estabelecimentos:

I – Clínicas médicas e odontológica, estabelecimentos hospitalares e laboratórios;

II – Clínicas veterinária em regime de urgência;

III – Serviços de telefonia e de internet.

IV – farmácias e drogarias;

V – Estabelecimentos bancários e lotérica;

VI – Distribuidores de água e gás;

VII – serviços de segurança privada;

VIII – postos de combustíveis;

IX – lavanderias e serviços de higienização;

X – Serviços de telefonia e de internet.

Artigo 3º Fica(m) suspenso (as):

I - O velório e/ou sepultamento de corpos oriundos de outros municípios cujo óbito tenha tido como causa suspeita ou confirmada COVID-19. Óbitos por outras causas poderão ser velado somente por 4 (horas);

II- Os eventos e atividades esportivas (ginásios, quadra de areia, campo de futebol), em locais públicos ou privados, com a participação de atletas de outros municípios no período de **10/09/2021 a 25/09/2021**;

III - A participação de Servidores públicos municipais em eventos intermunicipais, interestaduais, salvo com autorização expressa do Gabinete de Situação Municipal;

IV - Atividades de lazer ou eventos que causam aglomeração, em locais públicos ou privados;

V - A concentração /aglomeração e a permanência de pessoas em espaços públicos e privados de uso coletivo, como os rios, cachoeiras, praças de caminhada, em todo o território do Município de Reserva do Cabaçal/ MT;

VI – Fica proibido as confraternizações, festas, ou quaisquer eventos particulares que gerem aglomerações.

§ 1º - A vedação contida no caput deste artigo se aplica também aos trabalhadores informais, tais como: ambulantes, quiosques, carrinhos de lanches, espetinhos e demais situações congêneres, sendo permitido que estes possam fazer atendimento em sistema delivery, desde que utilizem apenas endereços comerciais e ou residenciais.

Artigo 4º- As agências bancárias e lotérica deverão: a) intensificar a limpeza em suas instalações e disponibilizar aos clientes álcool gel 70% INPM; b) permitir o acesso de no máximo 02(duas) pessoas para cada atendente existente e ou para cada caixa eletrônico existente no estabelecimento, devendo sempre ser observada a distância entre clientes de no mínimo 2,00 (dois metros), o que poderá ser feito por meio de marcações.

Parágrafo Único. As agências bancárias e lotérica poderão, caso queiram, de igual forma, realizar atendimentos via telefone, e-mail, whatsapp ou outro aplicativo congênere, e/ou por meio de agendamento, entre alternativas, com o fim específico de evitar aglomeração de pessoas.

Artigo 5º - No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos de combate ao COVID-19, será CASSADO, como medida cautelar prevista no parágrafo único do artigo 56 da Lei federal nº 8.078/1990, o Alvará de funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em práticas abusivas ao direito do consumidor, previamente constado pela fiscalização do Procon e outro órgão de proteção aos direitos dos consumidores.

Artigo 6º - A unidade de saúde pública e privada deverão iniciar a triagem rápida para reduzir o tempo de espera no atendimento e consequentemente a possibilidade de transmissão do Coronavirus (COVID-19) dentro das unidades de saúde.

Artigo 7º - Enquanto vigente este Decreto, ficam fechados os parques públicos, áreas de lazer beira rio, bem como a utilização de academias ao ar livre e praias, rio, cachoeiras, córregos, no território municipal.

Artigo 8º- O Município de Reserva do Cabaçal – MT, expedirá constantemente, informes e recomendações gerais à população por meio de carros de som, mídias sociais etc., visando dar publicidade ao presente decreto e com o fim de evitar aglomerações de pessoas e orientar a população acerca dos cuidados a serem adotados para prevenção da doença, bem como dos procedimentos a serem observados nos casos de suspeita de **contaminação**.

Artigo 9º - Para os casos de propagação de informações falsas, provocando tensão e apreensão aos cidadãos reservenses, o (a) infrator (a) estará sujeito ao Art. 138 do Código Penal Brasileiro – Decreto Lei 2.848/40.

Artigo 10º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica vivenciada pelo município.

Artigo 11º- Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infrações administrativas previstas no artigo 10, inciso VII, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, no Artigo 65 da Lei Estadual nº 7.110, de 10 de fevereiro de 1.999, ficando sujeitas ainda às penas por violação dos Art. 132, 268, e 330, todos estes do Código Penal Brasileiro.

Artigo 12º- A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

Polícia militar –PM/MT

Órgãos de vigilância sanitária estadual e municipal

Polícia Judiciaria Civil- PJC/MT

§ 1º- A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada, no Município de Reserva do Cabaçal, a dispersar aglomerações, inclusive em bares, restaurantes, locais públicos e privados, residências, independentemente da presença de membros dos órgãos de vigilância sanitária estadual e municipal

§ **2º** O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis.

Art. 13º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – Estado de Mato Grosso, aos 10 dias do mês de setembro de 2021.

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 138, DE 02 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA DE N.º 138, DE 02 DE SETEMBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS

MEMBROS QUE IRÃO COMPOR O

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CAE

DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO

CABAÇAL-MT."

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – MT,

no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Ficam nomeados os membros que irão compor o Conselho de

Alimentação Escolar- CAE do Município de Reserva do Cabaçal - MT:

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Jucilenne Gomes Tizzo

CPF: 041.564.271-02

Suplente: Jadson Gonçalves Gouveia

CPF: 059.746.051-52

Representantes dos pais de alunos:

Titular: Rosimeire Negris

CPF: 197.312.518-54

Suplente: Luciene Domiciano de Paula

CPF: 015.134.841-33

Titular: Renan Zeuli de Souza - Presidente

CPF: 370.420.518-40

Suplente: Ana Daniela da Paz

CPF: 024.896.841-67

Representantes dos trabalhadores da educação e de discente das escolas públicas:

Titular: Elisângela Xavier Fenandes

CPF: 016.180.701-18

Suplente: Arlete Luíza dos Santos

CPF: 570.580.751-15

Titular: Eloisa Maria Diniz

CPF: 074.191.051-97

Suplente: Letícia Moreira da Silva

CPF: 067.559.541-01

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CIDADE DAS ÁGUAS

CNPJ: 01.367.788/0001-31

Representantes da Sociedade Civil:

Titular: Maria do Carmo da Penha - Vice-Presidente

CPF: 761.435.971-20

Suplente: Geraldo Bispo de Farias

CPF: 452.509.521-00

Titular: Andreia Claudia dos Santos

CPF: 022.543.431-44

Suplente: Edson Buaski

CPF: 817.891.229-53

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário, em especial a portaria nº 116 de 02 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso,

02 de setembro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Jonas Campos Vieira

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE Nº 03/2021

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 10 de Junho de 2021, às 13:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Inexigibilidade para Contratação de empresa para prestação de serviços bancários de convênio de arrecadação do Setor de Tributos e convênio de arrecadação do Departamento de Água e Esgoto, tendo como valor estimado no Departamento de Água e Esgoto valor anual de R$ 9.372,00 (Nove Mil, Trezentos e Setenta Reais) e para o Setor de Tributos valor anual de R$ 1.800,00 (Hum Mil e Oitocentos Reais). Tendo como vencedora a empresa: **COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NOROESTE DE MATO GROSSO, ACRE E AMAZONAS – SICREDI BIOMAS, cadastrada no CNPJ nº 33.022.690/0001-39.**

Reserva do Cabaçal-MT, 10 de Setembro de 2021.

ENIO VAGNER DE OLIVEIRA CABRAL

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 139, DE 02 DE SETEMBRO DE 2021.

PORTARIA DE Nº 139, DE 02 DE SETEMBRO DE 2021.

“ NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art.1º**-** Nomear os membros para compor o Conselho Municipal de Cultura do Município de Reserva do Cabaçal- MT.

Art.2º-São Membros da Comissão de Cultura do Município de Reserva do Cabaçal- MT.

REPRESENTANTES DOS PRODUTORES CULTURAIS

Titulares:

Sival Honório de Carvalho - Presidente

CPF: 089.349.828-96

Sebastião Quirino Mendes

CPF: 943.279.631-00

Pedro Paulino de Souza - Vice-presidente

CPF: 980.370.801-53

Suplentes:

Ademir Leopoldino Negres dos Santos

CPF: 923.778.401-59

Alessandra Cristina de Souza

CPF: 572.227.201-97

Juliana Gonçalves Negres

CPF: 031.101.651-04

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titulares:

Adna Priscila Antunes Ferreira - Secretária

CPF: 050.166.521-80

Luzia Ilza de Almeida

CPF: 924.669.311-68

Ivani Monteiro dos Santos Souza

CPF: 032.111.231-80

Suplentes:

Cleide de Oliveira Ferreira

CPF: 016.062.001-51

Elisangela Xavier Fernandes

CPF: 016.180.701-18

Eliziane Mendonça da Silva

CPF:031.348.361-22

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Titulares:

Maria Rosa da Silva - Tesoureira

CPF: 536.185.131-00

Laurinda Maria de Freitas

CPF: 042.196.317-47

Claudeni Alves Correa

CPF: 326.189.211-00

Suplentes:

Adaison Brito da Silva

CPF: 070.588.275-67

Marilene de Souza Camargo

CPF: 632.194.251-00

Letícia Venâncio Ferreira Lima

CPF: 034.142.741-16

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal. Estado de Mato Grosso, 02 de setembro de 2021.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Jonas Campos Vieira

Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE

CULTURA DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL – MATO GROSSO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regimento interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura de Reserva do Cabaçal, criado pela Lei Municipal nº. 230, de 16 de agosto de 1999.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS, DA COMPOSIÇÃO, DOS MANDATOS E DO PROVIMENTO

Art. 2°- O Conselho Municipal de Cultura constitui-se num espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMC do município de Reserva do Cabaçal, e tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 3°- As Competências e a composição do Conselho Municipal de Política Cultural de Reserva do Cabaçal são definidas por seu Regimento Interno, a saber:

I – estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura do município de Reserva do Cabaçal;

II - organizar e dirigir seus serviços administrativos;

III - propor, acompanhar, avaliar e fiscalizar ações e diretrizes de políticas públicas para o desenvolvimento da cultura, sempre na preservação do interesse público;

IV - formular políticas públicas culturais inclusivas e diretrizes para o Plano Municipal de Cultura;

V - apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura a partir das diretrizes, metas e ações definidas, observando as recomendações dos Fóruns de Cultura e da Conferência Municipal de Cultura;

VI - garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção e de preservação da memória material e/ou imaterial histórica, social, política e artística do município de Reserva do Cabaçal;

VII - incentivar estudos, eventos, programas, atividades permanentes e pesquisas na área da cultura;

VIII - auxiliar, colaborar e sugerir medidas para a integração e articulação das ações afirmativas entre organismos ou setores culturais públicos e privados (entidades de caráter cultural beneficente ou sem fins lucrativos, ONGs, movimentos populares e afins);

IX - buscar articulação com outros Conselhos Municipais e entidades afins, objetivando intercâmbios, acúmulo de experiências e ações afirmativas conjuntas quando possível;

X - propor políticas públicas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural;

XI - emitir e analisar pareceres sobre questões culturais;

XII - avaliar e emitir parecer acerca dos projetos apresentados pelos proponentes, pessoas físicas ou jurídicas, desde que preencham os requisitos de habilitação dos editais e regulamentos;

XIII - fiscalizar a execução financeira dos projetos culturais patrocinados e apoiados pelo município;

XIV - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

XV - apreciar e apresentar parecer sobre Convênios e Termos de Parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, Associações, Organizações não governamentais, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução.

XIV - fiscalizar a execução dos projetos e ações financiadas pelo Fundo Municipal de Cultura e os projetos objeto de convênio entre a Secretaria Municipal de Cultura e Governo Estadual e/ou Federal em que a comunidade for contemplada;

XV – elaborar resoluções do Conselho Municipal de Política Cultural, acompanhar e fiscalizar a elaboração dos editais promovidos pela Secretaria de Cultura/ Departamento de Cultura

XVI - elaborar, promover, organizar e coordenar anualmente os Fóruns de Cultura ou Fóruns Setoriais de Cultura em conjunto com a Secretaria de Cultura/ Departamento de Cultura;

XVII - elaborar e promover bienalmente a Conferência Municipal de Cultura em conjunto com a Secretaria de Cultura/ Departamento de Cultura;

XVIII - elaborar em conjunto com a Secretaria de Cultura/ Departamento de Cultura o Regimento Interno da Conferência Municipal de Cultura e dos Fóruns;

XIX - colaborar com os Conselhos Estadual e Nacional de Política Cultural, como órgão consultivo e de assessoramento, sempre que solicitado ou apresentando sugestões;

XX - sugerir medidas de sustentabilidade, preservação e manutenção da Casa de Cultura(Centro Municipal de Turismo e Cultura) e dos equipamentos culturais do município;

XXI - elaborar e aprovar seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa dias), após a eleição dos membros colegiados, submetendo-o à aprovação do Gestor Público Municipal.

XXII – colaborar, acompanhar e fiscalizar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, bem como levantamento de dados e mapeamento dos agentes culturais (artistas, profissionais técnicos e produtores culturais), instituições e empresas culturais presentes no município;

XXIII - aprovar as condições que garantam a continuidade dos projetos culturais de reconhecido valor em benefício da sociedade civil e em fortalecimento as entidades artísticas locais;

XXIV - cooperar na defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico, turístico, arquitetônico, arqueológico, natural e imaterial do município;

XXV – fomentar, incentivar e cooperar para a realização de exposições, festivais, congresso, seminários, palestras, conferências, simpósios, fóruns, feiras de caráter científico, artístico, literário ou intercâmbio cultural com outras entidades culturais;

Parágrafo único. – Ao CMC caberá a função de planejamento das ações internas e externas do Conselho Municipal de Política Cultural, na apreciação dos planos e outros instrumentos de gestão e planejamento do órgão municipal de cultura.

Art. 4°- O Conselho Municipal de Cultura será composto de 09 membros efetivos e 09 suplentes, todos nomeados pelo Prefeito do Município, por meio de Portaria. Os membros do poder público são indicados pelas instituições públicas, os conselheiros da sociedade civil são eleitos pelos respectivos segmentos, todos com o mandato de dois anos. Sendo admitida a recondução por mais um período de igual tempo.

Parágrafo único: o Conselho será formado em tripartite, assim composto:

a) Poder Executivo Municipal b) Produtores Culturais c) Sociedade Civil Organizada

Art. 5°- A eleição dos membros para a composição do Conselho Municipal de Política Cultural será feita durante a realização dos Fóruns de Cultura anuais ou Conferência Municipal de Cultura, realizada bienalmente de acordo com o.

§ 1º. Para compor a 1ª nominata do Conselho Municipal de Cultura será

convocado um Fórum Municipal de Cultura extraordinário.

§ 2º. Caso as condições sanitárias pandêmicas ou por qualquer outro motivo do município não permitam a realização de fóruns ou conferências presenciais, o município realizará uma convocatória para a realização das mesmas em ambiente online ou no formato híbrido, respeitando os decretos municipal e estadual vigente.

Art. 6º- Será considerado extinto o mandato de conselheiro em caso de morte, renúncia ou ausência, sem justificativa comprovada, em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas.

Art.7º Não será considerada ausência dos conselheiros quando:

I- o titular ou o suplente do segmento estiverem presentes.

II- ocorrerem situações de força maior comprovadas por documento ou justificada via declaração submetida à apreciação do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 8º- Caberá ao Plenário do Conselho autorizar pedidos de afastamento temporário ou definitivo do conselheiro, por razões relevantes, assumindo em seu lugar o respectivo suplente.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 9º- A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Cultura, composta pelo Presidente, Vice-Presidente, o 1º Secretário e serão escolhidos através de eleição entre os seus membros.

§ 1º A eleição se realizará a cada dois anos, na primeira reunião ordinária após a posse dos conselheiros.

§ 2º As funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Cultura serão revezadas, entre os Representantes Governamentais e Não Governamentais, a cada período de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o período imediatamente subsequente.

§ 3º Compete a Mesa Diretora tomar as providências necessárias para a convocação, realização e registro das reuniões do Conselho Municipal de Política Cultural.

§ 4º Os membros da Mesa Diretora poderão ser substituídos a qualquer tempo por decisão de maioria absoluta dos conselheiros com a devida justificativa.

CAPÍTULO IV

DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 10- O Conselho, com a finalidade de apreciar os assuntos que lhe são pertinentes, poderá constituir, entre seus membros, comissões temáticas com o mínimo de três componentes, a fim de realizar pesquisas, estudos, levantamentos de dados e fornecer pareceres prévios.

Art. 11. A cada uma das Comissões Temáticas, resguardadas as suas especificidades, cabe:

I - pesquisar, relatar e opinar exclusivamente sobre a matéria para o qual foi criada pelo Conselho Pleno;

II - tomar iniciativa de indicações, pareceres e sugestões, dentro do objetivo para o qual tenha sido criada pelo Conselho Pleno;

III - ouvir, inquirir, entrevistar, fiscalizar e fazer diligências, dentro dos termos para o qual tenha sido criada pelo Conselho Pleno.

Parágrafo único. Os resultados do trabalho das Comissões Temáticas deverão ser apresentados sempre por escrito, sendo submetidos à apreciação do Conselho Pleno.

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES DO CONSELHO PLENO

Art. 12. O Conselho Municipal de Cultura reunir-se-á ordinariamente de 2 em 2 meses, sempre na última quarta-feira do mês, às 19 horas, em local a ser definido pela mesa diretora, para deliberar sobre os assuntos em pauta e, quando necessário extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou da maioria absoluta de seus componentes.

§ 1º- As reuniões extraordinárias do Conselho Municipal de Cultura deverão ser convocadas com no mínimo 3 (três) dias corridos de antecedência em relação a data de sua realização, salvo casos de extrema urgência.

§ 2º- Impedido de comparecer, o Conselheiro Titular deve comunicar sua ausência por escrito, por documento ou e-mail, redes sociais em até 24 horas antes do início da sessão do Conselho Pleno, salvo impossibilidade de fazê-lo, para que o suplente possa ser notificado.

Art. 13. As sessões plenárias do Conselho deverão ter quórum de maioria simples (acima de 50%) de seus membros, com mandato em vigência, bem como as deliberações, cabendo, ao Presidente, o voto de qualidade.

Parágrafo Único- Observado o número legal de presentes e declarada aberta a sessão do Conselho Pleno, proceder-se-á a votação da ata da sessão anterior, passando-se, em seguida, para a pauta do dia.

Art. 14. As matérias a serem deliberadas pelo Conselho que exijam estudo prévio deverão ser apresentadas por escrito, com cópias disponíveis para todos os Conselheiros até 05 Dias do início da sessão plenária, salvo as questões de menor relevância ou maior urgência.

Art. 15. Nas sessões plenárias, todos os Conselheiros Titulares têm igual direito a voz e voto, sendo permitida a participação dos Conselheiros Suplentes apenas com direito a voz, se não estiverem substituindo seus titulares.

§ 1º- Havendo muitos candidatos ao uso da palavra, a prioridade será dada aos Conselheiros Titulares.

Art. 16. Havendo votações nas sessões plenárias, as mesmas deverão obedecer aos seguintes procedimentos:

I - a votação deverá ser aberta e nominal;

II - é vedado toda e qualquer forma de votação secreta;

III - qualquer conselheiro terá direito a registrar em ata, expressamente, o seu voto.

Art. 17. As deliberações do Conselho tomarão a forma de resolução ou parecer e deverão ser registradas e assinadas pelo Presidente e pelo 1º Secretário.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O presente Regimento poderá ser modificado ou acrescido desde que com o voto favorável da maioria simples dos membros do Conselho de Cultura, sempre em consonância com a Lei Municipal nº.230, de 16 de agosto de 1999.

Art. 19. Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Pleno.

Art. 20. O presente Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação, através de sua publicação.

Reserva do Cabaçal – Mato Grosso, 09 de setembro de 2021.

Sival Honório de Carvalho

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO INEXIGIBILIDADE Nº 03/2021

O MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, no uso de suas prerrogativas legais, TORNA PÚBLICO, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, que está procedendo à INEXIGIBILIDADE N.º 03/2021, conforme segue:

INEXIGIBILIDADE N.º 03/2021 - Processo nº 56/2021

A Prefeitura de Reserva do Cabaçal-MT, torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à Contratação de empresa para prestação de serviços bancários de convênio de arrecadação do Setor de Tributos e convênio de arrecadação do Departamento de Água e Esgoto, tendo como valor estimado no Departamento de Água e Esgoto valor anual de R$ 9.372,00 (Nove Mil, Trezentos e Setenta Reais) e para o Setor de Tributos valor anual de R$ 1.800,00 (Hum Mil e Oitocentos Reais), a ser realizado no dia 10 de Setembro nas dependências do da Prefeitura de Reserva do Cabaçal-MT, e firmará **CONTRATO** com a mesma.

Valor Global Estimado: R$ 11.172,00 (Onze Mil, Cento e Setenta e Dois Reais)

Fundamento legal: No Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Reserva do Cabaçal – MT, 10 de Setembro de 2021.

ENIO VAGNER DE OLIVEIRA CABRAL

Presidente CPL

VALDINEI MARTINS SOUZA

Secretaria Mun. de Administração e Planejamento

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

RESERVA DO CABACAL, 10 de Setembro de 2021

Proc. Licitatório:**57/2021**

Processo Administrativo **nº 56/2021**

Aberta em 10/09/2021

Resumo do Objeto:

Contratação de empresa para prestação de serviços bancários de convênio de arrecadação do Setor de Tributos e convênio de arrecadação do Departamento de Água e Esgoto, tendo como valor estimado no Departamento de Água e Esgoto valor anual de R$ 9.372,00 (Nove Mil, Trezentos e Setenta Reais) e para o Setor de Tributos valor anual de R$ 1.800,00 (Hum Mil e Oitocentos Reais).

Resultante da análise e classificação das propostas apresentadas a licitação acima especificada, a Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal resolve adjudicar ao proponente **COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NOROESTE DE MATO GROSSO, ACRE E AMAZONAS – SICREDI BIOMAS, cadastrada no CNPJ nº 33.022.690/0001-39** o objeto da licitação, no valor global de R$ 11.172,00 (Onze Mil, Cento e Setenta e Dois Reais).

COMISSÃO

CLAUDIANA SOARES GONÇALVES CPF.: 010.500.271-24 RG.: Cargo: Membro PORTARIA: 50/2021 DE 11/02/2021	ENIO VAGNER DE OLIVEIRA CABRAL CPF.: 000.085.051-95 RG.: Cargo: Presidente PORTARIA: 50/2021 DE 11/02/2021
ALZIRA MOREIRA DE SOUZA SODRÉ CPF.: 572.193.201-59 RG.: Cargo: Membro PORTARIA: 50/2021 DE 11/02/2021	RAFAEL DOS REIS FARIAS CPF.: 041.665.251-40 RG.: Cargo: Pregoeiro PORTARIA: 50/2021 DE 11/02/2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Licitação: INEXIGIBILIDADE Nº 03/2021

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços bancários de convênio de arrecadação do Setor de Tributos e convênio de arrecadação do Departamento de Água e Esgoto, tendo como valor estimado no Departamento de Água e Esgoto valor anual de R$ 9.372,00 (Nove Mil, Trezentos e Setenta Reais) e para o Setor de Tributos valor anual de R$ 1.800,00 (Hum Mil e Oitocentos Reais).

Fica por este instrumento homologado o Processo Licitatório de INEXIGIBILIDADE nº 03/2021, para contratação dos serviços acima mencionada.

RESERVA DO CABACAL-MT, 10 de Setembro de 2021.

Registre-se

Publique-se

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NOROESTE DE MATO GROSSO, ACRE E AMAZONAS – SICREDI BIOMAS

CNPJ Nº: 33.022.690/0001-39

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços bancários de convênio de arrecadação do Setor de Tributos e convênio de arrecadação do Departamento de Água e Esgoto, tendo como valor estimado no Departamento de Água e Esgoto valor anual de R$ 9.372,00 (Nove Mil, Trezentos e Setenta Reais) e para o Setor de Tributos valor anual de R$ 1.800,00 (Hum Mil e Oitocentos Reais).

VIGENCIA: 10 DE SETEMBRO DE 2021 A 10 DE SETEMBRO DE 2022

VALOR GLOBAL: R$ 11.172,00 (Onze Mil, Cento e Setenta e Dois Reais)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 144/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

NOMEIA A SENHORA VALDINEIA RODRIGUES DOMICIANO FISCAL DO CONTRATO Nº 34/2021 FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL E A COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NOROESTE DE MATO GROSSO, ACRE E AMAZONAS – SICREDI BIOMAS, cadastrada no CNPJ nº 33.022.690/0001-39.

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a senhora, **VALDINEIA RODRIGUES DOMICIANO** cadastrada no CPF nº 002.742.202-02, responsável pela fiscalização do Contrato nº 34/2021 que tem como objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços bancários de convênio de arrecadação do Setor de Tributos e convênio de arrecadação do Departamento de Água e Esgoto, tendo como valor estimado no Departamento de Água e Esgoto valor anual de R$ 9.372,00 (Nove Mil, Trezentos e Setenta Reais) e para o Setor de Tributos valor anual de R$ 1.800,00 (Hum Mil e Oitocentos Reais).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso. 10 de setembro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE "RATIFICAÇÃO" DE ATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2021

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços bancários de convênio de arrecadação do Setor de Tributos e convênio de arrecadação do Departamento de Água e Esgoto, tendo como valor estimado no Departamento de Água e Esgoto valor anual de R$ 9.372,00 (Nove Mil, Trezentos e Setenta Reais) e para o Setor de Tributos valor anual de R$ 1.800,00 (Hum Mil e Oitocentos Reais).

Fundamento legal no art. 25, Inciso I da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores e Lei Ordinária Municipal nº 567/2015.

LICITANTE : **COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NOROESTE DE MATO GROSSO, ACRE E AMAZONAS – SICREDI BIOMAS, cadastrada no CNPJ nº 33.022.690/0001-39.**

R$ 11.172,00 (onze mil cento e setenta e dois reais)

Ratifico a Inexigibilidade em consonância com o Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, emitido pelo **Drº PAULO CASTRO DA SILVA, OAB/MT nº 18.158**.

PUBLIQUE-SE

ARQUIVE-SE

Reserva do Cabaçal-MT, 10 de Setembro de 2021.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 070/2019

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 070/2019

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa Juridica

ALEX FERREIRA DE ABREU SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA-ME CNPJ: 33.020.988/0001-90

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO

Em decorrência deste Termo Aditivo, o prazo de execução do presente contrato será prorrogado por mais 04 (quatro) meses, passando a expirar em 31 de Dezembro de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas do Contrato Original, não mencionadas neste Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA 31/08/2021

DA VIGENCIA: 04 MESES

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa JuridicaALEX FERREIRA DE ABREU SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA-ME

DECRETO Nº 2107/2021. DATA DE: 08 DE SETEMBRO DE 2021 "DISPÕE SOBRE TAXA DE EMBARQUE RODOVIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 2107/2021.

DATA DE: 08 DE Setembro DE 2021

"DISPÕE SOBRE TAXA DE EMBARQUE RODOVIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado e fixada a taxa de embarque rodoviário no valor de 4,43 (quatro reais e quarenta e três centavos), proveniente do embarque de passageiros no Terminal Rodoviário e na Sub-Estação.

Art. 2º. A base de calculo do reajuste da taxa de embarque segue o IPCA, acumulado nos últimos 12 Meses.

Art. 3º. A taxa de embarque somente será reajustada após transcorrido 01 (um) ano do ultimo reajuste, observando-se a base de calculo prevista no artigo anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto n°1849/2019 de 10 de dezembro de 2019, e as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 08 DE SETEMBRO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO ACS Nº 002/2021 PROCESSO SELETIVO ACS Nº 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO ACS Nº 002/2021

PROCESSO SELETIVO ACS Nº 001/2018

A **Prefeita Municipal**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Processo Seletivo ACS n.001/2018, através do Decreto n.1706/2018 para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal, ***CONVOCA*** os candidatos habilitados relacionados abaixo:

1. Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer até o dia 24/09/2021 ao Departemanto de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, situada na Avenida Padre João Bosco, n. 2067, centro Ribeirão Cascalheira/MT. Para entrega dos documentos necessários para a celebração do Contrato de trabalho.

2. Convocados para o cargo de **Agente Comunitário Saúde-ACS**:

VAGAS	NOME	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
01	Rosinéia Alves Pereira Coelho Sales	UBSF II- Setor Alvorada
01	Telma Ferreira Timo	Novo Paraíso-Guerreiro

3. Os candidatos convocados deverão obrigatoriamente apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos os documentos(com cópia) listados em anexo:

Ribeirão Cascalheira – MT, 10 de setembro de 2021.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

ANEXO

Certidão de nascimento ou casamento;

Título de eleitor, acompanhado de comprovante de votação da última eleição ou justificativa apresentada à justiça eleitoral;

Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação para os candidatos do sexo masculino;

Cédula de identidade;

Cadastro de Pessoa física-CPF;

Documento de inscrição no PIS/PASEP;

Carteira de Trabalho-CTPS;

CNH se candidato das áreas rurais utilizará veículo(moto ou carro) para realização das visitas;

Certificado de Conclusão ao Ensino Médio;

Certidão de nascimento e cópia do CPF dos filhos menores de 14(quatorze) anos;

RG e CPF do cônjuge;

Comprovante de residência;

Telefone para contato;

Número de conta bancária(Banco Bradesco);

Declaração de bens;

Atestado de aptidão física e mental, avaliação fisioterápica e avaliação psicológica, para exercício da função;

Exame admissional;

Certidão Negativa de antecedentes policiais e criminais, nos últimos cinco anos.

Ribeirão Cascalheira – MT, 10 de setembro de 2021.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

LEI N°903/2021, DATA DE 10 DE SETEMBRO DE 2021. "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI N°903/2021,

DATA DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2021, nos termos do art. 41, II da Lei 4.320/64, no valor de até R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), incluir novos elementos de despesas e fontes e destinação de recursos, a seguir:

CÓDIGO REDUZIDO			
Órgão	02	FM PREV SOCIAL DOS SERV. RIBEIRÃO CASCALHEIRA	
Unidade	01	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL SERV. PUBLICO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA	
Função	09	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Sub Função	272	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Programa	112	PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	
Ação	2022	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM OS SERV.ADMINISTRATIVO DO FMPAS	
Elemento Despesa	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000,00
Fonte de Recursos	53	RECURSOS DA TAXA ADMINISTRATIVA-RPPS	

Valor R$	30.000,00	**Trinta mil reais**

Art.2°. Para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado no artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a anular igual importância, nos termos do art. 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias:

CÓDIGO REDUZIDO			
Órgão	02	FM PREV SOCIAL DOS SERV. RIBEIRÃO CASCALHEIRA	
Unidade	01	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL SERV. PUBLICO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA	
Função	09	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Sub Função	272	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
Programa	112	PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	
Ação	2022	MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM OS SERV.ADMINISTRATIVO DO FMPAS	
Elemento Despesa	3.3.90.39.00	OOUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	30.000,00

Fonte de Recursos	53	RECURSOS DA TAXA ADMINISTRATIVA-RPPS
Valor R$	30.000,00	**Trinta mil reais**

Art. 3º. Fica inclusa na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2021, a natureza de despesa criada e a fonte e destinação de recursos que trata o artigo 1º desta Lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 10 DE SETEMBRO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

LEI Nº 902/2021 DATA: 10 DE SETEMBRO DE 2021. DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2021, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 902/2021

DATA: 10 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2021, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial conforme art. 41, Inciso II da Lei 4320/64, ao orçamento financeiro do exercício de 2021, por Superávit Financeiro em favor da Secretaria Municipal de Educação no valor de **R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)**, para a seguinte programação orçamentária:

Unidade	Função	Sub Função	Programa	Ação	Nome Elemento	Fonte	Ficha	Saldo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12 - EDUCAÇÃO	365 Educação Infantil	0036 - MERENDA ESCOLAR	20152 - MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DO CAMPO E INDIGENA	MATERIAL DE CONSUMO	RECURSOS ORDINÁRIOS	0605	56.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12 - EDUCAÇÃO	361 - Ensino Fundamental	0145 - GESTÃO EDUCACIONAL	20151 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	RECURSOS ORDINÁRIOS	0466	300.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12 - EDUCAÇÃO	365 Educação Infantil	0036 - MERENDA ESCOLAR	20038 - MERENDA ESCOLAR CRECHE E PRE-ESCOLAR	MATERIAL DE CONSUMO	RECURSOS ORDINÁRIOS	0604	56.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12 - EDUCAÇÃO	361 - Ensino Fundamental	0036 - MERENDA ESCOLAR	20248 - MERENDA ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	MATERIAL DE CONSUMO	RECURSOS ORDINÁRIOS	0603	59.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12 - EDUCAÇÃO	364 - Ensino Superior	0145 - GESTÃO EDUCACIONAL	20888 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENSINO SUPERIOR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	RECURSOS ORDINÁRIOS	0601	10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12 - EDUCAÇÃO	361 - Ensino Fundamental	0150 - ENSINO REGULAR DE SEIS A QUATORZE ANOS	20037 - MANUT/ ENCARGOS COM A DIVISAO DE ENSINO	MATERIAL DE CONSUMO	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	0473	44.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12 - EDUCAÇÃO	365 Educação Infantil	0160 - ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL À CRIANÇA DE ZERO A CINCO	20041 - MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	0566	10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12 - EDUCAÇÃO	361 - Ensino Fundamental	0150 - ENSINO REGULAR DE SEIS A QUATORZE ANOS	20037 - MANUT/ ENCARGOS COM A DIVISAO DE ENSINO	Equipamentos e Materiais Permanentes	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	0477	250.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12 - EDUCAÇÃO	364 - Ensino Superior	0145 - GESTÃO EDUCACIONAL	20888 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENSINO SUPERIOR	MATERIAL DE CONSUMO	RECURSOS ORDINÁRIOS	0599	5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	04 - ADMINISTRACAO	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	0003 ADMINISTRAÇÃO GERAL	20034 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DO GAB. SEC. DE EDUCAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO	RECURSOS ORDINÁRIOS	0074	10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL	04 - ADMINISTRACAO	122 - Administração Geral	0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	20034 - MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DO GAB.	OUTROS SERVIÇOS DE TER-	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE	0076	10.000,00

DE EDUCAÇÃO				SEC. DE EDUCAÇÃO	CEIROS - PESSOA JURÍDICA	IMPOSTOS - EDUCAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12 - EDUCAÇÃO	361 - Ensino Fundamental	0150 - ENSINO REGULAR DE SEIS A QUATORZE ANOS	20037 - MANUT/ ENCARGOS COM A DIVISAO DE ENSINO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	0476	190.000,00
								1.000.000,00

Art. 2°. Para a cobertura do Crédito Adicional mencionado no Art. 1°, será utilizado como recurso, aquele definido nos termos do Art. 43, § 1°, inciso I, da Lei 4.320/64, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior **ANEXO** na fonte de recursos:

Id Uso	Id Grupo	Fonte	Descrição	Detalhamento da Fonte	Descrição
0	3	01	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	000000	Sem detalhamento da fonte de Recursos

Art.3º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo I a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2021, Lei n. 869/2020 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art.4º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo I da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei n. 868/2020, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art.5º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo I da Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei n. 874/2020, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art.6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 10 DE SETEMBRO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

DECRETO Nº 68, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

"Anula procedimento de sindicância nº01/2020, e dá outras providências.

O Srº LUIZ CARLOS, Prefeito de Rio Branco – MT, no exercício de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO as irregularidades apuradas no Processo de Sindicância Disciplinar n.º 001/2020 no que tange na averiguação de fatos envolvendo funcionários deste Municipio e;

CONSIDERANDO a recomendação do Ministério Público de nº 06/2021, simp.000327-005/2021 e;

CONSIDERANDO que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos conforme dispõe a Súmula n.º 473 do STF e;

CONSIDERANDO que a anulação pode ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela sobre seus próprios atos, que independe de provocação do interessado, uma vez que, estando a Administração vinculada ao princípio da legalidade, ela tem o poder-dever de zelar pela sua observância e;

CONSIDERANDO que os efeitos da anulação dos atos administrativos retroagem às suas origens.

D E C R E T A:

Artigo 1o Diante das irregularidades apontadas no Processo de Sindicância nº 01/2020 fica **ANULADO** o prodecimento instaurado a partir da Portaria Municipal nº 219/2020.

Artigo 2o Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Branco – MT, 10 de Setembro de 2021

LUIZ CARLOS PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 272 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021. "NOMEIA EDILENE BEZERRA DA SILVA NO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA.".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Orgânica Municipal, em consonância, da Lei nº 389/05.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear **EDILENE BEZERRA DA SILVA,** portadora do RG n° 1031468-7 SSP/MT e do CPF n° 895.393.541-53, no Cargo em Comissão de Secretária de Saúde, Lotada na Secretaria de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 09 de setembro de 2021.

Luiz Carlos

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, torna público a retificação da publicação **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA** - publicado na página 379 na Edição nº 3.811 do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 10 de setembro de 2021, tendo em vista que a mesma foi publicada de forma incorreta.

ONDE SE LÊ: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021.

LEIA-SE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021

Ficam mantidas todas as demais informações ora publicadas no Extrato anterior.

Rio Branco – MT, 10 de setembro de 2021.

LUIZ CARLOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DA PREFEITURA
EXTRATO CONTRATO N.º 074/2021-PGM/PMR

Proc. adm. n. 395/2021

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e **TBS CENTRO DE ANALISES CLINICAS LTDA** – CNPJ 28.787.822/0001-83

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais e, atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, embasada no art. 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme Decisão Administrativa nº 010/2021.

Licitação: Dispensa de Licitação n. 026/2021 (art. 24, V Lei 8.666/93)

Fundamentação: Carta - Contrato DL n. 074/2021 – Art. 62 seguintes da Lei n. 8666/93.

Assunto: contrato matriz.

Valor global: R$ 89.170,20

Fonte recursos:

Unidade : 05.02 – Fundo Municipal de Saúde

Und. Emitente : 0301 - Gestão das finanças municipais

Programa de Trabalho : 10.302.0116.2146

Elemento de Despesa : 3.3.90.39-05000 – Outros Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica

Subelemento : Médico-hospitalar, Odontológico e Laboratório

Empenho : 01346, de 23/08/2021 – R$ 89.170,20

...

Prazo: (12) meses – 23/08/2021 à 23/08/2022

Ass.: 23/08/2021.

GABINETE DA PREFEITURA
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 056/2021/GAB/PREFEITO

Proc. Adm. nº 525/2021, (Licitação: TP nº 002/2021 - Contrato Administrativo nº 055/2021)

UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ASSUNTO: autorização para realização de aditivo de acréscimo no percentual de 18,4237% sobre o valor do Contrato Administrativo nº 055/2021.

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Joana Alves de Oliveira s/n, na Cidade de Rondolândia-MT.

CONTRATADA: **DESTAK CONSTRUTORA EIRELI**, CNPJ Nº 17.471.810/0001-29.

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes, e,

Considerando tudo quanto consta dos autos de processo administrativo, especial o disposto na Cláusula Décima Oitava do Contrato nº 055/2021 que prevê hipótese de acréscimos necessários até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

Considerando, Ofício nº 25/2021, expedido pelo representante legal da empresa contratada, onde solicitou da Administração Pública o aditivo de valor, acompanhado das justificativas;

Considerando, Memorando nº 13/2021/ENGENHARIA/CONVÊNIOS, expedido pela Responsável técnica do Setor de Engenharia, onde fundamenta a necessidade do acréscimo solicitado, no total do percentual de 18,4237%;

Considerando, por fim,o Parecer da Procuradoria Jurídica do Município que opina pela legalidade do aditivo de acréscimo pretendido e, tendo cumpridas as recomendações no parecer apontadas;

DECIDO.

a) Autorizar a realização da alteração do contrato nº 055/2021-PMR por aditivo de acréscimo dos serviços mediante acréscimo de 18,4237% (Dezoito inteiros e quatro mil, duzentos e trinta e sete décimos de milésimo por cento), sobre o valor inicial do contrato, totalizando o montante de R$ 199.365,60 (Cento e noventa e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos). Fundamento legal: Cláusula Décima oitava do Contrato nº 055/2021-PMR c/c §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e edital de Tomada de Preços nº 002/2021.

Ato continuo, encaminhe a SEMFAZ para a emissão da nota de empenho.

Na sequência, leve a PGM para registro das alterações contratuais, bem como, formalização do respectivo instrumento de alteração.

Publique-se, para que surta os efeitos legais.

Rondolândia-MT, 10 de setembro de 2021.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 92/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO LOTE".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 09:00 horas do dia 28 (vinte e oito) de Setembro de 2021, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL, respectivamente, execução das seguintes serviços:

LOTE 01: **"REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ITENS FURTADOS DA UBS PORTAL DAS ÁGUAS, LOCALIZADO NA RUA SETE DE SETEMBRO, ESQUINA COM A RUA GUIA LOPES QUADRA 17, S/Nº, BAIRRO VILA GOULART, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA PARTE INTEGRANTE DO PROJETO BÁSICO ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RONDNÓPOLIS ANEXO AO EDITAL".**

LOTE 02: **"REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ITENS FURTADOS DA UBS VILA OPERÁRIA, LOCALIZADO NA AVENIDA BANDEIRANTES, Nº 5.571, BAIRRO VILA OPERÁRIA, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA PARTE INTEGRANTE DO PROJETO BÁSICO ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RONDNÓPOLIS ANEXO AO EDITAL".**

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com e licitacaorondonopolis@gmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 10 de Setembro de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 75/2.021

O MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS torna público que houve **retificação** na documentação de habilitação do Edital visando ampliação da disputa, adiamos o prazo inicialmente estabelecido para o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de coffee break e de locações de banheiros químicos, brinquedos, cadeiras, caixas térmicas, climatizadores, grade inibidora, mesas, tendas e toalhas, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital e seus Anexos**.Os interessados poderão retirar o edital retificado completo gratuitamente no endereço eletrônico **www.rondonopolis.mt.gov.br**, menu: **Empresa**opção: **Licitações**, bem como no sítio: **https://bll.org.br/**, ou no endereço: Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, Rondonópolis-MT, CEP: 78.740-022, Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT, Secretaria de Administração, Departamento de Compras, horário das 12h00min às 18h00min, telefone para contato (66) 3411-5741, **Abertura das Propostas: 24/09/2.021 às 09h30min (horário de Brasília)** em sessão pública no endereço eletrônico: **https://bll.org.br/**, nos termos do Edital e seus anexos. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Rondonópolis-MT. , 10 de setembro de 2.021.

José Eduardo de Souza Siqueira

Pregoeiro

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 43/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Senhor José Carlos Junqueira De Araújo, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente nos termos do art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666, de junho de 1993, Ratifica O Processo De Inexigibilidade De Licitação N. º 43/2021, com fulcro no Parecer Jurídico n.º 144/2020, que apreciou o processo administrativo na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, e diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, manifestou a favor do Licitante: : Gabriel C. Da Silva, com endereço na Rua Sete de Setembro, 632 – Vila Birigui - CEP: 78705-010, Rondonópolis/MT, inscrito no CNPJ: 30.396.564/0001-56. contratação de empresa especializada e/ou profissional na prestação de serviços médicos especializados em neurologia, de forma complementar aos serviços oferecidos no município de rondonópolis/mt, conforme termo de referência anexo encaminhado pela secretaria municipal de saúde. Valor Da Inexigibilidade: R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Publique-se no átrio desta Prefeitura, no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Diário Oficial da Associação Matogrossense dos Municípios (AMM), Diário Oficial do Município – Diorondon e no jornal de circulação local Atribuna e Jornal ESTADÃO MATO GROSSO, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 09 de setembro 2021.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal de Rondonópolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DA CARTA CONVITE N°011/2021

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Carta Convite n° 011/2021, por menor preço, cujo objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE T.I, MANUTENÇÃO DE TERMINAIS DE COMPUTADORES, INFRAESTRUTURA DE REDE, CONFIGURAÇÃO DE SERVIDORES E MANUTENÇÃO EM PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ATEDENDO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE ROSÁRIO OESTE/MT, cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 09:00 horas do dia 10/09/2021. Após julgamento sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

01 – DEVNINE TECNOLOGIA, inscrita no CNPJ sob n. 24.256.936/0001-46, neste ato representado pelo o Sr. DEUSIMAR HENRIQUE DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 052.079.121-51 e do RG n. 24562408 SEJSP – MT.

Rosário Oeste, 10 de setembro de 2021.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 042/2021

OBJETO: Contratação temporária de MOTORISTA (operador de máquinas agrícolas) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social. A contratação se fará pelo período de 12 (doze) meses.

CONTRATADO: LUCAS MARIA TELES CPF: 057.321.221-09 RG: 2288540-4

PERÍODO: 01/09/2021 à 01/09/2022

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO. A sessão publica será no dia ***28 DE SETEMBRO DE 2021 AS 09H00MIN*****;** O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 15 de setembro de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0476/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 105/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **WILMAR ERASMO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.219.191-32, para **Fiscalização do Contrato nº 105/2021**, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE REVISTA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E PROJETOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM ATENDIMENTO AO GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.** Empresa Junior Cesar Pedroso Nazario (portal livre publicidade), CNPJ Nº. 1.352.954/0001-05. Processo de Dispensa de Licitação nº 040/2021

Art. 2º. *A presente Portaria retroage seus efeitos a 27 de agosto de 2021*.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE SETEMBRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0477/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

SÚMULA: NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR EGON HOEPERS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E

Considerando que a presente eleição reger-se-á, em todas as suas fases, pelas normas constantes na Lei Municipal n.º 237/2007 de 06 de março de 2007.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os seguintes membros que farão a composição do Conselho de Alimentação Escolar:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

Titular: Vanderleia Pereira da Cruz, inscrita no CPF nº 000.164.601-03

Suplente: Fábio Lohmann, inscrito no CPF nº 019.172.941-82

REPRESENTANTES DO SEGMENTO DOS PROFESSORES:

Titular: Welton Ormond da Silva, inscrito no CPF nº 041.384.671-73

Suplente: Patrícia de Oliveira Bitencourt, inscrita no CPF nº 029.414.041-71

Titular: Ângela Maria Soares, inscrita no CPF nº 926.197.970-04;

Suplente: Celma Regina Mendes dos Santos, inscrita no CPF nº 028.434.539-33

REPRESENTANTES DO SEGMENTO DOS PAIS DE ALUNOS:

Titular: Fernanda Delfina da Silva Akerley Marques, inscrita no CPF nº 038.832.461-90

Suplente: Maria de Fátima Sousa Alves, inscrita no CPF nº 612.162.393-47

Titular: Bruno Aparecido Souza, inscrita no CPF nº 003.212.261-60

Suplente: Áurea Nascimento Clementino, inscrita no CPF nº 026.962.952-12

REPRESENTANTES DO SEGMENTO DA SOCIEDADE CIVIL:

Titular: Joyce Priscila Pereira Koch, inscrita no CPF nº 007.313.961-03

Suplente: Andréa Elizabete Pereira, inscrita no CPF nº 649.974.301-10

Titular: Janaina Velasques Dichoff, inscrita no CPF nº 828.274.191-49

Suplente: Samuel Silva da Fonseca, inscrito no CPF nº 868.019.021-72.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE SETEMBRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0478/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031 a 34/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear os servidores **MARIONEI ABRAO NETO MARTINS**, inscrito no CPF nº 017.864.931-79 (titular) e **MARCUS VINICIUS SALES**, inscrito no CPF nº 011.022.121-48 (suplente), representando todas as secretarias, para fiscalização das seguintes **Atas de Registro de Preços:**

Ø **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2021, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI -** Empresa ZBN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E FERRAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.181.522/0001-49 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2021;

Ø **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2021, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI** - empresa **ELETRO MENDONÇA DE MAT. ELETRONICOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.806.018/0001-73 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2021.

Ø **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2021, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI** - Empresa CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI'S LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 37.853.101/0001-15 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2021.

Ø **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2021, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE**

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI –

Empresa **R J M COMERCIAL EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.771.901/0001-94 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2021.

Art. 2º. Esta portaria retroage seus efeitos a 31 de Agosto de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE SETEMBRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
4º TERMO DE APOSTILAMENTO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2021,

4º TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2021,

CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, E A EMPRESA POSTO TIGRÃO LTDA.

O Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua 25 S/N , Centro, Santa Terezinha-MT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.031.669/0001-18, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **Sr. THIAGO CASTELLAN RIBEIRO ,**brasileiro, servidor publico municipal, portador do RG sob nº 445076689 ssp/sp e inscrito no CPF/MF sob n.º 359.215.228-99 , residente e domiciliado à AV 05,S/N centro, no Município de Santa Terezinha/MT, resolve celebrar, o presente Termo de Apostilamento, a ata registro de preço celebrado com a empresa **POSTO TIGRÃO LTDA** inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 03.623.054/0001-00, estabelecida na Av. Pe. Francisco Jentel, s/nº, Neste município de Santa Terezinha-MT,representada neste ato por seu diretor Sr. **BERTIER DA SILVA FILHO**, brasileiro, divorciado, comerciante, residente e domiciliado, na Avenida Brasil, nº 605 Centro na cidade de Confresa – MT, considerando solicitação da empresa contratada no que tange ao reequilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços; considerando parecer jurídico e, por fim considerando o § 8º, do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto do Termo de Apostilamento, a revisão do preço do combustível decorrente do desequilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços mediante apresentação de notas fiscais do distribuidor para referida empresa contratada.

ITEM	Descrição	Marca	Und.	Valor unit. anterior	Valor unitário atual
01	**OLEO DIESEL S10**,	IPIRANGA	LITRO	R$ 5,45	R$ 5,55
02	**OLEO DIESEL S500**	IPIRANGA	LITRO	R$ 5,37	R$ 5,46
04	**ETANOL**	IPIRANGA	LITRO	R$ 5,00	R$ 5,40
03	**GASOLINA COMUM**	IPIRANGA	LITRO	R$ 6,60	R$ 6,86

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 –Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços inicial que não foram modificadas de modo expresso por esse instrumento.

Santa Terezinha – MT, 10 de setembro de 2021.

_____

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATORIO Nº 34/2021

AVISO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATORIO Nº 34/2021

PREGÃO PRESENCIAL 34/2021

MODALIDADE ADESÃO

O Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua 25, s/nº, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no C.N.P.J./MF sob o n° 15.031.669/0001-18, ADERE AO SISTEMA DE ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2021 na modalidade de Pregão presencial nº 011/2021 realizado pela prefeitura municipal de ITIQUIRA-MT. Cujo objeto é “Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais para construção em geral”. para atender as necessidades da secretária municipal de viação e obras publicas .com a empresa: **ELETRO MENDONÇA COM. DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP inscrita no CNPJ Nº 03.806.018/0001-73. Para o item 02 com valor total de R$ 65.250,00 (sessenta e cinco mil duzentos e cinquenta reais)** Não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação será adjudicado e homologada a proponente acima mencionada. licitacaostz@gmail.com Santa Terezinha-MT, 10 de setembro de 2021.Admilson dos santos gomes-pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 201/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 201/2021

SÚMULA: EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica exonerado o **Sr. ADMILTON SANTOS BARBOSA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº **17353211**- SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº **016.565.781-23**, do cargo de provimento em comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS SERVIÇOS URBANOS** do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º - Os direitos decorrentes da exoneração ocorreram por conta desta municipalidade em conformidade com a lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Setembro de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 10 DE SETEMBRO DE 2021.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 25/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

DECRETOMUNICIPALDENº25, DE10 DESETEMBRODE2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS POR DISPENSA DE LICITAÇÃO NO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO-MT, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que, em 01 de abril de 2021 foi sancionada a Lei Federal nº 14.133/2021 que trata das compras, licitações e contratos da administração pública;

CONSIDERANDO as alterações ocorridas com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à aquisição de bens e serviços; e,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133/2021 revoga a Lei Federal nº 8.666/1993, e tendo a necessidade de atualizar as normas e procedimentos, bem como dar andamento aos processos de aquisições de bens e serviços em especial as compras mediante dispensa de licitação, no âmbito do Município de Santo Afonso – MT;

RESOLVE:

Art. 1°. Fica autorizado a aquisição de bens e serviços mediante Dispensa de licitação, no âmbito do Município de Santo Afonso - MT, devendo-se observar, até a confecção de ato normativo, a legislação nacional (Lei 14.133/2021) e estadual quando houver, bem como as regras e princípios constitucionais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 10 DE SETEMBRO DE 2021.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO DE SANTO AFONSO-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

JURIDICO
LEI Nº 849/2021

LEI N° 849/2021 DE: 09 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo Municipal celebrar termo de permissão de uso de bem público ao Sicredi - Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Cerrado - e dá outras providências.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Sicredi - Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Cerrado, instituição inscrita no CNPJ nº 32.983.165/0017-84, com sede neste município, autorizado a instalar um relógio termômetro, que conta com informações de hora, data e temperatura, nas mediações da Avenida Goiás, na altura do cruzamento com a Rua Passo Fundo.

Artigo 2º - Todas as despesas de instalação, manutenção, operação e eventual retirada do relógio termômetro deverão ser suportadas exclusivamente pela empresa permissionária da permissão, inclusive as despesas de energia elétrica.

Artigo 3º- Fica o Sicredi - Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Cerrado, isento do pagamento de quaisquer taxas municipais referentes à instalação e uso do relógio termômetro de que trata esta Lei, observado o disposto no artigo anterior.

Artigo 4º- A autorização de que trata esta Lei será convalidada através da celebração de celebrar termo de permissão de uso de bem público entre o Município e o Sicredi, por prazo indeterminado.

Artigo 5º - Os casos omissos ou não previstos nesta Lei serão tratados no Termo de Permissão de Uso de bem público.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 09 DE SETEMBRO DE 2021.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 041/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 041/2021

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal Jose Arimateia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93, no valor de R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais). Tendo como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de mão de obra para destorção e alinhamento de chassis do caminhão caçamba VW, placa NPM-8637, visando atender a necessidade da Secretaria Municipal de Viação, Obra e Serviços Públicos. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de: **HERMANN & HERMANN LTDA - ME – CNPJ: 26.552.307/0001-99, com sede** na Rua Rio de Janeiro, nº 1077, Bairro: Centro, Município de Prima-

vera do Leste – MT, CEP: 78.850-000 e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

Santo Antônio do Leste-MT, 10 de setembro de 2021

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2021

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de mata-burros de dimensões totais de 3,00x2,40 metros, constituídos de trilhos ferroviários metálicos, berços pré-moldados de concreto e vergalhões de aço.

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, na conformidade do Art. 4º, inciso XX da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, adjudica o objeto licitado a;

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 15. 984.883/0001-99, vencedora com o valor total de **R$ 125.600,00** (Cento e vinte e cinco mil e seiscentos reais), conforme relação em anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	V.UNITA-RIO	V.TO-TAL
1	Mata-burro 3,00x2,40mts (larguraxcomprimento) com berço pré-moldado de concreto e plataforma de trilhos ferroviários e vergalhões de aço.	16	R$ 7. 850,00	R$ 125. 600,00

Encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antônio do Leste - MT, 10 de setembro de 2021.

_____

ERIKS MATOS DA SILVA

PREGOEIRO

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 354/2021. DE: 03 DE SETEMBRO DE 2021.

EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO O SR.º SEBASTIAO LEMES DE SOUZA, DO CARGO DE COORDENADOR DE MANUTENÇAO DE LIMPEZA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR, do Cargo de COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE LIMPEZA URBANA desta Prefeitura Municipal, o servidor público Sr.º SEBASTIÃO LEMES DE SOUZA**.**

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria**.**

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 03 DE SETEMBRO DE 2021.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LUIS CARLOS REZENDE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 362/2021.

DE: 10 DE SETEMBRO DE 2021.

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA **VALCIR DOS SANTOS LUIS,** FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - CONCEDER a servidora pública efetiva **VALCIR DOS SANTOS LUIS,** Função Gratificada no valor de R$ 1.400 (Hum mil e quatrocentos reais) para ser responsável pelo programa SIOP.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário, em especial a portaria 169/2021 de 09 de fevereiro de 2021.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 10 DE SETEMBRO DE 2021.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LUIS CARLOS REZENDE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇAO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021

ATO DE HOMOLOGAÇAO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2021

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de mata-burros de dimensões totais de 3,00x2,40 metros, constituídos de trilhos ferroviários metálicos, berços pré-moldados de concreto e vergalhões de aço.

Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/1993 e 10.520/2002, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 15. 984.883/0001-99, vencedora com o valor total de **R$ 125.600,00** (Cento e vinte e cinco mil e seiscentos reais), conforme relação em anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	V.UNITA-RIO	V.TO-TAL

1	Mata-burro 3,00x2,40mts (larguraxcomprimento) com berço pré-moldado de concreto e plataforma de trilhos ferroviários e vergalhões de aço.	16	R$ 7.850,00	R$ 125.600,00

Santo Antônio do Leste - MT, 10 de setembro de 2021.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

- PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 360/2021

DE: 10 DE SETEMBRO DE 2021

DESIGNA PREGOEIRO E NOMEIA EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES MODALIDADE PREGÃO NA PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE NO EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 3ºda Lei Federal nº 10.520/02;

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar para atuar como pregoeiro em licitações modalidade pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste no exercício de 2021, o servidor Eriks Matos da Silva e como suplente Tony Fernando Barreto de Oliveira.

Artigo 2º - Ficam designados para atuarem como membros da equipe de apoio em licitações modalidade pregão que se refere o artigo 1º, os seguintes servidores:

Weverton Ancelmo Pereira de Sousa

Valcir dos Santos Luis

Ita Roberta Soares.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 117/2021 de 14 de Janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 10 DE SETEMBRO DE 2.021

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

JURIDICO
LEI Nº 848/2021

LEI Nº 848/2021.

DE: 01 DE SETEMBRO DE 2.021.

Autoriza o Poder Executivo doar bens móveis de propriedade do Município, inservíveis para a Administração Pública, e dá outras providências.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Hospital de Câncer de Mato Grosso, CNPJ nº 24.672.792/0001-09, os bens móveis de propriedade do Município, inservíveis para a Administração Pública, constantes da relação anexa.

Artigo 2º - A doação de que trata esta Lei será realizada sem encargos por parte do donatário, que lhes dará o destino que melhor lhe convier, podendo, inclusive, proceder à sua alienação como sucatas. Artigo 3º - O Poder Executivo tomará todas as medidas necessárias para o atendimento do objetivo da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO EM: 01 DE SETEMBRO DE 2.021

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 361/2021

DE: 10 DE SETEMBRO DE 2021

NOMEIA A COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear a Comissão de Licitação desta Prefeitura Municipal, para o exercício de 2021.

Artigo 2º - A Comissão que se refere o artigo 1º será composta dos seguintes servidores:

Eriks Matos da Silva

Tony Fernando Barreto de Oliveira

Weverton Ancelmo Pereira de Sousa

Ita Roberta Soares.

Valcir dos Santos Luis

Parágrafo Único – A Comissão Permanente de Licitação será presidido pelo primeiro titular e secretariado pelo segundo.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 118/2021 de 14 de janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 10 DE SETEMBRO DE 2.021

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 141/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: ANDREIA CASTRO DE SOUZA, Brasileira, Convivente, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 000.641.781-70 e Identidade RG nº 1.787.752-0 - SSP-MT expedida em 25/09/2003, com residência e domicílio no seguinte endereço: BR 158, Km 600, nº 21 (Casa) - Sede da

Fazenda Rio Preto - CEP 78670-000 - Bairro Zona Rural, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 141/2021

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 03/09/2021

VIGÊNCIA: De 18/08/2021 a 22/12/2021

PRAZO DE VIGÊNCIA: 4 meses e 4 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR (LIMPEZA E NUTRIÇÃO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ESCOLA NOVA SUIÁ - Extensão Fazenda Rio Preto

DOTAÇÃO: 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura / 03 - Coordenadoria de Ensino Fundamental - FUNDEB / 2.046 - Manutenção e Encargos do FUNDEB 40% / 3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO-DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - ZORAYMA DE OLIVEIRA BRITO
COVID-19 (CORONAVÍRUS) EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021 PROCESSO ADM Nº 058/2021

COVID-19 (CORONAVÍRUS)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021

PROCESSO ADM Nº 058/2021

OBJETO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS MEDICINAL (OXIGÊNIO), VISANDO ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, AMBULANCIAS, CENTRO DE REFERENCIA AO COVID 19 E HOSPITAL MUNICIPAL, conforme especificações do ANEXO I do Edital do Processo Licitatório Nº 058/2021 e ata de Registro de Preço do mesmo.

*EMPRESA CONTRATADA:***FERNANDO DIDOMENICO COMERCIO, CNPJ:** 08.385.840/0001-21, **INSC. ESTADUAL:** 13.327.664-3, Avenida Araes, nº 909, Bairro Novo Horizonte, **CEP:** 78.690-000 – Nova Xavantina – Mato Grosso, **TEL.:** (66) 3438-1124, **E-MAIL.:** oxigeniocentrooeste@hotmail.com, representada neste ato pelo seu representante legal o Sr. **FERNANDO DIDOMENICO, portador do CPF nº 900.121.781-87**, doravante denominada de **CONTRATADA**; Valor Total **R$ $ 249.680,00 (duzentos e quarenta e nove mil e seiscentos e oitenta reais**). **PRAZO DE VIGENCIA:** 12(doze) meses;

São Félix do Araguaia - MT, em 10 de setembro de 2021.

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO-DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - ZORAYMA DE OLIVEIRA BRITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 022/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 022/2021

Processo Administrativo nº 060/2021

Pregão Presencial nº 030/2021

Empresa Fornecedora: JONATHAN SILVA LUZ – ME, CNPJ: 30.709.546/0001-87, **INSC. ESTADUAL:** 13.726.394-5, Avenida Prefeito Valdemir Antônio da Silva, nº 58, Bairro Centro, **CEP:** 78.674-000 – Novo Santo Antônio – Mato Grosso, **TEL.:** (66) 98402-9167, **E-MAIL.:** jonathanluzz@hotmail.com, Vencedora dos itens 07, 08, 46, 47, 49, 51, 54, 70, 83, 84, 85, 86, 87, 94, 99, 101, 103, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122 e 130 do Certame no valor global de **R$ 324.560,00 (Trezentos e Vinte e Quatro Mil, Quinhentos e Sessenta Reais)**, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis, em conformidade com as disposições a seguir:

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 019/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO

Constitui objeto desta ata **FUTURA" E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS, FRIOS, CONGELADOS, CONDIMENTOS, PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E PRODUTOS DE LIMPEZA, MATERIAL HIGIENICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ALBERTO NUNES DA SILVEIRA E EXTENSÕES FAZENDA MARILIA, AGROVAZ, AMAGGI E JOATÃO NO DISTRITO DO ESPIGÃO DO LESTE,** Conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

DO PREÇO

O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Valor total da proposta: R$ 324.560,00 (Trezentos e Vinte e Quatro Mil, Quinhentos e Sessenta Reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com o Valores ofertados pelas empresas vencedoras do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizadas para consulta, nesta Prefeitura.

São Félix do Araguaia – MT, 10 de setembro de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO-DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - ZORAYMA DE OLIVEIRA BRITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 021/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 021/2021

Processo Administrativo nº 058/2021

Pregão Presencial nº 029/2021

Empresa Fornecedora: FERNANDO DIDOMENICO COMERCIO, CNPJ: 08.385.840/0001-21, **INSC. ESTADUAL:** 13.327.664-3, Avenida Araes, nº 909, Bairro Novo Horizonte,**CEP:** 78.690-000 – Nova Xavantina – Mato Grosso, **TEL.:** (66) 3438-1124,**E-MAIL.:**oxigeniocentrooeste@hotmail.com, Vencedora dos itens 01, 02 e 03 do Certame no valor global de**R$ 249.680,00(Duzentos e Quarenta e Nove Mil, Seiscentos e Oitenta Reais)**, representada pelo Sr. **FERNANDO DIDOMENICO**, portador do RG: 1325170-8 SSP/MT e o CPF: 900.121.781-87, nas quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da presente Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis, em conformidade com as disposições a seguir:

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 019/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto desta ata **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS MEDICINAL (OXIGÊNIO), VISANDO ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, AMBULANCIAS, CENTRO DE REFERENCIA AO COVID 19 E HOSPITAL REGIONAL** para atender a Secretaria Municipal de Saude, neste município, conforme especificações contidas no presente Termo de Referência, Anexo I do edital – Pregão Presencial nº 029/2021, onde a vencedora obriga-se a fornecer os materiais, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos a seguir:

DO PREÇO

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇAO	COD TCE UF	VALOR UNIT	VALOR GLOBAL
1	240	UN	**Carga de Oxigênio Medicinal, Embalagem com 1 m³,** destinado a recarga de cilindros nas Unidades Básicas de Saúde, Ambulâncias, Centro de Referência ao Covid 19 e Hospital Municipal.	369980-3 UF 1	R$ 220,00	R$ 52. 320,00
2	240	UN	**Carga de Oxigênio Medicinal, Embalagem com 3 m³,** destinado a recarga de cilindros nas Unidades Básicas de Saúde, Ambulâncias, Centro de Referência ao Covid 19 e Hospital Municipal.	432413-7 UF 1	R$ 240,00	R$ 57. 360,00
3	350	UN	**Carga de Oxigênio Medicinal, Embalagem com 10 m³,** destinado a recarga de cilindros nas Unidades Básicas de Saúde, Ambulâncias, Centro de Referência ao Covid 19 e Hospital Municipal.	432412-9 UF 1	R$ 400,00	R$ 140. 000,00

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Valor Glogal : **R$ 249.680,00 (Duzentos e Quarenta e Nove Mil, Seiscentos e Oitenta Reais**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com o Valores ofertados pelas empresas vencedoras do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizadas para consulta, nesta Prefeitura.

São Félix do Araguaia – MT, 10 de setembro de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO
PORTARIA N. º 1124, 09 DE SETEMBRO DE 2021 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA (COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL INCLUSO)

PORTARIA N. º 1124, 09 DE SETEMBRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA (COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL INCLUSO), PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Nomear o servidor público da Prefeitura de São Félix do Araguaia – MT, Sr. **ANDRE AGUIAR E SILVA,** contrato/matrícula: 4710-1, para exercer a função de Fiscal do **Contrato n.º 065/21**, referente ao **Processo Licitatório n. º 048/21, Dispensa de Licitação n. º 017/2021.**

Paragrafo único. **Contratação empresa para locação de caminhão pipa (com motorista e combustível incluso), para atendimento da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Tudo em conformidade com as disposições do edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.**

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) as condições de pagamento foram obedecidas; b) o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas

à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EURIPEDES TAVARES DOS SANTOS

Prefeito

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO-DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - ZORAYMA DE OLIVEIRA BRITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2021 PROCESSO ADM Nº 060/2021 OBJETO: FUTURA" E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS, FRIOS, CONGELADOS, C

EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2021

PROCESSO ADM Nº 060/2021

OBJETO: FUTURA" E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS, FRIOS, CONGELADOS, CONDIMENTOS, PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E PRODUTOS DE LIMPEZA, MATERIAL HIGIENICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ALBERTO NUNES DA SILVEIRA E EXTENSÕES FAZENDA MARILIA, AGROVAZ, AMAGGI E JOATÃO NO DISTRITO DO ESPIGÃO DO LESTE, Conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

EMPRESA CONTRATADA: **JONATHAN SILVA LUZ – ME, CNPJ:** 30. 709.546/0001-87, **INSC. ESTADUAL:** 13.726.394-5, Avenida Prefeito Valdemir Antônio da Silva, nº 58, Bairro Centro, **CEP:** 78.674-000 – Novo Santo Antônio – Mato Grosso, **TEL.:** (66) 98402-9167, **E-MAIL.:** jonathanluzz@hotmail.com, no valor global de **R$ 324.560,00 (Trezentos e Vinte e Quatro Mil, Quinhentos e Sessenta Reais)**. ***PRAZO DE VIGENCIA:*** *12(doze) meses;*

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2021 e ano Ulterior.

Órgão 07 - Secretaria de Educação e Cultura

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Despesas 496 Projeto Atividade 2.035

Despesas 497 Projeto Atividade 2.035

Recursos Financeiros

PNAEF – Programa Nacional de Alimentação Escolar Ensino Fundamental

PNAEC – Programa Nacional de Alimentação em Creches

PNAEP – Programa Nacional de Atenção à Criança Pré Escolar

Despesa 495

Órgão 07:Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade 04: Departamento de Educação

Projeto Atividade 2034- Merenda Escolar-PNAEF-Fundamental

Elemento Despesa 33.90.30. Material de Consumo

Despesa 496

Órgão 07:Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade 04: Departamento de Educação

Projeto Atividade 2035- Merenda Escolar-PNAEC- PNAEP- Creche - Pré - Escolar

Elemento Despesa 33.90.30. Material de Consumo

São Félix do Araguaia - MT, em 10 de setembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 156/2019, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: WESLLEY MARINHO DOS SANTOS, Brasileiro, Casado, Médico, inscrito no CPF sob o nº 028.813.721-39 e Identidade 2.051.201-5 - SSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Cinco, nº 439 - CEP 78670-000 - Bairro Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 156/2019

CONTRATO emitido em 11/09/2019, com VIGÊNCIA de 1 ano, iniciando em 11/09/2019 e terminando em 11/09/2020, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 13.508,39 (treze mil quinhentos e oito reais e trinta e nove centavos).

1º ADITIVO emitido em 11/09/2020 - Vigência estendida em mais 1 ano, de 11/09/2020 a 11/09/2021, totalizando 2 anos desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 14.193,26 (quatorze mil cento e noventa e três reais e vinte e seis centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-Rural - Vila Santo Antônio, com viagens para os Distritos, no interior do Município. - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 10/09/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 6 meses e 21 dias, para o período de 11/09/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 2 anos, 6 meses e 21 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 14.193,26 (quatorze mil cento e noventa e três reais e vinte e seis centavos)

FUNÇÃO: MÉDICO PSF, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-Rural - Vila Santo Antônio, com viagens para os Distritos, no interior do Município.

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - Secretaria Municipal de Saúde // 02 - Fundo Municipal de Saúde // 2.086 - Manutenção e Encargos com Saúde da Família - PSF // 3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 143/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: LÚRYAN BÁRBARA BORGES DE CARVALHO, Brasileira, Convivente, Licenciada em Ciências Naturais e Matemática, inscrita no CPF sob o nº 036.363.021-08 e Identidade RG nº 5.590.865 - SSP-GO, 1ª Via expedida em 25/02/2008, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Curitiba, s/nº - Em frente ao Posto de Saúde - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 143/2021

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 01/09/2021

VIGÊNCIA: De 01/09/2021 a 01/04/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 7 meses

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SUBPREFEITURA DE ESPIGÃO DO LESTE

DOTAÇÃO: 02 - Gabinete da Prefeita Municipal / 02 - Assessoria Geral da Administração / 2.010 - Manutenção e Encargos com Departamento de Administração Distrital / 3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 142/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - EURÍPEDES TAVARES DOS SANTOS, Prefeito Municipal

CONTRATADA: ELIENE DA CRUZ DE SÁ, Brasileira, Convivente, Garçonete, inscrita no CPF sob o nº 031.254.143-00 e Identidade RG nº 03.028.323-2005-2 - SESP/DGPC-MA, 2ª Via expedida em 18/04/2016, com residência e domicílio no seguinte endereço: Av Ademar Paranhos de Macedo (Antiga Av Espigão), s/nº - Atrás da Escola Particular - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 142/2021

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 10/09/2021

VIGÊNCIA: De 10/09/2021 a 22/12/2021

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses e 12 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR (LIMPEZA E NUTRIÇÃO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA - Sede

DOTAÇÃO: 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura / 03 - Coordenadoria de Ensino Fundamental - FUNDEB / 2.046 - Manutenção e Encargos do FUNDEB 40% / 3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO 18/2021

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **21/2021**, por ordem do Senhor **IVANILDO VILELA DA SILVA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: COMERCIAL FORS LTDA - EPP, CNPJ nº 19.013.650/0001-08, no valor TOTAL DOS ITEM de R$ 277.342,70 (Duzentos e Setenta e Sete Mil, Trezentos e Quarenta e Dois Reais e Setenta Centavos.), Pessoa Jurídica 2ª vencedora: VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO, CNPJ nº 07.507.230/0001-90, no valor TOTAL DOS ITEM de R$ 151.002,50 (Cento e Cinquenta e Um Mil, Dois Reais e Cinquenta Centavos.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 10 de Setembro do ano de 2021.

IVANILDO VILELA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

MARIA IRANDI DUARTE

P/COMISSÃO DE LICITAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ANULAÇÃO

Proc. Administrativo n° 81/2021

Pregão Presencial nº 18 /2021

Objeto: A presente Licitação tem por objeto Registro de preços para aquisição de Produtos de Padaria (Pão Frances, Pão Doce, quitandas, etc...) para uso pela as Secretarias do poder executivo Municipal, junto ao município de São Jose do Povo MT. Conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

Vistos e relatado pela Pregoeira do Município de São Jose do Povo-MT, na data de 10 de Setembro de 2021, as 13h00min, ao iniciar a sessão de abertura do processo licitatório foi constatado erro, quanto à quantidade dos produtos, o qual foi verificado que devido esse erro valor informado no sistema, não batia com o valor da estimativa e parecer contábil, isso foi verificado no transcorrer do lançamento da proposta de preço o qual foi constatado que as demais secretarias não estavam incluídas, em virtude disso, o procedimento tomado pela comissão, considerando que é nítido o erro quanto a quantidades dos produtos, estamos analisando a situação diante do fato, chegamos a conclusão pela anulação do processo e a única solução e diante do acontecido.

Desta forma, a Administração Pública não pode se desvencilhar dos princípios que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações

públicas, onde se deve buscar sempre a satisfação do interesse coletivo, obedecendo aos princípios previstos no art.37 da Constituição Federal e no art. 3° da lei 8.666/93.

MARIA IRANDI DUARTE

Pregoeira

São Jose do Povo, 10 de Setembro do ano de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 316/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2021, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **LUANA LIMA AZEVEDO** e **MARIA DE JESUS SOARES MOTA**, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização, da Ata de Registro de Preços descrita abaixo:

ATA	EMPRESA	CNPJ
81/2021	ALEXANDRE AUGUSTO VIANTE - 09891837939	32.816.440/0001-08

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 10 de setembro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 026/2021

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Eletrônico para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRADE PARA FECHAMENTO DO PARQUE INFANTIL LOCALIZADO NA PRAÇA CENTRAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.** Data de Abertura: às 09h00min, do dia 27 de setembro de 2021, horário de Brasília, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, **07h00 às 11h00, e das 13h ás 17h,** com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@saojosedorioclaro.mt.gov.br ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br e **www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO** São José do Rio Claro – MT, 10 de setembro de 2021. Tatiane Ilma Grolli Baggio– Pregoeira Oficial.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 317/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2021, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **LUANA LIMA AZEVEDO** e **MARIA DE JESUS SOARES MOTA**, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização, da Ata de Registro de Preços descrita abaixo:

ATA	EMPRESA	CNPJ
82/2021	ARAUJO CASTRO COMERCIO LTDA	36.136.393/0001-02

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 10 de setembro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO N.º 050/2021

Objeto: **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, À FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO PODER EXECUTIVO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.**

Modalidade: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 064/2021

Contratado**:** VB SERVIÇOS AUTOMOTIVOS EIRELI - EPP

CNPJ: 73.822.058/0001-94

Vigência: 02/08/2022

Valor: **R$** 127.200,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 051/2021.

Objeto: **LOCAÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO, À FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO PODER EXECUTIVO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.**

Modalidade: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2021

Contratado**:** AURUM RENT A CAR EIRELI – ME

CNPJ: 32.446.264/0001-60

Vigência: 02/08/2022

Valor: **R$** 81.587,40

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 052/2021.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, À FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO PODER EXECUTIVO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO.**

Modalidade: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2021

Contratado**:** SPLENDOR COMERCIO, SERVIÇO E INOVAÇÃO EIRELI

CNPJ: 33.386.926/0001-16

Vigência: 17/08/2022

Valor: **R$** 58.960,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 053/2021.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS A FIM DE DESENVOLVER O PROJETO NOSSO LEITE NO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.**

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2021

Contratado**:** SERVIÇO DE APOIO AS MICRO 'E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEBRAE-MT.

CNPJ: 03.534.450/0001-52

Vigência: 18/04/2022

Valor: R$ 26.061,44

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 054/2021.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO PARA FORMAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA DISTRIBUIÇÃO DA COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) NO ESTADO DE MATO GROSSO; ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DAS DECLARAÇÕES, DADOS DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR), NOTIFICAÇÕES, PAGAMENTO, RECURSOS ADMINISTRATIVOS SOBRE O ITR JUNTO A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PARA A ARRECADAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO IMPOSTO (ITR), VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.**

Modalidade: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2021**

Contratado**: G. LANZARINI - ME**

CNPJ: 17.554.481/0001-80

Vigência: 24/08/2022

Valor: R$ 40.200,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 055/2021.

Objeto: **AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.**

Modalidade: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2021**

Contratado**: SUBLYME DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS EIRELI**

CNPJ: 22.579.608/0001-55

Vigência: 26/08/2022

Valor: R$ 48.379,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 056/2021.

Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Modalidade: **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021**

Contratado**: COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL DE TAPURAH - LTDA**

CNPJ: 02.950.701/0001-17

Vigência:31/08/2022

Valor: R$ 232.761,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 057/2021.

Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Modalidade: **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021**

Contratado**: NEUZA JOSÉ FURTADO FIORINI**

CNPJ: 690.157.599-87

Vigência:31/08/2022

Valor: R$ 19.998,72

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 058/2021.

Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Modalidade: **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021**

Contratado**: GILMARA DIAS DA SILVA LOPES**

CNPJ: 963.404.521-91

Vigência: 31/08/2022

Valor: R$ 19.982,08

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 059/2021.

Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Modalidade: **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021**

Contratado**: EUCLIDES VENANCIO**

CNPJ: 224.267.109-00

Vigência: 31/08/2022

Valor: R$ 19.995,19

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 060/2021.

Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Modalidade: **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021**

Contratado**: VANIA FURTADO FIORINI**

CNPJ: 024.510.691-70

Vigência: 31/08/2022

Valor: R$ 19.997,56

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 061/2021.

Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Modalidade: **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021**

Contratado**: SIDNEI PIETROSKI**

CNPJ: 031.720.439-40

Vigência: 31/08/2022

Valor: R$ 19.998,72

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 062/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 62/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**

CNPJ: 23.312.871/0001-46

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 8.779,40

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 063/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 55/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA**

CNPJ: 02192932000109

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 78.674,99

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 064/2021.

Objeto**: CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 56/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME**

CNPJ: 03.250.803/0001-92

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 180.595,66

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 065/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 57/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 03.652.030/0001-70

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 41.434,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 066/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 58/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ: 02.520.829/0001-40

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 49.480,20

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 067/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 59/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**

CNPJ: 19.391.064/0001-99

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 736,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 068/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 060/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:**NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS

CNPJ: 06372763000140

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 25.920,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 069/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 61/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ: 28.418.133/0001-00

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 14.184,50

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 070/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 63/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI**

CNPJ: 09.676.256/0001-98

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 26.862,60

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 071/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 64/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS**

CNPJ: 81.706.251/0001-98

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 2.040,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 072/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 65/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:**REALMED DISTRIBUIDORA LTDA EPP

CNPJ: 17.263.792/0001-90

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 12.000,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 073/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 66/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 31.905.076/0001-90

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 21.807,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 074/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 67/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:**TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 32364822000148

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 21.320,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 075/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 68/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:ASLI COMERCIAL EIRELI**

CNPJ: 01.578.276/0001-14

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 4.450,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 076/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 69/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:INOVAMED HOSPITALAR LTDA**

CNPJ: 12.889.035/0001-02

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 118.087,14

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 077/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 70/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**:LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO S/A**

CNPJ: 17.159.229/0001-76

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 23.750,00

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 078/2021.

Objeto: **CONTRATO GERADO A PARTIR DA ATA DE RP 71/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 008/2021 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Modalidade: Pregão Eletrônico 008/2020

Contratado**: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS**

CNPJ: 04.372.020/0001-44

Vigência: 31/12/2021

Valor: R$ 12.990,5

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVOS

Aditivo: 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 033/2017

Tipo do Aditivo: Prazo

Contratado**:**GREICE ELLEN LEMES DA SILVA 01137117192

CNPJ: 28.000.331/0001-40

Vigência: 04/01/2022

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT torna público a todos os interessados que RETIFICOU a publicação do Extrato de Contrato publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso do dia 10 de fevereiro de 2021, pág. 416, **ONDE SE LÊ**: **CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 003/2020** LEIA**-SE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 003/2021**.

EXTRATOS DE ADITIVOS

ADITIVO: 1º Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico Financeiro da Ata de Registro de Preços Nº 055/2021

CONTRATADA: **EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA**

CÓD.	Especificação do Produto	Valor do Contrato	Valor com o reajuste	Índice de reajuste
83326	EMULSÃO ASFÁLTICA RR 2C	3.770,00	3.984,51	5,69%
858917	EMULSAO ASFALTICA EAI PARA IMIPRIMAÇÃO	3,493,00	3.569,85	2,20%

VIGENCIA: 23/07/2022

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

EXTRATO RESCISÃO DO CONTRATO Nº060/2018

Trata-se Rescisão Amigável do **CONTRATO Nº 060/2018**, oriundo da **PREGÃO Nº 020/2018**, Constituem objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso de softwares de gestão pública. **A partir de 02/08/2021.**

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CANCELAMENTO DA ATA nº 082/2020

Trata – se do cancelamento da Ata de Registro de Preço nº082/2020 oriunda do Pregão Eletrônico 013/2020, da empresa GRAMADO **DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI - EPP** que tem por objeto o "Pregão Eletrônico (Registro de Preços) para **futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender a merenda escola do município de São José do Rio Claro –MT**.

As partes resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, cancelar parcialmente os itens da ata de Registro de Preço nº082/2020, relativo ao Pregão Presencial n°. 013/2020, Ata firmada em 17 de dezembro de 2020, conforme os itens descritos abaixo:

Item	Descrição dos Produtos	Marca	Unid	Qte	Vlr Unit	Vlr Total
844048	ABACATE KG	IN NATURA	KILO	520,0000	9,7500	5.070,0000
844052	ABACAXI KG	IN NATURA	KILO	1.940,0000	6,0300	11.698,2000
844049	ABOBORA KABOTIA KG	IN NATURA	KILO	2.260,0000	3,8200	8.633,2000
844050	ABOBRINHA VERDE KG	IN NATURA	KILO	3.008,0000	5,4000	16.243,2000
844057	BATATA DOCE KG	IN NATURA	KILO	2.236,0000	3,8400	8.586,2400
844061	CENOURA KG	IN NATURA	KILO	5.300,0000	3,4400	18.232,0000
844062	CHUCHU KG	IN NATURA	KILO	2.280,0000	4,5800	10.442,4000
85615	FRANGO EM PEDAÇOS COXA/SOBRECOXA	MISTER	KILO	7.600,0000	11,8400	89.984,0000
844086	FRANGO INTEIRO KG	CANCAO	KILO	5.200,0000	9,9000	51.480,0000
844064	LARANJA PERA KG	IN NATURA	KILO	14.500,0000	2,5500	36.975,0000
844065	LIMAO TAITI KG	IN NATURA	KILO	384,0000	5,9900	2.300,1600
844087	LINGUICA FRESCAL KG	EXCELENCIA	KILO	3.380,0000	16,7300	56.547,4000
844076	MAMAO KG	IN NATURA	KILO	2.800,0000	6,8800	19.264,0000
844095	MARGARINA	DELICIA	POTE	2.820,0000	13.9900	39.451,8000
844091	OVOS	CAMPO VERDE	BANDEJA	1.640,0000	16,9900	27.863,6000
844114	MELAO KG	IN NATURA	KILO	1.280,0000	5,5000	7.040,0000
844092	PEITO DE FRANGO	MISTER	KILO	2.510,0000	11,9800	30.069,8000
212435	PEPINO TIPO CAIPIRA	IN NATURA	KILO	1.440,0000	4,6700	6.724,8000
844116	PERA KG	IN NATURA	KILO	800,0000	14,5500	11.640,0000
856287	PIMENTAO AMARELO	IN NATURA	KILO	300,0000	21,5500	6.465,0000
844068	PIMENTAO VERMELHO KG	IN NATURA	KILO	300,0000	19,9900	5.997,0000
844069	REPOLHO BRANCO KG	IN NATURA	KILO	3.280,0000	4,4400	14.563,2000
844070	REPOLHO ROXO KG	IN NATURA	KILO	760,0000	5,4400	4.134,4000
844090	SALSICHA KG	REZENDE	KILO	3.600,0000	12,5500	45.180,0000
844071	TOMATE KG	IN NATURA	KILO	3.400,0000	6,9800	23.732,0000
844073	UVA KG	IN NATURA	KILO	340,0000	21,8700	7.435,8000

LEVI RIBEIRO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 025/2021

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Eletrônico para **AQUISIÇÃO DE PRATELEIRAS DO TIPO MINI PORTA PALLET MODULAR PARA ATENDER O ALMOXARIFADO CENTRAL.** Data de Abertura: às 09h00min, do dia 24 de setembro de 2021, horário de Brasília, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 07h00 às 11h00, e das 13h ás 17h, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@saojosedorioclaro.mt.gov.br ou ainda no site do município: **www.saojosedorioclaro.mt.gov.br** e **www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO** São José do Rio Claro – MT, 10 de setembro de 2021. Tatiane Ilma Grolli Baggio– Pregoeira Oficial

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 315/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2021, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **LUANA LIMA AZEVEDO** e **MARIA DE JESUS SOARES MOTA**, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização, da Ata de Registro de Preços descrita abaixo:

ATA	EMPRESA	CNPJ
80/2021	OLMI INFORMÁTICA LTDA EPP	00.789.321/0001-17

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 10 de setembro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "NORTE ARAGUAIA CNPJ: 09.410.164/0001-61

PRAZO DE EXECUÇÃO: 04/01/2021 até 31/12/2021

O valor global do referido Contrato é de R$ 36.300,00 (TRINTA E SEIS MIL E TREZENTOS REAIS) creditados para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL NORTE ARAGUAIA na conta corrente 30.292-9 Agência 3989-6, que serão repassados em 04 (quatro) parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 9.075,00 (nove mil, setenta e cinco reais) com vencimento a partir de 10/09/2021.

OBJETO: *CONSTITUI OBJETO O PRESSENTE TERMO Á CONSECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NA ATA DE CONSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA, TÍTULO I ART. 3º DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL "NORTE ARAGUAIA" RATIFICADAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 509 DE 11 DE SETEMBRO DE 2007.*

ORIGEM: LEI MUNICIPAL 607/2015 E LEI 8.666/COM AS DEMAIS ALTERAÇÕES.

DATA: 10/09/2021

Mural da Prefeitura Municipal
São José do Xingu/MT
PUBLICADO NO MURAL
São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 128/2021

PORTARIA Nº 128/2021

DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM COMO FISCAIS DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT.

PREFEITA MUNICIPAL de São José do Xingu - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

§1º Designa servidora pública municipal qualificados, Sra. Lidya Muriely Linhares de Freitas,Titular **como** FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO;

§2º O servidor designado fica responsáveis pela fiscalização do contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

NUMERO DO CONTRATO	***OBJETO***
CONTRATO 024/2021	*O contrato tem como objeto a aquisição de equipamento e material permanente (Aparelho de Ultrassonografia) para atender a Secretaria Municipal de Saúde.*

§3º Como substituto do representante acima, designa-se a Sra. Kalline de Freire Soares que deverá atua nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à

Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 09 de setembro de 2021

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 127/2021

PORTARIA Nº 127/2021

DE 09 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM COMO FISCAIS DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT.

PREFEITA MUNICIPAL de São José do Xingu - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

§1º Designa servidora pública municipal qualificados, Sra. Ludmila Alves Lopes,Titular **como** FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO;

§2º O servidor designado fica responsáveis pela fiscalização do contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

NUMERO DO CONTRATO	***OBJETO***
CONTRATO 022/ 2021	*Contrato para construção de uma passarela sobre o telhado da Prefeitura Municipal.*

§3º Como substituto do representante acima, designa-se o Sr. Aloizio Rodrigues da Silva, que deverá atua nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à

Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 09 de setembro de 2021

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 126/2021

PORTARIA Nº 126/2021

DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica concedido Licença Prêmio a Servidora, DIVA FRANCISCA SOARES, lotada na Secretaria Municipal de Administração, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 01/09/2021 a 30/11/2021, Conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/09/2021, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 08 de setembro de 2021

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 148/2021.

DECRETO Nº 148/2021.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 08 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerada a Senhora **DIVA FRANCISCA SOARES,** do cargo em Encarregado de serviços da Secretaria Municipal de Administração, de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 08 de setembro de 2021.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/2021, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Em-

presa: **AUTO POSTO QUATRO MARCOS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.472.511/0001-16, sediada na Rodovia MT 175, s/nº, KM 35, CEP 78.285-000, no município de São José dos Quatro Marcos-MT. Tendo por objeto o acréscimo de valores conforme documento em anexo.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 59/2020**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa: **CESPRO PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA**; **Objeto**:Serviços de consolidação da legislação municipal, de modo informatizado, para utilização via Internet, num total estimado de 1.750 (mil setecentos e cinquenta) diplomas legais (Leis Municipais, Lei Orgânica e Emendas a LOM) na forma de um Portal de Legislação do site oficial da Prefeitura Municipal, com qualidade via celular, tablet, ou qualquer dispositivo, permitindo o acompanhamento de toda a legislação do município; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 08/09/2022.

OUVIDORIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2021

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021, vem através deste convocar o candidato aprovado no referido certame a comparecerem até o 13 de setembro de 2021 a partir da 7h, na Secretaria Municipal de Educação para apresentarem documentação exigida para a devida contratação – conforme disposto a seguir:

Professor II – Pedagogia

6º - Luzinete Martins de Assis

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do convocado, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos –MT, através da sua Secretaria Municipal de Educação, convocar imediatamente os posteriores, obedecendo a ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro dos Quatro Marcos – MT, 10 de setembro de 2021.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LICENÇA AMBIENTAL POR ADESÃO E COMPROMISSO (LAC)

A Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, CNPJ nº 15.024.029/0001-80, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), referente ao Projeto de Obras de reforma da Ponte de Madeira sobre o Córrego Santa Fé, nas coordenadas geográficas 15°28’02,30’’ S / 58°08’43,80’’O, município de São José dos Quatro Marcos/MT.

A Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, CNPJ nº 15.024.029/0001-80, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), referente ao Projeto de Obras de reforma da Ponte de Madeira sobre o Córrego Bugre, nas coordenadas geográficas 15°28’52,70’’ S / 58°09’10,80’’O, município de São José dos Quatro Marcos/MT.

OUVIDORIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO SELETIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EDITAL Nº 001/2021 – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do **Processo Seletivo de Prestação de Serviços nº 001/2021**, vem através deste convocar os candidatos aprovados no referido certame a comparecerem até o dia 14 de setembro de 2021, a partir das 08h, na Secretaria Municipal de Assistência Social, para apresentarem documentação exigida para devida contratação – conforme disposto a seguir:

Cargo: Monitor para Oficinas com Crianças e Adolescentes (SCFV)

11º - Sidilene Molina

Cargo: Monitor para Oficinas com Pessoas Idosas (SCFV)

2º - Viviene de Paulo de Melo

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do convocado, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT, através de sua Secretaria Municipal de Assistência Social, convocar imediatamente o(s) posterior (es), obedecendo à ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro Marcos, 10 de setembro de 2021.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

RETIFICAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2021

A Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Dr. Guilherme Pinto Cardoso nº 539 Centro, inscrita no CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor Jamis Silva Bolandin, vem realizar **Retificação ao Pregão Eletrônico n.º 009/2021** no item conforme abaixo:

ONDE SE LÊ:

O PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS A SEREM EVENTUALMENTE ADQUIRIDOS SERÁ DE ATÉ 24 HORAS A CONTAR A CONTAR DO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO, REQUISIÇÃO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE.

LEIA-SE:

O PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS A SEREM EVENTUALMENTE ADQUIRIDOS SERÁ DE ATÉ 08 (OITO) DIAS CORRIDOS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO, REQUISIÇÃO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE.

Levando em conta a alteração efetuada, designa nova data para a sessão de abertura: dia 24/09/2021. Ficam mantidas as demais disposições do Edital.

PMSJQM, 10/09/2021, Pregoeira Vanessa da Rocha Avelino (Portaria 234/2021). JAMIS SILVA BOLANDIN - Prefeito

LEI COMPLEMENTAR N°060, DE 08 DE SETEMBRO 2021

LEI COMPLEMENTAR N.º 060, DE 08 DE SETEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre a homologação do plano de amortização para cobertura do déficit Atuarial, conforme diretrizes Emanadas Pela portaria n.º 464 de 19 de novembro de 2018, Instrução Normativa n.º 7, de 21 de dezembro de 2018 e da outras providências”.

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica equacionado o déficit estabelecido pelo cálculo atuarial realizado no mês de março de 2021 e será amortizado conforme a tabela I do anexo I desta lei.

Art.2º O déficit mencionado no caput do artigo anterior será amortizado em 35 (trinta e cinco) anos a contar da publicação desta lei, **o qual somara a alíquota suplementar com a alíquota normal** que será estipulada a cada ano por reavaliações atuariais.

Art.3º A cada exercício os índices indicados na tabela I do anexo I desta lei poderão ser revistos conforme diminuição do déficit indicado na reavaliação atuarial usado como referência nesta lei, o qual faz parte integrante desta lei.

Art.4º O inciso III do Art. 44, da Lei Municipal n. º 006/2005, de 01 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44. A receita do PREVIQUAM será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

III - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida pelo art. 2º da Lei Federal n. ° 9.717/98, com redação determinada pela Lei Federal n. ° 10.887/2004, de 18 de junho de 2004, igual a 26,18 % (vinte e seis inteiros e dezoito centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, da seguinte forma:

a) igual a 14,86 % (quatorze inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos.

b) igual a 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, para a cobertura da despesa administrativa do PREVIQUAM, conforme a reavaliação atuarial realizada em março de 2021, que faz parte integrante da presente Lei.

c) igual a 8,07 % (oito inteiros e sete centésimos por cento), referente à taxa de custo suplementar para o ano de 2021, conforme a tabela de equacionamento do déficit atuarial aprovada na reavaliação atuarial realizada em março de 2021.

Art. 5º. Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em 22 de março 2021, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos - MT, 08 de setembro de 2021.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA I

EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERIOD	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. 1	FOLHA SALARIAL
0		(41.779.508,23)					
1	2021	(43.020.114,35)	(1.240.606,12)	2.268.627,30	1.028.021,18	8,07%	12.738.800,23
2	2022	(44.317.805,17)	(1.297.690,82)	2.335.992, 21	1.038.301,39	8,07%	12.866.188,23
3	2023	(45.087.871,35)	(770.066,18)	2.406.456,82	1.636.390,64	12,59%	12.994.850,11
4	2024	(45.063.388,64)	24.482 ,71	2.448.271,41	2.472.754,13	18,84%	13.124.798,62
5	2025	(44.996.743,18)	66.645,45	2.446.942,00	2.513.587,45	18,96%	13.256.046,60
6	2026	(44.884.971,27)	111.771,92	2.443.323,15	2.555.095,07	19,08%	13.388.607,07
7	2027	(44.724.937,09)	160.034,18	2.437.253,94	2.597.288,12	19,21%	13.522.493,14
8	2028	(44.513.323,26)	211.613 ,83	2.428.564,08	2.640.177,91	19,33%	13.657.718,07
9	2029	(44.246.620,75)	266.702,51	2.417.073,45	2.683.775,96	19,46%	13.794.295,25
10	2030	(43.921.118,31)	325.502,44	2.402.591,51	2.728.093,95	19,58%	13.932.238,20
11	2031	(43.532.891,25)	388.227,05	2.384.916,72	2.773.143,78	19,71%	14.071.560,59
12	2032	(43.077.789,72)	455.101,53	2.363.835,99	2.818.937,53	19,83%	14.212.276,19
13	2033	(42.551.426,22)	526.363,50	2.339.123,98	2.865.487,48	19,96%	14.354.398,95
14	2034	(41.949.162,53)	602.263,69	2.310.542,44	2.912.806,13	20,09%	14.497.942,94
15	2035	(41.266.095,88)	683.066,64	2.277.839,53	2.960.906,17	20,22%	14.642.922,37
16	2036	(40.497.044,39)	769.051,49	2.240.749,01	3.009.800,50	20,35%	14.789.351,60
17	2037	(39.636.531,67)	860.512,72	2.198.989,51	3.059.502,23	20,48%	14.937.245,11
18	2038	(38.678.770,64)	957.761,03	2.152.263,67	3.110.024,70	20,61%	15.086.617,56
19	2039	(37.617.646,42)	1.061.124,22	2.100.257,25	3.161.381,47	20,75%	15.237.483,74
20	2040	(36.446.698,32)	1.170.948,10	2.042.638,20	3.213.586,30	20,88%	15.389.858,58
21	2041	(35.159.100,83)	1.287.597,49	1.979.055,72	3.266.653,21	21,02%	15.543.757,16
22	2042	(33.747.643,58)	1.411.457,25	1.909.139,18	3.320.596,43	21,15%	15.699.194,73
23	2043	(32.204.710,20)	1.542.933 ,38	1.832.49,05	3.375.430,43	21,29%	15.856.186 ,68
24	2044	(30.522.256,05)	1.682.454,15	1.748.715,76	3.431.169,91	21,43%	16.014.748,55
25	2045	(28.691.784,70)	1.830.471,34	1.657.358,50	3.487.829,85	21,56%	16.174.896,03
26	2046	(26.704.323,19)	1.987.461,51	1.557.963,91	3.545.425,42	21,70%	16.336.644,99
27	2047	(24.550.395,86)	2.153.927,34	1.450.044,75	3.603.972,09	21,84%	16.500.011,44
28	2048	(22.219.996,80)	2.330.399,06	1.333.086,49	3.663.485,55	21,98%	16.665.011,56
29	2049	(1 9.702.560,84)	2.517.435,96	1.206.545,83	3.723.981,78	22,12%	16.831.661,67
30	2050	(16 .986.932,89)	2.715.627,95	1.069.849,05	3.785.477,00	22,27%	16.999.978,29
31	2051	(14.061.335,64)	2.925.597,26	922.390,46	3.847.987,71	22,41%	17.169.978,07
32	2052	(10 .913.335,48)	3.148.000,16	763 .530 ,53	3.911 .530,68	22,56%	17.341.677,85
33	2053	(7 .529.806,64)	3.383.528,84	592.594,12	3.976.122,95	22,70%	17.515.094,63
34	2054	(3 .8 96.893,29)	3.632.913,36	408 .868 ,50	4.041.781,86	22,85%	17.690.245,58

35	2055	30,41	3.896.923,70	211.601,31	4.108.525,01	22,99%	17.867.148,03

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO Nº 6/2021

Processo Licitatório nº 029/2021

Modalidade: Pregão Presencial SRP nº 017/2021

Pelo presente termo comunica-se aos interessados a Retificação do aviso de licitação nº 6/2021 do **Pregão Presencial SRP Nº 017/2021**, cujo **OBJETO** é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARNE BOVINA DE 1ª QUALIDADE, EM PEDAÇOS E MOIDA PARA ATENDER A CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ E ESCOLA MUNICIPAL ANA RIBEIRO DE SOUSA**.

O Pregoeiro, nomeado através da Portaria 133/2021, em virtude da pesquisa de preço realizada e em conformidade com o preço praticado no mercado, vem por meio deste, **RETIFICAR** o aviso de licitação nº 6/2021 em epígrafe, nos presentes termos:

Onde se lê:

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUN. DE SERRA NOVA DOURADA, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 133/2021, de 12/07/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 21/09/2021, às 09:00 horas, no endereço, RUA 3, S/Nº, Serra Nova Dourada-MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 17/2021-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Leia-se:

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUN. DE SERRA NOVA DOURADA, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 133/2021, de 12/07/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 23/09/2021, às 09:00 horas, (horário de Brasília), no endereço, RUA 3, S/Nº, Serra Nova Dourada-MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 17/2021-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP.

Em decorrência das alterações supracitadas, considerando o disposto no § 4° do art. 21 da Lei 8.666/93, publica-se o extrato de RETIFICAÇÃO pela mesma forma que se deu o texto original, a saber:

Serra Nova Dourada - MT, 10 de setembro de 2021.

Jean Everson Pereira Nascimento

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

DECRETO Nº. 4.496/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR a pedido, a partir de **09/09/2021**, a senhora **EDILENE MARIA LOLATO DE OLIVEIRA** do cargo em comissão de **Gerente de Compras, Patrimônio e Manutenção da Frota da Saúde** na Secretaria Municipal de Saúde**,** da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 09/09/2021, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Setembro de 2021.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.495/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR a pedido, a partir de 01/09/2021 o senhor **ROMITO JOSE SCHNEIDER,** do cargo de **Representante no Projeto de Assentamento Gleba Mercedes Benz I e II**, com matricula no RH nº. 2016, lotado no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/09/2021, e revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Setembro de 2021.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA Nº. 476/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO: Que a **Portaria Nº 470/2021** foi revogada pela **Portaria Nº 475/2021:**

RESOLVE:

Artigo 1º. – REVOGAR a Portaria 473/2021, que **AFASTA,** cautelarmente, por 60 (sessenta) dias oSenhor **JOÃO LUIZ DA SILVA SOBRINHO** brasileiro, cadastrado no RH sob a matrícula nº 1861, servidor em Estagio Probatório nocargo de **Técnico de Nível Superior III – Engenheiro Civil,** lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de setembro de 2.021

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 477/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. DAR POR ENCERRADO O CONTRATO Nº 08/2021 do Senhor **ALEXANDRO ALVES DOS REIS, na data de 03 de Setembro de 2021**, servidor contratado por meio de do Processo Seletivo Simplificado – Obras 006/2019, com matrícula no RH nº. 1984, no cargo de **Agente da Administração Publica – Operador de Motoniveladora,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.175/2019.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03/09/2021, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 10 de Setembro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE DISTRATO 017/2021

Que entre si fazem, tendo de um lado como contratante o **Município de Tabaporã - MT**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 37.464. 997/0001-40, situada na Avenida Comendador José Pedro Dias, 979/N, nesta cidade de Tabaporã – MT, de outro lado, como contratado Senhor **ALEXANDRO ALVES DOS REIS,**brasileiro, servidor contratadonocargo de **AGENTE DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA II – OPERADOR DE MOTONIVELADORA** com matricula no RH sob o nº. 2030, residente e domiciliado neste município de Tabaporã/ MT**,** sendo que resolve de comum acordo, colocar um fim no **CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 008/2021**, datado e passado nesta cidade de Tabaporã – MT,**03 de Setembro de 2021.**

SIRINEU MOLETA ALEXANDRO ALVES DOS REIS

Prefeito de Tabaporã CONTRATADA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

MARCELO EDUARDO CAVALIERI PAULO KATSUMI TAKEDA

Secretário Municipal de Obras Secretário Mun. Administração e Planejamento

ASTOR BESKOW

PROCURADOR JURÍDICO

OAB/MT. 16586 B

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 475/2021

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Instaurar processo disciplinar, com fulcro no art. 137, da Lei 218/99, contra o Servidor **JOÃO LUIZ DA SILVA SOBRINHO,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 207 6887-7 SSP/MT, cadastrado no RH sob a matrícula nº 1861 servidor em estágio probatório nocargo de Técnico de Nível Superior III – Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, nomeado através do Decreto nº 3.765/2019, para apurar falta funcional cometida no exercício de suas funções, que supostamente cometeu infrações aos deveres dos servidores, previsto no ***artigo 112, incisos IV e VI e artigo 126, inciso VI, ambos da Lei 218/1999***, haja vista, conforme Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica, devendo este processo disciplinar ser finalizado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua instauração.

Artigo 2º -Constituir Comissão Processo, composta pelos servidores: - **ADAIR JOSÉ SCHNEIDER –** Secretário Municipal de Finanças e Orçamento,lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, **FABIANA CARVALHO FERREIRA -** Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e **CRISTIANE BOBBO –** Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento para sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao artigo precedente.

Artigo 3º - Deliberar que os membros da Comissão, poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração de diligências necessárias à instrução processual.

Artigo 4º - Por necessidade de adequação ao artigo 142, da lei municipal nº 218/99, fica revogada a Portaria Nº 470/2021.

Dê-se Ciência,

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 10 de Setembro de 2.021

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2021/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 046/2021/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL NO SAMAE NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT.** A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 30 de Setembro de 2021 (Horário de Brasília)**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h00m às 14h00m (horário de Brasília). O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 10 de Setembro de 2021.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 047/2021/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES E TRATAMENTO DA QUALIDADE DA SAÍDA DE ÁGUA TRATADA E DAS REDES DE ABASTECIMENTO DO SAMAE E AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA NAS E.T. A. (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NOS POÇOS TUBULARES DO SAMAE**. A abertura do certame está prevista para as **09h00-**

min do dia 04 de Outubro de 2021 (horário de Brasília - DF). Endereço do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 10 de Setembro de 2021.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 055/2021

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 055/2021-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, INCLUINDO MONTAGEM E INSTALAÇÃO, FORNECIMENTO DE LASCAS E PALANQUES EM MADEIRA DE EUCALIPTO TRATADO, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização: 23 de Setembro de 2021 às 09h00 horário oficial de Brasília**. **Fundamento legal**: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. **Endereço Eletrônico:** www.comprasnet.gov.br. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia**13 de Setembro de 2021,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809. Tangará da Serra- MT, 10 de Setembro de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira- Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 054/2021

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 054/2021-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS EM GERAL E UNIFORMES PADRONIZADOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização: 23 de Setembro de 2021 às 09h00 horário oficial de Brasília**. **Fundamento legal**: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. **Endereço Eletrônico:** www.comprasnet.gov.br. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia**13 de Setembro de 2021,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809. Tangará da Serra- MT, 10 de Setembro de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira- Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE TANGARÁ DA SERRA (SEMMEA) – LP – LICENÇA PRÉVIA E LI – LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA** – CNPJ 03.788.239/0001-66, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tangará da Serra (SEMMEA), a **LP (Licença Prévia) e LI (Licença de Instalação)** de Adequação de Bueiro Simples Celular de Concreto Pré-fabricado de 1,5x1,5m com 20 metros, para Obras Civis Públicas, localizado na Estrada Rural MT 170, Distrito de São Jorge, no Município de Tangará da Serra - MT, Secretário Municipal de Infraestrutura MARCOS SCOLARI. Tangará da Serra, 10 de setembro de 2021.

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2021/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 045/2021/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAL FILTRANTE DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) DO QUEIMA PÉ - MANUTENÇÃO DE CINCO (5) FILTROS - SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA – MT**. A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 28 de Setembro de 2021 (horário de Brasília - DF). Endereço** do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 10 de Setembro de 2021.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

SAMAE
LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE**, de Tangará da Serra/MT, CNPJ: 06.068.089/0001-04, torna público que requereu à Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA/MT, a Licença de Instalação da ampliação da capacidade da estação de tratamento de água Queima-Pé, com a aquisição de unidades modulares metálicas com capacidade de tratamento de 350 l/s de água bruta, nas coordenadas 14°38’6.39” S 57º32’21.02” O, localizadas na Bacia Hidrográfica do Paraguai, UPG Alto Paraguai Médio, situadas na avenida Lions internacional - s/n, gleba Esmeraldo, com a finalidade de abastecimento público.

SAMAE
LICENÇA PRÉVIA

O **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE**, de Tangará da Serra/MT, CNPJ: 06.068.089/0001-04, torna público que requereu à Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA/MT, a Licença Prévia da ampliação da capacidade da estação de tratamento de água Queima-Pé, com a aquisição de unidades modulares metálicas com capacidade de tratamento de 350 l/s de água bruta, nas coordenadas 14°38’6.39” S 57º32’21.02” O, localizadas na Bacia Hidrográfica do Paraguai, UPG Alto Paraguai Médio, situadas na avenida Lions internacional - s/n, gleba Esmeraldo, com a finalidade de abastecimento público.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA - CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

AVISO DE ABERTURA - CREDENCIAMENTO Nº 001/2021. Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS (INCLUINDO FIRMAS INDIVIDUAIS, SOCIEDADES CIVIS E OUTRAS FORMAS DE CONSTITUIÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS), CUJO OBJETO CONTEMPLE ATIVIDADES DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS, REFERENTE AO DESENVOLVIMENTO, EXECUÇÃO, COMPATIBILIZAÇÃO**

DE PROJETOS, SUAS APROVAÇÕES EM ÓRGÃOS COMPETENTES, E ORÇAMENTO DE OBRAS EM FORMATO *BIM*(B*UILDING INFORMATION MODELING*), QUE SERÃO UTILIZADOS EM CARÁTER EVENTUAL, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS, TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, SEMPRE QUE HOUVER INTERESSE PREVIAMENTE MANIFESTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO,conforme descrição dos serviços constantes no **Termo de Referência (Anexol), do Edital. Realização:** 29 de Setembro de 2021 às 08h00 horário oficial de Cuiabá. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia**13 de Setembro de 2021,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809. Tangará da Serra- MT, 10 de Setembro de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira - Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2021/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 048/2021/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA (RECUPERAÇÃO DE VALAS), REQUADRAMENTO, APLICAÇÃO DE BGS (BRITA GRADUADA SIMPLES), COMPACTAÇÃO, RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA E LIMPEZA FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM 30, APLICAÇÃO DE P.M.F. (PRE MISTURADO A FRIO) E MACADAME DE PENETRAÇÃO.** A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 29 de Setembro de 2021 (Horário de Brasília)**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h00m às 14h00m (horário de Brasília). O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 10 de Setembro de 2021.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

SAMAE
TERMO ADITIVO N. 025/2021/SAMAE

TERMO ADITIVO N. 025/2021/SAMAE

TIPO	TERMO Aditivo n. 025/SAMAE/2021 – Pregão Presencial n. 025/2018/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350-E, Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**JRP TECNOLOGIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 05. 409.467/0001-03, localizada na Rua Arthur Francisco Xavier, nº 555, Centro, em Araputanga/MT, CEP 78. 260-000, adiante denominada CONTRATADA, representada por **JUSSEMAR REBULI PINTO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE INFORMÁTICA PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SOFTWARE DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO EXCLUSIVO DO SAMAE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE, DESENVOLVIMENTO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, CAPACITAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO.**
	Com supedâneo no art. 57 da Lei 8.666/93. **R$ 78.120,36 (SETENTA E OITO MIL, CENTO E VINTE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 10 de setembro de 2021, com prazo até 10 de setembro de 2022.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR- COMPRA DIRETA PROC. ADM. Nº 127/2021

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR- COMPRA DIRETA PROC. ADM. Nº 127/2021. A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Compras, atendendo solicitação da Secretaria de Planejamento, em vista da necessidade de lançamento no sistema Geo Obras, torna público a RATIFICAÇÃO do Procedimento Administrativo nº 127/COMPRAS/2021. Objeto: **CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**, através da empresa: **RAYANNA R. CASAGRANDE & CIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 07.804. 150/0001-05, cujo o valor é de **R$ 3.100,00 (Três mil e cem reais)**. O fundamento legal para a Dispensa é o art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Tangará da Serra-MT, 10 de Setembro de 2021. Maria Alves de Souza – Chefe do Departamento de Compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: DECRETO Nº 82 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR PASCOAL ALBERTON, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

CONSIDERANDO, a continuidade da pandemia da COVID-19 nos termos declarados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11/03/2020;

CONSIDERANDO a necessidade de uma atuação sólida da administração Municipal, mediante o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, de forma urgente, a fim de evitar um colapso das unidades de saúde que integram a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Município de Terra Nova do Norte/MT;

CONSIDERANDO que para o enfrentamento da situação de uma possível crise sanitária se faz necessário à tomada de medidas consentâneas com a realidade econômica do Município;

CONSIDERANDO os índices de taxas de ocupação dos leitos públicos de UTI's, que conforme os dados divulgados pelo Estado de Mato Grosso: a taxa de ocupação está em 38,66% para UTI's adulto e em 16,46% para enfermarias adulto[1];

CONSIDERANDO a necessidade de se aperfeiçoar as metodologias que têm sido utilizadas pelo Poder Público, visando o constante monitoramento da evolução da pandemia causada pelo Coronavírus e das consequências sanitárias, sociais e econômicas;

CONSIDERANDO a retomada gradual do setor de eventos, que é um dos ramos mais prejudicados pela pandemia do Coronavírus;

CONSIDERANDO informações obtidas junto a Defesa Civil do Estado de Mato Grosso pelo sistema IDAP, onde Terra Nova do Norte/MT se encontra na classificação de risco como **RISCO MODERADO**;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica decretado no Município de Terra Nova do Norte/MT, **por 15 (quinze) dias**, as seguintes medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e ao funcionamento das atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo Coronavírus em todo o território municipal, nas situações em que especifica.

_____ [1] **GOVERNO DE MATO GROSSO.** Painel Epidemiológico nº 551 Coronavírus/COVID-19 Mato Grosso, Disponível em: http://www.saude.mt.gov.br/painelcovidmt2/

§ 1º. Com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde, os Municípios devem ser cumpridas as seguintes medidas não-farmacológicas:

a) evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

b) isolar em domicílio pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

c) cumprir a quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

d) disponibilizar, em estabelecimentos públicos e privados com considerável movimentação de pessoas, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão, devendo um servidor ficar incumbido à aferição de temperatura e a disponibilização de álcool na concentração de 70% aos clientes;

e) ampliar, em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

f) controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

g) vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

h) manter os ambientes arejados por ventilação natural;

i) adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

j) observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

k) realização de atendimento presencial em órgãos públicos e concessionários de serviços públicos, seguindo todas as orientações de medidas de prevenção;

l) adotar de medidas preparatórias para a quarentena obrigatória, iniciando com incentivo à quarentena voluntária e outras medidas julgadas adequadas pela autoridade municipal para evitar a circulação e aglomeração de pessoas.

§ 2º. Fica autorizado, a partir de 03 de agosto de 2021, o retorno às aulas nas escolas da rede municipal e estadual, de forma híbrida, sendo que as instituições de ensino devem levar em conta a sua capacidade de receber os estudantes e funcionários em segurança e obedecerem aos protocolos de biossegurança.

§ 3º. Fica obrigatório o uso de máscaras de proteção por todos os munícipes no território do Município, bem como dentro dos estabelecimentos comerciais, ficando vedada a sua retirada.

Art. 2º Conforme a respectiva classificação de risco no âmbito do Estado de Mato Grosso, o atendimento comercial ficará sujeito às seguintes condições:

§ 1º. Aos estabelecimentos comerciais, restaurantes, supermercados, conveniências, bares, lanchonetes e congêneres:

I - de segunda a domingo, autorizado o funcionamento a partir das 07h00-min, desde que respeitado o limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do local e atendidas as medidas de biossegurança.

§ 2º. As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, de transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água, telefonia e coleta de lixo e as atividades de logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horário previstas no presente artigo.

§ 3º. Fica autorizada a venda de bebidas alcoólicas nas conveniências, restaurantes, bares, lanchonetes e congêneres localizadas no âmbito territorial do Município de Terra Nova do Norte/MT.

§ 4º. O funcionamento dos serviços nas modalidades *drive-thru* e *delivery* ficarão autorizados até as 01h00min, inclusive aos sábados e domingos, com exceção das farmácias e congêneres, que poderão funcionar, na modalidade *delivery* sem restrição de dias e horários.

§ 5º. Aos supermercados, deverão controlar o acesso restringindo a entrada de 01 (um) membro por família e deverão disponibilizar um servidor para ficar incumbido pela aferição de temperatura e disponibilização de álcool na concentração de 70% aos clientes que adentrarem o local.

§ 6º. Ficam permitidas as atividades nas igrejas, templos e congêneres, desde que respeitado o limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do local.

Art. 3º. Fica permitida a realização de eventos sociais, respeitando o limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do local, espaçamento de 1,5m entre as pessoas e demais protocolos de biossegurança descritos neste Decreto.

Art. 4º. Fica autorizada a realização de apresentações ao vivo em bares, restaurantes e eventos sociais.

§ 1º. Fica vedado o acesso aos estabelecimentos sem o uso de máscara de proteção facial, ainda que artesanal pelos usuários.

§ 2º. O uso de máscara ao levantar da mesa é obrigatório.

Art. 5º. Fica autorizada a realização de práticas esportivas em âmbito particular/domiciliar e espaços públicos.

Art. 6º. Em lanchonetes, restaurantes, conveniências, bares e congêneres, fica restrita a permanência de 04 (quatro) pessoas por mesa.

Parágrafo Único. Sendo as pessoas do mesmo núcleo familiar, será permitida a permanência de até 08 (oito) pessoas por mesa.

Art. 7º. Fica autorizada a visitação ao Parque Municipal Vale do Esperança e suas adjacências, devendo o uso de máscara ser obrigatório durante todo o período de permanência no local, inclusive durante as atividades físicas.

Art. 8º. A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo:

I – dos órgãos de vigilância sanitária municipal;

II – da Polícia Militar - PM/MT;

III – da Polícia Judiciária Civil - PJC/MT;

IV – de outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório.

§ 1º. A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares, restaurantes e residências, com base no artigo 268 do Código Penal.

§ 2º. O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis.

§ 3º. Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que não cumprirem as medidas restritivas e de higienização constantes neste Decreto, serão multados no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) e/ou ter seu Alvará suspenso até a duração deste decreto, conforme disposto no Código Sanitário Municipal e Lei Estadual nº 11.316/2021.

Art. 9º. Caso haja alteração no nível da Matriz de Risco e aumento significativo de casos confirmados, as disposições deste Decreto poderão ser revistas a qualquer momento.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor a partir de sua divulgação e publicação simultânea no Portal Transparência e Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREVITER
PORTARIA N.º 012/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *ao servidor* Sr. ***Alcebiades Francisco Lanzarini"****.*

O Prefeito do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no Art. 6º, I, II, III e IV da EC nº 41/2003, art. 89, inciso I, II, III e IV da Lei Municipal nº 1.386 de 06 de junho de 2018, que rege a previdência municipal de Terra Nova do Norte, art. 73 da Lei Municipal n.º 079/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do município, e o último reajuste concedido pela Lei Complementar n. 074 de 25 de março de 2019 que estabelece Reajuste Geral Anual-RGA relativo ao exercício de 2019 aos profissionais da área meio da Administração (Carreira Instrumental) do Município de Terra Nova do Norte;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, ao Sr. **Alcebiades Francisco Lanzarini**, brasileiro, portador do RG n.º 3249365-7 SESP/MT e CPF n.º 334.252.809-53, residente e domiciliado neste município, servidor efetivo, no cargo de Operador de Máquinas Pesadas, Classe "B", Nível ''10'', devidamente matriculado sob n. 04, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, contando com 35 (trinta e cinco) anos, 01 (um) mês e 10 (dez) dias de tempo de contribuição, com **proventos integrais**, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º **2021.04.00007P**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **partir 01 de setembro de 2021**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Terra Nova do Norte /MT, 09 de setembro de 2021.

MADALENA APARECIDA ORTIZ GUERMANDI Diretora Executiva do PREVITER

Homologo:

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021

O Município de Tesouro MT, pessoa jurídica de direito público, com sede, Av. Humberto Marcílio, nº 158, Centro, Tesouro – MT, devidamente inscrito no CNPJ n.º 03.543.303/0001-49, por intermédio da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data de 24 de setembro de 2021, horário as 14h e 00min na Prefeitura Municipal de Tesouro – MT, situada na Av. Humberto Marcílio, nº 158, Centro, Tesouro, Mato Grosso, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, sobre o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, à Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, e, subsidiariamente, à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Com a abertura dos envelopes 01 e 02, contendo as Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, para o seguinte objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES TIPO MARMITEX PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TESOURO - MT. Conforme Termo de Referência Anexo II, parte integrante do edital. Os interessados poderão obter informações do edital através do e-mail: licitacaotesouro@gmail.com, ou através do site https://www.pmtesouro.com.br/site/: TRANSPARÊNCIA, LICITAÇÕES.

Tesouro/MT, 10 de setembro de 2021.

Fabricia Moraes Feitosa

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

DECRETO Nº. 79, DE 02 DE SETEMBRO 2021.

"DECLARA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA EM RAZÃO DO DESABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NAS RESIDÊNCIAS DO DISTRITO DE POUSO ALTO E DIAMANTINO NO MUNICÍPIO, EM DECORRÊNCIA DO EVENTO DE SECA - COBRADE: 1.4.1.2.0 (SECA)."

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Interino **THIAGO TIMO OLIVEIRA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TORIXORÉU**, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições outorgadas pelo inciso VII do artigo 51 e alínea "a" do inciso I do artigo do 120 ambos da LOM do Município de Torixoréu - MT; bem como pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12. 608, Instrução Normativa nº 2, de dezembro de 2016, e:

CONSIDERANDO que compete ao município a preservação do bem-estar da população e das atividades socioeconômicas das regiões atingidas por eventos adversos, bem como a adoção imediata das medidas que se fizerem necessárias para, em regime de cooperação, combater situações emergenciais;

CONSIDERANDO que na maioria das áreas do município, o abastecimento de água potável para atender as necessidades básicas da população é feito por meio de sistema público de fornecimento de água, através de tubulações e esse sistema não tem sido suficiente para atendimento a esta população, sendo necessário o emprego de carros pipas para o seu abastecimento, feito de forma precária;

CONSIDERANDO que no período da estiagem o sistema de abastecimento de água potável apresenta maiores problemas, sendo estes de grandes proporções, comprometendo o direito básico e essencial de fornecimento de água para a população;

CONSIDERANDO que a população dos Distritos de Pouso Alto e Diamantino vem sofrendo com a falta de fornecimento regular de água potável;

CONSIDERANDO que as residências dos Distritos de Pouso Alto e Diamantino permanecem padecendo com a falta de fornecimento regular de água potável, inclusive com frequência de desabastecimento por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

CONSIDERANDO que o município tem buscado como alternativa fornecer água potável através de caminhões pipas, porém estes são insuficientes para atender a demanda e os mesmos tem custo muito alto, comprometendo drasticamente o orçamento e o financeiro das finanças municipais;

CONSIDERANDO que é dever do município zelar pela integridade das pessoas, adotando todas as medidas necessárias à proteção da comunidade local;

CONSIDERANDO que o município não possui capacidade técnica, financeira e operacional para resolver com forças próprias o problema da falta de abastecimento de água que assola milhares de residências e comércios locais;

DECRETA: Art. 1º Fica declarada Situação de Calamidade em todo território do Distrito de Pouso Alto e Diamantino, decorrente da existência de situação anormal, em virtude do desabastecimento contínuo de água potável em suas residências e comércios.

Art. 2º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta à falta de abastecimento de água, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários prejudicados ou deficitários, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de (180) cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger por um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu -MT, 02 de setembro de 2021.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 168/2021

Dispõe sobre conversão em abono pecuniário, de 10 (dez) dias de férias do servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 112, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria fica convertida em abono pecuniário, uma parcela de 10 (dez) dias das férias a que faz jus o servidor ELISEU RAMOS, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

Parágrafo Único – As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de 01 de maio de 2020 a 30 de abril de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 10 de setembro de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2021

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Proponente: DORIVAL MÁGIO JÚNIOR.

CNPJ: 34.848.344/0001-77

Endereço: Rua Weber e Pereira, nº. 88, CEP: 98.125-000, Centro, Município de Fortaleza dos Valos, Estado do Rio Grande do Sul.

Objeto: Contratação Emergencial de empresa especializada em Prestação de Serviços na área médica junto à Unidade Básica de Saúde da Família I "INÊS ANDOLFATO MARCON", bem como Plantões de Sobreaviso e Serviços de Acompanhamento e Remoção de Pacientes a outros hospitais fora do município.

Valor Global: R$ 164.300,00 (cento e sessenta e quatro mil e trezentos reais).

Prazo de Execução: Até 31 de dezembro de 2021, contado da data de assinatura do contrato.

Motivo da Dispensa de Licitação: Esta Comissão Permanente de Licitações foi incumbida de adotar os trâmites burocráticos para justificar a dispensa de licitação para Prestação de Serviços na Área Médica junto a Unidade Básica de Saúde, por se tratar de situação peculiar, considerando o teor do Ofício nº 161 da Secretaria Municipal de Saúde, expondo que, após a Publicação do Edital nº 50/2021 constatou o equivoco no quantitativo do objeto, em decorrência da Ata de Registro de Preços nº 025/2020, ainda vigente.

Razões da escolha da proponente: Justifica-se a contratação direta da proponente acima identificada, com dispensa de licitação, na forma do inciso IV, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, por tratar-se de proponente idônea, com a oferta do menor preço, além de encontrar-se devidamente habilitada para executar os serviços do objeto desta dispensa de licitação.

Embasamento Legal: Art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18 de junho de 2018, bem como o Decreto Municipal nº 1.325 de 26/05/2021.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação sob nº 050/2021.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul/MT, 09 de Setembro de 2021.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ERRATA

Na publicação do AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2021 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 063/2021, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, Edição nº 3.811, do dia 10 de Setembro de 2021, página 425, ONDE SE LÊ: *"Portaria nº 002/2020, de 02 de janeiro de 2020",* LEIA-SE:**Portaria 007/2021 de 04 de janeiro de 2021, alterada pela Portaria nº 100/2021 de 09/06/2021**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
ERRATA PORTARIA 062/2021

ERRATA

.Portaria 062/2021

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DO DISTRITO DE ADRIANÓPOLIS** NO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO MARTINS DA SILVA, prefeito municipal, de Vale De São Domingos /MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Onde se lê:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DO DISTRITO DE ADRIANOPOLIS NO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT, META FISICA 24381,39M²	NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: MARTA ROSANA DOS SANTOS CREA: 02993516

Leia-se:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DO DISTRITO DE ADRIANOPOLIS NO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT, META FISICA 24381,39M²	NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: EDUARDO DA COSTA SHIMBA JUNIOR CREA: 1215690975

Vale de São Domingos 10/09/2021

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

LEI Nº. 638/2021, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE REGULAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO PRESTADOS PELOS PROFISSIONAIS DE DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, em exercício, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° - Os Profissionais da Equipe de Enfermagem do Município (Enfermeiros (as) e Técnicos (as) em Enfermagem contratados e efetivos, que necessitem prestar serviços de remoção de pacientes, deverão ser remunerados de acordo com os valores a seguir:

Enfermeiro (a):

DESTINO	VALOR
MUNICÍPIOS VIZINHOS (PONTES E LACERDA; JAURU; VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE)	R$ 200,00
MUNICÍPIO CÁCERES	R$ 300,00
MUNICÍPIO CUIABÁ; VARZEA GRANDE; TANGARÁ DA SERRA	R$ 400,00

Técnicos (as) em Enfermagem

DESTINO	VALOR
MUNICÍPIOS VIZINHOS (PONTES E LACERDA; JAURU; VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE)	R$ 100,00
MUNICÍPIO CÁCERES	R$ 200,00
MUNICÍPIO CUIABÁ; VARZEA GRANDE; TANGARÁ DA SERRA	R$ 300,00

Auxiliar de Enfermagem

DESTINO	VALOR
MUNICÍPIOS VIZINHOS (PONTES E LACERDA; JAURU; VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE)	R$ 80,00
MUNICÍPIO CÁCERES	R$ 150,00
MUNICÍPIO CUIABÁ; VARZEA GRANDE; TANGARÁ DA SERRA	R$ 250,00

Parágrafo único: Fará jus á remuneração do serviço do profissional em remoção de pacientes somente o profissional que apresentar o relatório de remoção total e corretamente preenchido contendo cópia do encaminhamento/prontuário.

Art. 2º - O servidor terá direito a receber a remoção no seu deslocamento do município desde que comprove, conforme parágrafo único do Art. 1º,

Art.3°. Esta lei entra em vigor a data de sua publicação revogando as disposições em contrário em especial a Lei 553/2019

Gabinete do Prefeito de Vale de São Domingos – MT, 10 de Setembro de 2021

_____

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 169/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 03.725.725/0001-35. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Aditivo encontra fundamentação legal no art. 57, II e IV § 2º. da Lei 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato n°. 169/2019, e demais documentos acostados no Processo GESPRO n°. 745622/2021. OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, e a CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, referente a Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de implantação, compilação, consolidação, versionamento e publicação on-line dos atos oficiais de efeito externo desse Município. VALOR: Fica mantido para esta contratação o valor estimado global de R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 483,33 (quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos). UO: PROCURADORIA GERAL FONTE: 0100. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato, contados a partir da data do seu vencimento, prazo em que o CONTRATADO deverá prestar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57 da Lei n. 8.666/1993. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do contrato ficará a cargo da Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande que designa neste ato, o servidor THIAGO COELHO DA CUNHA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 1480075-6, SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 732.284.431-91 e a Senhora EDNA DE SOUZA MELO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 633.798 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n. 615.724.971-49.

DATA DE ASSINATURA: 09.09.2021

JOMAS FULGÊNCIO DE LIMA JUNIOR

Procuradoria Geral do Município

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA EPP

Contratada

PORTARIA Nº 277/2021

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que

lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

Considerando o término dos contratos de trabalho temporário de alguns servidores, fiscais de contrato.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 042/2021- HD3 COMERCIO TÉCNICA EIRELI;

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2021- EBARA BOMBAS AMÉRICA DO SUL LTDA;

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2021- BH20 BOMBAS E SERVIÇOS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Objeto: Fatura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material permanente (conjunto motor bomba submersa), para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande- MT.

Fiscal: Paulo Mario Costa Cardoso

RG N. 10062459 SSP/MT CPF N.º 616.076.221-49

END.º: Av. das Palmeiras, Nº 255 Bairro: Jardim Imperial, Cidade: Cuiaba – MT

Matricula N.º 2.362

Suplente de Fiscal: Sidney Freitas Guimarães

RG N.º 17577357 SESP/MR/MT CPF N.º 017.307.761-75

End. Rua Caméllas – 11 Primavera

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.390

Art. 2°. A fiscalização da correta execução do objeto e das clausulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

Art. 3°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 02 de setembro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

EXTRATO CONTRATO N. 115/2021

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e a Empresa COMERCIAL TRÊS ACORDES EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 32.850.995/0001-76. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666/93, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 19/2021, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 118/2021, no Termo de Referência n. 03/2021 da Secretaria de Municipal de Assistência Social., bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 737038/2021. OBJETO: O objeto deste contrato é a aquisição de Instrumentos Musicais e Acessórios para atender ao projeto CENTRO DE CONVIVÊNCIA CADERNO II - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLES-CENTE da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 5.550,00 (cinco mil quinhentos e cinquenta reais). UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FONTE: 0100/0127. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: Fiscal Titular: Lucilene da Costa, portadora da cédula de identidade RG n. 297.253 SSP/MT, inscrita no CPF n. 654.794.081-00, servidora lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de Coordenadora de almoxarifado, matrícula n. 118841; Fiscal Suplente: Matheus Wiclefer de Souza Campos, portador da cédula de identidade RG n. 2643714-7 SSP/MT, inscrito no CPF n. 056.685.981-52, servidor lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de gerente de almoxarifado, matrícula n. 143952.

DATA DE ASSINATURA: 03.09.2021.

ANA CRISTINA VIEIRA E SILVA

Secretaria de Assistência Social

COMERCIAL TRÊS ACORDES EIRELI-ME

Contratada

AVISO DE RESULTADO DA ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 21/2021

Processo n° 731632/2021. Objeto: Seleção e contratação de empresas de engenharia para execução do saldo remanescente da obra de Reforma e Ampliação da CMEI “NAIR SACRE”, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximadamente 963,59 m², contemplando os serviços de cobertura, pintura interna e externa, revestimentos cerâmicos, instalações hidros sanitárias e elétricas, louças e metais, esquadrias, calçamento e a finalização da extensão de rede 13,8KV e implantação do posto de transformação de 112,5KVA, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.Destarte as análises sobrescritas e atendendo ao item 10.2.3 do Instrumento Convocatório, a CPL **ACATA** o parecer da Equipe técnica tendo em vista que são os responsáveis pelo Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área, e **DECLARA:HABILITADAS** a empresa: **BC CONSTRUTORA BR CENTRAL EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ nº 00.817.101/0001-50 por atendimento a todas as exigências edilícias, e;**INABILITADA** a empresa **R. GONÇALVES CARVALHO EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 26.574.991/0001- 00, por desatendimento ao Instrumento Convocatório.A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com o Item 16 do Edital e Art. 109 da Lei 8.666/93, **a contar da data de 14/09/2021** (considerando a última publicação, veiculada no TCE-MT) e prazo final dia **21/09/2021** ás **18:00hs**.O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br, Várzea Grande, 10 de setembro de 2021. **ELIZANGELA BATISTA DE OLIVEIRA -** PRESIDENTE CPL.

AVISO DE RESULTADO DE ANALISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS N. 08/2021

Processo n° 726540/2021. Objeto: Seleção e contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Reforma e Revitalização do Espaço Esportivo e Lazer do Residencial Cabo Michel, localizada na Av. Santa Terezinha (antiga rua A), s/nº, **Residencial Cabo Michel** no Município de Várzea Grande/MT, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximadamente 1.639,61m², contemplando os serviços de demolição e retirada, estruturas de concreto armado, fechamentos, revestimentos, pintura, instalações elétricas, pisos e calçamento, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Se-

cretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.Destarte as análises sobrescritas, atendendo ao item 14.19 do Instrumento Convocatório, a CPL **ACATA** o parecer elaborado pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, tendo em vista que são os responsáveis pela elaboração do Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área de engenharia, e **DECLARACLASSIFICADA** no certame as empresas abaixo relacionadas conforme ordem de menor valor proposto:**1º Colocado**:**AM CONSTRUÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ nº 32.593.027/0001-21 com o valor global de **R$ 303.103,27** (trezentos e três mil, cento e três reais e vinte e sete centavos);**2º Colocado**:**RETA PROJETOS E CONSTRUÇÕES,** inscrita no CNPJ nº 00.541.815/0001-88 com o valor global de **R$ 321.798,23**e em **3ºColocado**:**CAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP,** inscrita no CNPJ nº 09.488.002/0001-46 com o valor global de **R$ 392.434,07** (trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e sete centavos).A CPL abre prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com o Item 16 do Edital e Art. 109 da Lei 8. 666/93, a contar da data de **14/09/2021** (considerando a última publicação, veiculada no TCE-MT) e prazo final dia **21/09/2021**às**18:00hs**. O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagraande.mt.gov.br, Várzea Grande, 10 de setembro de 2021. **ELIZANGELA BATISTA DE OLIVEIRA -** PRESIDENTE CPL.

AVISO DE RESULTADO DA ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 20/2021

Processo n° 730354/2021. Objeto: Seleção e contratação de empresas de engenharia para execução do saldo remanescente da obra de Reforma **EMEB "EDNILSON FRANCISCO KOLLING"**, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximadamente 1. 384,71m², contemplando aos serviços de demolições e retiradas, pintura interna e externa, revestimentos, instalações elétricas, esquadrias, incêndio, SPDA e pavimentação, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.Destarte as análises sobrescritas e atendendo ao item 10.2.3 do Instrumento Convocatório, a CPL **ACATA** o parecer da Equipe técnica tendo em vista que são os responsáveis pelo Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área, e **DECLARA:HABILITADAS** as empresas: **R. GONÇALVES CARVALHO EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 26.574. 991/0001-00 e **SIRIUS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 12.868.420/0001-73, por atendimento a todas as exigências edilícias.A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com o Item 16 do Edital e Art. 109 da Lei 8. 666/93, a contar da data de **14/09/2021** (considerando a última publicação, veiculada no TCE-MT) e prazo final dia **21/09/2021** ás **18:00hs**.O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br, Várzea Grande, 10 de setembro de 2021. **ELIZANGELA BATISTA DE OLIVEIRA -** PRESIDENTE CPL.

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 016/2021

Carlos Alberto Simões de Arruda, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1.998 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, resolve **NOMEAR**, com efeito a partir de 01 de Setembro de 2021, no cargo em comissão DGA, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

LUIZ HENRIQUE VAZ	DIRETOR DE PRODUÇÃO	DGA – 3

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 10 de Setembro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

SOLICITAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, torna público que requereu junto a SEMMADRS-Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e Sustentável. Licença Prévia – LP, Licença de Instalação - LI e Licença de operação – LOda reforma do Espaço de Esporte e Lazer no Lot. Jacarandá, local: Av. Bandeirantes, s/n, Bairro Novo Mundo, Várzea Grande, com aproximadamente4.370,13m² de área, na coordenada geográfica: 15°37'29.7"S 56°11'35.6"W.

PORTARIA Nº 865/2021

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de Abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ALAINE TORRES ALVES MUNDIM**
MATRICULA	1376
CARGO	Enfermeira
PROCESSO N°	384509/2016
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**22.11.2010/2015**
PERÍODO DE GOZO	01.09.2021 a 30.09.2021

SERVIDOR	**ANA NETA ANCELMO ARAUJO**
MATRICULA	84204
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	450597/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**26.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.09.2021 a 29.11.2021

SERVIDOR	**ARACELI FERREIRA MACHADO DA COSTA MARQUES**
MATRICULA	4740
CARGO	Agente de Desenv. Econ. e Social
PROCESSO N°	556667/2018
LICENÇA PRÊMIO	53 (cinquenta e três) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.08.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	11.10.2021 a 02.12.2021

SERVIDOR	**CARLOS ANTONIO FELIX DE OLIVEIRA**
MATRICULA	101258
CARGO	Guarda Municipal
PROCESSO N°	621544/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**03.06.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	01.09.2021 a 30.11.2021

SERVIDOR	**DEMEURE MARTINS E SILVA**
MATRICULA	10271
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	691950/2020
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.06.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	04.09.2021 a 02.12.2021

SERVIDOR	**ENEDINA RODRIGUES DE JESUS PEREIRA**
MATRICULA	100825
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	590297/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**03.04.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	17.09.2021 a 15.12.2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de setembro de 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA N.º 130/2021

“***Retifica a Portaria Concessória n.º 107/2020*** *que dispôs sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a Sra.* ***MARIA CONCEIÇÃO SOUZA SANTOS***.”

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2017.03.18146P, **resolve:**

Art. 1º. Retificar a Portaria Concessória n.º 107/2020, que dispôs sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a Sra. **MARIA CONCEIÇÃO SOUZA SANTOS** que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a Sra. ***MARIA CONCEIÇÃO SOUZA SANTOS***.”

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art.40, §1º, I da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 acrescido pela Emenda Constitucional n.º 70/2012, c/c artigos 12, I, da Lei Municipal n.º 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal, c/c Lei Complementar n.º 3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde e da fundação de Saúde de Várzea Grande, c/c art. 5º da Lei Complementar n.º 4.293/2017, que dispõe sobre a reestruturação das leis de carreira dos servidores públicos municipais, e instituiu novas tabelas salariais à Lei n.º 3.507/2010.

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez com proventos Proporcionais e direito a Paridade a Sra**. MARIA CONCEIÇÃO SOUZA SANTOS,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.° 0577458-6 SJ/MT e inscrito no CPF sob o n.° 128.717.588-08, efetiva no cargo de Agente de Apoio dos Serviços do SUS – Perfil Auxiliar de Serviços Gerais, Classe D, Nível 06, devidamente matriculada sob n.º 32122, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de julho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande, 09 de setembro de 2021.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 28/2021 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo n° 752004/2021. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de expediente para atender as necessidades da prefeitura municipal de Várzea Grande/MT. A realização prevista para **dia 24 de setembro de 2021, às 10h00min – horário de Brasília**. O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande-MT, 10 de setembro de 2021. **Anderson Rodrigo do Nascimento Silva -** Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 020/2021 – SMVO/VG

“Dispõe sobre a nomeação e destituição de fiscal de obra do Contrato nº 086/2021, decorrente da PP nº 011/2021, empresa VIASAN ENGENHARIA EIRELI.”

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Engenheiro sanitarista e ambiental Sr. BRUNO LEONEL ROSSI, portador da cédula de identidade RG nº 1593691-0 SSP/MT, como fiscal do contrato nº 086/2021, em conformidade com a cláusula décima da fiscalização – Item 10.15 do acompanhamento e a fiscalização.

Art. 2º DESIGNAR o servidor Engenheiro sanitarista e ambiental Sr. DYONI TOSHIO TRETTEL HATAQUEIAMA, portador da cédula de identidade RG nº 1690781-7 SSP/MT, como fiscal do contrato nº 086/2021, em conformidade com a cláusula décima da fiscalização – Item 10.15 do acompanhamento e a fiscalização.

Art. 3º DESIGNAR o servidor Engenheiro sanitarista Sr. PAULO MARIO COSTA CARDOSO, CREA/MT 09087/D, como fiscal do contrato nº 086/2021, em conformidade com a cláusula décima da fiscalização – Item 10.15 do acompanhamento e a fiscalização.

Art. 4º A designação do fiscal terá efeito a partir de 30/06/2021.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes, Várzea Grande/MT, 30 de junho de 2021.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras

PORTARIA Nº 866/2021

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de Abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ENTONI CONCEIÇÃO DA SILVA**
MATRICULA	100428
CARGO	Guarda Municipal
PROCESSO N°	590773/2019
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**03.04.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	01.09.2021 a 30.09.2021

SERVIDOR	**HELENITA MARIA DALL OGLIO MOCCELINI**
MATRICULA	19034
CARGO	Auxiliar de Desenv. Econ. e Social
PROCESSO N°	214402/2013
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.08.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	01.09.2021 a 30.09.2021

SERVIDOR	**IVONILDES CESAR DE ARRUDA**
MATRICULA	20385
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	735175/2021
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**15.01.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	17.09.2021 a 15.12.2021

SERVIDOR	**JOÃO GUILHERME GOMES DE SIQUEIRA**
MATRICULA	22406
CARGO	Auxiliar de Desenv. Econ. e Social

PROCESSO N°	747070/2021
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**03.08.2016/2021**
PERÍODO DE GOZO	01.09.2021 a 29.11.2021

SERVIDOR	**MARIELY GONÇALVES DE MELLO**
MATRICULA	83093
CARGO	Técnica de Desenv. Infantil Especializado
PROCESSO N°	453210/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	12.08.2021 a 09.11.2021

SERVIDOR	**MARIA ELBA DE SOUZA**
MATRICULA	32619
CARGO	Supervisor (a) Escolar
PROCESSO N°	342467/2015
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**14.03.2010/2015**
PERÍODO DE GOZO	06.09.2021 a 04.12.2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de setembro de 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 867/2021

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de Abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**MARILENE DO ESPIRITO SANTO**
MATRICULA	34002 **(1ª Cadeira)**
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	731247/2021
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**03.05.2016/2021**
PERÍODO DE GOZO	01.09.2021 a 29.11.2021

SERVIDOR	**MARILENE DO ESPIRITO SANTO**
MATRICULA	34001 **(2ª Cadeira)**
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	214402/2013
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**11.05.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	01.09.2021 a 29.11.2021

SERVIDOR	**MARINETE MARQUES DE ARRUDA**
MATRICULA	100918
CARGO	Agente Comunitário de Saúde
PROCESSO N°	679377/2020
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**02.04.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	01.09.2021 a 29.11.2021

SERVIDOR	**MARTA ALVES PEREIRA SOARES**
MATRICULA	34930
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	661045/2020
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**20.02.2015/2020**
PERÍODO DE GOZO	20.09.2021 a 18.12.2021

SERVIDOR	**ODETE ARAUJO DE ALMEIDA**
MATRICULA	37510
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	678342/2020
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.03.2015/2020**
PERÍODO DE GOZO	27.07.2021 a 24.10.2021

SERVIDOR	**ROSENI DOS SANTOS LIMA**
MATRICULA	41391
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	468233/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	09.08.2021 a 06.11.2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de setembro de 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2021

Partes: **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG** e a empresa **SANITARY SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 036/2021, oriundo do Pregão Presencial nº 014/2021.

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de corte e religações de cavalete, ramais, e pé de rede em consumidores com 03 (três) a 12 (doze) faturas vencidas, e execução de ligações de água em novos consumidores no sistema de abastecimento de água, para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de várzea grande – MT.

Valor: global do presente instrumento é de **R$ 1.558.500,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos reais).**

Vigência: 12 (doze) meses.

Foro: Várzea Grande-MT.

Assinatura: 19/08/2021

Várzea Grande, 02 de setembro de 2021. CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE-VG

PORTARIA Nº 868/2021

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de Abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**SANDRA APARECIDA DE FIGUEIREDO SILVA**
MATRICULA	42308
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	732071/2021
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.03.2016/2021**
PERÍODO DE GOZO	17.09.2021 a 15.12.2021

SERVIDOR	**SANDRA OLIVEIRA SANTOS**

MATRICULA	42460
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	732665/2021
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**17.05.2016/2021**
PERÍODO DE GOZO	20.09.2021 a 18.12.2021

SERVIDOR	**SEVERINO CORCINO DE ARAUJO**
MATRICULA	100879
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	604826/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**03.04.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	19.09.2021 a 17.12.2021

SERVIDOR	**SONIA ROSA DOS SANTOS**
MATRICULA	44082
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	479364/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.09.2021 a 29.11.2021

SERVIDOR	**VALTER RIBEIRO DA SILVA**
MATRICULA	46039
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	2972/2004
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**29.06.1999/2004**
PERÍODO DE GOZO	13.08.2021 a 11.10.2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de setembro de 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N. 068/2019.

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10, e, de outro lado, a Empresa COMPANY COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ n° 04.523.051/0001-59; com a Empresa FCS COMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 03.076.463/0001-25; com a Empresa DMD ASSOCIADOS ASSESSORIA E PROPAGANDA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 03.175.635/0001-18. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições do art. 65, I, a), §1º, da Lei n. 8.666/1993, na justificativa exarada pela Secretaria gerenciadora do Contrato n. 068/2019, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 740520/2021. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL e a CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, referente à contratação de agências de propaganda para prestação de serviços técnicos de publicidade para elaboração de projetos e campanhas com o fim específico de divulgação das ações da Prefeitura Municipal de Várzea Grande. VALOR: Fica aditado o valor de R$ 1.182.500,00 (um milhão, cento e oitenta e dois mil e quinhentos reais), referente ao acréscimo de 25% dos serviços contratados, passando o Contrato ao valor estimado de R$ 5.912.500,00 (cinco milhões, novecentos e doze mil e quinhentos reais). UO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. FONTE: 0100. FISCAL: A fiscalização dos serviços ficará a cargo da Secretaria de Comunicação, que designa neste ato, a servidora Jane Cássia Duarte Ventura, inscrita no CPF n. 459.523.881-91.

DATA DE ASSINATURA: 04.08.2021

PEDRO MARCOS CAMPOS LEMOS

Secretaria de Comunicação Social

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria de Saúde

COMPANY COMUNICAÇÃO LTDA – ME

Contratada

FCS COMUNICAÇÃO LTDA

Contratada

DMD ASSOCIADOS ASSESSORIA E PROPAGANDA LTDA – EPP

Contratada

EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 056/2015

PARTES INTERESSADAS: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e Senhor DEUSDETE PEDRO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 318584 SSP/MT, e inscrita no CPF nº 103.181.161-49. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este aditamento encontra fundamentação na Lei Federal n. 8.666/1993 no artigo 57 incisos e parágrafos, e nas demais alterações introduzidas pela Lei. Ressaltando a sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei n. 8.245/91 alterada pela Lei n. 12.112/2009 no Termo de Contrato n. 056/2015 e nos demais documentos acostados no Processo Gespro n. 745082/2021. OBJETO: tem por objeto a aditar a CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES”, a “CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA”, e a “CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO”, referente à locação do imóvel urbano, localizado na Avenida Castelo Branco, esquina com a Rua Carlos Castilho, Loteamento Centro Esportivo, n. 2333, Quadra 01, Lotes 01 e 02, no Município de Várzea Grande/MT, destinada única e exclusivamente para o funcionamento do CAPS/AD deste Município. VALOR GLOBAL: Este Termo terá o valor de R$ 8.715,00 (oito mil, setecentos e quinze reais), sendo pago mensalmente a quantia de R$ 2.905,00 (dois mil novecentos e cinco reais). UO: SEC. DE SÁUDE: **Fonte: 0102/0142/0146. VIGÊ**NCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses o prazo da vigência do Contrato principal, produzindo seus efeitos a partir do seu vencimento. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 03 (três) meses, o prazo de vigência da contratação, contados a partir da data de seu vencimento. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a fiscalização deste termo contratual ficarão a cargo dos servidores: FISCAL DE CONTRATO: servidora MARIANE MORAES FAVA, brasileira, portadora da cédula de Identidade RG n.1362724-4 SSP/MT e inscrita no CPF n. 003.968.781-30; e SUPLENTE DE FISCAL: servidora SORAYA DANNIZA BARBOSA MITER SIMON, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n.295.877-6 SSP/MT, inscrita no CPF n. 314.551.901-87.

DATA DE ASSINATURA: 1º.09.2021.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal de Saúde

DEUSDETE PEDRO DE OLIVEIRA

Locador

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

GABINETE
COVID-19: DECRETO Nº 125/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19, flexibiliza o horário de funcionamento dos estabelecimentos e atividades devido a classificação atual feita pela Secretaria Estadual de Saúde ser moderada.

O PREFEITO DE VILA RICA ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e,

CONSIDERANDO a diminuição significativa do número da média móvel de casos confirmados de Covid-19, de hospitalizações e de óbitos no âmbito estadual e municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção das medidas de contenção para avanço da infecção causada pela transmissão do Covid-19 no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que o Município de Vila Rica está classificado com risco BAIXO de transmissão do CORONAVÍRUS;

CONSIDERANDO que é dever constitucional do Município a promoção da defesa e proteção da saúde.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam atualizadas as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 em todo município de Vila Rica.

Art. 2º O funcionamento de todas as atividades e serviços será de acordo com o alvará de funcionamento de cada estabelecimento.

Art. 3º Durante a vigência deste decreto os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, igrejas, templos e congêneres, cinemas, museus, teatros e a prática de esportes coletivos são permitidos desde que respeitado o limite de 70% (setenta por cento) da capacidade máxima do local.

Art. 4º. Todos os estabelecimentos em atividade em Vila Rica devem observar os seguintes protocolos de saúde e normas sanitárias durante seu funcionamento:

I - evitar circulação de pessoas pertencentes ao grupo de risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II - disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

III - ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

IV - evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

V - controlar o acesso de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VI - vedar o acesso de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VII - medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, quando os mesmos possuir equipamento para tanto, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,5º;

VIII - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

IX - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público.

Art. 5º. Além da fiscalização feita pelas entidades e órgãos previstos no art. 6º do Decreto Estadual n.º 836/2021, a fiscalização ficará também a cargo dos órgãos fiscalizatórios do poder municipal, cujas penalidades serão as mesmas do Decreto Estadual acima mencionado.

Art. 6º As medidas instituídas no presente Decreto terão vigência por prazo indeterminado, ficando a critério do Poder Executivo a sua revogação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se todas as disposições em contraria, em especial o Decreto nº 088/2021 de 14 de julho de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 145/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 895093

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa especializada em prestação de serviços funerários do tipo: Preparação de corpos adulto e infantil (tanatopraxia), serviços de translado, serviços de ornamentação e aquisição de urnas.

REALIZAÇÃO: 28/09/2021

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 10 de Setembro de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.824/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

“**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para apreciação e votação da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Para atender às necessidades Orçamentáriasdo PoderExecutivo, fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial por Superávit ao Orçamento do Município no valor total de R$ 249.774,75 **(Duzentos e Quarenta e Nove mil, Setecentos e Setenta e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos)**, de acordo com os novos Projetos de Atividade alocada nas seguintes dotações:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas	
Unidade: 07.03 – SAEVIR	
Programa: 0076 – Saneamento Básico	

Função – 17 - Saneamento	
Sub- Função – 512- Saneamento Básico Urbano	
P. A: –1.174 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliar FUNASA Conv.TC/PAC 0414/2014	
4.4.90..00.00.00.00.0003 (024) – Aplicações Diretas	**R$** 249. 774,75
Total de Crédito	**R$** ***249. 774,75***

Art. 2º – Para cobertura do crédito de que trata o artigo 1º, na forma do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, os resultantes de superávit financeiro e orçamentário do exercício anterior,

Art. 3º - Fica incluído, nas leis municipais nº 1746/2020 Lei de diretrizes orçamentarias para o exercício 2021, e na lei municipal nº 1761/2020, Lei orçamentaria Anual de 2021.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2.021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.836/2021

DE10 DE SETEMBRO DE 2021

"Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município (LOA nº 1.761/2020), inserindo meta no Plano Plurianual Quadriênio de 2018-2021 e Lei de Diretrizes Orçamentárias de Nº 1.746/2020, Exercício 2021 e com criação de Elemento de Despesa por Excesso de Arrecadação e dá Outras Providências"

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vila Rica aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1.761/2020 – Exercício 2021, no orçamento vigente o valor de ***R$ 203.622,69 (duzentos e três mil e seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos)***, por excesso de arrecadação de recursos vinculados, para aquisição de material betuminoso na aplicação de lama asfáltica.

Órgão: 07– Secretaria Municipal de Viação de Obras Públicas	**VALOR**
Unidade: 07.02 – Urbanismo e Infraestrutura	
P. A: _____ - Recuperação/Conservação de vias com Aplicação de Lama Asfáltica	
3.3.90.00.00.00.00.00.0024 – Aplicações Diretas (Convênios-Outros(Não Relac. Educação/Saúde/Assist.Social)	R$ 203.622,69
VALOR TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL	**R$ 203.622,69**

Artigo 2º - Para fazer face ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados, Recurso Proveniente do Convênio 0680/2021 por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística- SINFRA, no valor de ***R$ 203.622,69 (duzentos e três mil e seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos).***

FONTE	**DESCRIÇÃO DA RECEITA**	**VALOR**
024 – Convênios-Outros(Não Relac. Educação/Saúde/ Assist.Social	Recuperação/conservação de vias com aplicação de lama asfáltica Conv.0680/ 2021/SINFRA	R$ 203. 622,69
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS		**R$ 203. 622,69**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a inserir meta na Lei 1.483/2017 – PLANO PLURIANUAL Quadriênio de 2018/2021 e na Lei 1. 746/2020, Lei de Diretrizes Orçamentária, Exercício de 2021.

Artigo 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE AÇÕES E METAS

ÓRGÃO: 07– SECRETARIA MUNICIPAL VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS **07.02 – URBANISMO E INFRAESTRUTURA** PROGRAMA: 060 – OBRAS E INFRA ESTRUTURA URBANA			Relação de Prioridades e Metas Exercício de 2021	
Função / Sub-Função	**Ações**	**Metas**	**Meta Física**	**Valor R$**
15 – Urbanismo 451 – Infraestrutura Urbana	Recuperação/Conservação de vias com Aplicação de Lama Asfáltica	Recuperação/Conservação de vias com Aplicação de Lama Asfáltica	Melhorar a malha viária urbana com aplicação de lama asfáltica.	**203. 622,69**

PLANO PLURIANUAL

ANEXO DE METAS

ÓRGÃO: 07– SECRETARIA MUNICIPAL VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS **07.02 – URBANISMO E INFRAESTRUTURA** PROGRAMA: 060 – OBRAS E INFRA ESTRUTURA URBANA					
FUNÇÃO/ SUB-FUNÇÃO / AÇÃO	**TIPO**	***METAS***	**METAS FÍSICAS**	**ANO**	**METAS FINANCEIRAS R$**

15 – Urbanismo 451 – Infraestrutura Urbana	N	Recuperação/Conservação de vias com Aplicação de Lama Asfáltica	Melhorar a malha viária urbana com aplicação de lama asfáltica.	2021	**203.622,69**

GABINETE
ORDEM DE SERVIÇO

O Prefeito Municipal de Vila Rica-MT, **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, no uso de suas atribuições Expede a Ordem de Serviço à Secretaria Municipal de Saúde, a dar início à Execução da Obra de Reforma e Ampliação da Secretaria de Saúde, Farmácia e Laboratório Municipal de Vila Rica-MT, por meio de **Execução Direta**, com área total de 664,49 metros quadrados. A obra está localizada na Rua Avelino Gregório Demétrio, S/ N, Lote 01, Quadra 13, Setor Sul em Vila Rica-MT.

Vila Rica-MT, 22 de julho de 2021

_____

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

GABINETE
ORDEM DE SERVIÇO

O Prefeito Municipal de Vila Rica-MT, **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, no uso de suas atribuições Expede a Ordem de Serviço à Secretaria Municipal de Cultua, Desporto e Lazer, a dar início à Execução da Obra de Reforma e Ampliação do Ginásio Bezerrão de Vila Rica-MT, por meio de **Execução Direta**, com área total de 1206,18 metros quadrados. A obra está localizada na Rua 21 de Abril c/ Rua Alair Álvares Fernandes c/marginal, Setor Sul em Vila Rica-MT.

Vila Rica-MT, 20 de agosto de 2021

_____

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.823/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALTERAR QUADRO 1 E 2 DA LEI 1.814/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para apreciação e votação da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado alterar quadro 1 e 2 da lei 1.814/2021 de 19 de Agosto de 2021.

Onde se lê

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Finanças	
Unidade: 05.01 – Gabinete do Secretário	
Programa: 0003 – Administração Geral	
Função – 04 - Administração	
Sub- Função – 122 Administração Geral	
P. A: –1.216 - Aquisição de Veículos	
4.4.90..00.00.00.00.0003 (092)– Aplicações Diretas	**R$** 31.900,00
Total de Crédito	**R$** ***31.900,00***

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
Unidade: 05.01 – Gabinete do Secretário	
Programa: 0003 – Administração Geral	
Função – 04 - Administração	
Sub- Função – 122 Administração Geral	
P. A: –1.217 - Aquisição de Veículos	
4.4.90..00.00.00.00.0003 (092)– Aplicações Diretas	**R$** 37. 900,00
Total de Crédito	**R$** ***37.900,00***

Leia –se

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Finanças	
Unidade: 04.01 – Gabinete do Secretário	
Programa: 0003 – Administração Geral	
Função – 04 – Administração	
Sub- Função – 122 Administração Geral	
P. A: –1.218 - Aquisição de veículo	
4.4.90..00.00.00.00.0003 (092)– Aplicações Diretas	**R$** 31.900,00
Total de Crédito	**R$** ***31.900,00***

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
Unidade: 08.01 – Gabinete do Secretário	
Programa: 0006 – Administração Geral da Agricultura	
Função – 20 – Agricultura	
Sub- Função – 605 Abastecimento	
P. A: –1.217 - Aquisição de Veículos	
4.4.90..00.00.00.00.0003 (092) – Aplicações Diretas	**R$** 37. 900,00
Total de Crédito	**R$** ***37.900,00***

4.4.90..00.00.00.00.0003 (092)– Aplicações Diretas	**R$** 37. 900,00
Total de Crédito	**R$** ***37.900,00***

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data retroativa a 19/08/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2.021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 068/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 068/2021

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto SUPRIMIR o preço inicialmente pactuado no Processo Licitatório nº 130/2021 na modalidade Adesão 013/2021. O Valor da **diária** inicialmente contratada é de R$ 63,00 (sessenta e três) passa a ser R$ 60,00 (sessenta reais) .

DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DATA: Vila Rica/MT, 02 de Setembro de 2021.

ASSINANTES /

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante

MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO ME (11.276.497/0001-91) - Contratada.

GABINETE
ORDEM DE SERVIÇO

O Prefeito Municipal de Vila Rica-MT, **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, no uso de suas atribuições Expede a Ordem de Serviço à Secretaria Municipal Educação, a dar início à Execução da Obra de Calçada da Escola Municipal Ilma Valadares de Aragão **Execução Direta**, com área total de 460,75 metros quadrados. A obra está localizada na Avenida das Palmeiras, Quadra 12, Setor Cidade Jardim em Vila Rica-MT.

Vila Rica-MT, 31 de agosto de 2021

_____

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.822/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

"Altera os incisos I e II, do Art. 5º - Lei Municipal nº 1.786, de 20 de Abril de 2021, que dispõe sobre a anistia dos juros e multas e do parcelamento dos créditos não tributários inscritos em dívida ativa e dos débitos referente os serviços e taxas mensais,na Diretoria do SAEVIR (Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto de Vila Rica-MT) e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Os incisos I e II, do art. 5º da Lei Municipal nº 1.786, de 20 de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação;

***Art. 5º** - Os contribuintes para usufruírem dos benefícios fiscais previstos nesta lei, deverão protocolar o requerimento conforme cronograma dos débitos dos anos de 2000 á 2020:*

***I** – Para as quitações em cota única até 30/11/2021;*

***II** – Para as quitações até 03 (três), 06 (seis) e 12 (doze) parcelas até 30/11/2021.*

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor imediatamente a partir da data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.831/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a denominação da Rua DA-14, localizada no Bairro Esplanada, nesta cidade".

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º –Fica determinada a denominação Rua Laudivam Dias de Sousa, à atual Rua DA-14, no Bairro Esplanada, nesta cidade.

Art.2º - A Rua ora denominada, é em homenagem o Sr. Laudivam Dias de Sousa, que faleceu no dia 26 de agosto de 2018, saudosa lembrança do povo Vila-riquense.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.821/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA e dá outras providências".

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para apreciação e votação da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Capítulo I

DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 1º Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA -, de natureza contábil e financeira, vinculado a Secretaria Municipal de Abastecimento, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º O FMMA é um fundo de conservação e preservação ambiental, com objetivo implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local..

Art. 3º Constituirão recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente:

I - dotações consignadas no orçamento municipal para a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

II - recursos estaduais e federais para o desenvolvimento das atribuições do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA) e da política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

III - recursos oriundos da celebração de acordos, contratos, consórcios e convênios;

IV - recursos oriundos da arrecadação de multas e seus acessórios, previstos na legislação ambiental municipal ou oriundos de decisão judicial, de termos de ajuste de conduta ou similares, advindo do Ministério Público, SEMA/MT e outros órgãos ambientais;

V - recursos oriundos de promoções com finalidades específicas de aplicação em ações ligadas ao meio ambiente;

VI - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

VII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicação de capitais;

VIII - transferências de recursos de ICMS Ecológico;

IX - outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao FMMA;

X - doações de entidades nacionais e internacionais;

XI - rendimentos provenientes de suas operações ou aplicações financeiras;

XII - transferências da União, Estado e Município referentes à área ambiental;

§ 1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial aberta no CNPJ do "Fundo Municipal de Meio Ambiente" e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, estabelecida no município.

§ 2º A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá da existência de disponibilidade e aprovação do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA).

§ 3º O saldo financeiro positivo do Fundo Municipal de Meio Ambiente, apurado ao final de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Capítulo II DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Meio Ambiente estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente, obedecida as diretrizes Federais e Estaduais.

Art. 5º O Fundo Municipal de Meio Ambiente será administrado pela Secretaria responsável pela gestão do meio ambiente no Município, obser-

vadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e suas contas submetidas à apreciação do Conselho.

Art. 6º A prestação de contas far-se-á anualmente, precedida de parecer do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

§ 1º A aprovação das contas do Fundo Municipal de Meio Ambiente pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente não exclui a fiscalização do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 7º O orçamento da FMMA integrará o Orçamento Geral do Município, observando os padrões e normas estabelecidas pela legislação pertinentes.

Art. 8º A contabilidade obedecerá às normas e procedimentos da contabilidade pública, devendo evidenciar a situação contábil e financeira do FMMA de modo a permitir a fiscalização e controle dos órgãos competentes na forma da legislação vigente.

Capítulo III DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 9º Os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente serão destinados a:

I - financiar total ou parcialmente programas, projetos, ações e serviços desenvolvidos pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da política ambiental de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;

II - atender às diretrizes e metas contempladas nas leis municipais que versem sobre a política ambiental de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;

III - adquirir equipamentos ou implementos necessários ao desenvolvimento de programas ou de ações de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;

IV - educação ambiental;

V - modernização administrativa;

VI - pagamento de despesas de serviços técnicos e administrativos da SAMA;

VII - capacitação da Equipe Técnica da SAMA;

VIII - outras necessidades da SAMA e que forem aprovadas pelo CMMA.

Art. 10 Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente, projetos incompatíveis com a Política Municipal do Meio Ambiente, assim como com quaisquer normas e/ou critérios de preservação e proteção ambiental, presentes nas Legislações Federal, Estadual ou Municipal vigentes.

Art. 11 Os responsáveis pelos projetos ou atividades beneficiados com recursos deste Fundo deverão prestar contas nos termos da legislação vigente.

Capítulo IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 12 As disposições pertinentes ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 13 As despesas decorrentes desta Lei serão realizadas com dotação consignada no orçamento anual.

Art. 14 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Revogam-se disposições contrárias, em especial a Lei Municipal nº 1.106/2012, de 20 de dezembro de 2012.

Vila Rica-MT, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.826/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a denominação da Avenida Principal, localizada no Bairro Esplanada, nesta cidade".

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º –Fica determinada a denominação Avenida Amaury Zoccoli, à atual Avenida Principal, no Bairro Esplanada, nesta cidade.

Art.2º - A avenida ora denominada, é em homenagem ao Sr. Amaury Zoccoli, pioneiro e desbravador do Município de Vila Rica – MT, que faleceu no dia 06 de novembro de 2016, saudosa lembrança do povo Vilariquense.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 143/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 893783

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de moveis, eletrodomésticos e diversos para atender as necessidades das Secretarias Municipais de: Administração, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Obras, Educação, Cultura Desporto e Lazer e Gabinete do Prefeito.

REALIZAÇÃO: 29/09/2021

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado "Licitações-e", desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 10 de Setembro de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

GABINETE
ORDEM DE SERVIÇO

O Prefeito Municipal de Vila Rica-MT, **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, no uso de suas atribuições Expede a Ordem de Serviço à Secretaria Municipal de Saúde, a dar início à Execução da Obra de Reforma e Ampliação da Escola Municipal Vila Nova de Vila Rica-MT, por meio de **Execução Di-**

reta, com área total de 899,00 metros quadrados. A obra está localizada na Rua A c/ Rua I, Quadra 10, Setor Leste em Vila Rica-MT.

Vila Rica-MT, 04 de janeiro de 2021

GABINETE
LEI MUNICIPAL N° 1.825/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR VEÍCULO A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar para Câmara Municipal de Vila Rica-MT, o veiculo **MMC/PAJERO 4X4 HPE D Mitsubishi, placa QCX5I84, Chassi 93XHYKH8WJCH23654, RENAVAM 01153217217, Fab./Mod. 2017/2018 de cor prata, sob número de patrimônio 15.848**.

Art. 2º. A partir da vigência desta Lei a Câmara Municipal de Vila Rica-MT, fluirá plenamente do uso do veículo e responderá por todos os encargos, despesas, responsabilidades civis, criminais, administrativas e tributárias que venham a incidir sobre o veículo doado.

Art. 3º. A transferência será concretizada através da assinatura do Termo de Transferência e Entrega de Veículo, parte integrante desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da transferência do veículo, impostos e sua manutenção, correrão à conta do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.829/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a denominação da Rua DA-12, localizada no Bairro Esplanada, nesta cidade".

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º –Fica determinada a denominação Rua Eduardo Assunção Gouveia, à atual Rua DA-12, no Bairro Esplanada, nesta cidade.

Art.2º - A Rua ora denominada, é em homenagem o Sr. Eduardo Assunção Gouveia, que faleceu no dia 25 de julho de 2019, saudosa lembrança do povo Vila-riquense.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.835/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a denominação da Avenida S, localizada no Bairro Esplanada, nesta cidade".

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º –Fica determinada a denominação Avenida Sidenha Rex Wallauer, à atual Avenida S no Bairro Esplanada, nesta cidade.

Art.2º - A Avenida ora denominada, é em homenagem a Sra. Sidenha Rex Wallauer, que faleceu no dia 22 de maio de 2009, saudosa lembrança do povo Vila-riquense.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
ORDEM DE SERVIÇO

O Prefeito Municipal de Vila Rica-MT, **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, no uso de suas atribuições Expede a Ordem de Serviço à Secretaria Municipal de Cultua, Desporto e Lazer, a dar início à Execução da Obra de Reforma e Ampliação do Barracão do Centro de Multiuso e CRAS de Vila Rica-MT, por meio de **Execução Direta**, com área total de 517,28 metros quadrados. A obra está localizada na Avenida C, Lote 2, Quadra 28, Bairro Setor Leste em Vila Rica-MT.

Vila Rica-MT, 23 de agosto de 2021

_____

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 144/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 893981

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica, para segurar veículos pertencentes à frota municipal, com assistência técnica em 24 horas por dia, sete dias por semana, em todo território nacional, pertinentes às características, cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros, danos materiais e danos pessoais, acidentes pessoais por passageiros, despesas médicas hospitalares, franquia obrigatória normal, vidros e retrovisores, condições, obrigações e observações conforme descritas neste termo de referência.

REALIZAÇÃO: 27/09/2021

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 10 de Setembro de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.834/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre a denominação da Rua R, localizada no Bairro Esplanada, nesta cidade”.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º –Fica determinada a denominação Rua Jair Lauri Schmitz, à atual Rua R no Bairro Esplanada, nesta cidade.

Art.2º - A Rua ora denominada, é em homenagem o Sr. Jair Lauri Schmitz, que faleceu no dia 30 de julho de 2021, saudosa lembrança do povo Vila-riquense.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.833/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre a denominação da Rua DA-37, localizada no Bairro Esplanada, nesta cidade”.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º –Fica determinada a denominação Rua Alberto da Silva Lessa, à atual Rua DA-37 no Bairro Esplanada, nesta cidade.

Art.2º - A Rua ora denominada, é em homenagem o Sr. Alberto da Silva Lessa, que faleceu no dia 01 de maio de 2021, saudosa lembrança do povo Vila-riquense.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 273/2021

De 10 de Setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora FRANCISCA BOLLICO DO AMARAL, matrícula nº 408 lotada na Secretaria de Educação cargo de Professora Infantil, conforme processo de solicitação a partir de 08/09/2021 a 07/11/2021, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 08/09/2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.830/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre a denominação da Rua DA-13, localizada no Bairro Esplanada, nesta cidade”.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º –Fica determinada a denominação Rua João de Andrade Filho, à atual Rua DA-13, no Bairro Esplanada, nesta cidade.

Art.2º - A Rua ora denominada, é em homenagem o Sr. João de Andrade Filho, que faleceu no dia 25 de junho de 2020, saudosa lembrança do povo Vila-riquense.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.832/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre a denominação da Rua DA-15, localizada no Bairro Esplanada, nesta cidade”.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º –Fica determinada a denominação Rua Roberval Cunha Junqueira, à atual Rua DA-15 no Bairro Esplanada, nesta cidade.

Art.2º - A Rua ora denominada, é em homenagem o Sr. Roberval Cunha Junqueira, que faleceu no dia 14 de novembro de 2020, saudosa lembrança do povo Vila-riquense.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
ORDEM DE SERVIÇO

O Prefeito Municipal de Vila Rica-MT, **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, no uso de suas atribuições Expede a Ordem de Serviço à Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, a dar início á Execução da Obra de Pavimentação Asfáltica em TSD e Drenagem Superficial – Bairros Tiradentes I e II (3º ETAPA) de Vila Rica-MT, por meio de **Execução Direta**, com total de 14.804,86 m². A obra está localizada na Rua Estrada, Rua 16, Rua 01, Rua 02, Rua 03, Rua 04 e Rua 12 de Vila Rica-MT.

Vila Rica-MT, 30 de julho de 2021

_____

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.827/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a denominação da Avenida C, localizada no Bairro Esplanada, nesta cidade".

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º –Fica determinada a denominação Avenida Aguiar José Gerhardt, à atual Avenida C, no Bairro Esplanada, nesta cidade.

Art.2º - A avenida ora denominada, é em homenagem ao Sr. Aguiar José Gerhardt, pioneiro do Município de Vila Rica – MT, que faleceu no dia 17 de outubro de 2003, saudosa lembrança do povo Vila-riquense.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.828/2021

DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a denominação da Rua DA-11, localizada no Bairro Esplanada, nesta cidade".

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º –Fica determinada a denominação Rua Marília Crestani, à atual Rua DA-11, no Bairro Esplanada, nesta cidade.

Art.2º - A Rua ora denominada, é em homenagem a Sra. Marília Crestani, que faleceu no dia 23 de dezembro de 2020, saudosa lembrança do povo Vila-riquense.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

PREFEITURA/LICITAÇÃO
COMUNICADO DO PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DO PP 012/2021

COMUNICADO DO PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DO PP 012/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 137/2021

PREGAO PRESENCIAL 012/2021

O Município de Vila Rica- MT, através da Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 torna publico aos interessados que foi elaborado o primeiro adendo edital em epigrafe, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MAO-DE-OBRA PARA ATENDER AOS INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE VILA RICA,** o adendo encontra –se disponível no site do município www.vilarica.mt.gov.br e pode ser solicitado no email licitavilaricamt@yahoo.mt.com.br . Ressaltamos que a data do certame não foi alterada.

Vila Rica / MT, 10 de Setembro de 2021.

.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

GABINETE
1° REUNIÃO DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO VILA RICA-MT

Ata da primeira reunião ordinária composto pela nova diretoria do conselho municipal de Saneamento Básico de Vila Rica-MT, realizada aos dez de setembro de dois mil e vinte e um as quatorze horas nas dependências da sala de reunião da prefeitura municipal de Vila Rica, a reunião deu início com a fala da Secretária de Administração a senhora Daiane Rickoswski, saudando a todos com as boas vindas, estavam presentes o representante da Secretaria de Saúde o Senhor Arnaldo Rodrigues da Silva, senhor Djair Marins Soares representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, senhora Kelly Maria Cardoso Vinhal representante da Secretaria de Assistência Social, senhor Alison Fernando Rubio representante da EMPAER, senhora Adriane Hilário Santos representante do Sindicado Rural, senhora Maria Adelaide Lopes representante da UNEMAT, senhor Geraldo Aparecido representante da CDL e o Senhor Rodrigo Schuh representante da Secretaria de Obras. Logo após apresentação dos membros da diretoria a secretária Daiane explicou as funções do conselho, qual é o papel dos conselheiros e qual função dos que estarão à frente na diretoria do conselho que logo após foi feita a votação, os eleitos ficarão a frente por um período de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período se houver necessidade, o cargo de presidente ficou disponível para quem tiver interesse em se candidatar. Em conversa os membros decidiram escolher os membros representantes da Secretaria de Saúde e da secretaria de obras para serem presidente e vice-presidente decidiram também por ter uma secretária no conselho, ficando assim como presidente o senhor Arnaldo Rodrigues da Silva, vice-presidente o senhor Rodrigo Schuh e a secretária senhora Kelly Maria Cardoso Vinhal. Os demais membros deixaram claro que todos irão estar presentes e ajudar em tudo que for preciso os colegas eleitos. Secretária Daiane agradece a presença de todos, e não havendo manifestações de nem um presente subscreve-se que vai assinada por todos presentes na reunião.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 274/2021

de 02 de agosto de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora VALERIA SILVA DOS SANTOS, matrícula nº 4043 lotada na Secretaria de Saúde cargo de Agente Comunitário de Saúde, conforme resultado de perícia médica a partir de 09/09/2021 a 08/11/2021 e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 09/09/2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA N° 272/2021

DE 10 DE SETEMBRO 2021.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE SUBSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA COM RECURSOS DO FINISA – CAIXA (MAIS MT) NO MUNICÍPIO DE VILA RICA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal, de Vila Rica/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei, pela presente Portaria,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Vila Rica/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO DE SUBSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA COM RECURSOS DO FINISA – CAIXA (MAIS MT), conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA COM RECURSOS DO FINISA – CAIXA (MAIS MT)	THAIANA TODESCHINI CREA: 1217539050

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL: **RAFAEL DOS SANTOS CORDEIRO**

CREA: **241629546-2**

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Vila Rica/MT, 10 de setembro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

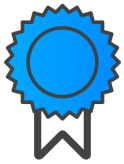
Prefeito Municipal

RAFAEL DOS SANTOS CORDEIRO

Engenheiro Civil

CREA 241629546-2

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Sep 12 23:31:04 UTC 2021
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)